Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Instituto de Estudos Sociais e Políticos

Clayton Mendonça Cunha Filho

A construção do horizonte plurinacional: liberalismo, indianismo e nacional-popular na formação do Estado boliviano

Rio de Janeiro
2015

Clayton Mendonça Cunha Filho

A construção do horizonte plurinacional: liberalismo, indianismo e nacional-popular na formação do Estado boliviano

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Cesar Coelho Guimarães

Rio de Janeiro

2015

CATALOGAÇÃO NA FONTE

UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA IESP

C972 Cunha Filho, Clayton Mendonça.
A construção do horizonte plurinacional: liberalismo, indianismo e nacional-popular na formação do Estado boliviano / Clayton Mendonça Cunha Filho. – 2015.
312 f.

Orientador: Cesar Guimarães.
Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos.

1. Estado - Teses. 2. Memória – Teses. 3. Liberalismo – Teses. 4. Ciência Política – Teses. I. Guimarães, Cesar. I. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. III. Título.

CDU 378.245

AUTORIZO, APENAS PARA FINS ACADÊMICOS E CIENTÍFICOS, A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTA TESE, DESDE QUE CITADA A FONTE.

_____ _____

Assinatura Data

Clayton Mendonça Cunha Filho

A construção do horizonte plurinacional: liberalismo, indianismo e nacional-popular na formação do Estado boliviano

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 06 de março de 2015.
Banca Examinadora:

Prof. Dr. Cesar Coelho Guimarães (Orientador)
Instituto de Estudos Sociais e Políticos - UERJ

Profa. Dra. Maria Regina Soares de Lima
Instituto de Estudos Sociais e Políticos - UERJ

Prof. Dr. Breno Bringel
Instituto de Estudos Sociais e Políticos - UERJ

Profa. Dra. Ingrid Sarti
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Salvador Schavelzon
Universidade Federal de São Paulo

AGRADECIMENTOS

A tentativa de elencar a todos que de alguma maneira contribuíram para o sucesso de qualquer empreendimento carrega sempre consigo o risco de ver-se traído pela memória e acabar cometendo a injustiça de esquecer-se de mencionar a alguém que merecia ter sido mencionado. Ciente de tais riscos, peço desde já desculpas àqueles a quem deveria agradecer e porventura venha a olvidar.

Agradeço primeiramente a Cesar Guimarães, meu orientador, pela confiança e incentivo sempre presentes e a Ximena Soruco, coorientadora durante meu estágio de doutorado-sanduíche na *Universidad Mayor de San Andrés* (UMSA) em La Paz. Agradeço também ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa que me permitiu dedicação plena ao doutorado, à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) pela bolsa que me permitiu a realização do mencionado estágio de doutorado-sanduíche entre março e agosto de 2013 e ao Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO) pela bolsa-prêmio concedida em 2010 nos marcos do concurso de bolsas de investigação científica "*Estado y formas de participación y representación en América Latina y el Caribe contemporâneos*", categoria B3, dentro do qual fui selecionado em 2009 quando ainda concluía o mestrado e que me facilitou sobremaneira consolidar os achados da dissertação de mestrado e avançar nas hipóteses de pesquisa iniciais da tese de doutorado.

Agradeço também a toda minha família, em especial a meus pais, Clayton e Sulamita, e meus irmãos, Marlos e Thiago, por todo o apoio e carinho sem os quais todo esse esforço teria sido impossível. Agradeço em especial também a meu primo de sangue e irmão de coração, Leonel Gois, com quem tive o prazer de dividir um apartamento durante parte significativa de minha estadia no Rio de Janeiro para o doutorado.

À professora Maria Regina Soares de Lima e todos os colegas e ex-colegas do Observatório Político Sul-Americano (OPSA) por esses vários anos de convivência, aprendizagem e colaboração acadêmica, cabendo menção especial aos meus grandes amigos Fidel Pérez Flores e André Luiz Coelho, com quem tenho e tive o prazer de compartilhar interesses acadêmicos comuns e a coautoria de diversos trabalhos que espero continuarão ocorrendo; Josué Medeiros, que gentilmente se ofereceu para ler e comentar os capítulos desta tese em um momento crucial; e Guilherme Simões Reis e Flávio Pinheiro, que além de

grandes amigos e companheiros de aulas e bares gentilmente me hospedaram quando preciso foi no Rio e em São Paulo respectivamente.

A Cesar Zucco e Daniela Campello, pelo grande exemplo acadêmico e humano que representaram na minha trajetória desde o mestrado até esse final de doutorado e pela importante inspiração que aportaram no brilhante curso de política latino-americana ministrado em 2009.1 ainda durante o mestrado. A todos os demais professores do IESP-UERJ com quem tive o prazer e a honra de cursar disciplinas durante esse período, Fabiano Santos, João Feres Jr., Thamy Pogrebinshi, Breno Bringel, Renato Boschi e Marcus Figueiredo (in memoriam).

Ao meu orientador de graduação na UFC, Jawdat Abu-El-Haj, pela confiança em mim sempre depositada e aos professores Bernadete Beserra (UFC), minha tutora de bolsa de iniciação científica, Lucio Oliver (UNAM) e Mônica Martins (UECE), cujo papel em consolidar em mim o interesse acadêmico pela política latino-americana foi também bastante importante em meus primeiros passos de vida universitária. A Gabriel Vitullo (UFRN), Aragon Dasso Jr (UFRGS) e Gonzalo Rojas (UFCG), pela parceria intelectual e produtiva colaboração acadêmica passada, presente e vindoura no GT de Democracia na América Latina do CiSO e outros foros.

Aos meus amigos David Rêgo, Flávio Carvalhaes, Ismael Pimentel, Alexis Cortés, Victor Mourão, Marcelo Martins, Daniela Vairo, Florencia Antía, Lorena Granja, Pedro Jr., Tiago Moreno, Rogério Raposo, Guilherme Montenegro, Hector Ferreira, Manoel Neto, Márcio Kléber, Thiago "Madeixas" Vasconcelos, Helena Martins e Tiago Régis, a quem sempre serei grato pelos diversos momentos de conversas, apoio, cervejas e cachaças compartilhadas em diversos momentos desta trajetória e sem as quais esse trabalho tampouco teria sido possível. E a Débora Thomé, pelos mesmos motivos acima citados e ainda a crucial ajuda logística para a impressão e distribuição desta tese à banca em face de minha ausência no Rio de Janeiro. Agradecimentos que estendo a toda a família Thomé, que por muito tempo foi e de certa forma sempre será também a minha.

Aos meus amigos bolivianos Gilber Mamani, Bayardo Martínez Villarroel, Andrea China Terceros, Tania Paz, Carlos, Ariel e "Tony" de la Rocha, e Angela Guerra e toda sua família.

Ao professor da *Universidad Mayor de San Simón* (UMSS), Fernando Mayorga, por toda a disposição em ajudar-me com contatos e ideias durante minha estadia boliviana apesar de sua agenda bastante concorrida. Ao então coordenador do departamento de Sociologia da UMSA, Eduardo Paz Rada, pela acolhida durante o estágio de doutorado-sanduíche. E aos

professores Farit Rojas Tudela, da *Universidad Católica Boliviana* (UCB), Fernando Garcés (UMSS) e Fernando García Yapur (PNUD-Bolívia) por me concederem parte de seus concorridos tempos para a realização de conversas cujos *insights* e informações aportadas foram também cruciais para esta tese, além de Xavier Albó, a quem por minha culpa não fui capaz de buscar para uma conversa durante minha estadia em La Paz, mas que muito gentilmente respondeu com extrema celeridade a consultas e questionamentos por correio eletrônico quando já havia regressado ao Brasil e percebido meu imperdoável erro. Agradeço ainda a Andrey Schelchkov, Pablo Stefanoni e Marta Irurozqui alguns de cujos trabalhos inspiraram e iluminaram ideias desta tese e que muito gentilmente também me responderam a questionamentos por correio eletrônico sobre fontes bibliográficas, inclusive facilitando-me o acesso a versões digitais de alguns textos importantíssimos aqui utilizados.

Agradeço ainda a meus colegas bolivianistas Sue Iamamoto, Ana Carolina Delgado, Renata Albuquerque de Moraes, Rodrigo Santaella Gonçalves, Aiko Ikemura e Danilla Aguiar por todas as conversas e trocas de ideias, aqui e alhures, sobre essa paixão acadêmica compartilhada pela Bolívia.

Ao Nelson Syozy, por sua inestimável ajuda técnica na edição de algumas das imagens e figuras aqui reproduzidas.

E a todos aqueles outros que por inúmeras razões diretas ou indiretas contribuíram para o êxito desta tese, mas cujos nomes não foram citados, meus agradecimentos e sinceras desculpas pela impossibilidade de lembrar de todos.

In thinking about the state, we should not set aside the features of the society it addresses and is constituted by, but consider the ways in which societal features influence political institutions and mores

Ton Salman

El componente de la memoria colectiva en el registro ideológico es sin duda más grande de lo que por lo común se supone

René Zavaleta

As historians recognize, nation-building projects are not plucked from the heavens of pure ideas or political imaginaries but are rooted in the earth of social history.

Brooke Larson

Se sostiene hoy una presunción no solo injusta sino falsificadora del pasado, al suponer que la Constitución de 2009 es una construcción ideológica nacida exclusivamente de la insurgencia de los movimientos populares del período 2000-2005. En realidad fue un doble camino de toma de conciencia; el que siguió el Estado a partir de la Revolución [del 52] y la comprensión de la complejidad cultural en 1994 y la insurgencia de sectores intelectuales del mundo andino y de los llanos que entendieron que no se podía continuar con poderes subrogados y delegados

Carlos Mesa

RESUMO

CUNHA FILHO, Clayton M. *A construção do horizonte plurinacional: liberalismo, indianismo e nacional-popular na formação do Estado boliviano*. 2015. 312f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Institudo de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

A presente tese busca compreender e explicar a formação do Estado Plurinacional da Bolívia a partir do legado de símbolos, procedimentos e modelos de aquisição de legitimidade deixados ao longo de sua história e que podem ser agrupados em três grandes matrizes políticas: o liberalismo-constitucional, o indianismo-comunitário e o nacional-popular. Assim, o objetivo é analisar como o legado destas três matrizes políticas, através principalmente da evolução histórica de seus horizontes políticos e da memória de suas agendas e promessas inconclusas acerca do Estado e da nação na Bolívia, influenciam o atual experimento inaugurado em 2009 com a promulgação de sua atual Constituição Política do Estado (CPE). A hipótese subjacente é a de que o experimento plurinacional, em sua tentativa de resolver a forte crise de legitimidade estatal trazida pela conjuntura crítica dos anos 2000-2005, se nutre fortemente das agendas destas três matrizes – seja intencional e deliberadamente como no caso do Indianismo e do Nacional-popular ou de maneira reticente como no caso do Liberalismo - de forma a tentar reconciliar o Estado com sua altamente heterogênea formação social. A fim de verificá-la, foi realizado um estudo de natureza eminentemente bibliográfica complementado por pesquisa de campo de seis meses a fim de traçar a evolução política das três matrizes em seus momentos constitutivos, horizontes e agendas e contrastá-las com as características institucionais assumidas pelo novo Estado Plurinacional, bem como a prática política dos principais atores bolivianos contemporâneos. Dessa maneira, foi possível perceber o quanto de fato persistem no experimento refundacionista atual e na prática política corrente do país uma mescla heterogênea e com distintas ênfases das agendas e práticas das três matrizes, representadas sobretudo no apego à democracia como valor e procedimento; no reconhecimento étnico-cultural trazido ao interior do Estado com a incorporação potencial pelo mesmo de formatos institucionais comunitários e a preservação de espaços autônomos de deliberação; e na busca por participação política mais direta por parte do povo e na ênfase relativa à soberania popular sobre os recursos naturais do país e um maior intervencionismo estatal na economia.

Palavras-chave: Estado Plurinacional. Matrizes políticas. Horizontes Políticos. Memória. Liberalismo. Indianismo. Nacional-popular.

RESUMEN

CUNHA FILHO, Clayton M. *La construcción del horizonte plurinacional: liberalismo, indianismo y nacional-popular en la formación del Estado boliviano.* 2015. 312f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Institudo de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

La presente tesis busca comprender y explicar la formación del Estado Plurinacional de Bolivia a partir del legado de símbolos, procedimientos y modelos de adquisición de legitimidad dejados a lo largo de su historia y que pueden ser agrupados en tres grandes matrices políticas: el liberalismo-constitucional, el indianismo-comunitario y lo nacional-popular. Así, el objetivo es analizar cómo el legado de estas tres matrices, a través principalmente de la evolución histórica de sus horizontes políticos y de la memoria de sus agendas y promesas inconclusas acerca del Estado y de la nación boliviana influencian al presente experimento inaugurado en 2009 con la promulgación de su actual Constitución Política del Estado (CPE). La hipótesis subyacente es la de que el experimento plurinacional, en su tentativa de solucionar la fuerte crisis de legitimidad estatal desatada por por la coyuntura crítica de los años 2000-2005, se alimenta fuertemente de las agendas de estas tres matrices - ya sea intencional y deliberadamente como en el caso del indianismo y del nacional-popular o de manera vacilante como en el del liberalismo - de manera a intentar conciliar al Estado con su abigarrada formación social. A fin de verificarlo, fue realizado un estudio de naturaleza eminentemente bibliográfica complementado por investigación de campo de seis meses con el objetivo de trazar la evolución política de las tres matrices en sus momentos constitutivos, horizontes y agendas y contrastarlas con las características institucionales asumidas por el nuevo Estado Plurinacional, bien como la práctica política de los principales actores bolivianos contemporáneos. De esa manera, fue posible observar la persistencia en el experimento refundacional actual bien como en la práctica política corriente del país una mezcla heterogénea y con distintos énfasis de las agendas y prácticas de las tres tradiciones, representadas sobre todo en el apego a la democracia como valor y procedimiento; en el reconocimiento étnico-cultural traído al interior del Estado con la incorporación potencial por el mismo de formatos institucionales comunitarios y la preservación de espacios autónomos de deliberación; y en la búsqueda por participación política más directa por parte del pueblo y en el énfasis sobre la soberanía popular sobre los recursos naturales del país y una incrementada intervención estatal en la economía.

Palabras-clave: Estado Plurinacional. Matrices políticas. Horizontes políticos. Memoria. Liberalismo. Indianismo. Nacional-popular.

ABSTRACT

CUNHA FILHO, Clayton M. *The construction of the plurinational horizon: liberalism, indianism and national-popular in the formation of Bolivian state*. 2015. 312f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Institudo de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

The present thesis seeks to understand and explain the formation of the Plurinational State of Bolivia from the legacy of symbols, procedures and models of legitimacy left throughout its history and that can be grouped in three great political matrices: Constitutional-Liberalism, Communitarian-Indianism and National-popular. Thus, the aim is to analyze how the legacy of these three matrices influence - mainly through the historical evolution of their political horizons and the memory of the uncompleted agendas and promises towards the State and the nation in Bolivia - the current experiment inaugurated in 2009 with the enactment of the current Constitution. The underlying hypothesis is that the plurinational experiment, in its attempt to solve the strong State legitimacy crisis brought about by the critical juncture of the years 2000-2005, feeds itself from these matrices' agendas - be it intentionally and deliberately as in the case of Indianism and National-popular or reluctantly as in the case of Liberalism - in order to reconcile the State with its motley social formation. In order to assess it, a bibliographical study was conducted and complemented with a six-months fieldwork in Bolivia in order to trace the political evolution of the three traditions in their constitutive moments, agendas and horizons and contrast them with the institutional characteristics assumed by the new Plurinational State and the political practice of contemporary Bolivian actors. Thus, it was possible to notice indeed how persistent they are in the country's ongoing re-foundational experiment and current political practice through an heterogeneous and with different intensities mix of the agendas and practices of the three matrices, represented especially through the attachment to democracy both as a value and a procedure; an ethno-cultural recognition brought inside the State itself with the potential incorporation of communitarian institutional forms and the preservation of autonomous deliberative spaces; and the search for a more direct political participation by the people and the emphasis on popular sovereignty over the country's natural resources and an increased economic intervention by the State.

Keywords: Plurinational State. Political Matrices. Political Horizons. Memory. Liberalism. Indianism. National-popular

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Bolívia em 1825..... 27

Figura 2 – Ocorrência de Insurreições Políticas, 1825-1909..... 51

Figura 3 – Primeiras Maiorias por Departamento, 1980 e 2005..... 224

Figura 4 – Vias de Acesso às AIOC..... 259

Quadro 1 – Desafios Pós-Liberais à Democracia Liberal..... 272

Figura 5 – Situação das Cartas Orgânicas Municipais, junho de 2013..... 274

Quadro 2 – Situação dos Estatutos Autonômicos de Municípios em Conversão AIOC, Junho/2013..... 276

Figura 6 – Municípios onde mais de 75% da população com mais de 15 anos se autoidentifica com algum povo IOC..... 277

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Autoidentificação com povos indígenas – Censo 2001..... 103

Tabela 2 – Resultados Eleitorais Pós-redemocratização, República da Bolívia..... 222

Tabela 3 – Comparativo das Eleições 1980 / 2005, agregado nacional e por departamento..... 223

Tabela 4 – Plebiscito para Conversão em Município AIOC, 2009..... 258

Tabela 5 – Composição e Formas de Eleição das ALD, 2010..... 267

Tabela 6 – Autoidentificação com Nações ou Povos Indígena Originário Camponeses, Censo 2012..... 281

Tabela 7 – Resultados Eleitorais, Estado Plurinacional da Bolívia..... 287

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC - Assembleia Constituinte
ADN - Ação Democrática Nacionalista
AFP - Administradora de Fundos de Pensão
AIOC - Autonomia Indígena Originária Camponesa
ALD - Assembleia Legislativa Departamental
ALP - Assembleia Legislativa Plurinacional
ANMM - Associação Nacional da Mineração Média
AP - Assembleia Popular
APG - Assembleia do Povo Guarani
BIC - Bloco Independente Camponês
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
CEPB - Confederação dos Empresários Privados da Bolívia
CIDOB - Confederação de Povos Indígenas da Bolívia
CNTCB - Confederação Nacional de Trabalhadores Camponeses da Bolívia
COB - Central Operária Boliviana
COR - Central Operária Regional
CONAMAQ - Conselho Nacional de Markas e Ayllus do Qollasuyu
Conisur - Conselho Indígena do Sul
CONDEPA - Consciência da Pátria
Comibol - Corporação Mineira da Bolívia
CPE - Constituição Política do Estado
CPESC - Coordenadora de Povos Étnicos de Santa Cruz
CPEMB - Confederação de Povos Étnicos Moxeños do Beni
CPN - Comitê Político Nacional do MNR
CSCB - Confederação Sindical de Colonizadores da Bolívia
CSCIOB - Confederação Sindical de Comunidades Interculturais Indígena Originárias da Bolívia
CSTB - Confederação Sindical de Trabalhadores da Bolívia
CSUTCB - Confederação Sindical Única de Trabalhadores Camponeses da Bolívia
CUD - Concertação de Unidade Democrática
DS - Decreto Supremo
EGTK - Exército Guerrilheiro Tupaj Katari
FDC-SC - Federação Departamental de Colonizadores de Santa Cruz
FDMC-BS - Federação Departamental de Mulheres Camponesas Bartolina Sisa
FEJUVE - Federação de Juntas Vicinais
FIB - Frente de Esquerda Boliviana
FNMCB-BS - Federação Nacional de Mulheres Camponesas da Bolívia “Bartolina Sisa”
FOL - Federação Operária Local
FOT - Federação Operária do Trabalho
FSB - Falange Socialista Boliviana
FSTMB - Federação Sindical de Trabalhadores Mineiros da Bolívia
FSUTC-SC - Federação Sindical Única de Trabalhadores Camponeses de Santa Cruz Apiahuaiki Tumpa
FUB - Federação Universitária Boliviana
INRA - Instituto Nacional de Reforma Agrária
IOC - Indígena Originário Camponês
LAPOP - Latin American Public Opinion Project

LDJ - Lei de Delimitação Jurisdicional
LEC - Legião de Ex-Combatentes
LMAD - Lei Marco de Autonomias e Descentralização "Andrés Ibáñez"
LPP - Lei de Participação Popular
MACOJMA - Marka de Ayllus e Comunidades Originárias de Jesus de Machaca
MAS - Movimento Ao Socialismo
MDS - Movimento Democrático Social
MIP - Movimento Indígena Pachakutik
MIR - Movimento da Esquerda Revolucionária
MITKA - Movimento Índio Tupaj Katari
MNR - Movimento Nacionalista Revolucionário
MNRI - Movimento Nacionalista Revolucionário de Esquerda
MRTK - Movimento Revolucionário Tupaj Katari
MRTKL - Movimento Revolucionário Tupaj Katari de Liberação
MST - Movimento Sem Terra
MTD - Marcha por Território e Dignidade
NFR - Nova Força Republicana
NPE - Nova Política Econômica
NPIOC - Nações e Povos Indígena Originário Camponeses
OEP - Órgão Eleitoral Plurinacional
ONG - Organização Não Governamental
OIT - Organização Internacional do Trabalho
OTB - Organização Territorial de Base
PCB - Partido Comunista Boliviano
PDC - Partido Democrata Cristão
PIR - Partido da Esquerda Revolucionária
PMC - Pacto Militar-Camponês
Podemos - Poder Democrático Social
POR - Partido Operário Revolucionário
PRA - Partido Revolucionário Autêntico
PRG - Partido Republicano Genuíno
PRIN - Partido Revolucionário da Esquerda Nacional
PRS - Partido Republicano Socialista
PSE - Partido Socialista do Estado
PSOB - Partido Socialista Operário Boliviano
RADEPA - Razão da Pátria
TCO - Terras Comunitárias de Origem
TCP - Tribunal Constitucional Plurinacional
THOA - Taller de Historia Oral Andina
TIOC - Território Indígena Originário Camponês
TIPNIS - Território Indígena e Parque Nacional Isiboro-Sécure
UCS - União Cívica Solidariedade
UDP - União Democrática e Popular
UN - Unidade Nacional
YPFB - Jazidas Petrolíferas Fiscais Bolivianas

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	**16**
1	**A MATRIZ POLÍTICA DO LIBERALISMO-CONSTITUCIONAL**	**29**
1.1	**Das reformas bolivarianas à consolidação da República Oligárquica**	**33**
1.2	**Do auge ao colapso da República Oligárquica: conflitos intraelite e aceleração das contradições no sistema**	**52**
1.3	**Ocaso e restauração oligárquica: interlúdio militar e democracia pactuada**	**70**
1.4	**Auge e queda do novo modelo: consolidação gonista, crise e colapso**	**83**
1.5	**Horizontes do liberalismo-constitucional boliviano**	**90**
2	**A MATRIZ POLÍTICA DO INDIANISMO-COMUNITÁRIO**	**94**
2.1	**Indigenismo, Indianismo e horizontes políticos indígenas na Bolívia contemporânea**	**95**
2.2	**Da Colônia à República: estruturação e persistência do regime de convivência**	**111**
2.3	**Tentativas de extinção e resistência comunitária: da grande ofensiva republicana à crise do sistema oligárquico**	**123**
2.4	**"Eu os faço meus representantes": o sindicalismo "camponês", da interlocução subordinada à reemergência étnica autônoma**	**137**
2.5	**Horizontes da matriz indianista-comunitária**	**150**
3.	**A MATRIZ POLÍTICA DO NACIONAL-POPULAR**	**154**
3.1	**Origens da matriz Nacional-Popular na Bolívia**	**157**
3.2	**Da consolidação da república oligárquica à crise do Chaco**	**167**
3.3	**Do Socialismo Militar à Revolução: ascensão do nacional-popular boliviano**	**173**
3.4	**A Revolução de 1952: auge e queda do nacional-popular**	**185**
3.5	**O Estado de 52 e o "paradoxo senhorial": reconstituição oligárquica e ocaso do nacional-popular boliviano**	**199**
3.6	**O quinquênio 2000-2005 e o renascimento do nacional-popular boliviano**	**214**
3.7	**Horizontes da matriz nacional-popular**	**224**
4	**A CONSTRUÇÃO DO HORIZONTE PLURINACIONAL**	**228**
4.1	**Do colapso do Estado à refundação constitucional: a constituinte como entroncamento institucional das três matrizes**	**238**
4.2	**A construção do horizonte plurinacional como redefinição abigarrada da**	

“Nação Boliviana”..... 245

4.3 Construção estatal abigarrada e novas instituições assimétricas: as autonomias como chave e a constituição como cadeado..... 251

CONCLUSÃO: UTOPIAS, REALPOLITIK PLURINACIONAL E TENSÕES REMANESCENTES..... 268

REFERÊNCIAS..... 290

INTRODUÇÃO

> "Conta-se que, durante uma visita à França nos anos 1970, o líder comunista chinês Zhou Enlai foi perguntado sobre sua opinião acerca da importância histórica da Revolução Francesa, ao que teria respondido que era ainda muito cedo para saber" (CUNHA FILHO, 2009, p. 18).

Com essas mesmas palavras, iniciei a escritura de minha dissertação de mestrado em Ciência Política defendida em 2009 no então Iuperj e com elas decido iniciar a introdução desta tese de doutorado no atual IESP-UERJ porque a intenção com que tinham sido utilizadas naquele contexto mantém-se praticamente inalterada neste de agora: enfatizar as dificuldades inerentes à análise e estudo de temas extremamente recentes e de resultados ainda inacabados e em andamento. Se naquela dissertação de mestrado busquei estudar os elementos de legitimidade com os quais o governo de Evo Morales (então ainda em seu primeiro mandato) procurava construir seu bloco histórico em busca de transformações na excludente sociedade boliviana a partir da memória dos legados das matrizes políticas indianista e nacional-popular, nesta tese procuro compreender e explicar a formação do Estado Plurinacional da Bolívia inaugurado com a Constituição de 2009.

Em grande medida um desdobramento daquela dissertação e dos trabalhos levados a cabo no interior do Observatório Político Sul-Americano (OPSA/IESP-UERJ) ao qual ainda me encontro vinculado na condição de pesquisador responsável pela Bolívia, esta tese busca aprofundar a compreensão do legado e das agendas históricas obtidas ou inconclusas das duas matrizes políticas ali estudadas, e agregar uma terceira – a do liberalismo – para compreender os contornos político-institucionais assumidos pelo novo Estado Plurinacional.

A inclusão da matriz liberal como objeto de investigação desta tese não é, contudo, um desdobramento óbvio e natural na medida em que o novo Estado Plurinacional foi construído após um conturbado processo de lutas sociais – que para muitos representou uma verdadeira revolução (por exemplo, ALMEYRA, 2011; DUNKERLEY, 2007b; GUTIÉRREZ AGUILAR, 2008; HYLTON; THOMSON, 2007; STEFANONI; DO ALTO, 2006) – tendo precisamente o (neo)liberalismo como representação daquilo que se buscava transformar e superar. Mas ainda que os atores que refundaram o Estado tenham buscado fazê-lo reivindicando de maneira mais ou menos explícita a memória, os projetos e legados das matrizes indianista e nacional-popular e negando o liberalismo, a posição central ocupada por este ao longo de quase toda a história política boliviana (ver GOODALE, 2008) fez com que, apesar de todo o peso oligárquico a ele associado, ele tenha deixado um conjunto de símbolos,

procedimentos e modelos de aquisição de legitimidade política dos quais a refundação plurinacional dificilmente poderia escapar. Tal como descrito por Marx (1997, p. 21) "A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos".

Assim, a presente tese buscará compreender o novo Estado Plurinacional da Bolívia a partir não apenas das duas grandes matrizes políticas insurgentes (HYLTON; THOMSON, 2007) – o nacional-popular e o indianismo-comunitário – que em suas histórias de contestação ao excludente Estado liberal-oligárquico deixaram uma memória cujo resgate permitira a construção dos fundamentos de legitimidade do bloco histórico liderado por Evo Morales e seu partido Movimento Ao Socialismo (MAS) (ver CUNHA FILHO, 2009, 2011), mas também a partir da inclusão na análise da própria matriz liberal-constitucional. O objetivo será mostrar como as três grandes matrizes políticas da história boliviana deixaram legados, agendas e marcos de legitimidade que se fizeram presentes na construção do novo artefato institucional inaugurado em 2009.

A utilização do termo "matrizes" para designar o que também poderiam ser entendidos como três grandes projetos de construção do Estado e da Nação no território do país que após a independência passaria a ser conhecido como Bolívia se deve a dois fatores principais. O primeiro, é que o termo "projeto" daria a entender uma ação racional e conscientemente planejada de construção do Estado boliviano, que se bem como se verá nos capítulos seguintes de fato existiu em alguns momentos constitutivos chave da história do país, não foi a regra e mesmo quando nessas exceções, jamais pode ser levado a cabo tal como planejado devido às vicissitudes da vida e luta política no país. Como aponta Joachim Hirsch (2010, p. 36–7, itálicos no original),

> o Estado [...] não é nem o instrumento criado conscientemente pela classe dominante, nem a corporificação de uma "vontade popular" democrática, tampouco é um sujeito ativo autônomo. Ele é bem mais uma *relação social* entre indivíduos, grupos e classes, a "condensação material de uma relação social de força" [nas palavras de Poulantzas] (ver também O'DONNELL, 1978; OSZLAK, 1981; DUSSEL, 2007).

Assim, mesmo a matriz liberal cujos principais atores de fato tinham um projeto consciente de reformulação radical das relações sociais vigentes herdadas do período colonial e que foram aqueles que por mais tempo detiveram o controle político do Estado, viram-se constrangidos em seus objetivos por uma miríade de fatores (dentre os quais, como se verá, as lutas e agendas das outras duas matrizes) que lhes impeliram a abortar ou modificar os planos iniciais e assim foram gestando um Estado em muitas maneiras e graus diferente dos objetivos iniciais. Apesar de tentarem várias vezes redefinir a sua maneira as relações sociais herdadas

do período colonial, "uma e outra vez eles tinham que admitir publicamente que não podiam" [1] (GOTKOWITZ, 2007, p. 19. Tradução nossa).

E nessas tentativas (parcialmente) frustradas de redefinição social e construção estatal, desenvolveu-se o que Brooke Larson (2004, p. 40. Tradução nossa) chama de "linguagem do conflito"[2], padrões discursivo-legais de interação entre o Estado e sujeitos políticos reativos a tais planos de redefinição social através dos quais este Estado era frequentemente forçado a renegociar suas bases de legitimidade perante tais sujeitos. O que nos traz à segunda razão da escolha do termo "matrizes" para definir essas três grandes linhas de construção do Estado e da nação bolivianos: *mutatis mutandis*, o processo se assemelha bastante ao descrito pelo historiador E. P. Thompson (1979) sobre a "economia moral" que orientava os chamados motins de subsistência relacionados ao preço do trigo na Inglaterra do século XVIII. Na transição à economia industrial moderna de livre mercado, os setores populares ingleses sentiam-se autorizados a resistir à roda do "progresso" em nome do que percebiam como uma tradição instituída de paternalismo e proteção social em torno do trigo cuja violação punha, perante seus olhos, em questão a própria legitimidade do Estado. Assim, seguindo a denominação proposta por Thompson pela sua similitude com o caso boliviano[3], opto por chamá-las de "matrizes" porque, em última instância, o que essas três histórias políticas que busco reconstruir nos capítulos 1, 2 e 3 geraram foram, além de demandas e agendas muitas vezes (parcialmente) inconclusas, padrões e fontes de legitimação do Estado boliviano os quais, como buscarei demonstrar no capítulo 4, influenciaram e condicionaram os contornos possíveis da refundação estatal empreendida pela Assembleia Constituinte (AC) que faria nascer o atual Estado Plurinacional da Bolívia.

Antes de passar à reconstrução das três matrizes propriamente ditas, entretanto, é necessário antecipar algumas considerações sobre a própria formação social e estatal bolivianas durante a colônia e em seu convulsivo processo de independência. Após a conquista do Império Inca, do qual grande parte da atual Bolívia fazia parte, a Coroa espanhola estabeleceu um sistema indireto de governo através das chamadas *encomiendas*. Grandes extensões territoriais eram concedidas a encomendeiros, juntamente com toda a população indígena nela contida, que eram então oficialmente responsáveis por catequizar os índios e tinham o direito de explorar sua mão de obra mediante o pagamento de impostos e o fornecimento de mão de obra e auxílio militar à Coroa. Os caciques indígenas, entretanto,

[1] O texto em língua estrangeira é: "time and again they had to admit publicly that they couldn't".
[2] O texto em língua estrangeira é: "language of contention".
[3] Algo já reconhecido em grande medida pela bibliografia boliviana e bolivianista desde pelo menos o seminal trabalho de Tristán Platt (1982).

tiveram sua nobreza reconhecida e atuavam como intermediários entre os encomendeiros (e por extensão a Coroa) e o resto da população aborígene, sendo responsáveis pelo recolhimento de tributos e reunião de mão de obra para a *mita*[4].

No entanto, o sistema não era totalmente confiável para a Espanha na medida em que muitos encomendeiros se tornavam demasiadamente poderosos e lutavam entre si por maiores poderes e autoridade. Especialmente após a descoberta das imensas jazidas de prata de Potosí nos anos 1540, tornou-se imperativo a montagem de um sistema mais eficiente e confiável para a exploração das imensas riquezas que se anunciavam. A fundação em 1561 da Real Audiência de Charcas, órgão jurídico-administrativo responsável pela maior parte do território correspondente à Bolívia (então chamada de Alto Peru), dependente do Vice-Reino do Peru, mas com certo grau oficial de autonomia e cujas funções de governo frequentemente se superpunham às daquele, foi uma primeira tentativa de racionalização do sistema administrativo colonial. Mas foi o vice-rei Francisco de Toledo quem desenharia o novo sistema colonial entre 1574-77 a partir de reformas que buscaram, ao mesmo tempo, consolidar o sistema dual de "república de espanhóis/república de índios", aproximar o sistema administrativo de padrões ibéricos e integrar as comunidades indígenas ao mercado colonial (KLEIN, 1992, 2003; MESA; GISBERT; MESA GISBERT, 2008; SAIGNES, 1999; THORNTON, 2011).

Toledo buscou concentrar as comunidades indígenas que viviam espalhadas por grandes territórios em reduções de geografia semelhante ao urbanismo castelhano de então. Como forma de diminuir algo do poder dos caciques, criou uma série de postos civis análogos aos existentes na Espanha, como prefeitos e corregedores, cujas autoridades se sobrepunham ao poder soberano dos caciques sobre as comunidades. Mas para garantir o controle sobre essas mesmas comunidades e sua aquiescência à extração de tributos e trabalho necessários para a colônia, o vice-rei manteve em grande medida o papel dos caciques como intermediários entre os dois mundos e com a manutenção de altos graus de autonomia interna às comunidades conquanto seguissem cumprindo com suas obrigações coloniais tributárias e de fornecimento de mão de obra às minas. Como será visto nos capítulos 1 e 2, esse sistema de soberania territorial indireta e pacto colonial de reciprocidade seriam mantidos ainda durante muito tempo na República independente por razões de necessidade fiscal e incapacidade estatal de impor as reformas "modernizantes" que almejava. E mesmo após a

[4] Trabalhos forçados prestados pelos indígenas à Coroa, em geral nas minas. A *mita* fora uma incorporação pelo sistema colonial do sistema pré-existente de trabalhos coletivos rotativos obrigatórios que as comunidades deviam prestar ao Império Inca.

dissolução formal e jurídica das comunidades indígenas, essa autonomia *de facto* seria mantida em muitos lugares do extenso território boliviano que, por um motivo ou outro – em geral, ausência de recursos econômicos de interesse estratégico imediato –, não eram objeto de atenção do poder público e suas instituições. Mesmo já avançado o século XX, às vésperas da Revolução de 1952 e em muitos casos também ainda além dela (como será visto no capítulo 3), pesquisas sobre a Bolívia precisavam utilizar termos como "sociedade englobante"[5] (IRUROZQUI, 2000a) ou "sistema nacional"[6] (MALLOY, 1970) para diferenciar entre aqueles atores e grupos sociais e políticos plenamente integrados ao que se poderia qualificar como sistema político nacional, propriamente boliviano, e não meramente local e com pouca vinculação com as disputas nacionais, correspondendo estes últimos durante a maior parte de sua história à maior parte do território e da população bolivianos.

Foi a persistência tão profunda dessa situação de desconexão fática entre o Estado e seu território e a maioria de seus cidadãos[7] que levou o sociólogo René Zavaleta a cunhar o já célebre conceito de formação social *abigarrada*[8]: a sociedade boliviana seria composta, na verdade, por muitas sociedades e civilizações justapostas, com tempos socioeconômicos distintos e na qual nenhuma delas é capaz de impor sua hegemonia completamente sobre as outras (ver SANTAELLA GONÇALVES, 2012; TAPIA, 2002; ZAVALETA MERCADO, 2009b). Ao mesmo tempo em que possuía setores capitalistas modernos e conectados à economia mundial, como os enclaves mineiros, a Bolívia ostentava inúmeras comunidades isoladas e com economias de subsistência não capitalista ou pouquíssimo integradas ao mercado nacional[9]. O encadeamento entre essas várias sociedades e economias seria mínimo, muitas vezes meramente formal e era nessa característica peculiar, cujas origens remontam em grande medida ao legado colonial espanhol (preservado durante a maior parte do período republicano), que Zavaleta identificava a origens das frequentes crises de hegemonia pelas quais passava o país.

Embora o conceito tenha em alguma medida se tornado um chavão reificado, que de tão repetido às vezes se presta a confusões e exageros, como quando Luis Tapia (2011b, p.

[5] O texto em língua estrangeira é: "sociedad englobante".
[6] O texto em língua estrangeira é: "national system".
[7] Como se verá nos capítulos seguintes, o próprio termo "cidadão" para se referir a todos os bolivianos adultos somente se torna uma realidade após a Revolução de 1952. Até então, a cidadania boliviana muito mais do que um direito era um privilégio de poucos e algo a ser "conquistado" pelos diferentes grupos sociais, após o quê passava a servir como uma distinção quase de casta, separando aqueles que a detinham do restante das massas bárbaras e ignaras (ver IRUROZQUI, 1996, 2000a, 2004).
[8] *Abigarrado*, em espanhol, seria traduzido ao português como variegado, feito de retalhos justapostos. Como a tradução parece perder um pouco do sentido original, opto por manter o termo no original.
[9] O qual, num sentido pleno do termo, era virtualmente inexistente durante a maior parte da história boliviana, salvo para alguns produtos específicos como a coca, utilizada como estimulante pelos trabalhadores mineiros.

48) afirma que a Bolívia seria apenas o nome formal de um país referido apenas a sua sociedade dominante e sem maiores vinculações com suas multi-sociedades subalternas[10], com as devidas matizações a noção de que a Bolívia é uma sociedade abigarrada continua sendo um conceito chave para a compreensão das dinâmicas políticas do país e de sua tentativa de refundação institucional enquanto Estado Plurinacional, como será visto no capítulo 4. Se na alvorada do século XXI a formação social boliviana talvez já não seja tão abigarrada quanto o fora em épocas pretéritas em termos de uma desconexão tão profunda entre seus elementos constituintes, havendo já fortes indícios de que se possa falar em um Estado e uma sociedade efetivamente nacionais (ainda que esta permaneça profundamente plural e heterogênea), algo que se conecta fortemente com a discussão do abigarrado em termos político-instuticionais é o fenômeno que George Gray Molina (2008, p. 110.Tradução nossa) descreve como um "Estado com furos"[11].

"[S]em dúvidas um dos mais persistentes legados do domínio colonial espanhol na política [boliviana] contemporânea"[12] (GRAY MOLINA, 2008, p. 112), o Estado boliviano teve que ir se construindo não como costuma acontecer, fruto de um processo linear de expansão territorial da soberania de um núcleo pré-existente, mas sim em um lento processo de negociação de limites e fronteiras da legitimidade da ação estatal frente a soberanias locais protoestatais constituídas. Comunidades indígenas autônomas *de jure* ou *de facto*, caudilhos e elites regionais locais frequentemente em disputa entre si e mais contemporaneamente sindicatos mineiros e camponeses frequentemente detinham na prática a soberania territorial em suas regiões, bem como a legitimidade local frente ao seu exercício de funções e ações tidas como tipicamente estatais. Isto não quer dizer que o Estado boliviano tenha abdicado de

[10] O que, como se verá no capítulo 4, é inexato e contradito pelos números das pesquisas de opinião pública. Mesmo em um ano altamente conflitivo e que para muitos se inseria em uma conjuntura plenamente revolucionária como foi 2004, 85% da população afirmara sentir "orgulho nacional" de seu país (VERDESOTO; ZUAZO, 2006, p. 33), dado estatístico que não mostrava variações significativas mesmo diante da autoidentificação positiva dos respondentes com identidades étnicas. Pelo contrário, em alguns casos como na autoidentificação enquanto quéchua, embora pequena a tendência era inclusive de reforço ao sentimento de pertencimento à comunidade nacional boliviana (VERDESOTO; ZUAZO, 2006, p. 37). Mas mesmo em períodos bastante anteriores (ver ALBÓ; BARRIOS SUVELZA, 2007, p. 36), como durante a presidência de Manuel Isidoro Belzu (1848-1855), o presidente que consolidou os símbolos nacionais bolivianos (bandeira, brasão e hino nacional), há registros historiográficos de busca pelo presidente do reforço de sua legitimidade política através da adoção de atos simbólicos embebidos nas tradições indígenas e, o que é mais importante para o argumento aqui levantado, de sua aceitação e reconhecimento como líder "nacional" pelas massas indígenas do país (ver THIESSEN-REILY, 2008). Eram sem dúvidas elementos bastante embrionários de gestação da "bolivianidade", que se massificará somente após a Revolução de 1952 (ALBÓ; BARRIOS SUVELZA, 2007, p. 169), mas que são importantes de reconhecer e considerar a fim de não cair em simplificações excessivas ou exageros demasiados sobre a ideia de ausência de uma bolivianidade capaz de servir de "identidade guarda-chuva" à maior parte da população boliviana contemporânea.

[11] O texto em língua estrangeira é: "state with holes".

[12] O texto em língua estrangeira é: "[W]ithout a doubt, one of the most long-standing legacies from Spanish colonial rule in present-day [Bolivian] politics".

sua soberania frente a esses "furos", mas sim, como será visto nos capítulos seguintes, que frequentemente adotava uma espécie de mando indireto através de *proxies* que ocupavam um papel de mediação entre os "protoestados" locais e o Estado nacional e cujas bases de legitimidade precisavam ser frequentemente renegociadas (GRAY MOLINA, 2008, p. 112).

Ainda segundo Gray Molina (2008, p. 120. Tradução nossa), contemporaneamente o "império da lei não é fraco na Bolívia devido à incapacidade de alcançar a população, mas devido à falha em adquirir uma legitimidade vinculante quando o faz"[13]. Segundo ele, teria se desenvolvido no país um *modus vivendi* entre Estado e sociedade fortemente marcado por legitimidades conflitantes que, através dessa perene renegociação bilateral da legitimidade, teria conseguido evitar no país graus elevados de violência política, guerras civis prolongadas ou conflitos étnicos exacerbados apesar dos notórios índices de pobreza extrema, desigualdades sociais, fragmentação étnica e desequilíbrios econômicos regionais. Mas por outro lado, também teria sido incapaz de gerar um núcleo comum de legitimidade, fazendo com que conflitos que envolvam mais do que um núcleo territorial de proto-soberania (e, portanto, de legitimação) inevitavelmente derivem em demonstrações de força e ações de protesto político direto, pois a solução passaria inevitavelmente por uma política crua de demonstração e exercícios de força, ainda que a mesma viesse posteriormente a ser "legalizada" a partir de reformas e ações legislativas.

Último país sul-americano a consolidar sua independência em 1825, o território da atual Bolívia fora, no entanto, pioneiro nas lutas independentistas. Já no período 1780-1 partes do atual território boliviano (entre outros, Chayanta, Oruro, Tupiza e La Paz) foram importantes epicentros da grande sublevação anticolonial pan-andina liderada em diferentes fases por heróis indígenas como José Gabriel Condorcanqui (Tupac Amaru II), Tomás Katari, Julián Apaza (Tupaj Katari) e Bartolina Sisa (HYLTON; THOMSON, 2007; KLEIN, 1992, 2003; MESA; GISBERT; MESA GISBERT, 2008; THOMSON, 2002). Embora a historiografia oficial tenha por muito tempo negado o caráter precursor de tais revoltas no processo independentista (THOMSON, 2002, 2003), como será visto no capítulo 2 as sublevações do final do século XVIII foram importantes momentos constitutivos que delinearam importantes partes do horizonte político indianista contemporâneo e cuja memória seria devidamente resgatada e ativamente mobilizada por intelectuais e líderes políticos indígenas da Bolívia pós-52. Mas mesmo desconsiderando o papel precursor de tais sublevações, ainda a partir da historiografia oficial o país continua pioneiro no início do

[13] O texto em língua estrangeira é: "rule of law is not weak in Bolivia because of a failure to reach the population but because of a failure to assert binding legitimacy when it does so".

processo independentista tendo sido o primeiro a emitir não uma, mas duas proclamas independentistas em 1809: a de 25 de maio na atual cidade de Sucre, sede da Real Audiência de Charcas e proclamada pelos próprios ouvidores da Audiência; e a de 16 de julho na cidade de La Paz[14], liderada entre outros pelo mestiço Pedro Domingo Murillo.

Dentro do contexto da ocupação napoleônica da Península Ibérica na Europa, que resultou no aprisionamento do monarca espanhol Fernando VII e na fuga da família real portuguesa para o Brasil, os "doutores de Charcas", como eram conhecidos os ouvidores da Audiência proclamaram seu desconhecimento da autoridade do vice-rei Liniers e a constituição de um governo independente em Charcas. O argumento utilizado era a doutrina filosófica conhecida como "silogismo alto peruano" desenvolvida na Universidade San Francisco Xavier, localizada na mesma cidade da Audiência, e que se baseando nas doutrinas de São Tomás de Aquino proclamava que a autoridade governamental provinha do povo e que o rei governava em seu nome; desaparecendo o rei, a soberania voltava ao povo e somente este poderia tomar determinações. Assim, com o pretexto da prisão de Fernando VII, os ouvidores da Audiência de Charcas proclamaram a independência da mesma e enviaram emissários a outras cidades sob sua jurisdição para informar dos sucessos ali ocorridos. Foi, entretanto, um acontecimento quase completamente restrito à própria burocracia da audiência e sem maiores consequências ou ações populares (KLEIN, 2003, p. 91–2; MESA; GISBERT; MESA GISBERT, 2008, p. 248–50).

Já a proclama emancipatória pacenha, por sua vez, embora tenha se valido do mesmo silogismo alto peruano como pretexto para proclamar a independência, foi um evento mais radical e de maior participação popular. Aproveitando-se da procissão religiosa da Virgem de Carmem, os revolucionários de La Paz detiveram ao intendente Tadeo Dávila e convocaram a uma assembleia pública (*cabildo*) que declarou a conformação de uma Junta Tuitiva independente sob a presidência de Domingo Murillo e que contou, inclusive, com a participação de três representantes indígenas em nome das províncias de Yungas, Omasuyos e Sorata. A Junta foi, entretanto, brutalmente esmagada por tropas realistas enviadas desde Cusco e maioria de seus líderes, incluindo Domingo Murillo, foram executados, esquartejados e seus restos exibidos em locais públicos de diversas localidades (KLEIN, 2003, p. 92–3; MESA; GISBERT; MESA GISBERT, 2008, p. 251–2; WHITEHEAD, 2001, p. 24).

[14] Quito, no atual Equador, também se rebelaria em 1809, mas apenas em dezembro e Buenos Aires iniciaria seu processo independentista apenas no ano seguinte, em maio de 1810 (MESA; GISBERT; MESA GISBERT, 2008, p. 248).

Entretanto, a luta independentista prosseguiu no país através de guerrilhas rurais algumas das quais conseguiram, por algum momento, deter o poder e controle territorial conformando-se em proto-estados conhecidos na história boliviana como as republiquetas. Todas elas, com exceção da republiqueta de Ayopaya[15], entretanto, foram suprimidas pelas tropas realistas ao longo das lutas de independência que passaram então a ser travadas sob comando principal de forças estrangeiras que já haviam conseguido consolidar sua emancipação do domínio colonial espanhol, primeiro os Exércitos Auxiliares de Buenos Aires e logo as tropas colombianas de Bolívar e Sucre. A relação entre as republiquetas e as tropas estrangeiras ao longo do processo, sobretudo as argentinas, não esteve livre de tensões, já que se bem as mesmas procuraram se auxiliar mutuamente, por vezes havia desconfianças entre suas lideranças e a percepção (não sem fundamentos) de que as tropas auxiliares perseguiam objetivos próprios e não necessariamente congruentes com o desejo local por autonomia e emancipação. A lógica inescapável da guerra de independência ditava às tropas independentistas estrangeiras a necessidade de buscar recursos de onde pudessem ser extraídos, como a Casa da Moeda de Potosí, e a empreender ações de terra arrasada quando necessitavam bater em retirada frente às ofensivas realistas que geravam forte rechaço das populações locais que arcavam com o pior da devastação de uma guerra longa e arrastada e percebiam tais ações, muitas vezes, como mera pilhagem e conquista. Além disso, líderes das republiquetas como Miguel Lanza de Ayopaya ou Manuel Ascencio Padilla em La Laguna[16] que durante muito tempo representaram a única resistência local ao poder espanhol eram por vezes tratados como meros subordinados apesar do valor e lealdade demonstrados nos campos de combate, até serem abandonados à própria sorte quando os interesses portenhos já não tinham na libertação das "províncias altas" uma prioridade. Tais contradições, no entanto, ajudaram a consolidar uma espécie de sentimento protonacional em Charcas que, em última instância, acabou determinando a formação em seu território de uma república independente em 1825 (ver Figura 1) apesar dos desejos de anexação do mesmo por Buenos Aires ou dos projetos de Simón Bolívar de uni-la ao Peru (ver ROCA, 2011).

Essa narrativa resumida de parte do processo independentista boliviano é importante por algumas razões. A primeira, porque a experiência das republiquetas, de ampla

[15] Liderada por Miguel Lanza, a Republiqueta de Ayopaya chegou a controlar uma área de aproximadamente 1400km^2 e conseguiu perdurar por todo o longo período de lutas independentistas e chegou mesmo a conquistar e ocupar La Paz pouco antes da chegada das tropas lideradas pelo Marechal Antonio José de Sucre.

[16] A Republiqueta de La Laguna foi liderada por Manuel Ascencio Padilla e sua esposa Juana Azurduy de Padilla e contou com ampla participação popular, incluindo indígenas, na região norte de Chuquisaca. A republiqueta foi derrotada na chamada Batalha de La Laguna em 13 de setembro de 1816 com a morte de Manuel Ascencio Padilla. Sua esposa, entretanto, conseguiu escapar e continuou realizando importantes ações de guerrilha em cooperação com outras republiquetas ainda em resistência.

participação popular e quase todas (sobretudo a de La Laguna) com grande participação indígena serve para mostrar que os caminhos que o país independente tomaria de exclusão sistemática de sua população aborígene de sua vida política nacional não era uma necessidade histórica inexorável e talvez por isso mesmo a historiografia oficial boliviana, uma vez "escolhido" o caminho de construção de uma república oligárquica, tenha por um longo período mesmo omitido o registro dessa participação indígena na luta pela independência. Em segundo lugar, porque também alude aos primórdios da formação dos horizontes de camaradagem horizontal e destino compartilhado apontados por Benedict Anderson (2006) como formadores da "comunidade imaginada" que é a nação. Ainda que a república oligárquica posterior à independência tenha limitado a amplitude de inclusão nessa comunidade imaginada a uma parcela ínfima da população, de modo a permitir que se falasse no nacionalismo boliviano do século XIX e princípios do século XX como um "nacionalismo sem nação"[17] (DEMELAS, 1980. Tradução nossa), como se verá no capítulo 1 ela deixou mesmo assim um legado de símbolos, rituais e procedimentos de legitimidade que contribuíram para a percepção de existência de um país e sem os quais talvez de fato a Bolívia fosse mesmo hoje apenas um nome formal referente apenas a sua sociedade dominante como exagera Tapia (2011b, p. 48). E por último, porque a memória de alguns de seus acontecimentos, desta vez já não como mero peso das gerações mortas como descrito por Marx (1997, p. 21), mas como recuperação e mobilização consciente e necessária para a luta emancipatória como a define Walter Benjamin em suas teses *Sobre o Conceito de História* (apud. LÖWY, 2005) será fundamental para os atores das matrizes insurgentes indianista e nacional-popular. Para Benjamin, que concebia a história como um anjo com as costas voltadas para o futuro e constantemente soprado adiante pelos ventos do passado, a luta transformadora alimenta-se "da visão dos ancestrais escravizados, e não do ideal dos descendentes libertados" (apud. LÖWY, 2005, p. 108). A história, para ele, seria como uma faísca capaz de detonar efeitos no presente e "projetos de emancipação social e política que foram vencidos ou esquecidos [...], por não terem podido se realizar continuam latentes e suscetíveis de serem reacendidos"[18] (TAPIA, 2002, p. 32) por essa faísca.

É em grande medida por aceitar como válido o paradigma benjaminiano sobre o caráter da história e sua influência nas lutas políticas presentes que esta tese se estrutura a partir da busca em suas três grandes matrizes políticas das raízes e horizontes de que se nutre

[17] O texto em língua estrangeira é: "nationalisme sans nation".
[18] O texto em língua estrangeira é: "proyectos de emancipación social y política que fueron vencidos u olvidados […], por no haberse realizado continúan latentes y susceptibles de ser reencendidos"

o atual experimento institucional do Estado Plurinacional inaugurado em 2009. A noção de que há de fato na história política boliviana tradições tão arraigadas ao ponto de poderem ser consideradas de natureza "amplamente sócio-estrutural"[19] (WHITEHEAD, 2001, p. 35. Tradução nossa) não é inédita. Por exemplo, o citado Laurence Whitehead (2001) aponta para a própria constituição da Audiência de Charcas e a proclamação independentista dos "doutores de Chuquisaca" como origens de uma longa matriz liberal-constitucionalista no país e o "grito libertário" de La Paz como uma das origens do que chama de uma matriz de participação popular e atuação política direta, muitas vezes ultrapassando os canais institucionais excludentes e que culminaria na Revolução de 1952, matriz esta que será aqui tratada no capítulo 3 sob o nome de nacional-popular. Forrest Hylton e Sinclair Thomson (2007), por sua vez, já trataram dos impactos das memórias das lutas nacional-popular e indígena sobre a conjuntura crítica do quinquênio 2000-2005, enquanto Silvia Rivera (1987) já abordara os impactos do que ela chama de memória longa (referente ao passado colonial) e curta (referente à reforma agrária conduzida após a Revolução de 1952) sobre os horizontes de luta indígena-camponesa da Bolívia contemporânea. Maristella Svampa (2007), por sua vez, já especulara se o mencionado quinquênio e sua confluência de indianismo e nacional-popular não teria sido já um momento constitutivo suficientemente potente para converter a Revolução de 1952 em uma espécie de "memória média" e se constituir na nova memória curta a influenciar os horizontes políticos do país.

A própria palavra "horizontes" utilizada aqui e nos capítulos seguintes para se referir aos projetos e agendas inconclusas das três matrizes e seus legados enquanto fontes possíveis de legitimidade estatal não é acidental. Pois a palavra "horizonte" possui uma ambiguidade semântica que se adequa perfeitamente ao sentido aqui buscado: como notam Hylton e Thomson (2007, p. 31), horizonte é não apenas uma projeção futura de expectativas e possibilidades, mas em arqueologia significa também as diversas camadas sobrepostas de terra e vestígios humanos cuja escavação é o ofício dessa ciência. Esse duplo sentido, ao mesmo tempo uma projeção futura e uma acumulação de camadas do passado, torna a palavra horizonte perfeita para expressar essa noção dos legados das três matrizes políticas bolivianas na conformação do atual Estado Plurinacional na medida em que este é obviamente um projeto institucional com aspirações de futuro, mas também – e este é o argumento desta tese – uma espécie de entroncamento dos legados deixados pelas matrizes pretéritas, tanto como

[19] O texto em língua estrangeira é: "broadly socio-structural in nature".

peso opressor inescapável das gerações passadas (MARX, 1997, p. 21) quanto como busca consciente e recuperação ativa de agendas inconclusas (BENJAMIN apud. LÖWY, 2005).

Figura 1: Bolívia em 1825

Fonte: Reproduzido de Hylton e Thomson (2007, p. vii).

Certamente o maior pensador boliviano do século XX, René Zavaleta Mercado considerava que o presente político podia ser muito melhor explicado através da inquisição de sua gênese histórica que pela descrição de suas instituições e atores sociais contemporâneos. Zavaleta desenvolveu assim a noção de momento constitutivo, processos e conjunturas normalmente marcados por algum tipo de crise intensa (guerra, mortalidade, depressão econômica aguda) nos quais se produzem os marcos dentro dos quais se enquadrará a luta política e as estruturas sociais de determinada *polis* pelos seguintes anos (ver TAPIA, 2002, p. 293–304). Assim, seguindo o método zavaletiano, o que se buscará nos capítulos 1, 2 e 3, respectivamente, será perscrutar a história política das três matrizes políticas aqui denominadas de liberalismo-constitucional, indianismo-comunitário e nacional-popular em busca de seus momentos constitutivos e o legado por elas deixados em termos de projetos e agendas de construção do Estado boliviano para, no capítulo 4, tentar mostrar como a síntese das mesmas influenciou os contornos institucionais concretos do Estado Plurinacional inaugurado em 2009. Por fim, na conclusão busco analisar até que ponto este novo Estado

poderá ser bem-sucedido em alcançar aquilo que, como aponta Gray Molina (2008), mais falta fez a seus antecessores: a constituição de um núcleo comum de legitimidade institucional.

1. A MATRIZ POLÍTICA DO LIBERALISMO-CONSTITUCIONAL

Embora seja possível argumentar que em certo sentido, no apego a um governo constitucional regido por leis, antecedentes importantes datem da própria colônia e da instituição da Audiência de Charcas como órgão governante do território hoje correspondente ao país (WHITEHEAD, 2001, p. 22–3), é com a fundação da independente República Bolívar em 1825, posteriormente renomeada para República da Bolívia, que se consolida o nascimento da matriz política liberal boliviana. O próprio processo de independência no país, assim como o dos demais países da América Hispânica, está marcado em suas origens pelas controvérsias derivadas da ocupação da Espanha pelas tropas napoleônicas, com a prisão do monarca Fernando VII e a revolução liberal das Cortes de Cádiz na primeira década do século XIX. Ainda que em geral os processos independentistas tenham sido deflagrados justamente pela recusa formal da aceitação do constitucionalismo liberal proposto em Cádiz e as proclamas de lealdade ao monarca absoluto capturado (ROCA, 2011), o processo das lutas independentistas tomaria uma dinâmica própria através da qual por volta de sua conclusão todos os novos Estados fundados estavam fortemente influenciados - ao menos em um nível formal e retórico - pelos ideais associados ao liberalismo europeu e defendidos pelos principais próceres do Exército Libertador de Simón Bolívar.

No caso da Bolívia, que inclusive adotou tal nome em homenagem ao Libertador e como forma de facilitar a obtenção de seu beneplácito à consolidação da proclamação de uma república independente no território da antiga Audiência de Charcas[20], essa influência é óbvia desde sua primeira constituição, outorgada pelo próprio Bolívar com a intenção declarada de ser a constituição mais liberal já tida por um país (ver KOHL, BENJAMIN H.; FARTHING, 2006, p. 41; URIOSTE NARDIN, 2009, p. 71). As reformas propostas por Bolívar eram extremamente ambiciosas e buscavam liquidar com as estruturas coloniais herdadas, como os privilégios da Igreja ou as estruturas de posse comunal de terras indígenas e os impostos

[20] Em suas ideias de união continental, Bolívar favorecia pessoalmente a constituição de um único Estado independente nos territórios que hoje formam Peru e Bolívia. Entretanto, as experiências de autogoverno propiciadas pela longa existência da Audiência de Charcas (fundada em 1561) com atribuições que muitas vezes se sobrepunham às do Vice-Reino do Peru (e nos últimos anos da colônia ao de Buenos Aires), além de vicissitudes próprias da dinâmica mesma da longa e arrastada guerra de independência no solo boliviano ocasionaram o surgimento de um embrião de sentimento nacional percebido pelo Marechal Sucre e que o levou a acatar o desejo local de constituição de um Estado independente apesar das resistências de Bolívar. A escolha do nome teria sido uma forma de tentar atrair suas simpatias ao projeto a partir da homenagem (ROCA, 2011).

corporativos por eles pagos, sem no entanto preocupar-se com entender como funcionavam realmente na prática as estruturas sociais, políticas e econômicas no novo país.

Como logo constataria o Marechal Antônio José de Sucre, braço direito de Bolívar e primeiro presidente a exercer de fato a presidência boliviana (1825-28)[21], a realidade concreta do novo país logo imporia claros limites e resistências ao ambicioso projeto de reformas liberais, mesmo entre grupos pensados como beneficiários diretos das mesmas. Por exemplo, os decretos de Bolívar de 1824 e 1825 estabeleciam que os indígenas seriam os proprietários individuais das terras que ocupavam e aboliam o status corporativo das comunidades indígenas e o tributo indígena, com a intenção de assim eliminar o que ele via como um oneroso e discriminador resquício colonial e integrar os indígenas como cidadãos plenos da nova república. Entretanto, as reformas foram resistidas pelos próprios indígenas tanto pela inadequação da quantidade de terras individuais a ser recebidas aos padrões andinos de agricultura vigentes, quanto pelo temor a um novo status individual desconhecido e sem as proteções corporativas comunitárias de que gozavam. De qualquer forma, a própria situação econômica desastrosa do novo país se encarregaria de sepultar os projetos de reforma: com a economia em ruínas pela longa guerra de independência, com as minas abandonadas e sem capital suficiente para sua recuperação, o Estado boliviano tinha no tributo indígena a única fonte de ingressos com que podia contar com segurança naquele momento, de modo que Sucre abortou a ambiciosa reforma agrária bolivariana pelo pragmático motivo da dependência fiscal (ver KLEIN, 1993, 2003; LANGER, 1988; LANGER; JACKSON, 1997; MESA; GISBERT; MESA GISBERT, 2008).

Após sua renúncia à presidência em 1828 – provocada em grande medida, entre outros motivos, pela forte resistência das elites locais a tentativas de reformas que ameaçavam alguns de seus privilégios – o país ingressaria em um período relativamente longo no qual o liberalismo boliviano entraria numa espécie de refluxo ideológico, sendo deixados de lado projetos mais ambiciosos de reforma com intenções plenamente programáticas de liquidar com os legados não-liberais herdados da colônia pela nova república. Com a presidência do Marechal Andrés de Santa Cruz (1829-39) o regime de "convivência" entre os ideais universais de modernidade proclamados pela república e heranças coloniais como as comunidades indígenas *de facto* autônomas seria inclusive formalizado em 1831, com lei aprovada que declarava os indígenas proprietários de todas as terras que houvessem ocupado por um prazo mínimo de dez anos, mantendo a cobrança do imposto indígena colonial e que

[21] Bolívar foi declarado seu primeiro presidente, mas não chegou a exercer na prática o cargo que lhe fora designado, abdicando em favor de Sucre (ver MESA GISBERT, 2006).

na prática "constituiu-se na negação dos decretos promulgados entre 1824 e 1825 pelo Libertador"[22] (LANGER, 1988, p. 62. Tradução nossa). A partir daí, com algumas pequenas alterações como os decretos de José Ballivián (1841-47) em 1842 que estabeleceram que a propriedade das terras comunais pertencia ao Estado, embora sua posse aos indígenas estivesse assegurada em usufruto, o tema da reforma e "modernização" da estrutura agrária nacional sairia do primeiro plano da agenda política até pelo menos a década de 1860 quando retornaria com força total. Durante o período, o grande alvo da matriz liberal boliviana se concentraria principalmente em temas econômicos, com a pugna pela implementação de um regime econômico livre-cambista em oposição a preocupações mercantilistas de consolidação de um mercado nacional defendidas por nomes como o próprio Santa Cruz e Manuel Isidoro Belzu (1848-55) depois dele (ver LANGER, 1988; SCHELCHKOV, 2007; ZAVALETA MERCADO, 2008). Mas cada vez mais essas ideias iriam perdendo a batalha ideológica com o livre-cambismo que se consolidaria como o modelo econômico do país e a espinha dorsal da matriz liberal boliviana até o retorno das preocupações com a modernização de suas estruturas sociais mais profundas que, como veremos, não voltaria apenas por preocupações programáticas ou compromissos plenamente ideológicos.

Mas já durante esse período, no entanto, além das discussões econômicas a matriz liberal local também foi se assentando – mesmo através dos defensores de políticas econômicas protecionistas que, como será visto no capítulo 3, dariam início ao embrião da matriz nacional-popular boliviana – por meio da consolidação dos elementos simbólicos de detenção legítima do poder estatal próprios do ideário liberal como a realização de eleições, a proclamação de constituições, a existência de parlamentos e a separação de poderes. Ainda que até a consolidação do primeiro sistema de partidos do país a partir de 1880 o golpe de Estado tenha sido a forma por excelência de acesso ao poder – e mesmo a partir daí as fraudes eleitorais também tenham sido regra e o próprio golpe como possibilidade de tomada do poder nunca tenha sido totalmente descartada como atestariam seu retorno em 1899 e 1920 – o fato é que mesmo o mais autoritário dos caudilhos militares nunca abdicou de recorrer à promulgação de uma nova constituição e à convocação do parlamento como forma de legitimar *ex post* sua detenção do poder político nacional, razão pela qual opto por chamar aqui tal matriz de liberal-constitucional. E como nas disputas intraelite pelo poder as facções perdedoras sempre denunciavam os abusos, atropelos e descumprimentos das regras republicanas "modernas e civilizadas", a conjunção entre essa consolidação simbólica e os

[22] O texto em língua estrangeira é: "constituyó una negación de los decretos promulgados entre 1824 y 1825 por el Libertador".

discursos acusatórios em torno do que deveriam realmente ser e como deveriam realmente ser operados foram contribuindo para sedimentar uma imagem do que deveriam ser a república e a democracia legítimas. O que, por vias tortas, acabaria sendo o maior e mais duradouro legado da matriz liberal-constitucional boliviana ao país (ver IRUROZQUI, 2000a, 2004, 2011; PERALTA RUIZ; IRUROZQUI, 2000).

Ao longo desse período de expansão das políticas econômicas de livre-mercado que coincide com a lenta, mas firme recuperação da atividade mineira associada a capitais internacionais – e com ela o aumento da influência política dos grandes magnatas mineiros – o país foi consolidando suas instituições em um formato republicano-oligárquico, com eleições censitárias e critérios excludentes de cidadania política que deixavam oficialmente de fora à maior parte de sua população e que com alterações persistiria até o século XX, sendo totalmente superado apenas com a Revolução de 1952. Obviamente que essa profunda oligarquização da República da Bolívia contradizia os ideais de igualdade e liberdade universais celebrados nos discursos e objetivos oficiais da mesma. Mas ainda que não seja o foco de interesse principal deste capítulo discutir o quanto desses contornos concretos se devem ou não a faltas de compromisso verdadeiros com os preceitos programáticos dessa ideologia ou a sua apropriação meramente retórica e com fins interesseiros por parte da elite nacional, creio caber aqui uma pequena digressão teórica sobre como o "Liberalismo Realmente Existente" costuma operar ao redor do mundo para permitir a sistemática exclusão de determinados segmentos populacionais ao mesmo tempo em que proclama ideais universais de inclusão. Como explica o filósofo político Uday Mehta (1997), a universalidade do liberalismo se baseia em uma espécie de antropologia filosófica que reputa ao homem certas capacidades inatas:

> as proclamas universais [do liberalismo] podem ser feitas porque derivam de certas características comuns a todos os seres humanos. Centrais dentre essas características antropológicas ou fundantes para a teoria liberal são as alegações de que todos são naturalmente livres, que são iguais nos aspectos morais relevantes, e finalmente que são racionais. Pode-se assim dizer que o ponto de partida para as prescrições políticas e institucionais da teoria liberal é um mínimo antropológico ou denominador antropológico comum[23] (MEHTA, 1997, p. 63. Tradução nossa).

O problema que permite a exclusão sistemática de segmentos sociais determinados ao mesmo tempo em que se proclamam ideais universais de igualdade é que esse denominador antropológico comum depende de qualificativos para a definição de quem os cumpre que

[23] O texto em língua estrangeira é: "the universal claims can be made because they derive from certain characteristics that are common to all human beings. Central among these anthropological characteristics or foundations for liberal theory are the claims that everyone is naturally free, that they are in the relevant moral respects equal, and finally that they are rational. One might therefore say that the starting point for the political and institutional prescriptions of liberal theory is an anthropological minimum or an anthropological common denominator"

estão firmemente enraizados em definições culturais específicas. Assim é que essa racionalidade exigida para a participação como igual nos critérios de cidadania política invariavelmente esteve associada a uma definição ligada aos ideais eurocêntricos de civilização que negavam de partida qualquer possibilidade de racionalidade a coletivos como escravos, populações aborígenes, mulheres, menores de idade ou demais segmentos subalternos aos quais sempre era possível reputar por irracionais e, portanto, excluídos da comunidade política cidadã plena (ver também POSTERO, 2007). Seria essa característica, que Mehta identifica como inerente às premissas teóricas do liberalismo desde John Locke e passando pelos demais próceres dessa corrente intelectual como James e John Stuart Mill, a que teria permitido a essa corrente intelectual submeter países inteiros ao jugo colonial sem contradizer formalmente seus ideais políticos e excluir durante muito tempo imensos segmentos populacionais da vida política nacional.

No caso boliviano, ela serviria para justificar a posição política subalterna não apenas da maioria indígena – que se já não era tida por irracional de partida por sua "barbárie" civilizatória, sempre podia ser tida por incapaz de exercer racionalmente seus direitos políticos por supostamente estar submetida à vontade dos caciques comunitários ou dos patrões nas *haciendas* –, mas também dos artesãos supostamente submetidos ao arbítrio dos mestres das oficinas às quais se vinculavam, das mulheres submetidas ao arbítrio de seus maridos etc., embora como será visto adiante essa exclusão política nunca tenha sido completa e em suas contradições tenha favorecido as condições para a implementação do ideal democrático no país e para o nascimento e consolidação da matriz nacional-popular.

1.1 – Das reformas bolivarianas à consolidação da República Oligárquica

Quando Antônio José de Sucre, o Marechal de Ayacucho, assumiu a presidência da Bolívia em 1826, o braço direito do Libertador Simón Bolívar estava comprometido a levar adiante as reformas sociais e políticas iniciadas por seu mentor e amigo visando liquidar plenamente com o passado colonial e modernizá-lo a partir de ideais liberais e republicanos. Entretanto, a magnitude do alcance das reformas almejadas somada à fragilidade das capacidades institucionais do novo Estado independente, a resistência de interesses estabelecidos e o ainda indefinido balanço geopolítico entre os novos países com fronteiras

em disputa conspiraram para o fracasso da mais profunda tentativa de romper com o passado colonial em nome de ideais e princípios liberais.

Como já mencionado, o próprio Bolívar decretara em 1824 e 1825 uma reforma agrária que pretendia transformar os indígenas em proprietários individuais de suas terras e abolia suas obrigações coloniais como o trabalho forçado (*mita*) e o tributo indígena, mas que ao mesmo tempo acabava com suas distinções corporativas como a existência legal das comunidades. Isto acabou gerando resistências às mudanças por parte dos próprios indígenas, sobre quem as obrigações coloniais eram certamente uma carga onerosa, mas que temiam as incertezas da mudança de status e seu nivelamento jurídico com a sociedade crioula que lhes oprimia. A revisão da história boliviana, especialmente a partir do surgimento de importantes intelectuais indígenas e do fortalecimento da matriz indianista no país sobretudo a partir do Katarismo (ver capítulo 2), tem criticado severamente os decretos bolivarianos por tentar impor valores e estruturas fundiárias de matriz eurocêntricos sobre a organização tradicional agrícola andina, mas se é verdade que uma razão fundamental do fracasso destas reformas foi o seu grande desconhecimento da realidade concreta realmente existente, é preciso reconhecer que sua inspiração era claramente progressista. Os objetivos últimos dos decretos de Bolívar eram possibilitar a incorporação de sua grande massa indígena como cidadãos plenos da nova república, embora a forma escolhida tenha realmente pecado por um idealismo talvez excessivo que o fez tentar implementar uma reforma baseada em princípios ideológicos "puros" sem se ater à realidade concreta.

De qualquer maneira, Sucre partiu dos decretos bolivarianos e dos efeitos de renúncia fiscal neles contidos para desenhar seu primeiro grande projeto, a reforma do sistema tributário nacional. Além do tributo indígena – que representava cerca de 60% da arrecadação (KLEIN, 2003, p. 104–5) –, o sistema tributário colonial incluía uma série de impostos e taxas de caráter regressivo, que incidiam desproporcionalmente sobre os setores da população e desincentivavam o comércio e a produção ao estabelecer monopólios e taxar o consumo.

> Após 1825, a reforma tributária se tornou necessária por duas razões. Era imperativo simplificar e modernizar a complicada, desigual e ineficiente estrutura tributária colonial para torná-la compatível com os princípios republicanos. Com a mesma importância, a reforma tributária era também necessária para suprir os crescentes custos do governo independente, de modo que as novas instituições políticas pudessem sobreviver o primeiro e crítico ano[24] (LOFSTROM, 1970, p. 281. Tradução nossa).

[24] O texto em língua estrangeira é: "After 1825 tax reform became necessary for two reasons. It was imperative to simplify and modernize the complicated, inequitable, and inefficient colonial tax structure, to make it conform with republican principles. Equally important, tax reform was needed to provide for the growing costs of independent government, so that the new political institutions might survive the first critical year"

O tributo indígena já havia sido abolido pelo decreto de Bolívar de 1825, que ademais instituía a criação da contribuição direta, "um imposto direto e universal consistindo de um imposto pessoal, um imposto sobre a propriedade e um imposto de renda para os indivíduos engajados nas 'ciências, artes e indústria'"[25] (LOFSTROM, 1970, p. 282. Tradução nossa) que seria implementada em caráter experimental por um ano, prazo após o qual o parlamento do novo país deveria decidir. Em janeiro de 1826, o presidente Sucre emitiu uma resolução estabelecendo a metodologia para a quantificação e coleta do novo imposto, que era "uma reforma revolucionária e prometia modernizar a estrutura tributária do Estado ao estabelecer a mais progressista estrutura tributária disponível"[26] (KLEIN, 2003, p. 107. Tradução nossa). De acordo com a resolução presidencial, deveria ser elaborada uma listagem geral de todos os habitantes do país por cantão e província de modo a servir de base ao imposto pessoal e uma comissão especial seria criada para realizar a avaliação de todas as propriedades rurais e urbanas sobre as quais incidiria o imposto de propriedade. Em fevereiro do mesmo ano, o presidente Sucre ainda aboliu ou reduziu significativamente os impostos incidindo sobre os produtos alimentícios e em agosto foram abolidos impostos sobre o comércio conhecidos como *alcabalas* e reduzidas as taxas sobre o comércio de coca, índigo e manufaturados com a intenção de estimular a produção. Com o mesmo objetivo, já havia sido abolido o monopólio estatal sobre o tabaco.

Entretanto, as resistências ao novo código tributário não se fizeram esperar. O principal foco de críticas era a abolição do tributo indígena e sua substituição por uma taxação universal que incidiria sobre um grande universo de pessoas que jamais havia pagado impostos desse tipo e sentiam que sua cobrança os "degradava" ao nível dos índios. Abusos cometidos pelas autoridades locais encarregadas da avaliação das propriedades também contribuíram para aumentar as resistências, de modo que o governo chegou a crer que poderia revertê-las através de um maior controle sobre esses funcionários, o que foi tentado com lei de julho de 1826. Mas a persistência dessa oposição social crescente – que impediu a concretização do cadastro fiscal necessário para o novo modelo – somada à forte queda na arrecadação levaria o governo a iniciar uma volta atrás já em agosto, quando o Congresso aprovou uma lei reinstalando temporariamente o tributo indígena e prorrogando em seis meses a vigência de alguns tributos indiretos. Mas mesmo isso foi insuficiente para calar as críticas e em dezembro a reforma foi praticamente revertida ao *status quo ante*, com a

[25] O texto em língua estrangeira é: "a direct, universal levy consisting of a personal or head tax, a property tax, and an income tax for individuals engaged in 'the sciences, arts, and industry'".

[26] O texto em língua estrangeira é: "a revolutionary reform and promised to modernize the tax structure of the state by establishing the most progressive tax structure then available".

abolição da contribuição pessoal, o reestabelecimento pleno do tributo indígena e a conversão do imposto sobre propriedades em uma taxa cobrada a partir dos valores informados voluntariamente pelos próprios proprietários (ver KLEIN, 2003, p. 107; LOFSTROM, 1970, p. 285–6).

Além das dificuldades provocadas pela resistência social à reforma, foi decisiva para seu aborto a severa situação fiscal do novo Estado, com uma economia estagnada e incapaz de gerar os recursos necessários para sua sustentação. Sucre estava ciente do caos econômico e vinha tentando reviver a indústria mineira boliviana através de incentivos ao investimento de capitais estrangeiros e da reestruturação da Casa da Moeda e do Banco Real de San Carlos, entidade estatal responsável pela compra e revenda de ouro e prata. Mas se a reestruturação desses dois organismos estatais de intervenção no setor mineiro conseguiu ser bem sucedida, as medidas de incentivo à atração de capitais estrangeiros mostraram-se insuficientes diante da magnitude dos custos envolvidos em reativar as minas abandonadas e inundadas num contexto em que a mão de obra barata indígena tradicionalmente utilizada no país se encontrava indisponível pela abolição da *mita*. Mas foram também em parte esses fracassos e a consequente necessidade urgente de encontrar recursos que levaram Sucre a sua reforma de mais profundo e duradouro sucesso: o ataque à Igreja.

Embora a constituição bolivariana tenha mantido o catolicismo como culto oficial, tanto Sucre como Bolívar eram, em coerência com o liberalismo por ambos professados, anticlericais e na busca por encontrar recursos com os quais sustentar o novo Estado o Marechal de Ayacucho buscou destruir de vez o poder político da Igreja no país através da confiscação dos dízimos arrecadados e das terras da Igreja. Sucre ordenou ainda o fechamento da maioria dos monastérios e conventos e na prática converteu ao clero que permaneceu em funcionários públicos do Estado. Embora em termos fiscais o ataque à Igreja não tenha sido suficiente para as necessidades do Estado, tanto pela grande magnitude destas quanto pela estagnação econômica que impediu maiores arrecadações com o leilão das terras confiscadas,

> em termos políticos, as reformas eclesiásticas de Sucre foram um sucesso absoluto. [...] Como resultado, a Igreja se tornou um ator dependente e passivo pelo resto do século. Além disso, a Bolívia foi poupada dos horrores dos conflitos religiosos experimentados por muitas das repúblicas da América e mostrou uma tolerância religiosa incomum para os padrões latino-americanos[27] (KLEIN, 2003, p. 109. Tradução nossa; ver também LANGER; JACKSON, 1997; LOFSTROM, 1970).

[27] O texto em língua estrangeira é: "in political terms, the Sucre church reforms were a total success. [...] As a result, the church became a dependent and passive actor in the affairs of the state for the rest of the century. Furthermore, Bolivia was spared the horrors of the religious conflicts that were experienced by many of the republics of America and showed a religious toleration unusual by Latin American standards".

Em agosto de 1828, no entanto, Sucre seria ferido na tentativa de conter um motim militar (era a terceira sublevação de tropas enfrentada pelo marechal) e, desiludido, renunciaria à presidência desenhada por Bolívar para ser ocupada de forma vitalícia e deixaria o país em um exílio voluntário. A queda de Sucre, que sempre teve uma presidência politicamente instável ao longo de seus cerca de três anos como mandatário, certamente foi muito influenciada pelo descontentamento gerado por sua ampla agenda de reformas, mas outros fatores também tiveram importância.

Em primeiro lugar, disputas pelo próprio poder em si e pelo controle de cargos estratégicos tidos como recompensa legítima esperada por membros da elite com participação importante no processo anterior de independência. No processo que Lofstrom (1973) chama de "transição burocrática", a política original de preenchimento de quadros administrativos buscava substituir a todos os espanhóis por patriotas indicados por comitês locais, mas o mau desempenho de muitos dos novos funcionários – incluindo notáveis próceres locais da independência como o ex-guerrilheiro da republiqueta de Ayopaya, José Miguel Lanza, ou Casimiro Olañeta – nos cargos para os quais haviam sido designados deixara Sucre desapontado com a capacidade administrativa local. Assim, a política fora revertida em prol de uma maior centralização das nomeações nas mãos de Sucre, as quais passaram a ser feitas em favor cada vez maior de oficiais do Exército Libertador, veteranos companheiros de armas do marechal.

> As reformas econômicas e sociais empreendidas por Sucre foram inspiradas no pensamento liberal e tinham como objetivo último a destruição dos vestígios do Estado patrimonial espanhol. Mas para poder ter a mais remota chance de sucesso, esse programa de reformas de inspiração democrática teve que ser imposto à sociedade Alto Peruana da maneira mais antidemocrática possível, virtualmente eliminando a participação dos Alto Peruanos[28] (LOFSTROM, 1973, p. 197. Tradução nossa; ver também PERALTA RUIZ; IRUROZQUI, 2000, p. 38).

Além da oposição à própria natureza das reformas, o ressentimento por seu alijamento dos altos cargos administrativos e o fato de que elas eram implementadas por mãos estrangeiras – incluídas as do próprio Sucre – logo se tornariam um pretexto imperdível de converter a oposição a elas em uma questão nacional, na oposição ao controle do novo país por filhos de outras pátrias. E uma terceira razão importante, mas também relacionada a essa questão nacional tem a ver com o equilíbrio geopolítico do continente. A presença do braço direito de Simón Bolívar na presidência de um país cuja independência fora aceita a

[28] O texto em língua estrangeira é: "The social and economic reforms undertaken by Sucre were inspired by liberal thought and had as their ultimate goal the destruction of the vestiges of the Spanish patrimonial state. In order to have a remote chance of success, however, this democratically inspired reform program had to be imposed on Upper Peruvian society in a most undemocratic fashion, virtually eliminating the participation of Upper Peruvians".

contragosto tanto pelo Peru quanto pela Argentina era uma fonte constante de tensão na política dos vizinhos, ainda mais quando cerca de 8000 soldados do Exército Libertador permaneciam aquartelados no território da Bolívia. Assim, o país se viu imerso nas disputas geopolíticas que tomavam conta de um continente de fronteiras ainda incertas, disputas essas que incidiam nas conspirações internas e que contribuíram para a queda de Sucre e a expulsão das tropas estrangeiras do país em 1828 (ver MONIZ BANDEIRA, 2006; ROCA, 2011, cap. XXIV).

Após um breve período de forte instabilidade no qual se alternaram rapidamente 4 presidentes em pouco mais de um ano[29], a presidência do país seria assumida em maio de 1829 pelo Marechal de Zepita, Andrés de Santa Cruz y Calahumana, que governaria o país por dez anos consecutivos (1829-39), estabelecendo até hoje o recorde de permanência ininterrupta na presidência boliviana (ver MESA GISBERT, 2006). Após o fracasso das reformas liberais de Sucre, o marechal Santa Cruz – embora mantendo a retórica liberal geral – reverteria *de jure* o Estado boliviano a um modelo burocrático híbrido entre os ideais republicanos ditos modernos e as estruturas herdadas da colônia. Santa Cruz manteria o sistema tributário colonial e reestabeleceria plenamente o regime de convivência com as comunidades indígenas com a mencionada lei de 1831, criando o "que os índios entenderiam como um pacto explícito entre o Estado e as comunidades, segundo o qual os comunários pagariam seu tributo e em troca disto o Estado lhes protegeria as terras"[30] (LANGER, 1988, p. 62. Tradução nossa; ver também LARSON, 2004; PLATT, 1982). Santa Cruz reforçaria ainda os mecanismos econômicos protecionistas do Estado, buscando conformar uma economia mercantilista, e alteraria a natureza da presidência boliviana da vitaliciedade estabelecida pela constituição bolivariana para uma com mandatos fixos.

Embora o fim da vitaliciedade do mandato presidencial tenha tido pouca relevância num contexto concreto em que os presidentes se sucediam através de golpes de Estado[31], uma outra modificação no sistema político introduzida logo após a queda de Santa Cruz viria a ter de fato importância: a modificação do modelo eleitoral. Em novembro de 1839, foi alterado o

[29] Em abril de 1828 assumiria José Maria Pérez de Urdininea, que deixaria o cargo em agosto do mesmo ano, sendo substituído por José Miguel de Velasco que ficaria no cargo até dezembro desse mesmo ano. Velasco seria então substituído por Pedro Blanco Soto, que duraria apenas uma semana no cargo sendo assassinado com um tiro em 1º de janeiro de 1829. Velasco reassumiria então o cargo até maio de 1829.

[30] O texto em língua estrangeira é: "que los indios percibirían como un pacto explícito entre el Estado y comunidades, según el cual, los comunarios pagarían su tributo, y a cambio de ello el Estado protegería sus tierras"

[31] Apenas ao fim do governo de Manuel Isidoro Belzu (1848-55) se produziria a primeira sucessão presidencial em que um presidente entregaria seu cargo voluntariamente ao fim do mandato a seu sucessor eleito (MESA; GISBERT; MESA GISBERT, 2008; MONTENEGRO, 1943; SCHELCHKOV, 2007).

código eleitoral vigente desde Sucre e que estabelecia um sistema indireto de eleições por etapas. Segundo aquele código, os eleitores das instâncias mais locais elegiam representantes que logo passavam às instâncias superiores onde escolhiam novos representantes que por fim escolhiam os eleitos. O código eleitoral de 1839, por sua vez, estabelecia um sistema de votação direto que com algumas alterações ao longo do tempo serviria como o modelo eleitoral básico vigente até a Revolução de 1952 (IRUROZQUI, 1996, 2000a). Entretanto, apesar de estabelecer um sistema direto de votação, o novo modelo eleitoral na verdade acabou por restringir a participação popular na medida em que esse voto direto era também censitário e letrado, excluindo formalmente à grande maioria da população de seu exercício. No sistema anteriormente vigente, embora o sufrágio exercido pelos eleitores se limitasse à escolha dos representantes que participariam no estágio subsequente, a participação era mais ampla porque o critério de cidadania utilizado para determinar quem tinha direito a voto levava em conta critérios como ser um vizinho conhecido ou cumprir com suas obrigações, definidas de modo suficientemente ambíguo como para permitir a participação nesse estágio local até mesmo de indígenas que comprovassem o pagamento de seus tributos.

A mudança para o modelo de sufrágio direto censitário e letrado tal qual implementado representou a adoção definitiva de um modelo de república no qual se buscava restringir a participação política do povo tido como inapto para tal responsabilidade. A restrição à participação eleitoral dos analfabetos já constava da Constituição de 1826, mas uma disposição transitória postergava sua aplicação imediata até 1836 supondo que até lá o Estado teria cumprido com sua obrigação de alfabetizar e educar a população. A adoção dos critérios de renda, por sua vez, substituía os ambíguos critérios de vizinhança e honra comprovada pelos de possuir uma renda estabelecida como suficiente e que não fosse obtida através da prestação de serviços como doméstico. Ambas as restrições, ao voto analfabeto e ao de pessoas sem renda suficiente ou que as tivessem obtido enquanto prestadores de serviços domésticos, visavam em tese garantir que o país contasse com eleitores capacitados para exercer sua escolha de maneira racional e livre. Tal qual descrito por Mehta (1997), também o liberalismo boliviano buscou estabelecer restrições entre aqueles plenamente capacitados para exercer os princípios de liberdade defendidos e aqueles para quem seria necessária uma tutela a fim de poder exercê-los.

> Da persistência do voto 'qualificado' ou 'letrado' se infere uma vontade explícita por parte dos legisladores bolivianos de construir uma nação 'moral' com cidadania limitada através do desenho de um voto alfabetizado, sujeito à propriedade e a bens não provenientes do trabalho como doméstico. Essa república restritiva apostava pelo juízo e a prudência dos notáveis para exercer a liberdade política, já que se lhes considerava mais capacitados para não cair no vício da embriaguez, vagabundagem e comportamento indecente. Em virtude de sua educação, riqueza, poder e prestígio, se lhes considerava indivíduos responsáveis, capazes não somente

> de exercer com sabedoria o direito ao voto, mas também de atuar como árbitros de um futuro processo de ampliação cidadã através de uma reforma à educação[32] (IRUROZQUI, 1996, p. 701. Tradução nossa).

Embora no período que vai desde a independência até o fiasco boliviano na Guerra do Pacífico (1879-83) mesmo esse regime eleitoral limitado tenha sido mais a exceção do que a regra na escolha dos presidentes bolivianos, não se deve menosprezar sua importância no delineamento dos horizontes do liberalismo-constitucional boliviano mesmo nessa fase. Conhecido pejorativamente como a era caudilhista em grande medida pelo veredicto depreciativo sobre o período difundido pelos artífices do regime partidário que o substituiu e pela obra de historiadores como Alcides Arguedas (1975, 1984), é certo que representou um período de marcada instabilidade política. Mas apesar disso, criou as bases institucionais da república oligárquica que se consolidaria posteriormente, como o próprio modelo eleitoral, e assentou elementos liberais de legitimidade política como a promulgação de constituições e a convocação de parlamentos. Independentemente do quão autoritário seu governo ou quão brutal a forma de sua chegada à presidência, caudilho após caudilho buscou legitimar sua permanência no poder com uma nova constituição e um parlamento a partir dos quais supostamente se normalizariam as relações políticas bolivianas, tendo tido assim um papel crucial no estabelecimento de tais elementos como a fonte preferencial de legitimidade do poder político no país (PERALTA RUIZ; IRUROZQUI, 2000).

Além disso, é também durante o período caudilhista em que se consolidará o próprio Estado boliviano (DUNKERLEY, 1981; PERALTA RUIZ; IRUROZQUI, 2000) e no qual surgirão os principais temas que continuarão a percorrer a matriz liberal-constitucional nos anos posteriores, tais como a questão das terras comunitárias e o que fazer com os índios e a natureza da cidadania boliviana e as formas para o seu acesso derivadas da normativa eleitoral. Também é ainda durante o período caudilhista que o livre-cambismo começa a se consolidar como a forma dominante da política econômica do país. Durante o governo de José María Linares (1857-61) se inicia o desmantelamento do arcabouço protecionista com o rebaixamento das tarifas de importação de tecidos e cinchona e embora ele não tenha conseguido avançar na liberalização do monopólio estatal da prata – principal mecanismo

[32] O texto em língua estrangeira é: "De la persistencia del voto «cualificado» o «letrado» se infiere una voluntad explícita por parte de los legisladores bolivianos de construir una nación «moral» con ciudadanía limitada a través del diseño de un voto alfabeto, sujeto a propiedad y a bienes no provenientes del trabajo como doméstico. Esta república restrictiva apostaba por el juicio y la prudencia de los notables para ejercer la libertad política, ya que se les consideraba más capacitados para no caer en el vicio de la embriaguez, vagancia y comportamiento indecente. En virtud de su educación, riqueza, poder y prestigio, se les consideraba individuos responsables, capaces no sólo de ejercer con sabiduría el derecho de sufragio, sino también de actuar como árbitros de un futuro proceso de ampliación ciudadana a través de una reforma de la educación".

protecionista de então – seu governo marca o início de uma tendência que não será mais revertida por nenhum dos governos subsequentes (DUNKERLEY, 1981, p. 22).

É por volta desse período que começa a se recuperar a indústria da mineração argentífera através das mãos de um novo grupo de empresários vinculados ao capital internacional, sobretudo anglo-chileno. É precisamente esse novo grupo mineiro que trará consigo um programa político-econômico de cunho liberal e "Por volta de 1860, os protecionistas haviam perdido a batalha e virtualmente todas as frações da elite boliviana tinham se convertido em aderentes das diversas correntes do liberalismo"[33] (LANGER, 1988, p. 86. Tradução nossa; ver também LARSON, 2004, p. 214). Essa vitória, por sua vez, provocará um renascimento dos debates programáticos liberais em torno à liquidação de heranças corporativas coloniais apontadas como entraves ao desenvolvimento nacional tais como as comunidades indígenas.

A reforma no sistema de propriedade das terras comunais passa a ser um tema de primeira importância nacional e sua necessidade para o pleno desenvolvimento e modernização do país um consenso entre as elites que manejavam o poder político boliviano. As divergências existentes concentram-se apenas na forma através da qual se deveria proceder para atingir tal objetivo, com uma fração da elite favorável a recuperar o conteúdo dos decretos bolivarianos e transformar os indígenas em proprietários individuais das terras que ocupavam e outra fração favorável a absorver as comunidades em grandes *haciendas*, transformando os índios ex-comunários em colonos.

Uma primeira tentativa de reforma agrária se dará durante o governo do general José Maria Achá (1861-64), através do decreto de 1863 que estabelecia, recuperando o sentido geral dos decretos bolivarianos, a distribuição de pequenas parcelas de terras aos índios comunários e o leilão das terras sobrantes[34] com a arrecadação em favor do Estado. Havia à época propostas como as defendidas por Miguel María Aguirre de que o total das terras comunais fossem distribuídas aos indígenas, mas prevaleceu no governo a proposta defendida por seu ministro da Fazenda, Melchor Urquidi, de distribuir uma quantia menor de terras e leiloar o restante principalmente pela má situação fiscal do Estado boliviano (ver LANGER,

[33] O texto em língua estrangeira é: "Hacia 1860, los proteccionistas habían perdido la batalla y virtualmente todas las fracciones de las élites bolivianas se habían convertido en adherentes a las diversas corrientes del liberalismo"

[34] As chamadas terras sobrantes constituíam terras não trabalhadas pelos comunários e consideradas pelas elites urbanas como excedentes e passíveis de redistribuição, bem como terras comunais não contíguas à "sede" da comunidade. Essa caracterização, entretanto, revelava um profundo desconhecimento do funcionamento real da agricultura andina, pois as comunidades indígenas ou *ayllus* buscavam possuir terras em distintos pisos ecológicos como forma de diversificar sua produção, além do fato de a baixa fertilidade geral das terras do altiplano requerer a prática do pousio rotativo de terras de forma a recuperar sua produtividade.

1988, p. 65–6). O decreto, entretanto, seria revogado pelo Congresso boliviano antes de sua aplicação, pois o Estado carecia da capacidade financeira e repressiva para pô-lo em prática e "observadores contemporâneos ressaltavam que o plano não tomava em conta a situação real do agro boliviano"[35](LANGER, 1988, p. 66. Tradução nossa): de fato, o decreto estabelecia prescrições surreais como a obrigatoriedade, sob pena de multa, de que os índios construíssem "casas espaçosas e ventiladas" no prazo de um ano após o recebimento das terras ou da construção de escolas separadas para os meninos e meninas indígenas.

Apesar de sua revogação, no entanto, a reforma das terras comunais seguiu no primeiro plano nacional e se intensificaram os debates sobre a melhor forma para obtê-lo, sendo o debate entre José Vicente Dorado e Pedro Vargas bastante ilustrativos das propostas em disputa (ver LANGER, 1988, p. 67–9). Dorado, membro de uma importante família da cidade de Sucre, dona de minas e um grande latifúndio na região de Cinti (Chuquisaca), propôs em um influente panfleto a distribuição das terras comunais entre seus membros e a divisão das terras sobrantes entre os indígenas forasteiros sem terra, como forma de ganhar o apoio destes e facilitar a superação da resistência indígena geral. O objetivo do projeto de Dorado, entretanto, era eliminar *de jure* a figura das comunidades de modo a permitir que as terras distribuídas entre os indígenas pudessem ser compradas pelos crioulos e absorvidas em grandes *haciendas* através das quais os indígenas, *qua* colonos ou peões, seriam finalmente incorporados à sociedade geral através da mestiçagem e da intermediação do patrão que os incitaria ao trabalho contra sua supostamente inata preguiça. Ele justificava sua proposta pela suposta baixa produtividade das terras comunais, cultivadas com métodos considerados primitivos e sem capitais para investir na melhoria da produtividade, o que segundo ele seria corrigido uma vez que se transformassem em *haciendas*.

Essa proposta foi rebatida pelo advogado potosino Pedro Vargas, que acusou Dorado de buscar monopolizar a posse da terra nas mãos de alguns poucos indivíduos ricos e propunha em seu lugar consolidar aos próprios indígenas como pequenos proprietários rurais. Segundo Vargas, o problema da baixa produtividade não estava na natureza indígena, mas sim na natureza juridicamente insegura de sua posse das terras, consideradas propriedade do Estado com os indígenas como meros usufrutuários desde os decretos de 1842 de José Ballivián. Isto, segundo ele, constituía-se em desincentivo à realização de investimentos produtivos, o que seria corrigido com a sua conversão em plenos proprietários individuais de suas terras.

[35] O texto em língua estrangeira é: "observadores contemporáneos hicieron notar que éste plan no tomaba en cuenta la situación real del agro boliviano".

> As divergências entre José Vicente Dorado e Pedro Vargas em torno ao destino das terras comunais contribuíram para moldar, com pouquíssimas variações, os argumentos que sobre essa questão se desenvolveriam durante as cinco décadas seguintes. Ainda que ambos estivessem a favor da abolição da comunidade indígena, diferiam radicalmente quanto às consequências que traria consigo essa medida. Os partidários de Dorado pensavam que para promover a produção agrícola era necessário converter as terras comunais em eficientes fazendas nas mãos da elite crioula. Essa nova ideia foi rechaçada por Vargas e outros seguidores da doutrina liberal "clássica", que viam o desenvolvimento rural em termos da conversão dos comunários em pequenos camponeses parcelares. Esse debate adquiriu muitas vezes o tom de um discurso altamente abstrato, com escassas referências às condições reais vigentes no campo e, aparentemente, atraiu a seguidores do mesmo estrato crioulo da sociedade boliviana[36] (LANGER, 1988, p. 69. Tradução nossa).

A própria ideia de que as terras indígenas eram improdutivas, entidades corporativas tradicionais incapazes de responder aos impulsos do mercado e que por isso deviam ser "modernizadas" era uma ideia arraigada entre as elites sem maiores conhecimentos de sua situação concreta. Embora essa imagem ainda persista em alguma medida mesmo em intelectuais contemporâneos, estudos como os de Herbert Klein (1993) e Erick Langer (2009) mostram como a situação dos indígenas era muito mais complexa, existindo uma importante capacidade de adaptação mesmo diante das enormes adversidades sociais por eles enfrentados na sociedade boliviana de então. Graças a essa inserção autônoma no mercado de então, que obviamente não se distribuía por igual entre todas as comunidades, havia no meio indígena importantes estratificações sociais e diferenças de renda que põem em xeque a ideia difundida pelo liberalismo-constitucional boliviano de que somente através de sua extinção poderia o país se desenvolver e modernizar.

Com a chegada ao poder do general Mariano Melgarejo (1864-71) o país finalmente veria a primeira tentativa de implementar em larga escala as propostas de extinção das comunidades indígenas. Embora Melgarejo seja hoje na historiografia boliviana visto quase como um pária e praticamente um tipo ideal do tão odiado "caudilho bárbaro",

> a única coisa feita pela administração de Melgarejo foi levar à prática as ideias que vinham sendo propostas no debate interno da corrente ideológica liberal [e que] formavam parte de outras medidas liberais implementadas durante seu governo, favorecendo o livre comércio e os interesses mineiros, dando assim início a um prolongado período de prosperidade econômica sob hegemonia do setor exportador[37] (LANGER, 1988, p. 70. Tradução nossa).

---

[36] O texto em língua estrangeira é: "Las divergencias entre José Vicente Dorado y Pedro Vargas en torno al destino de las tierras comunales contribuyeron a moldear, con muy pocas variantes, los argumentos que sobre esta cuestión se desarrollarían durante las cinco décadas siguientes. Aunque ambos estaban a favor de la abolición de la comunidad indígena, diferían radicalmente en cuanto a las consecuencias que traería consigo esta medida. Los partidarios de Dorado pensaban que, para promover la producción agrícola, era necesario convertir las tierras comunales en eficientes haciendas en manos de la élite criolla. Esta novedosa idea fue rechazada por Vargas y otros seguidores de la doctrina liberal 'clásica', que más bien avizoraban el desarrollo rural en términos de la conversión de los comunarios en pequeños campesinos parcelarios. Este debate adquirió muchas veces el tono de un discurso altamente abstracto, con escasas referencias a las condiciones reales vigentes en el campo y, aparentemente, atrajo a seguidores del mismo estrato criollo de la sociedad boliviana".

[37] O texto em língua estrangeira é: "lo único que hizo la administración de Melgarejo fue llevar a la práctica las propuestas que se habían adelantado en el debate interno de la corriente ideológica liberal [y que] formaban parte de otras medidas liberales que fueron implementadas durante su gobierno, favoreciendo el libre comercio

Em 1866, novamente sob os auspícios de Melchor Urquidi, Melgarejo promulgaria decreto revestido em terminologia liberal que reconhecia que a propriedade das terras comunais era do Estado, mas estabelecia declarar a propriedade dos indígenas sobre todas as terras que cultivassem desde que pagassem uma compensação de entre 25 e 100 pesos num prazo de até 60 dias após a notificação. Todas as terras não pagas seriam automaticamente revertidas ao Estado e leiloadas publicamente. Dois anos depois, em 1868, foram aprovados novos decretos ratificando o conteúdo do decreto original em quanto à propriedade da terra, mas abolindo o tributo indígena e substituindo-o por um imposto pessoal a ser pago por todos os homens entre 21 e 55 anos (embora para os indígenas o valor fosse o dobro do pago pelos demais) e determinando o início dos leilões das terras comunais não adquiridas pelos indígenas.

Da mesma maneira que com o abortado decreto de Achá em 1863, além da aspiração liberal de acabar com a "anacrônica" existência das comunidades indígenas, a medida também tinha o claro objetivo de arrecadar fundos para dar conta das necessidades fiscais do governo. Necessidades essas que se viam agravadas durante o governo de Melgarejo pela enorme quantidade de tentativas de derrubá-lo do poder por grupos rivais que levavam o caudilho a adotar uma série de custosas medidas para sufocar as rebeliões e manter a fidelidade do exército. Assim, entre 1866 e 1869, 356 comunidades foram violentamente expropriadas e leiloadas e entre 1869 e 1870 eclodiu uma série de revoltas indígenas, especialmente na região do altiplano ao norte de La Paz, todas brutalmente sufocadas pelas forças armadas (CONDARCO MORALES, 2011; GOTKOWITZ, 2007; KLEIN, 1993; LANGER, 1988; LARSON, 2004; MENDIETA, 2010; MESA; GISBERT; MESA GISBERT, 2008). Entretanto, o governo de Melgarejo foi notável pela sua violência não apenas para com os indígenas, mas também para com frações da elite não alinhadas ao governo e também por sua extrema corrupção. No processo de venda das terras comunais, por exemplo, foi notório o beneficiamento a amigos, aliados e parentes do presidente, incluindo sua concubina, que adquiriram grandes extensões de terras a custos ínfimos. Tudo isto provocou uma grande descontentamento entre importantes setores da elite nacional que se aproveitaram da grande agitação rural para mobilizar a população indígena com promessas de restituição de suas terras em troca do apoio à derrubada de Melgarejo em 1871, no que tiveram participação fundamental com seu auxílio em combate às tropas das elites insurgentes (ver capítulo 2).

---

y los intereses mineros, dando así inicio a un prolongado período de prosperidad económica bajo la hegemonia del sector exportador".

Após a queda do caudilho, o temor frente ao poder de resistência indígena fez com que durante a Assembleia Constituinte de 1871 os decretos de Melgarejo fossem revertidos e confirmadas a existência legal das comunidades e a posse de suas terras. As vendas de terras ocorridas em seu governo foram declaradas ilegais e os compradores deveriam ser ressarcidos com a devolução do montante pago em sua aquisição, mas na mesma moeda utilizada, que na maioria dos casos consistia em títulos públicos desvalorizados. Entretanto, "a ratificação [das terras comunais] não significou necessariamente sua aprovação"[38] (GOTKOWITZ, 2007, p. 21. Tradução nossa) programática por parte dessa elite como fica claro pelos debates na própria constituinte e por sua continuação posterior.

Durante a constituinte, foram acirrados os debates com os compradores de terras tentando defender sua posição a partir da defesa da superioridade do regime de *haciendas* vis-à-vis o sistema de terras comunais. Os defensores da manutenção dos grandes latifúndios formados tentavam destacar a sua suposta superioridade produtiva, gerando menores preços de alimentos, e a suposta melhor situação dos colonos, que seriam protegidos por fazendeiros paternalistas que ademais os aproximariam da civilização.

> pode-se dizer que os seguidores das reformas de Melgarejo enunciaram uma peculiar visão da sociedade rural boliviana na qual as grandes fazendas dominariam o cenário rural às custas das comunidades. Dirigidas pela mão paternalista e ilustrada de latifundiários crioulos, estas haciendas protegeriam aos ex-comunários da superexploração e suavizariam as relações entre a força de trabalho rural e seus empregadores. Graças às economias de escala próprias das grandes unidades rurais e à maior quantidade de capital disponível na mão desses fazendeiros, se produziria um notável incremento na produção agrícola e, portanto, uma diminuição dos preços de produtos alimentícios que beneficiaria às massas de consumidores urbanos[39] (LANGER, 1988, p. 76–7. Tradução nossa).

Essa visão foi contestada pelos principais líderes do movimento que derrubara Melgarejo. Esse grupo, que incluiu notáveis como o empresário mineiro Avelino Aramayo, questionava essa postura idílica dos fazendeiros em relação aos colonos ou mesmo a certeza quanto à superioridade das *haciendas* em termos de produtividade rural.

> Se os compradores pensavam em termos do predomínio do latifúndio no qual o índio se submeteria ao influxo da superioridade cultural crioula através da figura paternalista do patrão, os revolucionários de 1871 desejavam, por sua vez, transformar os comunários em camponeses parcelares cuja progressiva incorporação à economia mercantil os converteria em prósperos produtores de alimentos baratos e integrados voluntariamente ao modo de vida

[38] O texto em língua estrangeira é: "ratification did not necessarily mean approval".

[39] O texto em língua estrangeira é: "podemos decir que los seguidores de las reformas de Melgarejo enunciaron una peculiar visión de la sociedad rural boliviana en la que grandes haciendas se enseñorearían del escenário rural a expensas de las comunidades. Dirigidas por la paternalista e ilustrada mano de terratenientes criollos, estas haciendas protegerían a los ex-comunarios de la sobreexplotación, y suavizarían las relaciones entre la fuerza de trabajo rural y sus empleadores. Gracias a las economías de escala propias de las grandes unidades de explotación rural y a la mayor cantidad de capital disponible en manos de estos hacendados, se produciría un notable incremento en la producción agrícola y por lo tanto un abaratamiento de los precios de productos alimenticios que beneficiaría a las masas de consumidores urbanos".

> crioulo. Este último ponto de vista predominou ao longo da década de 1870[40] (LANGER, 1988, p. 79. Tradução nossa).

Apesar de que a constituinte tenha na prática reestabelecido o *status quo ante* da convivência entre *haciendas* e comunidades, a verdade é que o fizera por pragmatismo e em reconhecimento da situação de fato existente, já que os indígenas sublevados haviam ocupado suas terras previamente usurpadas e não aceitariam facilmente qualquer outra solução que o reconhecimento dessa recuperação. Os compradores das terras comunais seguiram pressionando o governo e continuaram travando-se debates sobre a necessidade de modernizar o campo boliviano, isto é, dar fim à herança colonial da existência das terras comunitárias seja através da sua incorporação em grandes *haciendas*, seja com a conversão dos comunários em camponeses parcelares.

Seria esse segundo caminho o adotado na seguinte tentativa de abolição das comunidades trazida com a Lei de Desvinculação de 1874 que

> concedia o direito de propriedade individual da terra aos índios, abolindo a comunidade como unidade jurídica, tributária e proprietária da terra. Em sua rejeição das tentativas de usurpação de Melgarejo, a lei se inclinava para a solução do indígena pequeno proprietário. Mas foi uma ruptura tão radical quanto aquela em relação ao passado recente: juridicamente, estava extinta a propriedade comunal, e também jurisdições e tradições étnicas que haviam sobrevivido, e mesmo prosperado, sob a república tributária boliviana. A lei desmantelou o aparato tributário, estabelecendo um imposto universal sobre propriedades (*catastro*) a ser pago em *bolivianos*, a nova moeda desvalorizada (o que na prática elevava as taxas pagas pelos indígenas em cerca de 20 por cento)[41] (LARSON, 2004, p. 219–20. Tradução nossa; itálicos no original).

A comunidade indígena estava formalmente abolida em consonância com os predicados liberais clássicos de converter os indígenas em pequenos camponeses proprietários, mas conflitos políticos como a tentativa de insurreição de Casimiro Corral em 1875 contra o presidente Tomás Frías (1872-73 e 1874-76) impediram a promulgação dos decretos regulamentares necessários para a plena implementação da lei e logo a crescente tensão com o Chile pela exploração das ricas reservas de guano e salitre do deserto do Atacama tomaria a prioridade nacional. Somente após o fim da participação boliviana na Guerra do Pacífico, com a derrubada do então presidente, general Hilarión Daza (1876-79), o

[40] O texto em língua estrangeira é: "Si los compradores pensaban en términos del predominio de la gran hacienda en la que el indio se sometería al influjo de la superioridad cultural criolla a través de la figura paternalista del patrón, los revolucionarios de 1871 deseaban, en cambio, transformar a los comunarios en campesinos parcelarios, cuya progresiva incorporación a la economía mercantil los convertiría en prósperos granjeros productores de alimentos baratos e integrados voluntariamente al modo de vida criollo. Este último punto de vista predominó a lo largo de la década de 1870".

[41] O texto em língua estrangeira é: "conceded the right of individual landownership to Indians, abolishing the community as a juridical, taxpaying, and landholding unit. In its rejection of Melgarejo's efforts at annexation, the law leaned toward the Indian smallholding solution. But it was every bit as radical a break with the recent past: in law, propertied communalism was gone, and so were customary ethnic jurisdictions and traditions that had survived, even flourished, under Bolivia's tributary republic. The law dismantled the tributary apparatus, establishing a universal property tax (catastro) to be paid in the new devalued currency of bolivianos (which effectively raised Indian taxes by some 20 percent)"

fim do caudilhismo e o início da chamada "Era Conservadora" é que a lei começaria a ser aplicada. A Assembleia Constituinte de 1880, que basicamente ratificou com algumas modificações a Constituição de 1878[42], aprovou nova lei que ratificava os conteúdos da Lei de Desvinculação além de liberar do pagamento de tributos e outras obrigações consuetudinárias aos indígenas sem terra. Foram aprovados também finalmente os decretos regulamentares para a plena implementação da lei (LANGER, 1988, p. 83–4).

Mas apesar de a legislação favorecer a criação de uma camada de pequenos proprietários indígenas, a influência cada vez maior das ideias social-darwinistas sobre as elites dirigentes fizeram com que na prática prevalecera a solução da conversão das comunidades em *haciendas*[43]. Os decretos regulamentares estabeleciam que seriam formadas comissões de revisita nos departamentos para mensurar as terras comunais e estabelecer a divisão da terra entre seus membros e entregar os respectivos títulos proprietários, mas

> Apesar da existência de várias cláusulas protetoras na legislação os abusos foram moeda corrente. Já em 1881 - o primeiro ano da aplicação das revisitas - o ministro da Fazenda, Antonio Quijarro, declarou que muitas terras comunitárias haviam sido expropriadas. Quijarro atribuiu essa situação aos métodos inescrupulosos e muitas vezes violentos que utilizaram os compradores para se apropriar dos terrenos dos comunários. Isto somente era possível graças à cumplicidade ou incompetência das autoridades locais. Em La Paz, ao contrário de outras regiões, os compradores que haviam defendido mais firmemente o regime de haciendas chegaram a adquirir comunidades inteiras, constituindo enormes latifúndios e burlando assim o espírito das leis. No entanto, apesar de certos conflitos, em outras regiões do país as vendas de terras comunitárias foram muito menos frequentes e de forma geral somente afetaram a alguns membros das comunidades. Apenas em Cochabamba as leis se aplicaram conforme o espírito que os legisladores haviam tentado conferir originalmente. Este caso resulta excepcional no contexto boliviano e de fato é somente uma confirmação de tendências que já eram visíveis desde o período colonial[44] (LANGER, 1988, p. 85. Tradução nossa; ver também LARSON, 2004, p. 223–4).

[42] Hilarión Daza, como praticamente todos os caudilhos militares que lhe precederam (ver PERALTA RUIZ; IRUROZQUI, 2000; URIOSTE NARDIN, 2009), buscou legitimar sua tomada do poder com a promulgação de uma constituição "moderna". Assim, ele convocou uma assembleia composta por alguns dos mais notáveis intelectuais bolivianos do momento e lhes permitiu exercer esse trabalho de maneira livre e sem pressões por parte do executivo, resultando em uma carta magna com separação de poderes, sufrágio direto para a eleição de parlamentares e até mesmo o estabelecimento de limites à declaração de estados de sítio por parte do presidente. Quando a convenção constituinte de 1880 se reuniu para elaborar os novos marcos políticos do pós-Guerra do Pacífico, reconheceu o texto de 1878 como avançado e adequado às necessidades bolivianas e basicamente ratificou aquela constituição com algumas poucas e pequenas modificações (KLEIN, 1969, p. 18–9; ver também IRUROZQUI, 1994).

[43] Ver por exemplo a declaração do ministro de Estado, Ladislao Cabrera, em discurso aos constituintes de que a lei tinha o objetivo de "colocar essa imensa riqueza (isto é, as terras comunitárias) em circulação, entregá-la a proprietários inteligentes e capitalistas" (apud. LANGER, 1988, p. 84. Tradução nossa) [O texto em língua estrangeira é: "poner esta inmensa riqueza (es decir, las tierras de comunidad) en circulación, entregarla a propietarios inteligentes y capitalistas"].

[44] O texto em língua estrangeira é: "A pesar de la existencia de varias cláusulas protectoras en la legislación los abusos fueron moneda corriente. Ya en 1881 - el primer año de aplicación de las revisitas - el Ministro de Hacienda Antonio Quijarro, declaró que muchas tierras de comunidad habian sido enajenadas. Quijarro atribuyó esta situación a los métodos inescrupulosos y a menudo violentos que utilizaron los compradores para apropiarse de los terrenos de los comunarios. Este sólo era posible gracias a la complicidad o ineptitud de las autoridades locales. En La Paz, a diferencia de otras regiones, los compradores que habían defendido más firmemente al régimen de hacienda, llegaron a adquirir comunidades enteras, constituyendo enormes latifundios y burlando así el espíritu de las leyes. Sin embargo, a pesar de ciertos conflictos, en otras regiones

A resistência indígena à usurpação de suas terras fez com que o processo de revisitas fosse lento e arrastado, somente tendo sido concluído em 1924 com a realização da última revisita sem sequer haver abarcado todo o território nacional (ver LANGER, 1988, p. 84–5). Por essa mesma resistência, foi também um processo marcado por algumas idas e vindas, com o governo boliviano promulgando duas leis que em certa medida diluíam o seu conteúdo: a primeira, de 1881, estabelecia a possibilidade de concessão de títulos coletivos chamados "*proindiviso"* às comunidades que unanimemente assim decidissem; e a segunda, de 1883, excluindo das revisitas as terras que contassem com títulos emitidos durante a época colonial (ver capítulo 2). Mas mesmo com pequenos recuos como esse, o processo geral de usurpação das terras comunais e sua conversão majoritariamente em grandes latifúndios era já uma tendência inexorável, agravada sobremaneira pela construção de estradas de ferro no país que valorizavam terras indígenas antes isoladas e aumentavam o assédio por elas sofrido, de modo que se em 1860 representavam 65% de todas as terras bolivianas, na virada do século XX já haviam sido reduzidas a apenas 25% do total (MESA; GISBERT; MESA GISBERT, 2008, p. 403–4).

Mas o pós-Guerra do Pacífico veria não apenas o encaminhamento da "solução" à questão da persistência das terras comunais[45], mas também a utilização do fiasco da atuação boliviana no conflito e da catástrofe representada por seus resultados para justificar uma refundação nacional, com a institucionalização de seu sistema político em roupagem "moderna" e o fim do caudilhismo, que passa a representar então uma explicação para todos os fracassos do país até o momento (IRUROZQUI, 1994, 2000a). A Constituição de 1880, marco dessa refundação, viria a ser a mais longeva carta magna do país somente sendo substituída em 1938 (KLEIN, 1969, p. 19), o que é um indicativo do sucesso então obtido pelas elites do país na consolidação do regime eleitoral censitário de natureza republicana-oligárquica com ela pretendido.

---

del país las ventas de tierras comunarias fueron mucho menos frecuentes y por lo general sólo afectaron a algunos miembros de las comunidades. Tan sólo en Cochabamba las leyes se aplicaron conforme al espíritu que los legisladores habían intentado imprimirles originalmente. Este caso resulta excepcional en el contexto boliviano, y de hecho es solamente una confirmación de tendencias que ya se habían hecho visibles desde el período colonial".

[45] É preciso ressaltar que apesar da violência dos ataques sofridos e da usurpação da maior parte das terras comunais, isto não significou o fim da "questão indígena": em parte pelo próprio racismo crescente dessas elites que faziam com que as classificações de tipo 'casta' reativassem perenemente as identidades étnicas indígenas, mas também pela própria ação autônoma dos índios bolivianos que através de brechas na legislação, alianças táticas com outros setores ou resistência violenta puderam preservar vários traços de sua organização tradicional e manter-se como a importante tradição política que ainda hoje são, com a recuperação das terras e de sua autonomia comunal como horizonte central (ver capítulo 2).

Data daí a fundação do primeiro sistema partidário boliviano, cuja clivagem original se refere à posição a ser adotada em relação aos rumos da Guerra do Pacífico (IRUROZQUI, 1994; KLEIN, 1969). Embora a guerra tenha se prolongado até 1883, na prática a Bolívia deixou de participar efetivamente do conflito a partir de 1880 após o estabelecimento de uma trégua com o Chile, tornando-se um auxiliar subalterno do Peru até o fim do conflito. A nova elite mineira que propiciara a recuperação da indústria argentífera e a consolidação cada vez maior do liberalismo econômico possuía fortes vínculos com o capital chileno e aspirava ao fim do conflito com certa urgência, passando a advogar que o país assinasse o quanto antes um tratado de paz com o Chile que pudesse normalizar suas relações econômicas. Essa tendência "pacifista" daria origem ao chamado Partido Conservador[46] que logo dominaria a cena política do país até 1899. Por outro lado, uma tendência "guerreira" favorável à renovação do esforço bélico boliviano contra o Chile e em apoio ao Peru e centrado especialmente nas elites do departamento de La Paz daria origem ao Partido Liberal e seria a oposição política a partir das eleições de 1884 celebradas para a sucessão do general Narciso Campero (1880-84), presidente escolhido após a deposição de Daza.

Mesmo após o fim da guerra – e com ela muito da razão de ser da clivagem original entre os dois grupos – conservadores e liberais seguiram em dois campos distintos apesar de que no fundo praticamente não havia grandes diferenças ideológicas ou mesmo de extração social entre ambos. Ambos partidos estavam comprometidos com um governo civil, eleito pelos cidadãos "mais capazes" e responsável pela promoção do progresso através de obras públicas e em linha com uma economia livre-cambista. Em suma, ambos eram ideologicamente liberais (IRUROZQUI, 1994, p. 38–9; KLEIN, 1969, p. 15–6). Os conservadores, muito devido a um desejo deliberado de buscar diferenciar-se dos liberais e em especial a partir da influência de Mariano Baptista (1892-96), se apresentavam como defensores da fé católica acusando a seus opositores de promotores do ateísmo. Mas como visto, as reformas do marechal Sucre haviam praticamente liquidado a questão religiosa como tema público importante, de modo que mesmo essa pequena diferença era praticamente irrelevante.

O principal ponto retórico do novo modelo político era apresentar aquele como um novo momento da vida nacional, uma verdadeira refundação do país que finalmente faria da

[46] Na verdade, houve dois partidos liderados por magnatas da prata que se alternaram no poder durante a chamada "Era Conservadora", que em alguns momentos se fundiram e em outros se separaram, mas que representavam basicamente ao mesmo estrato social/regional e que se opuseram ao grupo "guerreirista" que conformaria o Partido Liberal: o Partido Conservador, também conhecido como Partido Constitucional (pelo quê os dois termos serão usados nesta tese de modo perfeitamente intercambiável), e o Partido Democrático.

Bolívia um país politicamente moderno. Para isso, o período caudilhista anterior passa a ser apresentado como uma espécie de mito negativo (IRUROZQUI, 2000a, p. 39) capaz de explicar o atraso e as mazelas bolivianas por seus abusos autoritários, pela incapacidade de seus tiranos e pela anarquia política por eles promovida com sua demagogia e desrespeito pela institucionalidade. Aproveitando-se da desmoralização das forças armadas pelo fiasco do Pacífico, buscaram controlar as forças armadas e subscrevê-las à plena autoridade do governo civil, no que foram muito bem sucedidos (DUNKERLEY, 2006): entre 1880 e 1899, sucederam-se cinco governos eleitos sem qualquer intervenção ou golpe militar. Mesmo a guerra civil de 1899 que interrompeu a sequência foi um assunto originado plenamente em contradições entre a elite civil e no qual o exército atuou como o braço armado subordinado à direção política das mesmas. O mesmo ocorreria com o golpe republicano de 1920 que interromperia a nova sequência de sucessões eleitorais inaugurada com a vitória dos liberais no mencionado conflito (KLEIN, 1968b, ver adiante). E mesmo esses "golpes civis" foram no período a exceção e não a regra como antes, tendo a instabilidade política se reduzido significativamente como pode ser apreciado na significativa diminuição no número de revoltas e intentonas políticas (verFigura 2).

Mas para além da projeção de uma imagem de modernidade, politicamente o principal objetivo era consolidar um modelo de república oligárquica que proporcionasse estabilidade e previsibilidade aos processos de reorganização interna da elite, já que além da instabilidade o caudilhismo também tinha o inconveniente de permitir canais mais abertos de ascensão social a elementos externos ao grupo dirigente:

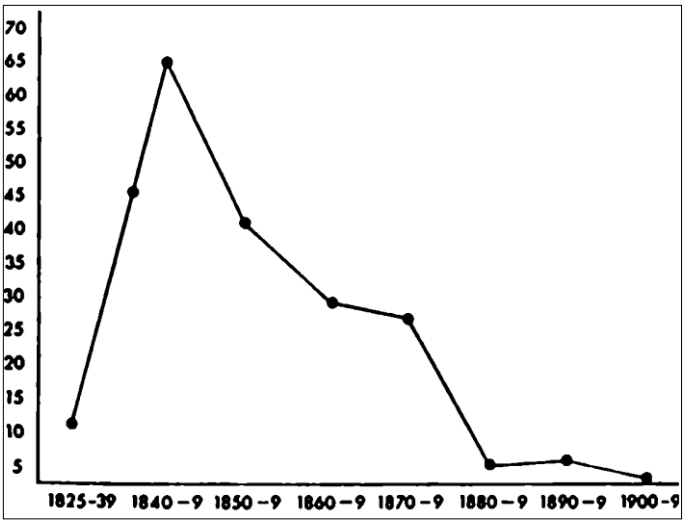
> este sistema substituía formalmente aquele baseado em clientelas agrupadas ao redor de um chefe influente ou de camarilhas reunidas por um chefe militar. Ambos os modos persistiam, mas sob uma estrutura constitucional bipartidária ou multipartidária que acima de tudo pretendia romper com a instabilidade política. Com ela, buscava-se garantir às distintas facções da elite um meio adequado para sua luta e reconstituição sem a ameaça de setores emergentes que ampliassem a competição pelo poder[47] (IRUROZQUI, 1994, p. 41. Tradução nossa).

O modelo eleitoral definido na lei de 1883 era basicamente o mesmo vigente desde 1839: um sufrágio masculino, alfabetizado e censitário direto que excluía a maior parte da população boliviana. Esses critérios para o exercício do voto eram o grande pilar da construção da república hierárquica a ser manejada pela elite, pois através da exclusão dos setores subalternos por seu analfabetismo, pela insuficiência de renda ou, principalmente, sua

[47] O texto em língua estrangeira é: "este sistema sustituía formalmente al basado en clientelas agrupadas alrededor de un jefe influyente o de camarillas reunidas por un jefe militar. Ambos modos persistían, pero bajo un armazón constitucional bipartidista o multipartidista que ante todo pretendía romper con la inestabilidad política. Con ello, se buscaba garantizar a las distintas facciones de la elite un medio adecuado para su pugna y reconstitución sin la amenaza de sectores emergentes que ampliaran la competencia por el poder".

obtenção na condição de prestação de serviços a um patrão, estabeleciam que aqueles que cumpriam com os critérios eram os verdadeiros e legítimos cidadãos.

Figura 2: Ocorrência de Insurreições Políticas, 1825-1909



Fonte: Reproduzido de KLEIN, 1969, p. 25

Talvez mais até do que a exclusão direta da participação de boa parte da população "indesejada", o "mérito" do sistema foi consolidar no imaginário dos próprios setores subalternos a legitimidade de sua exclusão e das hierarquias sociais. Como a elite constituía uma pequena fração da população boliviana total, e mesmo entre os votantes o setor manufatureiro urbano constituía a maioria do eleitorado (IRUROZQUI, 1994, p. 65, 1997, p. 414), seria praticamente impossível que pudesse governar sem a aquiescência mínima do restante da população. Isto foi obtido com a apresentação dos critérios de exclusão do sufrágio não como uma barreira intransponível, mas como qualificativos indispensáveis à qualidade do voto – e por tabela do sistema político nacional – mas que poderiam ser superados através do esforço em obter educação e uma fonte de renda "digna". O sucesso dessa estratégia pode ser comprovado pelo fato de que até a implantação do sufrágio universal pela Revolução de 1952, inexistem demandas de quaisquer setores sociais pela reforma nos critérios de acesso ao voto, sendo as demandas e petições dirigidas, na verdade, a demonstrar que tal ou qual grupo atingia os critérios estabelecidos e, portanto, era constituído por cidadãos legítimos ou um apelo ao fornecimento pelo Estado dos meios para atingi-lo, como a construção de escolas (IRUROZQUI, 1994, 1996, 2000a, 2004). Para os artesãos e demais trabalhadores urbanos, por exemplo,

> A demanda de ampliação da cidadania teria significado reconhecer que ocupavam o último lugar da ordem social, que eram iguais a outros grupos sociais marginalizados sem sua especialização e formação como trabalhadores. O medo a uma nivelação por baixo os levou a se aferrarem aos critérios com que a elite julgava seu entorno, porque somente através deles

> seriam gente decente. Daí que todo seu empenho fosse por demonstrar estar dentro da cidadania ou reivindicar fórmulas como a educação que lhes assegurasse estar dentro. Haver optado por não questionar nem querer mudar as leis evidenciava seu respaldo à lógica de uma sociedade hierarquizada[48] (IRUROZQUI, 1996, p. 723. Tradução nossa).

Assim, dada a centralidade adquirida pelo sufrágio no processo político boliviano a partir de então, estar apto a votar se constituía em motivo de orgulho e sinal de distinção social frente aos que não estavam, uma espécie de certificado de cidadania. "Isto é, o sufrágio adquiriu um valor simbólico que atestava a existência social de um sujeito e como tal atingiu uma dimensão central no desenho das relações sociais"[49] (IRUROZQUI, 2000a, p. 50. Tradução nossa) que servia como uma barreira a maiores contestações ao sistema por parte da base, pois

> Cada grupo social tinha como passado o grupo imediatamente inferior e como porvir o grupo superior e era necessário manter essa relação porque desarticulava qualquer tipo de aliança horizontal ou intraclasse entre os setores marginalizados. Isto é, permitia que a ordem social hierarquizada não se questionasse e, em consequência, foram os grupos dominados que sustentaram sua própria exploração ao ter como meta principal a apropriação de uma posição privilegiada e não a sua eliminação[50] (IRUROZQUI, 1994, p. 63–4. Tradução nossa).

1.2 – Do auge ao colapso da República Oligárquica: conflitos intraelite e aceleração das contradições no sistema

Como visto, o principal objetivo da consolidação republicano-oligárquica de 1880 fora dotar as elites de um sistema de circulação interna e alternância no poder com maior estabilidade e previsibilidade que as frequentes insurreições caudilhistas anteriores. Entretanto, o regime eleitoral censitário implementado tinha uma contradição fundamental, pois ao mesmo tempo em que buscava restringir a participação política a um pequeno setor social, necessitava recorrer à mobilização de setores externos como forma de legitimação das

[48] O texto em língua estrangeira é: "La demanda de ampliación de la ciudadanía hubiera significado reconocer que ocupaban el último lugar en el orden social, que eran iguales que otros grupos sociales marginados que carecían de su especialización y formación como trabajadores. El miedo a una nivelación por lo bajo les llevó a aferrarse a los criterios con que la élite juzgaba su entorno, porque sólo a través de ellos serían gente decente. De ahí que todo su empeño fuera demostrar estar dentro de la ciudadanía o reivindicar fórmulas, como la educación, que les asegurase estar dentro. El haber optado por no cuestionar ni querer cambiar las leyes evidenciaba su respaldo a la lógica de una sociedad jerarquizada"

[49] O texto em língua estrangeira é: "Es decir, el sufragio adquirió un valor simbólico refrendador de la existencia social de un sujeto y como tal logró una dimensión central en el diseño de las relaciones sociales".

[50] O texto em língua estrangeira é: "Cada grupo social tenía como pasado el grupo inmediatamente inferior y como porvenir el grupo superior, y era necesario mantener esa relación porque desarticulaba cualquier tipo de alianza horizontal o intra-clase entre los sectores marginados. Esto es, permitía que el orden social jerarquizado no se cuestionara y, en consecuencia, fueran los grupos dominados quienes sostuvieran su propria explotación al tener como meta principal la apropiación de una posición privilegiada y no su eliminación".

disputas intraelite. Como relata Irurozqui (1994, 1997), as eleições eram convocadas como forma de consolidar, diante do povo, os partidos como canal de articulação de demandas ao governo e de aferir através do resultado eleitoral qual facção da elite era a mais popular e, portanto, mais legítima. "O setor da elite que tivesse maior apoio eleitoral tinha maior oportunidade de pressionar ao grupo no poder e negociar sua porção de privilégios"[51] (IRUROZQUI, 1994, p. 41. Tradução nossa).

Dessa maneira, os partidos buscavam mobilizar durante as eleições a determinados grupos dos setores subalternos, em especial aos artesãos e trabalhadores urbanos, que atuavam como eleitores e/ou como grupos de choque e intimidação frente aos grupos ligados ao partido concorrente. Tais grupos eram organizados em redes de clientelas que a princípio somente eram mobilizadas nos períodos eleitorais, mas que com o acirramento da competição entre a elite passam a se tornar mais frequentes até se tornarem praticamente permanentes já entrado o século XX, quando também passam a incorporar como clientes a grupos cada vez mais diversos (IRUROZQUI, 2000a, p. 221).

A necessidade de mobilização cada vez maior de setores plebeus da sociedade pelos partidos da elite era uma contradição importante do sistema, pois representava um risco sempre latente de que tais setores tomassem consciência de sua importância política e passassem a exibir demandas mais autônomas que ameaçassem os privilégios dessa elite. A principal estratégia de contenção utilizada residia na utilização de discursos cada vez mais racistas, incorporando argumentos do darwinismo-social que legitimassem as hierarquias sociais existentes, o que também se tornará mais prevalente já no século XX. Tais discursos buscavam deslegitimar aos indivíduos ou grupos subalternos que demonstrassem maior ambição ou autonomia política como *cholos*[52] arrivistas que se constituíam em grande ameaça à "democracia" boliviana (ver IRUROZQUI, 1994, 2000a; SORUCO SOLOGUREN, 2012). E embora todos os partidos mobilizassem tais clientelas, além de recorrer a fraudes, intimidações e compra de votos, era moeda corrente a acusação por parte do partido perdedor de que o vencedor havia triunfado precisamente pelo recurso às fraudes e à mobilização do populacho que comprometia a qualidade da política do país.

Dos dois partidos, conservador e liberal, o primeiro foi inicialmente o mais bem sucedido e hegemonizou o período entre 1884 e 1899 por isso mesmo conhecido como a "Era Conservadora". O partido, na verdade, foram dois: Partido Constitucional e Partido

[51] O texto em língua estrangeira é: "El sector de la elite que tuviera mayor apoyo electoral tenía mayor oportunidad para presionar al grupo en el poder y negociar su porción de privilegios".

[52] Palavra originalmente pejorativa utilizada para descrever os mestiços não assimilados ao mundo "branco" boliviano.

Democrático, ambos liderados por grandes empresários da prata e que se fundiram em um só (Constitucional) e voltaram a se dividir em determinadas conjunturas. Embora autores como Ramiro Condarco Morales (1985) atribuam essa divisão a uma incapacidade do setor dos grandes mineiros da prata em se unificar, Marta Irurozqui (1994, 1997) atribui a sua divisão em dois partidos a uma estratégia deliberada para isolar ao Partido Liberal. Segundo ela, ao se apresentarem em candidaturas separadas – democrática e constitucional – dividiam os votos e evitavam uma grande polarização com os Liberais, que tinham um discurso eleitoral mais popular, de defesa dos setores mais desfavorecidos[53], como forma de compensar a desvantagem financeira frente aos magnatas da prata.

Além disso, os dois partidos se revezaram em oferecer alianças eleitorais com os liberais, o que segundo ela garantia que os interesses da oligarquia da prata sempre estivessem representados quaisquer que fossem os resultados. De fato, nas eleições de 1884 que a princípio se polarizava entre Conservadores e Liberais, o surgimento da candidatura do magnata Gregorio Pacheco pelo Partido Democrático fez com que os Conservadores buscassem uma aproximação com os Liberais que enfim se frustrou e resultou em três candidaturas, concorrendo além de Pacheco o também megaempresário mineiro Aniceto Arce pelo Partido Constitucional e o coronel Eliodoro Camacho pelos Liberais. A campanha, que ficou conhecida como a do cheque contra cheque pelas altas somas monetárias gastas pelos dois magnatas resultou na vitória de Pacheco (1884-88), confirmada no segundo turno congressual[54] com o apoio dos Liberais e a retirada da candidatura Constitucional em troca de um acordo pelo apoio a Arce nas eleições subsequentes e a inclusão de Mariano Baptista como vice-presidente de Pacheco. Às vésperas da eleição de 1888, no entanto, Pacheco anunciou que não apoiaria a candidatura de Arce, acusando aos Conservadores de romper o acordo em que se absteria de comprar abertamente o eleitorado Liberal. Segundo Irurozqui (1994, p. 51), tratava-se de uma desculpa e o anúncio de não apoio a Arce objetivava não fornecer argumentos que pudessem levar os Liberais a buscar o caminho do golpe de Estado.

[53] Que, como se verá após sua chegada ao poder, era mero artifício demagógico.

[54] A constituição de 1880 estabelecia que em caso de nenhum candidato atingir maioria absoluta de votos, haveria um segundo turno indireto onde o Congresso escolheria o presidente. Esse peculiar arranjo institucional para a escolha de presidentes que não obtivessem maioria absoluta de sufrágios fora iniciado na constituição de 1831, que facultava ao congresso escolher dentre os três melhor votados caso nenhum deles obtivesse maioria de dois terços dos votos. A partir da constituição de 1861 o congresso passou a decidir caso nenhum candidato obtivesse a maioria absoluta de votos, arranjo institucional mantido em todas as constituições subsequentes (incluída a de 1880 e posteriores). Em 1994, reforma promulgada à constituição de 1967 reduziu a escolha do Congresso aos dois primeiros colocados nas eleições, fórmula que esteve vigente até sua substituição para um segundo turno direto caso nenhum candidato obtenha maioria absoluta ou 45% de votos com diferença igual ou maior a dez pontos percentuais em relação ao segundo colocado a partir da atual constituição promulgada em 2009 (ver MESA GISBERT, 2006; URIOSTE NARDIN, 2009).

Os Liberais se retiraram da disputa em protesto pelo que qualificaram de falta de garantias para uma disputa limpa e Aniceto Arce (1888-92) foi eleito presidente. Nas eleições seguintes, em 1896, Gregorio Pacheco voltou a organizar o Partido Democrático e buscou uma aliança com os Liberais, mediante a qual os dois partidos se apresentaram aliados na disputa, mas postulando candidaturas separadas com o compromisso de escolher depois o que obtivesse mais votos. Assim, segundo Irurozqui, garantia-se que em caso de triunfo Liberal os interesses conservadores da oligarquia do sul do país continuariam bem representados, ao mesmo tempo em que permitia a Pacheco abster-se de financiar com sua fortuna a campanha Liberal ou investi-la contra a candidatura de Mariano Baptista pelo Partido Conservador, que enfim seria o eleito à presidência (1892-96).

Embora não se possa provar cabalmente a hipótese de Irurozqui da divisão conservadora deliberada em dois partidos como forma de excluir os Liberais, a mesma é bastante verossímil e na prática o resultado obtido foi de fato a sistemática exclusão do partido opositor do poder. Isto os levaria progressivamente a adotar uma atitude desafiadora e insurrecional que finalmente lhes levaria a desafiar abertamente o governo constituído do conservador Severo Fernandez Alonso (1896-99) e iniciar o conflito civil conhecido como Guerra ou Revolução Federal de 1899 que os levaria ao poder.

Como mencionado anteriormente, é durante a Era Conservadora que finalmente começa a ser implementada a Lei de Desvinculação de 1874, com a formação das comissões de revisita que deveria conceder títulos individuais aos indígenas, mas que em última instância levaria a um grande processo de usurpação e conversão de suas terras em *haciendas*. A adoção definitiva do modelo latifundiário como a "solução" da questão das terras comunais respondia tanto à cobiça pelas terras como um investimento seguro diante da diminuição dos lucros mineiros e comerciais pela crise mundial da prata do fim do século XIX (IRUROZQUI, 1994, p. 74; ver também KLEIN, 1993), quanto ao fato de que a conversão dos indígenas em colonos lhes barrava legalmente qualquer possibilidade de se transformarem em eleitores e cidadãos ao ficar sob a tutela de um patrão (IRUROZQUI, 1994, p. 86, 1996, p. 726–7).

Como já mencionado, o Partido Liberal possuía um discurso mais popular, buscando apresentar-se como defensor dos interesses das camadas urbanas menos favorecidas e com a crescente tensão no campo pelo processo de alienação das terras indígenas, buscou incorporar também o elemento rural aproveitando-se do descontentamento indígena para prometer a restituição de suas terras em troca de apoio.

> Em princípios de 1881, as comunidades indígenas se aferraram à ideia de que jogavam um papel tradicional e útil à sociedade multirracial boliviana. Em termos específicos, eles pagavam tributos e forneciam serviços em troca do acesso à terra. Quando a oligarquia retirou

> a proteção estatal e promoveu a venda de terras, a primeira reação indígena foi de enfrentar o processo nos tribunais. Como a campanha legal fracassou e tanto os fazendeiros como o Estado usaram a violência para tornar mais sólido seu controle sobre a terra, os indígenas se deram conta gradualmente de que seu lugar na sociedade havia mudado. Esta situação contraditória e ambivalente, que implicava uma ruptura do pacto simbólico de reciprocidade entre as comunidades e o Estado, foi aproveitada pelo Partido Liberal para se apresentar ante elas como o organismo capaz de restituir a ordem anterior às leis conservadores sobre a terra[55] (IRUROZQUI, 1994, p. 76. Tradução nossa).

Essas promessas do Partido Liberal e o apoio por ele obtido dos indígenas (que como se verá adiante será fundamental para o êxito de sua tomada do poder) se mostram irônicos não apenas diante das atitudes anti-indígenas e pró-latifundiárias uma vez no poder na virada do século, mas também diante do fato de que no debate sobre índio colono vs. índio pequeno proprietário, era justamente em La Paz, base regional do partido, onde pioneiramente se instalaram círculos intelectuais de divulgação de ideias social-darwinistas abertamente hostis aos indígenas e onde prevaleciam desde o início as posições pró-índio colono (LANGER, 1988, p. 81–2; LANGER; JACKSON, 1997, p. 183–4). E mesmo durante a constituinte de 1880, Eliodoro Camacho, então grande líder do futuro Partido Liberal, propunha ardentemente a conveniência de converter o indígena em colono das *haciendas* (IRUROZQUI, 1994, p. 85). Independentemente da sinceridade de suas promessas, o fato é que os Liberais se aproveitaram do descontentamento no campo para fazer proselitismo com promessas atraentes aos indígenas como a restituição de terras comunais (CONDARCO MORALES, 2011; GOTKOWITZ, 2007; IRUROZQUI, 1994, 1997; LARSON, 2004; MENDIETA, 2010) e conseguiram convencê-los a apoiá-los como demonstram não apenas sua mobilização como exército auxiliar durante a guerra civil de 1899, como já antes disso os gritos de "Viva Camacho" durante um levantamento dos indígenas machas em 1889 ou a grande congregação de indígenas nos arredores de La Paz em apoio à candidatura presidencial de José Manuel Pando, novo líder Liberal, em 1896 (IRUROZQUI, 1994, p. 97).

O objetivo dos Liberais com suas incursões no campo e sua aproximação com as lideranças indígenas, a princípio, era utilizar os indígenas como uma espécie de espantalho, uma latente ameaça aos conservadores de até onde estavam dispostos a ir caso estes não deixassem de lado as táticas de manipulação que lhes privavam o acesso ao poder por via eleitoral. Mas com a persistência desse bloqueio e a consciência cada vez mais firme pelos

[55] O texto em língua estrangeira é: "A principios de 1881, las comunidades indígenas se aferraron a la idea de que jugaban un papel tradicional y útil en la sociedad multirracial boliviana. En términos específicos, ellos pagaban tributos y proveían servicios a cambio del acceso a la tierra. Cuando la oligarquía retiró la protección estatal y promovió la venta de tierras la primera reacción indígena fue enfrentar el proceso en los juzgados. Como la campaña legal fracasó y tanto los hacendados como el Estado usaron la violencia para hacer más sólido su control de la tierra, los indígenas se dieron cuenta gradualmente de que su lugar en la sociedad había cambiado. Esta situación contradictoria y ambivalente, que implicaba una ruptura del pacto simbólico de reciprocidad entre las comunidades y el Estado, fue aprovechada por el Partido liberal para presentarse ante aquéllas como el organismo capaz de restituir el orden anterior a las leyes conservadoras sobre la tierra".

Liberais de que o golpe de Estado era o único caminho, o partido apelaria à mobilização militar dos indígenas como seu grande trunfo na guerra civil que desatariam.

Com a abolição jurídica das comunidades indígenas pela Lei de Desvinculação, ficara estabelecida na mesma lei que os indígenas deveriam cuidar pessoalmente de seus interesses ou nomear apoderados jurídicos que os representassem e aproveitando-se dessa disposição os indígenas passaram a nomear como apoderados a suas lideranças tradicionais que logo passaram a se articular nacionalmente numa rede de apoderados indígenas, muitos dos quais haviam sido importantes líderes na revolta que ajudara a derrubar Melgarejo décadas antes (GOTKOWITZ, 2007; MENDIETA, 2010. Ver também capítulo 2). Tendo como líder máximo a Pablo Zárate Willka[56], a rede de apoderados indígenas que atuaria como exército auxiliar das tropas Liberais se converteria no fiel da balança que decidiria o conflito. A aproximação do partido com os apoderados indígenas se viu facilitada, ademais, pelas relações pessoais entre Pando e Zárate Willka, cuja origem é desconhecida, mas cuja veracidade já foi comprovada por documentos e cartas pessoais intercambiadas pelos dois caudilhos (ver CONDARCO MORALES, 2011; IRUROZQUI, 1994; MENDIETA, 2010).

Além da mobilização do elemento indígena através da denúncia das brutalidades por ele sofrida no campo e as promessas de restituição de terras e autonomia, o Partido Liberal também passou a cortejar outras elites regionais através da denúncia da utilização do governo por parte da oligarquia do Sul para defender e avançar apenas a seus interesses regionais particulares em detrimento do restante do país. De fato, o período conservador se notabiliza por uma concentração dos investimentos governamentais em obras e projetos de interesse direto das elites do Sul. Essa tendência se reforça ainda mais em fins do século XIX à medida que se agrava a queda mundial nos preços da prata, principal fonte de riqueza dessa elite, trazida com a adoção internacional do padrão ouro, o que fez com que o controle e utilização do Estado fosse cada vez mais crucial para mitigar o declínio econômico da mesma.

É importante ressaltar que se ainda hoje as desigualdades regionais são um tema político de primeira ordem na Bolívia (ver, por exemplo, ROCA, 2008), em fins do século XIX esse era um tema ainda mais relevante e fruto de descontentamentos. Assim, não é de estranhar que quando os Liberais começaram a desenvolver um forte discurso federalista, denunciando o fato de que o departamento de La Paz contribuía cada vez mais na geração de riquezas para o governo central vis-à-vis os departamentos sulistas de Potosí e Chuquisaca

[56] Willka, que quer dizer "rei poderoso" em aimará e quéchua, era um título honorífico ostentado por algumas eminentes lideranças indígenas dentre as quais Pablo Zárate era a maior.

que ficavam com a maior parte dos investimentos públicos, tenham obtido apoio de outras elites regionais como as de Cochabamba e Oruro[57].

> o federalismo não foi uma desculpa circunstancial, mas sim um discurso vigoroso não apenas no seio da elite intelectual residente nas cidades. Pode-se ver seu apoio nas pretensões dos poderes locais a partir dos municípios tanto urbanos quanto rurais, onde o Partido Liberal tinha muita influência. O discurso federal foi, portanto, aquele que articulou as demandas em torno de uma possível reforma do Estado centralista. [...] A partir do federalismo, os liberais conseguiram construir um amplo movimento social e popular que integrou a amplos setores da população, incluídos os indígenas. A ele se somam as denúncias de coerção e fraude eleitoral, os permanentes exílios dos membros do Partido Liberal, a crítica que se fez sobre a chilenização da elite sulista, a bajulação às classes artesãs e trabalhadoras e as promessas de restituição de terras aos indígenas, entre outros aspectos que fizeram com que o Partido Liberal tivesse o apoio de grandes setores da população[58] (MENDIETA, 2010, p. 32–3. Tradução nossa).

Embora a capital do país fosse a cidade de Sucre, até então não havia uma sede fixa do governo e do legislativo, que rotavam entre várias cidades como a própria Sucre, La Paz ou Cochabamba[59]. Diante do contexto de descontentamento regional cada vez mais aguçado, o estopim para o início da guerra civil viria em 1898 com a aprovação pelo parlamento de uma lei estabelecendo Sucre como a sede fixa dos poderes. A promulgação da lei pelo presidente Severo Fernandez Alonso (1896-99) foi o pretexto utilizado pelas lideranças de La Paz para declarar-se em rebelião contra o governo constituído. Embora os Liberais tenham sido os principais instigadores da insurreição, bem como seus principais beneficiários, é importante ressaltar que mesmo a ala pacenha do Partido Conservador se rebelou contra o governo de seu partido e que alguns de seus líderes tiveram papel de destaque no conflito. E embora seja frequentemente resumido como um conflito entre as elites ascendentes de La Paz e as elites decadentes do Sul ou entre o departamento de La Paz e o de Chuquisaca,

> Ao Partido Conservador se opunham: primeiro, grupos cuja ascensão social se via favorecida pela instabilidade política do regime caudilhista; segundo, setores que viam no exército um meio de melhoria ocupacional e de aquisição de privilégios corporativos; terceiro, os constitucionalistas pacenhos que aspiravam à supremacia de La Paz sobre Sucre; quarto, os

[57] Além disso, vale ressaltar que a demanda federal também era atraente aos indígenas. Como será visto no capítulo 2, o autogoverno é um dos horizontes centrais da tradição indianista-comunitária e o fortalecimento da autonomia municipal em uma Bolívia federal era uma possibilidade de conciliação desse horizonte comunitário em uma fórmula liberal representativa (ver também IRUROZQUI, 2006).

[58] O texto em língua estrangeira é: "el federalismo no fue una excusa circunstancial, sino un discurso vigoroso no sólo en el seno de la élite intelectural residente en las ciudades. Se puede considerar su asidero en las pretensiones de los poderes locales a partir de los municipios tanto urbanos como rurales, donde el Partido Liberal tenía mucha influencia. El discurso federal fue, por lo tanto, el que articuló las demandas en torno a una posible reforma del Estado centralista. […] A partir del federalismo, los liberales lograron construir un amplio movimiento social y popular que integró a amplios sectores de la población, incluidos los indígenas. A ello se añaden las denuncias de cohecho y fraude electoral, los permanentes exilios de los miembros del Partido Liberal, la crítica que se hizo sobre la chilenización de la élite sureña, los halagos a las clases artesanas y trabajadoras, y las promesas de restitución de tierras a los indígenas, entre otros aspectos que hicieron que el Partido Liberal tuviera el apoyo de grandes sectores de la población"

[59] A própria definição de Sucre como a capital do novo país, mesmo que ainda sem sua definição como sede dos poderes de Estado, somente fora definida em 1839 tal o grau de fragmentação entre as distintas elites regionais e a dificuldade de se chegar a um mínimo denominador comum entre elas (ver SORUCO SOLOGUREN, 2011, p. 33).

> liberais pacenhos; e quinto, os liberais partidários de um regime de governo federal pertencentes a regiões excluídas do negócio da prata. Todos eles se aglutinaram sob as bandeiras liberais com objetivos particulares, mas com um inimigo comum representado pelo governo mineiro que os excluía da presidência e extorquia suas ambições de participação política. [...] Portanto, explicar a guerra como um enfrentamento regional entre dois departamentos - La Paz e Chuquisaca - se bem não é inexato, posto que estavam em jogo o controle da sede do governo e dos órgãos de decisão - em consequência, o controle do poder político -, proporciona uma visão enviesada dos fatos. [Pois] Esta visão somente toma em conta as razões de alguns dos participantes[60] (IRUROZQUI, 1994, p. 114–5. Tradução nossa).

A guerra civil estendeu-se entre dezembro de 1898 e abril de 1899, quando após a batalha conhecida como Segundo Cruzeiro nas proximidades de Oruro a vitória do Exército Federal contra as tropas constitucionais definiu o fim do conflito e a fuga e exílio do presidente Alonso no Chile. Embora a princípio as tropas insurgentes contassem com uma importante desvantagem em termos de armamentos, a presença das tropas auxiliares indígenas, que atuavam como uma primeira barreira entre o núcleo de suas tropas e o exército constitucional oferecendo imensa vantagem tática ao ocultar as movimentações das tropas insurgentes e revelar previamente os movimentos do inimigo, puderam compensar essa desvantagem até a chegada de melhores armamentos comprados do Peru e Chile (CONDARCO MORALES, 2011; DUNKERLEY, 2006, cap. 3.2; IRUROZQUI, 1994, cap. III).

Uma vez definido o conflito, entretanto, os vitoriosos Liberais logo abandonariam suas promessas tanto para com o setor indígena, quanto de federalização do sistema político nacional, descartando assim o imenso potencial de redefinição da política boliviana em bases mais progressistas (ver ZAVALETA MERCADO, 2008, p. 156). Mesmo a postura anti-Chile que como visto fora a origem do próprio partido e seu elemento diferenciador dos Conservadores seria abandonada durante a Era Liberal com a assinatura do Tratado de Paz e Amizade de 1904 que acataria a perda definitiva do litoral em troca de uma indenização monetária, da construção de uma ferrovia ligando La Paz ao porto de Arica e facilidades comerciais. Ocorre que, como defende Irurozqui (1994), esse nunca fora de fato o objetivo buscado pelos Liberais ou pela elite pacenha. Segundo ela, o objetivo primordial do conflito era substituir como motor nacional uma elite regional em processo de decadência econômica

[60] O texto em língua estrangeira é: "al Partido Conservador se oponían: primero, grupos cuyo ascenso social se veía favorecido por la inestabilidad política del régimen caudillista; segundo, sectores que veían en el ejército un medio de mejora ocupacional y de adquisición de privilegios sectarios; tercero, los constitucionalistas paceños que aspiraban a la supremacía de La Paz sobre Sucre; cuarto, los liberales paceños; y quinto, los liberales partidarios de un régimen de gobierno federal pertenecientes a regiones excluidas del tráfico de la plata. Todos ellos se aglutinaron bajo las banderas liberales con objetivos particulares pero con un enemigo común, representado por el gobierno minero, que los excluía de la presidencia y extorsionaba sus ambiciones de participación política. […] Por lo tanto, explicar la guerra como un enfrentamiento regional entre dos departamentos - La Paz y Chuquisaca- si bien no es inexacto, porque estaba en juego el control de la sede del gobierno y de los órganos de decisión - en consecuencia, el control del poder político -, proporciona una visión sesgada de los hechos. [Pues] Esta explicación sólo toma en cuenta las razones de algunos participantes".

por outra dotada dos meios econômicos suficientes para manter o sistema político restrito às próprias elites (ver também IRUROZQUI, 1992). Assim, a Convenção Constituinte convocada em 1899 manteve em vigência a Constituição de 1880 e o sistema político e a natureza dos governos Liberais subsequentes manteve-se basicamente inalterada.

Se a promessa federal era de fato uma aspiração de outras elites regionais, pois continha a promessa de ampliar as bases de sua própria reprodução social enquanto tal e viria a ser uma queixa constante contra a elite pacenha, as promessas de restituição das terras indígenas e a inclusão política desse coletivo eram na verdade anátemas para todas as distintas frações da elite. Inclusive, não apenas o abandono, mas a estigmatização de tais demandas e da participação indígena no conflito foi uma importante arma de que se valeram os vencedores para reunificar essas frações sob sua nova direção, bem como para justificar o abandono da promessa federal.

Aproveitando-se do incidente conhecido como o "Massacre de Mohoza", quando em fevereiro de 1899 tropas liberais tinham sido aprisionadas por um bloqueio indígena e posteriormente executadas na localidade de mesmo nome, os vitoriosos Liberais aprisionaram as principais lideranças indígenas – incluindo Zárate Willka – e promoveram um julgamento que se estendeu entre 1901-4 que mais do que o julgamento dos supostos responsáveis pelo massacre, se converteu em um julgamento da raça indígena. Os Liberais passaram a tentar encobrir sua responsabilidade na mobilização das tropas indígenas, negando a aliança por eles forjada e atribuindo aos índios uma atuação autônoma e em busca de objetivos próprios, entre os quais estariam promover a famigerada guerra de raças e o extermínio da população crioula. Já antes do fim da guerra, os líderes Liberais buscaram apresentar o risco de uma iminente guerra de raças para consolidar a vitória e selar a reunificação com os ex-adversários conservadores em nome do bem maior da preservação da "civilização" no país (IRUROZQUI, 1992, p. 212–3, 1994, p. 128–40, 2006, p. 42–6; MENDIETA, 2010, cap. VI e VII; SORUCO SOLOGUREN, 2008a, p. 10–11, 2011, p. 35–6).

A condenação da raça indígena (sobretudo os aimarás), à qual foi atribuída uma natureza bárbara e sanguinária nos julgamentos, consolidou no país o social-darwinismo e os argumentos explicitamente racistas como justificativa para as hierarquias sociais (IRUROZQUI, 2000a; MENDIETA, 2010; SORUCO SOLOGUREN, 2011, 2012), o que facilitaria significativamente a continuidade e aceleração do processo de usurpação das terras indígenas comunais[61]. Mas como mencionado, essa condenação também serviu para descartar

[61] As principais lideranças Liberais, inclusive, se beneficiariam diretamente de tal usurpação aproveitando as conexões com o poder estatal para se tornarem eles próprios donos de ex-comunidades convertidas em

a proposta de federalização do país e a manutenção do Estado unitário. Os Liberais no poder decidiram mantê-lo alegando que embora o federalismo fosse o melhor sistema de governo possível, o país não estava preparado para adotá-lo devido à baixa cultura cívica do povo boliviano que lhe faria presa fácil de demagogos e caudilhos locais. A maioria indígena de que se compunha a população, além do número cada vez maior dos *cholos* urbanos[62], foram apontados como grande evidência do despreparo boliviano para adotar tal fórmula nesse momento. Por esta razão, não apenas descartaram o federalismo, como também aumentaram a centralização estatal diminuindo o grau de autonomia já concedida aos municípios. Os novos governantes,

> a partir das deliberações da Convenção de 1899, decidem que o país não estava preparado para o federalismo e acusam aos poderes locais e aos indígenas, seus antigos aliados, da impossibilidade de uma mudança que implique a federalização e descentralização do país. A traição foi dupla, já que não apenas se atacou aos índios, como também se traiu à população civil com o início de um processo de centralização do poder. Desta maneira, os membros do partido populista de ontem, traindo seus ideais, se convertem em parte de uma oligarquia ainda mais recalcitrante que no passado[63] (MENDIETA, 2010, p. 316. Tradução nossa; ver também IRUROZQUI, 1994, p. 116–23).

Assim, mantido praticamente intacto o sistema político oligárquico previamente vigente, a mudança no partido governante com a chegada à presidência de José Manuel Pando (1899-1904)

> não supôs nenhuma mudança fundamental nas orientações do governo. Continuou a subvenção governamental ao transporte [ferroviário], se apoiou à indústria mineira do estanho, ainda que sob diretrizes de política econômica favoráveis à limitação do alcance dos monopólios, e se buscou o desenvolvimento e a modernização dos centros urbanos. A isto se somou a expansão do latifúndio à custa das terras comunitárias do altiplano, o progressivo debilitamento das comunidades indígenas, a conversão de muitos de seus membros em

---

haciendas. O presidente Ismael Montes (1904-09 e 1913-17), por exemplo, se tornaria um dos grandes latifundiários do país.

[62] A partir do início do processo de abolição das comunidades indígenas com a Lei de Desvinculação, um número cada vez maior de indígenas começa a emigrar às cidades e a adquirir ofícios urbanos e atividades comerciais passando a ser considerados como *cholos* na estratificação social vigente. Muitos deles, que em geral mantinham laços com suas ex-comunidades de origem, começam a desempenhar um papel não oficial de intermediários entre o mundo urbano e rural anteriormente desempenhado pelas lideranças comunais que lhes permite obter um notável acúmulo econômico, razão pela qual passam a ser vistos muitas vezes como ameaça pela elite crioula tradicional. O forte discurso racista do século XX serve, assim, também como um elemento de deslegitimação e – em consequência – de controle dos mesmos e manutenção da rígida hierarquia social oligárquica (SORUCO SOLOGUREN, 2012). Torna-se extremamente prevalente a partir dessa época o discurso de denúncia do "*cholo* arrivista" dirigido a manter esse setor "em seu devido lugar" e evitar que eventuais grupos ou indivíduos *cholos* almejassem competir com essa elite, pois "o grupo dominante percebeu qualquer mobilização social real ou possível do mestiço na estrutura econômica e política como uma transgressão" (SALMÓN, 1997, p. 27. Tradução nossa) [O texto em língua estrangeira é: "el grupo dominante percibió cualquier real o posible movilización social del mestizo en la estructura económica y política como una transgression"]. Ver também Espinoza (2013).

[63] O texto em língua estrangeira é: "a partir de las deliberaciones en la Convención de 1899, deciden que el país no estaba preparado para el federalismo y acusan a los poderes locales y a los indígenas, sus antiguos aliados, de la imposibilidad de un cambio que implique la federalización y descentralización del país. La traición fue por doble partida, ya que no sólo se atacó a los indios, sino que se traicionó a la población civil con el inicio de un proceso de centralización del poder. De esta manera, los miembros del partido populista de ayer, traicionando sus ideales, se convierten en parte de una oligarquía aún más recalcitrante que en el pasado".

> colonos de hacienda e o aumento da população "chola" com capacidade eleitoral nas cidades[64] (IRUROZQUI, 1994, p. 32. Tradução nossa).

No que pese a permanência dos descontentamentos regionais, o novo período marca, no entanto, o alcance de uma hegemonia nacional até então inédita em sua profundidade por parte do novo grupo dirigente (SORUCO SOLOGUREN, 2012). Afiançados ademais numa forte crença positivista no progresso e no bom momento econômico trazido pelo ciclo do estanho[65], isto lhes permite a condução de importantes obras de infraestrutura e modernização, como a concretização de uma rede ferroviária conectando as principais cidades do altiplano, a difusão do telégrafo e a chegada do asfalto aos principais centros urbanos.

Entre 1899 e 1920, o Partido Liberal governa sem sofrer uma tentativa de golpe sequer, algo inédito na história boliviana até então (KLEIN, 1969, p. 39) e até 1914 sequer possui qualquer oposição partidária organizada para além dos Liberais dissidentes autointitulados "puritanos", fração formada nas eleições de 1904 entre defensores de um liberalismo mais programático e o restante da ala federalista em contraposição à candidatura Liberal oficial do pragmático Ismael Montes, apoiado por Pando a sua sucessão e que resultaria eleito para o período 1904-1909. Se por um lado essa divisão mostrava um início de descontentamento interno que viria a se agravar com o tempo na medida em que Montes se mostrava cada vez mais autocrático no controle do partido, por outro representava a inexistência de uma disputa real pelo poder já que o próprio Partido Liberal era ao mesmo tempo governo e oposição (IRUROZQUI, 1994, p. 128). Apesar de que Montes tenha sido forçado a aceitar a candidatura do purista Fernando Guachalla a sua sucessão em 1909, a repentina morte deste às vésperas da posse permitiu àquele manobrar pela substituição de Guachalla por seu fiel aliado Eliodoro Villazón (1909-13), após cujo governo o próprio Montes regressaria à presidência para mais um mandato (1913-17).

Nesse retorno à presidência, entretanto, a situação de tranquilidade política até então vivenciada começará a se alterar. Montes assumiu o novo mandato em um contexto de depressão econômica internacional pré-I Guerra Mundial que afetava a economia nacional,

---

[64] O texto em língua estrangeira é: "no supuso un cambio fundamental en las orientaciones del gobierno. Continuó la subvención gubernamental al transporte [ferrocarriles], se apoyó a la industria minera del estaño, aunque bajo lineamientos de política económica favorables a la limitación del alcance de los monopolios, y se buscó el desarrollo y la modernización de los centros urbanos. A esto se unió la expansión del latifundio a costa de las tierras de comunidad en el altiplano, el progresivo debilitamiento de las comunidades indígenas, la conversión de muchos de sus miembros en colonos de hacienda y el aumento de la población "chola" con capacidad electoral en las ciudades".

[65] Também colaboraram para a grande capacidade de execução do governo a grande disponibilidade de fundos resultantes das indenizações de 2 milhões de libras esterlinas e de 300 mil libras esterlinas estabelecidas respectivamente pelo Tratado de Petrópolis de 1903, através do qual o governo cedeu o Acre ao Brasil, e do Tratado de Paz e Amizade de 1904 com o Chile através do qual o país reconhecia a perda definitiva de sua costa no Oceano Pacífico.

diminuindo significativamente seu volume de exportações. Em meio a esse contexto desfavorável, o presidente buscou avançar um ambicioso programa de reforma bancária que aumentaria o controle do governo sobre a emissão de moeda. A reforma provocou a ira dos banqueiros no país, que passaram a restringir o crédito – agravando o mau momento econômico – e a financiar anti-montistas do partido que começam a se articular para fundar um novo partido opositor. Embora Montes tenha tentado usar o governo para abortar a organização opositora decretando um Estado de Sítio e o exílio de várias de suas lideranças às vésperas da convenção convocada para a fundação do novo partido em agosto de 1914, após o fim do período de exceção os opositores conseguiram convocá-la e fundar o Partido Republicano em janeiro de 1915 (KLEIN, 1969, p. 45–8).

A existência dessa nova oposição, somada à nova e mais complexa estratificação social trazida pelo próprio processo de modernização econômica, fizeram com que a disputa política se tornasse muito mais acirrada. Como mencionado, desde a Era Conservadora os partidos atuavam buscando cooptar clientelas entre os setores subalternos que mobilizavam durante as eleições como eleitores e tropas de choque e intimidação dos grupos contrários. Em geral, tais clientelas eram mobilizadas apenas durante o próprio período eleitoral, mas o acirramento da competição com a formação do Partido Republicano fez com que a partir dali a mobilização fosse cada vez mais perene, além de necessitar buscar uma diversidade cada vez maior de grupos e com essa ampliação ser necessária também a ampliação do alcance das promessas utilizadas para mobilizá-las (IRUROZQUI, 2000a; KLEIN, 1969). A modernização econômica entre 1880-1920 gerara novos grupos de eleitores compostos não apenas de uma classe média de médicos, engenheiros, advogados e outros ramos de profissionais liberais que iriam progressivamente adquirindo uma maior autoconsciência de seus interesses, como também um nascente operariado nas minas, ferrovias e manufaturas que logo começaria a se organizar em sindicatos e fazer reivindicações cada vez maiores e mais autonômas por direitos e benefícios (ver capítulo 3).

Diante desse novo cenário, a violência e as fraudes em torno das eleições – cujo sufrágio não era secreto – também aumentariam significativamente "e cada eleição a partir de 1914 teve sua dose de turbas violentas e morte"[66] (KLEIN, 1969, p. 51. Tradução nossa) na medida em que os Liberais buscavam fechar as possibilidades eleitorais dos Republicanos e estes tentavam furar o bloqueio e compensar a desvantagem de estar fora do governo. As tentativas eleitorais Republicanas fracassaram, entretanto, com o Partido Liberal mais uma

[66] O texto em língua estrangeira é: "and every election from 1914 on had its full complement of death and bloody mob scene".

vez vitorioso nas eleições presidenciais de 1917 com José Gutiérrez Guerra (1917-1920), o que levaria os derrotados – como antes ocorrera com os Liberais – a inclinar-se cada vez mais rumo ao golpe de Estado como único caminho capaz de levá-los ao poder.

Esse caminho seria enfim concretizado em 1920, quando se aproveitando do enfraquecimento de Gutiérrez Guerra diante do primeiro ciclo de greves importante do país – incluindo sua primeira greve nacional dos trabalhadores gráficos em fins de junho – os Republicanos derrubariam o governo e tomariam o poder no começo de julho sob a liderança de Bautista Saavedra (1921-25[67]).

Formado a partir da confluência de três imponentes personalidades políticas – o próprio Saavedra, Daniel Salamanca e José María Escalier –, a escolha de Saavedra para a presidência, entretanto, logo acirraria rivalidades pessoais que levariam ao racha e à formação do Partido Republicano Genuíno (PRG). Isso faria com que Saavedra tivesse, durante sua presidência, uma forte oposição formada pelos ex-companheiros do PRG e pelo Partido Liberal por ele derrubado do poder, levando-o a buscar assentar sua base política na classe média, nos *cholos* urbanos e no nascente movimento trabalhista, e buscando aproximação mesmo com o movimento indígena dos caciques apoderados (ver capítulo 2). Essa aproximação com setores subalternos, embora mantivesse a mesma lógica clientelista de cooptação sem inclusão política real vigente desde a instauração do primeiro sistema partidário após a Guerra do Pacífico, no nível em que se deu já mostrava os primeiros indícios das fissuras no modelo oligárquico que propiciariam o surgimento da matriz nacional-popular após a Guerra do Chaco (1932-35, ver capítulo 3).

Para consolidar essa base, Saavedra teve que oferecer medidas concretas como a aprovação do primeiro pacote de legislação social incluindo ampliação do direito a greve, definição da jornada de trabalho e compensações de saúde e por acidentes de trabalho, que se bem eram já limitadas na proposta original do presidente e foram ainda mais diluídas em sua aprovação pelo congresso, não deixaram de representar um marco histórico no país (KLEIN, 1969, p. 71). Com relação ao mundo indígena, o presidente emitiu decreto nesse mesmo ano proibindo a confiscação de terras indígenas por motivo de dívidas e exigindo a intervenção de um juiz em qualquer processo de venda ou transferência de suas terras, seguiu reunindo-se com frequência com lideranças dos caciques apoderados e criou uma série de escolas rurais demandadas pelo movimento (GOTKOWITZ, 2007, p. 59–60). Além disso, Saavedra e seu

[67] Após o triunfo do golpe de Estado, foi formada em 1920 uma junta transitória de governo presidida por Saavedra e composta ademais por José María Escalier e José Manuel Ramírez. A partir de janeiro de 1921, por escolha do parlamento convocado em dezembro do ano anterior pela junta, Saavedra assumiria o mandato presidencial até 1925.

Partido Republicano também passaram a apresentar um discurso no qual o Estado era considerado responsável pelo bem-estar da população e onde a soberania social com deveres de cooperação e solidariedade tinha precedência, marcando uma separação discursiva com os preceitos de liberdade e primazia individual das teorias liberais até então hegemônicas (IRUROZQUI, 2000a, p. 305; KLEIN, 1969, p. 70).

Entretanto,

> ainda que Saavedra tenha mobilizado melhor que seus antecessores a essa população e a dotou de maior presença pública, isto não significou sua chegada ao poder, nem uma melhora em sua inserção social, nem um abandono dos preconceitos étnicos. O aumento de seu protagonismo nos acontecimentos políticos se deveu a que o governo redesenhou a maneira de regular sua presença mediante um sistema de clientela mais amplo e flexível auspiciado desde o Estado sob o princípio da cooperação[68] (IRUROZQUI, 2000a, p. 309–10. Tradução nossa).

Sem dúvidas importantes no contexto em que se deram e como indicador das mudanças que logo se anunciariam, os limites dessa nova política trazida por Saavedra eram bastante claros, por exemplo, na sangrenta repressão por ele desatada contra os indígenas sublevados de Jesus de Machaca em 1921 e contra os mineiros organizados de Uncía em 1923. Ambos os casos mostram o quanto mesmo membros mais esclarecidos e em grande medida visionários como Saavedra não estavam dispostos a ir além de certos limites que garantiam a manutenção da política como domínio exclusivo das elites de origem crioula. E a mobilização autônoma de indígenas ou dos trabalhadores do núcleo central da economia boliviana (a mineração de estanho) não seria tolerada. Mesmo os limitados avanços no apoio ao nascente movimento trabalhista e a aprovação das mencionadas leis sociais em seu primeiro ano de governo não tiveram maior continuidade, pois Saavedra, na medida em que consolidava sua posição e controle do governo, "mais reacionário este se tornava"[69] (KLEIN, 1969, p. 81. Tradução nossa). Inexistiam em seu governo quaisquer críticas aos verdadeiros donos do poder boliviano, a elite latifundiária e os grandes barões do estanho, e além do pacote legislativo do primeiro ano e das políticas indigenistas, apenas um limitado aumento nos impostos sobre a mineração pode ser apontado como inovação para além da política oligárquica tradicional.

Mas independentemente da posição ambígua de líderes como Saavedra, as mudanças em curso na sociedade boliviana continuavam testando os limites da república oligárquica na medida em que os grupos subalternos continuavam seu processo de organização cada vez

[68] O texto em língua estrangeira é: "aunque Saavedra movilizó mejor que sus antecesores a dicha población y la dotó de mayor presencia pública, ello no significó su arribo al poder, ni una mejora en su inserción social, ni un abandono de los prejuicios étnicos. El aumento de su protagonismo en los acontecimientos políticos se debió a que el gobierno rediseñó la manera de regular su presencia mediante un sistema clientela más amplio y flexible auspiciado desde el Estado bajo el principio de la cooperación".

[69] O texto em língua estrangeira é: "the more reactionary it became".

mais autônoma e que a própria classe média passava a se descolar cada vez mais das verdadeiras elites bolivianas. Uma das principais razões para esse crescente descolamento reside no fato de que a indústria do estanho, que a partir de fins do século XIX se constituíra na base de sustentação da economia do país e proporcionara o ciclo de modernização da Era Liberal, atingira seu auge por volta de 1920 e a partir daí iniciara um longo ciclo de *boom* e *bust* a partir das tendências ascendentes ou descendentes do preço internacional da *commodity*. Com praticamente nenhuma nova adição tecnológica ou de capital significativa, além do natural processo de esgotamento das jazidas, o praticamente único setor econômico moderno relevante entrara numa tendência irreversível de decadência de longo prazo que se espalhava ao resto da economia urbana do país, cada vez mais estagnada. Assim, a mobilidade interna dentro do setor da elite boliviana se contraía significativamente e em especial para a sub-elite dependente que era essa classe média, gerando uma crescente ameaça ao estilo de vida economicamente remediado e estável da mesma e um descolamento cada vez maior entre as expectativas de suas gerações mais jovens e as oportunidades efetivamente encontradas (ver MALLOY, 1970).

Um dos reflexos mais imediatos foi a crescente radicalização do movimento estudantil boliviano, composto justamente das novas gerações dessa classe média educada para aspirar a um nível de vida e posição cada vez mais difíceis de serem encontradas no sistema político nacional, e que começava a receber influências intelectuais além dos marcos do liberalismo então imperantes, como o marxismo. O sucessor de Saavedra, Hernando Siles (1926-30), ao assumir o governo buscou se desvencilhar do controle de seu antigo mentor reconciliando-se com as lideranças do PRG em um primeiro momento e logo fomentando a fundação de sua própria organização partidária, o Partido Nacionalista, para o qual buscou atrair esse novo movimento estudantil e suas lideranças. Na fundação desse partido, inclusive, jovens intelectuais radicalizados como Augusto Céspedes e Enrique Baldivieso chegaram a escrever um esboço de programa partidário bastante avançado e radical para o contexto da época, mas que seria abortado pela maioria mais conservadora do partido (KLEIN, 1969, p. 92). Apesar de prematuramente abandonado, no entanto, ele era um claro indicativo tanto das mudanças por que passava a sociedade boliviana de então quanto da resiliência da elite política tradicional em abraçar firmemente os ventos de mudança.

O governo Siles, assim como o de seu antecessor, foi mais um governo de mudanças e reformas moderadas sem sair completamente dos marcos da política oligárquica vigente, mas que serviu como primeira experiência política de alguns membros destacados da nova geração que dariam esse passo seguinte a partir do fiasco da Guerra do Chaco. Ao chegar ao final de

seu mandato, no entanto, Siles tentaria prorrogá-lo e seria derrubado em um golpe orquestrado pelos demais partidos em aliança com alguns oficiais das forças armadas, mas que seria iniciado a partir de fortes protestos de grupos universitários que aumentaram o caos e deram justificativa, a partir da violenta repressão que sofreram, para a derrubada do governo (KLEIN, 1969, p. 111). O fator chave para o golpe foi a participação das forças armadas, na maior intervenção política realizada pela corporação militar desde o fim do caudilhismo. Uma junta militar de governo provisória fora organizada sob a liderança do general Carlos Blanco Galindo, mas que não buscou perpetuar-se no poder (KLEIN, 1969, p. 114), o que era tanto um indicativo do grau de subordinação ainda reinante dos militares às lideranças civis, quanto do desgaste desse controle civil que logo seria rompido de vez fazendo dos militares novamente um ator político importante.

A junta militar convocaria eleições em 1931 com a candidatura única de Daniel Salamanca, do PRG (1931-34). Considerado um orador e político brilhante, Salamanca era tido como o grande político do seu tempo por seus eloquentes discursos opositores no senado que ocupou durante muitos anos. Ele era, entretanto, uma pessoa pouco social, não tinha amigos e possuía um enorme ego e personalismo, o que sempre lhe impedira de participar de projetos políticos coletivos por muito tempo. Ao mesmo tempo, ele assumiria em um momento econômico gravíssimo, com os preços internacionais do estanho em queda livre provocando uma forte recessão na economia nacional. Incapaz de apresentar soluções ao problema econômico, Salamanca apelaria a uma forte retórica e práxis antitrabalhista e anticomunista que marcaria uma importante reversão do tom reformista moderado de seus predecessores imediatos. Além disso, numa clara tentativa de desviar o foco, Salamanca se utilizaria da tensão com o Paraguai pela região do Chaco Boreal reivindicada por ambos os países para embarcar na aventura militar da Guerra do Chaco (1932-35) que ele acreditava que seria uma fácil vitória boliviana, mas que se converteria no imenso fiasco que catalisaria as mudanças em curso no país a um outro patamar.

Além do enorme território perdido para o Paraguai, mais de 65.000 bolivianos (de uma população total de cerca de 2.000.000) desertaram ou morreram em combate ou cativeiro. Uma proporção equivalente à dos países europeus na I Guerra Mundial de acordo com Herbert Klein (2003, p. 182–3) que sem dúvidas marcaria um antes e um depois no país e consolidaria a fermentação revolucionária que em última instância varreria o sistema político oligárquico vigente e levaria à Revolução de 1952 (HYLTON; THOMSON, 2007; KLEIN, 1967, 1968a, b, 1969; MALLOY, 1970; WHITEHEAD, 2003). Salamanca, que durante o conflito tivera uma atuação vacilante, incapaz de definir plenamente um objetivo para a

guerra e frequentemente passando por cima das avaliações e decisões de seu Estado Maior, seria derrubado em 1934 no episódio conhecido como o "*Corralito de Villamontes*" por um grupo de jovens oficiais das forças armadas que logo tomariam o poder eles mesmos e iniciariam o período conhecido como Socialismo Militar (1936-39), primeira e contraditória experiência fora dos marcos da política tradicional e que iniciaria com força a matriz nacional-popular no país (ver capítulo 3).

O pós-Chaco veria a consolidação de uma clivagem geracional, com a chamada "geração do Chaco" assumindo a vanguarda da efervescência política que se consolidaria no país e permanecendo ainda por algumas décadas na vanguarda da política nacional, e consolidaria o descolamento da classe média das lideranças políticas tradicionais.

> [A classe média] correspondia a quase 90 por cento do universo de eleitores, e sua deserção teve um impacto crucial no sistema político boliviano. Em eleição após eleição entre 1935 e 1951 as classes médias expressaram sua crescente autoconsciência abandonando a liderança política tradicional em números cada vez maiores até que por volta de 1951 elas literalmente votaram o sistema tradicional para fora do governo e apoiaram um candidato abertamente revolucionário[70] (KLEIN, 1969, p. 208. Tradução nossa; ver também MALLOY, 1970, p. 40–2).

O suicídio de Germán Busch em 1939 e o consequente fim do experimento do Socialismo Militar daria uma sobrevida aos partidos oligárquicos tradicionais que se apresentariam nas eleições de 1940 unidos em um histórico acordo conhecido como Concordância. O pacto entre Partido Liberal, PRG e o Partido Republicano Socialista[71] fora assinado em março do ano anterior, em antecipação às prometidas eleições de maio e como tentativa de fazer frente à crescente força dos novos grupos de esquerda moderada e radical que tinham se proliferado durante o período. O manifesto divulgado pela Concordância pedia o retorno de um governo civil e o fim do envolvimento dos militares na política, defendendo ideias econômicas liberais clássicas e a reversão de medidas contrárias aos interesses mineiros instauradas pelo Socialismo Militar, como o controle de divisas, no "mais reacionário documento já produzido pelos partidos tradicionais"[72](KLEIN, 1969, p. 306. Tradução nossa) até então.

> A assinatura do pacto da Concordância foi uma ocasião realmente histórica na história política boliviana, pois marcou o fim do sistema político que havia governado o país desde 1880 e da estrutura partidária intraclasse com suas clássicas disputas sobre formas de governo

[70] O texto em língua estrangeira é: "[The middle class] accounted for almost 90 per cent of the voting population, and its defection had a crucial impact on the Bolivian political system. In election after election in the years from 1935 to 1951 the middle classes expressed their increased self-consciousness by abandoning the traditional political leadership in ever larger numbers until by 1951 they literally voted the traditional system out of office and supported an openly revolutionary candidate".

[71] Adaptando-se ao novo espírito dos tempos durante o Socialismo Militar, Bautista Saavedra agregara o epíteto Socialista ao seu velho Partido Republicano, o que lhe garantiu uma sobrevida política e participação no governo do coronel David Toro (1936-37).

[72] O texto em língua estrangeira é: "the most reactionary document yet produced by the traditional parties".

> liberal e o verdadeiro começo de uma estrutura partidária socialmente disruptiva, orientada por interesses de classe e baseada nas realidades socioeconômicas da nação. Com a assinatura do pacto, os políticos tradicionais abandonaram seu velho sistema e se apresentaram abertamente em um partido conscientemente classista que defendia os interesses da oligarquia por sua sobrevivência em uma amarga disputa política entre as classes[73] (KLEIN, 1969, p. 306).

Quando as eleições finalmente foram convocadas em 1940, a Concordância apoiou – com o beneplácito oficial do governo interino do general Carlos Quintanilla (1939-40) – a candidatura do general Enrique Peñaranda, que por sua atuação no Chaco também obteve o apoio de alguns grupos da esquerda moderada que acreditavam que ele pudesse retomar o experimento do Socialismo Militar apesar da Concordância. Peñaranda (1940-43) foi assim facilmente eleito e logo se definiria como legítimo representante dos setores conservadores, ficando sob o fogo cerrado dos distintos grupos esquerdistas representados no parlamento e dos sindicatos fora dele. Desgastado pela profusão de greves e demandas trabalhistas e pelo acosso parlamentar esquerdista, notadamente forte após o Massacre de Catavi em dezembro de 1942, Peñaranda seria derrubado em 1943 pela organização militar secreta Razão da Pátria (RADEPA), que colocaria na presidência ao major Gualberto Villarroel (1943-46) que organizaria um regime emulado no experimento prévio do Socialismo Militar até ser derrubado em 1946 em uma revolta popular que invadiu o palácio de governo e linchou o então presidente (ver capítulo 3).

A morte de Villarroel representou mais um breve respiro dos partidos oligárquicos que puderam voltar ao poder no período conhecido como Sexênio com os governos de Enrique Hertzog (1947-49) e Mamerto Urriolagoitia (1949-51). Mas tratou-se de um período de forte crise de hegemonia e marcado por várias tentativas de golpe e fortes agitações no campo e na cidade que deixavam cada vez mais clara a impossibilidade de um retorno à ordem oligárquica prévia ao Chaco, até que em 1951, com um programa abertamente revolucionário, o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) venceria as eleições. Diante dessa inesperada vitória, concretizada mesmo com o uso de fraudes por parte do governo de Urriolagoitia (ver WHITEHEAD, 1981, p. 342), este cancelou o resultado do pleito, entregando o poder ao general Hugo Ballivián e fugindo do país, mas o golpe não duraria muito, pois em abril de 1952 triunfaria a revolução que levaria o MNR ao poder e encerraria de vez o sistema eleitoral oligárquico inaugurado em 1880.

---

[73] O texto em língua estrangeira é: “The signing of the Concordancia pact was truly an historic occasion in the political history of Bolivia, for it marked the end of the political system which had ruled national life since 1880 and of the traditional intra-class party structure with its classic struggles over forms of liberal government, and the real beginning of the class-oriented and socially disruptive political party structure based on the socio-economic realities of the nation. With the signing of the pact, the traditional politicians abandoned their old system and openly represented themselves as a consciously class-oriented party defending the interests of the oligarchy in a bitter inter-class political struggle for survival”.

1.3 – Ocaso e restauração oligárquica: interlúdio militar e democracia pactuada

A Revolução de 1952 representa o ocaso definitivo do modelo de república oligárquica com participação política restrita, na medida em que pela primeira vez "nacionalizou" efetivamente seu Estado ampliando seu escopo ao conjunto da população – indígenas e operários incluídos – e iniciando a construção de um Estado-nação na plena acepção da palavra (ZAVALETA MERCADO, 2008, p. 11). Entretanto, se também representou um eclipse quase absoluto da matriz liberal em seus primeiros anos, tal eclipse não seria nem definitivo e nem mesmo verdadeiramente absoluto sequer nos primeiros momentos, pois a longa duração desta matriz deixara suas marcas de legalismo, ordem constitucional e ritos eleitorais mesmo nos mais revolucionários dos momentos iniciais. Mesmo chegando ao poder após uma insurreição massiva na qual o Estado existente praticamente colapsou após três dias de confrontos entre as massas armadas e o exército, praticamente varrido pelas mesmas, o MNR assumiu o governo invocando como fonte de sua legitimidade não a revolução, mas o resultado das urnas que havia conferido vitória ao binômio Victor Paz Estenssoro/Hernán Siles Zuazo nas eleições presidenciais anuladas de 1951. Da mesma maneira, ao contrário do que é comum em situações pós-revolucionárias, o partido não buscou criar novos símbolos, sequer proclamou uma nova constituição até 1961 e durante o período em que esteve no poder sempre se ateve aos mandatos presidenciais de quatro anos com a realização regular de eleições (DUNKERLEY, 1984, p. 50–4; MALLOY, 1970, p. 168; WHITEHEAD, 2001, p. 26), indicando certa continuidade da tradição liberal e uma incorporação de alguns de seus valores mesmo no momento de maior auge do nacional-popular no país.

Entretanto, a reforma agrária ratificada pela revolução em 1953 e a adoção do sufrágio universal, com a incorporação plena das massas indígena-camponesas como cidadãos com direitos políticos subvertia fortemente um dos pilares fundamentais da matriz liberal-constitucional consistente na utilização das promessas de cidadania como elemento de controle da ordem hierárquica e manutenção de privilégios (ver IRUROZQUI, 1996, 2000a, 2004). Além disso, pela ciência de sua posição minoritária na composição social total sempre houve no interior da matriz um enorme medo a que essa massa indígena-camponesa pudesse se unificar em revolta contra a população "branca" promovendo a famigerada "guerra de

raças". Se bem é verdade que essa ameaça foi ao longo da história boliviana muito mais um medo insuflado como estratégia de coesão intraelite e estigmatização e exclusão do indígena da sociedade englobante do que uma ameaça real, essa estratégia funcionava precisamente porque esse era um medo real de boa parte dessa população crioula remontando ao cerco de La Paz pelas tropas de Tupaj Katari em 1781 cuja memória fora preservada na história oral do país, e reatualizado a cada revolta indígena localizada ou eventos mais abrangentes como as participações indígenas na derrocada de Melgarejo ou as tropas de Zárate Willka. Assim é que

> as estruturas verticais impostas sobre o campo tanto pelo MNR quanto pelo *pacto-militar camponês* depois dele refletiam um medo continuado de que na ausência de autoridade central as massas indígenas e camponesas recém organizadas e (em alguma medida) armadas poderiam desatar a anarquia nas cidades. Desse modo, a Falange [Socialista Boliviana] (FSB) conseguia muito de sua força, e seu desespero, a partir da convicção das baixas classes médias de que o sufrágio universal significaria uma inversão da ordem social. A democracia dificilmente poderia ser aceita enquanto as vítimas da conquista [colonial] constituíssem a maioria e permanecessem unidas por suas queixas[74] (WHITEHEAD, 1981, p. 34. Itálicos no original, tradução nossa).

Com o colapso dos partidos tradicionais, a Falange Socialista Boliviana (FSB), partido de inspiração fascista fundado em 1937, se tornara desde o princípio a válvula eleitoral das elites desalojadas do poder político e passou a atrair também cada vez mais a setores da classe média descontentes com o que julgavam exageros da revolução conduzida pelo MNR que lhes deixava indefesos diante das "ameaças" a seus privilégios não apenas pelo setor camponês, mas também pelo crescente poder sindical da Central Operária Boliviana (COB) (DUNKERLEY, 1984; MALLOY, 1970).

Como será visto no capítulo 3, o próprio MNR tomaria ações para conter o poder do setor sindical e a erosão de sua base social original no que, para muitos, sinaliza em alguns sentidos o fim da revolução antes mesmo da queda do MNR com o golpe militar de 1964 (ver, por exemplo, DUNKERLEY, 1984; HYLTON; THOMSON, 2007; ZAVALETA MERCADO, 2008). Mas será mesmo sob a ditadura militar de René Barrientos (1964-69) que a tradição oligárquica voltará a se consolidar sob uma roupagem abertamente antidemocrática em nome do combate à ameaça comunista representada pelo poder da COB no contexto internacional da Guerra Fria.

Um dos principais objetivos do sistema político inaugurado em 1880 fora o de controlar as forças armadas e colocá-las sob comando civil, no que fora extremamente bem

[74] O texto em língua estrangeira é: " "the vertical structures imposed on the countryside both by the MNR and then by the *pacto militar-campesino* reflected continuing fear that in the absence of central authority the newly organized and (to some extent) armed indian and peasant masses could unleash anarchy on the towns. Thus the Falange [Socialista Boliviana] (FSB) party drew much of its strength, and its desperation, from the conviction of the urban lower middle classes that universal suffrage would mean an inversion of the social order. Democracy could hardly be accepted as long as the victims of the [colonial] conquest constituted a majority and remained united by their grievances".

sucedido colocando fim ao longo ciclo de sublevações militares do período caudilhista. A guerra civil de 1898-9, apesar da grande mobilização bélica, foi um assunto eminentemente civil, mas já em 1930, num período de crescente efervescência social e inequívocos sinais de desgaste do modelo político oligárquico o tabu fora quebrado pelas elites ao mobilizar as forças armadas para se contrapor à tentativa de Hernando Siles de prorrogar seu mandato. Ainda que imediatamente após a Guerra do Chaco as forças armadas tenham assumido um papel político de destaque numa posição antioligárquica que se repetiria mais uma vez com o experimento de Villarroel, os sinais de que tal "anomalia" havia sido contida após a queda do mesmo e o expurgo da RADEPA de suas fileiras fizeram com que no contexto de uma nova política onde interesses de classes contrapostos se enfrentavam abertamente, os líderes políticos tradicionais não titubeassem em cancelar as eleições de 1951 e entregar o poder à junta militar do general Hugo Ballivián como forma de proteger os seus interesses.

> A revolução de 1952 quase destruiu às forças armadas. Ela temporariamente armou aos trabalhadores e ao campesinato. Ela também concedeu o sufrágio universal, assim fazendo dos camponeses beneficiários da reforma agrária a maioria numérica nas futuras eleições. O trabalho organizado perdeu sua força eleitoral com essa medida, mas inicialmente recebeu compensação sob a forma de outras linhas privilegiadas de acesso ao partido e aparelhos do Estado, incluindo representação ministerial e certo grau de controle na administração das empresas estatais. O resultado foi uma distribuição interna de forças bastante ameaçadora para as classes médias e altas e desfavorável para investimentos privados[75] (WHITEHEAD, 1986, p. 53–4. Tradução nossa).

Assim, diante da incapacidade da FSB em retomar o poder por meios eleitorais ou do golpe cívico, não surpreende que tenham recorrido às forças armadas reconstruídas pelo MNR a partir da cada vez mais presente cooperação estadunidense como meio de retomar a defesa de seus interesses ameaçados. A bem da verdade, o golpe de Barrientos em 1964 não fora propriamente um golpe "clássico" incitado pela direita política contra um governo esquerdista, pois o MNR já havia sido domesticado e pelo menos desde 1956 vinha adotando políticas econômicas liberalizantes e de contenção do poder político sindical (ver ZUNES, 2001). Uma das estratégias de contenção fora justamente a reconstrução das forças armadas como elemento de asserção da soberania estatal em áreas de conflito. Outra, fora a cooptação e controle sobre os sindicatos camponeses como contraponto ao poder dos sindicatos mineiros levada a cabo pelas mãos das próprias forças armadas e que acabaria derivando no controle de tais sindicatos não pelo partido, mas diretamente pelos militares e que derivaria no

[75] O texto em língua estrangeira é: "The 1952 revolution nearly destroyed the armed forces. It temporarily armed the workers and the peasantry. It also granted universal suffrage, thus making peasant beneficiaries of the land reform the numerical majority in future elections. Organized labor was deprived of electoral strength by this move but initially received compensation in the forro of other privileged lines of access to the party and state apparatuses, including cabinet representation and a certain degree of worker control in the management of state enterprises. The result was an intemal distribution of forces very threatening to the middle and upper classes and unpropitious for private investment".

famigerado Pacto Militar-Camponês (PMC, ver capítulos 2 e 3). Assim, o golpe de Barrientos fora na verdade uma iniciativa produto ao mesmo tempo da ambição do próprio Barrientos e das forças armadas em geral por exercer na prática um poder dos quais já eram fiadores de fato, tendo sido incitado e apoiado em seu momento por amplos setores sociais de direita e esquerda (incluindo COB, universitários e lideranças históricas do MNR em dissidência pelas manobras de Victor Paz Estenssoro que lhe permitiram se reeleger em 1964). Mas uma vez triunfado o golpe e definida a orientação direitista, anti-sindical e liberalizante do novo regime, foram os interesses oligárquicos que dele mais se beneficiaram.

Entretanto, apesar do golpe e de seu caráter antipopular, de uma maneira ou de outra a estrutura institucional inaugurada em 1952 com a revolução permaneceu durante todo o período dos governos militares inaugurado em 1964 e também os elementos simbólicos fundamentais da revolução permaneceram após a queda do MNR, com praticamente todos os golpes militares levados a cabo entre 1964 (Barrientos) e 1971 (Banzer) justificando-se retoricamente em nome da revolução. "É notável como todos levam adiante a 'revolução nacional' boliviana" [76], nas palavras de Luis Antezana (1983, p. 69. Tradução nossa). Essa permanência da legitimidade simbólica inaugurada com a Revolução, aliada ao fato de que "o novo oficialato boliviano era tão socialmente heterogêneo e politicamente dividido quanto o partido revolucionário que lhe precedera"[77] (WHITEHEAD, 1986, p. 54. Tradução nossa) fez com que as forças armadas bolivianas não conseguissem instalar no país um sistema autoritário tão estável e coerente quanto seus vizinhos chilenos ou brasileiros, por exemplo, permitindo inclusive uma tentativa de retomada e aprofundamento dos objetivos e orientações revolucionárias originais por parte desses mesmos militares durante os breves regimes dos generais Alfredo Ovando Candía (1969-70) e Juan José Torres (1970-1) que sucederam a Barrientos após sua morte em um acidente de helicóptero.

> Em uma rápida sucessão, os interesses conservadores haviam sido ameaçados pela guerrilha do "Che" em 1969, pelo exemplo da vitória eleitoral de Allende [no Chile] em 1970 e pelo radicalismo caótico que acompanhou o governo do General Torres e encontrara sua expressão máxima na proclamação da Assembleia Popular (meados de 1971), aparentemente prometendo um retorno aos experimentos de 1952[78] (WHITEHEAD, 1986, p. 56. Tradução nossa; ver também DURÁN GIL, 2003, p. 80).

Isto fez com que os grupos sociais de direita, que vinham sendo fortalecidos econômica e politicamente desde a abertura econômica levada a cabo ainda sob os governos

[76] O texto em língua estrangeira é: "Es notable cómo todos llevan adelante la 'revolución nacional' boliviana".
[77] O texto em língua estrangeira é: "Bolivia's new officer corps was as socially mixed and as politically factionalized as was the revolutionary party it succeeded".
[78] O texto em língua estrangeira é: "In quick succession conservative interests had been threatened by the 1968 guerrilla campaign of "Che," by the example of Allende's 1970 election victory, and by the undisciplined radicalism that accompanied General Torres's government and found its chief expression in the proclamation of the People's Assembly (mid-1971), seemingly promising a return to the experiments of 1952".

do MNR, revivessem velhos e novos medos e cerrassem fileiras no apoio ao golpe reacionário levado a cabo pelo então Coronel Hugo Banzer (1971-78) (ver DUNKERLEY, 1984, cap. 6; DURÁN GIL, 2003, cap. 1.2; WHITEHEAD, 1986). Consolidado o golpe, Banzer começaria um governo que inicialmente incluiria em sua base e gabinete ministerial à FSB e ao que restara do MNR sob controle de Paz Estenssoro[79], além do órgão patronal Confederação de Empresários Privados da Bolívia (CEPB)[80] (DUNKERLEY, 1984, p. 203–4; DURÁN GIL, 2003, p. 16; WHITEHEAD, 1986, p. 55). Junto às forças armadas, FSB, MNR e CEPB assinaram o pacto que fundava a Frente Popular Nacionalista (FPN) com a qual o presidente governaria até 1974, quando por meio de um autogolpe descartou seus parceiros civis e passou a governar em um regime puramente militar[81]. A fundação da FPN indicava o quanto mesmo Banzer não podia abrir mão completamente da simbologia revolucionária inaugurada em 52 como elemento de legitimidade de seu governo, ao mesmo tempo em que sua dissolução era um indício da crise de legitimidade desse Estado de 52 que se aprofundaria de forma agônica durante o processo de redemocratização (1978-82) e terminal durante o governo da União Democrática Popular (UDP, 1982-85).

Mas elementos simbólicos à parte, não há dúvida de que o *banzerato*, como ficou conhecido o período, promoveu um aprofundamento da liberalização econômica e abertura ao capital estrangeiro, além de uma forte transferência de capital público ao setor privado, repressão sindical e arrocho salarial que tiveram por resultado uma grande desnacionalização da economia boliviana e incremento na concentração fundiária e da renda (ver DUNKERLEY, 1984, cap. 6; DURÁN GIL, 2003, cap. 2.2; SORUCO SOLOGUREN, 2008a, pt. 4).

> A estratégia econômica de Banzer tinha dois objetivos principais: a atração de investimento estrangeiro direto através da remoção de praticamente todos os controles sobre o capital e o

[79] Já nos últimos anos do governo do MNR, o partido começara a se esfacelar entre várias de suas facções, processo que continuaria após sua queda em 1964, gerando grupos como o Partido Revolucionário Autêntico (PRA) de Walter Guevara Arze, o Partido Revolucionário da Esquerda Nacional (PRIN) controlado por Juan Lechín e o Movimento Nacionalista Revolucionário de Esquerda (MNRI) de Siles Zuazo.

[80] Composta principalmente pela burguesia agroindustrial do Oriente do país e pela Associação Nacional da Mineração Média (ANMM), órgão fundado em 1939 e que se converteria em representante da mineração privada poupada da nacionalização de 1952 e que se desenvolvera e expandira com o Código Mineiro de 1965 promulgado por Barrientos. A ANMM seria um dos principais e mais precoces defensores da liberalização econômica e reversão do Estado de 52, tendo chegado a romper com a CEPB entre 1967 e 1970 por discordar dos empresários que se beneficiavam das benesses estatais recebidas dos regimes militares e voltaria à patronal em 1971, já durante o banzerato, do qual se afastaria em seus anos finais para defender um radical discurso antiestatista que se manterá como uma das principais fontes de apoio discursivo à reestruturação neoliberal após a redemocratização (ver MAYORGA UGARTE, 2007, cap. III, seção 2.1). Um dos ex-presidentes da ANMM nos anos 1970 fora ninguém menos que Gonzalo Sánchez de Lozada.

[81] Embora mantendo decidido apoio e participação da CEPB, chamada por Aldo Durán Gil (2003, p. 89) de o "partido empresarial" do regime.

> incentivo a um crescimento rápido orientado à exportação centrado em Santa Cruz[82] (DUNKERLEY, 1984, p. 219. Tradução nossa).

Essa segunda parte da estratégia econômica banzerista era uma continuação e aceleração da política agrária introduzida pelo MNR que com sua reforma agrária de 1953 deixara praticamente intocada a estrutura fundiária do Oriente e buscara incentivar a formação de uma burguesia agroindustrial moderna na região. Essa política, entretanto, era basicamente a aplicação do Plano Bohan, projeto de desenvolvimento econômico elaborado por missão liderada pelo economista estadunidense Marvin Bohan entre 1942-43 durante o governo de Enrique Peñaranda (1940-43) e que praticamente não chegara a ser aplicada até então. O plano previa o incentivo estatal à criação de uma forte agroindústria e à produção de hidrocarbonetos na região como estratégia de desenvolvimento e começa a ser aplicado mais fortemente com a inauguração da estrada asfaltada Cochabamba-Santa Cruz em 1954, que rompe o isolamento crucenho vis-à-vis o restante do país. A política é complementada com a distribuição de terras, máquinas, créditos e subsídios que se mantém ao longo de todo o período do MNR e durante o governo de Barrientos, mas acelerada durante o governo Banzer, que ademais aumenta significativamente a distribuição de latifúndios: do total de terras acima de 10 mil hectares distribuídos entre 1953 e 1994, 48% foram distribuídas durante o banzerato (SORUCO SOLOGUREN, 2008a, p. 68)[83]. Tamanho foi o grau de fortalecimento econômico no Oriente com a política agrária e o desenvolvimento da indústria petrolífera induzidos pelo Estado que

> Parecia que o lócus do poder nacional tinha se deslocado de La Paz a Santa Cruz mais ou menos da mesma maneira que Sucre tinha perdido sua hegemonia política para La Paz ao final do século XIX[84] (DUNKERLEY, 1984, p. 223. Tradução nossa; ver também ASSIES, 2006; RODRÍGUEZ OSTRIA, 2012)[85].

[82] O texto em língua estrangeira é: "Banzer's economic strategy had two main goals: the attraction of direct foreign investment by removing all but the most minimal constraints on capital, and the fostering of rapid, export-led growth centred on Santa Cruz".

[83] Ressalte-se que de acordo com dados do Censo Agrário de 1950, portanto antes da reforma agrária, a pequena propriedade fundiária tinha na região uma leve preponderância sobre as grandes *haciendas* no que se refere às superfícies cultivadas e possuídas (SORUCO SOLOGUREN, 2008a, p. 53). Como fruto da política agrária para o Oriente iniciada em 1953, a grande propriedade aumenta em 2002 sua participação no número de propriedades em 348% (de 907 para 4066 grandes fazendas) e no total da superfície abarcada em 1062% (de 1.625.954 de hectares para 18.892.283) (SORUCO SOLOGUREN, 2008a, p. 47).

[84] O texto em língua estrangeira é: "It appeared that the locus of national power had been displaced from La Paz to Santa Cruz in much the same way as Sucre had lost its political hegemony to La Paz at the end of the nineteenth century".

[85] E no que pese a todo o apoio estatal recebido que lhes permitiu assumir essa preponderância econômica, as elites crucenhas mantiveram durante todo o período um forte discurso regionalista de crítica à burocracia centralista e à burguesia pacenha (ver DURÁN GIL, 2003, p. 161). Esse discurso regionalista construído como fator da identidade local terá reflexos importantes no próximo período de forte refluxo da tradição liberal após a eleição de Evo Morales em 2005 como será visto e melhor abordado adiante.

Entretanto, apesar de sua impressionante duração[86] o banzerato não era tão estável quanto aparentava, havendo além dos opositores externos (sindicatos, grupos de direitos humanos etc.) importantes fissuras dentro do regime representadas pelas rivalidades entre distintas facções militares, entre os dois partidos civis que haviam apoiado a primeira fase do governo e destes com os militares e entre as diferentes frações da elite econômica que apoiavam o governo. A estabilidade do regime diante de tantas rivalidades internas era mantida em grande parte através do aprofundamento de relações clientelistas com os diversos interesses, da distribuição de benesses (créditos, subsídios, terras etc.) sem maiores racionalidades econômicas outras que silenciar possíveis críticas e de uma enorme tolerância à corrupção por parte dos aliados. O bom resultado econômico em termos de crescimento do PIB e aumento das exportações dos primeiros anos de Banzer, fruto da alta internacional nos preços dos minerais e de um curto *boom* pela exploração petrolífera, davam ao regime os meios para comprar essa legitimidade, mas por volta de 1976 a bonança começou a dar sinais de esgotamento, o que somado a mudanças no contexto internacional[87] e o fiasco da reaproximação diplomática com o Chile em busca da recuperação de uma saída ao Pacífico[88], entre outros fatores combinados[89], levaram o presidente a iniciar um obscuro e limitado processo de abertura política com vistas à realização de eleições previstas para julho de 1978.

O governo decretou, em dezembro de 1977, uma suposta anistia natalina que, no entanto, libertava apenas 33 prisioneiros, não retirava o exército das minas, não recontratava trabalhadores demitidos em anteriores greves e continuava não permitindo o retorno de inúmeros exilados. Diante dessa pseudo-anistia, quatro esposas de trabalhadores mineiros

[86] É o terceiro governo consecutivo mais longevo da história do país, atrás apenas da presidência de Andrés de Santa Cruz (1829-39) e do atual governo de Evo Morales (2006-) (ver MESA GISBERT, 2006).

[87] A ditadura militar brasileira, cujo apoio havia sido importante tanto no golpe de 1971 quanto no apoio ao banzerato já havia iniciado seu processo de abertura política e, ainda mais importante, a chegada ao poder de Jimmy Carter nos EUA e sua política internacional de direitos humanos eram uma fonte significativa de pressões e constrangimentos ao governo.

[88] Bolívia e Chile não tinham relações diplomáticas plenas desde 1962 por um conflito em torno da utilização chilena das águas do rio Lauca. Aproveitando-se da afinidade ideológica com a ditadura militar chilena de Augusto Pinochet, entretanto, Banzer reestabeleceu relações com o Chile em fevereiro de 1975 no episódio que ficou conhecido como o "abraço de Charaña" (pela localidade boliviana onde ocorreu o abraço entre os dois ditadores) por um processo de negociação bilateral que devolveria ao país um acesso à costa em troca da cessão ao país transandino de uma porção de território nacional. O objetivo de Banzer era mostrar-se como o estadista que havia devolvido o mar ao país às vésperas do centenário da Guerra do Pacífico. Mas quando os termos propostos pelos chilenos tornaram-se públicos, Banzer não teve outra opção a não ser encerrar as negociações ainda em 1977 e voltar a romper relações em fevereiro de 1978, pois o Chile propunha ceder uma faixa territorial sobre a qual a Bolívia não teria soberania plena em troca de um território sobre o qual sim teria total soberania, o que gerou um clima interno de revolta nacional (inclusive dentro das forças armadas).

[89] Por exemplo, aumento cada vez mais forte da inflação, retomada de movimentos contestatórios por parte dos sindicatos, o constrangimento pelos indícios de envolvimento do regime com o assassinato do general JJ Torres no exílio na Argentina e com um fracassado esquema de colonização no Oriente por famílias de brancos emigrados do regime racista da Rodésia após sua queda e conversão em Zimbábue (ver DUNKERLEY, 1984; DURÁN GIL, 2003; SIVAK, 1998; WHITEHEAD, 1986).

presos adentraram a sede do arcebispado de La Paz com seus filhos no dia 28 de dezembro e se declararam em greve de fome até que seus maridos fossem libertados e uma anistia verdadeira fosse decretada. O movimento se espalhou rapidamente e em janeiro de 1978 já havia milhares de pessoas participando da greve de fome ao longo de igrejas e espaços públicos de várias cidades do país, de modo que o governo teve de ceder e decretar uma anistia plena que libertou os presos políticos, permitiu a volta dos exilados e trouxe de volta a tona o movimento sindical até então clandestino (DUNKERLEY, 1984, p. 239–41; WHITEHEAD, 1986, p. 59).

Banzer perdia assim boa parte do controle que buscava ter sobre sua sucessão, para a qual havia apresentado a candidatura do general Juan Pereda Asbún. O resultado final do processo, no qual partidos anteriormente prescritos pela ditadura ressurgiam e dezenas de outros novos proliferaram, foi uma confusa eleição com sete candidatos onde abundaram as fraudes e o candidato oficialista obteve, no cômputo oficial, exatos 50% contra 24,6% do segundo colocado Hernán Siles Zuazo pela coalizão UDP. A fraude fora tão gritante[90] que os principais atores políticos se negaram a reconhecer os resultados, ameaçando greves e resistência e Banzer buscou distanciar-se de Pereda Asbún, que por sua vez deu um golpe (com decisivo apoio crucenho), derrubando seu ex-mentor e assumindo a presidência. Seria apenas o primeiro capítulo da "democratização fracassada" (WHITEHEAD, 1986) que ainda passaria por mais duas eleições, em 1979 e 1980 e somente se resolveria em 1982 com a posse de Siles Zuazo da UDP.

> Entre julho de 1978 e julho de 1980 mais duas eleições foram realizadas, cinco presidentes assumiram o cargo (nenhum dos quais como resultado de vitória nas urnas), e dos golpes em preparação quase constante, quatro foram ensaiados na prática, um deles falhando e três sendo bem-sucedidos[91] (DUNKERLEY, 1984, p. 249. Tradução nossa).

Uma razão importante para a dificuldade dessa transição democrática[92] tem a ver com os significados que a democracia adquirira no país. Como visto, durante a vasta maior parte da história republicana boliviana a democracia fora implantada e entendida como um sistema

[90] Exemplos de fraudes comprovadas foram o despejo de urnas com votos no lago Titicaca, departamentos como Santa Cruz e Chuquisaca com um comparecimento eleitoral de 100,9% e 104% respectivamente ou cômputos como os da cidade de San Luis de Tarija, terra natal de Victor Paz Estenssoro, onde este teria recebido apenas dois votos (apesar de sua numerosa família local) contra 300 de Juan Pereda Asbún (ver DUNKERLEY, 1984, p. 247).

[91] O texto em língua estrangeira é: "Between July 1978 and July 1980 two further general elections were staged, five presidents held office (none of them as a result of victory at the polls), and of the cluster of coups under almost constant preparation four were essayed in practice, one failing and three successful".

[92] Uma análise detalhada dos vários elementos importantes dessa complexa transição marcada por inúmeros avanços e recuos, ameaças e promessas vai além do escopo dessa seção, mas veja-se James Dunkerley (1984, cap. 7 e 8) para uma descrição detalhada, bem como Laurence Whitehead (1986) para uma análise dos vários elementos em jogo no processo. Ver também o trabalho de René Zavaleta (2009c) para uma análise focada especialmente sobre o "subcaso" específico do efêmero golpe de Natusch Busch em novembro de 1979 e suas implicações para a reorganização do movimento popular e sua assimilação da democracia.

eleitoral de participação restrita para a escolha do presidente dentro de um universo de candidatos restrito à elite. Este sistema fora bastante eficiente até princípios do século XX como forma de controle e manutenção das hierarquias sociais como atesta a ausência de demandas populares pela ampliação do direito ao voto ou de questionamento do próprio sistema, havendo na verdade principalmente petições por comprovar que atingiam os requisitos estabelecidos (e que, portanto, eram cidadãos dignos) ou para receber os meios que lhes permitissem atingir tais requisitos (como o fornecimento de educação pelo Estado) (ver IRUROZQUI, 1996, 2000a, 2004). Mas com o aumento simultâneo da complexidade social boliviana e da disputa intraelites especialmente ao longo das primeiras décadas do século XX, esse sistema começou a ruir com a necessidade de inclusão de setores cada vez mais variados dos estratos subalternos às redes de clientela dos partidos tradicionais e com o descolamento da classe média dos interesses das verdadeiras elites nacionais. A Revolução de 52 encerrou de vez com o sistema ao instaurar o sufrágio universal no país e provocou ademais uma mudança no próprio conceito de democracia segundo entendido na Bolívia, pois além da instauração desse voto universal a revolução trouxera também em seus primeiros anos importantes medidas redistributivas com a reforma agrária e nacionalização das minas de estanho e ampliação dos direitos trabalhistas.

> 'democracia' após 1952 significou para os bolivianos o tipo de redistribuição social associado aos nomes de Siles Zuazo, Lechín e Paz Estenssoro. [...] A versão boliviana da 'democracia' naturalmente incitava maiores esperanças, mas também suscitava muito mais medo, particularmente entre os militares, os banqueiros e os principais grupos exportadores privados [93] (WHITEHEAD, 1986, p. 68–9. Tradução nossa).

O suposto risco representado por essa "versão" da democracia foi a todo o momento engrandecido por esses setores que acusavam a esquerda em ascensão de totalitários disfarçados (ver WHITEHEAD, 1986, p. 68) e em geral apoiaram os vários movimentos golpistas que atravancaram o processo. Mesmo o último deles, do general García Meza em 1980, que de tão brutal e abjeto seria condenado até pelo governo estadunidense de Ronald Reagan e rapidamente se converteria em pária internacional, teve decidido apoio, por exemplo, do setor bancário como mostra o anúncio pago por nove bancos bolivianos no *Wall Street Journal* de 03 de outubro de 1980:

> Por volta do fim de 1977, para a surpresa de muitos dentro e fora da Bolívia, decidiu-se colocar o país rumo à democracia e realizar eleições em maio de 1978. Desde então a pergunta 'por quê' tem sido frequentemente levantada. Houve vários motivos: em parte a crença genuína de que anos de estabilidade política e progresso socioeconômico somente poderiam ser consolidados sob uma democracia; em parte porque se sentia que os passos

[93] O texto em língua estrangeira é: "'democracy' after 1952 meant for Bolivians the kind of social redistribution associated with the names of Siles Suazo, Lechin and Paz Estenssoro [...] The Bolivian version of 'democracy' necessarily excited more hope, and also aroused far more fear, particularly among the military, the bankers, and the major private exporting groups".

> finais do reajuste econômico somente poderiam ser tomados com o tipo de apoio político que uma democracia supostamente cria; e por último, mas não menos importante, foi sem sombra de dúvidas o resultado da pressão internacional. Desde então a gestão econômica deu lugar a considerações políticas, eleitoralismo e demagogia. O curto período de dois anos trouxe nada menos que três governos interinos diferentes, oitenta partidos políticos para um eleitorado de menos de um milhão e meio de pessoas; para não falar das inúmeras greves, incrementos... inflacionários... Em suma, a nação foi submergida em um clima de frustração política, tumulto social, um perigoso desequilíbrio econômico e ao mesmo tempo estagnação econômica[94] (apud. WHITEHEAD, 1986, p. 49. Tradução nossa).

Entretanto, a extrema brutalidade do novo regime militar[95], que contava entre seus "assessores" com ninguém menos que o fugitivo nazista Klaus Barbie, o "carniceiro de Lyon", e seus laços cada vez menos ocultos com o tráfico de cocaína faziam da manutenção de seu apoio um esforço cada vez mais custoso. Custoso mesmo para outras facções dentro das forças armadas, cada vez mais preocupadas com o descrédito institucional cada dia mais profundo, de modo que já em 1981 o ditador seria derrubado por uma junta militar e em 1982 Siles Zuazo, o vencedor das eleições por ele frustradas dois anos antes, seria finalmente empossado na presidência.

O risco temido e exacerbado por esses setores – não o do alegado autoritarismo disfarçado, mas o do retorno da preeminência política de setores contrários a seus interesses – provou-se real em certo sentido, na medida em que o governo da UDP foi uma última tentativa de resgate das agendas inconclusas da Revolução de 52. Entretanto, a grave situação econômica herdada do banzerato e do caótico período das tentativas de redemocratização[96] e à qual a UDP, por uma série de motivos, seria incapaz de dar conta (ver capítulo 3) fizeram de seu governo um período de prolongado caos político e débâcle econômica que desmoralizariam à esquerda partidária e à COB pelas próximas duas décadas[97]. Diante da

---

[94] O texto em língua estrangeira é: "Towards the end of 1977, much to the surprise of many people both inside and outside Bolivia, it was decided to put the country on a democratic course, and to hold general elections in May 1978. Since then the question of why has often been raised. There were several reasons: partly the genuine belief that the years of political stability and socio-economic progress could only be consolidated under a democracy; partly because it was felt that the final steps of important economic readjustment could only be taken with the kind of political support that a democracy supposedly creates; last, but not least, it was undoubtedly the result of international political pressure. Thereafter managing the economy gave way to political considerations, electioneering and demagoguery. A short period of two years brought about not less than three different interim governments, eighty political parties for an electorate of less than one and a half million; to say nothing of countless strikes, inflationary... increases... In summary, the nation was immersed in a climate of political frustration, social upheaval, a dangerous economic disequilibrium and at the same time stagnation in the economy".

[95] No próprio dia do golpe fora assassinado, entre muitos outros, o candidato à presidência e quarto lugar nas eleições de 1980, Marcelo Quiroga Santa Cruz, que se notabilizara por suas fundamentadas e eloquentes denúncias no parlamento à corrupção e violações de direitos humanos do banzerato e ao longo do governo o braço direito do presidente, general Arce Gómez, costumava recomendar provocativamente que todos deveriam carregar o próprio testamento debaixo do braço ao sair às ruas, tendo sido criado em sua "honra" o neologismo "ARCEssinado" para as várias vítimas do regime.

[96] Ver Dunkerley (1990, p. 82–87) para uma listagem dos catastróficos índices econômicos do período.

[97] James Dunkerley (1990) e Kohl & Farthing (2006) sustentam que ao haver ficado claro o desgaste do governo García Mesa e a impossibilidade da alternativa militar, a direita política teria de fato desejado um primeiro governo democrático sob o comando da esquerda pela fragilidade política inerente de um primeiro governo

incapacidade em solucionar os graves problemas políticos e sociais que se acumulavam, Siles abdicou de um ano do mandato e convocou eleições antecipadas para 1985 que trouxeram de volta à presidência o velho caudilho do MNR, Victor Paz Estenssoro (1985-89).

Paz Estenssoro, no entanto, obtivera apenas o segundo lugar no sufrágio popular com 26,47% dos votos contra o ex-ditador Hugo Banzer, que desde as eleições de 1979 vinha concorrendo com o partido por ele fundado Ação Democrática Nacionalista (ADN) e dessa vez obtivera o primeiro lugar com 28,56% dos votos. Como já mencionado anteriormente (ver nota 54), a constituição estabelecia que na ausência de algum candidato com maioria absoluta dos votos, caberia ao Congresso eleger o presidente em um segundo turno indireto. A rejeição ao ex-ditador fez com que todos os outros partidos votassem em massa no candidato do MNR que assim voltaria ao poder. Mas

> o MNR, que durante a campanha manteve suas propostas políticas bastante vagas, simplesmente repetindo o agora já familiar catecismo de que um acordo com o FMI era essencial e que condições mais favoráveis para o capital privado eram os únicos meios para resolver a crise[98] (DUNKERLEY, 1990, p. 19. Tradução nossa)

logo anunciaria um ambicioso pacote de estabilização econômica que marcaria um antes e um depois na política boliviana. O Decreto Supremo (DS) 21060, emitido em 29 de agosto de 1985 (23 dias após a posse de Paz Estenssoro), consistia num ortodoxo programa de estabilização econômica que marca o início da adoção das políticas de cunho neoliberal e cujo número inclusive passa a ser perfeitamente intercambiável por "neoliberalismo" no jargão político boliviano a partir daí. O DS 21060 foi o primeiro de uma série emitida ao longo do mandato no pacote de medidas chamado de Nova Política Econômica (NPE) e cujo objetivo último era o de encerrar finalmente o Estado de 52 e seu paradigma estatista de desenvolvimento e inserir a Bolívia nos marcos do que posteriormente ficaria conhecido como o "Consenso de Washington" (ver WILLIAMSON, 1990).

Mas os contornos da NPE haviam sido definidos, na verdade, pela equipe encarregada do programa econômico da candidatura de Banzer, que enviara uma equipe de jovens economistas e empreendedores aos EUA para reunir-se com economistas de Harvard como

---

pós-ditadura e pela grave situação econômica que herdaria, antecipando o desgaste que fatalmente enfrentaria e os possíveis benefícios políticos que colheria na sequência. A hipótese é plausível, sobretudo diante da manobra política para que Siles assumisse em 1982 com base nos resultados eleitorais de 1980 (e com o congresso ali eleito, no qual a UDP tinha minoria), em vez da celebração de novas eleições – solução defendida por Siles e pelo PCB – nas quais a UDP provavelmente aumentaria o número de votos recebidos e sua presença no parlamento diante do imenso desgaste da ditadura e de parte importante da direita eleita ao parlamento em 1980 e que apoiara o golpe e o regime subsequente (ver também MAYORGA UGARTE, 2007, p. 77–8).

[98] O texto em língua estrangeira é: "the MNR, which during the ensuing election campaign kept its policy options very vague indeed, simply repeating the now familiar catechism that an agreement with the IMF was essential and more favourable conditions for private capital were the only means by which to resolve the crisis".

Jeffrey Sachs, Larry Summers, Oliver Oldham e outros a fim de elaborar um programa de reformas econômicas caso a ADN vencesse as eleições. O plano incluía mudanças no câmbio, fim de subsídios, liberalização dos preços de combustíveis e utilidades públicas, congelamento de salários e moratória temporária na dívida com bancos internacionais. Ao assumir a presidência, Paz Estenssoro montou um pequeno grupo liderado por Gonzalo Sánchez de Lozada e pelo economista Juan Cariaga – que havia sido parte do grupo da ADN – e assessorado por Sachs que adotou o programa da ADN como base e agregou-lhe reforma tributária, liberalização do comércio e reforma do Banco Central (GRINDLE, 2003, p. 327–8; KOHL, BENJAMIN H.; FARTHING, 2006, p. 66–7; POSTERO, 2007, p. 125–6).

Embora tenha provocado resistência social, sobretudo das dezenas de milhares de mineiros despedidos com o fechamento de minas estatais, a NPE foi extremamente bem-sucedida nos objetivos a que se tinha proposto obtendo uma rápida e significativa queda da inflação (ver DUNKERLEY, 1990, p. 84) e a estabilização econômica. E graças aos estados de sítio decretados em conjunto com as medidas e o forte cansaço social e desgaste dos sindicatos pelo caos dos anos anteriores, o governo pode debelar com relativa facilidade os protestos e consolidar sua autoridade, reduzindo significativamente o poder de pressão e protesto da COB, o que também fora um dos objetivos da NPE (ver DUNKERLEY, 1990; KOHL, BENJAMIN H.; FARTHING, 2006; SANABRIA, 1999). Após controlar o primeiro ciclo de protestos, inclusive, o governo assinou em dezembro de 1985 um acordo político com a ADN intitulado “Pacto pela Democracia” através do qual o partido de Banzer se comprometia a apoiar no Congresso as medidas de ajuste estrutural enviadas pelo governo em troca do apoio à candidatura do ex-ditador à sucessão em 1989.

Embora o pacto, que fora apresentado como uma versão boliviana dos pactos de alternância política assinados em fins dos anos 1950 na Colômbia e Venezuela, tenha sido rompido em 1989 antes da referida eleição sucessória, ele marca o início da chamada Democracia Pactuada que se manteria vigente pelas próximas duas décadas. Na incapacidade de qualquer partido atingir mais da metade dos votos nas eleições de 1989, 1993, 1997 e 2002 e a consequente necessidade de segundo turno indireto no Congresso, todos os presidentes do período seriam escolhidos a partir de pactos de divisão de espaços e cargos nos governos entre os partidos. E todos os presidentes do período manteriam a orientação econômica neoliberal como base de suas políticas, bem como o insulamento cada vez maior da elaboração política com relação à participação popular e mesmo partidária, mantendo-a controlada por tecnocratas e grupos de “especialistas” com o parlamento exercendo muitas vezes um papel

meramente protocolar de chancela aos pacotes enviados pelo Executivo (GRINDLE, 2003; KOHL, BENJAMIN H.; FARTHING, 2006).

> o período de 1985 a 2002 foi significativo pela extensão com que compromissos políticos basilares do passado foram revertidos. Uma estratégia estatista de desenvolvimento econômico foi firmemente substituída por uma mercadista, o protecionismo foi substituído por um mercado doméstico muito mais liberalizado e internacionalmente aberto, um estado ultracentralizado tornou-se menos e os serviços sociais fornecidos pelo Estado foram significativamente transformados em termos de como eram organizados e administrados[99] (GRINDLE, 2003, p. 326. Tradução nossa).

As eleições de 1989 são significativas desse novo paradigma político (governos de coalizão por pactos entre os partidos com manutenção da orientação neoliberal). Em primeiro lugar porque levaram à presidência Jaime Paz Zamora (1989-93), do Movimento da Esquerda Revolucionária (MIR), partido que embora já viesse se dirigindo cada vez mais em direção à direita desde que abandonara a UDP (onde Paz Zamora havia desempenhado a vice-presidência) ainda se apresentava como esquerda e mesmo assim manteve as diretrizes da NEP, inclusive iniciando o processo de privatização de empresas estatais (ver GRINDLE, 2003, p. 324). E em segundo, porque Paz Zamora fora apenas o terceiro colocado nas eleições com 19,64% dos votos contra 23,07% de Gonzalo Sánchez de Lozada (MNR) e 22,07% de Hugo Banzer (ADN). Sua escolha pelo Congresso deveu-se a um pacto com a ADN, que assim se vingava da ruptura do pacto de alternância por parte do MNR e assumia postos chave do ministério de Paz Zamora[100], e consolidou e aprofundou a natureza pactuada do novo regime democrático[101], ao mesmo tempo em que mostrava um de seus limites na virtual eliminação das diferenças programáticas entre os diferentes partidos que governariam o período. Como se verá adiante, esse seria um dos fatores que levariam ao desgaste do modelo e dos partidos "tradicionais"[102], mas por enquanto o sistema garantiu a inédita longa sequência de transmissão constitucional de mando, sendo aclamado internacionalmente por finalmente fornecer as bases para a governabilidade e estabilidade política (ver

[99] O texto em língua estrangeira é: "the period from 1985 to 2002 was remarkable for the extent to which basic policy commitments of the past were overturned. A statist economic development strategy was firmly replaced by a market-oriented one, protectionism was replaced by much liberalized domestic and international markets, a highly centralized state became much less so and state controlled social services were significantly transformed in terms of how they were organized and administered".

[100] Uma curiosa piada política boliviana conta que na noite anterior às eleições de 1989 os três presidenciáveis teriam olhado para o céu e visto uma estrela cadente. Os três teriam então feito um pedido e os três teriam tido seus pedidos atendidos. Sánchez de Lozada teria pedido ganhar a eleição, Paz Zamora teria pedido ser presidente e Banzer teria pedido recuperar o poder.

[101] Para Simón Pachano (2006), essa eleição seria a que propriamente inaugura o sistema de democracia pactuada, já que o anterior pacto entre MNR e ADN fora firmado após a escolha presidencial pelo Congresso e sem envolver a participação da ADN no gabinete ministerial do governo de Paz Estenssoro, ao contrário do Acordo Patriótico ADN/MIR.

[102] Epíteto depreciativo que já servira para desqualificar os partidos da pré-Guerra do Chaco e que a partir de fins dos anos 1990 começará a ser cada vez mais aplicado para descrever MNR, MIR e ADN que se revezaram no poder durante a Democracia Pactuada.

HOFMEISTER, 2004; MAYORGA, RENE ANTONIO, 1997; ORIAS ARREDONDO, 2005) e motivando estudos sobre se o país finalmente haveria atingido um patamar de "viabilidade democrática" (ver CRABTREE; WHITEHEAD, 2001).

1.4 – Auge e queda do novo modelo: consolidação gonista, crise e colapso

O novo modelo se consolidaria e atingiria seu auge, no entanto, com a presidência seguinte, quando Gonzalo Sánchez de Lozada (1993-97, MNR), um dos grandes arquitetos da NPE e seu grande operador no Ministério do Planejamento de Paz Estenssoro, finalmente chegaria à primeira magistratura. Tendo centrado sua campanha e posteriormente seu governo num ambicioso programa de reformas intitulado "Plano de Todos", Goni, como é conhecido, aprofundaria o modelo neoliberal conduzindo a privatização das principais empresas públicas bolivianas (YPFB, telecomunicações, transportes e eletricidade)[103] e uma importante reforma estatal que declarou o país multicultural e pluriétnico e o descentralizou em direção aos municípios com a Lei de Participação Popular (LPP).

> Em apenas quatro anos, o governo de Goni (1993-97) reformou a constituição, o judiciário e os sistemas previdenciário e educativo. Seu governo introduziu uma descentralização fiscal e administrativa, uma 'nova reforma agrária' e privatizou as maiores estatais [...] O Plano [de Todos] foi muito além de uma mera continuação dos objetivos da NEP de enxugar os gastos governamentais e abrir determinados setores ao capital privado. O Plano objetivava 'aprofundar e alargar' a democracia de mercado [...] através da alteração do papel do Estado, sua relação com seus cidadãos e a natureza da própria cidadania[104] (KOHL, BENJAMIN H.; FARTHING, 2006, p. 84–5. Tradução nossa)

No plano da privatização, o presidente apresentou um projeto batizado de "capitalização" por meio do qual o governo venderia apenas metade das ações a grupos estrangeiros que assumiriam o controle operacional das empresas. O restante seria transferido a um fundo responsável pelo pagamento de um benefício (Bonosol) a todos os bolivianos acima de 65 anos, atrelando assim a privatização das estatais à reforma previdenciária que ele

[103] O processo de privatização iniciado por Paz Zamora apenas buscou privatizar uma série de pequenas empresas, como processadoras de alimentos, plantas de leite etc. sem tocar as empresas de setores estratégicas responsáveis por boa parte da arrecadação estatal. As empresas privatizadas por Goni, por sua vez, representavam à época cerca de 12,5% do PIB boliviano e 60% da arrecadação estatal (KOHL, BENJAMIN H.; FARTHING, 2006, p. 109)

[104] O texto em língua estrangeira é: "In only four years, Goni's administration (1993–97) reformed the constitution, the judiciary and the pension and education systems. His administration introduced administrative and fiscal decentralization, a 'new agrarian reform' and privatized the largest SOEs [State-owned Enterprises] [...] The Plan [for Everyone] went further than a simple continuation of the NEP goals of shrinking government spending and opening limited sectors to private capital. The Plan aimed to 'deepen and broaden' market democracy [...] by altering the role of the state, its relationship to its citizens, and the nature of citizenship itself".

também promoveria ao final do mandato e que alterou o regime de reparto coletivo a um de capitalização individual sob controle de Administradoras de Fundos de Pensão (AFP) privadas inspirada na reforma chilena de 1981 (ver WEYLAND, 2005). A ideia por trás da capitalização era de que repassar o controle das estatais a empresas privadas estrangeiras aumentaria sua eficiência (já que parte central da ortodoxia neoliberal reside na crença de que os atores privados são mais eficientes que o Estado) e trariam inovação, tecnologia e capital ao país. Pelo projeto aprovado praticamente sem discussões no parlamento, as transnacionais compradoras precisavam pagar apenas uma pequena fração do valor de venda no momento e se comprometer a investir somas significativas de modo a dobrar o valor das empresas, o que por sua vez supostamente aumentaria o valor das ações em posse das AFPs e garantiria a viabilidade da reforma previdenciária. Ao mesmo tempo, a criação do Bonosol dependente de tais recursos deveria consolidar o apoio dos cidadãos ao novo cenário.

Com relação à reforma constitucional, Goni, que fora eleito contando como vice-presidente com o intelectual aimará Victor Hugo Cardenas do Movimento Revolucionário Tupaj Katari de Liberação (MRTKL), um dos vários pequenos partidos indianistas gerados pelo movimento Katarista (ver capítulo 2), logrou inscrever pela primeira vez na constituição o reconhecimento ao caráter multicultural e pluriétnico da sociedade boliviana e com a reforma educativa buscou fomentar o ensino bilíngue como forma de valorizar os idiomas indígenas. Tais políticas foram ainda complementadas com a promulgação da LPP em 1994, que dividiu o país em 311 municípios[105] com prefeituras e câmaras de vereadores próprias e uma fonte fixa de receitas através da redistribuição de recursos fiscais do governo central. Além disso, a LPP estabelecia a possibilidade de criação de distritos municipais indígenas com autoridades próprias no interior dos municípios e estabelecia a possibilidade de criação de Organizações Territoriais de Base (OTB) com poderes de supervisão dos orçamentos municipais. A reforma do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INRA) de 1996 também tinha um viés complementar a essas políticas indigenistas ao prever a titulação coletiva de terras indígenas através da criação da figura das Terras Comunitárias de Origem (TCO)[106].

Além do caráter indigenista da LPP, o objetivo do governo com a municipalização era, por um lado, responder às demandas regionais de descentralização (sobretudo do Oriente

[105] Até então, apenas as capitais de departamentos e maiores cidades provinciais possuíam uma prefeitura eleita, com a maior parte do país rural sem qualquer delimitação territorial municipal.

[106] Embora, por outro lado, estabelecesse que a função social da terra se cumprisse pelo mero pagamento dos impostos correspondentes (e baseados em um valor autodeclarado pelo proprietário), uma séria reversão dos princípios da Reforma Agrária de 1953 segundo a qual a função social se devia ao uso produtivo da terra, o que na prática blindou às elites agrárias que usavam a terra com fins especulativos e praticamente fechava a possibilidade de redistribuição de terras (ver KOHL, BENJAMIN H.; FARTHING, 2006, p. 92–3; VARGAS RIVAS, 2013, p. 108–110).

boliviano) e, ao mesmo tempo, entregar aos municípios a responsabilidade pelo fornecimento de serviços que até então eram de responsabilidade do governo central. O que ao mesmo tempo favorecia os objetivos da NPE de afastar protestos em torno das políticas nacionais e dirigi-las a conflitos localizados nos municípios[107], pois

> a LPP encorajava uma forma específica de participação da sociedade civil destinada a fazer com que a economia se desenvolvesse eficientemente e com menos conflito. Em vez de lutar contra o governo nacional por grandes temas de alocação de recursos, as organizações da sociedade civil eram encorajadas a se engajar com pequenos projetos de desenvolvimento de nível local[108] (POSTERO, 2007, p. 16. Tradução nossa).

Nessa "pacificação" da sociedade, a lei também atuava ao negar explicitamente que sindicatos pudessem ser registrados como OTBs, mantendo a tendência iniciada com a NPE de negar cada vez mais uma voz política ativa ao trabalhismo organizado como parte importante da reestruturação política desejada (HAARSTAD; ANDERSSON, 2009; KOHL, BENJAMIN H.; FARTHING, 2006; POSTERO, 2007).

Os efeitos da LPP – bem como das demais reformas promovidas por Goni – foram contraditórios. Por um lado, a lei de fato representou uma democratização efetiva ao permitir certa participação indígena via OTBs e através da abertura dos municípios como campo de disputa política mais acessível e com inéditos recursos que de fato se converteram em algumas melhorias locais. Além disso, somado ao reconhecimento constitucional às culturas indígenas e à inédita presença de um vice-presidente indígena de fato aumentou a autoestima de tais populações e lhes encorajou a se organizarem politicamente (ALBÓ, 2008; GRAY MOLINA, 2001; KOHL, BENJAMIN H.; FARTHING, 2006; POSTERO, 2007). Por outro, seus limites ficariam claros tanto pela natureza limitada dos recursos transferidos aos municípios, incapazes de fomentar processos de desenvolvimento locais, quanto pelos grandes limites desse reconhecimento multicultural e da participação indígena prescrita pela LPP.

Ao estar firmemente inserida dentro da reestruturação neoliberal com seus valores de eficiência, racionalidade e tecnocracia, a LPP estruturava como deveria operar cada parte do processo municipal em prescrições burocráticas detalhadas que privilegiam conhecimentos e capitais intelectuais bem difundidos entre os setores urbanos "modernos", mas que estavam

---

[107] Essa teria sido uma das razões pelas quais a descentralização não chegou ao nível dos departamentos, que continuaram tendo seus *prefectos* designados diretamente pelo presidente: a inexistência efetiva do nível político departamental atomizava ainda mais a natureza dos conflitos locais ao afastá-los da possibilidade de demandar a um governador departamental com hipotético mais fácil acesso ao governo central.

[108] O texto em língua estrangeira é: "the LPP encouraged a specific form of civil society participation intended to make the economic system run more efficiently and with less conflict. Rather than fighting the national government over large issues of resource allocation, civil society organizations were encouraged to engage in decisions over small development projects at the local level".

longe da absoluta maioria das lideranças indígenas de então. Assim, muitas das OTBs de cunho indígena acabavam tratadas com condescendência e paternalismo, quando não praticamente ignoradas em atitudes quase abertamente racistas, nas reuniões decisórias de que participavam por não manejar com desenvoltura os conhecimentos técnicos requeridos (HAARSTAD; ANDERSSON, 2009, p. 9–10; POSTERO, 2007, p. 146–48). Ademais, muitas dessas detalhadas regras burocráticas prescritas na LPP acabavam em seu pretenso universalismo excluindo a determinados grupos indígenas, sobretudo em regiões de grande diversidade étnica (GRAY MOLINA, 2001; ver também VAN COTT, 2008).

No plano econômico, por sua vez, a capitalização foi incapaz de fornecer as bases de um ciclo duradouro de crescimento econômico, na medida em que o Estado boliviano foi incapaz (em parte pelo marco regulatório extremamente favorável ao capital privado, em parte por sua reduzida capacidade de exercer eficazmente uma fiscalização adequada) de garantir o cumprimento total das condições estabelecidas e pelo baixo potencial de encadeamento interno dos investimentos efetivamente realizados já que na ausência de uma indústria local de bens de capital ou mesmo siderurgia básica a maior parte dos materiais tinham que ser adquiridos no exterior (ver KOHL, BENJAMIN H.; FARTHING, 2006, p. 111–120).

> o maduro setor empresarial nacional previsto pela NEP simplesmente não existia. Os setores empresariais melhor posicionados para se beneficiar eram aqueles melhor integrados ao comércio internacional, mas estas eram precisamente as elites que historicamente haviam sido menos predispostas a promover o crescimento econômico através do reinvestimento. De maneira consistente com a situação prévia à NEP e mantendo sua longa tradição de buscar ganhos de curto prazo, a maioria dos investimentos pós-1985 tinham pouco impacto na criação de empregos e eram especulativos em natureza[109] (KOHL, BENJAMIN H.; FARTHING, 2006, p. 72. Tradução nossa; ver também SORUCO SOLOGUREN, 2008a).

E na ausência de maiores investimentos pelo empresariado nacional e do ciclo virtuoso de crescimento via investimento estrangeiro direto almejado com a capitalização, a própria ausência das importantes receitas estatais fornecidas pelas estatais antes da privatização agravou significativamente a situação fiscal do Estado (KOHL, BENJAMIN H.; FARTHING, 2006, p. 123) e levou a cortes ainda maiores no fornecimento de serviços como saúde e educação, agravando ainda mais a crise social do país.

Assim, o momento de maior auge da reestruturação neoliberal paradoxalmente criou as bases para o início de sua crise hegemônica: a crise fiscal seria uma constante debilitante

[109] O texto em língua estrangeira é: “The business sectors in a position to gain the most were those best integrated into international trade, but these were precisely the elites that historically had been least likely to promote economic growth through reinvestment. Consistent with the situation prior to the NEP, and in keeping with its long tradition of seeking short-term gain, most investments after 1985 had little impact on job creation and were speculative in nature”.

durante o mandato de seus sucessores Hugo Banzer e Jorge Quiroga (ADN, 1997-2002)[110]. Como forma de se eximir da culpa pelos cortes de gastos, Banzer culparia frequentemente o seu antecessor o que, se por um lado, servia para dar-lhe alguma legitimidade, por outro lado "também minava a crença de que as políticas de privatização gerariam crescimento econômico, servindo para minar a hegemonia neoliberal"[111] (KOHL, BENJAMIN H.; FARTHING, 2006, p. 120. Tradução nossa). A própria campanha de Banzer fora construída a partir do descontentamento com os efeitos sociais das reformas promovidas por Goni, vistas pela população como tendo sido incapazes de gerar emprego, renda ou qualquer apoio aos setores mais pobres, de modo que Banzer prometera em campanha um governo mais sensível ao social (SALMAN, 2006, p. 168–69).

Além disso, as reformas políticas do período também forneceram aos grupos sociais opostos ao modelo neoliberal importantes janelas de oportunidade para seu fortalecimento político que posteriormente lhes permitiriam uma maior aglutinação e a formação de um bloco alternativo contra-hegemônico. A criação de espaços infranacionais de disputa política com a LPP, embora almejasse isolar a disputa dos temas nacionais, acabou estimulando a grupos opositores com forte coesão territorial, como os cocaleiros do Chapare, a abandonar a participação política meramente sindical e organizar-se como partidos capazes de estabelecer um domínio político regional (GRAY MOLINA, 2003; ver também DOMINGO, 2001; TAPIA, 2009; PEREIRA DA SILVA, 2009) a partir do qual projetar uma expansão nacional. O mesmo se deu no parlamento com a divisão, também sob Goni, de metade da Câmara de Deputados em assentos eleitos por distritos uninominais, através dos quais os mesmos cocaleiros ingressariam no parlamento já nas eleições de 1997. O incentivo à organização indígena e a subsequente frustração pelos limites institucionais encontrados também desempenhariam um importante papel na desestabilização do Estado neoliberal na medida em que diante do papel subalterno que lhes era conferido apesar das promessas, muitos líderes indígena-camponeses que se aventuraram na política via partidos tradicionais acabariam reforçando o projeto de conformação de um partido próprio que redundaria na meteórica ascensão do Movimento Ao Socialismo (MAS), fundado pelos cocaleiros, como principal polo opositor antissistêmico (POSTERO, 2007, p. 143–4; ver também PEREIRA DA SILVA, 2009; TAPIA, 2009; ZUAZO, 2009, 2012).

[110] Convalescente de um câncer de pulmão, o presidente Banzer renunciaria ao mandato em 2001, que seria então assumido até a conclusão por seu vice-presidente, Jorge Quiroga.

[111] O texto em língua estrangeira é: "it also weakened the belief that privatization policies would create economic growth, serving to undermine neoliberal hegemony".

O governo de Banzer, que manteria a orientação neoliberal e tampouco seria capaz de fornecer uma melhoria nos indicadores sociais apesar das promessas, seria marcado pelo fortalecimento de protestos contra o sistema, sobretudo após a chamada Guerra da Água de abril de 2000 (ver VARGAS; KRUSE, 2000) que marcaria o início de um convulsivo período que se estenderia até 2005 durante o qual as bases de legitimidade do novo modelo seriam cada vez mais fortemente questionadas (BARR, 2005; GIULINO, 2009; HYLTON; THOMSON, 2007; KOHL, BENJAMIN H.; FARTHING, 2006; SANTAELLA GONÇALVES, 2013; TAPIA, 2007a, 2008, 2009). A ruína definitiva da democracia pactuada neoliberal viria durante o retorno à presidência de Gonzalo Sánchez de Lozada em 2002 quando as mudanças em curso já ficaram claras no excepcional resultado obtido pelo MAS, que alcança o segundo lugar com 20,9% contra 22,46% de Goni. O partido elege ainda 26 deputados e 8 senadores, que juntamente com os 6 deputados eleitos pelo Movimento Indígena Pachakutik (MIP) dão uma nova cara ao parlamento (SALMAN, 2006, p. 171). Em seu novo mandato, Goni enfrentou já em fevereiro de 2003 um importante conflito social em torno do aumento de impostos (exigência do FMI para reduzir o déficit orçamentário) que levou a uma confrontação entre polícia e exército e deixou um saldo de 30 feridos e em outubro do mesmo ano renunciaria à presidência em meio aos conflitos da chamada Guerra do Gás (ver capítulo 3). Sua renúncia e a posse de seu vice-presidente, Carlos Mesa, marcam o fim da democracia pactuada na medida em que Mesa buscou manter um governo técnico e sem depender das coalizões partidárias típicas do modelo, mas Mesa também seria incapaz de dar respostas suficientes ao contexto de fortes e radicalizados protestos sociais que se manteriam, também renunciando em 2005. Sua renúncia daria passo às eleições antecipadas de 2005 nas quais o líder indígena cocaleiro Evo Morales (MAS) se elegeria, obtendo pela primeira vez uma votação superior a 50% e não precisando, portanto, de ratificação congressual sepultando de vez o modelo.

Ainda que não seja objetivo dessa tese apresentar uma explicação causal dos motivos que levaram um modelo institucional tão celebrado por sua estabilidade a colapsar, diversos autores têm assinalado uma série de debilidades do mesmo que certamente contribuíram em alguma medida para seu fracasso. Já antes do seu colapso, autores como Pilar Domingo (2001) apontavam que o sistema partidário boliviano era cada vez menos responsivo às demandas sociais e incapazes de representar um papel de mediação e representação social entre Estado e sociedade civil, fator considerado por Ton Salman (2006) como um impeditivo

crucial para que as práticas democráticas tal como até ali exercidas pudessem se consolidar[112]. Com a convergência praticamente irrestrita dos partidos politicamente relevantes em termos de presença eleitoral em torno do neoliberalismo, a formação das coalizões partidárias requeridas para a sustentação do regime se dava cada vez menos em torno de alianças programáticas, dependendo em sua manutenção de maneira quase exclusiva no aprofundamento das tendências clientelistas secularmente existentes na política boliviana. Do mesmo modo, o insulamento tecnocrático das principais decisões políticas nacionais tornava os partidos no parlamento quase irrelevantes, contribuindo para o deterioro cada vez maior dos partidos como elementos de mediação e representação.

Além disso, Simón Pachano (2006) considera que o modelo de democracia pactuada não levava a acordos entre governo e oposição que garantissem a estabilidade e governabilidade tanto quanto normalmente se considera. Segundo ele, o único momento em que tal efetivamente se dera fora no Pacto pela Democracia entre MNR e ADN de 1985 que, como ele ressalta, fora assinado após a eleição congressual do MNR. Apenas em 1989 teria se iniciado a tendência de pactos parlamentares para a escolha do presidente que embora garantissem a maioria legislativa necessária para o governo, não eram propriamente acordos entre governo e oposição na medida em que esta última ficava totalmente excluída do governo ainda que houvesse grande convergência ideológica e era uma fonte a mais de desgaste ao longo do tempo.

Vale a pena considerar também o fato de que o desempenho econômico do período foi incapaz de dar conta de problemas sociais graves como desemprego, desigualdade de renda, acesso inadequado a serviços sociais básicos como saúde e educação e os altos índices de pobreza e miséria do país, muitos dos quais foram na verdade agravados durante o mesmo (BARR, 2005; DE MUNTER; SALMAN, 2009; GRAY MOLINA, 2003; HYLTON; THOMSON, 2007; KOHL, BENJAMIN H.; FARTHING, 2006). William Barndt (2013) ressalta ainda a adoção de políticas destinadas a privar grupos opositores de suas fontes de renda, como o endurecimento das políticas de erradicação da coca, como tendo produzido um aumento da radicalização e propensão ao confronto político por parte de tais grupos. Somado

[112] Interessante notar que Fernando Mayorga (2003) aponta que os chamados "partidos neopopulistas" Consciência de Pátria (Condepa) e União Cívica Solidariedade (UCS), muitas vezes apontados pelos partidos tradicionais como antissistêmicos e ameaçadores à democracia, na verdade contribuíram em certo sentido para tornar a democracia pactuada mais legítima diante da população boliviana. Segundo Mayorga, diante da incapacidade do sistema político em atender aos interesses de uma parcela significativa da população mais pobre, ambos os partidos (que segundo ele apesar da retórica contestatória estavam na verdade bastante bem integrados à lógica de funcionamento desse sistema) serviram como uma válvula de escape ao fornecer benefícios materiais e simbólicos (nesse caso sobretudo Condepa, com sua reivindicação dos valores da cultura *chola*/indígena urbana) a essa parcela social, mitigando um pouco o desencanto com a democracia boliviana.

ao fato notado por autores como a já citada Pilar Domingo (2001) e James Dunkerley (2007a) de que o predomínio da direita neoliberal no período se devia muito mais a uma aquiescência popular pelo cansaço com o caos político-econômico dos fins dos anos 1970 e começo dos anos 1980 do que propriamente pela adesão consciente e concordância com os pilares do novo modelo[113], tais resultados pífios no campo socioeconômico certamente serviram para reavivar alternativas políticas até então desacreditadas. E uma vez reavivadas num nível, digamos, programático, tais opções alternativas se beneficiaram em conjunturas específicas de algumas janelas de oportunidade criadas por algumas das próprias reformas impulsionadas pelo modelo (HAARSTAD; ANDERSSON, 2009; POSTERO, 2007). Mas independentemente do quanto cada um desses fatores tenha contribuído para o desenlace final, o fato é que o modelo colapsa de vez com as eleições de 2005 (TORANZO ROCA, 2006) e provoca um novo ocaso da matriz liberal no país.

1.5 – Horizontes do liberalismo-constitucional boliviano

Mark Goodale (2008, p. 46) argumenta com boas doses de razão que a matriz liberal foi a "estrela polar" que guiou a formação do Estado boliviano e responsável pela definição de sua orientação geral durante a maior parte de sua história. Como visto, de fato o próprio processo de independência do país é tributário de fortes influências liberais e num sentido restrito à dimensão legal-constitucional que posteriormente se converteria em uma das questões centrais do liberalismo, essa influência poderia ser estendida mesmo à formação da Audiência de Charcas como órgão governante do território durante a colônia (WHITEHEAD, 2001, p. 22–3). Assim, compreender os horizontes políticos concretos que assumiu essa matriz na Bolívia é fundamental para entender o presente ainda que o processo político atualmente em curso busque se apresentar precisamente como a negação dessa matriz.

Com o colapso da democracia pactuada e o amplo rechaço social ao (neo)liberalismo no país, a matriz entrou num forte refluxo político e se encontra ainda incapaz de formular um projeto nacional alternativo ao bloco histórico atualmente no poder. E diante dessa incapacidade, refugiou-se em trincheiras regionais a partir das quais passou a apresentar como principal proposta política a demanda de autonomias departamentais (ASSIES, 2006;

[113] O que parece fazer sentido diante da evidência de que todos os governos do período neoliberal tiveram de recorrer ao Estado de Sítio como forma de controlar a resistência a seus projetos de reforma.

CENTELLAS, 2010; ERREJÓN, 2009; ERREJÓN; CANELAS, 2012; PEÑA CLAROS, 2010; PLATA, 2008; ver também TAPIA, 2009, p. 30–1). O fato de que o tenha feito é bastante curioso e de certa forma irônico, porque se alimenta de elementos concretos da formação política boliviana – sua extrema centralização estatal e deficiente integração nacional de suas distintas regiões – mas que são fruto precisamente da negligência com que a questão foi historicamente tratada durante os governos oligárquicos. Como visto, a oferta de federalismo fora inclusive o elemento fundamental para que o Partido Liberal pudesse unificar uma base de apoio nacional na guerra civil através da qual depôs o Partido Conservador em 1899 – apenas para no poder não apenas abandonar a proposta federal, como também diminuir a descentralização existente retirando poderes dos municípios. Mas a importância do legado liberal, para o bem ou para o mal, transcende esse refluxo atual.

Uma preocupação central da matriz liberal boliviana ao longo de sua história parece ser a limitação do espaço político apenas aos setores e atores considerados legítimos, razão pela qual ela poderia ser muito bem descrita como liberal-oligárquica. Esse traço elitista, que poderia ser qualificado de aristocrático no sentido grego do termo (governo dos "melhores", dos tidos por mais qualificados), embora sofra mutações importantes se mantém presente desde as origens até o período neoliberal recente. Nos primórdios da vida política independente boliviana, mas se estendendo até a metade do século XX, esse traço fundamental da matriz se apresentava abertamente na defesa explícita de qualificativos legais como a posse de certa renda e capacidade de ler e escrever em espanhol como condições necessárias para o exercício da cidadania política, justificando que somente assim seria possível garantir um sistema político moderno e de qualidade. Em determinadas conjunturas, sobretudo a partir da virada do século XIX e princípios do século XX, esses qualificativos à cidadania política se articulavam de maneira mais ou menos aberta a postulados racistas e social-darwinistas como reforço à manutenção dessa hierarquização social.

Dadas as profundas mudanças trazidas pela Revolução de 1952 e a irrupção da participação política popular como um elemento importante da política boliviana, um retorno à estrutura política excludente prévia tornou-se praticamente impossível salvo em regimes ditatoriais, mas na democracia neoliberal inaugurada com a NPE e os pactos congressuais de governabilidade esse traço elitista se reatualizou sob roupagens tecnocráticas[114]. Os

[114] O próprio Gonzalo Sánchez de Losada, que seria o ícone máximo dessa fase da política boliviana e da apologia à tecnocracia, costumava definir-se como um especialista em especialistas, justificando a importância de seu papel político a sua suposta expertise técnica em coordenar especialistas de diversas áreas: "O que realmente sou: um especialista em especialistas e num mundo tão complexo como o que vivemos, há muitos especialistas, mas muito poucos especialistas em especialistas" (MAYORGA UGARTE, 2007, p. 150.

qualificativos para o exercício da cidadania política já não estavam mais vigentes, mas a esfera política fora bastante esvaziada durante a democracia pactuada graças ao consenso praticamente absoluto vigente no período de que a elaboração das políticas e reformas eram tarefa exclusiva de "especialistas" e deveriam ser insuladas ao máximo de influências "políticas" e do controle popular. Mesmo o Legislativo foi nesse sentido em grande medida esvaziado, convertendo-se em momentos-chave como a implementação das primeiras medidas da NPE ou o processo de privatização das estatais praticamente num mero chancelador formal de pacotes já previamente elaborados por equipes técnicas do Executivo.

Guardadas as devidas proporções, o efeito prático dessa tecnocratização dos grandes temas políticos era basicamente a mesma da cidadania qualificada da república oligárquica. Veja-se, por exemplo, a LPP, que além da municipalização do país criou dentro dos municípios inéditos canais de participação popular direta, inclusive mecanismos específicos a grupos indígenas, e mesmo assim muitos desses grupos populares (sobretudo os indígenas) acabavam encarados várias vezes com paternalismo, condescendência e mesmo um racismo velado por não dominar os novos conhecimentos técnicos tidos como fundamentais nesse período (ver HAARSTAD; ANDERSSON, 2009; POSTERO, 2007).

Entretanto, mesmo com essa perene visão da democracia como um espaço deliberativo restrito aos "melhores", um dos maiores legados históricos da matriz acabou sendo de fato a incorporação do horizonte eleitoral na política do país. Apesar de que da formação da república até 1952 o sufrágio tenha sido restrito legalmente a uma parcela ínfima da população adulta, que até pelo menos 1880 o sufrágio como forma de seleção do presidente tenha sido mais a exceção do que a regra e de que mesmo depois dali as fraudes e abusos de poder tenham sido uma constante, acabou servindo como uma escola de socialização política que ajudou a consolidar os símbolos democráticos como fonte de legitimidade do mando. Como já mencionado, mesmo os mais autoritários dos caudilhos militares bolivianos sempre recorreram à promulgação de constituições e à eleição de parlamentos como fonte de legitimação de seu poder (ver IRUROZQUI, 2011; PERALTA RUIZ; IRUROZQUI, 2000). E quando as eleições se consolidaram como a norma de acesso ao poder no pós-Guerra do Pacífico, mesmo as fraudes e intimidações amplamente cometidas tiveram importante papel no processo de socialização democrática na medida em que apesar de que as fraudes fossem cometidas por todos os partidos em disputa, eram veementemente denunciadas pelos

Tradução nossa) [O texto em língua estrangeira é: "Lo que realmente soy: un experto en expertos y en un mundo tan complejo como el que vivimos, hay muchos expertos pero muy pocos expertos en expertos"].

perdedores em um processo em que apesar da hipocrisia, uma imagem do que a democracia deveria e não deveria ser pôde ir se difundindo ao conjunto da população (ver IRUROZQUI, 1996, 2000a, 2004).

2. A MATRIZ POLÍTICA DO INDIANISMO-COMUNITÁRIO

A importância política da mobilização indígena na Bolívia contemporânea é um fato amplamente reconhecido e que tem suscitado boa parte do interesse acadêmico recente acerca do país (por exemplo, ESPINOZA, 2011; GUIMARÃES, 2010; POSTERO, 2010a; STEFANONI, 2010b; VAN COTT, 2007). Mas embora as heranças do Katarismo e das marchas dos povos indígenas do Oriente na conformação do movimento indígena boliviano atual sejam bem conhecidos, o fato é que tal matriz política no país tem raízes bem mais profundas.

Embora por muito tempo a historiografia tenha tratado os movimentos camponeses[115] de até por volta de meados do século XX como "pré-políticos" (ver, por exemplo, HOBSBAWM, 1965; QUIJANO, 1967) por supostamente carecer de objetivos explícitos e racionalmente concebidos e apelar a elementos tradicionais ou étnicos de mobilização, a historiografia boliviana recente tem mostrado que, ao menos no país, o caráter eminentemente político dos mesmos data de muito antes. Desde pelo menos o seminal ensaio "Oprimidos, mas não vencidos" de Silvia Rivera (1987)[116], estudos posteriores de autores de dentro e fora da Bolívia (por exemplo, ALBÓ, 2009; GOTKOWITZ, 2007; HYLTON; THOMSON, 2007; IRUROZQUI, 2000a, b; LARSON, 2004; MENDIETA, 2010; PERALTA RUIZ; IRUROZQUI, 2000; SVAMPA; STEFANONI, 2007; TAPIA, 2011b; THIESSEN-REILY, 2008; THOMSON, 2002) têm dado maior atenção ao caráter político e racionalmente articulado de muitas das lutas indígenas bolivianas, bem como ao alto nível de consciência por parte de seus atores e lideranças acerca dos temas e interesses em jogo na política boliviana não indígena nas diversas conjunturas específicas do país. Além disso, têm mostrado o fato de que apesar de manter estruturas tradicionais de organização política comunitária e identidades étnicas, os grupos indígenas do país possuíam uma estratificação social muito mais complexa do que o senso comum de índios camponeses pobres, havendo já

[115] Embora a coroa espanhola tenha implementado um sistema hierárquico de castas raciais na colônia, as mesmas se sobrepunham sobre os papéis sociais na estrutura produtiva esperados de cada casta. Assim, por exemplo, os índios eram considerados como característica fundamental de sua casta como camponeses. Apesar dessa racialização, as castas não eram completamente herméticas e o próprio desvio dessa função social esperada podia ser considerado suficiente para a classificação em outra categoria, de forma que indígenas que migravam para cidades e exerciam profissões urbanas, por exemplo, eram considerados mestiços. Isto gerou uma ambiguidade semântica (que de certo modo ainda permanece) que permitia por muitas vezes usar o termo camponês ou indígena como perfeitamente intercambiáveis. Assim, há uma vasta literatura sobre movimentos indígenas sob o rótulo de camponeses passando por alto seu lado étnico.

[116] Mas também já antes. Ver por exemplo o clássico estudo de Tristán Platt (1982).

desde pelo menos o século XIX importantes diferenciações internas de riqueza e renda através do desempenho de atividades econômicas diversas no comércio, transportes de mercadorias e mesmo alguns casos de propriedade de minas (ver, por exemplo, KLEIN, 1993; LANGER, 2009; MENDIETA, 2010).

Mesmo ainda na colônia, são inegáveis o caráter político e a racionalidade, por exemplo, das grandes rebeliões dos irmãos Katari em Chayanta (1779-81) e de Julián Apaza (Tupaj Katari) em La Paz (1781). O fato de que em ambas, bem como em vários outros episódios menores e mais localizados, mas não por isso menos políticos, o fator étnico tenha cumprido um importante papel catalisador das mobilizações e ocupado um espaço destacado do programa político não faz delas "pré-políticas". Pelo contrário, dado que a política colonial de administração do território que viria a se constituir na atual Bolívia se assentava fortemente em divisões raciais para a definição de papéis sociais e econômicos era mais que natural esperar que tal fato gerasse clivagens capazes de estruturar formas de organização e mobilização políticas orientadas por esse fato.

Em tais revoltas, bem como em muitas outras antes e depois, havia um claro objetivo político, coerente e racionalmente articulado de defesa comunitária, bem como propostas de alteração profunda do status quo com uma luta por hegemonia indígena sob formatos variáveis que, através de sua memória, foi consolidando o indianismo-comunitário como importante matriz política no país (ALBÓ, 1999; GARCÍA LINERA, 2008b; GOTKOWITZ, 2007; HYLTON; THOMSON, 2007; RIVERA CUSICANQUI, 1987). Assim, o objetivo deste capítulo é, precisamente, definir os contornos atuais desta matriz, sua agenda em relação à redefinição do Estado, seus objetivos e principais atores através da análise de seus momentos constitutivos e como a memória dos mesmos influi em seus rumos contemporâneos.

2.1 – Indigenismo, Indianismo e horizontes políticos indígenas na Bolívia contemporânea

Embora aqui se trate de definir as idiossincrasias especificamente bolivianas da matriz política indígena, isto não quer dizer, obviamente, que o fenômeno seja totalmente particular ao país e desconectado de tendências externas. Por sua própria origem na colonização ibérica do continente e na história dos povos prévia a essa colonização, a matriz indígena boliviana

compartilha laços históricos e algumas semelhanças maiores ou menores com outros países da América Latina e especialmente da região andina.

Essa herança colonial comum gerou alguns desafios semelhantes aos Estados pós-independência sobre como lidar com as populações indígenas. Assimilá-las? Integrá-las? Isolá-las? Exterminá-las? As respostas dadas pelos diferentes países ao longo do tempo variaram, tanto em função de fatores "objetivos", como a maior ou menor presença demográfica indígena em proporção da população total ou sua localização mais próxima ou afastada dos grandes centros econômicos ou territórios de interesse, quanto de influências de ordem ideológica.

Um tipo de resposta, entretanto, de uma forma ou de outra se fez presente em praticamente toda a região. Trata-se do indigenismo, corrente de pensamento político-cultural tipicamente latino-americana de ressignificação da herança indígena na conformação das novas nações que se espalhou pela região atingindo seu apogeu entre os anos 1920 e 1970 (FAVRE, 1998). Com influência nas artes, literatura e movimentos políticos, o indigenismo buscava ressaltar a particularidade das novas nações frente ao velho mundo através de certa exaltação romântica do passado pré-colonial. Embora tenha havido variações no indigenismo entre os países e mesmo dentro deles[117], tratou-se de uma tendência de aspirações em geral progressistas que tentou pensar alternativas de integração dos indígenas às sociedades nacionais a que formalmente faziam parte[118]. Segundo José Bengoa (2007, p. 200. Tradução nossa), três características fundamentais e inseparáveis definiriam o indigenismo: "a denúncia da opressão do índio, a busca de políticas de superação da situação indígena através de sua

[117] Henri Favre (1998) divide o indigenismo em quatro tipos principais: racista, que reconhece no indígena um ser inferior, mas passível de aperfeiçoamento através da civilização; culturalista, que busca revalorizar traços gerais da cultura indígena e ao mesmo tempo integrá-lo às sociedades nacionais e lhes aportar avanços tecnológicos; marxista, que atrela o problema indígena à exploração a que é submetido e em geral lhe confere um potencial revolucionário; e telúrico, de caráter meio místico que associa o índio a características geográficas da terra em que habita, características estas que em grande medida determinariam também a sorte dos não-índios e às quais as sociedades deveriam se adaptar a fim de encontrar um verdadeiro progresso americano. Do indigenismo de tipo marxista, o qual atribui a questão indígena a um problema primordialmente agrário, em vez de educativo ou civilizacional, o maior expoente é certamente o peruano José Carlos Mariátegui (2005, 2009), cujas ideias influenciaram fortemente ao boliviano Tristán Marof (1935). Marof foi acérrimo crítico do indigenismo entre telúrico e culturalista do seu compatriota Franz Tamayo (1979). Ver Josefa Salmón (1997) para uma análise dos principais discursos indigenistas bolivianos na primeira metade do século XX.

[118] Christian Teófilo da Silva, entretanto, ressalta aspectos mais negativos do indigenismo enquanto "filosofia social do colonialismo". Ele afirma que o "indigenismo consiste, portanto, numa ideologia que converte o 'índio' em sombra civilizatória do Estado nacional no plano do discurso, mas que justifica e orienta a partir de sua ordem discursiva um conjunto de políticas indigenistas na qualidade de práticas de dominação interétnica" (SILVA, 2012, p. 22; ver também SALMÓN, 1997).

integração ao conjunto da sociedade e a manifestação, como consequência do anterior, do caráter mestiço, indo-americano, do continente"[119].

Foi, entretanto, um pensamento tipicamente crioulo/mestiço, que pensava sobre os índios, mas sem consultá-los ou incluí-los como sujeitos ativos (SALMÓN, 1997). Em sua exaltação do passado pré-colombiano, também muitas vezes o fazia de forma folclórica ou fossilizada, como se a cultura indígena fosse um vestígio arqueológico de um passado talvez glorioso, mas derrotado, ao qual deveria ser oferecido um caminho rumo à civilização.

Apesar dessas limitações, no entanto, as políticas indigenistas abriram de fato alguns caminhos de ascensão social aos indígenas e camponeses em seus países. Não foram capazes, como se sabe, de solucionar plenamente a "questão indígena" que permaneceu latente com seus complexos nuances de racismo, opressão cultural e econômica, mas como bem relembra Pablo Stefanoni (2010b, p. 100. Tradução nossa), "toda frustração relativa é resultado, ao mesmo tempo, de um sucesso relativo"[120]. E esses caminhos de ascensão social, por mais limitados que possam ter sido em determinados países (Bolívia incluída), permitiram a formação de elites intelectuais indígenas que passaram a pensar elas mesmas sobre as condições dos índios, dando lugar ao fenômeno do indianismo (BENGOA, 2007; FAVRE, 1998).

O termo indianismo é geralmente utilizado na literatura para se referir às correntes de pensamento e movimentos político-culturais acerca da problemática indígena feitos pelos próprios índios a partir do fim dos anos 1960 e início dos 1970. São estas reflexões e os movimentos que a partir delas se estruturaram que levariam, em grande medida, à grande "emergência indígena" latino-americana iniciada nos anos 1990 e da qual o caso boliviano é talvez hoje o mais destacado pela ascensão de um indígena à própria presidência do país (BENGOA, 2007, 2009; MARTÍ I PUIG, 2010a, b; VAN COTT, 2007).

Tal qual o indianismo *lato sensu*, a matriz indígena boliviana de lutas políticas foi também fruto de obra, fundamentalmente, dos próprios índios e nesse sentido a utilização do termo indianismo para se referir a essa matriz não seria propriamente incorreto. Opto, entretanto, por referir-me a essa última como indianismo-comunitário a fim de diferenciar o termo mais geral da matriz política especificamente boliviana, especialmente, mas também para ressaltar certa especificidade da matriz em questão. Como será demonstrada ao longo

[119] O texto em língua estrangeira é: "la denuncia de la opresión del indio, la búsqueda de políticas de superación de la situación indígena por el camino de su integración al conjunto de la sociedad y la manifestación, como consecuencia del carácter mestizo, indoamericano, del continente".

[120] O texto em língua estrangeira é: "toda frustración relativa, es resultado, al mismo tiempo, de un éxito relativo".

desta seção, uma característica constitutiva que perpassará a matriz ao longo da história boliviana será a defesa das terras e de sua autonomia comunitária. Autonomia formal e legal durante a colônia espanhola, consentida e *de facto* durante o início da república e perenemente ameaçada a cada ciclo de recuperação econômica nacional a partir de meados do século XIX, sua defesa constituiu um horizonte central da matriz indianista-comunitária e a proposta de sua reconstrução um elemento central da emergência indígena contemporânea que levou ao novo Estado Plurinacional (SORUCO SOLOGUREN, 2011). Nas palavras de Sinclair Thomson,

> A luta local por autogoverno era a raiz dos conflitos comunitários […] Ela tem se manifestado subsequentemente ao longo da história republicana sob a forma de lutas cíclicas pela reafirmação do controle sobre as esferas da representação política e mediação com o Estado, e ela continua a estar presente na cultura política aimará de hoje[121] (THOMSON, 2002, p. 12. Tradução nossa).

Embora o termo autonomia em si não tenha feito parte do repertório histórico de demandas dos movimentos indígenas bolivianos (CHÁVEZ LEÓN, 2008; GALINDO SOZA *et al.*, 2007; VAN COTT, 2007), sendo incorporado como demanda nesses termos apenas mais contemporaneamente, especialmente na conjuntura que levou à Assembleia Constituinte (AC) de 2006-7, em termos práticos ele esteve bastante presente[122]. A autonomia relativa das terras comunais frente ao Estado colonial ou republicano era uma característica central do regime dual instaurado pelo reino espanhol e consolidado pelas ordenanças administrativas do vice-rei Francisco de Toledo (1574 e 1577) e que em grande medida sobreviveu à independência de 1825.

Pelo sistema, os caciques indígenas possuíam uma série de prerrogativas análogas às dos nobres espanhóis conquanto respeitassem suas obrigações de vassalagem perante a coroa e executassem seu papel de elo entre a sociedade de peninsulares e crioulos e as comunidades indígenas pelas quais eram responsáveis. Embora sofressem discriminações e nem sempre tivessem seus privilégios respeitados, os caciques indígenas tinham reconhecidos pela coroa

---

[121] O texto em língua estrangeira é: "The local struggle for self-rule was at the root of community conflicts [...] It has manifested itself subsequently in republican history, in the form of cyclical struggles to reassert control over the spheres of political representation and mediation with the state, and it continues to be present in aymara political culture today".

[122] Marxa Chávez León (2008) descreve como o vocábulo "autonomia" surge na cena política boliviana através da reivindicação das elites regionais dos departamentos da chamada Meia-Lua (Santa Cruz, Tarija, Beni e Pando) por uma autonomia departamental frente ao governo central controlado pelo MAS. Sua incorporação pelo movimento indígena nos termos de uma "autonomia indígena" se dá de maneira defensiva, frente à demanda oligárquica regional com imenso potencial negativo às demandas indígenas. Se por um lado isto unificou a "linguagem do conflito" (LARSON, 2004; POSTERO, 2007), significou certo reconhecimento da legitimidade da demanda da Meia-Lua que teria importantes consequências na definição dos alcances das autonomias indígenas durante a constituinte. Ainda segundo Chávez León, o termo mais comumente utilizado até então era o de "autogoverno indígena" e "autonomia administrativa" dos recursos naturais dos territórios indígenas.

espanhola, por exemplo, o direito de "montar a cavalo, portar armas, utilizar escudo equivalente ao escudo nobiliárquico espanhol e não pagar tributos"[123] (MESA; GISBERT; MESA GISBERT, 2008, p. 119–129. Tradução nossa; ver também ROCA, 2011, p. 107). O elemento central do sistema consistia no pagamento pelas comunidades do Tributo Indígena[124] e o envio de mão de obra para os trabalhos nas minas (*mita*), por cujo cumprimento deveria velar o cacique e através do qual se garantia a autonomia no interior das comunidades.

Embora com a independência e a proclamação da República da Bolívia o sistema tenha sido formalmente abolido, a péssima situação econômica em que se encontrava o país após as lutas de independência forçou a restauração do Tributo Indígena, que representava então cerca de 60% dos recursos arrecadados pelo novo Estado (KLEIN, 1992, p. 105–6, ver 1993, p. 114 para dados sobre a arrecadação do Tributo e estimativas de sua importância relativa), e com ele a convivência com a autonomia *de facto* das comunidades. Com a progressiva recuperação econômica a partir da segunda metade do século XIX e a consequente perda de importância relativa do Tributo Indígena, entretanto, o assédio dos fazendeiros às terras comunais também cresceu significativamente, bem como os ataques legais do próprio Estado à autonomia comunal na tentativa de desmantelar o sistema e "modernizar" a posse de terras (GOTKOWITZ, 2007; GUIMARÃES, 2010; KLEIN, 1992, 1993; LANGER, 1988; LANGER; JACKSON, 1997; LARSON, 2004; MESA; GISBERT; MESA GISBERT, 2008; POSTERO, 2007). A magnitude dos ataques às terras comunais e sua crescente velocidade pode ser percebida em números: em 1860, tais terras correspondiam a 65% do total boliviano, sendo reduzidas a um mero 25% na virada do século XX (MESA; GISBERT; MESA GISBERT, 2008, p. 403–4).

Alice Guimarães (2010) divide a relação entre o Estado boliviano e as comunidades indígenas em quatro grandes fases: a primeira, que ela chama de coexistência pacífica, indo da independência em 1825 até 1880; a segunda, de conflitos abertos e tentativa de extinguir as

[123] O texto em língua estrangeira é: "montar a caballo y llevar armas, usar escudo equivalente al escudo nobiliário español y no pagar tributo".

[124] Imposto criado pela coroa espanhola sob a justificava de cobrir os gastos com sua cristianização e educação e pelo uso das terras que agora pertenciam à coroa (KLEIN, 1993, p. 10). Incidia sobre as comunidades indígenas livres e posteriormente estendido para todos os índios da colônia, sendo que a taxa sobre os servos das *haciendas*, terras privadas comerciais nas mãos de crioulos e espanhóis, deveria ser paga pelo fazendeiro como forma de incentivar a migração voluntária de indígenas para trabalhar nas fazendas. Originalmente, o tributo era pago por comunidades, podendo muitas vezes ser pago em produtos, mas reformas efetuadas entre 1680 e 1730 o alteraram para um sistema de tributação individual em espécie que teve por consequência relativizar as identidades étnicas comunitárias locais e progressivamente substituí-las por uma consciência pan-indígena na medida em que a exploração colonial se homogeneizava sobre todos os índios independentemente da comunidade a que faziam parte. Luis Miguel Glave (1999) chama esse período de o fim da "era étnica" entre os indígenas andinos.

comunidades, de 1880 a 1945; a terceira, de interlocução subordinada, sindicalismo e assimilação, de 1945 a 1979; e a última iniciando-se a partir de 1990, marcada pelo progressivo reconhecimento jurídico-formal da diversidade étnica e cultural do país. O período entre 1979 e 1990 não teria características próprias suficientemente marcadas para ser considerado um período em si, mas sim um hiato de transição onde se inicia com mais força a reemergência étnica nacional, mas sem ainda conseguir se impor totalmente sobre o padrão do período anterior.

Dentro dessa periodização, é especialmente no segundo período, em resposta aos crescentes ataques, que vai se consolidando a matriz indianista-comunitária e seu horizonte autonômico. Pois embora o catalisador primordial das revoltas e lutas políticas fosse a defesa/recuperação da posse das terras ameaçadas pelas novas leis republicanas e pela usurpação por parte dos latifundiários, "o esforço para recuperar as terras ia de mãos dadas com a luta por poder local"[125] (GOTKOWITZ, 2007, p. 71. Tradução nossa) e suas demandas iam "no sentido de reestruturar a relação entre as comunidades indígenas e o Estado" (GUIMARÃES, 2010, p. 80).

Historicamente, a debilidade institucional do Estado boliviano, incapaz de fazer-se efetivamente presente sequer na maior parte de seu território, fez com que ele delegasse indiretamente sua soberania a representantes informais locais ou regionais (GRAY MOLINA, 2008). Como herança do regime dual colonial e da autonomia *de facto* das comunidades, nos territórios indígenas eram as autoridades tradicionais, *mallkus*, *kurakas* e caciques[126] que muitas vezes exerciam esse papel de autoridade *proxy* do Estado central e elo de ligação com o regime em geral. Essa experiência de exercer na prática atividades protoestatais foi sedimentando nos movimentos indígenas, através da memória, um "horizonte de autogoverno" (SORUCO SOLOGUREN, 2011, p. 90) que se pode ver em seus principais momentos constitutivos sob diferentes maneiras e variações de alcance e amplitude.

Com o atual indianismo-comunitário, esse horizonte de autogoverno começa a tomar a forma mais concreta da demanda por autonomia indígena, embora, é preciso ressaltar, o conteúdo exato dessa autonomia pretendida sempre tenha se mantido um tanto quanto ambíguo e variável em seu alcance. Até se formalizar em um modelo concreto

[125] O texto em língua estrangeira é: "the effort to recuperate land went hand in hand with a struggle for local power".

[126] Cacique é uma palavra indígena de origem caribenha, importada pelos espanhóis para designar os chefes indígenas e que acabou sendo incorporada em grande medida pelas próprias populações. Outros termos de origem etimológica andina como *mallku* (aimará) ou *kuraka* (quéchua), entretanto, continuam a ser usadas até hoje. Pela similaridade com o termo em português, o termo cacique será utilizado neste trabalho, mas seu significado é perfeitamente intercambiável.

constitucionalizado no atual Estado Plurinacional, o conteúdo da demanda por autonomia indígena recebeu diversas interpretações em plataformas políticas dos diversos movimentos específicos do país, estudos de ONGs e intelectuais e projetos de lei[127]. A aglutinação de todos esses projetos e propostas em torno do conceito de autonomia, que como mencionado anteriormente não era propriamente um conceito histórico e autóctone, tem muito a ver com o contexto internacional[128] e acadêmico do qual foi pego "emprestado" pela tradição local.

Como bem mostra Bengoa (2007), a questão da autonomia surge com as comunidades indígenas isoladas em territórios de difícil acesso como a Amazônia, topos de montanhas ou regiões costeiras isoladas que passam a ter contatos mais frequentes com o restante de suas sociedades nacionais especialmente a partir dos anos 1960-70 com o avanço de projetos extrativistas e de desenvolvimento através da América Latina. A preservação das culturas de tais povos casa nesse momento com as preocupações ambientalistas que começam simultaneamente a ganhar amplitude mundial e a ideia de conceder territórios autoadministrados onde pudessem manter "inalterados" seus modos de vida tradicionais, supostamente ecologicamente corretos, se fortalece (ver também FREITAS, 2012; GUIMARÃES, 2010).

A partir do trabalho de ONGs internacionais, especialistas acadêmicos e da difusão de experiências pioneiras bem-sucedidas[129], a autonomia territorial passa a ser incorporada como demanda pelos distintos movimentos indígenas latino-americanos e gradualmente atinge mesmo aqueles mais urbanizados e/ou integrados aos mercados camponeses, como no caso dos aimarás e quéchuas bolivianos. Mas se em territórios relativamente isolados a ideia de autonomia territorial e sua implementação parecem relativamente simples e até lógicos, sua incorporação na agenda de populações indígenas mais "integradas" tornaram o tema mais complexo e permitiram sua evolução para propostas mais ambiciosas como a da conformação de um Estado Plurinacional.

O indianismo-comunitário boliviano atual teve desde pelo menos meados da década de 1990 a construção de mecanismos de autorrepresentação e a convocação de uma Assembleia

[127] Um apanhado das principais interpretações e propostas provenientes especificamente do setor aimará dentre os indígenas pode ser apreciado em Galindo Soza et al. (2007) que as analisam e agrupam a partir de critérios como semelhança, alcances, coerência interna e exequibilidade prática.

[128] O termo é utilizado amplamente no convênio 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 1989 e na Declaração das Nações Unidas dos Direitos dos Povos Indígenas de 2006, ratificados pela Bolívia respectivamente em 1991 e em 2007.

[129] Um exemplo bastante recorrente é o dos indígenas Kuna, no Panamá, que durante o governo do presidente Martín Torrijos, nos anos 1980, adquirem um importante grau de autonomia territorial sobre o arquipélago de San Blas, onde habitam. Os Kuna administram os recursos do arquipélago e possuem um grau elevado de autogoverno, possuindo inclusive uma espécie de parlamento próprio e se constituíram num exemplo paradigmático para os movimentos indígenas da América Latina (ver BENGOA, 2007, p. 75–77).

Constituinte (AC) que pudesse refundar o país em bases mais plurais como núcleo de sua agenda. Embora o primeiro partido de corte indígena boliviano tenha sido fundado ainda na década de 1960 (o Partido Índio de Fausto Reinaga[130]), é a partir do fim dos anos 1970 e especialmente nos anos 1980 que os partidos indígenas começam a se multiplicar a partir das várias vertentes do Katarismo sem, no entanto, conseguir muito enraizamento social ou sucesso eleitoral[131]. Mesmo assim, a bandeira da autorrepresentação persiste no interior das organizações camponesas e retorna com força a partir de meados dos anos 1990, quando encontra condições objetivas mais propícias e consegue obter melhores resultados.

Mas o que explica o surgimento dessa demanda e o sucesso crescente que os partidos indígenas, notadamente o Movimento Ao Socialismo (MAS)[132], conseguem obter a partir de 1995? Certamente não basta com exibir o fato de que a maioria da população boliviana é composta por indígenas (ver Tabela 1), pois esta composição étnica, apesar de importante em si mesma, oculta nuances tanto quanto os revela. Para além da polêmica acerca da suposta ocultação dos setores mestiços[133], que faria inflar os números indígenas com pessoas que

[130] O polêmico intelectual Fausto Reinaga (1906-1994), que começou sua militância nas filas do MNR com fortes influências marxistas e terminou sua carreira política apoiando melancolicamente a reacionária e brutal ditadura militar do general García Meza (1980-81), destacou-se como um dos precursores e uma das primeiras referências fundamentais do indianismo boliviano. Em 1962, ele fundou o Partido Indígena Aimará Quéchua, logo rebatizado de Partido Índio da Bolívia. Embora seu partido praticamente não tivesse nenhuma base social e não tenha tido qualquer impacto político relevante direto, suas ideias tiveram bastante influência em algumas vertentes do katarismo e mais recentemente sobre o Movimento Indígena Pachakutik (MIP) de Felipe Quispe (ver GALINDO SOZA *et al.*, 2007; RIVERA CUSICANQUI, 1987; STEFANONI, 2010b; VAN COTT, 2007).

[131] Nas nove eleições nacionais ou municipais entre 1978 e 1999, apenas uma vez, em 1980, um partido de origem katarista conseguiu obter mais de 2% do total nacional de votos (Movimento Índio Tupaj Katari – MITKA, 2,1% dos votos). Ver Van Cott (2007, p. 79, tabela 3.3) para os resultados eleitorais dos seis partidos de origem katarista no período.

[132] Van Cott (2007, p. 3. Tradução nossa) define um partido étnico como "uma organização autorizada a competir em eleições, a maioria de cujos líderes e membros se identificam como pertencendo a um grupo étnico não dominante, e cuja plataforma eleitoral inclui entre suas principais demandas programas de natureza étnica ou cultural" [O texto em língua estrangeira é: "an organization authorized to compete in elections, the majority of whose leaders and members identify themselves as belonging to a nondominant ethnic group, and whose electoral platform includes among its central demands programs of an ehtnic or cultural nature"], sendo os partidos indígenas um tipo específico de partido étnico. No caso do MAS, que Van Cott considera como partido indígena, autores como Alice Guimarães (2010, p. 202, nota 214) consideram que tal classificação dependeria "de uma melhor delimitação do que significa 'a maioria de seus líderes' e 'demandas centrais'" por parte da autora. Devido à forte ênfase em bandeiras de cunho classista e sua abertura a elementos não indígenas, Alice Guimarães considera o MAS como um partido misto etno-classista (ver também ROCHA GUIMARÃES, 2012). Hervé do Alto (2011), por sua vez, classifica o MAS de partido camponês, o que sociologicamente ele inegavelmente é e que remeteria a questão à diferenciação entre o que é ser indígena e o que é ser camponês na Bolívia hoje. Além da dificuldade prática de operacionalizar essa diferenciação, considero-a irrelevante no contexto de forte etnização e indianização de todo o movimento camponês boliviano e da forte convergência entre indianismo-comunitário e nacional-popular que emerge na conjuntura que levará ao Estado Plurinacional. Para fins deste trabalho, o MAS será tratado como integrando suficientemente o conjunto de partidos indígenas, embora suas influências nacional-populares sejam também consideráveis (ver também PEREIRA DA SILVA, 2009; ZUAZO, 2009).

[133] O Censo perguntava se a pessoa se identificava com algum dos grupos indígenas listados. O fato de não existir a possibilidade de responder "mestiço" e a falta de uma série confiável de censos utilizando as mesmas

teriam se identificado como tais apenas diante da impossibilidade de se declarar mestiços, é preciso matizar que mesmo aceitando que todos os indígenas relatados pelo Censo o sejam de fato, não constituem um bloco homogêneo.

Tabela 1: Autoidentificação com povos indígenas – Censo 2001

	Número de habitantes	%
Quéchua	1.557.689	30,69
Aimará	1.278.627	25,19
Chiquitano	112.271	2,21
Guarani	78.438	1,55
Moxenho	43.323	0,85
Outro	75.427	1,49
Nenhum	1.930.476	38,03
Total	**5.076.251**	**100,00**

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *Instituto Nacional de Estadísticas*.

Além da autoevidente diversidade étnica no interior dessa etiqueta identitária mais geral, há uma série de complexas e variadas estratificações sociais potencialmente geradoras de clivagens internas. Por exemplo, a maioria da população indígena boliviana hoje já é urbana, há em seu meio uma nascente, mas vibrante burguesia e uma crescente influência de igrejas evangélicas pentecostais (STEFANONI, 2010b, 2012). Dentre aqueles ainda eminentemente rurais, a forma de seu acesso à terra também gera interesses diferentes e por vezes potencialmente conflitantes:

> para o camponês parcelar dos vales e dos Andes, por exemplo, o campo central de conflito são os termos de troca entre o campo e a cidade, e a defesa das condições de reprodução de sua força de trabalho [...] Já os camponeses das zonas de colonização têm por objetivos básicos a consolidação de sua propriedade nas terras da fronteira agrícola e o estabelecimento de condições aceitáveis de interação com o mercado. Os trabalhadores agrícolas assalariados, por sua vez, têm como demanda principal o melhoramento dos termos de venda da força de trabalho, lutando por melhores salários e condições de trabalho (GUIMARÃES, 2010, p. 133).

Mas certamente a maior e mais importante clivagem dentro dos indígenas bolivianos é a regional que os divide entre povos de terras altas e baixas, "que possuem modos marcadamente diferentes de organização econômica e social e histórias distintas de relações com os partidos políticos e o Estado"[134] (VAN COTT, 2007, p. 52. Tradução nossa). A história da Bolívia em geral é marcadamente andinocêntrica, devido ao fato de que era nessa região onde se concentravam os centros econômicos mais importantes do período colonial e

categorias e metodologia levantou inúmeras polêmicas acerca da validade do Censo 2001 como espelho confiável da composição étnica boliviana. Apesar de reconhecer os problemas acima, considero que os dados ainda sejam válidos e de importância para a compreensão da realidade boliviana desde que tomados com cuidado e sem idealizações. Para duas visões opostas acerca do tema, ver Albó (2008) e Toranzo Roca (2008) e para uma síntese crítica do debate e da questão identitária na Bolívia, ver Zavaleta Reyles (2008) em livro compilado por Whitehead e Crabtree (2008). Toranzo Roca (2009) e Albó (2009) voltam ao mesmo tema em livro posterior compilado por Gonzalo Rojas (2009).

[134] O texto em língua estrangeira é: "who have markedly different modes of economic and social organizations and distinct histories of relations with political parties and the state".

da república pelo menos até a metade do século XX. Salvo em ciclos econômicos esporádicos e de curta duração, como o *boom* da borracha no fim do século XIX, as terras baixas bolivianas eram regiões periféricas, com baixa presença soberana do Estado central e escasso interesse político ou econômico. Assim, de maneira análoga à historiografia da própria região em comparação ao espaço ocupado pela história do altiplano, a história dos povos indígenas das terras baixas permaneceu em grande medida invisibilizada e sua atividade política se desenvolveu "por caminhos diferentes"[135] (VAN COTT, 2007, p. 52. Tradução nossa) dos de aimarás e quéchuas altiplânicos.

Enquanto as lutas dos povos do altiplano em geral se davam contra o Estado, buscando a conquista, restauração ou preservação de sua autonomia comunitária ameaçada pelas reformas liberalizantes, para os indígenas das terras baixas o conflito "não é tanto com o Estado, mas com diferentes atores privados: os proprietários de empresas agroindustriais, fazendeiros, madeireiros, mineiros" (GUIMARÃES, 2010, p. 133) que começam a ameaçar suas terras até então economicamente periféricas. Essa condição de periferia lhes garantia a autonomia que permitiu sua reprodução social enquanto coletividades etnicamente distintas. Ao passar a ser ameaçada, a luta desses povos, que "têm como demanda central o direito coletivo ao território, não só como meio de reprodução material, mas também como base de sua reprodução cultural" (GUIMARÃES, 2010, p. 133), se dá não contra o Estado, mas "convidando-o" a atuar como mediador e garantidor dessa condição autônoma (ver também CHÁVEZ LEÓN, 2008, p. 53–4).

Assim, o caminho da construção de um partido próprio não é de maneira alguma uma opção natural ou determinada por fatores objetivos do movimento indígena boliviano. De fato, dentro dessa grande clivagem entre indígenas do altiplano e das terras baixas é entre os primeiros que essa demanda mais ressoa e desde mais cedo. Especificamente os aimarás são os pioneiros na conformação de partidos indígenas no país, fruto do Katarismo do qual são os impulsores nos anos 1970 (ver adiante) e da maior politização étnica por ele gerada. Mas apesar do (curto) sucesso relativo do MIP, partido tipicamente aimará que obtém 6,09% dos votos nacionais e elege seis deputados em 2002[136], será o MAS que, ao ganhar as eleições

[135] O texto em língua estrangeira é: "on separate tracks".

[136] Liderado por Felipe Quispe, ex-combatente do efêmero Exército Guerrilheiro Tupaj Katari (EGTK) e presidente da Confederação Sindical Única dos Trabalhadores Camponeses da Bolívia (CSUTCB) entre 1998-2001, o MIP foi um partido de corte aimará e discurso bastante radical que pregava a restauração do Qollasuyu (região do Império Inca correspondente a grande parte da atual Bolívia). Seu discurso, fortemente etnonacionalista aimará, centrava-se enfaticamente na suposta divisão entre uma Bolívia minoritária, mas dominante, branca e eurocêntrica e uma Bolívia majoritária indígena e explorada. Apesar do sucesso relativo das eleições de 2002, em 2005 Quispe obteve apenas 2,16% dos votos à presidência e o MIP não elegeu nenhum deputado, vindo a ser extinto pouco depois.

presidenciais de 2005, passa a constituir o paradigma de sucesso partidário do movimento indígena e inaugura o que Bengoa (2009) chama de segunda etapa da emergência indígena pelos novos desafios e responsabilidades que traz essa chegada ao poder estatal (ver também ESPINOZA, 2011).

Van Cott (2007) identifica uma série de fatores institucionais e organizativos que contribuem para a formação e sucesso de partidos étnicos, dentre os quais a existência de um movimento centralizado e unido, um sistema partidário aberto e com a esquerda tradicional em declínio e uma estrutura institucional descentralizada, com eleições de nível local e de base. Testando essas e outras hipóteses acerca da presença e êxito de partidos étnicos, Martí i Puig (2008) ressalta ainda como elementos explicativos necessários a "capacidade contenciosa" do movimento indígena e a ausência em um passado recente de histórico de conflito étnico violento de larga escala. No caso boliviano, embora o movimento indígena não seja tão centralizado, devido às clivagens anteriormente mencionadas e à frequente disputa entre entidades de base e suas organizações matrizes por proeminência política, entre outros fatores, segundo Van Cott a fortemente centralizada (e combativa) federação de sindicatos cocaleiros do Chapare pôde ocupar o papel de núcleo base do MAS a partir do qual ele se expandiu[137]. Quanto às demais condições identificadas, elas se completaram quando da aprovação da LPP de 1994[138], que dividiu o país em municípios com eleição direta para prefeitos e vereadores, e com a reforma eleitoral que estabeleceu um sistema misto de eleição para a Câmara de Deputados, com metade dos parlamentares eleitos a partir de distritos uninominais. Graças à forte unidade cocaleira forjada frente ao conflito pelas políticas de erradicação da folha de coca a partir da redemocratização, o que lhe garantiu um forte controle político da região do Chapare, o MAS pôde usar essas reformas para eleger seus primeiros prefeitos e parlamentares em votações recorde e sentar as bases para sua posterior expansão (ver MAYORGA, FERNANDO, 2009a; PEREIRA DA SILVA, 2009; RODRÍGUEZ OSTRIA, 2012; ZUAZO, 2009, 2012).

[137] Sobre as estruturas de organização interna das federações cocaleiras do Chapare, ver García Linera et al.(2004) e Guimarães (2010).

[138] Além da sua importância por abrir esses espaços de disputa política infranacionais a partir dos quais um partido desafiante podia começar a montar suas bases para posterior expansão, a LPP também teve um importante efeito simbólico na consolidação de um partido próprio como horizonte do desejo das lideranças indígenas, na medida em que foi aprovada num contexto de reconhecimento constitucional das culturas indígenas e com fortes promessas de que o novo marco legal se destinava a favorecer a participação política indígena. Dados os seus limites, como o forte engessamento burocrático das maneiras como essa nova participação deveria dar-se, além da persistência social do racismo velado e a experiência das primeiras participações políticas via LPP a "convite" dos partidos tradicionais onde acabavam ocupando papeis subalternos, muitas lideranças indígenas passaram a se convencer cada vez mais da necessidade de um instrumento político próprio e muitas delas buscariam o MAS que se consolidara no Chapare (ver POSTERO, 2007, p. 143–4; ver também VARGAS RIVAS, 2013).

Mas embora seu núcleo duro fosse o movimento cocaleiro, o MAS nunca restringiu seu discurso a esse setor ou mesmo a demandas meramente camponesas ou indígenas, apelando a um discurso plebeu de defesa ampla dos setores subalternos[139], o que permitiu que o partido pudesse se constituir em pivô da acumulação de mobilizações sociais mais amplas quando a conjuntura surgiu[140]. Como colocava o futuro vice-presidente Álvaro García Linera em texto de 2005, o MAS sempre se destacou por sua "capacidade de recolher a memória nacional-popular, marxista e de esquerda formada nas décadas anteriores, o que lhe tem permitido uma maior recepção urbana, multissetorial e plurirregional a sua convocatória"[141] (reproduzido em GARCÍA LINERA, 2008b, p. 390. Tradução nossa; ver também MÁIZ, 2009; PEREIRA DA SILVA, 2009; ROCHA GUIMARÃES, 2012; ZUAZO, 2009). Já nas eleições de 2002 o partido logra importante penetração eleitoral nos departamentos de La Paz, Oruro e Potosí, além da Cochabamba natal e após 2005 se consolida como o partido mais importante do país e único com efetiva implantação em todo o seu território (CUNHA FILHO, 2010a; MAYORGA, FERNANDO, 2007; OVIEDO OBARRIO, 2010; PEREIRA DA SILVA, 2009).

É preciso ressaltar, no entanto, que mesmo com a presença das condições identificadas como *necessárias* para a formação e êxito de um partido étnico como o MAS, elas não são *suficientes* para explicá-lo. A formação de um partido "próprio" foi "um 'empreendimento político' levado adiante por um grupo de dirigentes"[142] (DO ALTO, 2011. Tradução nossa) a partir de decisões estratégicas em conjunturas específicas e com um caráter contingente e incerto. Mas em um nível ideológico, a crença na necessidade desse empreendimento estava consolidada no movimento pela difundida percepção de que os camponeses/indígenas bolivianos haviam sido historicamente manipulados enquanto atores políticos, seja pelo MNR, seja pelos militares, pela Central Operária Boliviana (COB) e a esquerda tradicional ou pelos *q'haras*[143] e os partidos políticos tradicionais em geral. Apesar do fracasso dos primeiros partidos kataristas, a CSUTCB (então sob forte influência cocaleira, que constituía sua vanguarda mais combativa) ratificou em seus congressos de 1994, 1995 e 1996 a

[139] É essa a razão que leva autores como Alice Guimarães (2010) a questionar a classificação do MAS como um partido indígena ou étnico.

[140] Ver também Sanabria (1999) para os modos como o movimento cocaleiro foi capaz de explorar divergências das elites dominantes e alianças com outros setores subalternos.

[141] O texto em língua estrangeira é: "capacidad de recoger la memoria nacional-popular, marxista y de izquierda formada en las décadas anteriores, lo que le ha permitido una mayor recepción urbana, multisectorial y plurirregional de su convocatoria".

[142] O texto em língua estrangeira é: "un 'emprendimiento político' llevado adelante por un grupo de dirigentes".

[143] O termo *q'hara*, de origem aimará, significa algo como "aquele que vive parasitariamente do trabalho alheio". Contemporaneamente, o termo é utilizado com certo tom pejorativo para referir-se aos bolivianos não-indígenas.

necessidade de um novo partido que os representasse diretamente (VAN COTT, 2007, p. 68) e que se estruturasse através de uma relação orgânica com os sindicatos que o comporiam (DO ALTO, 2011, p. 99).

Já entre os povos das terras baixas, tal busca por um instrumento próprio de representação política jamais teve a mesma magnitude. Embora também eles tenham se aproveitado da janela de oportunidades políticas (TARROW, 1994) aberta pelas reformas institucionais citadas, sua inserção no jogo eleitoral se deu majoritariamente através de alianças e ingresso a partidos já existentes. Como relata Van Cott (2007, p. 71–77), as organizações indígenas agrupadas em torno da Confederação de Povos Indígenas da Bolívia (CIDOB[144]) chegaram a cogitar a formação de um partido próprio, avaliando suas possibilidades em comparação com outras opções como o ingresso em partidos já existentes ou alianças com eles. Até as eleições de 2002, no entanto, prevaleceu a opção por acordos e alianças pontuais com partidos já existentes a partir de negociações programáticas ou por posições nas listas de candidatos. E mesmo assim sem conseguir grande centralização dirigente sobre as entidades de base confederadas à CIDOB, que várias vezes faziam seus próprios acordos com partidos diferentes em nível local.

A principal contribuição dos povos das terras baixas à conformação do indianismo-comunitário contemporâneo deu-se, na verdade, através das Marchas por Território e Dignidade (MTD), em especial a primeira, de 1990, que marcou sua irrupção enquanto ator no cenário político nacional. Embora já nos anos 1980 a CIDOB e entidades afiliadas tenham começado a atuar politicamente e em 1988 tenham enviado ao governo nacional uma inédita proposta de reconhecimento pelo Estado de dois grandes territórios autônomos (ALBÓ, 1999, p. 847), foi somente com a I MTD que o Estado boliviano reconheceu "os indígenas do oriente como interlocutores válidos e lhes reconheceu o direito à propriedade e administração de territórios"[145] (MESA; GISBERT; MESA GISBERT, 2008, p. 591. Tradução nossa). A marcha, que contou com cerca de 800 participantes, homens, mulheres e crianças, percorreu os quase 650 quilômetros que separam a cidade de Trinidad (Beni) de La Paz em 34 dias e conseguiu do governo a demarcação de cerca de 1,5 milhão de hectares em cinco territórios, embora a medida governamental tenha evitado usar o termo "território indígena" na

[144] Fundada em 1982, a organização chamava-se originalmente Central de Povos e Comunidades Indígenas do Oriente da Bolívia, tendo seu nome mudado sucessivamente até chegar à atual denominação para dar-lhe um caráter representativo mais global, mas sem alterar a sigla (ver GARCÍA LINERA; CHÁVEZ LEÓN; COSTAS MONJE, 2004, p. 215–68; GUIMARÃES, 2010, p. 159–171; POSTERO, 2007, p. 48–51 sobre o processo de organização política dos indígenas das terras baixas que geraria a CIDOB e suas entidades afiliadas).

[145] O texto em língua estrangeira é: "los indígenas del oriente como interlocutores válidos y le reconocía el derecho a propriedad y administración de territorios".

demarcação (ALBÓ, 1999, p. 847). Além disso, foi na I MTD que a demanda por uma Assembleia Constituinte foi pela primeira vez colocada em nível nacional e os indígenas da marcha foram saudados em La Paz por grupos aimarás, fomentando uma primeira aproximação contemporânea entre os grupos.

A demanda por territórios, central aos povos indígenas do oriente, acabaria incorporada como conceito também pelos povos do altiplano a partir desse primeiro contato[146]. Entre 1991 e 1993, dirigentes da CSUTCB e CIDOB reuniram-se para redigir um esboço de lei indígena (como a chamavam os últimos) ou de povos originários (como a chamavam os primeiros) que, "apesar de nunca ter sido aprovada, teve o efeito de aumentar a consciência mútua"[147] entre eles (ALBÓ, 1999, p. 847–8. Tradução nossa). Essas aproximações entre indígenas do altiplano e das terras baixas prosseguiram com idas e vindas ao longo dos anos, mas intensificaram-se sobremaneira durante o ciclo de protestos do quinquênio 2000-5.

Em junho de 2000, a Coordenadora de Povos Étnicos de Santa Cruz (CPESC), entidade afiliada à CIDOB e que agrupa a cinco grupos indígenas do departamento *cruceño* organizou a III MTD partindo do Beni a Santa Cruz. A marcha contou com a adesão de entidades de viés mais camponês do que propriamente indígena atuantes na região, como a Federação Sindical Única de Trabalhadores Camponeses de Santa Cruz Apiahuaiki Tumpa (FSUTC-SC), o Movimento Sem Terra (MST), a Federação Departamental de Mulheres Camponesas Bartolina Sisa (FDMC-BS) e a Federação Departamental de Colonizadores de Santa Cruz (FDC-SC) e derivou em um acordo mais amplo entre as organizações denominado Bloco Oriente.

Em 2002, o Bloco Oriente organizou uma IV MTD em conjunto com a CSUTCB e o Conselho Nacional de Markas e Ayllus do Qollasuyu (CONAMAQ[148]) em demanda pela

---

[146] Embora a demanda por território já tivesse figurado no repertório dos indígenas-camponeses do altiplano no *Projeto de Lei Agrária Fundamental* da CSUTCB nos anos 1980 (ver adiante), não havia ainda ocupado papel central em suas demandas.

[147] O texto em língua estrangeira é: "it had the effect of mutual conciousness raising".

[148] Fundado em 1997, o CONAMAQ articula os quéchuas, aimarás e urus do altiplano organizados em *ayllus*, especialmente nos departamentos de Potosí e Oruro, mas também em partes de La Paz e Chuquisaca. Seu principal objetivo é a restauração de formas pré-coloniais de organização social e política e a entidade considera-se como uma entidade de governo indígena, e não uma espécie de movimento social (CHÁVEZ LEÓN, 2008, p. 58). "A palavra *ayllu*, que possuiu vários e desafiadores usos, parece ter significado basicamente um grupo de descendência ancestral em qualquer nível de agregação" [O texto em língua estrangeira é: "The word *ayllu*, which had numerous and puzzling usages, seems basically to have meant an ancestor-focused descent group at any given level of aggregation".] (ROSTWOROWSKI; MORRIS, 1999, p. 780. Tradução nossa), uma forma de organização comunitária pré-hispânica baseada em relações de parentesco ampliado e posse comunal da terra frequentemente intercambiável nos registros históricos por "comunidade indígena". Um conjunto de *ayllus* forma uma *marka*, normalmente organizada em duas parcialidades seguindo princípios andinos de dualidade. A partir dos trabalhos do *Taller de Historia Oral Andina* (THOA) da

convocação de uma Assembleia Constituinte. Essa demanda vinha ganhando força como elemento aglutinador de um bloco histórico contra-hegemônico em formação desde a chamada Guerra da Água de Cochabamba em 2000[149] e foi apresentada como uma das principais propostas por Evo Morales nas eleições de 2002[150], quando foi apoiado pelo Bloco Oriente. Essa aproximação entre o Bloco e as organizações do altiplano (CSUTCB e CONAMAQ) derivou na assinatura, em março de 2002, do Pacto de Unidade e Compromisso[151] na cidade de La Paz, momento constitutivo fundamental do indianismo-comunitário contemporâneo[152] e que seria a principal base de apoio a conduzir o MAS à presidência da Bolívia e a orientar o tema das demandas indígenas durante a constituinte.

Em meio ao ciclo de protestos 2003-5, nos quais se fortaleceu significativamente, o Pacto de Unidade formalizou sua existência na cidade de Camiri em 2004 (GARCÉS V., 2012, p. 46, 2013, p. 32; ROCHA GUIMARÃES, 2012, p. 67), apoiou ao MAS e à candidatura de Evo Morales nas eleições antecipadas de 2005 e elaborou uma proposta conjunta para a Assembleia Constituinte em 2006 (ver PACTO DE UNIDAD, 2007). O documento, que defendia a refundação do Estado pela plurinacionalidade, as autonomias indígenas e o pluralismo jurídico, foi uma espécie de documento-base do bloco oficialista durante os trabalhos da constituinte[153], embora as propostas nele contida tenham sido de certa maneira diluídas substancialmente em seus alcances durante as negociações com o bloco constituinte opositor e posteriormente nas negociações congressuais para viabilizar a

Universidade Maior de San Andrés, em La Paz, que buscou recuperar as histórias das comunidades indígenas e de sua resistência à colonização, ativistas indígenas buscaram reconstruir essa forma de organização comunal e suas formas tradicionais de autoridade. Da articulação dos *ayllus* e *markas* reconstruídos, fundou-se o CONAMAQ (CHOQUE; MAMANI, 2008; ver também GUIMARÃES, 2010; GARCÍA LINERA; CHÁVEZ LEÓN; COSTAS MONJE, 2004; FREITAS, 2012; ROCHA GUIMARÃES, 2012). Para uma crítica à maneira como se buscou a reconstrução dos *ayllus* e os projetos e formatos políticos a ela implícitos, ver Albro (2010, p. 76–7).

[149] Ver Chávez e Mokrani (2007); Cunha Filho (2009); Vargas e Kruse (2000) e Garcés (2012).

[150] De fato, neste pleito a demanda fora apoiada em alguma medida, além do MAS, também pelo MIP, pelo Nova Força Republicana (NFR) do direitista Manfred Reyes Villa e até mesmo pelo partido tradicional MIR (ver CAMARGO, 2006, p. 241).

[151] Assinaram o Pacto: CSUTCB, CIDOB, Confederação Sindical de Colonizadores da Bolívia – CSCB (hoje Confederação Sindical de Comunidades Interculturais Indígena Originárias da Bolívia – CSCIB), Federação Nacional de Mulheres Camponesas da Bolívia "Bartolina Sisa" – FNMCB-BS, CONAMAQ, CPESC, Movimento Sem Terra da Bolívia, Assembleia do Povo Guarani - APG e Confederação de Povos Étnicos Moxeños do Beni – CPEMB.

[152] A partir do segundo governo de Evo Morales, iniciado em 2010, o Pacto de Unidade começa a apresentar fissuras a partir de divergências de interesses entre os seus integrantes de viés mais camponês (CSUTCB, cocaleiros, interculturais etc.) e aqueles mais propriamente indígenas como CIDOB e CONAMAQ. Em 2011, em meio às polêmicas por um projeto de construção de uma estrada através do Território Indígena e Parque Nacional Isiboro-Sécure (TIPNIS), CIDOB e CONAMAQ se retiraram oficialmente do Pacto, mas setores de ambas as entidades continuam apoiando o governo e passaram a conformar entidades paralelas que se mantêm no mesmo. O tema será novamente abordado na conclusão.

[153] Segundo Fernando Garcés (2012, p. 48), o MAS enquanto partido sequer apresentou uma proposta própria de constituição. Sobre o papel preponderante do Pacto na configuração e pressão por essa proposta por sobre um suposto desinteresse pelo tema do MAS, ver também Tapia (2011a).

ratificação da constituição[154] (ver CHÁVEZ LEÓN, 2008; GARCÉS V., 2012; IAMAMOTO, 2011; SCHAVELZON, 2012).

Mas para além do alcance obtido por suas demandas na nova constituição, sua principal importância foi consolidar essa aproximação entre as duas principais clivagens do movimento indígena boliviano, bem como entre as demandas mais tipicamente camponesas (distribuição de terras, políticas de acesso a mercados etc.) e aquelas de caráter mais propriamente étnico (reconhecimento cultural e legal, território, autonomia etc.)[155]. Isto permitiu a construção da figura das "nações e povos indígena originário camponeses" (NPIOC) como ator fundamental da refundação plurinacional do país plasmada na Constituição de 2009 e titular dos novos direitos coletivos criados. É essa aproximação e esse artefato que autores como Ximena Soruco (2011) ou Salvador Schavelzon (2012) consideram como fundamentais para a construção plurinacional, embora autores como Robert Albro (2010) chamem atenção para o fato de que a figura dos NPIOC deixaria descobertos aos indígenas urbanos, que como citado já são hoje a maioria (ver também GARCÉS V., 2012, p. 84).

Mas como já mencionado, a matriz indígena-comunitária no país tem raízes muito mais profundas, remetendo em muitos aspectos à própria estruturação da colônia espanhola. As seguintes seções buscam, assim, descrever como a política indígena evoluiu ao longo do tempo a partir das estruturas coloniais (largamente mantidas no primeiro período republicano) na configuração de uma matriz própria de lutas cujo principal eixo será a defesa das terras e da autonomia comunitárias crescentemente atacadas. Embora provavelmente a maioria das lutas indígenas na história boliviana tenham sido defensivas e se dado desconectadas umas das outras, em momentos constitutivos mais profundos tais como a sublevação pan-andina de fins do século XVIII ou a rebelião de Zárate Willka no final do século XIX os movimentos indígenas lograram atingir notáveis articulações, bem como avançar abrangentes projetos políticos. Embora derrotados e suprimidos, esses movimentos e projetos tiveram importantes implicações nos desdobramentos posteriores, seja por mudanças estruturais por eles provocados mesmo na derrota, seja pela persistência de seus projetos através da memória oral ou do resgate racional deliberado por movimentos indígenas subsequentes.

---

[154] Especificamente sobre essas negociações para viabilizar a nova constituição, ver Cunha Filho (2008) e Schavelzon (2012).

[155] O que não quer dizer, obviamente, que isto tenha garantido uma suave homogeneização entre as propostas e setores. Schilling-Vacaflor (2008), por exemplo, mostra como as divergências entre CSUTCB e CONAMAQ persistiram mesmo no interior do Pacto de Unidade, com as diferentes ênfases postas por cada um dos atores nas demandas mais próximas de seus interesses durante os trabalhos da constituinte. Ver também Schavelzon (2012).

2.2 – Da Colônia à República: estruturação e persistência do regime de convivência

Conforme adiantado na Introdução, as características fundamentais do sistema colonial e que perdurariam por muito tempo na república independente foram estabelecidas pelas reformas do vice-rei Francisco de Toledo que buscaram, ao mesmo tempo, consolidar o sistema dual de "república de espanhóis/república de índios", aproximar o sistema administrativo de padrões ibéricos e integrar as comunidades indígenas ao mercado colonial (KLEIN, 1992; MESA; GISBERT; MESA GISBERT, 2008; SAIGNES, 1999; THORNTON, 2011). Toledo buscou concentrar as comunidades indígenas que viviam espalhadas por grandes territórios em reduções de geografia semelhante ao urbanismo castelhano de então. Como forma de diminuir algo do poder dos caciques, criou uma série de postos civis análogos aos existentes na Espanha, como prefeitos e corregedores, cujas autoridades se sobrepunham ao poder soberano dos mesmos sobre as comunidades. Mas para garantir o controle sobre essas mesmas comunidades e sua aquiescência à extração de tributos e trabalho necessários para a colônia, o vice-rei manteve em grande medida o papel dos caciques como intermediários entre os dois mundos.

Toledo racionalizou o sistema de *mita* rotativa para a exploração das minas e a tributação das comunidades, pela garantia de fornecimento dos quais os caciques se responsabilizavam. No que tange ao tributo indígena, instituiu-se uma modalidade dual de cobrança, sobre indivíduos e sobre a comunidade ao mesmo tempo. Esta modalidade era criticada porque em comunidades em que muitos indivíduos morriam ou migravam, os índios restantes acabavam vítimas de uma superexploração para poder atingir a cota tributária de suas comunidades (SAIGNES, 1999, p. 86). O sistema tributário indígena foi sendo modificado entre 1680 e 1730 por uma série de pequenas reformas até a abolição da modalidade de cobrança comunal, tornando-se totalmente individual. Essas mudanças, por sua vez, provocaram o gradual enfraquecimento de lealdades étnicas à comunidade local, criando bases para uma consciência étnica mais ampla, pan-indígena, na medida em que a exploração era percebida como comum a todos os índios (GLAVE, 1999). É preciso ressalvar, no entanto, que já as reformas de Toledo com suas reduções alteraram significativamente a composição das comunidades. Grupos étnicos distintos foram agregados em reduções

multiétnicas, dando origem a novos processos de etnogênese[156] que dotaram de novas características a essas comunidades que, no entanto, puderam preservar em grande medida seus sistemas comunais e *ayllus* ainda que sob novas configurações.

No que tange à integração indígena aos mercados coloniais, as reformas de Toledo foram extremamente bem-sucedidas. O aumento da tributação promovido teve como efeito obrigar as comunidades a aumentar a produção de excedentes como forma de garantir as cotas exigidas. Com a gradual substituição da forma de pagamento em produtos para pagamento em espécie, as comunidades passaram a se inserir cada vez mais nos circuitos comerciais coloniais com a venda de seus excedentes. E ao contrário do que visões mais idealistas acerca da contraposição entre as lógicas tradicionais andinas de dádiva e reciprocidade e a economia com fins de lucro poderiam supor, essa inserção fortaleceu as comunidades muito mais do que as enfraqueceu (FERREIRA, 2010; KLEIN, 1993; SAIGNES, 1999; SCHELCHKOV, 2007; WANDERLEY, 2011), dotando-as de importante dinamismo econômico que permitia a manutenção interna de seus mecanismos tradicionais. Como afirma Schelchkov (2007, p. 39. Tradução nossa),

> Os camponeses dos ayllus não viviam em uma autarquia econômica, mas estavam integrados ao mercado. A participação do ayllu nas relações mercantis-monetárias não destruía em nenhuma medida os vínculos estruturais da comunidade. Os ayllus conviviam perfeitamente com a economia mercantil e conservavam por outro lado sua autonomia interna e as formas de vida tradicionais[157].

Por outro lado, no entanto, a ambiguidade do papel dos caciques aumentou enormemente. Essa revitalização econômica comunitária e o papel privilegiado ocupado pelos caciques na mediação entre os dois mundos gerou enormes espaços para a corrupção e o despotismo dos mesmos. Muitos caciques passaram a negligenciar cada vez mais o seu papel de defensores da comunidade pela qual eram responsáveis em detrimento de sua ascensão e inserção social no mundo hispânico proporcionada pelo enriquecimento obtido muitas vezes à

---

[156] O que não era algo inédito, embora agora se desse sob outros formatos e em novas dimensões. Como descrevem Schwartz e Salomon (1999), é um erro acreditar que as identidades e etnias eram estanques previamente à conquista hispânica. O próprio Império Inca era um conglomerado de grupos étnicos e povos distintos em constante etnogênese pela própria dinâmica "natural" de sua evolução social, mas também devido a práticas incaicas como o *mitmaq*, grandes projetos de colonização através do transplante de grupos inteiros de um lugar a outro com fins diversos como especialização produtiva ou garantia de presença de grupos mais leais em áreas estratégicas. O Vale de Cochabamba, por exemplo, é um dos maiores e mais ambiciosos *mitmaes* incaicos, com a transferência de cerca de 14000 colonos para o cultivo de milho para abastecer as tropas incas durante o reinado de Huayna Qhapac (ROSTWOROWSKI; MORRIS, 1999, p. 824), uma das origens da predominância ali da língua quéchua e da maior mestiçagem da região. Schelchkov (2007, p. 30–1) chama atenção para o fato de que nas regiões de *mitmaes* incaicos a resistência à colonização espanhola teria sido menor, bem como também seria menor a persistência de *ayllus* tradicionais.

[157] O texto em língua estrangeira é: "Los campesinos de los ayllus no vivían en una autarquia económica sino que estaban integrados al mercado. La participación del ayllu en las relacionales mercantiles-monetarias no destruía en ninguna medida los vínculos estructurales de la comunidad. Los ayllus convivían perfectamente con la economía mercantil y conservaban a la vez su autonomía interna y las formas de vida tradicionales".

custa de abusos, opressão e apropriação indevida de riquezas, terras e trabalho comunitários[158].

Isto foi gradualmente minando a legitimidade da figura dos caciques no interior das comunidades, auxiliado também pelo fato de que a nobreza étnica de descendentes diretos dos caciques incaicos diminuía consideravelmente e já vários dos cacicados eram exercidos por forasteiros, índios comuns, mestiços ou mesmo crioulos (GLAVE, 1999; SAIGNES, 1999; THOMSON, 2002). Ao mesmo tempo, cargos comunitários menores criados ou confirmados pelas reformas de Toledo ou posteriores[159], como os de *hilacatas* e principais, passaram a aumentar seu prestígio comunal interno e servir de ponto focal para o descontentamento das comunidades em relação a seus caciques. Eram frequentes as denúncias e os litígios contra caciques ou corregedores abusivos, mas diante da dificuldade de obtenção de vitórias dado às extensas redes de corrupção e conivência que garantiam sua perpetuação, revoltas comunitárias passaram a se tornar cada vez mais frequentes a partir de meados do século XVIII.

Embora a maioria dessas revoltas tivesse um caráter local, de protesto contra injustiças diretamente afrontadas e um horizonte reivindicativo limitado, pouco a pouco seu escopo foi crescendo e atingindo projetos políticos mais ambiciosos e de dimensões anticoloniais que culminaria no grande ciclo de revoltas de 1780-1 liderado na região peruana de Cusco por Tupac Amaru, em Chayanta na Bolívia por Tomás Katari e no altiplano de La Paz por Tupaj Katari (THOMSON, 2002). Mas já pelo menos nas três ou quatro décadas precedentes à grande conflagração andina começaram a nascer os horizontes políticos indígenas dos projetos que se manifestariam ali e, sob roupagens renovadas e adaptadas a novos contextos, ressurgiriam muitas vezes ao longo da matriz de lutas indígenas.

Segundo o historiador Sinclair Thomson (2002), ao menos em três revoltas prévias à grande conflagração andina é possível perceber um projeto político complexo, para além de

---

[158] Um efeito secundário disto é que o posto de cacique passou a ser bem mais visado e disputado em regiões onde a possibilidade de ganho material eram maiores, como nos arredores dos grandes centros mineiros como Potosí, por exemplo. Por sua vez, regiões economicamente periféricas, e por essa razão desinteressantes como nas regiões dos vales de La Paz e Cochabamba muitas vezes necessitavam da nomeação imposta de caciques forasteiros, enfraquecendo bastante os laços comunitários tradicionais e trazendo importantes consequências no futuro para o estabelecimento de identidades mais propriamente étnicas ou camponesas, como será visto adiante (ver THOMSON, 2002, p. 69).

[159] Na tentativa de adequar o sistema colonial cada vez mais ao modelo hispânico, muitas vezes as reformas mantiveram tradições e instituições autóctones que não contradissessem explicitamente o direito ibérico, legalizando-as através da adaptação ao jargão jurídico pertinente. "Juristas espanhóis na América Latina colonial frequentemente deram força legal a tradições indígenas ao adotar rótulos do direito romano ou hispânico para descrever tradições andinas previamente existentes" (THORNTON, 2011, p. 155. Tradução nossa) [O texto em língua estrangeira é: "Spanish jurists in colonial Latin America often gave legal force to indigenous traditions by adopting a label from Castilian or Roman law to describe previously–existing Andean practices"].

meras revoltas em reação quase mecânica aos abusos cometidos e com implicações anticoloniais. Na comunidade de Chuani, entre o fim da década de 1740 e os primeiros anos de 1750, uma revolta contra os abusos na coleta de impostos e dízimos à Igreja assumiu, sob a liderança do clã familiar Palli, conotações políticas mais radicais de rejeição da ordem colonial local. Os índios de Chuani em revolta assumiram uma postura fortemente anticlerical e avançaram propostas de eliminação física dos espanhóis ou sua subordinação ao poder indígena local. Cerca de duas décadas mais tarde, no ano de 1771, em Chulumani, comunários indígenas planejaram uma revolta armada contra o corregedor local e seus assistentes, rejeitando suas autoridades e nomeando a indígenas locais para os mesmos cargos de autoridade, de maneira independente da sanção colonial. E nesse mesmo ano de 1771, em Caquiaviri, outra revolta desenvolveu projetos ainda mais complexos e politicamente criativos de subversão da ordem colonial. Aproveitando-se de uma revolta reativa em Jesus de Machaca, que sem maiores ambições posteriores terminou com o assassinato do corregedor regional, os indígenas de Caquiaviri declararam que "morto o corregedor, não havia mais magistrado para eles e o rei era o comum, pelo qual eles mandavam"[160] (THOMSON, 2002, p. 155. Tradução nossa). Thomson chama a atenção para o fato de que a proclama seria uma interpretação local de princípios filosóficos da escolástica espanhola que declarava que o Rei teria seus poderes terrenos derivados de Deus e que em circunstâncias especiais tais como a vacância do trono ou o abuso tirânico do poder, "o povo estaria justificado pelo direito natural a recuperar esse poder"[161] (2002, p. 155. Tradução nossa). Tais ideias circulavam no continente e já teriam surgido em revoltas no Paraguai e na Nova Granada (Colômbia), ressurgindo também como justificação das lutas independentistas a partir da ocupação espanhola pelas tropas napoleônicas no século XIX.

Embora tenha havido tensões favoráveis ao extermínio de espanhóis e alguma violência, com execuções, em Caquiaviri a violência foi extremamente moderada e contida e os indígenas intimaram os habitantes crioulos das cidades vizinhas a se apresentarem à comunidade e se mancomunarem sob pena de represálias físicas. Temendo a violência indígena, muitos crioulos e mestiços se apresentaram e sob celebrações rituais foram obrigados a vestir trajes indígenas, passando a ser considerados como membros da comunidade com os direitos e deveres que tal condição implicava. Muitos crioulos que se submeteram ao ritual inclusive foram posteriormente nomeados para cargos comunitários de

[160] O texto em língua estrangeira é: "Now that the corregidor was dead, there was no other magistrate for them; instead the king was the community for which they ruled".
[161] O texto em língua estrangeira é: "The people were justified by natural right in recuperating that power".

autoridade, como capitão-geral ou secretários, mesmo aqueles que anteriormente haviam demonstrado hostilidade para com a revolta indígena.

Thomson (2002, p. 155–162) explica esse aparente paradoxo da nomeação de não-índios para postos de autoridade a partir de algumas dimensões. A primeira é que de fato havia ambiguidades nos objetivos e projetos em disputa no interior da própria revolta. A segunda, que os comunários acreditavam sinceramente na possibilidade de abolição das diferenças de casta e conversão dos crioulos em legítimos membros da comunidade através da solução por eles encontrada. E a terceira, que se conecta fortemente com a segunda, é que no contexto da crise do sistema de cacicado gerado pela crescente negligência dos caciques para com seus deveres comunitários e sua parcialização para com os interesses espanhóis, as comunidades vinham redefinindo sua organização interna com maior poder para as bases (SAIGNES, 1999, p. 105; THOMSON, 2002, p. 236). Os cargos de liderança comunitária passaram a ser cada vez mais ressignificados de um privilégio concedido a uma obrigação a ser exercida para com a comunidade, em linha com o que ocorre contemporaneamente na maioria das comunidades indígena-camponesas bolivianas (ver, por exemplo, GUIMARÃES, 2010) e do que os atuais zapatistas mexicanos definem como "mandar obedecendo" (ver DUSSEL, 2007).

Para Thomson (2002, p. 162), é possível ver de forma emblemática nessas três revoltas as facetas da imaginação política indígena, variações das visões de uma utopia andina longe da opressão de castas materializando-se em projetos políticos: uma autonomia local renegociada em termos mais favoráveis à comunidade, assimilação dos crioulos e mestiços sob hegemonia cultural indígena ou extermínio violento do opressor. Essas variantes políticas de superação da ordem colonial voltariam a se apresentar com bastante força na grande revolta de 1780-1, com variações do peso no projeto adotado de acordo com cada um dos principais centros de revolta.

Em Chayanta, o cacique Tomás Katari vinha desde 1777 lutando judicialmente contra abusos do corregedor e corrupção de outros caciques. Em 1780, após viagem às cortes de Buenos Aires, Katari retornou a Chayanta e anunciou trazer ordens do vice-rei para instalar um novo governo. Ele obteve o apoio das comunidades e juntos expulsaram o corregedor e vários caciques ilegítimos e assumiram localmente o governo da região no vácuo de autoridades da coroa por eles mesmos criado. Embora Katari não tenha rejeitado a autoridade do rei espanhol, tendo mesmo zelado pela coleta e distribuição dos impostos coloniais, na prática ele instalou uma total autonomia indígena *de facto* na região de Chayanta. Com seu assassinato em janeiro de 1781, entretanto, as novas lideranças regionais deixaram fluir os

crescentes sentimentos comunitários antiespanhóis e se associaram à revolta liderada por Tupac Amaru II na região de Cusco, adotando-o como novo líder e em atitude mais claramente independentista.

José Gabriel Condorcanqui, que adotou o nome de Tupac Amaru II, por sua vez iniciara sua rebelião em paralelo aos eventos de Chayanta ao prender o corregedor de Tinta, no atual território do Peru, e passar a atuar como novo Inca. O programa político de Tupac Amaru era obter a independência da Espanha em uma aliança entre crioulos e indígenas num Império Inca restaurado. Embora ele tenha evitado inicialmente declarações diretas de rejeição do monarca espanhol, adotando um discurso ambíguo inclusive como tática para facilitar a atração dos setores crioulos, a natureza anticolonial de seu desafio era ainda mais clara que a de Tomás Katari em Chayanta. E apesar de seu fracasso em tomar a antiga capital incaica de Cusco, o apelo de sua convocatória obteve uma grande difusão regional, alcançando regiões do atual Chile, Argentina e mesmo Colômbia e parecendo em alguns momentos na iminência de conseguir atingir seus fins últimos.

Essa reverberação da revolta de Tupac Amaru e sua difusão possibilitaram que em Oruro outra interessante experiência ocorresse. Vivendo uma prolongada recessão econômica em suas minas, os crioulos orurenhos se ressentiam dos espanhóis peninsulares que controlavam os créditos necessários para a atividade mineira. Quando as comunidades indígenas da região começaram a sublevar-se contra os corregedores, a elite crioula local aproveitou-se da situação para depor as autoridades peninsulares e apontar o proeminente crioulo Jacinto Rodríguez como novo corregedor local. Habilmente, Rodríguez declarou sua adesão ao programa de Amaru e a aliança com as comunidades indígenas locais. Como um reconhecimento do poder indígena potencial, os crioulos passaram a vestir-se como indígenas e a mascar coca como na revolta de Caquiaviri uma década antes. A diferença fundamental é que neste caso a iniciativa política da aliança entre as castas partiu dos crioulos, que a fizeram sem muito entusiasmo ou real comprometimento com a causa de sua assimilação à comunidade. Tratou-se muito mais de uma tática crioula local diante da perspectiva de triunfo da revolta tupacamarista maior que naufragou diante das tensões internas locais e das crescentes dificuldades do teatro de guerra principal. Com o crescendo de demandas indígenas por maiores medidas concretas de reparação das injustiças, tais como a restituição de terras, e diante das perspectivas de vitória da Coroa sobre Tupac Amaru, os crioulos orurenhos passaram para o lado das forças realistas e os indígenas locais deixaram de distinguir entre crioulos e peninsulares na identificação do inimigo a ser combatido.

Com a captura de Tupac Amaru na Batalha de Tinta em abril de 1781 e sua posterior execução pública em maio daquele ano, o principal centro da revolta pan-andina transferiu-se mais ao sul para os arredores do lago Titicaca e proximidades de La Paz. Os sucessores de Tupac Amaru, seu primo Diego Cristóbal Tupac Amaru e seu sobrinho Andrés Tupac Amaru, aliaram-se aos aimarás de Chayanta e Sicasica e chegaram a tomar a capital provincial de Sorata, onde ainda a mesma estratégia política de incorporação dos crioulos leais à comunidade indígena foi ensaiada.

Nessa fase final da grande insurgência indígena pan-andina, destacou-se a liderança de Julián Apaza, indígena aimará da comunidade de Ayoayo, na província de Sicasica. Buscando associar-se simultaneamente a Tupac Amaru e a Tomás Katari, ele adotou o nome de guerra de Tupaj Katari[162] e liderou dois longos cercos à cidade de La Paz sem, no entanto, conseguir tomá-la. O segundo e mais extenso dos cercos começou em março de 1781 e durou 109 dias, sendo necessário o envio de reforços desde Buenos Aires para rompê-lo. Essa fase liderada por Tupaj Katari foi certamente a mais violenta da grande revolta e aquela na qual as tendências etnocêntricas indígenas estiveram mais fortemente marcadas, uma das razões pelas quais seu legado na historiografia boliviana seja tão controverso. Ao contrário de Tupac Amaru, rapidamente incorporado na historiografia peruana como um herói protoindependentista, Julián Apaza permaneceu largamente ignorado e vilipendiado na história boliviana oficial (ver THOMSON, 2002, 2003), sendo durante muito tempo apontado como um bárbaro irracional, cruel e sanguinário, epítetos frequentemente estendidos a toda a etnia aimará. Mas é preciso ressaltar que se de fato houve excessos de violência por parte de Tupaj Katari e suas tropas e se nelas esteve bastante exacerbada a polarização racial, isto foi em grande medida fruto do próprio fracasso das tentativas anteriores de aliança com os crioulos no programa original de Tupac Amaru ou na experiência de Oruro. A própria coroa espanhola contribuiu para alimentar essas animosidades ao tratar com mais clemência em suas punições aos rebeldes crioulos e mestiços à medida que ia sufocando os diferentes centros de rebelião. A política oficial espanhola foi de apontar a grande sublevação andina como uma revolta exclusivamente indígena, diminuindo nos registros oficiais o papel da participação crioula e mestiça e, assim, diminuindo também seu caráter de revolta anticolonial mais ampla do que meramente uma guerra de raças e buscando também bloquear a possibilidade de futuras cooperações entre castas (SCHWARTZ; SALOMON, 1999, p. 492).

[162] *Tupac* e *Tupaj* são grafias diferentes da mesma palavra, sendo a primeira a versão quéchua e a segunda a versão aimará. Ambas significam “resplandecente”.

O cacicado, como visto, já vinha em crescente crise de legitimidade e os abusos cometidos por muitos caciques foram parte importante do caldo que derivou na grande revolta. Embora Tupac Amaru e Tomás Katari terem sido eles mesmos caciques, a maioria dos demais caciques da região tomaram o lado das forças realistas e tiveram importante papel na derrota da sublevação. Apesar disso, muitos viram a revolta como uma conspiração de caciques e fruto de seu poder sobre as comunidades. Assim, após derrotar definitivamente a grande sublevação andina, as autoridades coloniais discutiram vigorosamente formas de reformar e reparar as instituições coloniais. As propostas variaram de planos revanchistas, buscando eliminar radicalmente todos os traços da cultura indígena e da memória pré-colonial e anexar suas terras a *haciendas* privadas, a reformas administrativas buscando reforçar, conter ou abolir o papel dos caciques como líderes comunitários. No final das contas, no entanto, a manutenção formal do sistema persistiu até o fim do período colonial, mas a devolução cada vez maior do poder real de deliberação à base da comunidade persistiu mesmo na derrota[163], fazendo do fim do século XVIII "um 'momento constitutivo' (Zavaleta) da formação política e cultural das comunidades como as conhecemos hoje"[164] (THOMSON, 2002, p. 276. Tradução nossa).

O sistema colonial como um todo entraria em sua derradeira fase de decadência no país em 1809, quando um grupo de crioulos proclamou em La Paz a independência frente à coroa espanhola. Apesar de ter sido o primeiro país sul-americano a declarar sua independência, a Bolívia acabou sendo o último deles a consolidá-la, tornando-se um país soberano apenas em 1825 após um longo e contraditório processo de lutas marcado por muitas idas e vindas. Embora após consolidada a independência a historiografia oficial tenha em grande medida retratado o processo como uma luta crioula, a participação indígena não esteve ausente nas jornadas emancipatórias (ver LARSON, 2004, p. 6). Grupos indígenas auxiliaram os exércitos libertadores, bem como também houve casos de caciques apoiando as tropas realistas e grupos mudando de lado ao longo do processo. Na republiqueta comandada por Manuel e Juana Azurduy de Padilla, na região de Chuquisaca, houve massiva participação de tropas quéchuas. Na região de Moxos, no atual departamento do Beni, por sua vez, grupos indígenas levantaram-se de maneira completamente autônoma entre 1810 e 1822 com pretensões independentistas, aproveitando-se da situação generalizada de subversão da ordem

[163] Algumas reformas chegaram a ser feitas, notadamente medidas para conter e desarticular o que havia sobrado da nobreza incaica. Tais medidas contribuíram ainda mais para essa devolução de poder às bases comunitárias (LARSON, 2004, p. 148).

[164] O texto em língua estrangeira é: "a 'constitutive moment' (Zavaleta) for the community political formation and political culture as we know them today".

colonial. Como se tratava de região periférica, fora do altiplano central, entretanto, tais levantamentos não tiveram conexão com as lutas independentistas gerais, sendo mais bem por elas totalmente ignorados, embora haja indícios muito fortes de que alguns dos líderes dessas sublevações locais estavam sim muito bem informados dos rumos de tais lutas (MESA; GISBERT; MESA GISBERT, 2008, p. 258–9; ROCA, 2011, cap. IX).

Após a consolidação da República da Bolívia, entretanto, a existência das comunidades indígenas foi vista através das lentes da ideologia liberal em moda como um resquício arcaico que deveria ser abolido para a modernização do país (LANGER, 1988). O Libertador Simón Bolívar decretou a abolição das comunidades e dos tributos e obrigações coloniais do sistema de casta, tais como o Tributo Indígena e a *mita*. Entretanto, com a economia em ruínas pelo longo conflito, os decretos tiveram que ser suspensos dada a já citada dependência do novo Estado nessa fonte de recursos.

Essa dependência induziu a uma grande continuidade no modelo sócio-político herdado da colônia, com a manutenção em geral de comunidades indígenas relativamente autônomas sob a condição do pagamento de tributos, gerando uma primeira fase republicana que Alice Guimarães (2010) chama de convivência pacífica com as comunidades indígenas até por volta de 1880. De fato, Erwin Grieshaber (1980) mostra, a partir de dados dos censos tributários de 1838, 1858 e 1877, que de modo geral as comunidades indígenas não diminuem vis-à-vis as *haciendas* privadas. Pelo contrário, em geral até aumentam sua participação proporcional no mundo agrícola boliviano. Grieshaber encontra, no entanto, que há importante variação entre os diferentes pisos ecológicos do país. Nas regiões de vales tropicais como nos Yungas de La Paz e em Cochabamba, há uma diminuição nos números absolutos de indígenas tanto de *haciendas* quanto de comunidades, mas com um declínio mais acentuado nas primeiras, enquanto no altiplano em geral há aumento em ambos os setores, com uma recuperação mais acentuada entre as comunidades, o que gera o efeito médio de crescimento proporcional comunitário em todo o país.

A partir de meados do século XIX, entretanto, novas tecnologias passam a tornar economicamente viáveis a exploração em larga escala das minas de prata até então estagnadas. A recuperação econômica proporcionada diminui gradativamente a dependência no Tributo Indígena. Ao mesmo tempo, a introdução gradual de ferrovias para o transporte dos minérios passou a valorizar terras antes de pouco valor comercial em seu trajeto. Isto gerou um duplo efeito de pressão sobre as terras comunais, na medida em que aumentou a cobiça sobre essa terra por parte dos latifundiários bolivianos e que o Estado já não possuía mais a restrição fiscal que o impelia a certa proteção tácita das mesmas.

A cobiça pelas terras comunais gerou um aumento nos conflitos fundiários bolivianos, mas foi durante o governo do general Mariano Melgarejo (1864-71) que o primeiro ataque legal de grande escala foi efetuado contra as comunidades. Como visto, em 1866 Melgarejo aprovou um decreto obrigando os comunários a comprar suas terras em um período de até dois meses, sem o qual as mesmas eram automaticamente revertidas para o Estado e posteriormente leiloadas a quem se interessasse. Esse decreto foi posteriormente complementado com uma lei de 1868 que facilitava ainda mais a aquisição de grandes porções das terras comunais ao colocar em leilão público todas as terras não adquiridas previamente pelos próprios indígenas. Entre 1866 e 1869, 356 comunidades foram violentamente revertidas e leiloadas, provocando uma série de revoltas indígenas entre 1869 e 1870, todas brutalmente sufocadas[165] (CONDARCO MORALES, 2011; GOTKOWITZ, 2007; KLEIN, 1993; LANGER, 1988; LARSON, 2004; MENDIETA, 2010; MESA; GISBERT; MESA GISBERT, 2008). Mas como também já visto, a brutalidade de Melgarejo não apenas para com os indígenas, mas também para com quaisquer opositores ou rivais e a corrupção e favorecimento de aliados e parentes na venda das terras usurpadas provocou o descontentamento de importantes setores da elite boliviana que conspiraram para derrubá-lo entre o final de 1870 e o começo de 1871. Aproveitando-se do extremo descontentamento rural para com o caudilho, os revoltosos mobilizaram as comunidades indígenas sob promessas de restituição de suas propriedades usurpadas e as tropas indígenas tiveram papel decisivo na derrubada do ditador, marcando "um divisor de águas fundamental por ser a primeira aliança política entre indígenas e não indígenas na Bolívia pós-independência"[166] (GOTKOWITZ, 2007, p. 20. Tradução nossa; ver também IRUROZQUI, 2006; LANGER, 1988; MENDIETA, 2010).

Os indígenas auxiliaram em combate às tropas das elites insurgentes, mas se aproveitaram para perseguir em paralelo seus próprios objetivos, recuperando imediatamente algumas das terras usurpadas no processo. A aliança, embora tenha sido extremamente bem-sucedida em seu objetivo de derrubar a Melgarejo, logo gerou medo e ansiedade no seio da elite face à mobilização indígena e à possibilidade de ela vir a sair de controle. Após a derrubada do "caudilho bárbaro", o tema das comunidades indígenas e da posse da terra

[165] É preciso ressaltar, no entanto, que a reação indígena aos decretos de Melgarejo não foi homogênea. A reação foi mais violenta na região do Altiplano Norte próximo à cidade de La Paz, mas houve lugares onde os indígenas sofreram a espoliação sem oferecer maior resistência e algumas regiões, como as províncias de Carangas e Paria, em Oruro, onde as terras foram compradas pelos próprios indígenas comunários (ver LANGER, 1988, p. 72–3).

[166] O texto em língua estrangeira é: "a fundamental watershed, for it was the first such political alliance between Indians and non-Indians in postindependence Bolivia".

ocupou papel de destaque na Constituinte de 1871, que reverteu os decretos de Melgarejo e confirmou a existência legal das comunidades e suas terras, declarando ilegais as vendas de terras durante o anterior governo e a devolução aos compradores do montante pago na mesma moeda utilizada. Apesar disso, como visto no capítulo 1, "a ratificação [das terras comunais] não significou necessariamente sua aprovação"[167] (GOTKOWITZ, 2007, p. 21. Tradução nossa) ideológica por parte dessa elite. A nova constituição ratificou as terras comunais por medo de uma possível sublevação indígena generalizada como a que ocorrera menos de um século antes, mas quase que imediatamente em seguida a sua aprovação começaram os debates sobre como proceder para "modernizar" o mundo rural boliviano.

A reversão das reformas liberais de Bolívar após a independência se dera, como visto, por imperativos fiscais e a anulação da usurpação de terras de Melgarejo fora feita devido a conflitos intraelite a respeito dos beneficiários e por medo de sublevação geral das massas índias. Mas ideologicamente a visão de que as comunidades representavam uma herança arcaica a impedir o desenvolvimento do país era bastante bem difundida. A transformação das terras comunais em propriedade privada era vista como um imperativo para a modernização do país. As divergências, quando havia, davam-se em torno dos métodos para sua implementação e quem deveriam ser os beneficiários. Enquanto alguns setores defendiam a incorporação das terras das comunidades às *haciendas* comerciais, com uma visão paternalista de que os fazendeiros seriam uma influência benéfica ao mundo indígena, protegendo-os de aproveitadores e influenciando-os rumo a costumes civilizados, outros promoviam uma utopia de conversão dos indígenas em pequenos proprietários rurais a partir da divisão das terras comuns em pequenas propriedades familiares (LANGER, 1988).

Foi essa segunda visão que prevaleceu em 1874 com a aprovação da Lei de Desvinculação, que reconheceu "o direito de propriedade absoluta sobre suas respectivas possessões"[168] (GOTKOWITZ, 2007, p. 25. Tradução nossa) aos indígenas por meio da emissão de títulos individuais, mas explicitamente dissolvendo as comunidades indígenas enquanto entidades juridicamente reconhecidas pelo Estado boliviano. A lei estabelecia a criação de comissões de revisitas dirigidas pelos governos departamentais encarregadas da medição e divisão das terras comunais para a emissão dos títulos individuais e a reversão ao Estado das "terras sobrantes", terras comunais ociosas pelo método de cultivo com rotação de terras. Apesar de sua aplicação não ter sido imediata, variando por regiões e exigindo peças complementares de legislação regulatória nos anos seguintes, a aprovação da Lei de

[167] O texto em língua estrangeira é: "ratification did not necessarily mean approval".
[168] O texto em língua estrangeira é: "right of absolute property in their respective possesions".

Desvinculação marca o início da transição definitiva dessa primeira etapa republicana de coexistência com as comunidades indígenas rumo a uma segunda fase de ataques cada vez mais frontais às mesmas, visando sua extinção (GOTKOWITZ, 2007; GUIMARÃES, 2010; LANGER, 1988; LANGER; JACKSON, 1997; LARSON, 2004).

2.3 – Tentativas de extinção e resistência comunitária: da grande ofensiva republicana à crise do sistema oligárquico

Como relata Laura Gotkowitz (2007, p. 19. Tradução nossa), as políticas bolivianas acerca dos índios

> foram moldadas e remoldadas pelo que acontecia no campo quando o governo se imiscuía nas comunidades indígenas [...]. Apesar de os políticos se comprometerem em eliminar a posse comunal de terras e as próprias comunidades indígenas, uma e outra vez eles tinham que admitir publicamente que não podiam[169].

Assim, também a aplicação da Lei de Desvinculação que deveria ter sepultado definitivamente as comunidades se viu matizada pelos limites do possível diante da resistência e da ação política indígena.

Como mencionado, o processo foi levado adiante de maneira e em tempos desiguais entre as diferentes regiões bolivianas e em alguns lugares como nos vales de Cochabamba a aceitação da titulação individual foi maior que em outras[170], mas como regra geral houve resistência também a esse lado da lei. A aplicação generalizada da nova legislação começa em

---

[169] O texto em língua estrangeira é: "were shaped and reshaped by what happened in the ground […]. Although politicians vowed to eliminate communal landholding and the Indian community itself, time and again they had to admit publicly that they couldn't".

[170] De acordo com Gotkowitz (2007, p. 33–4), inexistiam no vale cochabambino da época grandes comunidades remanescentes (ver nota 158), o que teria facilitado a aceitação da titulação individual (ver também LANGER, 1988; LANGER; JACKSON, 1997). Ademais, os camponeses cochabambinos teriam aproveitado a oportunidade aberta pela lei para adquirir terras de *haciendas* da região que viviam um longo processo de decadência e subdivisão fundiária que vinha desde fins da colônia, criando na região um importante setor camponês de pequenas propriedades, o que terá importantes repercussões em momentos posteriores. Apesar disso, é importante ressaltar que "a aceitação de títulos não significava necessariamente o reconhecimento da propriedade privada" (GOTKOWITZ, 2007, p. 34. Tradução nossa) [O texto em língua estrangeira é: "the acceptance of individual titles did not necessarily equal the recognition of private property"] e diante de ataques posteriores a suas terras no início do século XX, teriam se insurgido coletivamente contra a usurpação, mobilizando os próprios títulos individuais em defesa de sua "comunidade política". Como argumenta Mark Thurner (1993), "comunidades" indígenas se reproduziram mesmo no interior de *haciendas* através da resistência dos próprios camponeses que lograram reproduzir seus sentidos culturais e práticas tradicionais por sobre o suposto papel "civilizador" e ocidentalizante das *haciendas* comerciais (ver também GOTKOWITZ, 2007, p. 152). Será essa mesma resistência que permitirá em grande medida a persistência de comunidades indígenas na Bolívia contemporânea mesmo apesar da sindicalização e campesinização promovidas pelo MNR após a Revolução de 1952 (ALBÓ, 1999; GUIMARÃES, 2010; RIVERA CUSICANQUI, 1987).

1880, impulsionada pelas crescentes necessidades fiscais trazidas pela Guerra do Pacífico (1879-84) e a possibilidade de geração de receitas com a venda das terras sobrantes. Apesar do reconhecimento pela lei das terras ocupadas, o processo de revisitas foi extremamente marcado por abusos, fraudes e coerção direta sobre muitas comunidades como forma de usurpar-lhes as terras, o que aumentou a resistência às mesmas. Os protestos indígenas crescentes levaram o governo boliviano a diluir o alcance da lei por duas vezes. Na primeira, em 1881, um decreto permitiu a emissão de títulos de terras coletivos, conhecidos como "*proindiviso*", desde que as comunidades assim optassem de maneira unânime. Na segunda, uma lei de 1883 retirou do alcance das revisitas as terras comunitárias consolidadas por *cédulas de composición*, títulos de posse emitidos antes da independência por autoridades coloniais (GOTKOWITZ, 2007, p. 34–5; LARSON, 2004, p. 219–21; ver também MENDIETA, 2010).

Embora esses recuos legais tenham criado mecanismos que muitas comunidades viriam a utilizar habilmente na defesa de suas terras, foi mantida a abolição legal das comunidades enquanto entidades jurídicas de representação corporativa frente ao Estado. A Lei de Desvinculação estabelecia que os indígenas deveriam cuidar pessoalmente de seus interesses ou nomear apoderados legais para lhes representar. Mas ao não proibir que esses apoderados pudessem ser eles mesmos indígenas, acabou abrindo uma nova brecha por onde os indígenas puderam lutar por seus direitos. Como visto no capítulo 1, muitas comunidades nomearam como seus apoderados a membros das comunidades que ocupavam cargos tradicionais de mando e que passariam a se organizar em redes de apoderados indígenas (GOTKOWITZ, 2007; MENDIETA, 2010). Na prática, apesar de extintas *de jure*, as comunidades que conseguiam resistir à usurpação de suas terras continuaram, de certa forma, existindo *de facto*, com os apoderados servindo de elo representativo frente ao Estado como antes tinham servido os caciques.

Ao contexto de agitação no campo em resistência ao crescente processo de usurpação das terras comunais se sobrepuseram conflitos intraelites entre o nascente Partido Liberal, em grande medida representante dos interesses da elite de La Paz em ascensão[171], e do dominante

[171] Costuma-se simplificar a contradição de interesses entre as elites de La Paz e as do Sul do país como a oposição entre os interesses da mineração de estanho (La Paz) e prata (Sul). Embora seja verdade que após a consolidação da hegemonia pacenha sob a vitória do Partido Liberal a mineração de estanho tenha se tornado a mais importante atividade econômica do país, James Dunkerley (2006) contesta essa simplificação apontando o fato de que as jazidas de estanho e prata frequentemente apareciam juntas, ou muito próximas. Além disso, Marta Irurozqui (1994, p. 74) mostra como a elite pacenha inicia seu processo de acumulação hegemônica no conflito intraelites por uma combinação de maior diversificação econômica do departamento e da pouca influência da interrupção dos laços com a economia chilena provocados pela Guerra do Pacífico em sua economia, já que estava mais vinculada ao Sul do Peru. Isto lhe permite, a partir de 1887, ir aumentando

Partido Conservador, representante dos interesses das elites do Sul do país centrados na mineração da prata em processo de decadência. "A partir da década de 1880 a oposição liberal centrou sua estratégia eleitoral para ganhar a presidência no controle do espaço municipal e no desenvolvimento de uma retórica federalista"[172] (IRUROZQUI, 2006, p. 38. Tradução nossa). Além disso, os liberais se aproveitaram do descontentamento no campo para fazer proselitismo com promessas atraentes como a restituição de terras comunais (CONDARCO MORALES, 2011; GOTKOWITZ, 2007; IRUROZQUI, 1994; LARSON, 2004; MENDIETA, 2010). Enquanto o apelo da restituição de terras entre os indígenas era óbvio, é importante ressaltar que o federalismo também apelava às comunidades, pois devido ao persistente grau de autonomia e autogoverno entre as comunidades

> os indígenas haviam considerado os municípios como uma fórmula representativa capaz de conciliar o [princípio moderno] liberal com suas demandas corporativas [...] [e] a proximidade do municipalismo com os ditames federais lhes fez tomar consciência de que seu definitivo reconhecimento público nacional passava por voltar a reinventar sua utilidade ao Estado na qualidade de articuladores locais [...] que conseguiriam [...] enquanto membros de municípios nacionais [autonômos][173] (IRUROZQUI, 2006, p. 39. Tradução nossa).

Os liberais estabeleceram alianças com a rede de apoderados indígenas que se organizava sob a liderança máxima de Pablo Zárate Willka e quando em 1899 resolveram buscar o poder através das armas essa aliança se mostrou decisiva para o sucesso da empreitada. Embora se saiba pouco acerca da vida pregressa de Zárate Willka, sabe-se que pelo menos desde 1896 ele desfrutava da amizade e convívio pessoal do então líder máximo dos liberais, coronel José Manuel Pando, e que quando da eclosão do conflito sua influência sobre as comunidades indígenas e a rede de apoderados se estendia significativamente. Zárate Willka

> tinha se consolidado como um líder aimará culto, viajado e amplamente respeitado mediando conflitos agrários em diferentes comunidades, peticionando políticas em defesa de comunários oprimidos e tecendo redes políticas e de parentesco ao longo do altiplano. Sua

progressivamente sua renda departamental vis-à-vis o resto do país. Por sua vez, a elite regional do Sul, centrada em Chuquisaca, possuía pouca diversificação econômica e estava extremamente atrelada ao Chile, tendo sofrido bastante com a interrupção desses laços durante a guerra e posteriormente com a queda internacional nos preços da prata decorrentes da adoção do padrão-ouro.

[172] O texto em língua estrangeira é: "A partir de la década de 1880 la oposición liberal centró su estrategia electoral para ganar la presidencia en el control del espacio municipal y en el desarrollo de una retórica federalista."

[173] O texto em língua estrangeira é: "los indígenas habían considerado a los municipios como una fórmula representativa capaz de conciliar lo liberal con sus demandas corporativas […] la cercanía del municipalismo con los dictados federales, les hizo tomar conciencia de que su definitivo reconocimiento público nacional pasaba por volver a reinventar su utilidad al Estado en calidad de articuladores locales […] que gestionarían […] en tanto miembros de municipios nacionales".

> figura não era a de nenhum herói acidental gerado pelas circunstâncias da guerra[174] (LARSON, 2004, p. 231. Tradução nossa).

Os Liberais mobilizaram as tropas indígenas como vanguarda militar e escudo defensivo. Servindo sempre como uma primeira barreira entre o núcleo de suas tropas e o exército constitucional, as tropas indígenas forneceram uma imensa vantagem tática ao ocultar as movimentações das tropas insurgentes e fornecer-lhes um poderoso efeito surpresa capaz de compensar a enorme desvantagem em poder bélico de que dispunham no início do conflito (CONDARCO MORALES, 2011; DUNKERLEY, 2006, p. 95–6; IRUROZQUI, 1994, cap. III). Embora, como visto, a mobilização de tropas auxiliares indígenas já houvesse ocorrido contra Melgarejo em 1870, durante a chamada Guerra Federal de 1899 a profundidade da aliança foi muito maior. Zárate Willka recebeu o título de general do exército federal sublevado e era interpelado como legítimo líder das hostes indígenas. Além disso, a própria organização e articulação indígena eram muito maiores e mais amplas, fruto do processo de politização e aprendizado gerado, entre outras coisas, pela participação naquele processo e nas demais sublevações mais regionalmente localizadas nas menos de três décadas que separam 1870 de 1899 (CONDARCO MORALES, 2011; IRUROZQUI, 2000b; MENDIETA, 2010).

O movimento indígena liderado por Zárate Willka aprendera das frustrações de promessas descumpridas e dessa vez possuía uma agenda mais ambiciosa e articulada, embora também portadora de importantes ambiguidades. Por um lado, o caudilho indígena portou-se como leal aliado dos Liberais e por diversas vezes atuou como verdadeira força moderadora das tropas indígenas sublevadas no tocante ao respeito à propriedade dos aliados liberais e de restrição ao uso de violência como vingança por abusos sofridos (CONDARCO MORALES, 2011; LARSON, 2004; MENDIETA, 2010). Por outro, atuava com a pompa e o garbo de um verdadeiro chefe de Estado, um protopresidente da "República de Índios" sublevada.

Devido à falta de registros históricos confiáveis a respeito, não há total certeza quanto aos objetivos últimos dos indígenas, e muito menos quantos desses objetivos eram promessas formais oferecidas pelos Liberais por sua participação e quantos eram demandas autonomamente formuladas e perseguidas por eles (CONDARCO MORALES, 2011). A imprensa da época relata demandas por

> restituição das terras de origem; proteção oficial nas disputas com os donos de ex-comunidades usurpadas e controle fiscal sobre o sistema de tributos; pelo reconhecimento das

[174] O texto em língua estrangeira é: "had already established himself as a widely respected, well-traveled, literate Aymara leader, mediating land conflicts in different communities, petitioning politicians on behalf of aggrieved *comunarios*, and spinning kinship and political webs across the *altiplano*. This figure was no accidental hero spawned by the circumstances of war".

> patentes militares dos líderes rebeldes indígenas, pela conversão de fincas em comunidades, pela subjugação das castas dominantes ante as nacionalidades originárias e pela constituição de um governo indígena (IRUROZQUI, 2000b, p. 98. Tradução nossa).

Mas é preciso ressalvar que essa não é uma fonte totalmente confiável devido à parcialidade da imprensa da época e a sua impregnação por conceitos racistas depreciativos em relação aos indígenas. Se as demandas relativas à terra e recuperação de comunidades são autoevocativas e sua presença entre os objetivos indígenas parece lógica, o suposto objetivo de "subjugação das castas dominantes", por sua vez, parece muito mais fruto do medo patente de uma elite politicamente dominante, mas demograficamente minoritária de uma iminente e catastrófica "guerra de raças" à qual o indígena seria, em sua visão, naturalmente propenso.

Quanto ao estabelecimento de um governo indígena, o conceito é suficientemente ambíguo para que possa ser ao mesmo tempo verdadeiro e mais um elemento mobilizado pela imprensa para alarmar contra o risco da "guerra de raças". Ele bem poderia referir-se à ratificação do autogoverno existente no interior das comunidades com ou sem o seu encadeamento em um projeto federal de país, à participação efetiva dos indígenas no futuro governo pós-revolucionário juntamente aos aliados Liberais ou à tomada efetiva do poder central pelos indígenas em detrimento das minorias brancas.

Marta Irurozqui (2000a, p. 380–1, b, p. 98–9) reconhece ser impossível afirmar com certeza a natureza exata do projeto indígena mais amplo de 1899. Por um lado, segundo ela, haveria indícios de que os indígenas liderados por Zárate Willka buscariam uma espécie de atualização do sistema de "duas repúblicas", com um aprofundamento de sua autonomia comunal interna e a agregação dos direitos republicanos básicos aos quais não tinham acesso. Por outro, seria possível inferir que o objetivo maior fosse o de participar ativamente da moldagem da vida política nacional, sendo incorporados como cidadãos ativos mesmo que isso levasse com o tempo à perda da distinção étnica indígena. Ela chama atenção para o fato de que ambos não são necessariamente incompatíveis um com o outro em um primeiro momento e que dada a complexidade e diversidade no interior do movimento indígena, é possível inferir que ambos tenham estado presentes em graus diversos e com maior ênfase variável de acordo com a circunstância, embora ela se incline pessoalmente pela prevalência mais geral da segunda hipótese.

Brooke Larson, por sua vez, ressalta as ambiguidades da própria figura de Zárate Willka, "preso nas redes de seu próprio passado e identidade como um líder indígena na sociedade pós-colonial"[175]. Embora tenha se mantido leal à causa dos aliados liberais, ele teria

[175] O texto em língua estrangeira é: "caught on the barbs of his own past and identity as an Indian leader in postcolonial society".

"tomado ações radicais de subversão da ordem moral e simbólica de opressão étnica"[176] (LARSON, 2004, p. 237–8. Tradução nossa) como a ordem para que crioulos e mestiços de localidades tomadas por suas tropas se vestissem à moda indígena e mascassem coca como prova de lealdade, tal como ocorrera mais de um século antes nas sublevações de Caquiaviri (1771) e algumas regiões da grande sublevação andina de 1780-1. Para Larson (2004, p. 238), a agenda de Zárate Willka "abraçava um tipo de 'federalismo' antenado com as aspirações indígenas de autonomia, igualdade e respeito cultural"[177]. Para Pilar Mendieta (2010), entretanto, não há dúvidas de que o exército indígena de Zárate portou-se na guerra como fiel aliado das tropas federais e que as ações tomadas em seu curso como a ocupação de *haciendas* e sua reconversão forçada em terras comunais não eram mais do que a busca dos indígenas por garantir a implementação de sua demanda central no pacto político firmado entre a rede de apoderados e o Partido Liberal e que ações simbólicas como o uso de indumentária indígena não eram assim tão incomuns nos povoados rurais vizinhos às comunidades como demonstração de boa fé.

Especulações acerca dos contornos exatos de sua agenda à parte, o fato é que se tratou de um amplo movimento indígena, extremamente complexo e bem articulado cujo papel militar foi fundamental para a vitória Liberal, mas que acabou traído pelos mesmos e por muito tempo teve sua importância para a vitória diminuída pela história oficial. Após a vitória sobre o exército constitucional, os Liberais aprisionaram Zárate e outros 288 líderes indígenas acusando-os de planejar e promover a famigerada "guerra de raças", aproveitando-se de dois incidentes para a acusação, o massacre de Mohoza e a insurreição de Peñas. No primeiro, tropas liberais tinham sido aprisionadas por um bloqueio indígena e posteriormente executadas na localidade de mesmo nome, enquanto no segundo, indígenas da localidade de Peñas saquearam as propriedades rurais da região, redistribuíram terras, executaram várias pessoas e proclamaram ao líder indígena Juan Lero como presidente local.

Ramiro Condarco Morales (2011) relata que após o massacre de Mohoza, os Liberais já haviam tomado a decisão de abandonar os compromissos para com os indígenas e temiam o crescimento do poder e liderança de Zárate Willka, mas continuaram a utilizar-se de seus serviços até o momento em que ficou clara sua vitória sobre o exército constitucional. Para Ximena Soruco (2011), os liberais teriam se utilizado do espantalho da "guerra de raças" e a punição aos líderes indígenas para consolidar a vitória na guerra civil, atraindo o apoio dos

[176] O texto em língua estrangeira é: "he also took radical actions to subvert the moral and symbolic order of ethnic oppression".

[177] O texto em língua estrangeira é: "His agenda embraced a kind of 'federalism' attuned to indigenous aspirations of autonomy, equality, and cultural respect."

antigos inimigos pelo medo da sublevação indígena mesmo com a traição de bandeiras relativas a aliados do setor crioulo da sociedade, como a promessa de federalização do país.

Essa posição é respaldada pelo relato de Pilar Mendieta (2010), segundo quem o massacre de Mohoza tinha entre suas causas desavenças internas entre lideranças liberais, que teriam levado uma importante liderança liberal local a incitar os indígenas contra as tropas aliadas, fazendo-lhes crer tratar-se de tropas do exército constitucional para vingar-se de um líder rival que com elas vinha para assumir o cargo que ele ocupava. A permanência da lealdade dos indígenas que promoveram o massacre à causa federal seria comprovada, segundo ela, pelo fato de que alguns dos seus principais líderes teriam continuado a participar do conflito e a seguir as ordens militares dadas pelos Liberais até sua vitória final. Quanto a Peñas, Mendieta ressalta o fato de que muitas das autoridades locais depostas pelo cacique Juan Lero em sua proclamação de autogoverno eram elas mesmas indígenas ricos de quem os comunários se ressentiam pela ruptura das regras e estruturas comunais (ver também LANGER, 2009, p. 548), além do fato de que o autogoverno proclamado poderia facilmente ser explicado em uma chave federalista adaptada a usos e costumes locais. Longos processos judiciais se estenderam sobre os dois incidentes (embora outros incidentes sangrentos da guerra tenham sido rapidamente esquecidos) e a maioria dos líderes indígenas presos foram executados, assassinados ou morreram na prisão[178], efetivamente abortando esse potencial momento constitutivo de superação das bases raciais de exclusão do Estado boliviano.

Após o fim da guerra civil, o movimento indígena decapitado de muitas de suas principais lideranças entrou em um período de refluxo. Entretanto, os novos detentores do poder estatal logo iniciariam um novo e agressivo ciclo de usurpação de terras comunais que exigiria a sua rearticulação. O Partido Liberal no poder buscou "modernizar" o Estado através da construção de uma importante rede de ferrovias conectando a Bolívia ao exterior e que teve como efeito secundário abrir muitas terras comunais anteriormente localizadas em lugares de difícil acesso ao assédio dos latifundiários. Entre 1905 e 1915, "ao contrário do período de usurpação de fins do século XIX, que se concentrou em cantões onde *haciendas* já existiam, a segunda fase envolveu incursões em áreas onde as comunidades permaneciam fortes"[179]

[178] O próprio Pablo Zárate, acusado de participação tanto no caso Mohoza quanto no de Peñas (embora não estivesse presente em nenhum dos dois) teria sido preso e morrido em circunstâncias não esclarecidas, sendo a versão mais aceita a de que teriam forjado uma tentativa de fuga sua para executá-lo e livrar-se desse incômodo ex-aliado.

[179] O texto em língua estrangeira é: "Unlike the late-nineteenth century period of appropriation, which focused in cantons where haciendas already existed, the second phase entailed incursions into areas where communities remained strong".

(GOTKOWITZ, 2007, p. 46. Tradução nossa), o que fez com que o campo voltasse a ser foco de renovadas mobilizações indígenas.

As comunidades ameaçadas reconstruíram a rede de apoderados indígenas e expandiram-na, articulando-se nacionalmente para a defesa de suas terras comunais e na demanda por direitos e educação. O ano de 1914 é considerado um marco fundamental do movimento que viria ser conhecido como o dos caciques apoderados. No ano anterior, o fim da construção de uma linha férrea conectando a província pacenha de Pacajes (atualmente Gualberto Villarroel) ao Oceano Pacífico tornou as terras da região vulneráveis ao assédio dos fazendeiros.

> Quando o dono de uma *hacienda* vizinha começou a usurpar terras do *ayllu* Ilata, o índio originário Martín Vásquez decidiu viajar a Lima, Peru, em busca de títulos coloniais de composição para confirmar os direitos fundiários da comunidade nos termos da lei de 1883[180] (GOTKOWITZ, 2007, p. 46–7. Tradução nossa).

Ao retornar a La Paz em março de 1914, ele convocou uma assembleia na rua Sagárnaga, no centro da capital, à qual teriam comparecido 100 delegados de La Paz, Potosí, Sucre e Cochabamba para deliberar sobre os manuscritos que teria recuperado e que marca o início deste importante movimento.

Os caciques apoderados tinham no litígio judicial sua principal arma de luta, utilizando-se de interpretações estratégicas das lacunas legais geradas pela sobreposição de leis coloniais e republicanas para a defesa de suas terras, embora também apelassem a ações mais diretas de protesto. As grandes sublevações indígenas de Jesus de Machaca (1921)[181] e Chayanta (1927)[182] tiveram participação direta de envolvidos com o movimento dos

[180] O texto em língua estrangeira é: "When a neighboring hacienda owner began to intrude on the land o ayllu Ilata, the Indian originario Martín Vásquez set off for Lima, Peru, in search of colonial composition titles to confirm the community's land rights in line with the 1883 law".

[181] A sublevação de Jesus de Machaca (La Paz) foi liderada por Faustino e Marcelino Llanqui, ambos professores rurais locais e envolvidos com o cacique apoderado Santos Marka T'ula, que conseguiram mobilizar cerca de 4000 aimarás contra os repetidos abusos do corregedor local, Luis Estrada, em um contexto já acentuado de exploração e espoliação de terras comunais. O estopim teria sido a morte por inanição de um indígena encarcerado e abandonado na prisão local. No dia 12 de março de 1921, os aimarás sublevados tomaram o povoado, queimaram várias casas e mataram ao corregedor Estrada, sua família e outros treze dignitários locais, após o quê teriam nomeado seu próprio corregedor e autoridades locais. O então presidente, Bautista Saavedra, que chegara ao poder em 1920 com apoio de comunidades aimarás da região, não hesitou em enviar tropas e encerrar violentamente o conflito, massacrando um número não determinado de indígenas, incluindo mulheres e crianças. As tropas aproveitaram ainda para roubar cabeças de gado e arrasar as propriedades e terras indígenas, antes de prender cerca de 70 supostos líderes, incluindo os irmãos Llanqui (DUNKERLEY, 1984, p. 24; MESA; GISBERT; MESA GISBERT, 2008, p. 444–5; ver também GOTKOWITZ, 2007; HYLTON; THOMSON, 2007).

[182] A sublevação de Chayanta (Potosí) teve como motivos os mesmos tradicionais abusos e maus tratos por parte dos corregedores locais e seu catalisador foi a aceleração da usurpação de terras comunais provocada pela valorização das terras da região após a inauguração da ferrovia Sucre-Potosí. Cuidadosamente planejada pelos líderes indígenas, a revolta propriamente dita começou em 15 de julho de 1927 quando milhares de indígenas ocuparam as montanhas da região desde onde atacavam as *haciendas* locais. A revolta durou cerca de dois meses e o governo precisou mobilizar várias unidades do exército até conseguir conter a rebelião. Embora

apoderados, mas ainda no ano de 1914, revoltas ocorreram em várias comunidades após a célebre assembleia da rua Sagárnaga, incluindo na Pacajes natal de Vásquez, o que resultou em sua prisão acusado de sedição. Embora ele tenha sido posteriormente liberado por falta de provas, a liderança de Vásquez sobre o movimento já começara a ser questionada, visto que ele não era nem mesmo uma liderança estabelecida de sua própria comunidade e havia se aproximado demasiado de aliados não indígenas que lhe assessoravam em questões legais, o que começou a gerar certas suspeitas a seu respeito na base do movimento. Vásquez afastou-se então do movimento, mas não sem antes nomear ao cacique Santos Marka T'ula como seu sucessor (GOTKOWITZ, 2007; HYLTON; THOMSON, 2007). Juntamente ao educador aimará Eduardo Leandro Nina Qhispi, que começará a se destacar no movimento nos anos 1920, eles seriam os principais líderes da rede de caciques apoderados.

Embora seja um movimento surgido eminentemente a partir de demandas e necessidades do próprio movimento indígena-comunitário, a rede de caciques apoderados recebeu influências e conectou-se de maneira significativa a mudanças na conjuntura mais ampla. O ano de 1914 marca também o início do fim da hegemonia do Partido Liberal e conflitos intraelite que levariam à fundação do Partido Republicano. Em seu conflito com os Liberais a quem visavam substituir, os Republicanos inúmeras vezes prestaram assistência aos caciques apoderados em sua luta contra a usurpação de terras em regiões dominadas por latifundiários Liberais e receberam a adesão e apoio eleitorais dos mesmos[183]. Além disso, os caciques apoderados continuaram buscando e se aproveitando de apoios de advogados e escrivães progressistas não-indígenas e dos nascentes movimentos estudantis e trabalhistas de esquerda que começaram a surgir nos centros urbanos do país por volta dos anos 1920 (ALBÓ, 1999, p. 782–3; GOTKOWITZ, 2007; MENDIETA, 2010). O movimento indígena havia efetivamente se "nacionalizado" e aprendera a utilizar-se dos conflitos intrapartidários da elite como forma de melhor avançar suas demandas (IRUROZQUI, 2000a, b), buscando alianças táticas com distintos partidos e parlamentares e organizações urbanas. Os caciques apoderados "submetiam petições a todos os níveis de governo, publicavam artigos em jornais

também contida *manu militari* com brutalidade, o então presidente Hernando Siles decretou, em outubro, a anistia dos indígenas aprisionados durante o conflito, atitude até então inédita na história do país (DUNKERLEY, 1984, p. 24–5; MESA; GISBERT; MESA GISBERT, 2008, p. 445; ver também GOTKOWITZ, 2007; HYLTON; THOMSON, 2007).

[183] E, de maneira semelhante à efetuada pelo Partido Liberal com relação a seus aliados indígenas liderados por Willka, também o Partido Republicano ao chegar ao poder com Bautista Saavedra (1921-25) será o responsável por esmagar brutalmente a rebelião de Jesus de Machaca em 1921, bem como seu sucessor Hernando Siles (1926-30), já rompido com Saavedra e tendo fundado o Partido Nacionalista, seria o responsável por esmagar a rebelião de Chayanta de 1927 (embora, surpreendentemente, anistiando posteriormente os indígenas aprisionados).

nacionais, imprimiam seus próprios informes, distribuíam leis, se reuniam com representantes governamentais e criavam instituições cívicas"[184] (GOTKOWITZ, 2007, p. 51. Tradução nossa) buscando não apenas resistir a novas usurpações, mas também recuperar territórios perdidos e demandar justiça, direitos e serviços.

Mas embora Irurozqui (2000a, b) enfatize esse lado de "incorporação" do movimento indígena à política nacional mais ampla em detrimento da manutenção de sua diferença "tradicional" étnica, chegando mesmo a afirmar que o principal desejo indígena era "tornar-se parte do projeto liberal de homogeneização"[185] (IRUROZQUI, 2000b, p. 114. Tradução nossa), é preciso ressaltar que o movimento dos caciques apoderados foi na verdade uma mistura heterogênea desses dois lados. A própria aposição do nome "caciques" juntamente ao termo legal de "apoderados" denota uma tentativa deliberada de recuperação da identidade étnica. Desde 1874 com a Lei de Desvinculação a figura jurídica das comunidades não existia e mesmo antes dela, ainda no século XVIII como visto, a figura dos caciques como intermediários entre o Estado e as comunidades já entrara em severa crise. E, no entanto, de maneira geral a nova rede de apoderados se apresentava como caciques, buscando recuperar essa figura étnica de mando, embora ressignificada pelas próprias transformações que a crise do cacicado trouxera para as configurações do poder comunal. Apesar de que vários dos caciques apoderados tenham buscado afirmar sua descendência sanguínea dos caciques coloniais através de registros genealógicos recuperados simultaneamente aos títulos de propriedade, a natureza de sua autoridade vinha do bom cumprimento de suas obrigações comunais, e não de sua nobreza hereditária.

As duas facetas do movimento – sua busca por efetiva incorporação à república e sua valorização da tradição étnica – podem ser bem apreciadas na distinção entre os dois principais líderes, Marka T'ula e Nina Qhispi. O primeiro foi um dos pioneiros em reclamar descendência direta da antiga nobreza indígena e dedicava importantes porções de sua retórica na valorização de sua distinção étnica. O segundo, por sua vez, jamais utilizou para si o título de cacique, apresentando-se sempre como apoderado geral e com um discurso muito voltado para o reconhecimento e respeito das instituições e tradições republicanas. Mas apesar dessa diferença, ambos compartilharam os mesmos objetivos e táticas e eram figuras muito mais complexas do que sua divisão dicotômica entre um líder "tradicional" e outro "moderno" poderiam supor. Marka T'ula cultivou laços próximos ao sindicato urbano de raízes

[184] O texto em língua estrangeira é: "submitted petitions to all levels of government, published articles in national newspapers, printed their own bulletins, distributed laws, met with government officials, and created civic institutions".
[185] O texto em língua estrangeira é: "to become part of the Liberal homogenisation project".

anarquistas Federação Operária Local (FOL) e defendia uma identidade política abrangente capaz de incluir tanto aos indígenas rurais quanto urbanos. Já Nina Qhispi via no reconhecimento dos territórios indígenas e sua autonomia comunal um caminho para que a república pudesse superar seus conflitos e avançar verdadeiramente rumo ao progresso, ligando a solidariedade indígena a visões de harmonia intercultural (GOTKOWITZ, 2007, p. 48–50). A classificação tácita do movimento dos caciques apoderados como uma simples busca por incorporação à sociedade hegemônica é demasiado simplificadora, posto que se dá concomitantemente a uma importante busca pela alteração das bases dessa própria sociedade.

> E ao mesmo tempo em que se comprometiam com a construção e o pertencimento à nação, silenciosamente os caciques apoderados construíam elementos vitais de seu próprio Estado dentro do Estado. Eles nomeavam autoridades cantonais e departamentais, criavam escolas e promulgavam leis. Os caciques não apenas criavam escolas clandestinas [...] mas imitavam a estrutura, selos e regulamentos do Ministério de Instrução. E eles não apenas divulgavam leis; de certo modo [através de uma interpretação criativa das lacunas da lei] eles criavam seus próprios códigos legais[186] (GOTKOWITZ, 2007, p. 96. Tradução nossa).

O advento da Guerra do Chaco (1932-35), entretanto, teve efeitos devastadores sobre a organização da rede de caciques apoderados. O movimento foi diretamente reprimido pelo então presidente Daniel Salamanca (1931-34) que o classificou de comunista e antinacional. Santos Marka T'ula foi acusado em 1933 por um tribunal militar por incitação à revolta entre colonos das *haciendas* e Nina Qhispi foi preso em 1934 e condenado a seis anos de prisão por supostamente estar de posse de propaganda comunista (tratava-se de um compêndio de leis e decretos acerca da questão agrária). Além disso, o grosso das tropas de vanguarda foi composto por indígenas quéchuas e aimarás caçados em suas comunidades e alistados à força pelas forças armadas bolivianas. "O índio não foi convocado ao exército; ele foi sequestrado. Havia regimentos sem nenhuma função a não ser capturar camponeses indígenas relutantes para servir à nação"[187] (MALLOY, 1970, p. 73. Tradução nossa). O governo deu ainda poderes aos fazendeiros de escolher arbitrariamente dentre seus colonos e enviá-los como soldados. Embora muitos tenham buscado ocultar os indígenas de suas terras para não perder mão de obra, também aproveitaram para enviar à frente de combates àqueles tidos como lideranças ou mais rebeldes.

---

[186] O texto em língua estrangeira é: "And so just as they pledged to help build and belong to the nation, quietly the caciques apoderados constructed vital elements of their own state within the state. They appointed cantonal and departmental authorities, established schools, and promulgated laws. The caciques not only created clandestine schools [...] but mimicked the structure, seals, and orders of the Ministry of Instruction. And they did not simply circulate laws, in a sense [through a creative interpretation of the legal gaps] they fashioned their own legal codes".

[187] O texto em língua estrangeira é: "The Indian was not drafted into the army; he was hijacked. There were regiments which did nothing but round up reluctant Indian peasants to serve their nation"

Os tumultos naturais da guerra também desorganizaram significativamente as redes de articulação dos caciques apoderados e a draconiana legislação antissindical e anticomunista adotada por Salamanca privou-lhes de aliados e interlocutores urbanos. O período de guerra também resultou em novos ataques contra terras comunais, na medida em que fazendeiros aproveitavam-se da ausência de comunários enviados aos campos de batalha para anexar suas terras (GOTKOWITZ, 2007). A guerra também foi particularmente dura com os indígenas das terras baixas, já que as ações militares se davam em zonas dessa macrorregião. Sobretudo sobre os guaranis, vistos com extrema desconfiança e tratados como potenciais traidores devido ao fato de sua língua ser correntemente falada nas zonas rurais do outro lado da fronteira, no Paraguai, mesmo entre não-indígenas (ALBÓ, 1999, p. 795; POSTERO, 2007, p. 45)[188].

Após a guerra, entretanto, o lócus primordial de mobilizações deslocou-se para os centros urbanos, com os milhares de ex-combatentes que migraram para as cidades após o conflito e os novos sindicatos fabris e mineiros que se formaram. Mas apesar de seu viés urbano, o novo regime do chamado Socialismo Militar (1936-39) também daria as bases para o novo ciclo de mobilizações rurais que se iniciaria nos anos 1940. Inicialmente, o regime focaria sua política indígena na criação de escolas-modelo rurais cujo objetivo primordial seria o de "civilizar" os índios e inculcá-los hábitos de higiene e técnicas de trabalho agrícola, mas que acabaram servindo de foco de mobilizações indígenas, como a escola rural de Ucureña fundada em 1936 e que propiciaria a fundação de um sindicato rural em 1939 (ver LARSON, 2003; MALLOY, 1970). Uma ação material concreta no setor que deve ser destacada, no entanto, foi um programa experimental de redistribuição de terras da fazenda Santa Clara, então administrada por um monastério que arrendava as terras a colonos, conduzido pelo então presidente coronel David Toro em Cliza, na região do vale de Cochabamba. Em abril de 1936, pouco antes do início de seu governo, havia sido fundado ali o primeiro embrião de sindicato rural, com importantes desdobramentos futuros (ver MALLOY, 1970, p. 74 e 89; COSTA NETO, 2005, p. 93; GIULINO, 2009, p. 100–1).

Durante os debates da Assembleia Constituinte de 1938[189], entretanto, propostas mais radicais de reestruturação do mundo rural chegaram a ser discutidas, incluindo propostas de reforma agrária e de restituição e até mesmo expansão de terras comunais (GOTKOWITZ,

[188] Há registros de contatos entre os guaranis do Chaco boliviano e o movimento dos caciques apoderados. Lideranças guaranis teriam viajado a La Paz alguns anos antes do início da guerra em busca de audiências com o presidente em defesa de suas terras e teriam se reunido com Leandro Nina Qhispi. O conflito bélico com o Paraguai, entretanto, teria abortado essa embrionária tentativa de articulação entre os indígenas do altiplano e os guaranis (ver ALBÓ, 1999, p. 795).

[189] Na qual, pela primeira vez, participou como deputado um camponês indígena (ver KLEIN, 1966, p. 263).

2007, p. 123–4; KLEIN, 1966, p. 269 e 274–5, 1969, p. 284). Contudo, os resultados finais plasmados na nova carta magna foram bem mais moderados, incluindo apenas um capítulo de três artigos sobre o "Campesinato" no qual se aludia a leis futuras a serem promulgadas regulando as questões indígenas e agrárias, se ratificava a política de educação rural através de escolas-modelo e restaurava o reconhecimento legal das comunidades indígenas, anteriormente revogado desde a Lei de Desvinculação de 1874. Além disso, a constituição repetia em seu preâmbulo uma disposição da Constituição de 1880 que proibia a escravidão no país, agregando-lhe, no entanto, a proibição da prestação de serviços pessoais forçados sem consentimento.

> Embora o artigo não mencionasse explicitamente o *pongueaje*[190] (serviço doméstico prestado aos fazendeiros), isto não era preciso: as comunidades locais dariam esse salto por si mesmas. [...] A Constituição e outras leis do socialismo militar deram aos colonos das *haciendas* uma poderosa linguagem com a qual falar de seus direitos enquanto trabalhadores [apesar de sua ambiguidade e moderação][191] (GOTKOWITZ, 2007, p. 127. Tradução nossa).

Nos anos que se seguiram ao fim do Socialismo Militar o campo boliviano voltaria a ser palco de um crescendo de mobilizações que marcariam a consolidação da crise terminal do regime vigente iniciada, pelo menos, desde a Guerra do Chaco. Em geral, a literatura sobre o período enfatiza a mudança nas formas de mobilização indígena de movimentos de resistência comunal a movimentos centrados nos colonos das *haciendas* e que incorporavam cada vez mais táticas e formas de organização sindical (ver ALBÓ, 1999). De fato, crescem significativamente em todo o país as greves de colonos no início dos anos 1940 em protesto contra abusos e a exploração, certamente influenciadas pela aproximação cada vez maior entre sindicatos, partidos e militantes urbanos e o mundo rural. Mas mantiveram-se, também, as práticas de petições legais por direitos e cidadania herança do movimento dos caciques apoderados. Como ressalta Gotkowitz (2007, p. 132. Tradução nossa), "os movimentos rurais pós-Guerra do Chaco frequentemente mesclavam a categoria 'trabalhador' com o termo índio.

---

[190] "'Pongo' vem do termo quéchua *pukurina* ou *punku puerta* (porteiro); era usado [...] porque o pongo dormia ao pé da porta, no espaço reservado aos cachorros" [O texto em língua estrangeira é: "'Pongo' stems from the Quechua term *punkurina* or *punku puerta* (doorman); it was used [...] because the pongo slept in the doorway, the spot reserved for a dog". Grifos no original]. Embora o *pongueaje* fosse um sistema antigo de prestação de serviços não remunerados pelos peões das fazendas, o termo somente passou a ser amplamente utilizado no pós-Chaco, pois foi tomado pelos políticos reformistas da nova geração "para exemplificar a miséria servil das *haciendas*, bem como o atraso da nação e seu duradouro colonialismo" [O texto em língua estrangeira é: "to exemplify the misery of hacienda servitude as well as the nation's backwardness and its enduring colonialism"] (GOTKOWITZ, 2007, p. 137. Tradução nossa).

[191] O texto em língua estrangeira é: "The article did not explicitly mention *pongueaje* (domestic service for a landlord), but it did not have to: local communities would make that leap themselves […] the Constitution and other military socialist laws gave hacienda colonos a powerful language with which to talk about their rights as workers [despite their ambiguities and moderation]". Grifo no original.

A classe tornou-se preeminente, mas não apagou a etnia"[192], pois mesmo no interior das *haciendas* muitas vezes se preservaram e reproduziram as estruturas comunais de organização e os cargos tradicionais de mando (ver THURNER, 1993). Os conflitos nas *haciendas* no período, de maneira semelhante à resistência comunal do ciclo anterior, "revolviam ao redor de questões de autonomia política e econômica e de representação"[193] (GOTKOWITZ, 2007, p. 153. Tradução nossa).

2.4 – "Eu os faço meus representantes": o sindicalismo "camponês", da interlocução subordinada à reemergência étnica autônoma

O ciclo de greves rurais do início dos anos 1940 era um sinal da agônica crise de hegemonia do modelo político vigente, que ficaria ainda mais patente quando em dezembro de 1943 o major Gualberto Villarroel, apoiado pela organização militar secreta Razão da Pátria (RADEPA) e o jovem partido Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), derrubou o presidente Enrique Peñaranda e iniciou um governo claramente modelado no experimento anterior do Socialismo Militar.

Seu governo duraria pouco menos de três anos (dezembro de 1943 a julho de 1946) e dentre as várias tímidas reformas ensaiadas no período o fato que o marcaria mais decisivamente seria a celebração do Congresso Indígena de 1945 (GOTKOWITZ, 2003, 2007; KLEIN, 1969, 2003; MALLOY, 1970; RIVERA CUSICANQUI, 1987). Inserido no contexto da crescente preocupação indigenista latino-americana inaugurada com o Congresso Indigenista Interamericano celebrado em Pátzcuaro, México, em 1940, o congresso boliviano teve como importante particularidade a massiva participação direta de delegados indígenas, em contraste com a maioria de intelectuais e profissionais não índios ligados à temática nos demais congressos do gênero.

O próprio congresso de Pátzcuaro, considerado um marco fundamental do indigenismo latino-americano (BENGOA, 2007; FAVRE, 1998), havia sido originalmente planejado para ocorrer em La Paz em 1939, mas acabou sendo adiado para o ano seguinte e teve sua sede mudada. As preparações para a conferência e os debates em torno de sua

[192] O texto em língua estrangeira é: "post-Chaco War rural movements often merged the category 'worker' with the term Indian. Class became prominent, but it did not efface ethnicity".
[193] O texto em língua estrangeira é: "revolved around questions of economic and political autonomy and representation".

agenda, entretanto, já haviam começado no país. Em grande medida, a agenda proposta incluía os temas mais controversos da questão rural e indígena discutidos, mas não resolvidos durante a constituinte de 1938, tais como reforma agrária, revisão dos limites das terras comunitárias etc (GOTKOWITZ, 2007, p. 161). Apesar do cancelamento do congresso interamericano, sua agenda continuou a ser discutida em meio à grande efervescência política dos anos pós-Chaco e com o apoio da Confederação Sindical de Trabalhadores da Bolívia (CSTB) e federações estudantis, em 1942 foi celebrado um encontro entre indígenas quéchuas na cidade de Sucre e um segundo e terceiro encontros entre indígenas quéchuas, mais uma vez apoiados por organizações urbanas, aconteceriam na mesma cidade em 1943 e 1944.

Villarroel claramente se inspirou nos trabalhos do Instituto Indigenista Interamericano sediado no México para a convocação do Congresso Indígena de 1945, mas o presidente recebera também pressões de base que definiram significativamente os seus contornos. De acordo com Gotkowitz (2007, p. 197–208), o Comitê Indigenal Boliviano, organização não-governamental fundada em 1938 ou 1939, teve influência decisiva na convocação do congresso. Formado por indígenas e alguns aliados, o Comitê aproveitou-se da abertura do governo em busca de aliados para seu regime político para reunir-se com Villarroel em setembro de 1944 em La Paz e convencê-lo da convocação do congresso. A entidade teria então "roubado a iniciativa" do governo na preparação do encontro, aproveitando-se do vago apoio oficial recebido para chancelar material próprio anunciando o vindouro congresso e sua agenda (ver também TÓRREZ *et al.*, 2013, p. 42–4).

O material incluía extensas alusões a heróis e símbolos oficiais bolivianos tais como os libertadores Bolívar e Sucre, o ex-presidente durante o Socialismo Militar Germán Busch e fotos do próprio encontro de 1944 com Villarroel no palácio presidencial, juntamente a símbolos indígenas como as ruínas de Tiwanaku, e foi amplamente distribuído nos distritos indígenas do país convocando ao iminente congresso. O Comitê Indigenal, assim, converteu a realização do Congresso Indígena em um virtual fato consumado com sua ação, que mesclava uma profissão de lealdade ao governo e à pátria com uma ação autônoma para garantir seus interesses diretos. O governo, com alguma relutância pela dimensão que ganhavam as mobilizações em torno da realização do congresso, chancelou-o para fevereiro de 1945, mas em janeiro resolveu postergá-lo. Em fins de janeiro, no entanto, cerca de 1000 indígenas de províncias de La Paz, Cochabamba, Oruro e Potosí compareceram a La Paz surpreendendo a Villarroel, que concordou em receber informalmente seus representantes e definiu finalmente a realização do congresso para maio do mesmo ano.

Embora os resultados oficiais do mesmo tenham sido relativamente limitados – quatro decretos estabelecendo o fim do *pongueaje* e da proibição da circulação de indígenas por certas áreas das cidades, exigência do estabelecimento de escolas nas propriedades rurais e a promessa de elaboração de um código trabalhista agrário; não se tocou no tema do acesso à terra no documento oficial – o simples fato de que era a primeira vez em que os índios eram tratados pelo próprio presidente como sujeitos políticos e interlocutores válidos já lhe conferiu magnitude transcendente (e valeu ao governo intensas críticas por parte da oposição). Como afirma Silvia Rivera, o "impacto ideológico do conclave indígena, realizado na sede de governo e na presença de suas mais altas autoridades foi, talvez, mais importante que qualquer das medidas adotadas"[194] (1987, p. 50. Tradução nossa; ver também GOTKOWITZ, 2003).

Assim como na Constituinte de 1938, o Congresso Indígena de 1945 chegou a debater temas mais abrangentes e de alcance mais radical como a reforma agrária[195], mas a natureza ambígua do próprio regime e as resistências da elite, que já se enojara o suficiente com a própria presença dos delegados indígenas no centro de poder do país, impediram sua promulgação. Entretanto, Villarroel em seu discurso de boas-vindas aos delegados havia declarado como seu objetivo fazer dos delegados indígenas representantes do Estado e garantidores da execução das leis ao retornarem para suas comunidades (GOTKOWITZ, 2003, 2007, p. 192). Estes, por sua vez, de fato teriam um importante papel de difusão dos decretos de Villarroel no campo boliviano. Mas assim como os Caciques Apoderados haviam feito décadas antes, não seriam meros difusores da interpretação jurídica oficial e sim agentes ativos na sua interpretação e na aplicação não apenas da letra fria e limitada dos decretos, mas do que eles acreditavam ser seu verdadeiro alcance.

Munidos da legitimidade simbólica que a interpelação direta de Villarroel lhes havia conferido enquanto atores políticos, os delegados indígenas retornaram ao campo como representantes do Estado e executores *de facto* dos decretos, tal qual o presidente retoricamente havia incitado, aumentando a tensão rural entre indígenas e fazendeiros. Com a derrubada e linchamento de Villarroel em 1946, assumiu a presidência o conservador Enrique Hertzog que, no entanto, não revogou os decretos e chegou mesmo a ordenar aos *prefectos* departamentais garantir sua aplicação (GOTKOWITZ, 2007, p. 235–6), provavelmente em

[194] O texto em língua estrangeira é: "The ideological impact of this Indian conclave, held at the seat of government and in the presence of its highest authorities was perhaps more important than any of the measures it adopted".

[195] Hernán Siles Zuazo, fundador do MNR e futuramente presidente da Bolívia por duas ocasiões (1956-60 e 1982-85), em um discurso no Congresso Indígena amplamente difundido pelo rádio chegou mesmo a afirmar que a terra deveria pertencer a quem a trabalha (GOTKOWITZ, 2007, p. 221).

reconhecimento da força mobilizatória indígena e numa tentativa de assegurar alguma paz social. A oligarquia rural, entretanto, se recusava a cumpri-los e com "a morte de Villarroel, os *hacendados* buscaram reimpor sua hegemonia no campo"[196] (GOTKOWITZ, 2007, p. 236. Tradução nossa), aumentando a tensão que levaria ao grande ciclo de insurreições rurais de 1947.

> No fim de 1946, os habitantes de Curigua (Cochabamba), Tarvita (Chuquisaca) e Topohoco (La Paz) se rebelaram. De janeiro a março de 1947, a agitação se espalhou para Aygachi, Pucarani e Los Andes em La Paz e para a província de Ayopaya no altiplano de Cochabamba. Em Oruro e nos vales, ela atingiu os habitantes de Eucaliptus, Aroma, Mohoza, Challa, Tapacarí e Arque. Por volta de julho daquele ano, a rebelião tinha se espalhado através das províncias de Ingavi, Pacajes, Los Andes, Larecaja e Yungas em La Paz; Cercado em Oruro; San Pedro de Buena Vista, Charcas e Carasi em Potosí; Ayopaya, Misque, Aiquile, Arque, Cliza e Tapacarí em Cochabamba; Azurduy, Padilla, Sud Cinti e Zudañes em Chuquisaca e várias *haciendas* nos vales de Tarija [...] Nas palavras do presidente Hertzog, foi 'a mais séria rebelião indígena de nossa história'[197] (RIVERA CUSICANQUI, 1987, p. 55. Tradução nossa).

É preciso ressaltar, no entanto, que não se tratou de uma rebelião organizada sob um comando unificado, com rebeliões coordenadas ou simultâneas. As formas de rebelião, inclusive, variaram significativamente em cada localidade, consistindo muitos casos apenas em conflitos menores com explosões localizadas de violência, mas segundo Silvia Rivera (1987, p. 56–7), seria possível identificar dois tipos principais de revolta: em localidades com menos atrito interétnico e estruturas mais abertas de mercado, como nos vales de Cochabamba, as revoltas tomaram a forma predominante de greves trabalhistas e recusa em cumprir com as obrigações de *pongueaje* no interior das *haciendas*; onde havia maiores tensões entre as fronteiras de *haciendas* e comunidades remanescentes e maior tensão interétnica entre as cidades e a zona rural circundante, como no altiplano, as insurreições tomaram a forma predominante de cercos e assédio às *haciendas*, com choques violentos ocorrendo sempre que os fazendeiros convocavam as autoridades locais para romper os cercos.

---

[196] O texto em língua estrangeira é: "With the death of Villarroel, hacendados sought to reimpose their hegemony in the countryside".

[197] O texto em língua estrangeira é: "In late 1946, the inhabitants of Curigua (Cochabamba), Tarvita {Chuquisaca) and Topohoco (La Paz) rebelled. From January to March 1947, the agitation spread to Aygachi, Pucarani and Los Andes in La Paz and to Ayopaya province in the heights of Cochabamba. In Oruro and in the valleys, it reached the inhabitants of Eucaliptus, Aroma, Mohoza, Challa, Tapacari and Arque. By July of that year, the rebellion had spread through the provinces of Ingavi, Pacajes, Los Andes, Larecaja and Yungas in La Paz; Cercado in Oruro, San Pedro
de Buena Vista, Charcas and Carasi in Potosi, Ayopaya, Misque, Aiquile, Arque, Cliza and Tapacari in Cochabamba; Azurduy, Padilla, Sud Cinti and Zudanes in Chuquisaca and several large estates in the Tarija valleys. In the words
of President Hertzog, it was 'the most serious Indian uprising in our history'".

De todos os centros de revolta, a rebelião de Ayopaya em fevereiro de 1947 foi a que ganhou mais destaque "devido a sua magnitude e ressonância"[198] (GOTKOWITZ, 2007, p. 237. Tradução nossa) e por ser "onde se registraram os mais violentos choques"[199] (RIVERA CUSICANQUI, 1987, p. 57. Tradução nossa). Entre 3 mil e 10 mil indígenas armados teriam se sublevado, matado a pelo menos dois fazendeiros, forçado vários outros a fugir e ocupado e saqueado várias fazendas e vilas. Os indígenas efetivamente tomaram para si o poder local, representando dessa forma "muito mais que uma luta contra a exploração trabalhista e abusos. Ela também encarnou um processo de empoderamento político e confrontação através do qual a comunidade substituiu os representantes locais do Estado por suas próprias autoridades"[200] (GOTKOWITZ, 2007, p. 243. Tradução nossa). Embora em escalas menores, também em muitos outros centros de conflito essa mesma dimensão de apropriação do poder local por parte de colonos e comunários indígenas pôde ser percebida, fazendo do ciclo de rebeliões de 1947 um sintoma da crescente crise de poder estatal em curso pelo menos desde o Chaco.

O Congresso Indígena de 1945 teria sido um marco do "início de uma nova forma de relação entre o Estado e tais populações [indígenas que] inaugurou um processo de institucionalização estatal" (GUIMARÃES, 2010, p. 87) e, nesse sentido, "as revoltas [de 1947] foram em grande medida produto de um processo de construção estatal sobre o qual o próprio Estado tinha controle incompleto"[201] (GOTKOWITZ, 2007, p. 236. Tradução nossa), iniciado pelas tímidas reformas de Villarroel, mas apropriadas e resignificadas na prática pelas ações dos próprios indígenas. O novo modelo de reconhecimento dos indígenas enquanto interlocutores válidos e potenciais representantes da autoridade estatal no mundo rural, entretanto, somente se consolidaria após a Revolução de 1952. Mas a aproximação definitiva entre os líderes indígenas e o MNR, que lideraria a revolução, foi em grande medida uma consequência não antecipada dessa mesma apropriação indígena autônoma dos decretos de Villarroel no ciclo de 1947. Com a repressão estatal aos indígenas sublevados, muitos líderes foram presos ou exilados em programas de colonização forçada em áreas remotas do país. Ali, entrariam em contato com diversos líderes do MNR presos após o putsch fracassado de 1949 (ver capítulo 3), originando as primeiras "células agrárias" do

[198] O texto em língua estrangeira é: "for its magnitude and ressonance".
[199] O texto em língua estrangeira é: "the most violent clashes".
[200] O texto em língua estrangeira é: "much more than a struggle against labor exploitation and abuse. It also embodied a process of political empowerment and confrontation whereby the community substituted its own authorities for the state's local representatives".
[201] O texto em língua estrangeira é: "the [1947] revolts were very much the product of a state-making process over which the state itself had incomplete control".

partido e que teriam importante influência nos rumos iniciais e na consolidação da revolução em 1952 (GOTKOWITZ, 2003, 2007; HYLTON; THOMSON, 2007).

Embora a Revolução de 52 tenha consolidado esse novo modelo de interpelação subordinada e seja frequentemente acusada por sua cooptação do movimento indígena e sua negação de seu caráter étnico, convertendo-os em "camponeses" (ALBÓ, 1999; GUIMARÃES, 2010; RIVERA CUSICANQUI, 1987), algumas questões precisam ser matizadas. A primeira é que as próprias tensões no campo que vinham se acumulando não apenas na década de 1940, mas também desde a resistência dos Caciques Apoderados algumas décadas antes, foram condições de possibilidade fundamentais para o próprio triunfo revolucionário, na medida em que foram minando os fundamentos da ordem senhorial em que se sustentava a sociedade boliviana. Embora a historiografia da Revolução frequentemente negligencie a participação indígena camponesa[202], enfatizando em seu lugar a participação dos trabalhadores mineiros e milícias urbanas,

> tão logo a revolução triunfou, camponeses e indígenas começaram a fazer petições nas quais demandavam terras, reduções tributárias, um código trabalhista e escolas. Distritos rurais tornaram-se foco de greves e por volta do fim de 1952 o campo estava envolto em violência[203] (GOTKOWITZ, 2007, p. 269. Tradução nossa; ver também KOHL, JAMES V., 1978 para uma excelente análise das ações e reações camponesas à Revolução e as distintas formas que tomou ao longo do país.).

Em grande medida, a lei de reforma agrária promulgada pelo MNR em 1953 foi uma chancela oficial a e uma tentativa de recuperar o controle sobre uma situação que já vinha se desenrolando a partir da ação autônoma de colonos e comunários que aproveitaram a grande janela de oportunidades aberta pela revolução para recuperar terras.

Com relação à subsunção da identidade étnica (indígena) à identidade de classe, de fato houve um favorecimento por parte do MNR a essa forma de interpelação que muito tinha a ver com a visão do partido (que era também uma visão de época muito difundida internacionalmente) acerca da necessidade de construir uma cultura nacional mais homogênea. Na política de distribuição de terras, a legislação da reforma agrária aprovada pelos revolucionários de fato privilegiou a distribuição de parcelas individuais, mas a lei reconhecia também a possibilidade de titulação coletiva através de títulos *proindiviso*. Além disso, mantinha o reconhecimento jurídico das comunidades remanescentes em linha com as provisões já adotadas na Constituição de 1938, bem como a restituição de terras comunais

---

[202] Aníbal Quijano (1967), por exemplo, supõe que as ações camponesas teriam começado após 52 por instigação das mobilizações esquerdistas urbanas. James Malloy (1970, p. 164) também afirma que os camponeses indígenas não desempenharam qualquer papel em 1952.

[203] O texto em língua estrangeira é: "as soon as the revolution triumphed, peasants and Indians began to lodge petitions in which they demanded land, tax reductions, a labor code, and schools. Rural districts soon became the site of strikes, and by the end of 1952 the countryside was enveloped in violence".

usurpadas por *haciendas* (embora limitasse essa recuperação às terras usurpadas a partir de 1900) (GOTKOWITZ, 2003, p. 280; ver também KLEIN, 1993, p. 158–9).

Assim, apesar das preferências explícitas do MNR por um tipo de reforma agrária, sua concretização nos moldes propostos pelo partido não estava garantida a priori e análises da cooptação do movimento indígena levada adiante após a reforma agrária devem tomar cuidado para não cair na negação da agência consciente dos próprios indígenas. Afinal, as posições conservadores bolivianas durante muito tempo defenderam o sistema de *haciendas* como uma necessidade diante da suposta incapacidade indígena de atuar racionalmente em defesa de seus próprios interesses, o que os tornaria presa fácil de aproveitadores. Não reconhecer o papel dos próprios indígenas na montagem do novo modelo seria igualmente reputá-los por incapazes de tomar decisões próprias, populações vulneráveis necessitadas de alguma tutela.

Cesar Soto (1994) considera inclusive que parte significativa do sucesso na implantação desse modelo de interlocução subordinada se deve a que ele atualizaria, de certa forma, o pacto de reciprocidade entre Estado e indígenas descrito por Tristán Platt (1982) através do qual o primeiro garantiria a posse de terras em troca da prestação de uma contrapartida: tributos e trabalhos nas épocas incaica, colonial e de princípios da república; apoio político no modelo ensaiado por Villarroel e consolidado pelo MNR após a revolução. Assim, o pacto teria funcionado sobretudo porque "a linguagem do Estado era a língua do campesinato"[204] (SOTO, 1994, p. 35. Tradução nossa).

Sem negar a grande força de alavancagem possuída naquele momento pelo Estado revolucionário em moldar os rumos do movimento através da repressão à dissidência e a distribuição de benefícios (terras e recursos) através de suas redes de clientelismo, é preciso reconhecer que parte importante dos rumos nos quais se consolidou o movimento indígena no período pós-revolucionário deve-se às respostas e decisões estratégicas tomadas pelo próprio movimento a partir de sua heterogeneidade de interesses e contradições internas. Por exemplo, no altiplano de Cochabamba comunidades das províncias de Arque e Tapacarí resistiram ao sindicalismo do MNR e na busca pela recuperação de suas terras comunais entraram em conflito com camponeses dos vales vizinhos que almejavam as mesmas terras. A demanda pelas mesmas remontava à descoberta de títulos coloniais pelos Caciques Apoderados nas décadas de 1910 e 1920, mas como esse conflito fundiário tinha por adversário outros camponeses, e não senhores de terras, os camponeses dos vales a trataram

[204] O texto em língua estrangeira é: "el lenguaje del Estado era el lenguaje del campesinado".

por reacionária e o conflito terminou no confronto aberto entre os comunários das terras altas e milícias dos camponeses do vale, resultando na "supressão de um movimento por um tipo bem diferente de reforma agrária"[205] (GOTKOWITZ, 2007, p. 281. Tradução nossa).

Com sua política de reforma agrária, o MNR buscou construir um modelo de relações entre o Estado e o campo em que os sindicatos camponeses funcionassem como agentes estatais na zona rural, verdadeiras correias de transmissão subordinadas aos interesses da nação em uma rede clientelista. A ideia de cidadania no novo Estado estava fortemente atrelada ao pertencimento a um sindicato, intermediário entre a participação política local e o partido e, através deste, do governo nacional. Embora bastante bem-sucedida[206], com os sindicatos camponeses eventualmente se convertendo na forma predominante de organização do mundo rural, eles não se converteram na única forma de organização rural, nem se apresentaram no país inteiro como uma experiência homogênea.

> Com a exceção dos vales cochabambinos, na maioria das zonas rurais do país o sindicato coexistiu e se articulou, em diferentes formas e graus, com as formas tradicionais de autoridade indígena-comunitária. Como resultado, embora o setor camponês tenha mantido por décadas um alto nível de articulação através do formato sindical, tal formato sempre teve uma relação tensa com as estruturas comunais e as formas tradicionais de organização [...] com a emergência de híbridos que permitiriam, uma vez mais, a persistência de formas indígenas de organização social e política (GUIMARÃES, 2010, p. 93).

Assim, embora a política oficial de interpelação das comunidades rurais pelo Estado privilegiasse sua identidade de classe camponesa através dos sindicatos que os representavam, mesmo onde essa forma de organização fora aceita continuaram a se reproduzir, no interior de muitos sindicatos, os elementos culturais e políticos da distinção étnica indígena (RIVERA CUSICANQUI, 1987, p. 97–8). E apesar do decorrente relativo ocultamento oficial da "questão indígena" durante muitos anos, "a 'campesinização' não foi apenas uma imposição, mas também uma decisão estratégica – destinada a reverter estigmas – de grande parte dos habitantes do campo, em um contexto mundial menos propenso à 'diversidade' das identidades"[207] (STEFANONI, 2010a, p. 115. Tradução nossa).

---

[205] O texto em língua estrangeira é: "suppression of a very different kind of land reform".

[206] É preciso ressaltar, no entanto, que as tentativas de controle dos sindicatos rurais por parte do MNR nunca foram completamente bem-sucedidas, persistindo em diferentes variações conforme a região do país um enorme grau de autonomia do sindicato local frente às federações camponesas regionais ou nacional e frente ao Estado. O MNR tinha que renegociar frequentemente sua influência nos assuntos rurais locais controlados pelo sindicato utilizando-se como intermediários de "chefes políticos" locais, pessoas de certo poder e influência junto aos caciques sindicais (autoridades *de facto* na área) e com acesso ao partido central, que mediavam a concessão de benesses clientelistas à localidade (MALLOY, 1970, cap. 10; ver também DUNKERLEY, 1984, p. 100).

[207] O texto em língua estrangeira é: "la 'campesinización' no sólo fue una imposición sino también una decisión estratégica - destinada a revertir estigmas - de gran parte de los habitantes del campo, en un contexto mundial menos proclive a la 'diversidad' de las identidades".

Dado o forte estigma pejorativo em torno do termo "índio" em uma sociedade marcada pelos preconceitos raciais, a adoção por grande parte dos indígenas da identidade camponesa incentivada pelo governo foi naquele momento uma importante decisão tática na busca de alguma superação das dificuldades impostas por esse preconceito racial. Tal como Bolívar buscara, quando da independência do Peru, reverter estigmas raciais ao converter a todos em "peruanos" (ver ANDERSON, 2006), a campesinização promovida pelo MNR tinha no contexto da época um inegável efeito progressista equivocadamente negligenciado pela crítica contemporânea operada a partir de valores então inexistentes. De qualquer maneira, como relata Stefanoni (2010b, p. 96), as ambiguidades da política de campesinização do MNR fizeram com que os números oficiais de indígenas bolivianos aumentassem, em vez de diminuir. Para efeitos dos censos, até 1900 o termo "indígena" era uma categoria tributária que designava apenas aos contribuidores do tributo indígena, mas já no censo de 1950 (ainda antes, portanto, da revolução) se operara uma fusão com o termo camponês que fez com que saltassem os números de indígenas: em dois departamentos de relativamente baixa população indígena em 1900, Cochabamba e Chuquisaca, passou-se de respectivos 22% e 37% de indígenas naquele censo para 75% e 77% de camponeses em 1950. Ao mesmo tempo, a revalorização da cultura boliviana autóctone por parte do regime, com a folclorização de festas e músicas populares e a reivindicação oficial pela primeira vez dos líderes anticoloniais aimarás como precursores da independência boliviana fornecia, desde o Estado, subsídios à manutenção da indianidade por parte dos camponeses (ver também WESTON JR., 1968, p. 99).

Irurozqui (2000b) já mostrara como na virada do século XX existia nos movimentos indígenas uma crescente tendência à incorporação na vida política nacional mesmo à custa de sua "indianidade" (embora não necessariamente incongruente com sua manutenção). Se talvez seja precipitada a avaliação da autora de que esta era a tendência predominante já a partir da sublevação de Zárate Willka, ao menos em parte significativa do movimento dos Caciques Apoderados ela de fato se manifestava com força. Além da questão da terra, é preciso recordar que as principais demandas dos Caciques e dos movimentos indígenas posteriores eram por direitos e pela instalação de escolas em suas comunidades e Faustino Llanqui, proeminente membro do movimento e um dos líderes da rebelião de Jesus de Machaca em 1921, declarara que "No futuro os camponeses não seremos como agora. Vamos a ser como os q'aras, usando sapatos, usando o modelo de suas roupas, também vamos saber ler e falar o

espanhol, seremos pensadores"[208] (apud. IRUROZQUI, 2000b, p. 113. Tradução nossa). É possível inferir que tal tipo de sentimento estivesse ainda mais difundido nos anos 1950 e no contexto de um governo revolucionário que oferecia terras, educação e cidadania (ainda que limitada, mas de qualquer forma muito mais avançada que qualquer outra até então experimentada) não é difícil compreender sua tão rápida aceitação e difusão pela maior parte do campo.

A estrutura de mediação montada pelo MNR, entretanto, não foi capaz de dar conta do extremo faccionalismo no interior do partido e aos conflitos entre camponeses de diferentes regiões pelo acesso a terras e mercados. Em Cochabamba, por exemplo, rivalidades entre o sindicato rural de Cliza e o de Ucureña derivaram em um longo conflito conhecido como "*Ch'ampa Guerra*" entre 1959-64. Como forma de contornar, na interlocução com os sindicatos, as disputas entre as facções do partido e como recurso para pacificar os conflitos intersindicais, o MNR passara a utilizar-se cada vez mais das forças armadas reconstruídas durante o governo de Siles Zuazo (1956-60). Através da Ação Cívica, programa assistencial de inspiração estadunidense criado em 1960 para ajudar materialmente à população (e em especial aos camponeses), o governo passou a utilizar-se das forças armadas como intermediárias entre o governo e a distribuição das benesses, o que foi gradativamente aproximando-as do campesinato e fortalecendo a influência dos militares dentro do próprio governo.

Quando o general René Barrientos pôs fim à *Ch'ampa Guerra*[209], este foi mais um fator de fortalecimento da instituição castrense e de prestígio pessoal do próprio Barrientos que viria a ser apontado como candidato vice-presidencial junto a Paz Estenssoro para as eleições de 1964 devido, sobretudo, à exigência e pressão dos sindicatos camponeses. No dia 9 de abril de 1964, aniversário da revolução, seria assinado em Ucureña acordo entre a célula militar do MNR e as federações camponesas intitulado "Pacto de Unidade Paz-Barrientos" no qual os subscritos se comprometiam a combater doutrinas extremistas, garantir paz social e defender seus interesses sociais, políticos e econômicos. Após sua assinatura, passou a ser prática dos sindicatos camponeses mencionar o pacto em todos os pronunciamentos e comunicados oficiais. Em 1965, já durante a ditadura militar de Barrientos, o acordo passou a

[208] O texto em língua estrangeira é: "En el futuro los campesinos ya no vamos a ser como ahora. Vamos a ser como los q'aras, usando zapatos, usando el modelo de sus ropas, también vamos a saber leer y hablar el español, seremos pensadores".

[209] Para controlar o que se tornava uma cada vez mais séria guerra civil camponesa, Siles Zuazo declarara a região dos vales cochabambinos como zona militar e encomendara às forças armadas a solução do conflito, que se estenderia ainda ao longo do segundo governo de Paz Estenssoro (ver DUNKERLEY, 1984, p. 101; MALLOY, 1970, p. 240; 272–3).

ser mencionado como o Pacto Militar-Camponês (PMC), nome com o qual ficaria efetivamente conhecido (SOTO, 1994; ver também DUNKERLEY, 1984).

O PMC consolidou a subordinação do movimento indígena camponês, embora esta tenha ocorrido em graus distintos nas várias regiões do país (RIVERA CUSICANQUI, 1987, p. 106). Sua coluna vertebral localizou-se em Cochabamba, onde ademais a própria estrutura de representação sindical melhor se adaptara graças a suas características demográficas e fundiárias, como maior mestiçagem, antiga e consolidada presença de pequenas propriedades agrárias, menor presença de estruturas tradicionais de poder comunal e melhor acesso ao mercado devido à proximidade geográfica aos principais centros consumidores[210]. Mas mesmo essa subordinação não era totalmente incondicional, já que implícito ao PMC estava uma obrigação do governo das forças armadas de zelar pelos interesses do campesinato e cumprir com os programas da Ação Cívica, transformada na prática no programa de políticas públicas do PMC (SOTO, 1994, p. 16). Assim, por exemplo, quando em 1968 Barrientos propôs a criação de um imposto sobre a propriedade agrária, foi forçado a suspender a medida diante da resistência camponesa (RIVERA CUSICANQUI, 1987, p. 106–7), bem como a política de desarmamento das milícias rurais por ele promovida desde o início do governo teve que ser executado a meias, diante da resistência camponesa em se desarmar (SOTO, 1994, p. 13–14). De qualquer forma, o PMC buscou e conseguiu em grande medida destruir os laços de vinculação horizontal do movimento camponês, na medida em que cada sindicato vinculava-se de maneira primordial às forças armadas (e através delas, ao Estado) em uma relação vertical de tipo clientelista (SOTO, 1994, p. 17).

As primeiras fissuras do PMC começam na tentativa frustrada de criação do imposto agrário por Barrientos, quando alguns sindicatos de La Paz e Oruro repudiam oficialmente o pacto e formam o Bloco Independente Camponês (BIC). O BIC não adquire maior transcendência política, permanecendo incapaz de formular um projeto alternativo e bastante isolado de quaisquer bases sociais mais amplas, sendo sua principal importância apenas o fato de ter sido a primeira dissidência pública ao PMC (SOTO, 1994, p. 24). Em 1969, com a morte de Barrientos os sindicatos camponeses apoiam a derrubada de seu vice-presidente civil, Adolfo Siles Salina, e a tomada do poder pelo general Alfredo Ovando, que ratifica a vigência do PMC. Apesar de seu governo significar uma guinada de rumo político em relação ao de Barrientos, com mais políticas de corte nacionalista e anti-imperialista, os sindicatos rurais continuam apoiando-o em nome do PMC. Apenas com a maior radicalização à

[210] Ver notas 156, 158 e 170.

esquerda e tentativas de aproximação com a COB levadas a cabo por seu sucessor, Juan José Torres (1970-71), é que tais sindicatos viriam a se afastar do governo, voltando, no entanto, à posição de apoio após sua derrubada e a ascensão do general Hugo Banzer em 1971.

Entretanto, apesar de Banzer ter no início de seu governo declarado a plena vigência do PMC e nesses termos ter sido aclamado como líder máximo dos camponeses em várias cerimônias através do país (SOTO, 1994, p. 28), suas políticas econômicas liberalizantes começaram a gerar atritos no pacto já em 1972. Dois anos depois, em 1974, Banzer lançaria novo pacote econômico com medidas que acabavam ou reduziam o subsídio a vários gêneros alimentícios e gerou fortes protestos e bloqueios de estradas pelos camponeses de Cochabamba, especialmente em Tolata e Epizana. Invocando o PMC, os camponeses exigiam a presença do presidente em pessoa para negociar tal como costumava ocorrer com Barrientos. Banzer, no entanto enviou tropas e tanques e ordenou abrir fogo. Silvia Rivera (1987, p. 121) relata que quando os tanques chegaram, os camponeses puseram-se alegres pensando que o presidente vinha atender suas demandas e ficaram atônitos quando as tropas começaram a disparar. O "Massacre do Vale", como os incidentes ficaram conhecidos, são apontados como o fim efetivo do PMC (ver também DUNKERLEY, 1984; SOTO, 1994; STEFANONI, 2010b).

O fim do pacto, por sua vez, permitiu a consolidação de uma renovação no movimento indígena que vinha se ensaiando desde fins da década de 1960 e começo de 1970. Como já mencionado, o primeiro partido indígena boliviano fora fundado em 1962 por Fausto Reinaga, mas não teve qualquer relevância política direta ou base social importante, sendo mais propriamente um projeto pessoal do próprio Reinaga que não obteve o sucesso por ele esperado. Seus escritos, entretanto, tiveram importância ao fornecer bases ideológicas ao movimento que viria a ser conhecido como Katarismo (RIVERA CUSICANQUI, 1987, p. 114).

Com todas as suas limitações e contradições, a política de distribuição de terras e educação rural levada a cabo pelo MNR após a revolução permitiram uma mobilidade social até então inédita em sua magnitude no campo boliviano. Ao migrarem para as cidades, muitos indígenas se deparavam com o estigma e o racismo ainda vivos na sociedade, mas um número crescente deles passou a ter acesso à educação média e superior. Isto proporcionou a formação de uma camada intelectual de origens indígenas que, inspirada ideologicamente pelas publicações pioneiras de Reinaga, passaria a refletir e problematizar as promessas revolucionárias inconclusas e a discriminação racial persistente. Esses grupos de aimarás urbanizados passaram a fundar grupos de estudos, centros culturais e movimentos estudantis

que buscavam a revalorização e a difusão da cultura indígena através de programas de rádios, novelas e projetos educativos. Um ponto em comum entre os vários grupos e movimentos formados era a reivindicação da figura do mártir Tupaj Katari como símbolo da luta aimará contra a opressão, com seu nome ou alusões a sua figura presentes no nome da grande maioria das organizações e motivo pelo qual o movimento ficaria conhecido como Katarismo.

Em paralelo a esse movimento intelectual urbano, uma nova geração rural que não participara diretamente da revolução, mas crescera sob seus impactos, passava a questionar a manipulação oficial dos sindicatos e a corrupção de seus líderes, por eles equiparados a uma forma política de *pongueaje*. Essa geração aproveitou-se da janela de oportunidades aberta durante os governos de Ovando e Torres, que relaxaram a repressão aos movimentos de esquerda e o controle dos sindicatos rurais, para pugnar por um maior controle dos sindicatos por suas próprias bases e por maior politização das mesmas. Dessa maneira, líderes do altiplano como Jenaro Flores puderam recuperar o controle de alguns sindicatos rurais de La Paz e Oruro e em 1971 chegar mesmo ao controle da Confederação Nacional de Trabalhadores Camponeses da Bolívia (CNTCB) após seu quarto congresso.

Com o golpe de Banzer, entretanto, essa janela foi subitamente fechada e os aspectos repressivos do governo militar fortemente retomados. O governo rapidamente interveio nos sindicatos rurais de base e na CNTCB, prendendo ou exilando os líderes autônomos e substituindo-os por velhas lideranças do PMC. Mas nas cidades do altiplano, os centros culturais kataristas não sofreram dessa repressão "graças à indiferença oficial a tais expressões da cultura nacional"[211] (RIVERA CUSICANQUI, 1987, p. 116. Tradução nossa) e acabaram servindo de ponto de apoio às lideranças sindicais autônomas perseguidas. "Nos primeiros anos do governo Banzer, o movimento katarista tornou-se um verdadeiro elo entre os aimarás vivendo no campo e aqueles nas cidades, criando uma complexa via de duas mãos de influências ideológicas"[212] (RIVERA CUSICANQUI, 1987, p. 116. Tradução nossa).

Essa interação permitia simultaneamente um maior engajamento político dos intelectuais urbanos com as lutas em curso no campo e uma maior elaboração teórica por parte da nova geração de líderes sindicais. Até ali, o movimento katarista era um conjunto de organizações culturais independentes associadas à nova geração de líderes rurais, mas em 1973 as principais instituições kataristas assinam um documento conjunto intitulado

[211] O texto em língua estrangeira é: "thanks to official indifference to such expressions of national culture".

[212] O texto em língua estrangeira é: "In the early years of the Banzer Government, the Katarist movement became a real link between the Aymaras living in the country and those in the cities, making for a complex two-way current of ideological influences".

Manifesto de Tiwanaku (reproduzido em HERNÁNDEZ; SALCITO, 2007, p. 237–44) onde elaboram uma síntese do movimento combinando

> os discursos sindical, cultural e político, cobrindo uma série de temas ideológicos: a reivindicação da cultura e história indígenas; o reconhecimento das novas condições de exploração que sofre o camponês; sua impotência para influenciar nas políticas agrárias do Estado, e o rechaço à degradação das organizações sindicais (GUIMARÃES, 2010, p. 99).

Após o "Massacre do Vale" de 1974, as influências do Katarismo sobre o meio sindical rural ganham momento e puderam se irradiar cada vez mais pelo campo boliviano. Na prática, o PMC estava morto, mas o governo Banzer continuou buscando controlar as organizações sindicais camponesas através da nomeação de líderes fiéis ao regime e passando a reprimir os centros culturais kataristas e mesmo a proibir qualquer menção ao próprio nome de Tupaj Katari. Os esforços do governo, entretanto, foram inúteis. As novas gerações de líderes camponeses seguiram disputando o controle das organizações camponesas oficiais. Diante de insucessos na tentativa de recuperar tais organizações do controle pelo Estado, os camponeses passaram a se organizar em sindicatos paralelos que agregavam a sigla TK (por Tupaj Katari) à nomenclatura existente, em uma situação que levaria finalmente à conformação da independente CSUTCB em fins de junho de 1979 sob a liderança de Jenaro Flores (DUNKERLEY, 1984; GUIMARÃES, 2010; RIVERA CUSICANQUI, 1987).

Além do fim do PMC e da reconquista da autonomia dos sindicatos rurais, o movimento katarista é em grande medida responsável pela recuperação das identidades étnicas na Bolívia, tendo sido pioneiro em sua politização contemporânea e abrindo o caminho para a extrema relevância que o tema viria a adquirir na política do país. Desde pelo menos o Manifesto de Tiwanaku, os kataristas defendiam publicamente a necessidade de formação de um instrumento político próprio do campesinato como forma de superar a manipulação política à qual eram historicamente submetidos. Já durante a transição democrática ao final da ditadura de Banzer começam a surgir os primeiros partidos políticos de inspiração katarista, alguns eventualmente conseguem eleger algum deputado, mas nenhum deles obtém maiores sucessos. Uma das razões do fracasso dos partidos kataristas encontra-se, sem dúvida, nessa própria divisão do movimento em uma miríade de partidos distintos, mas também pela inexistência naquele momento das condições necessárias ao seu sucesso eleitoral identificadas por Van Cott (2007) e Martí I Puig (2008).

Durante toda a história do movimento, conviveram em seu seio pelo menos duas grandes vertentes, uma primando por um maior purismo étnico, onde a clivagem racial predominava como bandeira política central, e a outra buscando maior articulação com temáticas de classe e aliança com outros setores de esquerda não-índios. Em 1978, durante

congresso da CNTCB-TK, discussões acerca da conformação de um partido próprio derivaram em um racha que originou dois partidos: o Movimento Índio Tupaj Katari (MITKA), de orientação mais racializada, e o Movimento Revolucionário Tupaj Katari (MRTK), mais flexível em suas alianças com a esquerda não-indígena. Os anos subsequentes, entretanto, veriam essas duas siglas subdividirem-se progressivamente ainda mais, na maioria das vezes muito mais por disputas pessoais pela liderança do que propriamente por questões programáticas, em uma magnitude tal que se torna difícil até mesmo contabilizar todas as siglas.

Apesar do fracasso em sua vertente partidária, o movimento, através da CSUTCB, foi hegemônico no sindicalismo rural até meados dos anos 1980 (GUIMARÃES, 2010) e teve importantíssimo papel na transição democrática, sendo importante ator na resistência aos golpes desse turbulento período (ZAVALETA MERCADO, 2009c). Na segunda metade da década de 1980 o Katarismo perde progressivamente sua hegemonia no interior da CSUTCB e a própria confederação começa a perder relativamente seu protagonismo político por uma série de fatores analisados por Alice Guimarães (2010, p. 128–137), dentre os quais se destacam a concorrência de outras correntes de pensamento no interior da confederação, com brigas pela influência partidária sobre a matriz sindical; a incapacidade de lidar na prática com a diversidade reconhecida na teoria, com um abandono relativo dos temas étnico-culturais; e a perda do monopólio da representação rural, com o surgimento de outros atores como as organizações dos indígenas das terras baixas aos quais a CSUTCB não teria sabido incorporar de maneira adequada.

Paradoxalmente, a maior vitória eleitoral de um partido de origem katarista foi também provavelmente a derrota definitiva do movimento em si mesmo: em 1993 o intelectual katarista Victor Hugo Cárdenas, do Movimento Revolucionário Katarista de Libertação (MRTKL), concorreu e foi eleito à vice-presidência em aliança com o MNR já plenamente convertido ao neoliberalismo. Naquele momento, entretanto, grupos indígenas vinham buscando reorganizar-se politicamente e agrupar-se na frente eleitoral Eixo Pachakutik, e vinham negociando com o MRTKL para que Cárdenas fosse seu candidato presidencial. Após o surpreendente anúncio de sua aliança com o MNR, o intelectual aimará foi considerado um traidor indígena e consolidou o descrédito dos partidos kataristas (VAN COTT, 2007, p. 66–7). Ao mesmo tempo, parafraseando Darcy Ribeiro, as maiores derrotas do movimento foram também suas grandes vitórias: propostas como a conformação de um Estado Plurinacional e o reconhecimento das formas de autogoverno indígena ou as demandas por território (e não apenas terras) e o reconhecimento de outras formas de propriedade

agrária surgem de maneira oficial após a redemocratização em documentos da CSUTCB katarista, como a *Tese Política* de 1983 e o *Projeto de Lei Agrária Fundamental* de 1984. Embora não tenham sido sancionados e convertidos em lei pelas instituições estatais, estas propostas (bem como a necessidade de formar um partido próprio) seguiram latentes como bandeiras políticas, e logo encontrariam eco em novos e velhos atores que as encampariam na formação de um bloco histórico que as materializaria na Constituição Política do Estado de 2009 (CUNHA FILHO, 2009; GUIMARÃES, 2010), de modo que o legado katarista segue particularmente vivo no momento atual.

2.5 – Horizontes da matriz indianista-comunitária

Como visto, a autonomia ou autogoverno indígena é um horizonte central da matriz política indianista-comunitária desde antes mesmo da conformação da Bolívia como um Estado independente. A maneira através da qual a Coroa espanhola estruturou a colonização, com a criação do sistema dual de "República de Espanhóis/República de Índios" em grande medida mantido na prática após a independência pelo menos até meados do século XVIII, estabeleceu as bases do que Tristán Platt (1982) chama de "Pacto de Reciprocidade", no qual apesar de toda a exploração e discriminação para com as populações indígenas se estabeleceram parâmetros de autogoverno local e procedimentos legais de defesa dessas prerrogativas desde que respeitadas as obrigações fiscais para com o Estado tributário de então.

O Tributo Indígena e a *mita*, por mais opressores que possam e tenham sido, consolidaram-se como uma obrigação indígena a qual, se respeitada, lhes garantia certo conjunto de direitos sobre as terras comunitárias e a autonomia para se governarem em seu interior. Violações ao pacto tributário derivavam em ações de defesa que consolidaram um certo tipo do que Brooke Larson (2004, p. 40. Tradução nossa) chama de "linguagem do conflito"[213], um meio discursivo-legal e um padrão de interação com o Estado através do qual as populações indígenas podiam questionar, negociar ou contestar políticas que lhes afetavam. Através de contestações jurídicas ou sublevações políticas, as populações indígenas aprenderam a manobrar no sistema estabelecido em defesa de seus bens mais valiosos, no

[213] O texto em língua estrangeira é: "language of contention".

caso o controle das terras e seu autogoverno local, que com o tempo e a prática repetida converteram-se no eixo articulador da matriz política, ainda que sucessivamente adaptado aos contextos variantes do momento.

Mesmo nos momentos de menor independência dos movimentos indígenas do país, como durante o auge do PMC, é possível observar uma espécie de atualização do pacto tributário, na medida em que de certa forma os sindicatos cooptados trocavam sua submissão e apoio à linha política dos governos militares pela manutenção da autonomia de que dispunham em suas terras concedidas pela reforma agrária. Para muitos efeitos, os sindicatos rurais funcionavam como uma espécie de "mini-Estado" dentro do Estado tal como antes tinham funcionado as comunidades indígenas (ALBÓ; BARRIOS SUVELZA, 2007, p. 120) e que traz importantes consequências para a própria estruturação do Estado boliviano no que Gray Molina (2008. Tradução nossa) chama de "Estado com furos"[214], onde a soberania estatal em muitas regiões do país era exercida via *proxy* através de outros agentes: sindicatos, comunidades indígenas, caudilhos locais etc.

Ao mesmo tempo, esse eixo central de defesa da autonomia comunitária também trazia aos movimentos indígenas uma tensão fundamental que pode ser resumida em: lutar para manter/restaurar o status quo do sistema dual ou pela incorporação dos indígenas ao sistema político formal, com a possível perda de sua distinção étnica e cultural? Se a princípio a primeira opção é claramente a tendência predominante, na virada do século XX já não é tão clara, a ponto de Irurozqui (2000b), por exemplo, questionar se já na insurreição de Zárate Willka a segunda tendência não seria majoritária. Mas se talvez nesse importante momento constitutivo indianista essa afirmação pareça ser precipitada, após a grande insurreição é possível perceber uma clara evolução da matriz em direção à incorporação ao sistema, embora a tensão apontada continue sempre vigente. Movimentos posteriores como o dos Caciques Apoderados são um bom exemplo dessa tensão. O movimento buscava a proteção ou restituição de terras comunitárias utilizando-se principalmente de ferramentas legais de litígio, bem como a conquista e garantia de direitos de cidadania aos indígenas, ao mesmo tempo em que recuperava símbolos étnicos tradicionais como a própria figura do cacique e construíam no interior das comunidades elementos de soberania local autônoma (ver GOTKOWITZ, 2007, p. 96).

Também em insurreições radicais como as de Jesús de Machaca (1921), Chayanta (1927) ou Ayopaya (1947) é possível ver essa tensão na medida em que apesar de tomar o

[214] O texto em língua estrangeira é: "state with holes".

poder local, a população indígena em grande medida mantinha sua estrutura institucional, apenas substituindo as autoridades por representantes indígenas. Essa tendência de incorporação cada vez maior ao sistema político vigente segue até sua consolidação após a Revolução de 1952 e especialmente com o PMC, embora, como mencionado, a cultura e modos de organização propriamente indígenas tenham continuado a se reproduzir no interior dos sindicatos rurais cooptados (GUIMARÃES, 2010; RIVERA CUSICANQUI, 1987) da mesma maneira e através de artifícios semelhantes a como já haviam continuado a se reproduzir no interior das *haciendas* (THURNER, 1993).

Com o advento do Katarismo, entretanto, essa cultura étnica que permanecia viva, porém submersa, passa a contar com o fomento de uma reflexão intelectual consciente e uma elaboração ideológica própria. Isto permitiu em grande medida a reemergência das identidades étnicas bolivianas através do indianismo katarista que, como visto, nasce enquanto discurso político-intelectual a partir de migrantes indígenas urbanos que acedem a melhores oportunidades de estudo. Este é, aliás, um traço comum a todas as demais manifestações do indianismo no restante da América Latina: ele é operado a partir de indígenas que experimentam certa ascensão social e da formação de uma camada intelectual propriamente indígena (BENGOA, 2007; FAVRE, 1998).

Darcy Ribeiro (apud. BENGOA, 2007, p. 261, nota 236) referia-se às sociedades indígenas latino-americanas como "sociedades decapitadas" devido ao fato de que a colonização ibérica teria decapitado essas sociedades de suas elites dirigentes, deixando-lhes apenas suas camadas camponesas atomizadas em comunidades locais e rompendo assim seu "caráter nacional". Essa é a razão pela qual para manifestar-se, o indianismo necessita da reconstituição prévia dessa elite intelectual capaz de pensar o grupo étnico com uma dimensão nacional e em geral foram as variadas políticas indigenistas adotadas pelos países latino-americanos no século XX que criaram as condições necessárias para a emergência dessa elite indígena capaz de imaginar sua própria comunidade.

Embora não necessariamente desejem formar um Estado-nação independente (e de fato essa possível aspiração é minoritária no movimento indígena latino-americano e na Bolívia em particular), é relevante enfatizar o quanto o pensamento indianista opera enquanto pensamento nacional, no sentido de comunidade imaginada movida por laços horizontais de camaradagem proposto por Anderson (2006). Da mesma maneira que entre os nacionalistas, os indianistas buscam enfatizar a primordialidade de seus laços étnicos por sobre quaisquer outras identidades, como por exemplo a classe social. Além disso, no indianismo estão presentes as três pré-condições identificadas por Miroslav Hroch (2000) para a emergência de

um movimento nacional: 1) memória de um passado comum; 2) densidade de laços linguísticos e/ou culturais que tornem mais fácil a comunicação dentro do grupo do que fora; 3) concepção de igualdade horizontal no interior.

Não é objetivo desta tese analisar o porquê de o indianismo boliviano, apesar da "estrutura" nacional de seu pensamento, não seguir até as últimas consequências desse tipo de pensamento e buscar constituir um movimento nacional em busca de formação de um Estado independente, mas o fato é que a construção desse nacionalismo indígena através do Katarismo acaba por fechar de vez a possibilidade da imaginação de uma nação homogênea tal qual até ali ensaiado. E diante da impossibilidade também de recuperar o sistema dual, tanto pelo grau de integração (ainda que subalterna) dos indígenas à sociedade geral até ali já obtido quanto pela complexificação ainda maior desse grupo com a urbanização, maior estratificação social, incorporação dos indígenas do Oriente etc., é que surge na matriz a proposta de um Estado Plurinacional capaz de ao mesmo tempo integrar plenamente a toda a *abigarrada* sociedade boliviana e respeitar suas diferenças. Após a constituição do Pacto de Unidade, e em especial a partir da conjuntura crítica 2003-5, tal proposta vai tomando corpo até ser finalmente adotada na Constituição de 2009 atualmente vigente e cujos alcances e limitações serão melhor discutidos no capítulo 4 e na conclusão.

3. A MATRIZ POLÍTICA DO NACIONAL-POPULAR

Embora a eleição de Evo Morales em 2005 tenha sido saudada no mundo como histórica por representar a eleição do primeiro índio à presidência de um país de grande maioria indígena, um fato que frequentemente passou por alto nas primeiras análises foi que essa eleição marcou também o retorno ao palco principal da importante matriz nacional-popular boliviana.

Através de medidas como a nacionalização de recursos naturais e setores econômicos estratégicos e uma decidida estratégia de busca da construção de capacidades estatais, um "Estado de verdade" nos dizeres do próprio presidente (ver SIVAK, 2008), o governo Morales claramente se insere numa linhagem de presidentes nacionalistas[215], os quais, por sua vez, são uma das facetas da longa matriz nacional-popular do país. Não apenas isso, para muitos analistas (por exemplo, DO ALTO, 2007; DUNKERLEY, 2007b; HYLTON; THOMSON, 2007; ROCHA, 2007; STEFANONI, 2007a, b; WHITEHEAD, 2008; ZANELLA; MARQUES; SEITENFUS, 2007) os objetivos estratégicos do governo Morales evocam uma atualização e retomada da agenda não efetivada da "revolução inconclusa" (MALLOY, 1970) de 1952, inegavelmente o momento máximo do nacional-popular do país até então.

Após a independência em 1825, formou-se na Bolívia um Estado extremamente frágil economicamente, incapaz de se impor efetivamente sobre grande parte do território sobre o qual era formalmente soberano e com um corpo de cidadãos efetivos menor que 5% de sua população total[216]. O caráter incompleto desse "Estado aparente", como o chamava René Zavaleta (2008), propiciou com suas contradições o surgimento da importante matriz nacional-popular boliviana. Para Zavaleta, o processo histórico de formação estatal boliviano se dera de forma extremamente excludente sob o comando de uma oligarquia à qual não interessava a concretização de um Estado efetivamente nacional. Assim, para ele em países como a Bolívia a nação seria "uma decisão histórica, uma escolha [... com] um caráter tão

[215] Em sua magistral obra acerca da presidência boliviana desde a formação da república, o historiador e ex-presidente Carlos Mesa Gisbert (2006, p. 96) relata como, nos meios político e acadêmico bolivianos, já é uma espécie de senso comum a divisão dicotômica dos diversos presidentes do país entre um grupo de presidentes liberal-oligárquicos e outro de nacionalistas. No primeiro grupo, associado com valores europeus e ideias de progresso através do livre mercado, figurariam todos os presidentes do período da redemocratização pós-1985 antes de Evo Morales, além das ditaduras militares de René Barrientos e Hugo Banzer e a maioria dos presidentes pré-Guerra do Chaco. No segundo, associado com a defesa dos recursos naturais, a integração das classes populares e a recuperação do poder do Estado, figurariam presidentes como Manuel Isidoro Belzú, Germán Busch, Gualberto Villarroel, Alfredo Ovando e Juan José Torres, entre outros.

[216] Por cidadania efetiva, refiro-me aos cidadãos com direito ao voto, que segundo Marta Irurozqui (2011, p. 41) variaram entre 1% e 4% da população total nas eleições presidenciais entre 1840 e 1870.

flagrante de luta e insubmissão que não pode ser alcançado sem mobilizar às massas que contêm, de um modo ou outro [...] a nação"[217] (ZAVALETA MERCADO, 2009b, p. 46. Tradução nossa).

O nacional-popular boliviano teria sido, assim, a grande matriz política de líderes, partidos e movimentos que buscaram ao longo dos séculos XIX e especialmente XX, através de sua luta e ação política, o aumento da democratização social boliviana e sua conexão com a forma estatal. De maneira semelhante à matriz indianista-comunitária, o nacional-popular tampouco foi uma especificidade exclusivamente boliviana. Embora aqui se vá tratar apenas da vertente local, movimentos nacional-populares foram um fenômeno bastante recorrente em praticamente toda a América Latina como tentativa de incorporação das massas (CALDERÓN; JELIN, 1987) e uma resposta mais ou menos comum às crises de legitimidade das repúblicas oligárquicas excludentes que se haviam constituído na região após as independências nacionais.

Muitos desses movimentos tomaram a forma histórica do populismo, e convém aqui um pequeno esclarecimento conceitual acerca das diferenças/semelhanças entre populismo e nacional-popular conforme aqui utilizado. Embora hoje em dia o termo 'populismo' tenha se tornado "um insulto, [...] um enunciado ideológico encobridor, usado para confundir sofisticadamente ao oponente" (DUSSEL, 2012, p. 162. Tradução nossa)[218], existiu na América Latina uma experiência social e política concreta descrita com esse nome em um momento em que ele ainda não havia perdido seu valor heurístico como hoje. Embora tenha tido especificidades locais em cada país onde ocorreu concretamente, o populismo histórico latino-americano teve por característica comum uma agenda de incorporação dos setores sociais subalternos a partir da politização do povo como agente político primordial da transformação. Essa politização adotava como clivagem fundamental a separação dicotômica entre Nação / Antinação, entendida como a divisão entre os setores comprometidos com a construção e desenvolvimento autônomo do país e as oligarquias vinculadas aos interesses estrangeiros que, com sua ação, bloqueavam esse mesmo desenvolvimento nacional. Através de um líder carismático que personificava esse povo e servia de ponto focal para as massas, o populismo permitiu a formação de frentes policlassistas com alianças entre camponeses, o nascente operariado urbano e setores industriais que se constituíram em importante

[217] O texto em língua estrangeira é: "una decisión histórica, una elección [… con] un carácter tan flagrante de lucha e insumisión que no puede lograrse sino movilizando a las masas que contienen, de un modo o de otro […] a la nación".

[218] O texto em língua estrangeira é: "un insulto, […] un enunciado ideológico encubridor, usado para confundir al oponente sofísticamente".

experiência de modernização e incorporação política na região (ver, entre outros, CALDERÓN; JELIN, 1987; DI TELLA, 1965; DUSSEL, 2012; GERMANI, 1973; VIANA, 2012).

Então, no que diferem populismo e nacional-popular? De fato, há grandes e importantes interseções entre os dois conceitos e alguns dos mais importantes momentos do nacional-popular boliviano, como por exemplo o período revolucionário sob o comando do MNR, adotaram o que Ernesto Laclau (2005) define como a "razão populista". Para ele, entretanto, o populismo não possui uma base social ou uma posição ideológica específica e intrínseca, sendo na verdade "simplesmente um modo de construir o político"[219] (LACLAU, 2005, p. 11. Tradução nossa). Para Laclau, residiria aí o principal erro dos estudiosos do populismo, que ao tentar delimitar sua composição social ou a natureza ideológica de sua agenda, sempre teriam encontrado demasiadas exceções a suas definições, bem como achados contraditórios que permitiam classificar como populistas a políticos e movimentos os mais diversos. Laclau (2005) considera que o populismo consiste na construção do "povo" como ator político nodal através da agregação de demandas difusas que podem ter qualquer signo ideológico. Ele faz a distinção entre os termos latinos *populus*, que se refere à população como um todo, e *plebs*, um setor subalterno dessa população que se encontra fora do poder político. Para ele, uma condição necessária para a constituição de um fenômeno populista seria a existência de uma *plebs* que possua vontade hegemônica e requeira representar todo o *populus* (LACLAU, 2005, p. 108; ver também DUSSEL, 2007, 2012). O ponto é que alguma das múltiplas demandas da *plebs* acaba convertida em central e se tornando o ponto focal gerador de uma identidade através da qual passa a representar o *populus*, unificando e constituindo o ator "povo", independentemente da natureza dessa agenda hegemônica.

> Uma determinada demanda, que talvez a princípio fosse somente uma dentre muitas, adquire em certo momento uma centralidade inesperada e se torna o nome de algo que a excede, de algo que não pode controlar por si mesma e que, no entanto, se converte em um "destino" do qual não pode escapar. Quando uma demanda democrática atravessa esse umbral, se converte em uma demanda "popular" [220] (LACLAU, 2005, p. 153. Tradução nossa).

Assim, nesse sentido, é possível considerar que a matriz nacional-popular consiste num conjunto específico de demandas em relação ao Estado e sua sociedade civil que em determinadas conjunturas específicas assumiu a lógica da razão populista para conformação de seu bloco histórico. Mas não pode ser equiparada a populismo em abstrato, já que esse

[219] O texto em língua estrangeira é: "simplemente, un modo de construir lo político".

[220] O texto em língua estrangeira é: "una determinada demanda, que tal vez al comienzo era sólo una más entre muchas, adquiere en cierto momento una centralidad inesperada y se vuelve el nombre de algo que la excede, de algo que no puede controlar por sí misma y que no obstante se convierte en un 'destino' al que no puede escapar. Cuando una demanda democrática ha atravesado esta senda, se convierte en una demanda 'popular'"

pode adotar – e de fato em muitos casos concretos adotou – agendas e bandeiras diametralmente opostas à desta matriz[221]. O chamado "populismo histórico latino-americano" possuía uma clara agenda nacional-popular, mas muitos outros populismos não.

Feito esse pequeno parêntese conceitual, este capítulo buscará traçar as origens mais remotas da matriz nacional-popular no país a partir dos embates ideológicos entre protecionistas e livre-cambistas no século XIX e em especial na experiência do governo do general Manuel Isidoro Belzu (1848-55) e sua até então inédita mobilização das massas plebeias na política. Embora abortado após sua saída da presidência (coincidente também com o início de longo predomínio livre-mercadista), a experiência deixará sementes que serão recuperadas posteriormente no século XX a partir das cada vez mais graves contradições do sistema político excludente e propiciará a consolidação da matriz nacional-popular a partir da hecatombe política gerada pela Guerra do Chaco (1932-35). Conforme se argumentará, a matriz atinge seu apogeu com a Revolução de 1952 e seu desgaste mais profundo com a débâcle do segundo governo de Hernán Siles Zuazo (1982-85), quando desaparece do palco principal da política boliviana até ser retomada a partir do quinquênio 2000-2005 e a chegada ao governo de Evo Morales.

3.1 – Origens da matriz Nacional-Popular na Bolívia

A matriz nacional-popular boliviana tem suas origens mais remotas no confronto ideológico entre protecionistas e livre-cambistas que se instala após a independência.

> na primeira metade do século XIX da Bolívia se disputavam dois projetos distintos de desenvolvimento nacional: um, vinculado ao mercado mundial e ao comércio internacional e ao capital estrangeiro; e outro [... que] se baseava nos mecanismos internos e no funcionamento de uma economia regional que abarcava o Peru, o norte da Argentina e a Bolívia[222] (SCHELCHKOV, 2007, p. 14–15. Tradução nossa).

O conturbado processo de independência havia desarticulado a economia nacional, tanto pelas vicissitudes das guerras, quanto pelo corte de laços econômicos regionais de zonas que passaram a conformar países distintos. Visando aumentar as receitas estatais e conceder

[221] Por exemplo, Peña Claros (2010) mostra como o movimento autonomista de Santa Cruz, que possui uma agenda programática diametralmente oposta ao nacional-popular, constitui-se enquanto movimento político utilizando-se precisamente de uma razão populista em termos laclausianos.

[222] O texto em língua estrangeira é: "en la primera mitad del siglo XIX en Bolivia se disputaban dos proyectos distintos del desarrollo nacional: uno, vinculado al mercado mundial y al comercio internacional y al capital extranjero; y otro […que] se basaba en los mecanismos internos, en el funcionamiento de una economía regional, que abarcaba el Perú, el norte de Argentina y Bolivia".

proteção a alguns setores econômicos como as manufaturas têxteis, o presidente Andrés de Santa Cruz (1829-1839) aprovou medidas protecionistas como a proibição da importação de certos produtos e alíquotas de importação que variavam entre 10% e 40%, dependendo do tipo de produto e do porto usado para a importação. Graças em grande medida ao forte contrabando, entretanto, os efeitos de estímulo ao mercado interno acabaram fracassando e após a queda de Santa Cruz tais medidas foram revertidas em favor da liberalização do comércio (SCHELCHKOV, 2007). Grosso modo, os partidários da opção livre-cambista consolidariam a matriz liberal-constitucional (ver capítulo 1), enquanto que os partidários do protecionismo seriam o embrião do que mais tarde evoluiria para a matriz nacional-popular. René Zavaleta assim define o surgimento da matriz, também por ele chamada de "partido plebeu":

> Uma corrente senhorial protecionista, a de Santa Cruz ou a que ele encarnou pelo menos em sua primeira época, se uniu em grande medida a um bloco confirmado pelos setores artesanais [...] e aos interesses do campesinato clássico que então e por muito tempo mais girariam em torno à defesa das comunidades[223] (ZAVALETA MERCADO, 2008, p. 92. Tradução nossa).

Será com o governo de Manuel Isidoro Belzu (1848-55), entretanto, que essa corrente protecionista assumirá mais claramente contornos nacional-populares. Em grande medida fruto de seu tempo, Belzu foi mais um caudilho a chegar à presidência por proeza militar e em seguida buscar legitimar seu regime a partir das ideias republicanas, liberais e representativas em voga, conforme era prática no período do caudilhismo militar boliviano (ver IRUROZQUI, 2011; PERALTA RUIZ; IRUROZQUI, 2000). A Constituição de 1851 proclamada por Belzu como base de seu regime, apesar de garantir ao presidente poderes extraordinários como a declaração de estados de emergência, despedir funcionários públicos e militares e outorgar anistias sem consentimento do Congresso,

> era a mais liberal de todas as que havia conhecido a Bolívia, pois declarava as liberdades fundamentais do homem, proibia a censura, garantia a propriedade privada, reservando ao Estado o direito de expropriá-la em benefício da sociedade, mas mediante uma justa indenização[224] (SCHELCHKOV, 2007, p. 109. Tradução nossa)

Além disso, aboliu definitivamente a escravidão no país e limitou o mandato presidencial em cinco anos, tendo sido Belzu, de fato, o primeiro presidente boliviano a deixar voluntariamente o poder e entregá-lo a seu sucessor eleito ao fim do mandato (MESA;

---

[223] O texto em língua estrangeira é: "Una corriente señorial proteccionista, la de Santa Cruz o la que él encarnó al menos en su primera época, se adjuntó a la larga a un bloque confirmado por los sectores artesanales […] y a los intereses del campesinado clásico que entonces y por mucho tiempo más girarían en torno a la defensa de las comunidades, que eran lo que se había conservado con uñas y dientes del pasado".

[224] O texto em língua estrangeira é: "era la más liberal de todas cuantas había conocido Bolivia, pues declaraba las libertades fundamentales del hombre, prohibía la censura, garantizaba la propiedad privada, reservando al Estado el derecho de enajenar la propiedad en beneficio de la sociedad, pero mediante una justa indemnización".

GISBERT; MESA GISBERT, 2008; MONTENEGRO, 1943; SCHELCHKOV, 2007; URIOSTE NARDIN, 2009). Belzu comungava também da ideia liberal da época de que a cidadania política dependia de certas qualificações que garantissem a materialização de um cidadão patriota e racional, capaz de ir além de seus interesses imediatos e pensar no bem comum[225], tendo mantido o voto censitário no país e a restrição de voto aos analfabetos.

> A diferença do belzismo consistiu na tentativa muito clara de fazer efetiva e orgânica a participação da plebe, do povo na vida política, criando as bases legais para isto, abrandando os rigores da democracia censitária e excludente, ampliando o setor social que obtinha o acesso ao voto e organizando condições para a educação das camadas mais pobres do país, elevando-os ao nível de classe política[226] (SCHELCHKOV, 2012, p. 22–3. Tradução nossa).

Apesar de ter mantido o voto censitário, Belzu trocou com o Código Eleitoral de 1851 a necessidade de renda anual de 200 pesos pela posse de bens ou capital de pelo menos 400 pesos, o que ampliou significativamente o eleitorado (ver também IRUROZQUI, 2011, p. 42), permitindo a participação de pequenos agricultores, artesãos e comerciantes. Além disso, ao contrário dos outros caudilhos ele também se notabilizou por buscar ativamente fornecer os meios para que uma maior parcela da população pudesse atingir os critérios para a participação política, notadamente através de investimentos na educação que eram também importantes em seus esforços de difusão de símbolos nacionais[227]. Já em 1849, Belzu havia anunciado que a educação seria uma das prioridades de seu governo e em 1851, "as escolas primárias recebiam do erário nacional [...] onze vezes mais que em 1845, e ao ensino fundamental se destinavam 55% do total dedicado à instrução pública" [228] (SCHELCHKOV, 2012, p. 20. Tradução nossa). O governo criou ainda diversos liceus e escolas de artes e ofícios pelo país (a maioria dos quais seriam fechados após seu governo), além de fornecer bolsas de estudos para que membros das classes baixas pudessem frequentá-los. Como resultado, de acordo com Schelchkov, o eleitorado boliviano mais que dobrou, passando de 6.427 eleitores em 1850 a 14.331 em 1855 (2007, p. 112, 2012, p. 18).

No plano econômico, a política de Belzu pode ser qualificada como uma mescla de mercantilismo do século XVIII com autarquia econômica do século XX (SCHELCHKOV, 2007, p. 159), com o aprofundamento de medidas protecionistas e a busca de maior

---

[225] Sobre os pré-requisitos para o exercício da cidadania tal como vistos na época, ver Peralta Ruiz e Irurozqui (2000).

[226] O texto em língua estrangeira é: "La diferencia del belcismo consistió en la muy clara tentativa de hacer efectiva y orgánica la participación de la plebe, del pueblo en la vida política, creando las bases legales para eso, ablandando las rigurosidades de la democracia censitaria y excluyente, ampliando el sector social que obtenía el acceso al voto, y organizando condiciones para la educación de las capas más pobres del país, elevándolos al nivel de clase política."

[227] Símbolos pátrios como a bandeira, o hino e o brasão nacional, aliás, que somente foram adotados ou incorporados de modo definitivo durante sua presidência (THIESSEN-REILY, 2008, p. 356).

[228] O texto em língua estrangeira é: "las escuelas primarias recibían del erario nacional […] once veces más que en el 1845, y a la enseñanza elemental se asignaban 55% del total dedicado a la instrucción pública".

protagonismo econômico estatal e controle sobre os recursos naturais e o setor mineiro que começava a dar sinais de recuperação. Além disso, Belzu também tinha como uma de suas preocupações fundamentais a busca por um maior equilíbrio entre as diversas regiões do país como forma de garantir a viabilidade da nação, tendo se esforçado na criação de mecanismos para este fim, como a indicação por departamentos dos juízes da suprema corte, a super-representação parlamentar de departamentos menos povoados e uma tentativa de redesenho mais eficiente das fronteiras departamentais (SCHELCHKOV, 2007, p. 111). A maioria das medidas econômicas de seu governo, entretanto, acabou fracassando devido à fragilidade do Estado em fiscalizar as medidas de controle impostas e à falta de recursos financeiros para implantar muitos de seus planos, como o desenvolvimento da metalurgia nacional ou a industrialização da cinchona para produção local de quinino, objetivos para os quais chegou a enviar missões científico-industriais oficiais à Europa em 1852 (SCHELCHKOV, 2007, p. 145).

Além da crônica fragilidade estatal da época, atrapalhavam os planos econômicos de Belzu o fato de que seu nacionalismo econômico chegava a ser dogmático, deixando-o extremamente desconfiado da possibilidade de financiamento externo a seus projetos mesmo quando eram a única possibilidade concreta de efetivá-los, e que ele era em muitos sentidos,

> um político conservador, que resistia ao processo de desarranjo dos velhos estamentos da sociedade, sobretudo a inevitável quebra e decomposição das manufaturas, das formas de produção pré-industrial, ele rechaçava a chegada de novos critérios de vida burguesa, a liberdade incondicional das atividades econômicas que leva à quebra do bem-estar e minava a estabilidade da vida cotidiana das classes populares[229] (SCHELCHKOV, 2007, p. 181. Tradução nossa).

Embora não tenha protagonizado nenhuma grande revolução social mais ampla, sendo, como visto, em muitos aspectos um conservador[230], Belzu pela primeira vez na história boliviana até então envolveu forte e conscientemente as massas populares na política do país (SCHELCHKOV, 2007, 2012; THIESSEN-REILY, 2008). Seu governo esteve marcado por um forte antagonismo às elites bolivianas e por ter, pela primeira vez, utilizado "aos artesãos [...] como apoio fundamental de seu regime"[231] (PERALTA RUIZ; IRUROZQUI, 2000, p. 251. Tradução nossa), chegando a conformar milícias populares dentre eles que viriam a ser fundamentais para a resistência de seu governo às várias tentativas de golpe que sofreu.

---

[229] O texto em língua estrangeira é: "un político conservador, que se resistía al proceso del desbarajuste de los viejos estamentos de la sociedad, sobre todo, la inevitable quiebra y descomposición del artesanado, de las formas de producción pre-industrial, él rechazaba el advenimiento de nuevos criterios de la vida burguesa, la libertad incondicional de las actividades económicas que llevaba a la quiebra del bienestar y minaba la estabilidad de la vida cotidiana de las clases populares".

[230] Andrey Schelchkov (2007) classifica o projeto de Belzu como uma "utopia social conservadora".

[231] O texto em língua estrangeira é: "a los artesanos antes [...] como apoyo fundamental de su regimen".

Tais milícias derrotaram por diversas vezes as facções do exército sublevadas contra Belzu e permitiram-lhe manter-se na presidência, sendo em seguida mobilizadas em expropriações punitivas dos membros da aristocracia envolvidos nos complôs. Em muitos sentidos, as relações entre Belzu e as massas populares se deram dentro dos marcos clientelistas e verticais tradicionais utilizados pelos caudilhos da época, embora tenham protagonizado verdadeiras "experiências de autogestão popular"[232] (IRUROZQUI, 2011, p. 29) pela autonomia relativa com que contavam. O belzismo como forma de incorporação das massas populares[233] foi um fenômeno que

> mais que ideológico, conteve um forte elemento tradicional de adesão popular ao caudilho. [Mas] Sem deixar de ser um fenômeno tradicional, o belzismo já abria um horizonte de modernidade e nisso consiste sua diferença com o caudilhismo tradicional do século XIX latino-americano. O belzismo supunha uma ação popular com claros objetivos sociais e políticos que se sobressaíam dos marcos da conduta tradicional caudilhista[234] (SCHELCHKOV, 2012, p. 23. Tradução nossa).

Para René Zavaleta (2008, p. 90), a grande importância de Belzu na história boliviana teria sido justamente essa "introdução das massas na história"[235] do país e que lhe fazia portador objetivo de uma bandeira progressista. Segundo Thiessen-Reily (2008, p. 362), Belzu foi "o primeiro líder político que realmente procurou ampliar o processo de construção nacional para incorporar a soberania popular e tentou rejeitar a soberania aristocrática restrita e controlada da elite boliviana". Belzu

> utilizava o medo à presença massiva e organizada dos setores populares em todas as instancias da vida pública para garantir a estabilidade de seu mandato e evitar golpes de Estado com êxito. Entretanto, seu discurso de desprezo à cultura aristocrática e seu esforço em mostrá-la como irreconciliável com os anseios plebeus tornou os setores populares urbanos mais conscientes de suas desvantagens sociais. A consciência dessa certeza unida ao poder armado que lhes permitia Belzu teve o efeito de torná-los mais intolerantes com sua

[232] O texto em língua estrangeira é: "experiencias de autogestión popular".

[233] De acordo com Pilar Mendieta (2010, p. 120–1), há evidências de que o regime de Belzu tenha buscado – e obtido – também apoio entre setores da população indígena. Segundo ela, em 1854 por exemplo, aimarás de Omasuyos teriam patrulhado as fronteiras com o Peru a pedidos do presidente para evitar o ingresso de opositores que ali se encontravam exilados. Ela afirma ainda que os mencionados indígenas se mostravam conscientes da situação política nacional, tendo oferecido sua vida na defesa do presidente em caso de tentativas de golpe por parte de seu rival José Ballivián, mas a aliança não teria evoluído e se aprofundado mais devido a hesitações de Belzu na atenção de petições dos indígenas e de temores de possíveis sublevações no campo. O apoio incipiente dos indígenas a Belzu é reconhecido também por Heather Thiessen-Reily (2008, p. 369–72). Ela confirma a consciência por parte dos grupos indígenas da conjuntura política do país e aponta que Belzu teria buscado ampliar a imaginação nacional boliviana com a inclusão de seus setores subalternos – incluídos os indígenas – através de medidas concretas de proteção de terras comunais com o reconhecimento do pacto tributário como inclusão dos índios à cidadania, e medidas simbólicas como, entre outros, a subida de Belzu ao topo do Sumaj Orcko, a legendária montanha de prata de Potosí que sempre ocupara importante lugar cerimonial entre os povos indígenas da região mesmo antes da descoberta de suas riquezas minerais pela colônia espanhola, como marco de sua posse como presidente constitucional em 1850.

[234] O texto em língua estrangeira é: "más que ideológico, contuvo un fuerte elemento tradicional de la adhesión popular al caudillo. [Pero] Sin dejar de ser un fenómeno tradicional, el belcismo ya abría el horizonte hacia la modernidad y en eso consiste su diferencia del caudillismo tradicional del siglo XIX latinoamericano. El belcismo suponía una acción popular con claros objetivos sociales y políticos que sobresalían en los marcos de la conducta tradicional caudillista"

[235] O texto em língua estrangeira é: "la introducción de las masas en la historia".

> situação de vida. Como resultado, os setores populares radicalizaram suas ambições sociais e as "classes altas" aumentaram seu ódio aos emergentes[236] (PERALTA RUIZ; IRUROZQUI, 2000, p. 193–4. Tradução nossa).

Assim, embora essa especial relação caudilho-massas tenha sido desfeita após a saída de Belzu da presidência[237] (após o qual também o protecionismo e as tentativas de dotar o Estado de protagonismo econômico seriam progressivamente desmanteladas e substituídas por um longo predomínio livre-mercadista), o belzismo contribuiu significativamente para expandir os horizontes dos setores subalternos urbanos da Bolívia. Ainda que durante o restante da era caudilhista e, depois da Guerra do Pacífico (1879-83), após a instauração do regime partidário no país muitos de seus membros não pudessem participar formalmente das eleições, sua força de pressão fazia com que os membros das elites políticas não pudessem prescindir de mobilizá-los, ainda que de maneira restrita com a promessa de benesses clientelistas, como fiel da balança dos processos eleitorais (ver IRUROZQUI, 1994, 2011; PERALTA RUIZ; IRUROZQUI, 2000; SCHELCHKOV, 2007). Essa participação, ainda que subordinada, ajudou a consolidar nesses setores sua ideia de pertencimento à nação, bem como ia expondo as contradições do regime oligárquico em vigor e preparando as bases para a emergência do nacional-popular após a grande crise provocada pela Guerra do Chaco (1932-35, ver adiante). Por tudo isso, a memória de Belzu seria mais tarde reivindicada como um dos grandes precursores da Revolução de 1952 e seu governo seria qualificado por Carlos Montenegro (1943) como um "republicanismo nacional" (ver SCHELCHKOV, 2007, p. 11).

Antes, porém, da grande emergência nacional-popular pós-Chaco uma outra experiência importante e que de certa forma pode ser também apontada como precursora foi a chamada Revolução Igualitária de Andrés Ibáñez em 1876-7. Embora tenha ocorrido na então bastante isolada Santa Cruz e sem indícios de qualquer inspiração direta na experiência belzista, também a gesta igualitária cruzenha foi um movimento com ampla base e participação popular e que mais tarde seria recuperada pela matriz nacional-popular.

---

[236] O texto em língua estrangeira é: "utilizaba el miedo a la presencia masiva y organizada de los sectores populares en todas las instancias de la vida pública para garantizar la estabilidad de su mandato y evitar golpes de Estado con éxito. Sin embargo, su discurso de denostación de la cultura aristocrática y su esfuerzo en mostrarla irreconciliable a los anhelos plebeyos hizo a los sectores populares urbanos más conscientes de sus desventajas sociales. La consciencia de esa certeza unida al poder armado que les permitía Belzu tuvo el efecto de tornarlos más intolerantes con su situación de vida. Como resultado, los sectores populares radicalizaron sus ambiciones sociales y las "classes altas" extremaron su odio a los advenedizos"

[237] Cansado das constantes tentativas de golpe pelas quais passou em sua presidência, Belzu convocou eleições em 1855 para as quais indicou como candidato do regime a seu genro, o também general Jorge Córdova, o qual seria eleito. Entretanto, apesar de ter sido o sucessor indicado de Belzu, Córdova buscou uma reaproximação com as elites e rompeu o pacto preferencial com os setores subalternos de seu antecessor, o que acabou custando-lhe a presidência: Córdova nunca foi totalmente aceito pela elite boliviana e sem apoio popular não conseguiu resistir ao golpe de Estado organizado por José Maria Linares em 1857 (ver MESA; GISBERT; MESA GISBERT, 2008; MONTENEGRO, 1943; SCHELCHKOV, 2007).

O advogado Andrés Ibáñez era um membro da elite cruzenha, tendo seu pai sido designado algumas vezes *prefecto*[238] do departamento e ele próprio desempenhado os cargos de vereador, secretário departamental e deputado. Mas será na campanha eleitoral para as eleições legislativas de 1874 que ele se consolidaria como líder popular de massas em Santa Cruz e iniciaria sua epopeia igualitária. Apesar do seu isolamento do restante do país e de seu relativo atraso econômico, Santa Cruz possuía em muitos sentidos uma estrutura social mais igualitária que a média boliviana graças à abundância de terras e um sistema de posse comum da mesma sem necessidade de comprovação de direitos de propriedade formais (SCHELCHKOV, 2011, p. 20–27). Além disso, Santa Cruz possuía um índice de alfabetização de cerca de 60%, muito superior à média nacional, possuindo uma escola para cada 838 habitantes. La Paz, por exemplo, possuía apenas uma escola para cada 8.095 habitantes (SCHELCHKOV, 2011, p. 29). Isto fazia com que o número de cidadãos efetivos com direito a voto fosse bastante alto, mesmo entre as classes plebeias, proporcionalmente o maior do país e sendo menor em números absolutos apenas que os da cidade de Sucre (MOLINA SAUCEDO, 2012, p. 24), além do que permitia uma difusão de ideias escritas muito superior à que se esperaria de uma cidade provinciana como era a Santa Cruz de la Sierra de então.

Entretanto, por volta de 1870 essa estrutura relativamente igualitária encontrava-se sob a tensão de mudanças trazidas em grande medida pelo livre-cambismo que se consolidava nacionalmente e trazia o surgimento de uma nova classe privilegiada de comerciantes na região. À época, era crescente o endividamento dos lavradores[239] provocando a muitos a perda de suas terras, o que somado ao aumento de migrações que alteravam a relativamente grande homogeneidade racial local provocava tensões e o descontentamento social que serviu de caldo de cultura para a insurreição de Ibáñez.

Na campanha para as eleições de 1874, o caudilho se candidatou a deputado com uma plataforma marcadamente plebeia e de defesa dos lavradores e artesãos ameaçados pela dissolução da estrutura social cruzenha. Ibáñez se converteu em verdadeiro herói popular quando, em um comício na praça principal da cidade, seu adversário Antonio Vaca Díez buscou associá-lo pejorativamente à massa plebeia local. Ele teria então respondido despojando-se de suas roupas patrícias e botas e se juntando descalço à massa de artesãos, com a qual marcharia pela cidade sob gritos de "Somos todos iguais!", que seria o seu lema

[238] Até a Constituição de 2009, os administradores dos departamentos chamavam-se *prefectos*. Não confundir com os prefeitos municipais (*alcaides*, em espanhol). O cargo de *prefecto* era análogo ao de governador, título que portam desde a referida constituição.

[239] Termo local que se referia aos agricultores independentemente de sua situação fundiária.

de campanha e daria origem à fundação do Clube da Igualdade que lhe serviria como uma espécie de partido (MOLINA SAUCEDO, 2012; SCHELCHKOV, 2011).

Ibáñez ganharia a eleição por ampla maioria, algo somente possível pela distribuição mais democrática da cidadania em Santa Cruz, mas que também evidencia a adesão de parte da elite local (da qual ele próprio era membro) às ideias igualitárias (MOLINA SAUCEDO, 2012; SCHELCHKOV, 2011). Mas suas ideias de igualdade, consideradas demasiado subversivas para os poderosos locais, fizeram com que ele passasse a ser visto como ameaça e, perseguido, ter de deixar a cidade. Aliado nacionalmente à oposição ao governo de Tomás Frías (1872-73 e 1874-76) liderada por Casimiro Corral, Ibáñez decide apoiar em Santa Cruz sua fracassada tentativa de insurreição em 1875, liderando uma guerrilha na região que acaba igualmente derrotada.

Em 1876, no entanto, o presidente Frías decreta uma anistia política e convoca eleições presidenciais, nas quais desponta como candidato opositor o general Hilarión Daza. Apoiado por um ex-professor de Ibáñez na universidade de Sucre, Daza faz campanha com uma retórica plebeia e de defesa dos artesãos muito semelhante à utilizada décadas antes por Belzu. O Clube da Igualdade, que havia se reorganizado a partir da anistia, decide então apoiar decididamente a candidatura de Daza em Santa Cruz. Apesar de que o general daria um golpe de Estado dias antes da data das eleições, o isolamento cruzenho fez com que a notícia não chegasse a tempo e as eleições fossem conduzidas normalmente, tendo Daza obtido ali uma significativa vitória de 1.133 votos contra 217 do candidato oficialista José María Santiváñez, mais um indicativo do grande prestígio dos igualitários entre a cidadania local.

Entretanto, apesar do decidido apoio que lhe haviam prestado os igualitários, Daza (1876-79), que bastante cedo abandonaria qualquer retórica ou intenção nacional-popular, decidiu indicar à *prefectura* do departamento e ao comando militar regional a dois ferrenhos adversários dos igualitários, Demetrio Roca e o coronel Ignacio Romero, respectivamente, que logo começariam a persegui-los. Há controvérsias sobre o porquê da atitude de Daza com relação a Ibáñez, mas certamente a fama de agitador "comunista" de que seus adversários o acusavam deve ter contribuído para provocar desconfianças por parte do presidente (MESA; GISBERT; MESA GISBERT, 2008, p. 442; MOLINA SAUCEDO, 2012; SCHELCHKOV, 2011, p. 62).

As novas autoridades locais fecharam o Clube da Igualdade e trataram de convencer o presidente a dissolver o Conselho Municipal de Santa Cruz, onde os igualitários tinham muita influência e participação. Em 29 de agosto, o *prefecto* Roca ordenou a prisão de Ibáñez sob justificativas de "segurança departamental". Entretanto, a situação financeira da *prefectura*

era então precária e o soldo das tropas encontrava-se atrasado há semanas, de modo que na noite de 1º de outubro os soldados se amotinaram e libertaram a Ibáñez, que seria aclamado em praça pública no dia seguinte e "nomeado" *prefecto* do departamento e comandante das tropas.

Começava assim a "Revolução da Igualdade", na qual os igualitários exerceram o poder *de facto* no departamento durante cerca de cinco meses e impuseram o fim da servidão, a distribuição de terras ociosas e a cobrança de impostos às classes abastadas locais, embora muitas das medidas anunciadas não tenham chegado a ser efetivamente implementadas pela falta de tempo e meios necessários (MESA; GISBERT; MESA GISBERT, 2008, p. 443; SCHELCHKOV, 2011, p. 74). Para pagar os salários atrasados das tropas locais, os igualitários impuseram contribuições e empréstimos forçados aos comerciantes ricos, muitos dos quais chegaram a ser aprisionados até que pagassem as quantias impostas, o que aumentava ainda mais o ódio e o temor dos notáveis abastados e a fama de perigosos comunistas dos igualitários. Durante todo o tempo em que estiveram no poder local, Ibáñez e seus colaboradores tentaram assegurar ao governo central de Daza sua lealdade e desejo de colaboração sem conseguir obter, entretanto, qualquer sucesso nesse objetivo. Assim, já sem esperanças de obter o reconhecimento central, Ibáñez declarou no natal de 1826 a Santa Cruz como Estado Federal do Oriente, ainda ressaltando sua lealdade ao poder do presidente Daza e à integridade territorial da República da Bolívia, mas conclamando aos demais departamentos a aderirem ao federalismo.

Consciente do iminente enfrentamento com as tropas centrais, Ibáñez passou a preparar a resistência, mas diante da impossibilidade de vitória, deixou a cidade de Santa Cruz rumo à fronteira com o Brasil em 3 de março de 1877, de onde pensava resistir. Seria capturado, no entanto, pelas tropas do governo no povoado de San Diego e fuzilado junto a seus camaradas no dia 1º de maio.

> A cruel e impiedosa repressão à revolução de Ibáñez é considerada um episódio sem precedentes na história boliviana do século XIX. Impressiona, sobretudo, a extensão da operação contra os igualitários, o tamanho da força e a insistência do governo em reprimir, o que contrasta com a confusão e a indecisão dos mesmos personagens mais tarde, durante a Guerra do Pacífico[240] [241] (SCHELCHKOV, 2011, p. 90. Tradução nossa).

[240] Daza, presidente quando do início da Guerra do Pacífico, notabilizou-se pela pusilanimidade com que conduziu a resistência boliviana à invasão chilena. O que exemplifica claramente a afirmação de René Zavaleta (2008) de que para a oligarquia boliviana de então o povo era um inimigo mais temível e uma maior ameaça a seu projeto de Estado que potências estrangeiras como o Chile.

[241] O texto em língua estrangeira é: "La cruel y despiadada represión de la revolución de Ibáñez es considerada como un episodio sin precedentes en la historia boliviana del siglo XIX. Impresiona, sobre todo, la extensión de la operación en contra de los igualitarios, el tamaño de la fuerza y la insistencia del gobierno en reprimir, lo que contrasta con la confusión y la indecisión de los mismos personajes un tiempo más tarde, durante la Guerra del Pacífico".

Terminava assim "o mais surpreendente experimento social na história da Bolívia do século XIX" [242] (SCHELCHKOV, 2011, p. 92. Tradução nossa) e o último grande embrião nacional-popular antes da consolidação definitiva dessa matriz no horizonte político boliviano. Assim como Belzu, durante muito tempo vilipendiado na historiografia oficial até sua reabilitação na memória nacional-popular no século XX, a insurreição de Andrés Ibáñez seria posteriormente apontada por Carlos Montenegro (1943, p. 184) como verdadeira precursora da revolução social na América do Sul. E embora não haja indícios de que Ibáñez ou os demais igualitários tenham se inspirado diretamente em Belzu, é interessante notar os vários paralelos que conectam às duas experiências.

Além da grande participação popular direta em ambas as experiências e da semelhança em suas bases sociais, majoritariamente conformadas por artesãos urbanos[243], a Revolução da Igualdade em Santa Cruz "foi também uma reação à destruição das estruturas e dos valores tradicionais" [244] (SCHELCHKOV, 2011, p. 92. Tradução nossa). E nesse sentido, de modo semelhante ao belzismo, apesar de sua clara orientação progressista também possuía alguns componentes conservadores, manifestados, por exemplo, no catolicismo praticante e no "nacionalismo cruzenho" defendido pelos igualitários que lhes levou a rejeitar alianças mais profundas com aliados em potencial como o Clube Democrático de Santa Cruz pela presença em seus quadros de judeus, maçons e imigrantes do altiplano boliviano. E no caso cruzenho, essa dissolução das estruturas e valores tradicionais locais vinha se acelerando precisamente pela consolidação do livre-cambismo no país após o desmantelamento das últimas políticas protecionistas após a saída de Belzu da presidência. Assim,

> Não é surpreendente que a política repressiva dos igualitários tenha caído com todo seu peso sobre os que simbolizavam esse avanço do capitalismo livre-cambista, os comerciantes. A base de apoio do movimento igualitário era composta de lavradores e artesãos endividados, quebrados e obrigados a vender suas propriedades aos comerciantes. O governo de Ibáñez era uma vingança social contra a elite comercial e latifundiária[245] (SCHELCHKOV, 2011, p. 92. Tradução nossa).

De acordo com Molina Saucedo (2012, p. 71–2), a Revolução da Igualdade levantou questões importantíssimas relativas ao enfrentamento das crescentes desigualdades sociais e a uma forma mais democrática de organização do Estado, com maior participação popular e

[242] O texto em língua estrangeira é: "el más sorprendente experimento social en la historia de Bolivia del siglo XIX".
[243] Cujos jornais e periódicos foram dos poucos a prestar apoio aos igualitários nas outras regiões bolivianas.
[244] O texto em língua estrangeira é: "fue también una reacción a la destrucción de las estructuras y de los valores tradicionales".
[245] O texto em língua estrangeira é: "No es sorprendente que la política represiva de los igualitarios haya caído con todo su peso encima de los que simbolizaban este avance del capitalismo librecambista, los comerciantes. La base de apoyo del movimiento igualitario la componían los labradores y artesanos endeudados, quebrados y obligados a vender sus propiedades a los comerciantes. El gobierno de Ibáñez era una venganza social contra la élite comercial y terrateniente".

uma maior autonomia regional capaz de dar conta do grande isolamento a que ainda estavam submetidos lugares como Santa Cruz. Temas relevantíssimos e que teriam que esperar ainda algumas décadas até voltarem a se colocar com força no horizonte político nacional.

3.2 – Da consolidação da república oligárquica à crise do Chaco

A catástrofe da Guerra do Pacífico serviu como pretexto para as elites bolivianas buscarem uma reestruturação do sistema político do país que superasse o caudilhismo militar até então imperante. Apontado então por essa elite como a grande causa do atraso nacional e da derrota que ocasionara a perda do litoral ao Chile, o caudilhismo foi substituído por um sistema partidário de participação restrita cujo objetivo era servir como método institucional de rotação das elites sem a convulsão provocada pelas disputas entre caudilhos, que tinha por inconveniente adicional permitir canais de mobilidade social demasiadamente abertos a *outsiders* (IRUROZQUI, 1994).

O novo sistema obteve um notável êxito para os fins a que se havia proposto, com uma longa e inédita subordinação das forças armadas ao poder civil (DUNKERLEY, 2006) e logrando obter inéditas duas décadas de transições constitucionais do mando presidencial sem interrupção por intentonas militares, somente interrompidas pela guerra civil de 1899, que por sua vez geraria mais duas décadas de governo constitucional até o golpe Republicano de 1920[246]. É preciso ressaltar, no entanto, que apesar da notável ordem obtida no período, as eleições realizadas, além do reduzido universo de eleitores eram marcadas por fraudes e violência (IRUROZQUI, 1994, 1996; KLEIN, 1969; MESA; GISBERT; MESA GISBERT, 2008), com os partidos disputantes abertamente comprando votos e mobilizando a verdadeiras tropas de choque compostas por setores urbanos subalternos para intimidação dos adversários.

> Os grupos subalternos foram o instrumento de que se valeram os contendores para a negociação e a tomada do poder político, bem como para a legitimação de seus candidatos como representantes nacionais da opinião do "povo". O setor da elite que monopolizasse o consenso popular obtinha assim uma forma de pressão frente aos outros grupos, ainda que isto não significasse o reconhecimento do direito dos grupos subalternos à intervenção política, nem de sua condição de cidadania. Eles eram considerados imprescindíveis na medida em que favorecessem a circulação interna das elites, mas eram deixados de lado quando almejavam

[246] Mesmo as duas mencionadas interrupções foram basicamente assuntos civis conduzidos por frações da elite, e não golpes militares como os que haviam sido extremamente comuns no período do caudilhismo (ver KLEIN, 1968b).

> reivindicações próprias que questionassem sua participação pública sem representação real[247] (IRUROZQUI, 1994, p. 28. Tradução nossa).

Entretanto, da mesma maneira que o ritual formal dos caudilhos em legitimar seu poder com a promulgação de uma constituição e sua "eleição" pelo Congresso foi consolidando a ideia de governo representativo republicano (ver IRUROZQUI, 1996, 2000a, 2011; PERALTA RUIZ; IRUROZQUI, 2000), também essa participação subordinada ajudou a consolidar nesses setores sua ideia de pertencimento à nação e ia expondo as contradições da oligarquia. Pois em sua luta política intraclasse as frações da elite precisavam recorrer a esses setores excluídos da cidadania política tomando sempre o cuidado de não ir longe demais e despertar forças que não pudesse conter e os lados em disputa se acusavam mutuamente por esse recurso ao "populacho", comum a ambos.

> A pesar das restrições eleitorais, desde muito cedo os membros das Uniões Operárias e Artesãs e os colonos das *haciendas* foram votantes, participaram dos bandos de intimidação, participaram dos comícios, homenagearam aos candidatos e participaram em suas organizações[248] (IRUROZQUI, 1996, p. 702. Tradução nossa).

O tabu principal, entretanto, era o recurso aos camponeses indígenas, rompido pelo Partido Liberal em 1899 durante a Guerra Federal com a mobilização do exército índio de Zárate Willka contra os conservadores de Sucre (ver capítulos 1 e 2). Após essa inédita[249] e efêmera aliança com os indígenas, entretanto, o horror provocado entre a oligarquia pela mobilização militar indígena contra setores da elite crioula gerou como consequência uma racialização mais explícita das bases de exclusão social até ali ainda latente, e os estereótipos do "*cholo* arrivista"[250] começaram a povoar os discursos da época (SORUCO SOLOGUREN, 2012).

---

[247] O texto em língua estrangeira é: "Los grupos subalternos fueron el instrumento del que se valieron los contendientes para la negociación y la toma del poder político, al igual que para la legitimación de sus candidatos como representantes nacionales de la opinión del "pueblo". El sector de la elite que monopolizara el consenso popular obtenía asi una forma de presión frente a los otros grupos, aunque ello no significaba el reconocimiento del derecho de los grupos subalternos a la intervención política ni de su condición de ciudadanía. Se les consideraba imprescindibles en la medida en que favorecieran la circulación interna de las elites, pero se les dejaba de lado en cuanto pretendieran reivindicaciones propias que cuestionaran su participación pública sin representación real."

[248] O texto em língua estrangeira é: "Pese a las restricciones electorales, desde muy temprano los miembros de las Uniones Obrera y Artesana y los colonos de hacienda fueron votantes, formaron las mazorcas de matones, acudieron a los mítines, homenajearon a los candidatos y participaron en sus organizaciones".

[249] Na deposição do caudilho Mariano Melgarejo (1864-71), os opositores também haviam recorrido à mobilização de indígenas descontentes com o processo de usurpação de suas terras, mas a profundidade da aliança entre Liberais e indígenas durante a Guerra Federal fora muito maior, fazendo dela um evento qualitativamente distinto.

[250] A exclusão indígena e uma visão preconceituosa para com os mestiços por parte da minoria crioula eram fatos concretos no país, mas somente a partir de fins do século XIX, e especialmente após os sucessos da Guerra Federal, ambos começaram a ser mais elaborados em termos explicitamente racistas de superioridade/inferioridade, incorporando fortemente as teorias raciais pseudocientíficas de então. Ademais, na virada do século XX, havia uma população cada vez maior de mestiços e indígenas habitando as cidades, notadamente La Paz. Essa camada da população dedicava-se principalmente ao comércio e exercia na prática uma função de intermediários entre cidade e campo indígena, através da qual muitos obtiveram notável

Mas o período 1880-1920 foi também marcado por grande modernização do país, com uma grande expansão de estradas e ferrovias, implantação do telégrafo e absorção de novas tecnologias na indústria mineira. E essa modernização trouxe consigo um aumento na urbanização e da complexidade social, com a emergência, especialmente já entrado o século XX, de uma nova classe média[251] ilustrada e um incipiente proletariado urbano que aos poucos começam a afirmar com maior força seus próprios interesses, descolando-se dos interesses da oligarquia dominante e "seu protagonismo nos comícios implicou em que desde as eleições de 1913 os partidos se vissem obrigados a introduzir projetos de legislação trabalhista em seus programas políticos"[252] (IRUROZQUI, 2000a, p. 297). Data de 1905 a fundação do primeiro sindicato moderno da Bolívia, entre os trabalhadores gráficos, e em 1918 se estabelecia a primeira federação sindical de caráter nacional entre os trabalhadores ferroviários. Por essa época, federações sindicais locais conhecidas como Federações Operárias do Trabalho (FOT) já haviam se estabelecido nas principais capitais departamentais, como Oruro, Potosí, Cochabamba e La Paz e em 1920 o país experimenta seu primeiro ciclo mais amplo de greves, com o governo precisando utilizar tropas para sufocar uma greve ferroviária em fevereiro e uma greve nacional dos trabalhadores gráficos em fins de junho daquele ano (KLEIN, 1969, p. 61–3).

Em 1920 surgiria o primeiro partido de base artesã-proletária, o Partido Operário Socialista fundado em La Paz e que daria origem a outras versões locais em lugares como Oruro e Uyuni e que se fundiriam em um Partido Socialista de efêmera duração e caráter nacional em 1921, mas seu programa era ainda bastante moderado e apesar do socialismo em seu nome, longe de quaisquer consignas verdadeiramente revolucionárias. Mas embora crescente, o poder desse nascente operariado era ainda bastante limitado, especialmente porque as tentativas iniciais de sindicalização dos trabalhadores mineiros, espinha dorsal da economia boliviana, fracassaram entre 1906 e 1907 e só iriam verdadeiramente avançar

progresso econômico. Essa afluência financeira, por vezes maior que a de setores da elite crioula, gerava nesta imensos receios, pelo que passaram a articular um discurso social sobre o "cholo" bastante pejorativo baseado nestas mesmas teorias (ver SORUCO SOLOGUREN, 2012).

[251] Como argumenta James Malloy (1970, p. 40–1), o uso do termo "classe média" para descrever esse grupo é problemático, pois a própria divisão do país em classes também o era, devido a aspectos da estrutura social boliviana que as aproximavam muito mais de "estamentos" que do conceito moderno de "classes". No caso desse grupo, ao qual trato por classe média emergente na falta de melhor termo, sua composição contava com advogados, médicos, gerentes, engenheiros, professores, pequenos comerciantes e burocratas presentes quase que exclusivamente nos centros urbanos mais importantes do altiplano ocidental que então eram a única zona efetivamente nacional do país.

[252] O texto em língua estrangeira é: "su protagonismo en los comicios supuso que desde la elecciones de 1913 los partidos se viesen obligados a introducir en sus programas políticos proyectos de legislación laboral".

algumas décadas mais adiante[253]. As primeiras influências marxistas no país também se iniciam ainda nos anos 1920, embora fosse ainda um marxismo pouco doutrinário e de certa forma confuso e bastante mesclado com um nacionalismo econômico e indigenismo, do qual o maior expoente seria Tristán Marof[254].

O crescente descolamento da classe média dos interesses oligárquicos, entretanto, começaria a ter efeitos concretos sobre o sistema político do país mais cedo. Por mais poderosa que fosse a oligarquia boliviana, ela dependia de um cada vez mais numeroso setor intermediário letrado para exercer seu poder sem maiores convulsões. Como lembra Irurozqui (1994, p. 198. Tradução nossa), "o consenso é um elemento primordial da dominação porque tem o efeito de fazer do dominado responsável por sua própria condição"[255], e a rigidamente estratificada sociedade boliviana funcionava porque a grande maioria dessa camada intermediária se identificava com os interesses da oligarquia mesmo que o fizesse às vezes simplesmente para, associada de forma subalterna às verdadeiras elites, diferenciar-se da grande massa plebeia e indígena abaixo. Ao começar a reconhecer seus interesses diretos como distintos dos da oligarquia, essa classe média foi corroendo as bases do sistema vigente.

Uma das principais razões para esse crescente descolamento da classe média reside no fato de que a indústria do estanho, que a partir de fins do século XIX se constituíra na base de sustentação da economia do país e proporcionara esse ciclo de modernização, atingira seu auge por volta de 1920 e a partir daí iniciara um longo ciclo de *boom* e *bust* a partir das tendências ascendentes ou descendentes do preço internacional da *commodity*. Com praticamente nenhuma nova adição tecnológica ou de capital significativa e em adição ao natural processo de esgotamento das jazidas, o praticamente único setor econômico moderno relevante entrara numa tendência irreversível de decadência de longo prazo que se espalhava

[253] Crucial para esses fracassos, entre outros motivos, foi o fato de que as elites políticas que então começavam a realizar leves reformas e mostrar alguma tolerância frente aos impulsos organizativos dos setores subalternos, não demonstravam a mesma tolerância frente aos trabalhadores do principal setor econômico boliviano, reprimindo-o severamente como o fez Saavedra com os mineiros de Uncía em 1923 (ver WHITEHEAD, 1981 sobre o difícil processo de organização sindical mineira. Ver também MALLOY, 1970, p. 53–4). A mesma intolerância era demonstrada também com quaisquer iniciativas reivindicativas maiores por parte da população indígena, que também começava a receber algumas benesses sob a forma de políticas indigenistas. O próprio Saavedra, que iniciara várias dessas iniciativas (ver GOTKOWITZ, 2007), tampouco teve qualquer pudor em sufocar brutalmente a rebelião de Jesus de Machaca em 1921.

[254] Pseudônimo de Gustavo Navarro. Foi um dos fundadores do Partido Operário Revolucionário (POR) em 1935, com o qual romperia por desejar um partido de caráter menos classista e mais eclético e fundaria o Partido Socialista Operário Boliviano (PSOB). Sua primeira obra importante seria *La Justicia Del Inca*, de 1926, onde cunharia a célebre consigna que se converteria em resumo do programa da Revolução de 52 de "terras ao índio, minas ao Estado". Apesar de seu prestígio intelectual, teve uma trajetória errática como líder político, chegando inclusive a apoiar a ditadura direitista de René Barrientos (1964-69) e morreria esquecido em Santa Cruz em 1979 (ver SCHELCHKOV, 2009).

[255] O texto em língua estrangeira é: "el consenso es un elemento primordial de la dominación porque tiene el efecto de hacer al dominado responsable de su propria condición"

ao resto da economia urbana do país, cada vez mais estagnada. Assim, a mobilidade interna dentro do setor da elite boliviana se contraía significativamente e em especial para a subelite dependente que era essa classe média, gerando uma crescente ameaça ao estilo de vida economicamente remediado e estável da mesma e um descolamento cada vez maior entre as expectativas de suas gerações mais jovens e as oportunidades efetivamente encontradas (ver MALLOY, 1970).

Essa gradual mudança em curso suscitou por parte dos partidos tradicionais alguns sinais de mudança e adaptação através de pequenas reformas progressistas como as defendidas pelo Partido Republicano em seu manifesto fundacional de 1915:

> o manifesto incluía um curto parágrafo demandando moderadas reformas legislativas em questões sociais e uma conclamação nacionalista pelo estímulo ao crescimento dos capitais nacionais em detrimento do capital estrangeiro. [...Apesar de sua moderação] o manifesto republicano continha nessas duas posições, no entanto, uma antecipação do estado de coisas porvir[256] (KLEIN, 1969, p. 49. Tradução nossa)

Após chegar à presidência com o golpe orquestrado pelos republicanos em 1920, Bautista Saavedra (1921-25)

> enviou ao congresso projetos de lei para compensação por acidentes de trabalho, leis de compensação especial por saúde e acidentes para os mineiros, legislação para direito ampliado de greve e procedimentos de arbitragem e finalmente um código de horas mínimas [de trabalho]. Suavizadas e restringidas em seu impacto pelo congresso, essas leis foram ainda assim as primeiras do tipo aprovadas na Bolívia, e indiscutivelmente representaram uma grande vitória para as classes trabalhadoras bolivianas e foram um primeiro passo no que viria a ser um longo e árduo processo de melhoria social através da legislação[257] (KLEIN, 1969, p. 71. Tradução nossa).

Também seu sucessor, Hernando Siles (1926-30) após romper com Saavedra funda o Partido Nacionalista e busca atrair para sua base de apoio o nascente e radicalizado movimento estudantil boliviano organizado na Federação Universitária Boliviana (FUB)[258] e promove mais algumas reformas moderadas no sistema político. Como já visto, na fundação do partido jovens intelectuais radicalizados como Augusto Céspedes e Enrique Baldivieso chegaram, inclusive, a escrever um esboço de programa partidário bastante avançado e radical para o contexto da época, mas que seria abortado pela maioria mais conservadora do partido

[256] O texto em língua estrangeira é: "the manifesto included a short paragraph calling for mild legislative reforms on social issues, and a nationalist call for the encouragement of the growth of national as opposed to foreign capital. […Despite its moderation] the Republican manifesto nevertheless contained an important foretaste of things to come in these last two positions".

[257] O texto em língua estrangeira é: "presented to his congress projected laws on compensation for work accidents, special health and accident compensation benefit laws for miners, an amplified right to strike an arbitration procedure legislation, and finally a minimum hours' code. Ultimately toned down and greatly restricted in their impact by congress, these laws were nevertheless the first ever passed in Bolivia, and undoubtedly represented a major victory for the Bolivian working classes and a primary step in what was to be a long and hard process of social advancement through legislation".

[258] A radicalização do movimento estudantil não era fortuita, pois este se constituía precisamente das novas gerações dessa classe média educada para aspirar a um nível de vida e posição cada vez mais difíceis de serem encontradas no sistema política nacional.

(KLEIN, 1969, p. 92). Apesar de prematuramente abandonado, no entanto, ele era um claro indicativo tanto das mudanças em curso quanto da resiliência da elite política tradicional em abraçá-las firmemente[259].

Somente o fiasco militar da Guerra do Chaco e a implosão por ele provocada no sistema político tradicional seriam capazes de finalmente proporcionar o "encontro com a nação"[260] (ZAVALETA MERCADO, 2008. Tradução nossa) necessário para inscrever de vez a matriz nacional-popular no palco principal da política boliviana. Não há dúvidas de que a Guerra do Chaco (1932-35) marca um antes e um depois na história política contemporânea da Bolívia. O país entrou na guerra como

> uma economia exportadora extremamente tradicional e subdesenvolvida e saiu do conflito com as mesmas características. Mas deixou de ser uma das sociedades menos mobilizadas da América Latina em termos de ideologia radical e organização sindical para ser uma das mais mobilizadas[261] (KLEIN, 2003, p. 177. Tradução nossa).

Houve também uma significativa urbanização do país com muitos veteranos que, ao regressar da guerra, abandonavam a zona rural e migravam para as cidades.

A guerra, a mais sangrenta do continente no século XX, deflagrou-se devido à arrogância do presidente boliviano, Daniel Salamanca (1931-34), após conflitos de fronteira menores com o Paraguai que ele transformou em uma escalada militar completa com a crença de que poderia vencer facilmente o conflito e desviar a atenção da má situação econômica do país causada pela queda nos preços internacionais do estanho. O desastre subsequente que seria a guerra abalou profundamente os pilares em que se baseava a excludente ordem social boliviana e serviu de importante catalisador do processo de fermentação política que em última instância conduziria o país à Revolução de 1952 (KLEIN, 1967, 1968a, b, 1969) [262]. De fato, autores que como James Malloy (1970), Forrest Hylton e Sinclair Thomson (2007) ou Laurence Whitehead (2003) tratam a Revolução Boliviana como um processo/conjuntura mais do que como um evento apontam a aceleração das turbulências sociais do pós-guerra como a abertura da conjuntura revolucionária que atingiria sua culminação em 1952.

Salamanca seria derrubado por um golpe organizado por jovens oficiais das forças armadas em 1934 e inicialmente substituído por seu vice-presidente, Tejada Sorzano, no que

---

[259] Muitos dos líderes dessa tentativa de radicalização do programa do Partido Nacionalista dariam origem no pós-Chaco à Célula Socialista Boliviana, embrião do Partido Socialista de Baldivieso e futuramente do próprio MNR (ver KLEIN, 1965, 1969).

[260] O texto em língua estrangeira é: "encuentro con la nación".

[261] O texto em língua estrangeira é: "a highly traditional, underdeveloped, and export-dominated economy and emerged from that conflict with the same characteristics. But it changed from being one of the least mobilized societies in Latin America, in terms of radical ideology and union organization, to one of the most advanced".

[262] Essa interpretação é matizada por James Dunkerley (2003), que sem desconhecer a importância ideológica dos desdobramentos pós-Chaco na concretização da revolução busca explicá-la a partir de uma interação entre tais fatores e razões econômicas.

prenunciava a possibilidade de uma manutenção do regime vigente sem maiores mudanças (KLEIN, 1968b, p. 109–10). Mas a magnitude do fiasco e as cada vez mais claras evidências de que suas causas residiam na inépcia, corrupção, covardia e mentiras das elites políticas que a conduziram[263] converteram-no em um verdadeiro momento constitutivo da política boliviana de cujas consequências não seria possível escapar.

3.3 – Do Socialismo Militar à Revolução: ascensão do nacional-popular boliviano

A Guerra do Chaco consolidou a crescente clivagem geracional tornando-a uma brecha definitiva, com a chamada Geração do Chaco assumindo a vanguarda da efervescência política que se iniciaria no país e permanecendo ainda por algumas décadas na vanguarda da política nacional. A experiência na frente de combates, embora ali também houvesse se reproduzido muito da lógica de castas da sociedade[264], proporcionou a muitos jovens uma convivência muito mais direta com a diversidade social boliviana ao colocá-los lado a lado com bolivianos das mais diversas regiões e extratos sociais. Indígenas, mestiços e brancos combateram lado a lado e regressariam da guerra com um sentimento comum de nação antes largamente inexistente e com ideais de justiça social e transformação política que teriam importantes consequências no horizonte do nacional-popular.

O nascente movimento sindical que havia sido quase completamente desarticulado pela repressão e legislação draconiana de Salamanca em 1932 logo voltaria a se rearticular com mais força, a ponto de já em 1936 conseguir convocar com êxito uma greve geral, e novos grupos radicais e nacionalistas começaram a se multiplicar (KLEIN, 1965, 1969;

[263] Por diversos momentos, Daniel Salamanca mentira acerca dos objetivos e resultados da guerra, além de entrar constantemente em conflito com o Estado Maior das Forças Armadas acerca da condução das atividades bélicas. Salamanca havia mesmo iniciado a guerra baseado em uma mentira e contra as recomendações de seu Estado Maior e mudou diversas vezes seu comando militar sempre que os comandantes se impunham a suas ordens erráticas e inconsequentes. O governo também negligenciou questões logísticas importantes, resultando em desabastecimento de tropas no fronte, ao que se soma a incompetência e mesmo covardia de muitos dos oficiais mais graduados durante o conflito (ver DUNKERLEY, 2006; KLEIN, 1965, 1968a, 1969).

[264] Embora Salamanca tenha decretado uma convocação geral obrigatória para a guerra, membros das classes mais abastadas conseguiam com facilidade liberação do recrutamento, enquanto indígenas chegavam a ser literalmente caçados em suas comunidades ou nas *haciendas* em que trabalhavam como peões e enviados à frente de combates. Lá, eram usados como verdadeira bucha de canhão e submetidos a tratamentos humilhantes pelos oficiais, enquanto membros da classe média cumpriam em geral funções administrativas e de retaguarda. A guerra foi usada também por Salamanca para se livrar de lideranças sindicais ou dos pequenos grupos de esquerda radical, com seus líderes sendo enviados ao fronte junto com os índios e muitas vezes executados pelos próprios oficiais bolivianos. Quando não era o caso, entretanto, muitos desses líderes aproveitavam a oportunidade para incitar deserções e fazer proselitismo político entre as tropas, contribuindo assim também para a politização da geração em geral (ver KLEIN, 1969).

LORINI, 2006). Mas mais importante ainda num primeiro momento foi a consolidação do descolamento da classe média das lideranças políticas tradicionais com o surgimento dos primeiros grupos de esquerda moderada que logo pautariam a agenda dos primeiros anos com uma versão diluída de parte das propostas que vinham sendo difundidas pelos grupos mais radicais já há anos[265]. Ainda que já anteriormente citado, vale a pena repetir, para efeitos de ênfase necessária, que

> [A classe média] correspondia a quase 90 por cento do universo de eleitores, e sua deserção teve um impacto crucial no sistema político boliviano. Em eleição após eleição entre 1935 e 1951 as classes médias expressaram sua crescente autoconsciência abandonando a liderança política tradicional em números cada vez maiores até que por volta de 1951 elas literalmente votaram o sistema tradicional para fora do governo e apoiaram um candidato abertamente revolucionário[266] (KLEIN, 1969, p. 208. Tradução nossa; ver também MALLOY, 1970, p. 40–2).

Embora, como dito, a princípio a derrubada de Salamanca parecesse indicar uma manutenção em grande medida do status quo, as disputas de rumo entre os partidos tradicionais acerca da sucessão do presidente Tejada Sorzano[267], aliada à mencionada greve geral de 1936 à qual as forças armadas se recusaram a reprimir serviram de pretexto para o retorno dos militares à cena política após mais de cinquenta anos. Um novo momento começaria quando em 17 de maio de 1936 as forças armadas anunciaram a tomada do governo com o objetivo de "implantar o Socialismo de Estado com a ajuda dos partidos da esquerda"[268] (David Toro apud. KLEIN, 1965, p. 35. Tradução nossa) em uma junta militar sob a presidência do coronel David Toro.

---

[265] De acordo com Klein (1965, p. 30, nota 17. Tradução nossa), "Uma diferença crucial entre os dois grupos [esquerda radical e moderada] era sua atitude em relação ao índio e o papel dos trabalhadores na nova ordem. Para os moderados, o problema do índio era ignorado ou considerado um problema educativo, e os direitos laborais deveriam ser concedidos de cima para baixo pelas classes médias. Os radicais, por sua vez, clamavam por uma reforma agrária violenta e um governo pós-revolucionário composto por índios, trabalhadores e elementos da classe média". [O texto em língua estrangeira é: "A key distinction between the two groups [radical and moderate left] was their attitude toward the Indian and the role of labor in the new order. For the moderates the problem of the lndian was either ignored or considered a problem of education, and the rights of labor were to be granted only from above by the middle classes. The radicals on the other hand called for violent land reform and a post-revolutionary government made up of lndian, worker, and middle class elements"].

[266] O texto em língua estrangeira é: "[The middle class] accounted for almost 90 per cent of the voting population, and its defection had a crucial impact on the Bolivian political system. In election after election in the years from 1935 to 1951 the middle classes expressed their increased self-consciousness by abandoning the traditional political leadership in ever larger numbers until by 1951 they literally voted the traditional system out of office and supported an openly revolutionary candidate".

[267] O Partido Republicano Genuíno pugnava pela posse do escritor Franz Tamayo, que havia vencido as eleições realizadas em 1934, mas cujos resultados ficaram suspensos com a deposição de Salamanca pelos militares no mesmo ano. Por sua vez, os Liberais buscavam prorrogar a presidência de Tejada Sorzano e o Partido Republicano Socialista liderado por Bautista Saavedra mantinha uma posição ambígua, flertando ao mesmo tempo com uma coalizão com os demais partidos tradicionais e os novos grupos de esquerda e os jovens oficiais das forças armadas (ver KLEIN, 1965, p. 33).

[268] O texto em língua estrangeira é: "to implant State Socialism with the aid of the parties of the left".

Iniciava-se ali o período conhecido como Socialismo Militar, mas os objetivos concretos desse socialismo eram incertos mesmo para seus líderes, envoltos em uma espécie de romantismo voluntarista sem uma ideologia bem definida ou uma rota de caminho adequada e com fortes influências do fascismo italiano e seu Estado corporativo por parte de muitos dos oficiais. Tanto o governo de Toro (1936-37) quanto o de Germán Busch (1937-39), que lhe sucederia em um golpe dentro do golpe motivado pelo descontentamento das forças armadas pelo descompasso entre o desejo anunciado de mudanças e as mudanças efetivamente conquistadas, foram marcados por idas e vindas e um extremo experimentalismo. E, no entanto, apesar de todas as suas contradições o período do Socialismo Militar foi um dos mais politicamente ricos do século XX boliviano e deixaria legados concretos e simbólicos dos mais importantes.

A principal liderança do movimento era o jovem major Germán Busch, um dos poucos verdadeiros heróis bolivianos no fiasco que fora a Guerra do Chaco. Sua liderança e competência militar foram decisivas para a vitória boliviana na Batalha de Villamontes, em 1935, que freou a ofensiva paraguaia e evitou perdas territoriais ainda maiores para a Bolívia, incluindo seus campos de petróleo. Sua atuação no fronte rendeu-lhe o posto de chefe do Estado Maior das Forças Armadas e colocou-lhe como líder nato do grupo de jovens oficiais que voltou da guerra com ânsias de reformar o país, mas sua reconhecida falta de sofisticação intelectual e política levou-lhe num primeiro momento a escolher o coronel Toro como presidente da junta (KLEIN, 1965, 1967, 1969).

Toro contava no início com o apoio do Partido Republicano Socialista (PRS)[269] do ex-presidente Saavedra e do Partido Socialista de Enrique Baldivieso, mas o governo nunca desenvolveu um programa claro e consistente das mudanças que buscava implantar e ao mesmo tempo em que criava o primeiro Ministério do Trabalho e nomeava ministro o sindicalista e principal líder da greve de 1936, Waldo Álvarez, também se cercava de conservadores ligados à velha oligarquia e procrastinava muitas das iniciativas anunciadas mais à esquerda. Toro era nas forças armadas uma espécie de elo intermediário entre os oficiais mais graduados e os jovens oficiais radicalizados, de forma semelhante à que o PRS de Saavedra exercia entre os novos grupos pós-Chaco e os partidos tradicionais. Assim, seu governo mantinha-se num tênue equilíbrio sinalizando mudanças em sintonia com a efervescência social do momento, mas sem avançar mais concretamente contra os interesses

[269] Buscando sobreviver aos novos tempos, Bautista Saavedra mostrou mais uma vez sua astúcia reciclando seu velho Partido Republicano ao agregar-lhe o epíteto Socialista, de modo que pode permanecer na cena política apesar da rejeição generalizada aos partidos oligárquicos tradicionais.

oligárquicos. O Ministério do Trabalho, por exemplo, criara comissões para elaborar um novo marco trabalhista, mas encontrava indiferença no presidente e hostilidade de vários outros ministros e colaboradores e o ministro Álvarez viria a ser substituído por um advogado do megaempresário mineiro Mauricio Hochschild após cinco meses no cargo. Do mesmo modo, Toro prometera em novembro de 1936 a convocação de uma Assembleia Constituinte, mas nunca efetivava a promessa, o que ia gerando impaciência em Germán Busch, a grande eminência parda do regime.

O primeiro sinal de insatisfação de Busch com a falta de mudanças concretas veio ainda no primeiro ano, em junho de 1936, quando cansado das disputas entre o PRS e os socialistas de Baldivieso por maior influência no governo, decretou sem consultar Toro que a participação dos partidos políticos se encerraria ali com a constituição de um governo puramente militar. Mais tarde, em março de 1937, Busch anunciou sua renúncia ao Estado Maior como sinal de descontentamento, mas sua renúncia fora recusada pelos oficiais das forças armadas, demonstrando sua autoridade sobre o exército.

> A renúncia de Busch era o equivalente a um voto de não-confiança no governo e o regime de Toro foi consideravelmente abalado. Ainda que Busch tenha sido persuadido a permanecer, por meio de fortes súplicas e promessas, o governo Toro percebeu que tinha de produzir resultados dramáticos ou enfrentar o certo fim em um golpe de estado[270] (KLEIN, 1965, p. 49. Tradução nossa).

A pressão surtiu efeito e fez com que Toro, em busca de mostrar resultados concretos, decretasse apenas dez dias depois a estatização da Standard Oil e a criação da estatal petroleira Jazidas Petrolíferas Fiscais Bolivianas (YPFB). O presidente resolveu um antigo litígio do Estado com a empresa aproveitando-se de provas de contrabando de combustível pela empresa para a Argentina durante a guerra para decretar a confiscação de seus bens, cláusula prevista no contrato para tal delito, e obteve amplo respaldo popular a sua medida e uma importante sobrevida em seu governo. Toro tentou ainda organizar a partir de abril um Partido Socialista do Estado (PSE) que lhe servisse de base de sustentação e diminuísse sua dependência nas forças armadas. O embriônico PSE dava sinais promissores, especialmente após a adesão de um importante número de ex-membros do Partido Socialista de Baldivieso e de sinais da Confederação Sindical de Trabalhadores Bolivianos (CSTB) de que poderia aderir, mas o desgaste de Toro com as forças armadas já havia atingido um ponto de não retorno, seu governo tinha os dias contados e com sua queda a iniciativa partidária seria abortada. Em 10 de julho a Legião de Ex-Combatentes (LEC), organização de veteranos da

[270] O texto em língua estrangeira é: "The resignation of Busch was tantamount to a vote of no confidence in the Government and the Toro regime was considerably shaken by it. While Busch was persuaded to stay, by strong entreaties and promises, the Toro Government realized that it had to produce some dramatic results or it faced the sure end of a golpe de estado"

Guerra do Chaco anunciou que Busch era seu líder máximo. Na noite seguinte, Busch e o general Enrique Peñaranda se reuniriam com Toro para anunciar-lhe que ele havia perdido a confiança das forças armadas. No dia 13 de julho, Toro renunciaria à presidência, deixando o caminho livre para Busch assumir o papel principal (KLEIN, 1965, p. 51–2, 1967, p. 168).

A princípio, o golpe de Busch levantou dúvidas sobre a própria continuidade do experimento do Socialismo Militar, no que os partidos tradicionais e a imprensa ligada a eles e à oligarquia buscaram em seu próprio interesse contribuir significativamente (KLEIN, 1967, p. 168). Os confusos pronunciamentos iniciais de Busch não ajudavam muito a esclarecer as dúvidas, e a nomeação para o cargo de ministro de Finanças do conservador líder da Associação de Grandes Mineradores, Federico Gutiérrez Granier, reforçavam a impressão de uma guinada à direita apesar da nomeação de Enrique Baldivieso para as Relações Exteriores. Mas

> Apesar de mostrar uma tendência conservadora na esfera econômica[271], o governo Busch assumiu a atitude mais radical de Toro na arena política. Em agosto os registros civis foram abertos para inscrever eleitores para as eleições à assembleia constituinte que Toro havia estado planejando[272] (KLEIN, 1967, p. 170. Tradução nossa).

Busch permitiu o retorno ao país de Tristán Marof após dez anos de exílio e permitiu à LEC e à CSTB lançarem candidatos à constituinte como se fossem partidos regulares e com total apoio do governo. Esse seria, sem dúvidas, o momento mais importante do período na constituição dos horizontes futuros do nacional-popular boliviano. Em grande medida, a AC de 1938 foi um importante momento de cristalização política da geração do Chaco, pois além dos méritos próprios da Constituição de 1938 ali gestados, a constituinte foi um palco importantíssimo onde debutariam muitos dos principais líderes políticos bolivianos dos próximos anos e onde se discutiram ideias radicais de mudança que, mesmo rejeitadas ou aprovadas de maneira diluída no texto final, se constituíram na base da agenda revolucionária dos anos vindouros.

A nova constituição marcou a entrada da Bolívia no chamado "constitucionalismo social" que começava a avançar na América Latina a partir da promulgação da Constituição Mexicana de 1917. Em suma, as cartas constitucionais deixavam de ser um texto cuja essência liberal era basicamente uma defesa legalista da propriedade privada e das liberdades dos cidadãos frente ao Estado, para se tornarem uma espécie de programa de ação para o

[271] Busch dera carta branca a seu conservador ministro de Finanças, que fechou lojas de alimentos subsidiados e acabou com programas governamentais de apoio às classes populares criados por Toro (ver KLEIN, 1967, p. 170).

[272] O texto em língua estrangeira é: "While showing a strong conservative tendency in the economic sphere, the Busch regime began to assume the more radical attitude of the Toro government in the political area. In August the civil registers were opened to inscribe voters for the elections of the constitutional convention which Toro had been planning."

Estado em busca da garantia do bem-estar e justiça social para seus cidadãos (KLEIN, 1966, 1967, 1969; ver também RODRÍGUEZ VELTZÉ, 2008). Nesse espírito, a carta magna de 1938 definia pela primeira vez a propriedade privada não como um direito absoluto, mas sim como um direito derivado cuja garantia por parte do Estado dependia do cumprimento de uma função social. Além disso, em sintonia com o nacionalismo econômico dos novos tempos a constituição definiu que nenhuma companhia estrangeira poderia apelar a instâncias internacionais em litígios com o Estado e que todas elas estariam sujeitas às mesmas leis que as empresas nacionais, que nenhum cidadão estrangeiro poderia possuir terras numa faixa de 50 milhas da fronteira e estabelecia o monopólio estatal na exportação de petróleo (KLEIN, 1966, p. 269). A constituição estabeleceu ainda o princípio geral de que o Estado deveria assumir o controle direto da economia para garantir a dignidade humana de seus cidadãos, aumentando enormemente seus poderes regulatórios, e uma série de direitos sociais e trabalhistas a serem garantidos, tais como seguro por acidentes de trabalho, férias anuais, benefícios médicos, salário mínimo e jornada definida (KLEIN, 1966, p. 270–2).

Mas como mencionado, em certo sentido as propostas mais radicais derrotadas na AC foram tão ou mais importantes quanto as revolucionárias novas cláusulas aprovadas, pois o heterogêneo bloco de esquerda da assembleia reconhecia que provavelmente não tivesse a força social suficiente para implementar mesmo essas cláusulas mais moderadas. E a discussão das propostas mais radicais deu o tom dos debates que viriam posteriormente e constituíram uma parte significativa do programa revolucionário que se cristalizaria mais adiante. Assim, nos debates sobre o artigo referente à natureza da propriedade privada, o grupo radical liderado entre outros por Victor Paz Estenssoro e Walter Guevara Arze buscou incluir uma segunda parte demandando uma reforma agrária imediata dos latifúndios improdutivos, com Guevara Arze inclusive propondo a distribuição dessas terras aos indígenas sob a forma de propriedades comunais (KLEIN, 1966, p. 269; ver também GOTKOWITZ, 2007, p. 123–4). Nos debates sobre o monopólio sobre a exportação de petróleo, a esquerda radical da AC havia buscado que o artigo se referisse ao monopólio sobre a exportação de minerais, no que teria sido o mais radical aumento do controle estatal sobre sua principal riqueza, a indústria do estanho, sem chegar à expropriação (KLEIN, 1966, p. 170–1).

> A Constituição de 1938 era em essência um catálogo de direitos humanos e responsabilidades sociais. Que essa revolucionária nova constituição não duraria tanto quanto a de 1880 que substituía fora claramente reconhecido pelos próprios homens que a escreveram, pois eles claramente percebiam que novas gerações redefiniriam em termos bem mais radicais as necessidades e obrigações do Estado. Mas mesmo quando novas constituições foram escritas nas seguintes décadas, elas representaram mais que qualquer outra coisa emendas à carta de

> 1938, emendas que refletiam o cada vez maior poder da esquerda e dos movimentos trabalhistas na sociedade boliviana[273] (KLEIN, 1966, p. 276. Tradução nossa).

Mas Busch, apesar de ter convocado a AC de 1938, era intelectualmente pouco sofisticado e entendia pouco a natureza dos embates ali travados e o alcance das novas resoluções aprovadas. Assim, ele buscou construir um Partido Socialista oficial que servisse de base ao governo, mas nunca foi capaz de dar apoio suficiente à iniciativa para que ela prosperasse. Busch via ingenuamente o processo de reforma da sociedade boliviana em termos morais e, acostumado ao comando indiscutido e às hierarquias militares, perdia facilmente a paciência diante dos desacordos e debates inerentes ao processo político. Apesar de haver sido eleito presidente constitucional para um mandato de quatro anos pela AC, ele decidiu em abril de 1939 converter-se em ditador, suspendendo as eleições parlamentares previstas para maio desse ano e apelando à nação por apoio na grande cruzada moral que empreenderia (KLEIN, 1967, p. 178). Após a implementação da ditadura, Busch declarou que a Constituição de 1938 ainda estava em efeito, embora ele se arrogasse poderes de legislar por decreto e tenha em seguida emitido uma série de decretos legislando sobre a moralidade no governo e na economia. Mas junto a essa série de novas leis inócuas, Busch também emitiu decreto reformando o sistema educativo com maior controle governamental e, de suma importância, promulgou o primeiro Código do Trabalho boliviano em maio de 1939.

> o Código Busch, como ele logo seria chamado, foi uma vitória significativa do movimento trabalhista boliviano e a culminação de longos anos de agitação por legislação social de monta. Uma das poucas reformas bem-sucedidas e permanentes de Busch, o Código Busch era na verdade o trabalho de Waldo Alvarez, o primeiro ministro do Trabalho. Incorporando rascunhos prévios de Alvarez e elaborações posteriores de diretores locais do Ministério do Trabalho, esse código legislativo de 122 artigos incluía uma gama de benefícios concretos às classes trabalhadoras bolivianas. Ele estipulava proteção governamental dos contratos de trabalho, segurança no emprego, férias anuais remuneradas, compensação por acidentes e medidas de barganha fechada e coletiva[274] (KLEIN, 1967, p. 179. Tradução nossa).

Mas apesar de sua enorme transcendência, logo as atenções do país se voltariam a outro assunto de grande importância, pois em junho de 1939 Busch decidiu resolver um contencioso com os grandes empresários mineiros que se arrastava desde a Guerra do Chaco,

---

[273] O texto em língua estrangeira é: "The Constitution of 1938 was in essence a catalog of human rights and social responsibilities. That this revolutionary new constitution would not endure as long as the 1880 charter it replaced was clearly recognized by the men who wrote it, for they fully realized that new generations would define in far more radical terms the needs and obligations of the State. But even as new constitutions were written in the following decades, they represented more than anything else, appendages to the 1938 charter, appendages which reflected the ever growing power of the leftist and labor movements in Bolivian society".

[274] O texto em língua estrangeira é: "the Código Busch as it soon came to be called, was a major victory for Bolivian labor and the culmination of long years of agitation for major social legislation. One of the few successful and permanent reform of the Busch regime, the Código Busch was actually the work of Waldo Alvarez, the first minister of labor. Embodying early drafts by Alvarez and later elaborations by local directors of the Ministry of Labor, this 122-article code included a wealth of concrete benefits to Bolivia's laboring classes. It provided for government protection of labor contracts, job security, annual paid vacations, accident compensation, the closed shop, and collective bargaining".

quando o governo decidira cobrar impostos extraordinários e impor controles sobre as divisas sobre o setor e que continuavam a ser cobrados mesmo com o fim da guerra.

> Apropriando-se da proposta dos deputados radicais rejeitada na Convenção de 1938, Busch decretou que dali em diante todas as companhias de estanho deveriam entregar ao governo todas as divisas em ouro [...]. Os termos desse decreto potencialmente revolucionário estabeleciam que os donos de minas deveriam entregar ao Banco Central todos os ganhos (divisas) resultantes da venda bruta total de suas exportações de estanho antes que pudessem obter a liberação alfandegária permitindo que exportassem seus minérios. [...] Pelos termos do decreto, o Estado prometia pagar os mineiros na taxa oficial de cambio em bolivianos por metade de suas divisas em ouro e permiti-los o uso pleno da outra metade sob certos controles. Com relação aos lucros, o Estado permitiria às companhias mineiras exportar até cinco por cento em certificados de ouro para pagar dividendos de ações de investidores estrangeiros[275] (KLEIN, 1967, p. 179–80. Tradução nossa).

Além disso, o decreto estabelecia que quaisquer tentativas de evadir a norma seriam consideradas traição à pátria e, portanto, puníveis com a morte, além da expropriação das minas. Pouco depois, e antes que o decreto pudesse começar a ser implementado, Busch ouviu que Hochschild, um dos três grandes barões do estanho, planejava evadir as normas e, num acesso de fúria, ordenou sua prisão e coagiu seu gabinete a assinar coletivamente a sentença de execução. Muitos destes secretários posteriormente se arrependeriam e retirariam a assinatura, e chegaram inclusive a acionar as embaixadas internacionais para pressionar o governo a voltar atrás. Atormentado pelas dificuldades e a falta de resultados concretos de seu governo e sua incapacidade de levar adiante a quixotesca reforma moral que buscava para o país, Busch cometeria suicídio em 23 de agosto de 1939, encerrando assim a era do Socialismo Militar e seus experimentos reformistas.

Beneficiada pelas inconsistências ideológicas de Toro e do próprio Busch, que havia permitido uma purga dos jovens oficias mais radicais das posições de mando, a velha guarda das forças armadas havia reassumido o controle da instituição e o conservador general Carlos Quintanilla assumiria interinamente a presidência (1939-1940) após o suicídio de Busch, com amplo apoio dos partidos tradicionais reagrupados em torno da Concordância[276] (ver capítulo 1). Convocadas as eleições para 1940, o general Enrique Peñaranda é apontado como candidato oficial, recebendo apoio da Concordancia, mas também de parte significativa da

[275] O texto em língua estrangeira é: "Taking up the rejected plank of the radical deputies in the 1938 Convention, Busch decreed that henceforth all the tin companies would be required to turn over all of their foreign gold earnings to the government […]. The terms of this potentially revolutionary decree provided that the mine owners had to turn over to the Central Bank all earnings (divisas) resulting from the total gross sale of their tin exportations before they could receive a customshouse permit allowing them to export their minerals […]. By the terms of the decree, the state promised to pay the miners at the legal rate of exchange in bolivianos for half of their gold earnings and to allow them the full use of the other half under certain controls. As for profits, the state would permit mining companies to export five percent in gold certificates to pay interest on stock to foreign investors".

[276] Acreditando que Quintanilla os havia salvado e à velha ordem oligárquica das ameaças da esquerda, a Concordância chegou inclusive a apresentar e aprovar no Congresso sua elevação à patente de marechal, a qual havia sido concedida pela última vez no país a Andrés de Santa Cruz e além dele apenas a Antonio José de Sucre (ver KLEIN, 1969, p. 332).

esquerda moderada que erroneamente acreditava que ele podia retomar a agenda do socialismo militar por seu passado no Chaco. A esquerda radical, contudo, apresentaria seu próprio candidato na figura do professor de sociologia cochabambino José Antonio Arze. Nomeado candidato pela FUB, Arze havia sido membro de um pequeno grupo de marxistas chamado Grupo Esquerda Cochabamba e encontrava-se exilado no Chile desde o governo Toro, de onde organizara a Frente de Esquerda Boliviana (FIB). Ao retornar ao país em fevereiro de 1940, Arze agrupou ao seu redor a FUB, a FIB e diversos grupos regionais de extrema esquerda como a Frente Popular de Potosí, e mesmo com todas as restrições eleitorais ainda vigentes, sua relativa obscuridade no cenário nacional e a falta de uma organização partidária sólida em seu apoio, obteria 10 mil votos de um total de 58 mil, em mais um indicativo das mudanças em curso na ordem social do país (KLEIN, 1969; MALLOY, 1970)[277].

Peñaranda seria eleito e logo se revelaria um representante da antiga oligarquia política, mas as eleições legislativas do mesmo ano lhe colocariam frente a uma Câmara de Deputados hostil dominada por grupos do campo da esquerda moderada e radical que logo se organizariam em partidos efetivos. O grupo liderado por Antonio Arze conformaria o Partido da Esquerda Revolucionária (PIR), de forte orientação marxista e que advogava pela nacionalização completa das minas, petróleo, ferrovias e outros meios de transporte, uma ampla reforma agrária, descentralização administrativa para favorecer as regiões isoladas e planejamento econômico centralizado, além da ampliação de direitos sociais e trabalhistas. Outro grupo composto principalmente por membros da classe média remanescentes dos socialistas de Baldivieso que havia se organizado durante a AC de 1938 como Partido Socialista Independente se agrupou em torno do jornal nacionalista *La Calle* mantido por Augusto Montenegro e fundou o MNR, advogando pela "bolivianização" dos recursos naturais, nacionalização das comunicações e pelo controle sobre os três grandes magnatas do estanho (embora ainda sem propor uma nacionalização plena da indústria), mas sem qualquer proposta concreta sobre a questão fundiária. Dentre outros grupos presentes no Congresso, destacava-se ainda o moderado PSOB liderado por Tristán Marof, que embora com forte presença nesse parlamento logo viria a declinar rapidamente em termos de importância política (ver KLEIN, 1969).

[277] Arze obteve seus melhores resultados, equivalendo a mais de 2/3 dos seus votos totais nos centros mineiros de Oruro e Potosí, o que é bastante indicativo, ademais, da crescente mobilização política entre os trabalhadores mineiros bolivianos (ver WHITEHEAD, 1981, p. 328–9 para os números exatos da votação de Arze dividida por regiões).

Apesar de suas diferenças programáticas e algumas rivalidades entre lideranças, o bloco de esquerda em geral cooperava fortemente entre si, tornando-se uma grande fonte de desgastes ao presidente Peñaranda. Apenas em questões de política exterior o bloco apresentava fissuras de maior importância, já que o MNR era então abertamente antissemita e simpático à Alemanha nazista e às potências do eixo na II Guerra Mundial, além de criticar a "extrema esquerda internacional"[278], o que o levava a choques com o PIR crescentemente pró-soviético e a sofrer críticas em seu filofascismo por este e também pelo PSOB. Mas essas fortes divergências no campo internacional que poderiam ter dividido a ala esquerda da Câmara logo foram deixadas de lado em apoio às demandas trabalhistas de mineiros e ferroviários em greve em fins de setembro e no mês de outubro de 1941.

> Trabalhando bem próximos em temas de defesa de recursos naturais, oposição a um acordo com a Standard Oil e pleno apoio a benefícios trabalhistas e aumentos de salários, o PIR, o MNR e vários grupos socialistas independentes começavam a esgotar membros do ministério e a forçar renúncias de homens-chave [do governo Peñaranda][279] (KLEIN, 1969, p. 350. Tradução nossa).

O governo de Peñaranda era constantemente desgastado no parlamento pela coalizão esquerdista e nas ruas pela crescente atividade reivindicatória dos sindicatos e nas eleições legislativas de 1942 sofreu nova derrota, com um aumento do controle da esquerda sobre o parlamento. Mas o início do fim de seu governo viria em dezembro daquele ano quando uma série de greves eclodiu nos centros mineiros de Potosí, Catavi, Llallagua e Oruro. Embora tenha conseguido negociar pacificamente o fim da maioria dos focos de greve, Peñaranda se recusava a reconhecer o Sindicato de Ofícios Vários de Catavi que liderava a paralisação no local e enviou tropas para conter o movimento. Em 21 de dezembro, as tropas abriram fogo contra os mineiros, matando a trinta e cinco trabalhadores. No mesmo dia, mais tarde, um grupo de cerca de 8000 pessoas incluindo mulheres e crianças familiares dos mineiros organizou uma marcha pacífica e as tropas novamente abriram fogo, matando a centenas de pessoas no que ficou conhecido como o Massacre de Catavi (KLEIN, 1969, 2003; ver também MESA; GISBERT; MESA GISBERT, 2008, p. 477–8).

---

[278] À época, mais do que propriamente "de esquerda", o MNR era um partido nacionalista de classe média que advogava por reformas econômicas moderadas, mas compatíveis em alguma medida com as propostas dos grupos mais radicais e propriamente de esquerda como o PIR. Entretanto, esse mesmo nacionalismo bastante difuso em seus contornos ideológicos fazia do partido suscetível a influências filofascistas e antissemitas então em voga em um fenômeno análogo, por exemplo, ao ocorrido com o "varguismo" brasileiro ou o peronismo argentino de que fora contemporâneo. Como será visto adiante, no entanto, o MNR em sua expansão e inclusão de novos grupos sociais em suas fileiras iria progressivamente abandonar esse filofascismo e receber influências discursivas e programáticas do marxismo, situação já consolidada quando do triunfo revolucionário em 1952.

[279] O texto em língua estrangeira é: "Working closely together on the issues of defence of natural resources, opposition to a settlement with Standard Oil and full support for worker benefits and salary increases, the PIR, MNR and various independent socialist groups were beginning to wear down cabinet ministers and force resignations of key men [from Peñaranda's government]".

> Ocorrendo em meio a uma cada vez mais efetiva agitação trabalhista e aos dinâmicos primeiros anos da esquerda nacional, o massacre de Catavi teve um efeito devastador sobre o governo Peñaranda [... e] se tornou a mais famosa cause célébre da história pré-revolucionária da Bolívia. Apesar de massacres de trabalhadores e camponeses não terem sido ocorrências incomuns na Bolívia do século XX, o massacre de Catavi ocorreu num momento extraordinariamente oportuno para a esquerda e o movimento trabalhista, e rapidamente se tornou sua mais importante causa unificadora e símbolo revolucionário[280] (KLEIN, 1969, p. 356–7. Tradução nossa; ver também JUSTO, 2007; MALLOY, 1970; TÓRREZ *et al.*, 2013).

A princípio tentando ocultar as notícias do massacre, o governo logo passou a tentar culpar o PIR como "agente do comunismo internacional" por ter causado o incidente, o que fez com o que o partido a princípio adotasse uma posição defensiva. O MNR, no entanto, logo passou à ofensiva defendendo a legitimidade das demandas dos sindicatos mineiros e atacando ao governo pelo massacre. Mas logo toda a esquerda, incluindo o PIR, e mesmo parte dos partidos tradicionais faria do massacre um ponto central de críticas cada vez mais pesadas.

Diante do extremo desgaste do governo, surgiu na cena política um ator até então desconhecido, mas que vinha se movimentando nas sombras. A organização militar secreta Razão da Pátria (RADEPA) havia sido fundada originalmente entre prisioneiros da Guerra do Chaco no Paraguai e se desenvolvido no interior das escolas superiores militares fundadas por David Toro em Cochabamba com ampla adesão dos jovens oficiais. Em fins de 1943, a RADEPA já era a organização mais importante dentro das forças armadas e em meados de novembro desse ano uma unidade em Cochabamba controlada pelo grupo insurgiu-se contra o presidente. O levante foi sufocado, mas a força do grupo fez com que o então comandante do Estado Maior, coronel Icharo, que não era membro da organização, contemporizasse e evitasse punições aos insubordinados. No final do mês, sete jovens oficiais ligados à RADEPA emitiram comunicado público demandando a remoção de Icharo do comando do Estado Maior, sem novamente serem punidos. Em 4 de dezembro, Peñaranda declarou oficialmente guerra ao Eixo na II Guerra Mundial e no dia 13 emitiu decreto declarando estado de segurança e colocando o país sob controle das forças armadas e se reuniu com os generais mais graduados do exército, na qual decidiram que enviariam os principais líderes do jovem oficialato a unidades militares dos confins do país no dia 21. Essa decisão precipitou as ações da RADEPA, que em 20 de dezembro efetuou um rápido golpe de Estado que elevaria o até então desconhecido major Gualberto Villarroel à presidência (1943-46). A RADEPA, que

[280] O texto em língua estrangeira é: "Coming in the midst of increasingly effective labour unrest and the dynamic early years of the national left, the Catavi massacre had a devastating effect on the Peñaranda government […and] became the most famous cause célébre in the pre-revolutionary history of Bolivia. Although worker and peasant massacres were not unusual occurrences in twentieth-century Bolivia, the Catavi massacre occurred at an unusually opportune time for the left and the labour movement, and quickly became their most important unifying issue and revolutionary symbol".

somente após o golpe tornaria pública sua existência, havia apelado ao MNR e ao PIR para a condução de sua "revolução", recebendo o apoio entusiasmado do primeiro e o rechaço do segundo (KLEIN, 1969, p. 366–9).

A organização militar possuía uma ideologia nacionalista confusa e pouco definida de rechaço à oligarquia e ao imperialismo e abertas simpatias pelo fascismo italiano e um modelo de Estado corporativo, bastante semelhante aos experimentos do Socialismo Militar da década anterior. Nesse sentido, era muito similar ao próprio MNR, o que no contexto da II Guerra Mundial suscitou o não reconhecimento do governo durante vários meses pela maioria dos países latino-americanos[281] e pelos EUA (revertido no caso desse último após seis meses de forte ofensiva diplomática boliviana e o afastamento oficial do MNR do governo[282]) e o antagonismo do PIR[283]. Essa indefinição ideológica dos dois principais atores do novo regime fez com que as reformas efetivamente levadas a cabo pelo governo tenham sido bastante tímidas e de objetivos bastante contraditórios, destacando-se apenas a construção de oleodutos e da primeira refinaria boliviana (que hoje leva o nome de Villarroel), aumento de impostos sobre a mineração, a convocação de uma constituinte que reafirmaria as conquistas do socialismo militar dos anos 1930 e a extensão de alguns benefícios trabalhistas (KLEIN, 1969; MALLOY, 1970). O único feito transcendental em si mesmo realizado pelo governo seria a convocação do Congresso Indígena de 1945 (ver capítulo 2), mas o desfecho trágico de seu governo faria com que Villarroel entrasse no panteão de heróis do nacional-popular boliviano apesar de todas as suas contradições.

O excesso de violência com que o governo e a RADEPA (que por vezes agia de maneira autônoma) lidavam com a oposição conservadora e a esquerda marxista (PIR) levou ambos a uma aliança na oposição a Villarroel e chocou amplos setores da sociedade não habituados a ver membros das classes média e alta submetidos a torturas e execuções (ver, por exemplo, TÓRREZ *et al.*, 2013, p. 35). Esta indignação culminou na eclosão, em 14 de julho de 1946, de uma revolta em La Paz que invadiu o Palácio Quemado e linchou o presidente e alguns ministros e assessores. Villarroel, já morto pela turba, foi jogado para fora do palácio presidencial e pendurado em um poste da Praça Murillo.

A colaboração do PIR na chamada Frente Democrática Antifascista que derrubou o governo Villarroel atendia tanto às diretrizes internacionais então emitidas por Moscou quanto

[281] Destes, apenas a Argentina reconheceu o novo governo desde o início (LORINI, 2006, p. 154).

[282] Embora membros importantes do partido menos alinhados com as ideias filofascistas e antissemitas como Victor Paz Estenssoro, por exemplo, tenham voltado posteriormente a ocupar importantes cargos ministeriais a título de participação pessoal, e não cota partidária.

[283] O PIR alinhava-se cada vez mais fortemente com Moscou, que então já havia sofrido a tentativa de invasão nazista que rompera o Pacto Molotov-Ribentropp e se encontrava em guerra com a Alemanha e o Eixo.

a uma resposta lógica devido à perseguição e repressão interna que o partido vinha sofrendo[284], mas a participação continuada na aliança, com sua participação no gabinete ministerial do presidente interino Tomás Monje, e de seus sucessores Enrique Hertzog (1947-49) e Mamerto Urriolagoitia (1949-51) levariam o PIR a um acelerado declínio e ocaso:

> Por um lado, os marxistas [do PIR] desejavam consolidar sua organização no interior da Bolívia, para o que precisavam defender causas populares; mas ao mesmo tempo estavam determinados a ajudar a causa anti-Eixo de todas as maneiras possíveis, incluindo a restrição de greves que pudessem impedir o fluxo de materiais de guerra e cooperar com interesses empresariais antifascistas. Infelizmente para eles, eram as minas e ferrovias controladas por estrangeiros que davam a maior contribuição da Bolívia ao esforço de guerra Aliado. Tais companhias estavam expandindo sua produção não através de novos investimentos (que eram quase impossíveis no período de Guerra), obviamente, mas demandando turnos de trabalho mais longos e disciplina laboral mais estrita de seus trabalhadores. Como movimento nacionalista, o MNR pôde capitalizar ao máximo as reclamações dos trabalhadores contra as companhias estrangeiras, enquanto o internacionalismo do PIR o constrangia à moderação[285] (WHITEHEAD, 1981, p. 333. Tradução nossa).

Isto consolidaria o MNR opositor, que apoiou decididamente as greves e reivindicações trabalhistas do período, como a principal referência e ponto pivotal do nacional-popular no período que separa a queda de Villarroel e a eclosão da Revolução de 1952 conhecido como Sexênio (1946-52). Nisso, teve decisiva ajuda involuntária dos próprios governos do período que a cada greve ou protesto de maior envergadura, reprimiam-nos sem buscar solucionar suas causas e apontavam nos movimentos muitas vezes independentes e baseados em demandas legítimas o dedo da conspiração MNRista e "se tornavam, de certo modo, o relações públicas do MNR junto ao movimento trabalhista"[286](MALLOY, 1970, p. 132. Tradução nossa).

3.4 – A Revolução de 1952: auge e queda do nacional-popular

[284] O líder do partido José Antonio Arze, por exemplo, chegou a sofrer uma tentativa de assassinato por parte de policiais da qual escapou gravemente ferido e teve que ser enviado às pressas para tratamento médico em Nova Iorque em 1944, quinze dias antes do início da convenção constituinte para a qual ele havia sido eleito (JUSTO, 2007, p. 200; KLEIN, 1969, p. 374).

[285] O texto em língua estrangeira é: "On the one hand the Marxists [from PIR] wanted to build up their organization within Bolivia, for which purpose they needed to champion popular causes; but at the same time they were determined to help the anti-Axis cause in every way possible, including restraining strikes that might impede the flow of war materials and co-operating with anti-fascist business interests. Unfortunately for them, it was Bolivia's foreign-based mining and railway companies that were making the country's main contribution to the Allied war effort. These companies were expanding their output not, of course, by means of new investment (which was almost impossible in wartime), but by demanding longer hours and stricter work discipline from their workers. As a nationalist movement the MNR could make the most of the workers' grievances against the foreign companies, whereas the PIR's internationalism compelled restraint"

[286] O texto em língua estrangeira é: "in a sense, became the MNR's press agent with the labor movement".

O Sexênio foi um período de crise de hegemonia, marcado por várias tentativas de golpe e fortes agitações no campo e na cidade que deixavam cada vez mais clara a impossibilidade de um retorno à ordem oligárquica prévia ao Chaco mesmo com a vitória eleitoral do conservador Hertzog e marca "o amadurecimento definitivo da situação revolucionária na Bolívia"[287] (MALLOY, 1970, p. 127. Tradução nossa).

Um ponto de transcendental importância para a configuração do período dera-se com a fundação da Federação Sindical de Trabalhadores Mineiros da Bolívia (FSTMB) em congresso realizado em Huanuni em 1944, marcando a incorporação definitiva dos trabalhadores do setor mais importante da economia boliviana ao movimento sindical do país. Os mineiros já haviam tentado sem sucesso organizar os vários sindicatos locais em uma federação nacional em 1940, mas somente no Congresso de Huanuni, com decidido apoio logístico da federação sindical dos ferroviários e aproveitando-se da relativa abertura aos seus interesses do governo Villarroel, conseguiriam atingir esse objetivo. A fundação da FSTMB contou ainda com importante apoio do MNR, então no governo[288]. Até então, o partido tinha uma base formada eminentemente pela classe média urbana e laços com setores das forças armadas, e buscava ampliá-la entre os trabalhadores e por tabela trazê-los à base de apoio do governo Villarroel. Em sua participação no governo, o MNR concentrara boa parte de sua demanda em cargos da administração local com influência em distritos mineiros. Assim, o partido indicara Luiz Pelaes Rioja prefeito de Huanuni e Juan Lechín Oquendo sub-governador do distrito mineiro de Uncía ainda nos primeiros dias do governo RADEPA/MNR. Ambos teriam importante papel na organização da FSTMB, especialmente o segundo que se tornaria o seu primeiro secretário-geral, e por sua vez levaria a federação a declarar seu apoio ao governo (DUNKERLEY, 1984, p. 16; KLEIN, 1969, p. 375–6; MALLOY, 1970, p. 125; WHITEHEAD, 1981, p. 334).

> Assim, a FSTMB, sob a firme direção de Juan Lechín, que permaneceria seu líder inconteste pelos próximos vinte anos, introduziu um elemento completamente novo e extremamente poderoso nas fileiras do previamente classe-medieiro MNR[289] (KLEIN, 1969, p. 376. Tradução nossa).

A FSTMB e sua poderosa base sindical de mais de 60 mil trabalhadores mineiros foi influenciando e ajudando a moldar o confuso programa nacionalista do MNR em uma agenda

[287] O texto em língua estrangeira é: "the definitive ripening of the revolutionary situation in Bolivia".

[288] O que lhe valeu forte oposição da CSTB sob forte influência do PIR, que acusava o congresso de fundação da federação mineira de pró-fascista (ver KLEIN, 1969, p. 375). O PIR, que como mencionado permaneceria nos governos conservadores do Sexênio, tentou ao longo do período destruir a crescente organização da FSTMB contribuindo para seu crescente descrédito até a virtual desaparição do partido nos anos 1950.

[289] O texto em língua estrangeira é: "Thus the FSTMB, under the steady hand of Juan Lechín, who remained its unquestioned leader for the next twenty years, introduced an extremely powerful and entirely new element into the ranks of the previously middle-class-oriented MNR".

mais concreta e abrangente de transformações socioeconômicas para o país[290]. Mas nessa moldagem, teve influência decisiva do revivido POR, liderado por Guillermo Lora, que lhe imprimiu uma forte e decidida doutrina trotskista e que vinha atuando na organização do movimento mineiro ao longo da década de 1940 (DUNKERLEY, 1984; KLEIN, 1969; MALLOY, 1970). Apesar de jamais ter conseguido se tornar um ator de primeira linha na direção do movimento mineiro e político boliviano, o POR teve influência decisiva na definição ideológica e programática da FSTMB e através dela do próprio MNR e a Revolução de 52[291]. Durante o IV Congresso da FSTMB em novembro de 1946 no centro mineiro de Pulacayo, Lora teve participação decisiva na proposição e aprovação do documento que ficou conhecido como Teses de Pulacayo (reproduzido em HERNÁNDEZ; SALCITO, 2007, p. 49–66) e que seria o documento-base da posição da FSTMB, que a converteria em um ator decididamente revolucionário e influenciaria decisivamente a retórica do MNR. Fortemente baseado nas teses trostskistas de revolução permanente, as Teses sustentavam que o proletariado mineiro era a vanguarda revolucionária boliviana e que deveria assumir o papel de frente em busca das conquistas democrático-burguesas devido ao atraso e incapacidade da burguesia boliviana em consegui-las. Os mineiros deveriam conquistar o controle do Estado boliviano através de uma aliança com camponeses e setores progressistas da classe média e

[290] Laurence Whitehead (1981) calcula a participação eleitoral dos mineiros na década de 1940 entre 7 e 15% do total de eleitores, fazendo-os uma base crucial de apoio a qualquer partido. Entretanto, ele mostra como especialmente após a fundação da FSTMB a lealdade dos mineiros era primordialmente a seu sindicato, o que obrigava partidos como o MNR que buscavam seu apoio a uma radicalização programática e retórica crescente de modo a se mostrar compatível com a radicalidade da própria federação e conseguir manter esse apoio. "A estrutura intelectual [do partido] tornou-se marxista, mas era, de acordo com teóricos do MNR, um marxismo como método em vez de como um programa dogmático" (MALLOY, 1970, p. 115. Tradução nossa) [O texto em língua estrangeira é: "The intelectual framework {of the party} became Marxist but it was, according to MNR theorists, Marxism as a method rather than as a dogmatic program"].

[291] Libório Justo (2007, p. 236) relata como o POR, apesar de sua robustez programática e firmeza ideológica, jamais conseguiu construir uma base organizativa à altura de sua contribuição programática, razão que contribuiu decisivamente para que seu programa tenha sido incorporado pelo MNR, muito melhor organizado e com o qual o partido compartilhou inúmeras batalhas políticas durante o Sexênio. Essa proximidade tática conjuntural teria levado a que muitos militantes do POR, após o triunfo da Revolução, tenham levantado a tese de que o partido era na prática uma tendência interna ao MNR, ao qual deveria buscar influenciar por dentro com o objetivo de obter as conquistas que almejava. Por sua vez, James Dunkerley (2007, p. 250, nota 18) reproduz um curioso trecho do diário de um líder sindical trotskista boliviano no qual este relata uma conversa que tivera com Guillermo Lora e lhe pergunta sobre se ele ocuparia a presidência no dia em que a revolução operário-camponesa finalmente triunfasse. A resposta de Lora de que não almejava ser presidente e que estaria satisfeito em poder abrir uma livraria lhe teria decepcionado de tal maneira que ele resolveu aderir ao MNR, único partido com real ambição de poder, e levou consigo vários outros dirigentes sindicais. A anedota é ilustrativa da falta de resolução política do POR e ajuda a entender o porquê de tantos de seus militantes terem julgado como melhor tática política o ingresso no MNR. Questões anedóticas à parte, Dunkerley (1984, p. 77–8) relata como as disputas teóricas e táticas no trotskismo dentro da IV Internacional também afetaram significativamente as perspectivas locais do POR em termos da posição a adotar em relação ao MNR pós-revolucionário (enfrentamento, cooperação tática ou "entrismo") que o levaram a seguidos rachas e perdas de militantes.

sustentava ainda que essas conquistas deveriam ser apenas uma fase inicial rumo a uma revolução socialista plena.

Ao longo do Sexênio, o MNR – que havia logrado moldar um convincente discurso apresentando a história boliviana como um confronto entre Nação/Antinação com o influente livro *Nacionalismo y Coloniaje* (MONTENEGRO, 1943) e eliminado os últimos resquícios de filofascismo com seu Manifesto de Ayopaya de 1946 (reproduzido em HERNÁNDEZ; SALCITO, 2007, p. 66–82) – tentou por algumas vezes o caminho da insurreição e em cada uma delas, buscava apelar mais e mais ao apoio dos sindicatos, em especial da FSTMB que correspondia com a convocatória de greves. Na chamada guerra civil de 1949, o partido chegou inclusive muito próximo de recuperar o poder por esses meios, vindo a controlar as cidades de Cochabamba, Santa Cruz, Sucre e Potosí, com forte apoio mineiro (KLEIN, 1969, p. 390; ver também JUSTO, 2007; MESA; GISBERT; MESA GISBERT, 2008; MALLOY, 1970). Apesar da derrota, a insurreição proporcionou também um início de aproximação do partido a outra importante base, já que muitos líderes e militantes do MNR presos viriam a entrar em contato na cadeia com lideranças indígenas do ciclo de rebeliões rurais de 1947 (ver capítulo 2), originando as primeiras "células agrárias" do partido e que teriam importante influência na revolução em 1952 (GOTKOWITZ, 2003, 2007).

O partido tentaria ainda um último *putsch* em 1950 a partir de uma greve de trabalhadores fabris em La Paz em 17 de maio, mas em 1951 o partido venceria as eleições com Victor Paz Estenssoro, então exilado na Argentina, recebendo entre cerca de 46 e 51 mil votos de um total de entre cerca de 93 e 118 mil depositados nas urnas[292]. Resultado da ampliação de sua base social e da influência programática mais ou menos reconhecida do POR e do Partido Comunista Boliviano (PCB)[293] com quem se aliara para as eleições, o MNR pela primeira vez apresentava um programa claramente revolucionário que incluía a nacionalização das minas, sufrágio universal e reforma agrária (MALLOY, 1970, p. 149). O

[292] De acordo com Whitehead (1981, p. 342), os resultados oficiais divulgados em 12 de maio de 1951 reportam o MNR com 51.289 votos de um total de 118.453, o que lhe daria 43% dos votos e forçaria um segundo turno indireto, no qual o Congresso escolheria o presidente. Entretanto, resultados preliminares divulgados em 8 de maio reportavam o MNR com 46.444 votos de um total de 92.953, o que lhe deixaria a apenas alguns votos de obter a maioria absoluta para uma vitória em primeiro turno faltando algumas poucas urnas a serem apuradas. Ocorre que entre um resultado e outro, resultados de urnas já divulgadas foram alteradas, como por exemplo na Tarija natal de Paz Estenssoro onde no dia 8 ele teria recebido 1.511 votos, reduzidos para 820 votos nos resultados posteriores, sugerindo que diante da iminente derrota, o governo buscou, antes da suspensão definitiva dos resultados, alterá-los de forma a tentar impedir a vitória do MNR.

[293] Com a crescente desmoralização do PIR enquanto partido de esquerda por sua participação nos governos do Sexênio, um grupo importante composto principalmente pela juventude do partido deixou-o em 1950 e fundou o PCB (ver DUNKERLEY, 1984; KLEIN, 1969).

presidente Mamerto Urriolagoitia então cancelou as eleições, renunciando à presidência e entregando-a a uma junta militar sob o comando do general Hugo Ballivián.

> o MNR nunca tivera pejo em tomar pela força o que não conseguia atingir pelo voto e agora que tinha sido privado de uma vitória eleitoral legítima, era apenas questão de tempo até que uma revolução ocorresse[294] (KLEIN, 1969, p. 400. Tradução nossa).

Assim, o partido começou a conspirar pela derrubada do governo e apelou inicialmente ao general Antonio Seleme, membro da junta e comandante da polícia, oferecendo-lhe o cargo de presidente interino até a realização de novas eleições após o sucesso da insurreição. No dia 8 de abril de 1952, os rumores da traição de Seleme chegaram à junta e os preparativos para a insurreição planejada para alguns dias mais adiante foram acelerados, de modo que na madrugada do dia 9 os *carabineros* da polícia e militantes armados do MNR ocuparam La Paz e às 6 da manhã anunciaram pelo rádio o triunfo da revolução. O exército, entretanto, anunciou resistência e a negativa a qualquer tipo de acordo, de modo que ao longo do dia tropas avançaram no enfrentamento aos rebeldes, fazendo com que Seleme acreditasse que a insurreição havia fracassado e anunciasse pela mesma rádio às 7 da noite a entrega do comando rebelde aos civis, buscando asilo na embaixada chilena.

Entretanto, aquilo que começara como mais uma tentativa de golpe de Estado pelo alto logo se tornou uma massiva insurreição popular quando sindicatos de trabalhadores fabris e mineiros se somaram ao conflito. As forças armadas, profundamente divididas e com o moral cada vez mais baixo não foram capazes de conter os rebeldes, com inúmeros oficiais desertando e buscando asilo e soldados abandonando a instituição castrense e unindo-se aos rebeldes ao longo do conflito, que terminaria no dia 11 de abril com a capitulação do general Torres Ortíz que comandava a resistência. Hernán Siles Zuazo, vice-presidente eleito com Paz Estenssoro foi nomeado presidente interino até a chegada do titular em 15 de abril (DUNKERLEY, 1984; JUSTO, 2007; KLEIN, 1969, 2003; MALLOY, 1970; MESA; GISBERT; MESA GISBERT, 2008).

Começava aí o período de 12 anos sob o comando do MNR que se constituiria no momento constitutivo máximo do nacional-popular boliviano, deixando no país marcas profundas que em muitos sentidos permanecem até hoje apesar da mudança radical da perspectiva com que seriam julgadas posteriormente as memórias do partido e de seus principais líderes no seio da matriz. Uma das razões óbvias para essa mudança de perspectiva reside em que o MNR que "presidiu" a revolução, teve ele mesmo um comportamento

[294] O texto em língua estrangeira é: "the MNR had never been loath to take by force what it could not achieve by ballot and now that it had been deprived of a legitimate electoral victory it was only a matter of time before a revolution would occur".

ambíguo em relação a ela ao longo do tempo. Paz Estenssoro seria o responsável pelo início do desmantelamento do Estado interventor criado pela revolução em seu último mandato presidencial em 1985-89 (ver GRINDLE, 2003 para detalhes sobre as políticas de reformas neoliberais introduzidas a partir de 85). Além disso, ele seria um dos principais articuladores civis do golpe militar de Hugo Banzer, que derrubou J.J. Torres e o último intento de concretizar os objetivos iniciais da revolução. Siles Zuazo, por sua vez, sempre fora visto como um dos representantes da ala direita do MNR e seu primeiro governo de 1956 a 1960 é frequentemente apontado como o zênite da reação termidoriana que marca o fim do radicalismo inicial da revolução e sua consolidação em termos mais conservadores. A experiência de sua segunda eleição com a UDP, anos mais tarde, relativizaria um pouco essa imagem, mas o fracasso político-econômico de seu governo impediu uma reabilitação mais efetiva de sua imagem (ver adiante). Quanto a Juan Lechín, embora sua imagem no início do período pós-revolução fosse a de representante da ala esquerda MNRista, suas posições contraditórias em diversos momentos históricos importantes e marcadas por um radicalismo muito mais verbal do que efetivo fazem hoje da sua memória uma de participação subalterna dos trabalhadores nas estruturas de poder e fracasso político. Além disso, o fato de que o MNR siga existindo enquanto partido e seu maior quadro após a revolução tenha sido o hoje repudiado Gonzalo Sánchez de Lozada também conspiram para que a apropriação do que representou a revolução e de como seu legado deve ser reivindicado como farol de desdobramentos futuros tenha que ser feita de forma qualificada. Como bem coloca Pilar Domingo, a

> realidade de expectativas não concretizadas e a experiência de políticas que alguns chamariam contrarrevolucionárias, paradoxalmente reforçadas mais sob regimes democráticos que nos períodos autoritários anteriores, têm atuado para minar ainda mais a significância de 1952[295] (2003, p. 364–5. Tradução nossa).

Entretanto, é inegável o alcance das transformações promovidas durante o primeiro governo de Paz Estenssoro (1952-56) e o impacto que tiveram na consolidação dos horizontes nacional-populares no país. A nacionalização das minas de estanho, a reforma agrária e a adoção do sufrágio universal tiveram efeitos transformadores que não devem ser minimizados, ainda que a vantagem de olhar em retrospectiva já sabendo dos insucessos futuros da revolução boliviana possa às vezes fazê-la parecer pálida em seu alcance frente às outras grandes revoluções do século XX.

[295] O texto em língua estrangeira é: "reality of unfulfilled expectations and the experience of counter-revolutionary, if you will, policy directions, which have been reinforced paradoxically even more so under democratic rule than under earlier periods of authoritarianism, have further served to undermine the significance of 1952".

Como visto, as minas de estanho constituíam o núcleo central da economia boliviana de então e eram controladas por uma pequena oligarquia nucleada por Simón Patiño, Carlos Aramayo e Mauricio Hochschild e conhecida popularmente como *La Rosca*[296]. Controlar e diminuir o poder político da *rosca* tinha sido já parte importante da agenda política inconclusa de Villarroel e do socialismo militar de Toro e Busch, de modo que a concretização do feito apenas seis meses após a revolução (outubro de 1952) não é um acontecimento menor[297].

Por sua vez, a reforma agrária concretizada em 1953 foi "uma das mais abrangentes iniciativas de distribuição de terras conduzidas na região"[298] (GRAY MOLINA, 2003, p. 349. Tradução nossa) e aboliu efetivamente o latifúndio e as práticas de *pongueaje* no altiplano ocidental e nos vales de Cochabamba[299], garantindo a posse da terra e inclusive permitindo a restauração de algumas comunidades indígenas.

E a concessão do sufrágio universal, embora provavelmente tenha sido implementada com o objetivo nada altruísta de garantir a futura hegemonia eleitoral do MNR com a incorporação das massas favorecidas por suas reformas, era então algo inédito na região. Cabe recordar que o Brasil, por exemplo, somente após a Constituição de 1988 reconheceria o voto de analfabetos. O fato de que as eleições conduzidas durante o regime do MNR (1956, 1960 e 1964) não tenham sido completamente limpas[300] e de que seu governo tenha sido seguido por um longo período de ditaduras que se estenderia até 1982 obscurece um pouco a importância do feito, mas o precedente para a consolidação plena da democracia eleitoral como fundadora da legitimidade dos governos radica sem dúvidas nesse período (WHITEHEAD, 2001, p. 26). O sufrágio universal instituído em julho de 1952 estabelecia um critério de igualdade entre todos os bolivianos através da cidadania, que se sem dúvidas era muito mais formal do que real graças às enormes desigualdades sociais que persistiram após a revolução, "há que se convir que a igualdade sempre começa por sua forma. A forma igualdade precede a condição

[296] Por fazer o país girar em torno desse pequeno eixo oligárquico.

[297] Embora a partir daí o MNR tenha falhado em modernizar esse setor vital da economia ou desenvolver, a partir dele, uma indústria metalúrgica, limitando-se a dele extrair o máximo possível de recursos e direcioná-los a outros setores, notadamente obras de infraestrutura e o financiamento de projetos agroindustriais no Oriente (ver MAYORGA, RENE ANTONIO, 1978; YOUNG, 2011).

[298] O texto em língua estrangeira é: "one of the most comprehensive land redistribution initiatives carried out in the region".

[299] Embora, é verdade, o Oriente do país tenha permanecido praticamente intocado pela redistribuição de terras e a formação de grandes latifúndios capitalistas tenha sido de fato incentivada pelo governo do MNR (e subsequentes) (ver COSTA NETO, 2005; JUSTO, 2007; MAYORGA, RENE ANTONIO, 1978; SORUCO SOLOGUREN, 2008a, b).

[300] Há diversos registros de pequenas fraudes, manipulações, intimidações etc. (ver DUNKERLEY, 2007a, p. 58–62). A prática, entretanto, não era diferente ao que havia sido prática corrente nas disputas intraoligárquicas sob o regime eleitoral censitário anteriormente vigente (ver IRUROZQUI, 1994, 1996, 2000a, 2011; KLEIN, 1969).

igualdade"[301] (ZAVALETA MERCADO, 2009c, p. 212. Tradução nossa) e fornece muitas vezes uma espécie de pré-condição para demandas por igualdade efetiva. A abolição da "barreira mental" que separava, muitas vezes por autoexclusão, os indígenas camponeses analfabetos do resto dos cidadãos "de bem" não deve ser subestimada como condição de possibilidade para os movimentos mais autônomos e radicais dessas massas posteriormente.

E, no entanto, radicais como foram para o contexto local e regional da época essas três medidas, todas foram implementadas nos primeiros dois anos após o triunfo da revolução. A enorme frente nacional-popular em que se constituíra o MNR era extremamente heterogênea, existindo na verdade na prática três MNRs: o Comitê Político Nacional (CPN) do partido, com seus comandos regionais, células e "Grupos de Honra"[302], de composição social predominantemente de classe média, orientação política direitista e para o qual os objetivos políticos uma vez conquistado o poder eram muito pouco claros; o setor trabalhista, onde predominavam a FSTMB e demais sindicatos, de orientação esquerdista e com um programa político bastante claro de tendência socialista uma vez triunfada a revolução; e o grupo das lideranças históricas no exílio, de orientação nacionalista centrista e pragmática e que, sem ter uma ideia tão clara da natureza concreta das reformas a serem efetivadas, funcionava como um mediador entre os outros dois grupos tentando manter o partido unido apesar de diferenças programáticas em muitos sentidos irreconciliáveis (MALLOY, 1970, p. 158–64; ver também WESTON JR., 1968 para uma descrição da posição ideológica média do MNR).

Para entender a dinâmica que adquiriu a revolução e as contradições que a levaram a perder relativamente rápido o ímpeto transformador inicial e a chegar ao beco sem saída que conduziu ao golpe militar de René Barrientos em 1964 é preciso compreender os objetivos e perspectivas que levaram esses diferentes grupos à frente ampla do MNR. O CPN se consolidara como estrutura de comando do MNR durante o Sexênio e estava composto primordialmente por grupos da classe média e setores do lumpesinato e do que restava das manufaturas. O que os unia era uma sensação de erosão do seu modo de vida tradicional, as classes médias ameaçadas pela inflação e pela imobilidade social de um sistema que já não lhe fornecia os empregos e ocupações a que aprendera a aspirar; os artesãos perdendo progressivamente o controle sobre seu modo de produção com o avanço da proletarização. Ambos tinham, assim, um horizonte político regressivo, pois muito mais que a visão de uma nova ordem onde teriam proeminência vislumbravam a restauração de um mundo anterior em

[301] O texto em língua estrangeira é: "La forma igualdad precede a la condición igualdad".
[302] Grupos de choque armado do partido constituído por grupos de artesãos e do lumpesinato urbano.

decomposição, motivo pelo qual também se viam bastante ameaçados pelo crescimento na organização e poder político da esquerda trabalhista.

Este grupo, ao contrário do anterior, tinha um horizonte político progressista, na medida em que o que os mobilizava era o gosto da conquista recente de poder e direitos e a projeção de uma ordem futura onde os trabalhadores ocupariam um papel político ainda mais central. Pouco depois do triunfo revolucionário, esse setor organizou a Central Operária Boliviana (COB), central sindical que por fim logrou incorporar a todas as federações e sindicatos sob um mesmo comando centralizado e a partir do qual organizaria o poder político desse setor e exerceria pressão sobre os governos pós-revolucionários.

Por fim, o terceiro grupo era composto por lideranças históricas do MNR, cuja legitimidade advinha de sua história na criação e manutenção do partido e de sua reconhecida capacidade intelectual e política[303]. A maioria desses líderes já havia experimentado mais de uma vez a experiência de ser governo, bem como a queda dos cargos que ocupavam após reação conservadora. Isto lhes dava ao mesmo tempo tanto uma dimensão das dificuldades em efetivar os planos de reformas quanto certo sentido de urgência em implementá-las para evitar uma nova queda. Para esses líderes,

> o fracasso do governo Villarroel fora uma experiência catártica. Após seis anos na oposição, sem a certeza de que algum dia teriam uma segunda chance ou qual o preço terrível que poderiam ter de pagar para retornar, os autores da revolução acreditavam não poder arriscar um segundo fracasso[304] (WHITEHEAD, 2003, p. 31. Tradução nossa).

Havia assim uma clara disputa dos rumos revolucionários, entre um projeto nacional-desenvolvimentista democrático-burguês e um de orientação socialista revolucionária. Apesar da inclinação pessoal dos líderes do centro pragmático pelo primeiro modelo, num primeiro momento a revolução se notabilizou por sua orientação geral esquerdista, embora a dubiedade de posições dos principais líderes do MNR já estivesse clara desde esse primeiro momento. Embora Paz Estenssoro tenha sido recebido no aeroporto de El Alto por uma multidão de trabalhadores sob gritos de nacionalização e reforma agrária, as respostas do líder foram em geral bastante evasivas, com promessas vagas de comissões para estudo das medidas e ações quando o governo tivesse a capacidade para tanto (DUNKERLEY, 1984, p. 42). Somente em maio de 1952 o governo estabeleceria uma comissão para estudar a nacionalização das minas que em outubro efetivaria a expropriação das minas da *Rosca* a serem operadas pela recém-

[303] Victor Paz Estenssoro, por exemplo, notabilizara-se como um exímio orador durante seus mandatos de deputado.

[304] O texto em língua estrangeira é: “the failure of the Villarroel administration was a cathartic experience. After six years in opposition, uncertain whether they would ever get a second chance, or what terrible price they might have to pay in order to return, the authors of the revolution did not think they could afford to risk a second reversal.

criada estatal Corporação Mineira da Bolívia (Comibol), mas sob promessas de indenização aos proprietários. O mesmo ocorrera com a reforma agrária, que somente seria efetivada em agosto de 1953 em grande medida como uma ratificação *ex post* de uma situação que já se encaminhava na prática com as ocupações autônomas de terras levadas a cabo pelos próprios indígenas (GOTKOWITZ, 2007; KOHL, JAMES V., 1978).

Ambas as políticas, nacionalização de minas e reforma agrária radical, mas especialmente a segunda, tinham a oposição de grande parte da ala direita do MNR e o apoio entusiasta da ala trabalhista. Entre o centro pragmático do partido, entretanto, sua realização era reconhecida como necessária, embora houvesse divergências sobre as formas específicas em que deveriam dar-se. O governo tentava equilibrar as demandas da COB[305] por reformas cada vez mais radicais com os temores de sua ala direita, que sem uma capacidade de organização e pressão sequer comparável à dos trabalhadores, não tinha como se contrapor a esse crescente poder da esquerda nacional e iria progressivamente abandonando o partido (DUNKERLEY, 1984; MALLOY, 1970).

É preciso recordar que as forças armadas haviam sido quase que completamente desarticuladas com a vitória revolucionária em 1952 e que amplos setores civis haviam se armado no processo e permanecido armados após o triunfo de abril, a maioria dos quais ligados aos sindicatos que haviam constituído e mantido suas milícias operárias exercendo um efeito "'correlação de forças' no mais literal dos sentidos"[306] (WHITEHEAD, 2003, p. 30. Tradução nossa). Essas milícias controlavam na prática a última instância de poder – a força –, de modo que Paz Estenssoro, chamado de "o prisioneiro do Palácio" (JUSTO, 2007) por essa disparidade de poder fático entre o MNR no governo e a COB armada, sabia que era preciso oferecer conquistas efetivas a esse setor para se manter no poder, as quais foram efetivadas na mencionada nacionalização, mas também em benefícios trabalhistas, lojas subsidiadas de artigos de primeira necessidade (*pulperías*), aumentos de salários e na concessão do chamado "controle operário" das minas[307] e no cogoverno[308].

---

[305] Que embora tenha tido suas principais lideranças como Lechín associadas ao MNR, também incorporava amplos setores ligados ao POR e ao PCB que através das bases a pressionavam e faziam com que mesmo os líderes ligados ao partido de governo tivessem que adotar uma postura ambígua, na qual eram obrigados a incorporar essa retórica e demandas mais à esquerda e tentar equilibrá-la na medida do possível com a preservação dos interesses do partido.

[306] O texto em língua estrangeira é: "'correlation of forces' in the most literal sense".

[307] Os sindicatos mineiros tinham efetivo poder de veto sobre as políticas a serem desenvolvidas pelo governo e Comibol em suas respectivas minas.

[308] Baseado nas Teses de Pulacayo e teorias trotskistas de poder dual, o setor trabalhista organizado na COB demandou o que chamaram de cogoverno, que em tese significaria que o governo nacional seria compartilhado entre MNR e COB como ente autônomo do proletariado. Na prática, significou a presença nos gabinetes ministeriais dos chamados "ministros operários", indicados pela própria COB, mas em última instância sob

Entretanto, ao mesmo tempo em que reconhecia essa dependência política na COB, Paz Estenssoro vislumbrava a dependência econômica do país frente aos EUA, principal importador do estanho boliviano e exportador de quase tudo que o país então consumia, de modo que buscou desde o princípio assegurar ao país norte-americano que não se tratava de uma revolução comunista e negociar a aceitação estadunidense das políticas de nacionalização. As estratégias foram bem-sucedidas, pois o governo do MNR conseguiu um rápido reconhecimento por parte dos EUA e logo se tornou um dos maiores receptores de ajuda internacional do governo estadunidense[309], mas esse sucesso veio com um alto preço. A aproximação cada vez maior da revolução com os EUA implicou em sua gradativa, mas cada vez mais acelerada domesticação por parte do governo norte-americano (ZUNES, 2001), que em troca da ajuda fazia importantes exigências.

Assim, por exemplo, obteve ainda durante o primeiro governo Paz Estenssoro o chamado Código Davenport em 1955, "escrito pelos americanos e aprovado sem qualquer debate público ou alteração pelas autoridades bolivianas"[310] (ZUNES, 2001, p. 44. Tradução nossa) que abria o setor petrolífero (logo dominado pela estadunidense Gulf Oil) ao capital estrangeiro, revogando o monopólio estatal instituído pelo Socialismo Militar. O governo foi forçado ainda a recusar assistência técnica soviética à estatal YPFB, cada vez mais relegada a um papel secundário e ainda em 1955 foi assinado também um tratado bilateral de proteção de investimentos com os EUA. Já em 1956, mas ainda durante a presidência de Paz Estenssoro, o governo recorreu ao FMI por um plano de estabilização monetária e controle da inflação que viria a ser conhecido como Plano Eder por ser coordenado pelo estadunidense George Jackson Eder, indicado pelo FMI, mas cujo salário era pago pelo governo dos EUA. Eder tinha pleno poder de veto sobre a nomeação da equipe com a qual trabalharia e um enorme poder de decisão sobre a reorientação monetarista da política econômica boliviana. "Isto deu ao governo dos EUA um poder de controle sem precedentes sobre a revolução boliviana"[311] (ZUNES, 2001, p. 45. Tradução nossa; ver também DUNKERLEY, 1984; MALLOY, 1970; MAYORGA, RENE ANTONIO, 1978) que seria aprofundado ainda mais durante o governo de Siles Zuazo (1956-60).

---

hegemonia ideológica do MNR (ver ANDRADE, 2006, p. 1–3; IBAÑEZ ROJO, 2000, p. 186; MAYORGA, RENE ANTONIO, 1978, p. 94).

[309] Em termos de ajuda alimentar, o maior receptor per capita do mundo (DUNKERLEY, 1984, p. 81–2).

[310] O texto em língua estrangeira é: "written by Americans and enacted without any public debate or alterations by the Bolivian authorities".

[311] O texto em língua estrangeira é: "This gave the U.S. government unprecedented power to control the course of the Bolivian revolution".

Siles deu pleno respaldo à implementação do Plano Eder e suas políticas deflacionárias, mas é preciso ressaltar que os efeitos recessivos do plano não se distribuíam uniformemente sobre todos os setores sociais, concentrando-se especialmente sobre os trabalhadores mineiros com o congelamento de salários e a reversão de alguns benefícios concedidos ao setor. Esse não foi um efeito colateral fortuito, na medida em que interessava diretamente ao governo (e aos EUA) diminuir o crescente poder do setor sindical sobre o MNR e o país. Assim, embora rechaçado pelos mineiros, o plano obteve certa aceitação geral, na medida em que foi efetivo em controlar a inflação e que o grosso de seus efeitos deletérios se concentrou sobre um setor específico.

O Plano Eder marca o início da reversão das tendências esquerdizantes da revolução, provocando mesmo divisões no interior da COB entre os sindicatos afiliados à FSTMB e outros setores sindicais que se beneficiaram da menor inflação sem sofrer tanto os efeitos recessivos das medidas implantadas. E a busca deliberada por retirar o protagonismo dos sindicatos mineiros viria a ser consolidada com o Plano Triangular de 1961, financiado pelos EUA, Alemanha Ocidental e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), mas com ampla preeminência estadunidense[312]. Destinado a reestruturar a indústria mineira boliviana e recuperar a solvência da endividada Comibol, o plano tinha como ênfase principal o fim do controle operário sobre as minas e o aumento da disciplina laboral, negligenciando investimentos estruturais em exploração de novas minas, renovação tecnológica ou mesmo a construção das inexistentes fundições metalúrgicas e a criação de uma indústria secundária de produtos semimanufaturados a partir dos minerais brutos[313] (YOUNG, 2011).

É preciso ressaltar que a revolução de 1952, com todos os processos de desarranjo e rearranjo inerentes a grandes transformações sociais, apresentou uma dinâmica centrífuga de poder estatal (MALLOY, 1970) que em muitos sentidos aprofundou o abigarramento social boliviano e os furos do Estado (GRAY MOLINA, 2008). O novo Estado pós-revolucionário buscou, por exemplo, melhor assentar sua presença no Oriente do país, mas dada a sua incapacidade concreta para fazê-lo, lançou mão de caudilhos locais, como Luis Sandoval Morón e Ruben Julio Castro, que embora formalmente vinculados ao MNR controlavam os departamentos de Santa Cruz, Beni e Pando como se fossem seus feudos privados. Nos

[312] Dois terços dos recursos eram fornecidos pelos EUA, que então tinham a última palavra sobre as políticas recomendadas (YOUNG, 2011, p. 10).

[313] Em 1960 a União Soviética já oferecera à Bolívia um pacto muito mais favorável de cooperação no setor que incluía a construção de uma tão necessária fundição de estanho, mas a oferta fora recusada pelo governo do MNR (DUNKERLEY, 1984, p. 106; YOUNG, 2011, p. 9–10). Já no contexto do Plano Triangular, os representantes alemães chegaram a recomendar a criação de uma indústria metalúrgica a partir das matérias primas mineiras como forma de melhor recuperar o setor, mas suas recomendações não foram levadas adiante (ver YOUNG, 2011, p. 13).

centros mineiros, os sindicatos e suas milícias transformaram o "controle operário" concedido em uma espécie de protoestado, exercendo ali em última instância a soberania *de facto*. Com a reforma agrária, rompeu-se definitivamente o sistema de *haciendas* e o papel que elas desempenhavam como elo entre o mundo rural e o urbano e os sindicatos rurais formados também passaram a exercer essas funções de protoestado. Mas apesar de ser comum a avaliação de que tais sindicatos foram cooptados através de relações clientelistas pelo MNR e passaram a ser correias de transmissão do Estado central, a verdade é que esse controle nunca foi pleno, havendo grandes variações regionais e especialmente num primeiro momento, o panorama geral era de atomização e recuo das comunidades rurais a seus assuntos corriqueiros, sem maiores envolvimentos nas políticas nacionais. O MNR tinha que renegociar frequentemente sua influência nos assuntos rurais locais controlados pelo sindicato utilizando-se como intermediários de "chefes políticos" locais, pessoas de certo poder e influência junto aos caciques sindicais (autoridades *de facto* na área) e com acesso ao partido central, que mediavam a concessão de benesses clientelistas à localidade (DUNKERLEY, 1984; MALLOY, 1970).

Assim, embora seja um processo que viria a se consolidar no segundo governo de Paz Estenssoro (1960-64), começa também no governo Siles uma primeira tentativa de recuperar a soberania para o Estado central com a reestruturação das forças armadas, treinadas e equipadas pela cooperação estadunidense. A princípio, o papel das novas forças armadas incluía principalmente a execução de obras públicas e distribuição de benefícios sociais codificados por Siles Zuazo no programa Ação Cívica de inspiração estadunidense, mas pouco a pouco os militares começaram a exercer funções repressivas e de arbitragem de conflitos entre os vários protoestados locais, afiançando a soberania do Estado central. Uma das mais notórias ações dessa nova classe militar foi sua intervenção na chamada *Ch'ampa Guerra* entre sindicatos camponeses do Vale de Cochabamba que teria um grande impacto futuro na conformação do PMC (ver capítulo 2), mas especialmente durante o segundo governo de Paz Estenssoro essas ações seriam cada vez mais frequentes.

De acordo com James Malloy (1970, p. 292–5), o objetivo central desse segundo mandato de Paz foi o de romper o imobilismo geral causado pelos conflitos setoriais entre os diversos grupos sociais e consolidar a capacidade soberana estatal usando-se de uma política de "dividir e conquistar" na qual inicialmente buscava fortalecer a força de caudilhos locais mais leais jogando-os contra outros mais independentes e do aumento da presença estatal (notadamente através das forças armadas) nas zonas de interesse. Assim, por exemplo, Paz Estenssoro jogou Ruben Julio contra Sandoval Morón no Oriente para melhor controlar Santa

Cruz, fortaleceu José Rojas contra a facção de Miguel Veizaga no vale cochabambino e os sindicatos rurais controlados por Rojas contra centros mineiros em protesto. Paz Estenssoro buscou também como um segundo passo envolver os caudilhos fortalecidos na política nacional mais ampla, de modo que passassem a ser mais dependentes das estruturas partidárias e governamentais de distribuição de benesses. O objetivo último seria o de dotar o Estado boliviano de capacidades efetivas de planejar e implementar uma política de desenvolvimento nacional, que no caso concreto previsto por Paz calcava-se no desenvolvimento agropecuário do Oriente e da indústria petroleira induzidos pelo Estado[314] (embora cada vez mais aberto ao capital internacional, ao contrário do nacionalismo econômico original do partido) (MALLOY, 1970, p. 298).

A queda de Paz Estenssoro no início de seu terceiro governo em 1964 tem muito a ver com todo esse complexo processo de tentativa de fortalecimento das capacidades estatais na busca de um modelo nacional de desenvolvimento, pois abriu muitas frentes simultâneas de conflito. Na busca por dotar o Estado de capacidades técnicas adequadas, Paz cercara-se de uma equipe de jovens tecnocratas, alijando membros e dirigentes do partido de cobiçados cargos centrais. Além disso, reconhecendo no ensino universitário boliviano deficiências na qualidade da preparação profissional, criou um instituto técnico de ensino por fora do sistema universitário geral, provocando forte reação corporativa da FUB. Paz tornou-se cada vez mais dependente das forças armadas, tendo sido praticamente forçado por elas a aceitar a indicação do ambicioso brigadeiro René Barrientos como seu vice-presidente na campanha de reeleição. E nessa própria busca pela reeleição, Paz colocou-se definitivamente em choque com praticamente todas as lideranças históricas do partido, que viam nessa continuidade de sua liderança na presidência sua própria exclusão de cargos almejados. Assim, embora tenha conseguido assegurar sua vaga como candidato e sua posterior vitória eleitoral, Paz Estenssoro iniciou o novo governo atacado por todos os lados, da COB alijada e enfraquecida, mas ainda viva, aos estudantes universitários, passando pelas lideranças históricas do MNR agora na oposição como Walter Guevara Arze e Hernán Siles Zuazo, a maioria dos quais (incluindo Lechín e a COB) incitava abertamente as forças armadas a derrubar o governo. Em novembro de 1964 os pedidos foram atendidos e um golpe militar levou Paz Estenssoro ao

[314] É interessante notar como a estratégia de desenvolvimento do MNR era, basicamente, a aplicação das recomendações do Plano Bohan, projeto de desenvolvimento elaborado pela comissão liderada pelo economista estadunidense Marvin Bohan entre dezembro de 1941 e maio de 1942 durante o governo de Enrique Peñaranda (ver DURÁN GIL, 2003, p. 176; MAYORGA, RENE ANTONIO, 1978, p. 98 nota 11; SORUCO SOLOGUREN, 2008a, p. 38). O historiador Gustavo Rodríguez Ostria (2012, p. 100) chega mesmo a afirmar que se a Convenção Constitucional de 1938 fora a antessala política do MNR, o Plano Bohan fora seu precursor econômico.

exílio e colocou Barrientos na presidência que ocuparia até sua morte em um acidente de helicóptero em 1969.

3.5 – O Estado de 52 e o "paradoxo senhorial": reconstituição oligárquica e ocaso do nacional-popular boliviano

Apesar de marcar a queda do MNR e o início de um longo ciclo de governos militares na Bolívia, o golpe de 1964 não representou uma mudança significativa nos rumos que já vinha adotando o Estado boliviano pelo menos desde 1956. Como visto, a tomada do poder por Barrientos foi aplaudida e incentivada por boa parte dos líderes originais da Revolução de 1952, e embora seu regime tenha logo iniciado uma forte repressão ao movimento sindical, em termos econômicos representou um prolongamento das políticas de liberalização econômica iniciadas com os planos Eder e Triangular e em termos políticos continuou a justificar sua legitimidade nos mesmos moldes simbólicos instaurados pela Revolução. De uma maneira ou de outra, a estrutura institucional inaugurada em 1952 com a revolução baseada na negociação da dominação política nacional com subchefes locais/regionais através da distribuição de cargos e favores permaneceu durante todo o período dos governos militares inaugurado em 1964 e também os elementos simbólicos fundamentais da revolução permaneceram após a queda do MNR, com praticamente todos os golpes militares levados a cabo entre 1964 (Barrientos) e 1971 (Banzer) justificando-se retoricamente em nome da revolução.

É pela grande persistência desses marcos simbólicos mesmo durante a grande restauração conservadora, iniciada ainda durante o regime do MNR, mas aprofundada significativamente com Barrientos e em especial sob o regime do general Hugo Banzer (1971-78), que se pode falar na existência do "Estado de 52" como o modelo político-institucional prevalecente até 1978 e em profunda crise hegemônica daí em diante até ser desmontado em 1985, ironicamente, por um de seus principais artífices, Victor Paz Estenssoro no retorno do MNR à presidência.

René Zavaleta falava sobre o "paradoxo senhorial" boliviano, consistindo no fato de que a classe dominante boliviana, talvez por carecer de ideais burgueses e ter padrões culturais de ordem não-capitalista, jamais conseguiu transformar-se em uma burguesia moderna capaz de cumprir com o papel historicamente atribuído à burguesia nos países

avançados. E, no entanto, sempre demonstrou uma "insólita capacidade de ratificação *qua* classe dominante através das diversas fases estatais, de mudanças sociais imensas e inclusive de vários modos de produção"[315] (2008, p. 14.Tradução nossa.). Mesmo com a Revolução de 1952, que varreu as estruturas oligárquicas de dominação vigentes e empoderou como nunca antes a setores subalternos (ao menos em seus anos iniciais), tal paradoxo senhorial teria se demonstrado com plena força com as contrarreformas implementadas a partir de 1956, que fizeram com que renascesse sob o Estado de 52 um novo estrato dominante de caráter quase tão senhorial quanto o anteriormente vigente, embora composto por uma nova burguesia modernizada. "Desta maneira, assim como a Revolução Nacional é algo assim como uma revolução burguesa feita contra a burguesia, o desenvolvimento da mesma [burguesia] é a colocação de seus fatores a serviço da reposição oligárquico-senhorial"[316] (ZAVALETA MERCADO, 2008, p. 14. Tradução nossa.).

Assim é que o Estado de 52, criado a partir de uma das três revoluções mais importantes da América Latina[317], começa a abandonar seu caráter nacional-popular em prol de uma restauração liberal-oligárquica iniciada em 1956 sob o comando dos próprios revolucionários do MNR e que seguirá praticamente ininterrupta (MAYORGA, RENE ANTONIO, 1978) até sua dissolução final pelas mesmas mãos em 1985. Mas foi praticamente ininterrupta, não totalmente, porque a própria manutenção dos marcos simbólicos e institucionais da revolução durante todo o período e a necessidade de apelação aos seus contornos ideológicos gerais para manutenção de algum grau de hegemonia (ANTEZANA, 1983) servia como memória constante das tarefas inconclusas da Revolução que permitiria duas breves tentativas de retomada e atualização dos objetivos revolucionários: os governos militares de Alfredo Ovando e Juan José Torres (1969-71) e a experiência da União Democrática Popular (UDP) durante a redemocratização mais adiante.

A morte do presidente René Barrientos em um acidente aéreo em 1969 forçou o reagrupamento de forças no país e no interior das forças armadas. Embora inicialmente o governo tenha sido entregue ao civil Luis Adolfo Siles Salina, vice-presidente de Barrientos, poucos no país levavam a sério a possibilidade de que ele pudesse se consolidar na

[315] O texto em língua estrangeira é: "insólita capacidad de ratificación *qua* clase dominante a través de las diversas fases estatales, de cambios sociales inmensos e incluso de varios modos de producción".

[316] O texto em língua estrangeira é: "De esta manera, así como la Revolución Nacional es algo así como una revolución burguesa hecha contra la burguesía, el desarrollo de la misma es la colocación de sus factores al servicio de la reposición oligárquico-señorial".

[317] Como bem coloca Whitehead (1986, p. 53. Tradução nossa), "A revolução de 1952 pode parecer pálida comparada a desdobramentos posteriores em Cuba e Nicarágua, mas ela foi extremamente audaz e ambiciosa para seu tempo". [O texto em língua estrangeira é: "The 1952 revolution may look tame compared with later developments in Cuba and Nicaragua, but it was extremely bold and far-reaching for its time"].

presidência[318]. Assim, não houve grande surpresa quando em fins de setembro do mesmo ano, o general Alfredo Ovando Candía anunciou a deposição de Siles Salina e o início de um novo governo das forças armadas com ele como presidente.

O que sim causou surpresa foi que, ao contrário de Barrientos, que presidira um governo que prescrevera a COB e os sindicatos mineiros, perseguira lideranças políticas de esquerda e promovera políticas de abertura econômica às transnacionais, Ovando (figura central no próprio golpe que levou Barrientos à presidência) promoveu uma guinada de rumo. Seu governo promoveu uma abertura política legalizando os sindicatos e anunciou uma importante reorientação na doutrina de segurança das forças armadas na qual o "inimigo interno" a ser combatido passava a ser a pobreza e o subdesenvolvimento. Ovando nacionalizou (sob orientação de seu ministro de Hidrocarbonetos, Marcelo Quiroga Santa Cruz) a transnacional *Gulf Oil* ainda em 1969, transferindo seus bens à estatal YPFB e revogou o Código Davenport de 1955, que como visto abrira o setor petrolífero boliviano ao capital estrangeiro.

Além de influências do contexto internacional[319], um dos motivos para essa virada de rumo deve-se aos efeitos inesperados provocados pela fracassada tentativa de implantação de uma guerrilha liderada por Che Guevara na região de Ñancahuazú, no departamento de Santa Cruz entre 1966 e 1967. Embora em termos militares tenha sido pouco menos que um fiasco e sido derrotada sem maiores dificuldades pelas forças armadas[320], a guerrilha acabou provocando um importante rearranjo de forças e posições em alguns setores da sociedade, entre os quais o próprio oficialato das forças armadas.

> O exemplo dos rebeldes de Ñancahuazú teve um impacto particularmente forte entre os estudantes, para quem sua abnegação e heroísmo contrastava fortemente não apenas com os constrangimentos doutrinários e orientação organizativa aparentemente preguiçosa da esquerda estabelecida, mas também com as transparentes bajulações espirituais dos partidos da direita moderada[321] (DUNKERLEY, 1984, p. 154. Tradução nossa).

Essa radicalização provocada não apenas entre os estudantes, mas entre a pequena-burguesia em geral[322] (DUNKERLEY, 1984, p. 155; TÓRREZ *et al.*, 2013, p. 85;

---

[318] Situação bastante semelhante à de Pedro Aleixo no Brasil quando da morte do presidente general Costa e Silva, também em 1969, durante a ditadura militar.

[319] O vizinho Peru, por exemplo, vivia experiência muito semelhante de reformismo militar de esquerda desde o golpe promovido pelo general Juan Velasco Alvarado em 1968.

[320] Para uma análise dos diversos fatores que conduziram à derrota guerrilheira, ver René Zavaleta (2009a).

[321] O texto em língua estrangeira é: "The example of the Ñancahuazu rebels had a particularly strong impact on the students for whom their abnegation and heroism contrasted strongly not only with the doctrinal constraints and apparently slothful organisational orientation of the established left but also with the transparent spiritual blandishments of the parties of the moderate right".

[322] Um dos efeitos mais importantes dessa radicalização da pequena burguesia entre os partidos da direita moderada foi a fundação do Movimento da Esquerda Revolucionária (MIR) a partir de um racha do Partido Democrata Cristão (PDC).

ZAVALETA MERCADO, 1972, p. 64) permitiu o início do rompimento do isolamento político a que estava submetido o proletariado boliviano desde 1964, com a ressonância entre essa pequena-burguesia de bandeiras ideológicas anteriormente levantadas por esse proletariado que lhe conferiria condições mais vantajosas para sua reorganização. Além disso, no setor específico do oficialato, para além das influências por difusão dos humores das classes médias às quais esse oficialato pertence (ZAVALETA MERCADO, 1972, p. 64), o grau de submissão das forças armadas ao comando da CIA durante o combate à guerrilha mexeu com os brios de parte da corporação, fazendo com que alguns de seus setores (que, recorde-se, eram fruto da recriação da corporação pelas mãos do MNR após a revolução) buscassem uma reaproximação com ideais nacionalistas e o exemplo de antecessores como Busch e Villarroel (CAVALLA, [S.d.]; DUNKERLEY, 1984, p. 155–6).

Os efeitos da abertura política promovida por Ovando, entretanto, provaram-se ambíguos para o governo. A COB e os partidos de esquerda em geral não puderam superar a desconfiança em relação às forças armadas gerada durante o governo de Barrientos que, apesar de ter governado com mão dura e reprimido o movimento operário, como citado também tinha anunciado em seu inicio que assumia em nome da revolução nacional. Assim, os sindicatos e partidos aproveitaram a abertura para se reorganizarem, mas não se mobilizaram para apoiar o novo governo. Pelo contrário, anunciavam como objetivo a derrubada do regime e a instalação de um governo direto dos trabalhadores. Uma nova guerrilha foi inclusive organizada em 1970 na localidade de Teoponte com o objetivo declarado de vingar a morte de Che Guevara e atingir postumamente os seus objetivos sendo, no entanto, igualmente dizimada pelo exército em um fiasco militar ainda maior.

As movimentações da esquerda (e especialmente a guerrilha) serviram de catalisadores para o descontentamento de setores importantes das forças armadas, que julgavam que Ovando conduzia o país rumo ao caos e demasiado à esquerda. Na tentativa de apaziguar os setores descontentes, o governo chegou a afastar ministros como Marcelo Quiroga ou o comandante-em-chefe das forças armadas, Juan José Torres, vistos como demasiado radicais, mas as medidas foram insuficientes. Em outubro de 1970, um grupo de oficiais liderados pelo general Rogelio Miranda anunciou a deposição do governo de Ovando. Este, por sua vez, conseguiu o apoio declarado de alguns importantes regimentos militares em Santa Cruz e Cochabamba e, no empate de forças que se seguiu, ambos os grupos concordaram em solucioná-lo com a nomeação de uma junta militar na qual nenhum deles participaria como o novo governo.

A COB (que se reorganizara aproveitando-se da janela de oportunidades aberta por Ovando), por sua vez, anunciou sua resistência à manobra e convocou a uma greve geral, ao mesmo tempo em que o ex-comandante das forças armadas, Juan José Torres, iniciara seu próprio movimento golpista aproveitando-se da confusão política do momento. Apoiado pelos mineiros, Torres conseguiu convencer a suficientes unidades militares e assumiu a presidência da Bolívia (ANDRADE, 1998; CAVALLA, [S.d.]; DUNKERLEY, 1984; DURÁN GIL, 2007; SIVAK, 1998; TÓRREZ *et al.*, 2013; ZAVALETA MERCADO, 1972).

Sua situação, entretanto, era extremamente instável. O apoio da COB a sua chegada ao poder não se traduziu em apoio orgânico ao novo governo. Torres chegou a oferecer um terço do seu ministério à COB, posteriormente aumentando a oferta para a metade dos cargos. A COB, entretanto, dividida entre entrar no governo e preservar a autonomia operária, aceitou os cargos desde que sob o comando de figuras de importância secundária no sindicalismo e que estariam sob controle direto da base, o que foi recusado por Torres. Embora houvesse anunciado que seu governo se guiava pelo objetivo de recuperar o controle soberano sobre a economia nacional em um modelo misto em que o capital transnacional devia ser fortemente controlado (DUNKERLEY, 1984; SIVAK, 1998), JJ (como era conhecido pelas iniciais de seu nome) não tinha um programa detalhado do que fazer e agia muitas vezes guiado pela pressão popular ou em uma tentativa de se antecipar ao que a esquerda poderia demandar (DUNKERLEY, 1984; TÓRREZ *et al.*, 2013; ZAVALETA MERCADO, 1972). Seu breve governo (07 de outubro de 1970 a 21 de agosto de 1971) esteve marcado pela proliferação de ações diretas conduzidas pela massa, como a ocupação do Centro Boliviano-Americano, tomadas de terras em Santa Cruz ou a depredação de sedes de jornais conservadores. O governo, por sua vez, reagia com medidas como aumento de salários para os mineiros, fixação de limites no salário do funcionalismo público, a nacionalização de minas privatizadas no período anterior (das quais a Mina Matilde, de propriedade estadunidense, foi a maior e mais importante) e a expulsão dos Corpos de Paz estadunidenses e da base de satélites de El Alto conhecida como “Guantanamito”.

Entretanto, o fato mais marcante de seu governo é certamente a instalação da Assembleia Popular (AP), uma espécie de parlamento auto-organizado pelos partidos e sindicatos de esquerda de forma independente do governo, mas com a aquiescência e o apoio tácito deste. Ainda durante o governo Ovando, a COB deliberara a formação de um Comando Político através do qual os diferentes setores da esquerda pudessem coordenar uma posição comum frente ao governo e às estratégias revolucionárias a serem adotadas. Já no governo Torres, após a primeira tentativa de golpe liderada pelo então coronel Hugo Banzer em janeiro

de 1971 e derrotada por meio da resistência da COB através de greve geral, o Comando Político deliberou converter-se em AP como resposta à tentativa de golpe. Vencida a intentona, os movimentos populares liderados pela COB deliberaram que era hora de aprofundar a revolução em direção ao socialismo ou vê-la fracassar definitivamente, e conceberam a AP como um poder paralelo que repetiria a experiência dos sovietes na Revolução Russa de 1917.

A AP foi composta por 132 delegados operários, 53 das classes médias, 23 camponeses e 13 representando partidos de esquerda (ANDRADE, 1998, p. 8) e embora convocada oficialmente no 1º de maio, funcionou entre 22 de junho e 2 de julho de 1971 na sede do poder legislativo. Após aprovar seus estatutos de funcionamento e arrogar-se a função de centralizar a luta anti-imperialista boliviana e coordenar a defesa militar com a formação de milícias populares em caso de tentativa de golpe, a AP declarou o fim de sua primeira sessão e estabeleceu um recesso até o dia 2 de setembro, quando deveria retomar os trabalhos. Entretanto, embora a AP tenha sido celebrada (por seus integrantes), temida (pela direita boliviana) ou reconhecida (pela imprensa internacional) como um soviete latino-americano e um elemento de poder dual na Bolívia, a verdade é que a dualidade de fato existiu apenas no nível da direção política ideológica. Ao contrário da Revolução de 1952, quando mineiros e camponeses indígenas receberam armas e constituíram milícias efetivas que podiam se converter em bases de poder alternativo, em 1971 as milícias já estavam em grande parte desarmadas e o governo de Torres (acima de tudo um militar institucionalista que se negou até o último momento a uma confrontação fratricida entre as facções das forças armadas[323]) se negou a entregar-lhes armas. Sem meios efetivos para levar a cabo os objetivos a que se propunha, a AP não teve capacidade de resistir à nova tentativa de Banzer em 18 de agosto, mais bem preparada, apoiada por Brasil e EUA e consolidada no dia 21 após massacrar os que ousaram resistir ao golpe. Iniciava-se assim o banzerato e se encerrava "um dos mais extraordinários governos da história da Bolívia"[324] (KLEIN, 2003, p. 226. Tradução nossa)

[323] De fato, mesmo com relação a conspiradores como Hugo Banzer, Torres foi sempre muito brando com relação a punições e nunca purgou por completo as forças armadas daqueles que haviam colaborado com a intentona de janeiro, o que viria a ter importantes consequências para o sucesso da nova tentativa de golpe em agosto. Torres sequer buscou fortalecer e cercar-se dos elementos mais à esquerda da corporação militar, mantendo em cargos-chave a ex-colaboradores de Barrientos e oficiais de conhecida inclinação conservadora, acreditando ingenuamente que eles poderiam evoluir ideologicamente a partir dos exemplos dele próprio e do povo em ação (ver DUNKERLEY, 1984; DURÁN GIL, 2003; TÓRREZ *et al.*, 2013; ZAVALETA MERCADO, 1972).

[324] O texto em língua estrangeira é: "one of the most extraordinary governments in Bolivian history".

com a derrota política "mais severa da história da classe operária"[325] (DUNKERLEY, 1984, p. 200. Tradução nossa) boliviana até então.

O período é significativo por representar uma das mais radicais tentativas de atualizar a agenda inconclusa da Revolução de 52. E dessa forma, ele também explicitou como talvez nunca antes as contradições inerentes ao modelo nacionalista-revolucionário ali inaugurado. Como explica Luis Antezana (1983), o nacionalismo-revolucionário enquanto ideologia surge na Bolívia ainda de maneira difusa após a Guerra do Chaco e se consolida com a fundação do MNR nos anos 1940 e sua chegada ao poder com a revolução. Tal ideologia, entretanto, sempre oscilou entre dois polos antagônicos: o nacionalismo, que tende à direita e vê na nação a capacidade de harmonizar os interesses dos distintos setores em prol do progresso do país como um todo, e a revolução, que tende à esquerda e influenciada pelo marxismo vê nas contradições insolúveis do capitalismo o caminho que conduzirá à tomada de poder pelo proletariado. O MNR enquanto partido buscara equilibrar os dois polos, embora em seu primeiro momento pós-revolução a inclinação ao polo revolucionário fosse notável devido majoritariamente ao poder real detido pelas massas radicalizadas. A partir pelo menos de 1956, o partido começa a se inclinar cada vez mais ao polo nacional, embora ainda tentando esse equilíbrio que será rompido definitivamente com o golpe de Barrientos, que se inclina em definitivo por seu caráter nacional.

O governo Ovando marca uma retomada dessa tentativa de equilibrar os polos antagônicos, embora inclinado a seu lado esquerdo até como tentativa de voltar a atrair o proletariado boliviano à frente ampla nacional-revolucionária. JJ Torres continua a se inscrever nessa corrente ideológica, embora ao longo do curso de seu governo e sob pressão das massas populares radicalizadas[326] tenha progressivamente radicalizado seu discurso até o limite do possível dentro desses marcos na tentativa de consolidar o incipiente apoio da COB e transformá-lo numa participação orgânica dos trabalhadores em seu governo (ver TÓRREZ *et al.*, 2013, p. 110–1). Mas a evolução do movimento trabalhista boliviano desde sua experiência de cogoverno com o MNR e sua desconfiança em relação às forças armadas consolidada durante o governo de Barrientos frustram os objetivos de Torres, na medida em que a COB (e logo a AP) brinda apenas um apoio crítico ao seu governo, sem jamais esconder que seu objetivo último seria superá-lo em prol de um governo socialista em mãos do próprio proletariado. Essa é a principal razão para a prolongada crise hegemônica do período, na

[325] O texto em língua estrangeira é: "the most severe in the history of the working class".

[326] Especialmente trabalhadores e estudantes, mas também mesmo uma pequena fração de camponeses que começava a se desgarrar do PMC.

medida em que representa o acirramento das contradições na ideologia dominante no país pelo amadurecimento ideológico dos trabalhadores rumo a uma tomada de posição plenamente revolucionária[327] (DURÁN GIL, 2007). As divisões táticas entre os vários setores da esquerda representados na AP e as limitações do próprio JJ Torres, que relutou até o último momento em superar os marcos do nacionalismo-revolucionário e enfrentar suas contradições acabaram por selar suas possibilidades de consolidação.

A experiência do período é relevante ainda por explicitar duas questões importantes da matriz nacional-popular boliviana. A primeira foi a tensão sempre existente na relação com o Estado devido à memória da ação direta e autonomia popular presentes na tradição. "Tão fortes eram essas memórias que a natureza dessa tradição pode ser considerada amplamente socioestrutural"[328] (WHITEHEAD, 2001, p. 35. Tradução nossa), e ficaram patentes no enorme número de ações diretas levadas a cabo no período (ver DUNKERLEY, 1984, p. 186–8) e no fato de que a única questão mais concreta debatida na AP além de questões procedimentais ou declarações ideológicas mais abstratas tenha sido o retorno de uma versão mais aprofundada de cogestão das estatais (ver ANDRADE, 2006; ZAVALETA MERCADO, 1972). E a segunda foi a preocupação com o controle dos recursos naturais nacionais e a aspiração a sua industrialização, já que em termos de medidas concretas o período é lembrado especialmente pela segunda nacionalização dos hidrocarbonetos em 1969 por Ovando e a reestatização de algumas minas privatizadas, notadamente a Matilde, por JJ Torres. Além disso, a primeira fundição de estanho do país localizada em Vinto foi viabilizada por iniciativa de Ovando, enquanto este ainda era colaborador de Barrientos em 1966 (DUNKERLEY, 1984, p. 161), e inaugurada durante o governo Torres em 1971. E as discussões da AP acerca da cogestão na Comibol também incluíram demandas pela constituição de uma indústria metalúrgica completa para industrialização do setor mineiro (ANDRADE, 2006, p. 5).

O período do Banzerato (1971-78) voltou a colocar o país no caminho da abertura econômica ao capital exterior e da repressão aos sindicatos e partidos da esquerda. O fim do período, entretanto, voltou a deixar expostas as várias fissuras da estrutura de dominação política do Estado de 1952 e que culminaria na agônica crise hegemônica da frustrada tentativa de redemocratização dos anos 1978-80.

---

[327] No que pese à grande divisão dessa esquerda em um sem número de partidos e grupos, com fortes divergências tanto na análise das condições concretas da conjuntura quanto em relação à tática a ser adotada frente ao governo e à estratégia revolucionária mais geral.

[328] O texto em língua estrangeira é: "So strong were these memories that this tradition can be considered broadly socio-structural in nature".

Esse período ficou marcado pela extrema instabilidade institucional atestada pela realização de três eleições presidenciais, com "cinco presidentes assumindo o cargo (nenhum dos quais como resultado de vitória nas urnas), e [...] quatro ensaios [de golpes militares], um deles fracassado e os outros três bem-sucedidos"[329] (DUNKERLEY, 1984, p. 249. Tradução nossa). A "democratização fracassada" (WHITEHEAD, 1986) concluiu com a "ditadura delinquente" (DUNKERLEY, 1984) do general Luis García Meza e as diversas juntas militares que lhe sucederam até, por fim, acatarem os resultados eleitorais de 1980 com dois anos de "atraso" e cederem a presidência a Hernán Siles Zuazo e à UDP[330] em 1982.

O mais importante de todo o período, entretanto, é a culminação do processo de reorganização autônoma camponesa sob o Katarismo que vinha se dando durante o banzerato, em especial após o fim efetivo do Pacto Militar-Camponês (PMC) com os massacres de Tolata e Epizana em 1974 (ver capítulo 2). Durante a resistência ao golpe de Natusch Busch, em novembro de 1979, essa reorganização do campesinato permitiu a efetiva aliança pela primeira vez em muito tempo entre camponeses (organizados em torno da recém-fundada CSUTCB) e trabalhadores (COB), superando – ao menos parcial e temporariamente – desconfianças mútuas de muitos anos.

Esses desentendimentos entre os dois setores explicam-se parcialmente pela absorção mecânica pelos sindicatos mineiros bolivianos de postulados do marxismo vulgar que relegavam o campesinato a um papel subordinado à "vanguarda operária" e lhe atribuíam características conservadoras inerentes por sua posse (propriedade privada) da terra, crença só agravada pela aliança dos camponeses com os militares sob o PMC. Além disso, as demandas étnicas e culturais de caráter indígena que vinham ganhando força, sobretudo entre os aimarás do altiplano, eram vistas pelos trabalhadores como resquícios pré-modernos e que ocultariam a identidade de classe vista como o elemento fundamental (ver GARCÍA LINERA, 2008b, p. 373–392). Dessa maneira, o fato de que em novembro de 1979 a CSUTCB tenha se somado ao chamado da COB por uma greve geral em resistência ao golpe de Natusch Busch mesmo

[329] O texto em língua estrangeira é: "five presidents held office (none of them as a result of victory at the polls), and […] four [coups] were essayed in practice, one failing and three successful".

[330] União Democrática Popular, coalizão eleitoral pela qual concorreu Siles Zuazo nas eleições de 1978, 1979 e 1980. Os partidos e grupos que a compunham variaram um pouco em cada eleição, mas em sua terceira tentativa, a UDP foi eleita composta oficialmente pelo MNRI, MIR, PCB, Movimento Popular de Libertação Nacional, Partido Socialista e Vanguarda Operária e informalmente pela coalizão entre PRIN, MRTK, uma fração do Partido Operário Revolucionário (POR-Combate) e a Organização Socialista dos Trabalhadores, que havia inicialmente apresentado a candidatura de Juan Lechín, mas a retirara para apoiar a UDP. Além dessa frente partidária, também apoiava a UDP a COB, que embora não fosse um partido político, dentro do contexto boliviano representava muito mais em seu apoio em termos de bases sociais que qualquer outro componente da frente.

frente à brutal repressão dos militares[331] e que os camponeses tenham comparecido em massa a esse chamado com o bloqueio de diversas estradas ao longo do país não pode ser vista como um fato menor. De fato, a aliança que se deu entre "as massas em novembro" (ZAVALETA MERCADO, 2009c) pode ser vista já como um embrião de bloco histórico de importante potencial que consegue nessa jornada de lutas o seu objetivo (reverter o golpe), mas que fracassará mais adiante por suas próprias fraquezas e contradições, ao não conseguir evitar o golpe de García Meza em 1980 e se esfacelar durante o governo de Siles Zuazo. E, no entanto, apesar desse fracasso temporário, abriu um importante precedente e deixou plantadas sementes que voltaram a germinar na atual conjuntura. Já em 1983, René Zavaleta profetizava que "se os trabalhadores saem um dia de seu isolamento corporativista será no desenvolvimento de uma proposta surgida do movimento camponês"[332] (2009c, p. 222. Tradução nossa), assertiva cuja veracidade pode facilmente ser comprovada na política boliviana contemporânea.

Além disso, o próprio fato de que o chamado à resistência ao golpe tenha sido feito em nome da democracia representativa também tem importantes implicações históricas. Como é reconhecido por muitos intelectuais que estudam a Bolívia (DUNKERLEY, 1984; WHITEHEAD, 1986, 2001; ZAVALETA MERCADO, 2009c), o entendimento de "democracia" pela maioria dos bolivianos sempre esteve associado à Revolução de 1952, que teve como uma de suas principais conquistas a universalização do voto, mas também foi marcada (especialmente em seu início) por grandes mobilizações de massa e ações diretas. A "memória democrática" boliviana está fortemente associada a uma prática de "democracia popular direta", onde os direitos e demandas são obtidos muito mais por ação coletiva direta que por representação parlamentar (DUNKERLEY, 1984, p. 251; ver também VERDESOTO; ZUAZO, 2006; WHITEHEAD, 2001). Assim é que, por exemplo, na "memória da massa, Villarroel ou Torres foram mais legítimos (mais democráticos e representativos) que Barrientos[333] ou Hertzog, para não falar de Urriolagoitia e Peñaranda"[334] (ZAVALETA

[331] Nos apenas 16 dias em que esteve na presidência Alberto Natusch Busch, as forças armadas mataram e feriram mais pessoas que durante os sete anos da ditadura de Hugo Bánzer (ver DUNKERLEY, 1984; RIVERA CUSICANQUI, 1987; ZAVALETA MERCADO, 2009c).

[332] O texto em língua estrangeira é: "si los obreros salen un día de su clausura corporativista será en el desarrollo de una propuesta surgida del movimiento campesino."

[333] Embora Barrientos, como Villarroel e Torres, tenha chegado à presidência por meio de golpe militar, em 1966 buscou legitimar seu regime por meio de eleições (consideradas limpas e competitivas) e da promulgação de uma constituição em 1967, medidas que visavam dar um verniz democrático mais ilusório que real, sem dúvidas, mas que Torres não teve qualquer preocupação em adotar e Villarroel apenas de maneira bastante limitada (Constituição de 1945 e "constitucionalização" do regime pelo Congresso).

[334] O texto em língua estrangeira é: "En la memoria de la masa, Villarroel o Torres fueron más legítimos (más democráticos y representativos) que Barrientos o Hertzog, para no hablar de Urriolagoitia y Peñaranda".

MERCADO, 2009c, p. 211–12. Tradução nossa) e muitos outros que lhes precederam ou antecederam.

Ainda assim, as massas resistiram ao golpe de Natusch Busch, que era sobrinho de Germán Busch (mais um dos "ditadores democráticos" da memória nacional-popular boliviana) e anunciou em seu golpe que colaboraria

> com o congresso e a COB [...] se comprometeu a respeitar os sindicatos e as liberdades democráticas, os direitos humanos e a autonomia universitária, não fez nenhum ataque imediato a estações de rádio ou escritórios de jornais e parecia estar engajado em um empreendimento modelado em Busch e Villarroel"[335] (DUNKERLEY, 1984, p. 266. Tradução nossa; ZAVALETA MERCADO, 2009c, n. 23).

E resistiram a esse golpe com contornos iniciais de um tipo de regime que anteriormente teriam apoiado ou mesmo fomentado em nome da democracia. A importância fundamental deste fato reside em que, nas palavras de René Zavaleta, a democracia representativa nesse momento "se incorpora a sua memória de massa"[336] (ZAVALETA MERCADO, 2009c, p. 220. Tradução nossa; ver também TAPIA, 2007a; TÓRREZ *et al.*, 2013). Isto terá um impacto transcendente no futuro do país e constitui-se em um elemento explicativo importante do porquê de insurreições como a Guerra do Gás de 2003 ou junho de 2005 (ver adiante), em que as massas sublevadas detiveram o poder e o controle territorial *de facto* sobre boa parte do país, não terem terminado em revoluções "clássicas" com a quebra da institucionalidade e a tomada do poder.

Como dito, a resistência das "massas em novembro" reverteu o golpe de Natusch Busch, mas não foi capaz de deter a intentona seguinte liderado pelo general Luis García Meza em 1980, frustrando mais uma vez o processo de democratização do país. Esse processo somente seria retomado em 1982, quando diante da forte divisão interna, do enorme desgaste que enfrentavam e de sua incapacidade em manter a ordem no país as forças armadas decidem deixar o poder e entregá-lo a Hernán Siles Zuazo e à UDP com base em sua vitória eleitoral de 1980, contra a posição do próprio Siles Zuazo que desejava a realização de novas eleições acreditando que estas aumentariam as margens de sua vitória, sua legitimidade e a representação congressual da UDP frente a uma direita política extremamente desgastada (ver DUNKERLEY, 1990, p. 14).

Formada pelos três principais partidos de esquerda da época (MNRI, MIR e PCB) e mais alguns vários outros agrupamentos menores[337], além do importantíssimo apoio da COB,

---

[335] O texto em língua estrangeira é: " with the congress and the COB […] pledged himself to respect trade-union and democratic liberties, human rights and university autonomy, made no immediate assault on radio stations or newspaper offices, and appeared to be engaged in an enterprise modelled on Busch and Villarroel".

[336] O texto em língua estrangeira é: "se incorpora a su memoria de masa".

[337] Ver nota 330

a UDP (1982-85) representou a última tentativa de retomada do Estado de 52 por parte da matriz nacional-popular. Seu fracasso político e econômico, no entanto, a colocam como o canto do cisne desse Estado e mesmo da própria matriz nacional-popular enquanto perspectiva de poder durante duas décadas. Diante da crise econômica herdada das políticas adotadas durante o banzerato, do caos do período de crise hegemônica e da incapacidade do governo de Siles Zuazo em corrigi-las, a UDP esfacelou-se em pouquíssimo tempo.

O governo da UDP ficou marcado na história do país pela hiperinflação (8.767% ao ano em 1985!)[338] e pela explosão de demandas e protestos por parte dos sindicatos e organizações populares formalmente aliadas do governo, numa combinação de caos econômico e eterna crise política e social que muito facilitaram a eleição de Victor Paz Estenssoro em 1985 e a aceitação popular geral das draconianas medidas de ajuste fiscal e estabilização monetária que ele implementaria, desfazendo por fim o arranjo institucional do Estado de 52, paradoxalmente por ele mesmo inaugurado.

Embora haja uma série de fatores que expliquem o fracasso da UDP (erros políticos, minoria no Legislativo, brigas e defecções entre os partidos da coalizão...) (ver DUNKERLEY, 1990; IBAÑEZ ROJO, 2000), uma causa suficiente parece residir na tensa relação entre o governo e a COB. Por seu legado histórico, e especialmente no contexto da resistência às últimas ditaduras, a COB se convertera no maior e mais poderoso ator político do país, superando em muito a importância efetiva e o poder de convocatória social de qualquer dos partidos de esquerda dentro ou fora da UDP (IBAÑEZ ROJO, 2000, p. 177–9). Mas apesar da grave crise econômica em meio à qual a UDP tomou posse, a COB adotou uma postura maximalista de demandas de recomposição salarial que aceleraram a espiral inflacionária e o caos social pela profusão de greves e protestos do período e à qual o governo foi incapaz de se contrapor sem corroer sua legitimidade social (DUNKERLEY, 1990; IBAÑEZ ROJO, 2000; TÓRREZ *et al.*, 2013).

Desde antes do início do governo, Siles Zuazo oferecera à COB reestabelecer o cogoverno, o que dentro dos paradigmas de retomada do Estado de 52 era uma oferta quase óbvia, pois "dentro da memória coletiva do movimento operário, a reintrodução do 'cogoverno' era uma condição que qualquer governo popular digno do nome estaria obrigado a cumprir: um direito histórico conquistado pelos trabalhadores" [339] (IBAÑEZ ROJO, 2000, p. 186. Tradução nossa). Entretanto, a COB, através de seu secretário-executivo Juan Lechín,

[338] Ver Dunkerley (1990, p. 82–87) para uma listagem dos catastróficos índices econômicos do governo.

[339] O texto em língua estrangeira é: "within the collective imagery of the labour movement, the reintroduction of 'co-government' was a condition that any popular government worthy of the name was obliged to fulfill: a historic right earned by the workers".

exigiu metade+1 do gabinete ministerial e logo abandonaria a proposta diante da resistência do governo. Ocorre que de fato, naquela conjuntura em que a COB era o ator chave da política boliviana, o governo tinha muito mais a ganhar com uma parceria orgânica e estratégica com a central do que o inverso, pois a entrada desta no governo implicaria a necessidade de uma abordagem mais holística sobre os efeitos das políticas econômicas e uma inevitável moderação das demandas trabalhistas no contexto de grave crise fiscal.

> Sem quaisquer recursos próprios e sem nenhuma autonomia em relação aos interesses da central, o governo Siles Zuazo parecia ser uma mera ferramenta da COB. O governo podia ter todos os poderes formais de decisão, mas o poder político real já estava com a central. Nessas circunstâncias, aderir ao governo, coordenar e tratar de implementar políticas públicas desde o executivo essencialmente significaria ter que aceitar responsabilidade pela gestão junto com seus custos, mas não teria trazido à central sindical nenhum poder real adicional. Sob essas circunstâncias, que razão teria a COB para concordar com o 'cogoverno'?[340] (IBAÑEZ ROJO, 2000, p. 188. Tradução nossa).

Pelo contrário, a postura adotada pela COB foi a de uma visão limitada ao curto prazo e aos ganhos imediatos dos trabalhadores em termos de salários, forçando o governo a uma política expansionista que não apenas era incapaz de resolver os problemas econômicos herdados como os agravava. E o governo, por sua vez, se viu refém das inúmeras greves e demandas da COB, que possuía um virtual poder de veto sobre quaisquer decisões do governo (IBAÑEZ ROJO, 2000), sem ser capaz de se contrapor efetivamente a elas sem ao mesmo tempo ver comprometida sua legitimidade popular e democrática.

O comportamento da COB, aliás, merece uma análise por si. Embora conseguisse extrair do governo praticamente todas as suas demandas salariais, o maximalismo da COB terminava por prejudicar os interesses dos trabalhadores muito mais do que efetivamente atendê-los, na medida em que os aumentos salariais agravavam a tendência inflacionária e os ganhos obtidos eram corroídos quase imediatamente.

> Intimamente ligada ao longo de sua história e estrutura orgânica à defesa de interesses setoriais, a COB não considerava que a inflação herdada do regime autoritário fosse uma de suas prioridades estratégicas. De fato, a central somente começaria a ver a inflação como um problema chave quando a espiral de preços começou a ameaçar os empregos e salários dos trabalhadores da economia formal[341] (IBAÑEZ ROJO, 2000, p. 179. Tradução nossa).

---

[340] O texto em língua estrangeira é: "Without any resources of its own, and with no autonomy with respect to the union's interests, the Siles Zuazo government appeared to be a mere tool of the COB. The government may have enjoyed all formal decision-making power, but real political power already lay with the union. In these circumstances, joining the government, coordinating and trying to implement public policies from the executive, essentially meant accepting responsibility for government along with its costs, but would not have brought the union any more real power. Under these circumstances, what reason was there for the COB to agree to 'cogovernment'?"

[341] O texto em língua estrangeira é: "Closely linked through its history and organic structure to the defence of sectional interests, the COB did not consider that controlling the inflation inherited from the authoritarian regime was one of its strategic priorities. In fact, the union would only begin to see inflation as a key problem when the spiralling prices began to threaten the jobs and wages of workers in the formal economy".

O comportamento da central sindical, que com sua força de mobilização atuava como um instransponível agente de veto a quaisquer tentativas do governo de implementar políticas de restrição monetária para combater a galopante inflação e logo passaria a atuar numa atitude de confronto aberto com o governo, poderia ser explicado pela falta de conhecimento sobre os efeitos concretos trazidos pelas demandas. Entretanto, se num primeiro momento é possível que a COB não o soubesse, em fins de 1983 todos os indicadores econômicos apontavam que o país estava à beira do colapso e em junho de 1984 o próprio Juan Lechín declarou que os "aumentos salariais atingem aos próprios trabalhadores"[342] (apud. IBAÑEZ ROJO, 2000, p. 193. Tradução nossa). A atitude da COB cada vez mais hostil e desafiadora ao governo, apesar de seu reconhecimento dos efeitos negativos gerados por suas demandas, só se justificaria tática ou estrategicamente se a central estivesse buscando ativamente a criação de uma situação revolucionária com perspectivas reais de tomar o poder a partir da desestabilização do regime democrático recém-instalado, o que nunca aconteceu (IBAÑEZ ROJO, 2000, p. 199; ver também DUNKERLEY, 1990).

Tórrez et al. (2013, p. 136–40) argumentam que essa ambiguidade se devia à já mencionada incorporação da democracia enquanto objetivo em si mesmo consolidada nas jornadas de novembro de 1979, o que lhe colocava em contradição com os objetivos revolucionários históricos da central sindical. Isto lhe teria proporcionado o comportamento esquizofrênico em que mantinha um discurso revolucionário sem efetivamente se propor fazer a revolução e desestabilizar um governo favorável a seus interesses sem propor qualquer alternativa coerente, seja em termos de políticas públicas ou de substituição do próprio governo. O máximo de "alternativa" oferecido pela COB foi a retomada das propostas de aprofundamento da cogestão operária das empresas como aprofundamento de seu caráter democrático, levada a cabo pela central através da ocupação direta das 18 estatais mineiras controladas pela Comibol em abril de 1983, sem o aval do governo, mas à qual este logo teve que se curvar. Esse controle operário, entretanto, se mostrou insuficiente como alternativa na medida em que o controle das empresas não produziu resultados econômicos capazes de superar a crise, nem modificou a natureza da relação entre COB e governo.

Embora a explicação faça sentido, e provavelmente tenha influído na postura esquizofrênica da COB, ela explicaria o porquê da não adoção de uma atitude revolucionária coerente com sua retórica, mas não a adoção da retórica em si. Enrique Ibáñez Rojo (2000) propõe uma explicação mais convincente para essa adoção. Segundo ele, a extrema

[342] O texto em língua estrangeira é: "wage increases hit the workers themselves".

fragmentação ideológica existente, com grande número de elites sindicais distintas disputando o poder no interior da central sindical e sua forma de tomada de decisões através de grandes assembleias gerava uma tendência à adoção de posições de curto prazo na medida em que para disputar o apoio da base contra outros líderes, era preciso mostrar-se o mais radical possível.

> A estrutura institucional do movimento trabalhista boliviano encorajava líderes (quaisquer que fossem suas opiniões pessoais, convicções ou lealdades partidárias) a fomentar a espiral de demandas de curto prazo sob pena de ser superado por alguma das inúmeras elites [sindicais] opositoras com quem tinham que competir nas assembleias que, por sua vez, na medida em que se aprofundava a crise se constituíam em terrenos férteis para a demagogia[343] (IBAÑEZ ROJO, 2000, p. 200. Tradução nossa).

Além disso, as lideranças da COB teriam em determinado momento perdido o controle sobre as bases, que adotavam medidas de protesto ou greves de maneira independente das direções da central, de modo que mesmo quando a direção COBista ensaiou reaproximações ao governo e apoio a medidas de estabilização monetária, como em abril de 1984, foi forçada por ações das bases a voltar à mesma estratégia maximalista de confronto (IBAÑEZ ROJO, 2000, p. 192–3). Uma outra questão a se levar em conta é o fato de que sendo a democracia representativa naquele momento uma novidade no país, a COB não tinha como avaliar com precisão (e muito menos explicar convincentemente às bases) os efeitos devastadores sobre o sindicalismo do país que traria a eleição de um governo de direita para justificar moderação e colaboração com o governo. E esse retorno da direita se configurava cada vez mais como um fato inevitável (salvo novo golpe) diante do enorme desgaste à UDP por ela provocado (IBAÑEZ ROJO, 2000, p. 182).

Independentemente da explicação, o fato é que a postura adotada pela COB levou-lhe a uma vez mais a afastar-se do campesinato, um dos setores mais afetados pelas tentativas de controle inflacionário através do congelamento de preços por ela defendido, bem como do enorme contingente de trabalhadores informais do país (ver IBAÑEZ ROJO, 2000, n. 39, p. 192). Além disso, na medida em que mesmo no setor formal da economia a COB congregava a diversos setores, atingidos de maneira desigual pelas medidas do governo, logo foi incapaz sequer de manter coerentemente o discurso de que defendia os interesses dos trabalhadores por igual, gerando uma "situação hobbesiana na qual a competição entre diferentes grupos pela defesa de seus interesses particulares ameaçava tornar-se cada vez mais violenta"

[343] O texto em língua estrangeira é: "The institutional framework of the Bolivian labour movement encouraged union leaders (whatever their personal opinions, convictions or partisan loyalties) to nourish the spiral of short-term demands in order to avoid being side-lined by any of the large number of opposition elites with whom they had to compete in assemblies which, as the crisis deepened, constituted increasingly fertile terrain for demagogy".

(IBAÑEZ ROJO, 2000, p. 191. Tradução nossa)[344]. Os diversos grupos de trabalhadores brigavam entre si por maiores benefícios a suas categorias, acusando-se mutuamente de contrarrevolucionários ou arrogando-se maiores legitimidades para suas demandas a partir de seu histórico na luta contra as ditaduras ou à maior rentabilidade de suas empresas na economia geral, enfraquecendo significativamente à COB enquanto ente matriz de todos os trabalhadores. Diante da intransigência da central e dos efeitos nefastos trazidos por suas ações, muitos passaram a abertamente abandonar a COB enquanto ente representativo de suas demandas e buscar movimentos sociais que com ela competiam pela representação de interesses, como a Federação de Juntas Vicinais (FEJUVE) ou mesmo abertamente hostis a ela, como os Comitês Cívicos (IBAÑEZ ROJO, 2000, p. 190).

3.6 – O quinquênio 2000-2005 e o renascimento do nacional-popular boliviano

O fiasco da UDP terminou por arrastar consigo à própria COB, dividida em lutas intestinas entre seus sindicatos membros e extremamente desgastada perante o restante da população, e enterrar as próprias perspectivas da matriz nacional-popular em retornar ao poder durante muito tempo. A débâcle política trouxe a direita de volta ao governo em 1985 e o início de um draconiano programa de ajuste estrutural que debilitou ainda mais às forças de esquerda com o fechamento e a precarização de postos de trabalho (sobretudo nas minas) e a privatização de diversas empresas estatais.

Durante as duas décadas de democracia pactuada que se seguiram, predominaram no cenário boliviano os projetos e partidos de cunho neoliberal, ficando os partidos e organizações sociais de cunho nacional-popular relegadas a um segundo plano e a lutas defensivas, sem perspectivas reais de voltar ao poder. Entretanto, apesar do longo predomínio neoliberal, há indícios de que esse projeto liberal de país jamais conseguiu atingir uma verdadeira hegemonia sobre a sociedade.

> Apesar da derrota do tradicional radicalismo ter recebido um caráter definitivo primeiro pela associação tanto da COB quanto dos partidos da esquerda com o caos do período da UDP, e logo pelo efetivo esquartejamento do sindicalismo mineiro (FSTMB) após o colapso do

[344] O texto em língua estrangeira é: “Hobbesian situation in which the competition between the different groups to defend their particular interests threatened to become increasingly violent”.

> estanho de 1985, a autoridade moral da esquerda fora muito menos danificada que seu projeto social[345] (DUNKERLEY, 1990, p. 4; ver também TAPIA, 2009).

Ao longo das duas décadas de democracia pactuada, foram frequentes movimentos contestatórios e protestos pontuais, com demandas setorializadas às quais o Estado respondeu em distintas ocasiões com um misto de cooptação e repressão. James Dunkerley (2007a, p. 110–1), por exemplo, sustenta que embora derrotada politicamente, a esquerda boliviana manteve uma espécie de "vitória moral", no sentido em que seu fracasso era visto como fruto do anacronismo de seus métodos e não de seus objetivos. Para ele, a direita obteve no período a aquiescência das classes populares, não hegemonia. Luis Tapia (2009), por sua vez, ressalta que a burguesia boliviana jamais fora capaz de desenvolver um projeto próprio de desenvolvimento nacional, tendo sido criada pelo Estado de 52 e, ao assumir a direção política durante a democracia pactuada, tendo adotado um projeto neoliberal totalmente elaborado desde o estrangeiro e buscando insular as instituições políticas tecnocratizadas da sociedade civil, o que limitava significativamente sua capacidade de exercer hegemonia no sentido de projetar um projeto particular de interesses como sendo a encarnação do interesse geral. O fato de que entre 1985 e 2002 cinco estados de sítio tenham sido decretados como forma de garantir a implementação de políticas e a restauração da ordem pública empresta considerável credibilidade aos argumentos, que além disso possuem muitos outros indicadores como o progressivo declínio na votação dos partidos tradicionais a cada eleição e a diminuição do próprio comparecimento eleitoral etc. (ver BARR, 2005 para uma compilação de indicadores do descontentamento com o sistema político vigente).

Embora não tenha conseguido no período reorganizar-se de forma a apresentar um projeto de contornos nacional-populares mais abrangente e viável enquanto alternativa de poder, os vários movimentos de protestos e demandas isoladas ao longo dos anos da democracia pactuada, que incluíam a resistência dos cocaleiros à erradicação de seus cultivos, a organização dos índios das terras baixas da Amazônia e oriente em busca de direitos e território, a efêmera guerrilha do EGTK[346], protestos contra privatizações e contra a reforma educativa e a lei de reforma agrária de 1996 e ocupações esporádicas de terras e minas privadas, por exemplo, atestavam a possibilidade de uma contestação mais ampla à ordem

[345] O texto em língua estrangeira é: "Although the defeat of traditional radicalism was given a definitive character first by the association of both the COB and the parties of the left with the chaos of the UDP period, and then by the effective dismemberment of the miners union (FSTMB) following the 1985 tin crash, the moral authority of the left has been far less damaged than has its social project".

[346] Exército Guerrilheiro Tupaj Katari, grupo guerrilheiro cujas ações no início dos anos 1990 incluíram cerca de meia dúzia de atentados com um saldo de alguns mortos e feridos e danos materiais e entre cujos líderes se encontravam o líder indígena Felipe Quispe e o sociólogo e atual vice-presidente boliviano, Álvaro García Linera (ver MESA; GISBERT; MESA GISBERT, 2008, p. 590).

vigente e da conformação de um movimento contra-hegemônico que ganharia impulso definitivo a partir da Guerra da Água de Cochabamba, em 2000.

Motivada pela privatização do sistema de abastecimento d'água da cidade de Cochabamba a um consórcio liderado pela empresa californiana Bechtel, durante a presidência constitucional de Hugo Banzer, os protestos uniram diversos setores sociais (agricultores, ambientalistas, trabalhadores urbanos, setores da classe média, juntas vicinais, estudantes, sindicatos de professores entre outros) em torno da Coordenadora de Defesa da Água e da Vida.

Após violentos confrontos com as forças de segurança, a Coordenadora obteve a reversão do projeto de privatização, mas, para além da vitória dos movimentos então sublevados frente ao Estado, sinalizando o início de um processo de enfraquecimento cada vez maior da ordem instaurada em 1985, o caráter mais importante da Guerra da Água reside no fato de que começou ali um processo de consolidação de uma agenda política alternativa ampla. Agenda que, no decorrer da conturbada conjuntura que atingirá seu ápice em 2003 e prosseguirá até pelo menos as eleições antecipadas de 2005, logrará aglutinar aos diversos setores descontentes em um projeto contra-hegemônico de alcance nacional.

Um importante elemento de aglutinação das massas que participaram do movimento foi o caráter transversal do elemento em disputa, a água e seus custos, afetando igualmente a todos como uma espécie de salário indireto para além das diferenças de classe e ocupação dos setores que o compuseram (GARCÍA LINERA, 2008b, p. 299; VARGAS; KRUSE, 2000). Além disso, em alguns momentos a Coordenadora chegou a controlar o poder e a soberania territorial *de facto*, atuando como uma espécie de protoestado alternativo (ainda que limitado) que operava através de formas próprias de legitimidade como assembleias abertas, ação política direta etc. Isto levou seus membros ao longo da radicalização do movimento no embate contra o Estado constituído a extrapolar as demandas pela reversão da privatização da água (demandas defensivas, de restauração do *status quo ante*) por demandas políticas de criação de novos direitos e alteração da institucionalidade (demandas ofensivas) cujo ápice seria a convocação de uma Assembleia Constituinte[347] (ERREJÓN, 2009; GARCÍA LINERA,

[347] Além disso, é preciso considerar o papel que desempenharam intelectuais críticos na consolidação dessa agenda contra-hegemônica. Mantendo uma importante produção em diálogo direto com os principais acontecimentos durante a citada conjuntura crítica, intelectuais como Álvaro García Linera, Luis Tapia e Raúl Prada, agrupados no Grupo Comuna, tiveram um importante papel na tradução das diversas demandas dos inúmeros setores sociais envolvidos nos protestos em uma agenda mais abrangente e coerente de mudança social capaz de aglutinar a diversidade dos protestos em um bloco alternativo proto-hegemônico. A notável influência obtida pelo grupo no debate público boliviano rendeu inclusive o convite a García Linera para disputar a vice-presidência com o MAS em 2005 e a Prada para disputar uma vaga na Constituinte de 2006, além do cargo de vice-ministro de Planejamento Estratégico que ocupou em 2010 antes de romper com o

2008b; GIULINO, 2009; HYLTON; THOMSON, 2007; KOHL, BENJAMIN H.; FARTHING, 2006; SANTAELLA GONÇALVES, 2013; TAPIA, 2008, 2009; VARGAS; KRUSE, 2000). Como afirma Giulino, "A Guerra da Água, que começara como uma luta pela administração de um recurso natural, rapidamente evoluiu para um debate sobre a própria natureza da política na Bolívia"[348] (2009, p. 204. Tradução nossa).

Embora a bandeira de convocação de uma constituinte remonte, como visto no capítulo 2, à I MTD empreendida pelos povos indígenas da Amazônia e terras baixas do Oriente de Trinidad a La Paz em 1991, foi a partir da Guerra da Água que a demanda começou a se consolidar como um elemento central dos setores descontentes (TÓRREZ *et al.*, 2013, p. 146–7). Já nas eleições presidenciais seguintes, de 2002, a demanda seria parte importante da agenda eleitoral, seja como promessa de campanha ou negação de sua necessidade pelos candidatos em disputa, e no ano de 2003 atingiria sua consolidação definitiva na próxima guerra, a do gás.

Quando das eleições de 2002, Evo Morales era já um líder político importante no país e seu segundo lugar naquelas eleições (obteve 20,94% dos votos frente aos 22,46% do ganhador) confirmou sua posição pivotal bem como a de seu partido no sistema político boliviano (MAYORGA, FERNANDO, 2007), além de representar pela primeira vez em duas décadas uma possibilidade concreta de vitória de um projeto alternativo. Quando em 2003 estourou a Guerra do Gás, Morales e o MAS não a lideraram, mas puderam colher os frutos de mais uma importante acumulação dos setores populares e canalizar posteriormente as energias de protesto e indignação através dos canais institucionais de transformação política (GIULINO, 2009; HYLTON; THOMSON, 2007; PEREIRA DA SILVA, 2009).

A Guerra do Gás de 2003 marca o auge dessa conjuntura de efervescência revolucionária na interpretação de Forrest Hylton e Sinclair Thomson (2007) e de James Dunkerley (2007b); de Pachakuti[349] segundo Raquel Gutiérrez Aguilar (2008); de descolamento entre poder constituinte e poder constituído, segundo Luis Tapia (2008); de empate catastrófico, segundo Álvaro García Linera (2008a); de instabilidade institucional,

---

governo (ver SANTAELLA GONÇALVES, 2013 sobre a atuação e a influência do Grupo Comuna na conjuntura). É o exemplo mais notável da influência de intelectuais na referida conjuntura, mas não é o único como mostra Bruno Fornillo (2010), que também analisa as influências recebidas pelo trabalho de uma ampla rede de ONGs que também viria a contribuir significativamente para os quadros administrativos dos governos de Evo Morales, bem como os próprios fatores sociais e institucionais que favorecem a grande influência geral que os intelectuais em geral conseguem exercer na Bolívia.

[348] O texto em língua estrangeira é: "The Water War, which began as a struggle for management over a natural resource, quickly evolved into a debate on the very nature of policy-making in Bolivia".

[349] Termo milenarista andino que significa algo como inversão dos tempos. Em certo sentido, poderia ser entendido como equivalente a uma espécie de revolução.

segundo Fernando Mayorga (2007). Como quer que se queira chamá-la, o mais importante e inegável é que o conflito marca um ponto de inflexão definitivo na política boliviana pós-democratização, o colapso dos partidos políticos tradicionais até bem pouco tempo dominantes no monopólio da representação e intermediação política e a consolidação de um projeto político alternativo de ampla convocatória cristalizado na Agenda de Outubro (em referência ao mês em que se deram os mais violentos confrontos e a renúncia do então presidente Sánchez de Lozada) e que mais tarde seria apropriado pelo MAS e pelo governo de Evo Morales: nacionalização do gás e demais recursos naturais, convocação da Assembleia Constituinte, punição aos responsáveis pelas mortes do "Outubro Negro".

Além disso, o *modus operandi* dos atores repetiu, em grande medida, os acontecimentos da Guerra da Água (ações decididas em assembleias de participação aberta, atuação em redes flexíveis, intervenção direta e inclusive a criação de uma Coordenadora pela Defesa e Recuperação do Gás), atestando a importância didática daquele evento na conformação dos novos horizontes do possível no atuar político boliviano. Certamente também, o caráter vitorioso daquela jornada de lutas deve ter alimentado o moral dos "guerreiros do gás" a avançar até a vitória como os da água que os precederam.

A Guerra do Gás fora antecedida em fevereiro de 2003 por um motim policial motivado pela criação pelo governo de novos impostos destinados a cobrir o déficit orçamentário e que terminou em confrontos entre a polícia e o exército com saldo de 29 mortos, 205 feridos, a suspensão dos impostos criados, o apedrejamento do palácio presidencial e o incêndio da sede da vice-presidência por populares e o aumento da sensação de falta de legitimidade do novo governo eleito apenas alguns meses antes.

Em setembro de 2003, o princípio do fim veio em protestos simultâneos contra a prisão de um líder indígena acusado de assassinato, contra a erradicação de cocais na região de Yungas e contra impostos municipais em El Alto, todos incluindo bloqueios de rodovias e barricadas que deixaram a capital e quase todo o departamento de La Paz incomunicáveis. Ao mesmo tempo, rumores de que o governo estava por concretizar acordos de exportação do gás natural aos EUA através de portos chilenos começaram a circular e demandas pela suspensão dos acordos e pela industrialização do gás na própria Bolívia começaram a ser agregadas ao caldo de cultura de descontentamento que se formava. Quando o ministro da Defesa, Carlos Sánchez Berzaín, conhecido como "a raposa", ordenou o envio das forças armadas em 20 de setembro para "libertar" um grupo de turistas que ficara ilhado pelos bloqueios de estradas em Sorata, causando a morte de 4 camponeses, estavam criadas as condições para a eclosão da Guerra do Gás.

Os protestos foram se radicalizando, com chamadas à ocupação de terras pelo MST boliviano, a conclamação de greve geral pela COB, novos bloqueios de estradas no departamento de La Paz e no departamento de Cochabamba e pedidos de renúncia do presidente e cancelamento dos planos de exportação do gás via Chile. A decisão do governo de utilizar a força para romper os bloqueios e dispersar os protestos foi deixando mortos e feridos. Em vez de conseguir dissipar o movimento e restabelecer a ordem, fazia com que aumentasse a fúria popular contra o presidente e a radicalização dos protestos. Novamente, configurava-se uma rede de protesto ampla na qual, apesar de a FEJUVE e a Central Operária Regional (COR) de El Alto poderem com alguma credibilidade clamar para si algum papel de destaque, nenhum grupo tinha efetivamente liderado os protestos. Trabalhadores fabris, mineiros, camponeses, indígenas, cocaleiros, classe média e mesmo alguns setores das Forças Armadas que nos momentos finais da Guerra do Gás se recusaram a seguir as ordens do presidente e utilizar força letal para deter os mineiros que marchavam rumo à capital tiveram papel importante no movimento em ações muitas vezes espontâneas e descoordenadas e sem uma liderança de vanguarda a orientar os próximos passos. Quando Sánchez de Lozada finalmente renunciou em 17 de outubro, deixou um saldo de 112 mortos em 14 meses de governo e o fim efetivo (se ainda não o oficial) do sistema político inaugurado em 1985 durante a última presidência de Paz Estenssoro.

É possível especular, dada a magnitude dos eventos de outubro de 2003, que o desfecho não tenha sido uma "revolução clássica", com a tomada de poder pelas massas insurrectas por dois fatores principais. Em primeiro lugar, pela presença de um vice-presidente, Carlos Mesa, que já havia demarcado sua distância do presidente antes do desfecho final e que, por sua trajetória intelectual e por não ser filiado a nenhum partido político, podia clamar com alguma credibilidade representar uma alternativa viável de transição institucional com mudança significativa. E em segundo lugar, pelo papel jogado por Evo Morales e pelo MAS, com sua respeitável bancada de 35 congressistas (27 deputados e 8 senadores) e que, ao longo das jornadas de outubro, atuou como um elemento moderador de apoio à institucionalidade democrática em uma provável estratégia de médio prazo em que se antevia como o herdeiro natural dos votos de descontentes nas próximas eleições[350].

[350] De fato, muitos dos que estudam a Bolívia contemporânea (ARCHONDO, 2006; HARNECKER; FUENTES, 2008; HYLTON; THOMSON, 2007; PEREIRA DA SILVA, 2009; SIVAK, 2008; STEFANONI, 2007a, b; STEFANONI; DO ALTO, 2006; ZUAZO, 2009) reconhecem o apego à democracia (entendida também em sua dimensão eleitoral e de regras institucionais básicas) como uma das dimensões ideológicas chave do MAS e de Evo Morales.

Conforme analisado por Fernando Mayorga (2007), o MAS tem por marca um discurso radical que lhe permite colher os frutos das conjunturas de protestos, colocando-se de maneira bem-sucedida como uma espécie de representante dos movimentos sociais e de suas demandas dentro do Estado, ao mesmo tempo em que tem uma atitude prática pragmática e bem mais moderada que sua retórica que lhe permite encaixar-se dentro do processo institucional. Assim, quando da renúncia de Sánchez de Lozada, Morales e o MAS colocaram-se a favor da transição constitucional do mando presidencial ao então vice, Carlos Mesa, exigindo-lhe no entanto a atenção das demandas da Agenda de Outubro.

A aliança tácita entre Mesa e Morales (MAS) garantiu-lhe apoio político suficiente para o início de seu governo sem o respaldo de uma máquina partidária própria e a barganha de cargos entre a base de apoio no congresso, fato inédito até então, e certa trégua inicial com os movimentos sociais que haviam participado de uma ou outra forma da recente Guerra do Gás. O tema da nacionalização dos hidrocarbonetos bolivianos e da convocação da Assembleia Constituinte mobilizavam amplos debates ao longo do país. Mesa, que havia prometido cumprir com as demandas da Agenda de Outubro em seu discurso de posse, mudara um pouco de atitude com relação aos temas, adotando posições mais moderadas. Em fevereiro de 2004, promulgou uma reforma constitucional que incorporava alguns mecanismos de democracia participativa, como a convocação de referendos, e se bem incorporava no texto constitucional a possibilidade e os procedimentos para a convocação de uma constituinte, não chegou a propriamente convocá-la. E utilizando-se do novo mecanismo de referendo recém-constitucionalizado, Mesa convocou para julho uma consulta vinculante sobre o tema dos hidrocarbonetos que não contemplava a possibilidade de nacionalização dos mesmos, o que, segundo ele, seria tecnicamente inviável e afugentaria investidores estrangeiros do país.

O referendo convocado continha cinco perguntas. A primeira indagava sobre a necessidade de alterar a lei de hidrocarbonetos; a segunda sobre o Estado ter direitos sobre os hidrocarbonetos após sua extração do solo; a terceira sobre a necessidade de restabelecer a estatal YPFB como controladora da cadeia de exploração do setor; a quarta se o Estado deveria utilizar o gás como estratégia para recuperar sua saída soberana ao mar; e a quinta sobre se o gás deveria ser exportado mediante o pagamento pelas multinacionais de impostos de 50% sobre os lucros e com o investimento dos recursos arrecadados em saúde, educação e infraestrutura. Muitas das organizações que participaram da Guerra do Gás (FEJUVE, COB, Coordenadora...) defenderam o boicote puro e simples do referendo, enquanto Morales e o MAS chamaram ao voto “Sim” às três primeiras perguntas e ao “Não” às duas últimas. O

resultado foi uma abstenção de cerca de 40%, dando argumentos aos que pregaram o boicote para se julgarem fortalecidos, a vitória do "Sim" a todas as cinco perguntas, dando argumentos de vitória ao presidente Mesa, e uma quantidade significativamente menor de votos pelo "Sim" nas últimas duas perguntas, confirmando o poder de convocatória do MAS (ver MAYORGA, FERNANDO, 2007). A postura do presidente frente ao tema, entretanto, ocasionou o rompimento da trégua concedida pelos movimentos sociais e da aliança tácita com o MAS, ocasionando o retorno de protestos e bloqueios em 2005.

Em janeiro, capitaneados pela FEJUVE, os habitantes de El Alto forçaram a revogação do contrato de fornecimento de água com a francesa Suez e bloqueios foram retomados em março diante das tentativas do presidente em adiar a saída da companhia, desta vez contando com o auxílio dos cocaleiros e outros movimentos de Cochabamba. Diante de um país novamente paralisado, Mesa anunciou sua renúncia, rejeitada pelo Congresso controlado pela direita, e obteve um fortalecimento momentâneo diante de elites regionais que começavam a reagir e se reagrupar sob a bandeira de autonomias departamentais e em rejeição à Agenda de Outubro. Fortalecimento que se mostrou uma vitória de Pirro, já que provocou também o reagrupamento da esquerda boliviana e de grupos e líderes muitas vezes rivais, como Morales e Felipe Quispe.

Ao mesmo tempo, discutia-se no Congresso a aprovação da nova Lei de Hidrocarbonetos nos termos do resultado do referendo do ano anterior e aprovou-se, sob forte pressão popular e com a atuação parlamentar do MAS, uma versão diferente ao anteprojeto enviado pelo presidente, que em seguida recusou-se a sancioná-la. Novos protestos massivos exigindo a nacionalização do Gás seguiram-se ao longo do mês de maio e início de junho e Mesa renunciou de vez no dia 7 de junho. Diante de uma linha sucessória que contemplava o presidente do Senado, Hormando Vaca Díez (MIR), seguido pelo presidente da Câmara, Mario Cossío (MNR), ambos amplamente rejeitados pelo conjunto de movimentos sociais sublevados, os protestos seguiram contra a sucessão de ambos. O país permaneceu acéfalo até que em 9 de junho tanto Vaca Díez quanto Cossío renunciaram a assumir a presidência, entregue então ao presidente da Corte Suprema, Eduardo Rodríguez Veltzé, a quem caberia convocar eleições antecipadas para dezembro do mesmo ano. Convocadas as eleições, ganhou Evo Morales com inéditos 53,74% dos votos (ver Tabela 2), representando uma grande frente indígena-plebeia e marcando o retorno da matriz nacional-popular ao primeiro plano da política boliviana.

É interessante notar como o coroamento eleitoral desse renascimento de um projeto político de contornos nacional-populares representado pela vitória de Morales guarda notável

semelhança com a última vitória eleitoral de um projeto inserido na mesma matriz e que havia marcado justamente seu ocaso posterior: a UDP. Embora seja preciso guardar as devidas proporções, pois o MAS vence em 2005 com a maioria absoluta do eleitorado, enquanto a UDP vencera com apenas 38,74% dos votos nacionais, mesmo aquele resultado jamais seria superado por nenhum outro presidente eleito desde então até a vitória de Morales (ver Tabela 2). Mas o mais significativo é que em 2005, Morales e o MAS venceram nos departamentos de La Paz, Oruro, Potosí, Cochabamba e Chuquisaca, perdendo em Santa Cruz, Beni, Pando e Tarija, exatamente os mesmos lugares onde vencera e perdera a UDP nas eleições de 1980 (GIULINO, 2009, p. 261), num indício importante da força e persistência das tradições políticas no país e seus enraizamentos territoriais (ver Tabela 3 e Figura 3).

Tabela 2: Resultados Eleitorais Pós-redemocratização, República da Bolívia

	1980*	**1985**	**1989**	**1993**	**1997**	**2002**	**2005**
Candidato	Hernán Siles	Victor Paz	Jaime Paz	Sánchez	Hugo	Sánchez	Evo
Eleito	Zuazo	Estenssoro	Zamora	de Lozada	Bánzer	de Lozada	Morales
(Partido)	(UDP)	(MNR)[a]	(MIR)[b]	(MNR)	(ADN)	(MNR)	(MAS)
Votação Nacional	38,74%	30,36%	21,82%	35,55%	22,26%	22,46%	53,74%

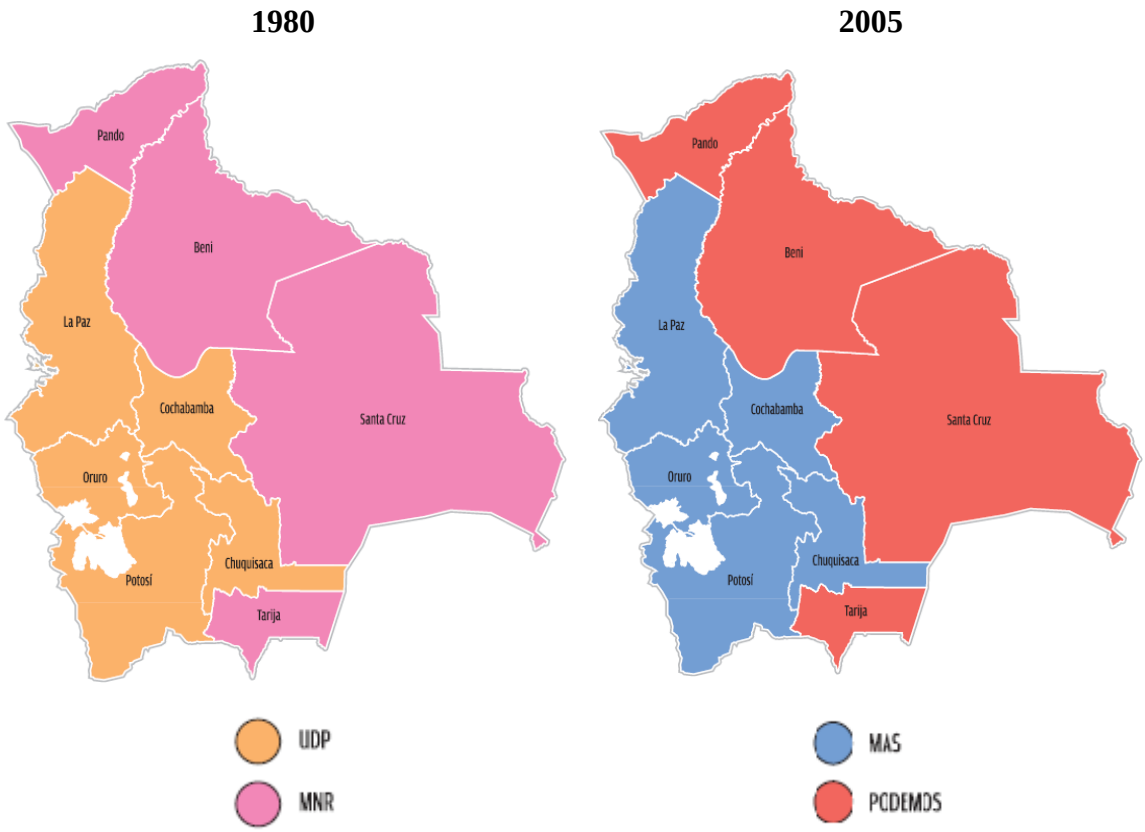
Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponíveis em MESA GISBERT, 2006.
* Devido ao golpe militar encabeçado por Luis García Meza, o presidente eleito somente tomaria posse em 1982.
[a] Segundo colocado no sufrágio popular.
[b] Terceiro colocado no sufrágio popular.

Tabela 3: Comparativo das Eleições 1980 / 2005, agregado nacional e por departamento

	1980		2005	
Resultado nacional (dois primeiros lugares, em % dos votos válidos)	**UDP**	**MNR**	**MAS**	**PODEMOS**
	38,74	20,15	**53,74**	28,59
Departamento				
La Paz	**51,94**	8,80	**66,63**	18,10
Oruro	**34,06**	17,69	**62,58**	24,96
Potosí	**42,68**	24,10	**57,80**	25,69
Cochabamba	**31,59**	13,67	**64,84**	25,05
Chuquisaca	**44,40**	20,84	**56,17**	30,93
Tarija	18,55	**48,05**	31,55	**45,28**
Santa Cruz	21,51	**40,19**	33,17	**41,80**
Beni	19,32	**36,27**	16,49	**46,31**
Pando	12,96	**51,72**	20,85	**45,19**

Fonte: Elaboração própria a partir de ÓRGANO ELECTORAL PLURINACIONAL, 2012, p. 39.

Figura 3: Primeiras Maiorias por Departamento, 1980 e 2005



Fonte: Reproduzido de ÓRGANO ELECTORAL PLURINACIONAL, 2012, p. 42 e p. 304

3.7 – Horizontes da matriz nacional-popular

A matriz nacional-popular no país mostra ao longo de sua evolução histórica uma preocupação central em torno da construção de um Estado efetivamente nacional, com a recuperação/efetivação de sua soberania sobre seu território e recursos e a inclusão política das massas excluídas pela república elitista fundada após a independência. Nesse sentido, é possível afirmar que a matriz tem como seus dois horizontes centrais a busca por uma maior democratização social e uma perspectiva anti-imperialista com a nação por ponto nodal.

Como visto, as origens da matriz remontam ao embate ideológico entre protecionistas e livre-cambistas no século XIX, em especial durante o governo do general Belzu (1848-55) quando à busca de construção estatal se soma a experiência de incorporação (ainda que vertical) das massas plebeias. A interrupção do projeto belzista após sua saída da presidência e sua substituição por um longo predomínio livre-mercadista, no entanto, fizeram com que sua

memória somente pudesse ser reivindicada ativamente quase um século mais adiante. Mas o fato de que tanto no período do caudilhismo militar, quanto no regime eleitoral censitário instaurado após a Guerra do Pacífico as elites em pugna tivessem que mobilizar em alguma medida à plebe como elemento de legitimidade davam indícios de que os horizontes políticos abertos por Belzu permaneciam latentes e passíveis de reavivamento.

Na medida em que cresciam as pressões por incorporação política e ampliação de direitos a partir de novos elementos como o início do processo de sindicalização e a organização estudantil no século XX, líderes mais astutos como os presidentes Bautista Saavedra (1921-25) e Hernando Siles (1926-30) perceberam as potencialidades políticas da aproximação com esses setores e iniciaram alguns dos primeiros intentos reformistas do país. Mas ambos eram firmes membros da oligarquia do país e não ousaram avançar além de certos limites, apesar das cada vez mais claras contradições do restrito sistema político do país.

A situação daria um salto quântico, entretanto, com o fiasco da Guerra do Chaco, que consolidaria uma grande clivagem de gerações e forneceria o fermento que faltava para a proliferação de grupos e movimentos políticos de questionamento da ordem oligárquica excludente que iniciariam a consolidação da matriz nacional-popular no país. O grande "encontro com a nação" (ZAVALETA MERCADO, 2008) que representou a guerra atuou como um catalisador das tendências políticas contestatórias que vinham se desenvolvendo no país, fazendo com que ideias que já vinham sendo ventiladas por grupos marginais da esquerda radical passassem a atingir uma audiência maior e a ser incorporadas por grupos mais moderados.

Um ponto central da crítica de todos os grupos contestatórios parece fluir para a contestação do que ficou conhecido no país como o "Superestado Mineiro", a apropriação do Estado boliviano formal pelos interesses do poder informal muito superior da *rosca* oligárquica. E nesse sentido, a "solução" geral proposta pelos distintos grupos passaria pela construção de um Estado verdadeiramente capaz de representar os interesses da nação boliviana cujo desenvolvimento se encontraria impedido pela oligarquia. Mas para além dessa concordância geral, os distintos grupos e atores que surgiam divergiam tanto na definição de objetivos imediatos mais concretos, quanto na escolha das táticas preferenciais a serem adotadas para atingi-los. Embora num primeiro momento, durante o ciclo do Socialismo Militar (1936-39), todos tenham em algum grau convergido para alguma posição de apoio ao governo, seus líderes e experimentos reformistas, posteriormente se separariam entre aqueles que priorizariam ações de mudança a partir da cúpula (como os grupos que conformariam o MNR) e aqueles que priorizariam ações a partir da organização e conscientização da base

(como o POR, e durante um tempo o PIR, em suas ações de proselitismo junto aos nascentes sindicatos).

Com relação aos objetivos, os grupos convergiam no diagnóstico de que um maior controle sobre os recursos naturais do país seria um primeiro passo fundamental para o objetivo de construir um verdadeiro e robusto Estado-nação capaz de dar conta dos interesses públicos. Mas em geral os atores e grupos que inicialmente privilegiaram um reformismo pelo alto tinham planos mais modestos e limitados de reforma social, enquanto os outros possuíam planos mais ambiciosos e abrangentes de mudança, sendo em geral a visão relativa ao mundo agrário uma clivagem suficiente de separação entre os dois: os grupos mais radicais colocavam a necessidade de uma ampla reforma agrária como um dos objetivos primordiais, enquanto os grupos mais moderados evitavam o assunto ou propunham mudanças bem mais limitadas até bastante próximo da Revolução de 1952[351]. Mas a necessidade do controle do aparelho estatal para a concretização de quaisquer que fossem os planos de reforma estava bem disseminada entre todos os principais atores, pois o próprio processo de organização de entidades de base como os sindicatos esteve fortemente marcado pela resposta que recebia dos governos: começaram a adquirir maior vigor em períodos de abertura relativa como os governos de Saavedra e Hernán Siles e especialmente nos de estímulo aberto como o período do Socialismo Militar e o governo de Gualberto Villarroel (1943-46) e enfrentavam forte repressão e consequente retração organizativa em governos como o de Daniel Salamanca (1931-34) e o período do Sexênio (1946-52).

Quando da Revolução de 1952, praticamente todos os grupos contestatórios haviam convergido para o que Luis Antezana (1983) chama de eixo ideológico geral do nacionalismo-revolucionário, um quadro de pensamento que aglutinava posições e projetos muitas vezes contraditórios de superação da república oligárquica vigente e que incidirá fortemente sobre os marcos da política boliviana até a dissolução final do Estado de 52 durante o período da democracia pactuada. O nacionalismo-revolucionário enquanto ideologia política geral aglutinava traços ideológicos e atores conservadores a outros mais abertamente revolucionários, tendo por fio condutor a construção da nação boliviana. Ela podia servir como ponto nodal de articulação de elementos tão diversos porque, por um lado, a rigidez dos entraves oferecidos pela oligarquia dominante boliviana davam a sua construção nacional um

[351] Embora, como visto, tenha havido exceções: Walter Guevara Arze, sempre associado à ala mais conservadora do MNR, chegou a propor durante a Constituinte de 1938 uma ampla reforma agrária que incluía a restauração das terras comunais como modelo geral. Também Hernán Siles Zuazo, igualmente associado originalmente aos setores moderados do MNR, teria afirmado em inflamado discurso durante o Congresso Indígena de 1945 a necessidade de que a terra pertencesse a quem a trabalha (ver GOTKOWITZ, 2007).

"caráter tão flagrante de luta e insubmissão"[352] (ZAVALETA MERCADO, 2009b, p. 46. Tradução nossa) que lhe constituíam em verdadeira revolução; mas por outro lado, continuavam inseridos num horizonte político "nacional", e portanto capaz de ser mobilizado em última instância para o encobrimento de suas contradições em nome da harmonia nacional de interesses.

Entretanto, essa diversidade de atores e projetos englobados pelo nacionalismo-revolucionário logo geraria fissuras e embates entre os seus polos (e também no interior de cada um deles) que provocariam a queda do MNR do governo que ocupou por três mandatos após a revolução. Mas mais importante que isso, a definição cada vez mais clara do partido pelo polo nacional conservador faria com ele deixasse prematuramente de representar referência mais significativa de projetos dentro da matriz nacional-popular. Mais do que por seus méritos e conquistas, a própria Revolução de 52 logo se converteria em referência principalmente por seu caráter inconcluso. Durante a vigência do Estado de 52, ainda foi alvo de tentativas de retomada *qua* revolução nacional como durante os governos militares de Ovando e Torres (1969-1971) e em certa medida também durante o governo da UDP (1982-85), mas após o colapso desta deixou de ser alvo de qualquer referência direta.

Mesmo com o renascimento das perspectivas nacional-populares após a conjuntura crítica 2000-2005, não há quaisquer tentativas de reivindicar diretamente o legado do maior momento constitutivo do século XX boliviano, mas os objetivos principais da nova agenda política do país evocam claramente suas promessas não cumpridas: a construção de um Estado legítimo e viável, o controle soberano de seus recursos naturais e sua industrialização para o desenvolvimento econômico e a incorporação política das massas. Entretanto, enquanto a revolução de 52 foi conduzida por uma frente nacional-popular, liderada politicamente por setores de classe média e empurrada à esquerda por elementos ideológicos de tendência socialista impulsionados por seu proletariado mineiro, o atual bloco histórico nacional-popular tem no campesinato seu principal ator e graças à crítica indianista às tentativas de homogeneização nacional pela mestiçagem promovidas pelo MNR (ver capítulo 2) aposta pela conformação de um Estado Plurinacional que ao mesmo tempo em que se constitua como fiador do interesse público, possa dar conta da abigarrada formação social boliviana.

[352] O texto em língua estrangeira é: "carácter tan flagrante de lucha e insumisión".

4. A CONSTRUÇÃO DO HORIZONTE PLURINACIONAL

A história política boliviana gerou três matrizes políticas com demandas e formas de mobilização e organização específicas que deixaram importantes legados em termos da conformação institucional e legitimação simbólica do Estado no país.

A matriz liberal, que se instala no país a partir da influência das ideias dessa corrente filosófica europeia em atores-chave do processo independentista boliviano como o próprio Libertador Simón Bolívar, levou à adoção de um Estado de molde nacional no território correspondente à jurisdição da antiga Audiência de Charcas colonial, com instituições emuladas nos nascentes modelos republicano-liberais que começavam a se difundir pelo mundo ocidental e em ideais eurocêntricos de modernidade. Essa modernidade eurocêntrica, entretanto, levou as novas elites políticas de origem crioula a construir um modelo institucional excludente que apesar de proclamar valores universais de liberdade e justiça, buscava construir um sistema político limitado a disputas intraelitárias (IRUROZQUI, 1994, 2000a). E ao mesmo tempo, devido à economia de enclaves mineiros predominante no país e que garantia a essa elite crioula acesso a imensas riquezas e associação à economia internacional do "mundo civilizado" o qual buscavam emular, durante muito tempo tal Estado limitou sua presença efetiva a uma parte ínfima do território pelo qual era formalmente responsável, circunscrevendo-se basicamente às capitais de departamento (notadamente as da região altiplânica), um ou outro centro provincial mais importante e os centros mineiros, conformando-se o restante do território em "buracos" cuja soberania *de facto* residia em autoridades tradicionais indígenas, caudilhos, latifundiários ou potentados locais e mais recentemente também sindicatos e outras organizações sociais de base (GRAY MOLINA, 2008).

Devido à imensa fragilidade fiscal e institucional do novo Estado independente, entretanto, os planos mais ambiciosos ensaiados por Bolívar e Sucre de liquidação da herança colonial e reformulação radical da nova sociedade a partir de ideais liberais tiveram que ser abortados em nome da reversão a um *modus vivendi* com heranças coloniais tais como as comunidades indígenas organizadas em torno a um pacto que lhes garantia um alto grau de autonomia interna *de facto* em troca do cumprimento de obrigações tributárias (GUIMARÃES, 2010; LARSON, 2004; PLATT, 1982). Na medida em que o Estado boliviano (e antes dele o colonial) esteve historicamente ausente dos territórios de tais

comunidades, praticamente ingressando somente em ações punitivas ou com fins de espoliação, as comunidades locais atuavam na prática como mini-Estados comunitários organizados sob moldes culturais indígenas (ALBÓ; BARRIOS SUVELZA, 2007, p. 120). Essa autonomia interna preservada desde os tempos coloniais e praticamente inalterada na república independente até a segunda metade do século XIX permitiu a reprodução sociocultural de suas inúmeras sociedades indígenas. E a partir do ataque que passará a sofrer com a recuperação econômica de fins do século e o crescente assédio a suas terras comunais, servirá de base para a politização do elemento étnico que estruturará o horizonte indianista no país o qual, como visto no capítulo 2, mantém um núcleo central de defesa das terras e do autogoverno interno, mas assumindo facetas específicas diversas ao longo do tempo que podem ser entendidas como uma atualização e ressignificação de três horizontes centrais desenvolvidos ainda no século XVIII e descritos por Thomson (2002) como a busca por uma autonomia local renegociada em termos mais favoráveis à comunidade, a assimilação dos crioulos e mestiços sob hegemonia cultural indígena ou o extermínio violento do opressor. Com relação ao último deles, em que pese a frequente reiteração por parte da sociedade crioula da ameaça da "guerra de raças", o extermínio violento do opressor se manifestou apenas em conjunturas específicas de revolta e traições de alianças interétnicas e principalmente como reação aos frequentes abusos, e não como um projeto político amplo a ser executado. Os outros dois, pelo contrário, mantiveram-se como importantes condições de legitimidade do Estado central frente às comunidades locais e assim chegaram até os dias atuais.

Mas apesar de sua natureza hierárquica e eminentemente oligárquica, o Estado boliviano buscava projetar fachadas institucionais modernas e democráticas, e se afiançava em elementos simbólicos de legitimidade tais como a proclamação de constituições e governos legais com separação de poderes e parlamentos eleitos mesmo por parte do mais autoritário de seus caudilhos (PERALTA RUIZ; IRUROZQUI, 2000). E o próprio jogo político intraelites pelo controle do Estado boliviano, em seus processos de disputa interna após sua estabilização com a criação de um sistema de partidos em 1880, acabou tendo que incorporar (ainda que de forma subordinada) a uma diversidade social cada vez maior em suas disputas políticas. Com essa crescente (mas limitada) inclusão social no jogo político gerou-se, por um lado, um lento e longo processo de socialização política de tais elementos de legitimidade estatal mesmo entre as populações politicamente excluídas ou subordinadas. Através desse processo, a própria denúncia das recorrentes fraudes eleitorais por parte das frações da elite derrotadas no processo teria ajudado a projetar ao longo do tempo uma

imagem do que a democracia institucional deveria ser e que fornecerá as bases de sua presença atual como fator de legitimidade estatal (IRUROZQUI, 2000a, 2004). E por outro lado, a natureza subordinada dessa inclusão gradual foi aguçando contradições no sistema que levaria certos atores a se desprender gradualmente da zona de influência ideológica dessa elite e buscar uma ação política mais autônoma que consolidará, após o grande catalisador trazido pelo fiasco do Chaco, a matriz nacional-popular de busca por maior democratização social do Estado e seu legado de busca por soberania efetiva sobre seus recursos e território e de participação popular direta na política.

Seguindo a sugestão de J. P Nettl (1968) de buscar analisar o Estado a partir das características que lhe conferem sua "estatalidade", Oscar Oszlak (1981, p. 7) propõe 4 dimensões como condições necessárias para uma plena "estatalidade" dos Estados nacionais a serem verificadas em estudos empíricos sobre sua formação: sua capacidade de 1) externalizar seu poder (isto é, ser reconhecido como entidade soberana por outros entes similares); 2) institucionalizar sua autoridade (i.e., garantir o monopólio da coerção no território pelo qual é responsável); 3) diferenciar seu controle (i.e., criar instituições públicas responsáveis pelas atividades estatais e que sejam relativamente autônomas da sociedade civil); e 4) internalizar uma identidade coletiva (i.e., ser capaz de gerar símbolos que reforcem sentimentos de pertencimento e coesão social). E aceitando a definição proposta por O'Donnell (1978) de que o Estado moderno seria antes de tudo uma relação social de dominação objetivada em instituições que visam, em última instância, fornecer bases para a reprodução ampliada dessa relação social, ele sugere que a formação dos Estados latino-americanos deveria ser estudada através da busca de momentos-chave em que essas condições são atingidas a partir das relações sociais e seus conflitos que o Estado busca resolver para atingir tais dimensões.

Pensando no caso boliviano a partir dessas dimensões, apesar do já mencionado incerto balanço geopolítico sul-americano após os processos de independência e dos conflitos com vizinhos que lhe ceifaram em distintos momentos cerca de metade de seu território original,(ver Figura 1) parece claro que o primeiro critério fora suficientemente atingido já desde bem cedo e que o mesmo se consolida com a Batalha de Ingavi (1841), após a qual o Peru finalmente aceitou de vez a existência independente do Estado boliviano. O segundo critério, de institucionalização da autoridade, somente seria resolvido após o fim da instabilidade da era caudilhista com a consolidação do regime partidário oligárquico de 1880 que passa a garantir ao país certa ordem política estável (condição atingida, talvez não por acaso, logo após o forte desafio a seu primeiro critério representado pela agressão chilena na Guerra do Pacífico). Como a questão central do estabelecimento de qualquer ordem estatal

seria fornecer condições de possibilidade da reprodução ampliada das relações sociais de dominação as quais representa, e estas estavam na Bolívia de então constituídas sobre a base de uma economia extrativista de enclave nos centros mineiros, não surpreende que essa ordem estatal se restringisse basicamente aos poucos centros urbanos existentes e aos arredores das principais minas. Comunidades indígenas, *haciendas* senhoriais e vastas áreas periféricas de pouco interesse direto desse Estado oligárquico boliviano se constituíam em verdadeiros pontos-cegos estatais, com ordens internas[353] mantidas no dia-a-dia a partir de sistemas de dominação locais e com pouco ou nulo encadeamento à ordem social englobante salvo em conjunturas de crise e/ou desafio à mesma, ocasiões nas quais o Estado central intervinha em ações de "pacificação" seguidas de novo refluxo.

Pela mesma razão, com relação à terceira dimensão, de diferenciação de seu controle através da criação de instituições públicas, a mesma se viu limitada por um longo período à organização de seu braço repressivo e de seu aparato tributário, o qual tampouco necessitava de muita diversificação, dada a longa estagnação econômica inicial, à longa predominância do tributo indígena como fonte de receitas estatais e logo sua substituição pela dependência das receitas mineiras. Na virtual ausência de um mercado nacional articulado, o Estado não precisou desenvolver muito essa sua diferenciação do controle até que o processo de modernização econômica trazido pela mineração entre 1880 e 1920 começou a gerar cada vez mais novos grupos sociais que precisavam de alguma maneira ser incorporados ao sistema geral de dominação em meio às disputas intraelite.

Mas é com relação à quarta dimensão, da internalização de uma identidade coletiva que servisse como "arco de solidariedades que une o 'nós coletivo' definido pelo pertencimento comum ao território coberto por um Estado"[354] (O'DONNELL, 1978, p. 1190. Tradução nossa), que o Estado boliviano mostrou sua maior limitação. A república que seguiu à colônia adotou a forma de Estado nacional[355] e se consolidou como ente independente de seus antigos vice-reinos titulares do Peru e do Rio da Prata graças ao surgimento de um sentimento protonacional de comunidade de destino no estilo descrito por

[353] Às vezes de naturezas fundamentalmente distintas do ordenamento oficial do sistema político do país como no caso de muitas comunidades indígenas, as quais em seus "mini-Estados" prescindiam da terceira dimensão proposta por Oszlak (a separação entre sociedade civil e instituições políticas relativamente autônomas entre si), já que se regiam sob uma forma comunidade na qual a política não se autonomizava do restante da vida social (ver, por exemplo, TAPIA, 2007b, p. 52–3).

[354] O texto em língua estrangeira é: "arco de solidaridades que une al 'nosotros' definido por la común pertenencia al territorio acotado por un Estado".

[355] Embora parcialmente revertido a um formato "Estado tributário" com soberania indireta sobre certas partes (ver TILLY, 1990) com a oficialização pelo Marechal Santa Cruz da reversão ao pacto de convivência com as comunidades indígenas até a segunda metade do século XVIII (ver também TAPIA, 2007b, p. 56).

Benedict Anderson (2006) entre suas elites administrativas ainda em fins do período colonial, o qual se reforçaria ao longo do árduo processo de lutas pela independência (ROCA, 2011), mas o "nacionalismo" dele resultante era tão excludente que chegou a ser classificado como um "nacionalismo sem nação" (DEMELAS, 1980) até as primeiras décadas já do século XX.

É importante, contudo, não superestimar essa ausência da nação boliviana pois, como visto, já na tumultuada era caudilhista o país havia logrado certa difusão da existência concreta de uma pátria e um Estado por ela responsável, com seus respectivos símbolos e regime institucional. Entretanto, essa pátria e esse Estado exibiram sempre diante de seus cidadãos/súditos fontes divergentes de sua legitimidade. Nos "furos" estatais das comunidades indígenas, por exemplo, essa legitimidade era percebida conquanto fossem mantidas a posse de suas terras e sua autonomia relativa interna, e contestada sempre que as ameaçava (GOTKOWITZ, 2007; LARSON, 2004; PLATT, 1982). Com relação aos demais segmentos sociais subalternos, sua aquiescência à legitimidade do regime implantado era facilitada por seu menor isolamento relativo ao mesmo e sua gradual inclusão nas disputas políticas da elite que, apesar de ser uma inclusão subordinada, lhes garantia o acesso a redes de benefícios clientelistas e à distinção social de "cidadão" que lhes diferenciava daqueles abaixo na hierarquia social (IRUROZQUI, 2000a, 2004).

Mas na medida em que se complexificava a estrutura social boliviana e novos grupos eram incluídos nesse jogo político, alguns deles começaram a se autonomizar em relação aos marcos políticos estabelecidos e a utilizar o próprio discurso de nação boliviana para questionar a excludente sociedade política nacional. Esse processo conduziria à redefinição radical do Estado trazida pela Revolução de 1952 (ZAVALETA MERCADO, 2008) e que buscaria fundar sua legitimidade a partir da instauração da cidadania universal e da incorporação ampla de interesses da sociedade civil até então excluídos como "matéria estatal" (dimensão 3 da estatalidade), princípio que não poderá mais ser revertido a partir daquele momento. Entretanto, por razões de fragilidade institucional, contexto geopolítico internacional desfavorável e dependência da trajetória prévia de construção estatal (e seus limites nos "furos" da estatalidade), esse novo Estado precisa em um primeiro momento aprofundar o padrão de "soberania indireta" sobre muitas áreas sobre as quais exercia pouco controle, tais como as comunidades indígenas e *haciendas* convertidas em sindicatos, acampamentos mineiros sob controle de milícias mineiras ou áreas periféricas como os departamentos de Santa Cruz, Beni e Pando sob comando dos caudilhos locais Luis Sandoval Morón e Ruben Julio Castro, que detinham a soberania *de facto* em suas "jurisdições" e foram convertidos em braços do novo Estado de 52.

Por razões diversas – como o preceito ideológico da autonomia de classe no caso dos sindicatos mineiros ou a tradição étnica no caso dos sindicatos indígenas[356], por exemplo –, esse reforço das autonomias locais reconhecido pelo Estado de 52 nesse primeiro momento significou o reforço da legitimidade desse autogoverno local frente ao Estado central que por suas fragilidades e conflitos internos era mesmo incapaz de se ocupar cabalmente desses "furos" de sua soberania. Recorde-se inclusive que Paz Estenssoro foi derrubado pelo golpe militar de 1964 precisamente em um momento em que vinha promovendo uma maior centralização do alcance do Estado em detrimento das soberanias locais desses "furos" (MALLOY, 1970). Por outro lado, esse Estado de 52 também buscara ativamente construir a projeção de uma nação mestiça homogênea como seu "arco de solidariedades", e se bem parece ter sido parcialmente bem sucedido nessa maior difusão da "bolivianidade", ao ser também parcialmente fracassada em seu caráter inclusivo passou a ser atacada pelos indígenas que migravam às cidades pelo incremento da mobilidade social trazida com a revolução e se viam alvo de preconceitos e discriminações formalmente abolidas por esse novo conceito nacional. O que favoreceu o ressurgimento de identidades étnicas particulares através das mãos de movimentos indianistas como o Katarismo (GUIMARÃES, 2010; RIVERA CUSICANQUI, 1987; STEFANONI, 2010b).

Assim, é possível pensar nas três matrizes políticas históricas bolivianas como a construção e busca de três macro princípios gerais de legitimidade que se combinaram e entrecruzaram em intensidades assimétricas durante conjunturas específicas na construção abigarrada de sua formação social e seu Estado, mas que se mantiveram vivas ou pelo menos latentes e passíveis de reativação até o momento atual: uma legitimidade justificada pela divisão institucional de poderes e governo por leis pré-estabelecidas; uma legitimidade pela intensidade da mobilização popular direta e soberania efetiva sobre suas riquezas e recursos; e uma legitimidade pelo reconhecimento das diferenças étnico-culturais e a autonomia interna do autogoverno local. E durante o conflitivo período 2000-5 serão precisamente os desafios lançados por atores imbuídos dos horizontes indianista-comunitário e nacional-popular à hegemonia (neo)liberal como princípio único de legitimação e orientação do Estado que o levarão a seu virtual colapso, bem como será do entroncamento desses três princípios de

[356] Que Luis Tapia (2007b, p. 57) sustenta, com razão, se reforçavam mutuamente na medida em que o proletariado mineiro era ele mesmo proveniente dessas comunidades étnicas e trazia consigo influências dessas tradições a sua nova identidade classista (ver também ALBRO, 2010, p. 81).

legitimidade que se alimentará o horizonte de construção do Estado Plurinacional durante a constituinte de 2006-8[357] como tentativa de superação desse colapso.

4.1 – Do colapso do Estado à refundação constitucional: a constituinte como entroncamento institucional das três matrizes

Parece claro que mais do que uma crise política simples, o período 2000-2005 representou na Bolívia um colapso do regime político geral instaurado em 1985 e um forte questionamento social das bases de legitimidade mais profundas do próprio Estado boliviano. Entre a profusão de movimentos contestatórios radicalizados que se sobrepuseram e (às vezes) se articularam no desafio a esse Estado em crise e os questionamentos ao mesmo articulados na esfera pública do país por ONGs e grupos intelectuais afins a tais movimentos, o fato é que nesse quinquênio a

> síntese social estatal pré-existente se erode e racha pelo desborde do antagonismo social que questiona, repudia e põe em crise pelo menos três dos pilares básicos de tal síntese estatal: 1) O monopólio da decisão sobre as questões fundamentais do assunto público em mãos dos dominantes. 2) Os cimentos da relação mando-obediência dentro da sociedade que se erige, basicamente, sobre a crença social na legitimidade do monopólio anterior. [...] 3) As formas de organização política, econômica, produtiva e ritual do andaime normativo e administrativo da vida social para resolver as necessidades fundamentais do conjunto da população admitido na síntese social anterior[358] (GUTIÉRREZ AGUILAR, 2008, p. 19–20. Tradução nossa).

Conduzido por grupos e atores influenciados fundamentalmente pela memória das matrizes nacional-popular e/ou indianista-comunitária, esse forte questionamento à legitimidade estatal gerou uma agenda política contra-hegemônica assentada na crítica ao que era percebido como a falta de soberania do país sobre seus recursos, a insuficiência dos canais e mecanismos de participação política existentes e a persistente exclusão e subalternização do mundo indígena e suas instituições tradicionais de autogoverno, e em propostas para a

[357] Como será discutido adiante, a Assembleia Constituinte propriamente dita iniciou-se em 06 de agosto de 2006 e encerrou seus trabalhos em 15 de dezembro de 2007, quando entregou ao presidente Evo Morales o projeto constitucional aprovado no dia 08 do mesmo mês, mas o processo constituinte como um todo somente seria concluído após a revisão do texto por uma comissão especial do Congresso em outubro de 2008.

[358] O texto em língua estrangeira é: "síntesis social estatal preexistente se erosiona y agrieta por el despliegue del antagonismo social que cuestiona, repudia y pone en crisis al menos tres de los pilares básicos de dicha síntesis estatal: 1) El monopolio de la decisión sobre las cuestiones fundamentales del asunto público en manos de los dominantes. 2) Los cimientos de la relación mando-obediencia dentro de la sociedad que se erige, básicamente, sobre la creencia social en la legitimidad del monopolio anterior. [...] 3) Las formas de organización política, económica, productiva y ritual del andamiaje normativo y administrativo de la vida social para resolver las necesidades fundamentales del conjunto de la población admitido en la anterior síntesis social".

superação desses supostos problemas através da refundação do país por meio de uma constituinte.

Mas é interessante notar como nessa conjuntura de tão acentuada crise estatal e em que não poucos utilizaram a palavra "revolução" como descritor do processo social em curso (por exemplo, DUNKERLEY, 2007b; HYLTON; THOMSON, 2007; PEREIRA DA SILVA, 2013; STEFANONI, 2007a; STEFANONI; DO ALTO, 2006; TABOADA TERÁN, 2006; TORANZO ROCA, 2006) tenham sido respeitados os canais constitucionais de transmissão de mando presidenciais e tenha prevalecido a demanda de convocação de uma constituinte como proposta de mecanismo para a refundação nacional e solução dos impasses políticos. Este fato pode ser visto como indicativo de que se eram as memórias de agendas inconclusas das matrizes nacional-popular e indígena-comunitária que orientavam o horizonte de transformações desejado pelas massas bolivianas, a matriz liberal continuava viva e influenciando os desdobramentos políticos nacionais.

Embora possa parecer até mesmo paradoxal, visto que o (neo)liberalismo fora precisamente o alvo preferencial dos mais diversos ataques e questionamentos ao Estado no período, dada a longevidade da matriz no país não é tão difícil compreender a persistência de suas influências. Afinal, se a memória pode e é muitas vezes mobilizada de forma consciente e estratégica como forma de legitimar projetos e catalisar lutas políticas contemporâneas (HYLTON; THOMSON, 2007; LÖWY, 2005), ela também opera num nível semi ou mesmo plenamente inconsciente limitando ou condicionando as possibilidades de construção do novo a partir do peso dos legados passados. "A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos", já havia afirmado Marx (1997, p. 21) e repetido nesta tese, e no caso boliviano a matriz liberal, ainda que nominalmente rechaçada durante o período, continuou influindo fortemente nos horizontes de possibilidade abertos pelos atores do período. Como nos lembra Mark Goodale (2008, p. 46), a existência boliviana moderna sempre esteve marcada por um liberalismo manifesto através de marcos ideológico-legais e nesse sentido constitucional/legalista, esse legado antecede à independência e remonta à própria organização colonial por meio da Audiência de Charcas como instituição jurídico-administrativa responsável pelo território da atual Bolívia (WHITEHEAD, 2001, p. 22–3). A antiguidade desse legado por si só já poderia ser suficiente para garantir à matriz algum grau de influência nos caminhos escolhidos para a refundação do país, mas é preciso recordar também que um de seus principais legados ao país – ainda que de certa maneira involuntário – fora a consolidação da democracia como ideal de governo legítimo (IRUROZQUI, 2000a, 2011) e que no período contemporâneo já pelo menos desde 1979 tal ideal passa a ser

apreendido pelas massas também em seu caráter institucional de respeito a regras e procedimentos (ZAVALETA MERCADO, 2009c).

Ainda que o período da democracia pactuada neoliberal tenha recebido nesses anos um veredicto popular extremamente desfavorável devido a suas incapacidades em oferecer à população oportunidades vistas como suficientes e pela percepção de que aquela democracia era apenas um jogo institucional excludente manipulado pelas elites e partidos tradicionais, a ideia mesma de "democracia" não foi questionada pela ampla maioria da população mesmo em períodos de forte conflito e indefinição como o ano de 2004 (ver VERDESOTO; ZUAZO, 2006). Havia, na verdade, uma reivindicação pela sua redefinição e aprofundamento que se certamente implicaria em uma mudança fundamental nas regras do jogo de natureza ainda a ser definida, ainda precisaria ser minimamente processada através de certos canais formais pré-estabelecidos sob pena de perda de legitimidade diante de parcelas significativas da população por poder ser percebida como antidemocrática. E é preciso reconhecer que com todas as limitações de fato existentes no período da democracia pactuada, foram algumas das reformas por ela promovidas que geraram a abertura de espaços institucionais ocupados por alguns setores subalternos[359] e que fizeram com que o país chegasse nessa crítica conjuntura de esfacelamento estatal com um partido antissistêmico de origem indígena-camponesa como pivô institucional no parlamento e com real perspectiva de chegada à presidência, o que certamente contribuiu para reforçar a percepção da conveniência pelo respeito às questões procedimentais.

Assim, é possível pensar na Assembleia Constituinte (AC) de 2006-7 como uma espécie de entroncamento institucional das agendas das três matrizes políticas bolivianas na tentativa de superação da ordem vigente percebida como inaceitável. Um entroncamento no qual, pela natureza da contestação social recentemente vivida, o nacional-popular e o indianismo-comunitário se amalgamaram no estabelecimento da agenda de transformações e objetivos buscados. E no qual a matriz liberal atuou como uma espécie de freio ou contrapeso procedimental e influenciou na determinação dos formatos institucionais adotados, ora por sua absorção pelos próprios atores indianistas e nacional-populares que impulsavam a transformação, ora pela ação opositora dos atores deslocados do centro político por esse mesmo processo de mudanças e que buscavam a ele resistir.

[359] Por exemplo, o reconhecimento multicultural dos anos 1990, com todas as suas limitações, possibilitou um importante fortalecimento do discurso e práxis política indianista (HAARSTAD; ANDERSSON, 2009; POSTERO, 2007) e a municipalização do país com a Lei de Participação Popular (LPP) de 1994 e a introdução dos deputados eleitos em distritos uninominais a partir de 1997 permitira uma progressiva apropriação de espaços institucionais e cargos eletivos por setores anteriormente excluídos (MAYORGA, FERNANDO, 2007; ZUAZO, 2009, 2012).

O caminho institucional que permitiu a convocatória legal da AC fora aberto pelo então presidente Carlos Mesa na reforma constitucional de 2004 que, entre outras coisas, constitucionalizou a figura da constituinte convocável por lei especial aprovada por 2/3 do Legislativo. Já durante a presidência de Evo Morales, a AC seria convocada por meio da aprovação da Lei 3364 promulgada em março de 2006, mas em cujo processo de aprovação a oposição ao governo utilizaria de sua presença no Senado, onde o MAS não possuía maioria, para barganhar a exigência legal de que a nova constituição teria que ser aprovada por maioria de 2/3 da AC, manter o sistema de eleição dos constituintes através de mediação partidária[360] e com um sistema eleitoral que garantia uma super-representação de minorias[361], além da convocação de um referendo sobre autonomias departamentais a ser realizado simultaneamente à eleição dos constituintes em julho de 2006[362].

Como mencionado no capítulo 1, após seu deslocamento do poder político nacional as antigas elites políticas se refugiaram em trincheiras regionais desde as quais buscaram se opor ao processo de transformações em curso e interpuseram a demanda de autonomias departamentais no que ficou conhecido como a "Agenda de Janeiro", em contraposição à "Agenda de Outubro" dos movimentos sociais e em referência a janeiro de 2005 quando realizaram uma multitudinária assembleia em Santa Cruz de la Sierra em defesa de dita demanda. Percebendo a demanda opositora como uma manobra diversionista e que buscava ademais recortar do Estado central prerrogativas políticas nas regiões em que essa oposição era ainda mais forte, o governo Morales indicou a seus apoiadores o voto negativo em dito referendo, o qual resultou rejeitado no cômputo nacional por 58% dos votos, mas fora

[360] Importantes intelectuais e atores políticos envolvidos no processo de contestação social do quinquênio 2000-5 demandavam que a eleição se desse por algum tipo de representação direta dos movimentos sociais e povos indígenas sem passar pela intermediação partidária (ver CHÁVEZ; MOKRANI, 2007; SCHAVELZON, 2012; TAPIA, 2008). Para Hylton e Thomson (2007), a aceitação pelo MAS da eleição via partidos marcaria o *termidor* do que eles consideram como a revolução social em curso ao marcar o fechamento das (teoricamente) infinitas possibilidades de transformação por ela abertas, e sua consolidação em um determinado marco institucional. Raquel Gutiérrez Aguilar (2008) utiliza o termo indígena "Pachakuti" em vez de revolução e localiza sinais de seu fechamento anteriores à convocação da AC, mas em linhas gerais concorda com esse diagnóstico.

[361] A AC seria composta por 255 membros, sendo 45 deles eleitos em circunscrições de 5 constituintes por departamento e na qual dois constituintes seriam assignados à primeira maioria e um constituinte para as segundas, terceiras e quartas maiorias que superassem a barreira de 5% dos votos departamentais. Os restantes 210 constituintes seriam eleitos em circunscrições territoriais onde a primeira maioria teria direito a dois representantes e a segunda maioria a um (ver ALBÓ, 2012, p. 222; DE LA FUENTE JERIA, 2010, p. 10–11; HAMMOND, 2011, p. 653; SCHAVELZON, 2012, cap. 2.1).

[362] A pregunta do referendo era: "Você está de acordo nos marcos da unidade nacional em dar à Assembleia Constituinte um mandato vinculante para estabelecer um regime de autonomias departamentais, aplicável imediatamente após a promulgação da nova Constituição Política do Estado, nos departamentos onde este referendo tenha maioria, de maneira que suas autoridades sejam eleitas diretamente pelos cidadãos e recebam do Estado competências executivas, atribuições normativas administrativas e os recursos econômicos financeiros que lhes assignem a nova Constituição Política do Estado e as leis?"(ver ALBÓ; BARRIOS SUVELZA, 2007, n. 100, página 329).

aprovado em nível departamental em Santa Cruz, Beni, Pando e Tarija (com 71,11%, 73,83%, 57,68% e 60,79%, respectivamente). A partir daí, o tema se consolidaria como a principal bandeira programática opositora, que passaria a alegar que os resultados departamentais seriam vinculantes e autoaplicáveis onde o "sim" resultara vitorioso[363]. A bandeira das autonomias departamentais era funcional a essas elites porque, como visto ao longo dos capítulos anteriores, a clivagem regional existia como uma questão relevante no país desde seus primórdios de vida independente e assim servia como bandeira política capaz de articular setores sociais para além da própria elite econômica regional deslocada do poder político nacional.

É preciso ter em mente ainda que os fortes desarranjos sociais vividos entre 2000 e 2005 se converteram, a partir da eleição e posse de Evo Morales à presidência, em uma forte confrontação política entre o bloco histórico indígena / nacional-popular ascendente e as antigas elites políticas (neo)liberais aglutinadas em suas trincheiras regionais do Sul e Oriente do país que buscavam não apenas se opor ao governo constituído, mas desestabilizá-lo e bloqueá-lo, e essa tática política era utilizada também no interior da AC. Assim, essa oposição passaria a utilizar-se também da ausência de maioria de 2/3 do bloco oficialista[364] na AC para obstruir seu funcionamento, e a denunciar as tentativas de tal bloco de reinterpretar as regras de funcionamento da constituinte de forma a atenuar tal exigência como um ataque à democracia e uma violação da lei.

O governo Morales e sua base de apoio social defendiam que a AC tinha um caráter originário, ou seja, seu poder seria independente dos poderes constituídos e as decisões e interpretações por ela adotadas seriam plenamente soberanas, e buscou através do bloco constituinte oficialista aprovar um regimento interno de trabalhos que permitisse a aprovação do texto constitucional com a maioria absoluta simples com que contava. A estratégia provocou a virtual paralisação da AC entre mobilizações e contra-mobilizações dos dois lados em pressão a favor ou contra a medida e o desperdício de mais da metade do tempo original previsto para a elaboração da nova constituição[365]. Finalmente, em 14 de fevereiro de 2007, se aprova um regimento que mantém a necessidade de aprovação do texto final "em detalhe" por 2/3 da assembleia, mas com a primeira votação "em conjunto" podendo ser aprovada por

[363] Apesar de que, como visto na nota 362, o texto legal do referendo remetia a vigência do regime autonômico departamental, caso aprovado, à promulgação da nova constituição.

[364] A AC contou com representação de 16 agrupamentos, dos quais o MAS elegeu 137 constituintes de um total de 255, o maior partido de direita, Podemos, elegeu 60 constituintes, MNR (que se apresentara por meio de três facções distintas) elegeu 18 e as demais forças elegeram entre oito e um representante cada.

[365] Segundo o texto da lei de convocatória, a AC deveria durar um ano, entre 06 de agosto de 2006 e 06 de agosto de 2007.

maioria absoluta, do mesmo modo que os informes prévios das comissões, que poderiam ser aprovados por maioria absoluta com a remissão ao plenário dos informes da maioria e da minoria. O regimento estabelecia ainda que artigos constitucionais específicos (até um máximo de três) que não obtivessem os 2/3 necessários seriam remetidos à deliberação da população através de referendo (GARCÉS V., 2012, p. 31–3; SCHAVELZON, 2012, p. 150 e nota 98), dispositivo que como se verá mais adiante terá importância fundamental para a solução dos impasses finais à aprovação da constituição.

Assim como com relação ao regimento de trabalhos, posteriormente também em questões substantivas a bancada oficialista manteria uma prática de "estica e afrouxa", tensionando nas comissões às vezes até o limite em busca de propostas maximalistas para no final recuar em busca de um acordo com setores da oposição constituinte que permitissem destravar os diálogos. É importante ressaltar, no entanto, o quanto as noções de bloco oficialista e opositor podem ser enganosos como descritores simplificados do conflito interno da AC devido à imensa heterogeneidade de ambos com relação a fins e objetivos buscados nos trabalhos constituintes.

Do lado oficialista, embora sua bancada se resumisse ao MAS e alguns pequenos grupos aliados, é preciso ter em mente que o próprio MAS se constituiu enquanto partido como uma espécie de coalizão de movimentos e organizações sociais diversos, além de algumas personalidades convidadas diretamente a participar de suas filas por seu potencial de atração de votos ou setores sociais nos quais teria dificuldades de se aproximar, como as classes médias urbanas. Em temas específicos da elaboração constitucional, muitos desses subgrupos internos possuíam visões e posicionamentos em alguma medida conflitantes e que precisavam de concertação interna. Do lado opositor, sua bancada mostrava uma heterogeneidade partidária já maior de partida, mas mesmo no interior de tais partidos também coexistia uma grande heterogeneidade. Ressalte-se que os partidos políticos tradicionais haviam sido praticamente varridos do mapa eleitoral boliviano em 2005, com o histórico MNR reduzido a frangalhos regionais e os demais partidos desaparecendo e vendo seus antigos líderes buscando uma reciclagem em novas siglas como Poder Democrático Social (Podemos), Unidade Nacional (UN) e outras menores cuja institucionalização interna era incipiente para dizer o mínimo. Uma parcela significativa do Podemos, por exemplo, respondia mais às antigas elites políticas deslocadas do poder e aglutinadas em torno dos *prefectos* departamentais opositores que às instâncias partidárias oficiais e assumiu uma postura de defesa radical das consignas regionais e de bloqueio sistemático a qualquer tentativa de acordo programático com os setores oficialistas. Outros segmentos opositores,

entretanto, criticavam pontos das propostas oficialistas desde pontos de vista conservadores e/ou liberais, defendendo aspectos da institucionalidade política vigente que buscavam resguardar do amplo desejo de mudanças radicais encarnado na AC e preservar na proposta de novo texto constitucional e que por vezes encontravam importante eco em setores da bancada oficialista, permitindo certo diálogo.

Esses distintos posicionamentos levaram Schavelzon (2012, cap. 5) a classificar, em sua etnografia do processo constituinte, aos agrupamentos programáticos internos da AC em quatro grandes grupos, com uma bancada regionalista reacionária, um grupo que ele chama de "liberal mestiço conservador", outro que ele chama de "esquerda nacional" e o quarto chamado por ele de "pluralista comunitário". Teriam sido principalmente esses três últimos grupos os responsáveis pela elaboração efetiva da nova constituição e é interessante notar como tais grupos articulavam, no interior da AC, precisamente as agendas e temas dos horizontes identificados nesta tese com as matrizes liberal-constitucional, nacional-popular e indianista-comunitária que a nova constituição fundiria na conformação do Estado Plurinacional.

A posição reacionária regional, entretanto, continuou ao longo dos trabalhos da AC buscando inviabilizá-la e parecia utilizá-la instrumentalmente como parte da tática opositora geral de desestabilização do governo constituído. As dificuldades de obtenção de um texto capaz de atingir as maiorias necessárias aproximavam a AC de seu prazo de término sem que houvesse podido cumprir sua tarefa, necessitando de uma prorrogação aprovada primeiro por 2/3 pela própria AC e em seguida pelo Congresso boliviano (Lei 3728 de 04 de agosto de 2007), que pelo mesmo quórum estabeleceu a nova data de término para 17 de dezembro de 2007. E por volta da época em que se discutia essa prorrogação de prazos surgiu em Sucre, sede da AC, a demanda pelo retorno dos poderes de Estado à cidade e sua recuperação plena do status de capital do país perdidos com a derrota conservadora na Guerra Federal de 1899.

A demanda da capitalidade plena, como ficou conhecida, foi amplamente utilizada pelo setor reacionário regional da oposição e polarizou o país, provocou rachas nas bancadas a partir de clivagens regionais, exacerbou tensões étnicas[366] e tensionou o cenário local da cidade de tal maneira que praticamente inviabilizou a realização da AC (ERREJÓN, 2009, p. 120–121; GARCÉS V., 2012, p. 33; HAMMOND, 2011, p. 653; SCHAVELZON, 2012, cap. 3). A magnitude do conflito social na cidade impedia a realização normal de sessões no

[366] Constituintes com feições indígenas andinas eram com frequência abertamente hostilizados, ameaçados de agressão e/ou tinham sua entrada recusada em diversos estabelecimentos da cidade por serem associados a La Paz e a uma posição contrária à demanda de Sucre pelo retorno da capital (ver, entre outros, CUNHA FILHO, 2008; GARCÉS V., 2012, p. 33; HAMMOND, 2011, p. 653; SCHAVELZON, 2012, cap. 3 e 4).

Teatro Marechal Sucre, no centro da cidade e que vinha sendo utilizado como sede da AC, e o governo Morales e o bloco constituinte oficialista começaram a cogitar a mudança do local de deliberações a um ambiente mais favorável, o que gerava polêmica pelo fato de a cidade de Sucre ser estabelecida nominalmente pela lei de convocatória como sede da AC. Algumas posições no interior do bloco oficialista continuavam defendendo que o suposto caráter originário da AC lhe colocava acima das instituições constituídas e que, portanto, a própria AC poderia deliberar a mudança, e chegaram mesmo a decidir pelo traslado das sessões de votação do projeto constitucional à cidade de Oruro.

Ponderações legalistas, no entanto, fizeram-lhes recuar dessa intenção e buscar uma opção que propiciasse a possibilidade de concluir com os trabalhos constituintes sem violar os dispositivos legais. Além das previsíveis acusações de ilegalidade que propiciariam aos opositores do processo constituinte, preocupava ao bloco também atingir os quóruns mínimos de funcionamento já que o tema da capital havia provocado que uma parte dos constituintes de Chuquisaca passasse à oposição e mesmo entre os que se mantinham no bloco oficialista o tema continuava gerando tensões na busca de um acordo com a bancada de La Paz. Essas dissidências concretizadas e em potencial se somavam ao descontentamento de outros setores oficialistas (sobretudo indígenas) pelos acordos a que haviam tido que chegar em diversas das comissões da AC – tanto com opositores como dentro do próprio bloco oficialista – para viabilizar o texto constitucional e que eram percebidas às vezes como certa traição às posições por eles defendidas. A solução encontrada foi trasladar as sessões da AC do teatro ao Liceu Militar da Glorieta, uma academia militar localizada a cerca de 7km do centro da cidade, mas em território municipal de Sucre, de forma a não violar a legalidade da AC já que a lei de convocatória especificava a cidade como sede, e não a qualquer recinto específico da mesma.

A sessão da AC foi instalada no dia 23 de novembro de 2007 em meio a um forte clima de confronto social, com amplos protestos e confrontos entre a polícia e manifestantes a favor da capitalidade de Sucre no centro da cidade e a tensão de que os mesmos poderiam se dirigir à Glorieta e impedir a conclusão dos trabalhos e mesmo ameaçar a integridade física e as vidas dos constituintes presentes. Havia no início da sessão 144 constituintes presentes, já que a maior parte da oposição não comparecera, mas tal número superava o quórum mínimo de funcionamento de sessões correspondente a 128 constituintes (SCHAVELZON, 2012, p. 332). Uma comissão de representantes de La Paz e Chuquisaca ainda se reunia em busca de consenso para o tema da capital[367] enquanto se afinavam as estratégias para a votação da nova

[367] As propostas de acordo passavam pelo reconhecimento de Sucre como capital constitucional, com a oficialização de seu status como sede do Poder Judiciário e a cessão à cidade do novo Poder Eleitoral que a

constituição. Recorde-se que o regimento da AC estabelecia que a votação "em conjunto" do texto constitucional poderia ser realizada com qualquer maioria absoluta, sendo os 2/3 necessários apenas para a votação "em detalhes". Mas a lei que autorizara a prorrogação dos trabalhos constituintes também modificara levemente as regras relativas à necessidade dos 2/3, estabelecendo-se que a votação em detalhes poderia se dar por 2/3 dos constituintes presentes (e não de seu número total) caso não houvesse acordo em algum artigo específico e fosse necessária a realização de um referendo para a escolha da redação final do(s) mesmo(s). Essa modificação havia sido pensada pelos opositores no Legislativo "como resolução da Assembleia sem dois terços [mas] que contaria com a presença da oposição que [assim] estabeleceria que temas iriam a referendo" [368] (SCHAVELZON, 2012, p. 335. Tradução nossa). Com o boicote opositor, no entanto, criou-se um inusitado cenário no qual o bloco oficialista poderia legalmente aprovar a nova constituição sem possuir a maioria qualificada de 2/3 do total de membros da AC, bastando para isso que qualquer de seus artigos não obtivesse a maioria dos 2/3 presentes. Com a ausência opositora, o bloco oficialista poderia ainda escolher qualquer dos temas da constituinte e criar deliberadamente uma dissidência artificial, tática escolhida para encaminhar a votação final e encerrar os trabalhos da AC, mas que ainda antecipava dificuldades futuras na medida em que cabia ao Legislativo – onde a oposição controlava o Senado – convocar os referendos finais de aprovação da constituinte e dos artigos específicos sem aprovação por 2/3.

Entretanto, o acirramento das tensões em Sucre, com a notícia de que os protestos já haviam deixado pelo menos três mortos e de que os manifestantes se dirigiam à Glorieta para invadir a AC, provocou uma apressada aprovação "em conjunto" no dia 24, seguida da suspensão dos trabalhos e da evacuação dos constituintes sem previsão da nova sessão para a votação "em detalhes". Ocorre que por essa época o governo Morales encontrava-se enfrentado à oposição legislativa pela aprovação no Senado do projeto de governo que criava a Renda Dignidade, um benefício previdenciário não contributivo financiado com rendas dos

---

nova constituição criava, além da sede de alguns órgãos públicos novos ou transferidos e a realização na cidade de algumas sessões de honra do Legislativo. Como contrapartida, La Paz receberia a constitucionalização de seu status como sede dos poderes Legislativo e Executivo, mas mesmo essa solução salomônica encontrava fortes resistências. A bancada de Chuquisaca não aceitava a constitucionalização desses poderes em La Paz, sem a qual os pacenhos não aceitavam a constitucionalização dos poderes de Sucre. Diante da impossibilidade de um acordo, o texto constitucional referente à capital reduziu-se à declaração de Sucre como capital constitucional da Bolívia sem qualquer menção às sedes dos poderes de Estado, o que implicou em sua manutenção fática onde já se encontravam e no estabelecimento do novo Poder Eleitoral em La Paz. E ainda assim, essa solução somente seria atingida no último momento, já durante a votação do texto constitucional "em detalhes" (ver SCHAVELZON, 2012, cap. 3 e 4).

[368] O texto em língua estrangeira é: "como resolución de la Asamblea sin dos tercios [pero] que contaría con la presencia de la oposición que [así] establecería qué temas irían a referendo".

hidrocarbonetos que os *prefectos* da oposição julgavam pertencer aos departamentos. E no dia 27, durante a votação que aprovou dito programa social sob forte mobilização de movimentos sociais afins que cercaram o Congresso, aproveitou para aprovar uma modificação à lei de convocatória da AC, facultando à presidência da mesma convocar sessões em qualquer lugar do território nacional e abrindo o caminho legal à convocação da sessão final da constituinte em lugar menos hostil.

A sessão final seria então convocada pela presidente da AC, Silvia Lazarte, para o dia 08 de dezembro na cidade de Oruro e a nova constituição seria votada "em detalhe" por um quórum inicial de 158 constituintes que atenderam à convocatória e que chegaria a 164 presentes ao longo da votação, número maior do que o que participara na votação "em conjunto", mas ainda sem boa parte da oposição, especialmente os constituintes de Podemos identificados com o bloco reacionário regional que conclamavam ao boicote. O bloco oficialista prosseguiu à aprovação da nova constituição pelo caminho dos 2/3 presentes e escolheu o artigo 398, sobre o tamanho máximo permitido às propriedades agrárias, para gerar uma dissidência artificial e submeter ao referendo duas propostas de texto, uma limitando a propriedade máxima a 10 mil e outro a 5 mil hectares, e assim resguardar a legalidade do processo (ver INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2008; SCHAVELZON, 2012, cap. 4). Concluía-se assim a AC com um projeto de constituição que seria entregue ao presidente Evo Morales em cerimônia festiva no dia 15 de dezembro, mas diante da falta de maioria governista no Senado era ainda incerta a convocação dos referendos necessários para sua ratificação.

O que se veria ao longo de 2008 seria uma agônica crise política entre governo e oposição e entre os poderes constituídos que em alguns momentos parecia resvalar para o início de uma confrontação aberta e riscos de guerra civil e no qual parecia que a constituição aprovada na AC poderia não chegar a concretizar seus trâmites finais para a entrada em vigor. Vai além dos objetivos desta seção analisar em detalhes o desenvolvimento e resolução da crise[369], mas em resumo o governo tentou infrutiferamente aprovar a convocação dos referendos no Congresso, enquanto a oposição buscava bloqueá-los e proclamar uma autonomia departamental *de facto*, com a promulgação de estatutos de autonomia inconstitucionais[370] e a adoção de uma estratégia de confrontação nas ruas. O governo buscava sem sucesso aproximar-se dos *prefectos* opositores e salvar o processo constituinte

[369] Para tais detalhes, ver Cunha Filho (2008), Soruco Sologuren (2011) e Schavelzon (2012), entre outros.
[370] Tanto do ponto de vista da Constituição de 1967 então ainda vigente quanto da nova constituição ainda não ratificada.

quando uma divisão entre a liderança partidária de Podemos e o comando regional destes *prefectos* permitiu a aprovação no Senado, em maio, de um projeto de referendo revogatório de mandatos proposto por Morales em fins de 2007 e aprovado na Câmara de Deputados em 15 de dezembro daquele ano. Os resultados do referendo, realizado em agosto, ratificaram o mandato de Morales (com um aumento de votação relativa a 2005 em todos os departamentos, inclusive os controlados pela oposição) e de cinco dos oito *prefectos* submetidos ao voto[371], sendo os então governos opositores de La Paz e Cochabamba revogados pelo voto popular. Talvez como reação a essa vitória relativa do governo, a oposição buscou um tudo ou nada e setembro viu um acirramento do conflito social com a tomada de instituições governamentais nos departamentos opositores e um incidente em Pando em que camponeses foram emboscados e mortos na localidade de El Porvenir, motivando a declaração de Estado de Sítio no departamento por Morales, a prisão do governador pandino e propiciando um forte desgaste à estratégia maximalista opositora.

A partir desse desgaste e refluxo opositor, o governo conseguiu em outubro aproximar-se de setores moderados da oposição no Congresso através do quê foi montada uma comissão legislativa para revisar o projeto constitucional aprovado em Oruro e sugerir modificações consensuais. O trabalho da comissão alterou cerca de 180 artigos constitucionais (de um total de 411), a maior parte deles questões simbólicas ou de forma – algumas das quais até mesmo corrigiram inconsistências do texto aprovado em Oruro –, mas também questões de fundo como um aprofundamento das autonomias departamentais reconhecidas no novo texto e uma diluição do alcance de alguns conteúdos como autonomias e direito indígena em prol de uma maior aproximação com paradigmas liberais (ALBÓ, 2012; ASAMBLEA CONSTITUYENTE, 2007; BÖHRT, 2010; EATON, 2014; ERREJÓN, 2009; ERREJÓN; CANELAS, 2012; ESTADO PLURINACIONAL DE BOLIVIA, 2009; GARCÉS V., 2012, 2013; SCHAVELZON, 2012). Isto valeria ao governo fortes críticas por parte de setores de sua base social e da intelectualidade afim, mas permitiu destravar o diálogo e conseguir que o Congresso finalmente convocasse os referendos ratificadores para 25 de janeiro de 2009, quando a nova Constituição Política do Estado (CPE) seria ratificada por 61,43% da população, com a definição do limite agrário[372] para 5000ha por 80,65%.

[371] A *prefecta* de Chuquisaca, Savina Cuéllar, ex-constituinte pelo MAS que passara às filas opositoras em meio ao conflito pela capitalidade, fora eleita em junho de 2008 em eleição extraordinária motivada pela renúncia do governador local em meio aos conflitos em Sucre no final do ano anterior e por isso não foi submetida ao referendo.

[372] Que durante a revisão congressual tivera seu caráter retroativo suprimido.

4.2 – A construção do horizonte plurinacional como redefinição abigarrada da "Nação Boliviana"

Assim nasceu o Estado Plurinacional da Bolívia através da confluência de radicais processos de questionamento à ordem política vigente no país que, ao longo da conjuntura crítica 2000-2005, pôde se amalgamar em um bloco histórico contra-hegemônico a partir de elementos das agendas das matrizes políticas nacional-popular e indianista e que se entroncaram com a matriz liberal no agônico processo constituinte que se estende da convocatória da AC em 2006 até a revisão congressual de 2008.

Mas embora a refundação estatal ali operada tenha envolvido desde o princípio um sem número de redefinições relativas a temas econômicos, institucionais e de reconhecimento, simbolicamente era o tema indígena aquele que sugeria uma maior radicalidade nas redefinições a serem buscadas pelo novo Estado e que acabou imprimindo sua marca no próprio nome do artefato político que finalmente seria criado sob o título de Estado Plurinacional que, como visto, surgira pela primeira vez como proposta seminal em discussões da CSUTCB ainda nos anos 1980. Como mencionado no capítulo 2, a fundação do Pacto de Unidade em 2002 representou um momento constitutivo fundamental do horizonte indianista-comunitário contemporâneo ao aglutinar às mais importantes organizações rurais bolivianas em busca de uma proposta comum que pudesse ao mesmo tempo superar a ordem vigente tida por excludente e as várias clivagens internas entre as organizações parte (terras altas x baixas; identidade étnica x classista; organização sindical x tradicional etc.). E será esse mesmo Pacto de Unidade que se converterá no principal ator organizado da AC e será o responsável pela conformação do horizonte plurinacional como tentativa de dotar o novo Estado de um "arco de solidariedades" (O'DONNELL, 1978) capaz de dar conta de sua abigarrada formação social. Ainda que a ideia de Plurinacional que vinha se cristalizando com cada vez mais força fosse um significante aberto e que poderia abarcar a muitos formatos concretos inclusive contraditórios entre si[373],

> o projeto de Estado Plurinacional na Assembleia [...] era em primeiro lugar um desenvolvimento que surgia desde a matriz katarista e incorporava como principal crítica o rechaço ao projeto de homogeneização cultural com que se caracterizava o projeto da

[373] Algumas das várias ideias de concretização desse ideal abstrato veiculadas prévia ou contemporaneamente à realização da AC incluíam desde algum tipo de confederação de povos indígenas com soberania territorial, uma reatualização do modelo soviético de nações ou até meramente um Estado que respeitasse verdadeiramente a igualdade de oportunidades e a inclusão social ampla (ver SCHAVELZON, 2012, p. 14).

> Revolução Nacional e também a visão classista da esquerda moderna. O projeto buscava operar uma contra-homogeneização que fosse em direção contrária à unidade cultural da mestiçagem como identidade nacional imposta desde 1952, com o monoculturalismo castelhanizante [...] e a "campesinização" como identidade imposta [...]. Em segundo lugar, além disso, o projeto de Estado Plurinacional se distinguia da experiência de reformas da década de '90, consideradas multiculturalistas e, como tais, com um reconhecimento meramente retórico, não realmente descolonizador e que estava ferido de morte por sua cumplicidade com a república liberal[374] (SCHAVELZON, 2012, p. 92. Tradução nossa).

Mas durante os trabalhos da AC esse caráter simbólico, discutido sobretudo na central comissão "Visão de País" da constituinte, adquiria feições já bastante concretas na medida em que mesmo a definição dos caracteres propriamente "infraestruturais" dependia de certa maneira dessas definições simbólicas prévias para sua operacionalização constitucional. Durante a conjuntura 2000-2005, a grande variedade de movimentos e organizações sociais que contribuíram para o questionamento das bases de legitimidade estatal se agregava simbolicamente através da construção de uma clivagem populista – no sentido de Laclau (2005) – através da qual se reconheciam enquanto o "povo boliviano" contraposto às elites e partidos tradicionais, e na busca por constitucionalizar a soberania desse povo sobre seus recursos naturais (um dos temas centrais da "Agenda de Outubro") ou estabelecer seus direitos e prerrogativas de participação política era necessário definir no texto constitucional quem o compunha (SCHAVELZON, 2012, p. 71). Esse lócus por excelência para o reconhecimento indígena enquanto base fundamental do novo Estado logo revelaria as difíceis tensões envolvidas nessa definição contidas já de partida na heterogeneidade do próprio Pacto de Unidade.

Embora uma parte importante da crítica Katarista que possibilitou a recuperação das identidades étnicas tenha se centrado na rejeição à "campesinização" imposta das identidades por parte da Revolução de 52, essa recuperação da identidade étnica não implicou na rejeição da identidade camponesa por parte de todos os atores que se redescobriam indígenas, com parte significativa destes se assumindo simultaneamente como indígenas e como camponeses. Assim, uma proposta inicial de definição do povo boliviano como composto por "nações e povos indígenas originários e camponeses" (sublinhado meu) foi incapaz de gerar consenso

[374] O texto em língua estrangeira é: "el proyecto de Estado Plurinacional en la Asamblea [...] era en primer lugar un desarrollo que surgía desde la matriz katarista e incorporaba como principal crítica el rechazo al proyecto de homogeneización cultural con que se caracterizaba el proyecto de la Revolución Nacional y también la visión clasista de la izquierda moderna. El proyecto buscaba operar una contra-homogeneización que fuera en dirección contraria a la unidad cultural del mestizaje como identidad nacional impuesta desde 1952, con el monoculturalismo castellanizante […] y la "campesinización" como identidad que se imponía [...]. En segundo lugar, además, el proyecto del Estado Plurinacional se distinguía de la experiencia de reformas de la década del '90, consideradas multiculturalistas y, como tales, con un reconocimiento de la diferencia meramente retórico, no realmente descolonizador y que estaba herido de muerte por su complicidad con la república liberal".

no interior do pacto por parecer sugerir a negação do caráter indígena daqueles para quem o termo camponês ainda fazia sentido.

Como relata Schavelzon (2012), a grande aposta do movimento indígena (ali encarnado no Pacto de Unidade) pela construção do horizonte plurinacional era radicalizar o reconhecimento da diversidade boliviana para além da declaração de sua sociedade como pluriétnica e multicultural, trazendo esse reconhecimento do pluralismo social para um reconhecimento da pluralidade do próprio Estado. Para além do importante caráter simbólico e identitário, as divergências com relação ao termo revelavam o temor de que a diferenciação entre indígenas e camponeses pudesse levar à diferenciação nos direitos e prerrogativas de que desfrutariam no novo Estado a ser formado. A solução viria através da criação do termo "nações e povos indígena originário camponeses" (NPIOC), sem vírgulas ou conjunções e com conjugações de tempo apenas no começo e no final, configurando-se assim num termo descritivo que ao mesmo tempo em que nomeia todas as principais formas de autodescrição utilizados pelos atores concretos[375], não as hierarquiza nem implica em sua divisão (ALBÓ, 2009, 2010; SCHAVELZON, 2012; SORUCO SOLOGUREN, 2011).

Mas nos dizeres de um dos constituintes do Pacto, ao mover um tijolo, acabavam por mover sempre toda a parede (mencionado em SCHAVELZON, 2012, p. 71), pois outros atores não incluídos diretamente na fórmula NPIOC – como as comunidades afrobolivianas, os ex-colonizadores auto redefinidos como "comunidades interculturais" ou cidadãos e sindicatos urbanos – também demandavam algum tipo de reconhecimento explícito enquanto membros do povo boliviano. Além disso, o reconhecimento constitucional do caráter de "nação" aos coletivos indígenas que assim se autodenominavam e que dotava de sentido o termo "Plurinacional" como descritor do novo Estado gerava entre alguns setores não indígenas – principalmente os agrupados no polo opositor, mas também entre alguns pertencentes ao bloco oficialista da AC – temores de que esse reconhecimento implicava em alguma medida na revogação da nacionalidade boliviana geral e portanto lhes negaria algum caráter nacional.

As demandas de nomeação explícita por parte de setores como as comunidades interculturais ou os afrobolivianos eram relativamente fáceis de solucionar com a agregação

[375] Alguns grupos indígenas bolivianos se autodescrevem como "nações indígenas" e outros como "povos indígenas", sendo o próprio termo "indígena" mais comumente utilizado pelas etnias das terras baixas da Amazônia e Chaco. Os indígenas do altiplano costumam preferir o termo "povos originários" e, como já mencionado, muitas comunidades preferem o termo "camponês" sem que isto implique que não se considerem indígenas.

de seus nomes com um "e" após a fórmula NPIOC[376], mas a inclusão daqueles não pertencentes ao Pacto de Unidade era mais complicada. Sua possível nomeação enquanto "mestiços" era rejeitada pelo mundo indígena pela associação do termo com o que identificavam como a opressão monocultural do Estado de 52. A solução – não isenta de tensões e polêmicas internas – viria através de sua nomeação enquanto "bolivianas e bolivianos pertencentes às áreas urbanas de diferentes classes sociais", com o que a redação do projeto constitucional aprovado em dezembro de 2007 em Oruro definiria ao povo boliviano da seguinte maneira:

> O povo boliviano está conformado pela totalidade das bolivianas e dos bolivianos pertencentes às áreas urbanas de diferentes classes sociais, às nações e povos indígena originário camponeses, e às comunidades interculturais e afrobolivianas[377] (ASAMBLEA CONSTITUYENTE, 2007, Artigo 3. Tradução nossa).

Essa forma de buscar solucionar o impasse recorrendo à nomeação das classes sociais era de certa forma também uma herança do Katarismo, que em suas vertentes majoritárias propugnava uma emancipação em duas dimensões conjugadas, enquanto povos indígenas subalternizados e enquanto classes exploradas. Entretanto, essa redação continuava sofrendo importantes críticas tanto por parte da oposição como de setores e constituintes aliados não indígenas que continuavam considerando-se de certa forma excluídos em seu caráter nacional (ver ALBÓ, 2009; SCHAVELZON, 2012).

> É interessante que a oposição entre classe e etnia na Bolívia tem um terceiro termo em questão: a nação. Como categoria que remete à cultura e identificação, se aproxima à de etnia. Mas se afasta dela no que Nação remete a Estado moderno, como unidade cultural que surge vinculada ao Estado moderno, ainda que possam existir nações sem Estado. O termo também se afasta do olhar étnico na medida em que é a esquerda classista dos trabalhadores que na Bolívia reivindica a nação[378] (SCHAVELZON, 2012, p. 84. Tradução nossa).

No texto aprovado em Oruro, não havia menção a algo como a "nação boliviana" como integrando o novo Estado Plurinacional, o que gerava descontentamento tanto entre atores influenciados pela matriz nacional-popular como por setores liberais. E de fato, essa total ausência da "nação boliviana" parece um contrassenso quando mesmo em um ano especialmente crítico e conflituoso como fora 2004, 85% da população afirmara sentir "orgulho nacional" de seu país (VERDESOTO; ZUAZO, 2006, p. 33), dado estatístico que

[376] Embora essa solução reverberasse propostas rejeitadas de nomear explicitamente também a cada um dos grupos étnicos contidos no artefato NPIOC.

[377] O texto em língua estrangeira é: "El pueblo boliviano está conformado por la totalidad de las bolivianas y los bolivianos pertenecientes a las áreas urbanas de diferentes clases sociales, a las naciones y pueblos indígena originario campesinos, y a las comunidades interculturales y afrobolivianas".

[378] O texto em língua estrangeira é: "Es interesante que la oposición entre clase y etnia en Bolivia tiene un tercer término en cuestión: la nación. Como categoría que remite a cultura e identificación se acerca a la de etnia. Pero se aleja de esta en lo que la Nación remite a Estado moderno, como unidad cultural que surge vinculada al Estado moderno, aunque puedan existir naciones sin Estado. El término también se aleja de la mirada étnica en tanto que es la izquierda clasista de los trabajadores la que en Bolivia reivindica la nación".

não mostrava variações significativas mesmo diante da autoidentificação positiva com identidades étnicas (VERDESOTO; ZUAZO, 2006, p. 37)[379]. Assim, faziam sentido críticas como as do constitucionalista e assessor técnico contratado da AC, Carlos Alarcón, de que em sua busca por uma inovação radical, acabava-se ressaltando muito mais as características que separavam aos bolivianos do que os elementos comuns que os agregavam como seria a nação boliviana geral (ver SCHAVELZON, 2012, p. 134).

Entretanto, como visto não seria a AC a ter a palavra final sobre a redação da nova constituição, que ainda seria revisada por uma comissão legislativa em 2008 na qual a definição do povo seria mais uma vez alterada ficando com seguinte texto:

> A nação boliviana está conformada pela totalidade das bolivianas e os bolivianos, as nações e povos indígena originário camponeses, e as comunidades interculturais e afrobolivianas que em conjunto constituem o povo boliviano[380] (ESTADO PLURINACIONAL DE BOLIVIA, 2009, Artigo 3. Tradução nossa).

A nova fórmula recuperava o conceito de nação boliviana e ademais invertia a forma de nomear o povo, tornando-o em sua pluralidade constitutiva explicitamente descrita o equivalente dessa nação boliviana agora ressignificada como plurinacional. Essa alteração, que especialistas como o antropólogo Xavier Albó (2009, 2010) reconhecem como um aperfeiçoamento do texto original, foi aceita com facilidade pelo conjunto da população por, como visto, apelar a sentimentos e identidades reais de importantes atores envolvidos no processo político, mas também por razões relativas à conjuntura política em que se deram. Uma das críticas mais frequentes ao caráter plurinacional do novo Estado que se fundava, tanto entre alguns apoiadores como entre a oposição, seria a de que isto poderia levar à fragmentação do país entre suas muitas nações e, como visto, a revisão do texto constitucional pelo Legislativo se deu em meio a uma polarizada disputa política com clivagens regionais que parecia estar levando o país à guerra civil e ao separatismo, de modo que o resgate da nação boliviana e do povo como seu constituinte apareceria como mais uma garantia constitucional à unidade do país.

Assim como essa definição do povo – que acabou por redefinir a nação –, o restante do que poderia ser considerado o coração simbólico do novo Estado nasceu, ao longo da constituinte e de sua posterior revisão legislativa, através de confrontos e concertações entre distintos projetos. E para conseguir costurar um centro que lhes viabilizasse um projeto

---

[379] Em alguns casos, como a autoidentificação enquanto quéchua, embora pequena a tendência era mesmo de reforço à identificação de pertencimento à comunidade nacional boliviana (VERDESOTO; ZUAZO, 2006, p. 37).

[380] O texto em língua estrangeira é: "La nación boliviana está conformada por la totalidad de las bolivianas y los bolivianos, las naciones y pueblos indígena originario campesinos, y las comunidades interculturales y afrobolivianas que en conjunto constituyen el pueblo boliviano".

comum, precisava combinar um profundo reconhecimento e preservação da pluralidade política e social boliviana inscrita no próprio modelo de Estado, com a manutenção de elementos de unidade estatal que limitavam o alcance de propostas de redefinição mais radicais em sua rejeição a quaisquer traços da institucionalidade vigente ou de paradigmas considerados liberais ou modernos.

> havia surgido no processo constituinte uma definição flexível e aberta do plurinacional, correspondente com a forma pela qual também vimos construir-se a definição de povo. Não se referia a nações delimitadas que se integrariam no Governo central, mas à possibilidade de incorporação de todos às instituições. Mantinha a essência da demanda katarista, que era a denúncia da exclusão das maiorias. Mas sem uma visão que divida à população em componentes étnicos diferenciados, não era esse o modelo que a Constituição desenvolvia, apesar de que esse era o fantasma em algumas críticas. Seria na verdade o "povo boliviano" genérico, "indígena originário camponês, intercultural e afroboliviano" que teria as portas tão abertas como até então as tinham tido os brancos[381] (SCHAVELZON, 2012, p. 136. Tradução nossa).

O horizonte plurinacional, assim, passava a ser uma espécie de re-imaginação da comunidade nacional que vem não para negá-la, mas por admitir que a mesma está incompleta (SANTOS, 2010, p. 92). E que para completá-la, incorpora – de maneira abigarrada aos elementos liberais e nacional-populares que mantém/ resgata – elementos de origem indígena para além do primeiro reconhecimento desses elementos com a reforma constitucional de 1994, reconhecendo a existência pré-colonial das NPIOC e seu direito à autonomia e autogoverno, incorporando símbolos indígenas como a *wiphala*[382] como símbolos pátrios e a 36 idiomas indígenas como oficiais juntamente ao espanhol[383], entre outros elementos simbólicos, além de incorporar ao texto constitucional uma série de direitos

[381] O texto em língua estrangeira é: "había surgido en el proceso constituyente una definición flexible y abierta de lo plurinacional, correspondiente con la forma con que también vimos construirse la definición de pueblo. No refería a naciones delimitadas que se integrarían en el Gobierno central, sino más bien a la posibilidad de incorporación de todos a las instituciones. Mantenía la esencia del reclamo katarista, que era la denuncia de exclusión de las mayorías. Pero sin una visión que divida a la población en componentes étnicos diferenciados, no era ese el modelo que la Constitución desarrollaba, a pesar de que ese era el fantasma en algunas críticas. Sería más bien el 'pueblo boliviano' genérico, 'indígena originario campesino, intercultural y afroboliviano' que tendría las puertas tan abiertas como hasta entonces las habían tenido los blancos".

[382] Bandeira quadriculada multicolorida utilizado por vários povos indígenas da região andina.

[383] Seria esse número de idiomas reconhecidos como oficiais que seria utilizado por críticos como o ex-presidente Carlos Mesa (2012) ou o ex-membro da antiga Corte Nacional Eleitoral e vice-presidente da constituinte, Jorge Lazarte (2009), entre outros menos relevantes, para criticar a suposta divisão do país em trinta e seis nações étnicas distintas, muitas das quais tidas por inviáveis pelo baixo número de indivíduos com que ainda contariam. No entanto, essa é uma acusação falsa (ver ALBÓ, 2009, 2010; SCHAVELZON, 2012; SORUCO SOLOGUREN, 2011). Inclusive, partindo-se do critério atualmente antropologicamente mais aceito de autoidentificação como determinante da etnia, haveria na verdade muitos outros grupos étnicos bolivianos já que muitas comunidades indígenas aimarás e quéchuas (especialmente dentre as afiliadas ao CONAMAQ) não consideram que estas sejam suas etnias, existindo entre eles uma miríade de nações (usando o termo com o qual eles se autodenominam) como os Qhara-Qhara, Jach'a Karangas, Chichas etc., e algumas das quais por longos períodos viveram inclusive em conflito violento entre si (segundo ALBÓ, 2012, p. 218, somente entre 1994 e 2000, conflitos entre ayllus do Norte de Potosí e de Oruro deixaram quase uma centena de mortos). O termo quéchua, inclusive, antes que uma etnia era um idioma adotado pelo Império Inca e que foi imposto/adotado por vários grupos étnicos diversos sob seu domínio (ver também FREITAS, 2012; TAPIA, 2007b).

coletivos indígenas internacionalmente reconhecidos no Convênio 169 da OIT de 1989 e na Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas de 2007[384]. Mas que o faz trazendo o reconhecimento dessa pluralidade para dentro do próprio Estado, declarado Plurinacional e Comunitário (ESTADO PLURINACIONAL DE BOLIVIA, 2009, Artigo 1), pelo que se busca também criar uma série de arcabouços institucionais que garantam essa incorporação efetiva das instituições político-jurídicas do mundo indígena-comunitário como instituições estatais de pleno direito.

4.3 - Construção estatal abigarrada e novas instituições assimétricas: as autonomias como chave e a constituição como cadeado

Mas se o novo Estado fora definido na nova constituição como Plurinacional e Comunitário buscando atender a demandas da matriz indianista-comunitária, era preciso atender também aos anseios e aplacar as desconfianças de suas outras importantes matrizes políticas, de modo que o texto completo do Artigo 1 da nova constituição estabelece que a

> Bolívia se constitui em um Estado Unitário Social de Direito Plurinacional Comunitário, livre, independente, soberano, democrático, intercultural, descentralizado e com autonomias. Bolívia se funda na pluralidade e no pluralismo político, econômico, jurídico, cultural e linguístico, dentro do processo integrador do país[385](ESTADO PLURINACIONAL DE BOLIVIA, 2009. Tradução nossa).

O que pode parecer como uma tentativa de estabelecer a quadratura do círculo, é na verdade, talvez, a única forma de o país dar conta de sua formação social abigarrada na fundação de seu novo Estado (WOLKMER; FAGUNDES, 2011, p. 387): trazendo esse abigarramento como elemento definidor do próprio Estado (ver BÖHRT, 2010, p. 58), construindo o que Boaventura de Sousa Santos (2010, p. 123–5) chama de "Estado experimental" através do que Schavelzon define como uma

> Constituição Aberta, com visões diferentes combinadas em um texto com definições estruturais em tensão, que dão lugar a ambiguidades, contradições ou espaços de indefinição estratégicos, como de dar lugar - coexistindo - a horizontes e formas normativas liberais,

[384] O Convênio 169 da OIT fora ratificado pela Bolívia em dezembro 1991, sendo ela o quarto país a fazê-lo, depois apenas de Noruega e México em 1990 e da Colômbia em agosto de 1991 (ALBÓ, 2012, p. 204). A Declaração da ONU de 2007 foi ratificada pela Bolívia e convertida em lei nacional ainda nesse mesmo ano (ver CUNHA FILHO, 2010b, p. 108).

[385] O texto em língua estrangeira é: "Bolivia se constituye en un Estado Unitario Social de Derecho Plurinacional Comunitario, libre, independiente, soberano, democrático, intercultural, descentralizado y con autonomías. Bolivia se funda en la pluralidad y el pluralismo político, económico, jurídico, cultural y lingüístico, dentro del proceso integrador del país."

> indígenas e inspiradas em projetos políticos diversos[386] (SCHAVELZON, 2012, p. 415. Tradução nossa).

O centro político possível de ser construído ao longo de todo esse convulsivo processo constituinte passava por essa confusa e contraditória (abigarrada) definição da forma de Estado, ao mesmo tempo Unitário como sempre o fora desde sua fundação (ver PERALTA RUIZ; IRUROZQUI, 2000), mas descentralizado e com autonomias; Social de Direito, mas também Plurinacional Comunitário; fundado na pluralidade, mas também na integração, ecoando uma tentativa de síntese de todo o turbilhão de demandas e visões de país forjadas ao longo de dois séculos de vida independente, três séculos de colônia e vários outros de vida aborígene autônoma.

> o país, olhando-se a si mesmo, assume sua heterogeneidade, re-conhece a pluralidade e, em consequência, aceita que sua organização e funcionamento ("se funda", diz) devem tomar em conta o "pluralismo político, econômico, jurídico, cultural e linguístico" existente no seio da sociedade. Este segundo componente abre a porta para que se incorporem à engenharia política as grandes e inegáveis diferenças sociais, econômicas e culturais que caracterizam a sociedade boliviana[387] (BÖHRT, 2010, p. 54. Tradução nossa; ver também ERREJÓN, 2009; GARCÍA YAPUR, 2014).

Esse Estado, que já em sua definição incorpora o conceito de democrático, busca defini-la em seu Artigo 11 como sendo uma democracia de três tipos: participativa, representativa e comunitária. Os dois primeiros tipos não representam maiores novidades, referindo-se a mecanismos clássicos de eleição e representação já consagrados como o núcleo definidor da democracia moderna, agregada a mecanismos de participação ampliada ou direta[388] que vêm ganhando adeptos e defensores (mas também importantes críticos. Ver, por exemplo, SARTORI, 1994) nos últimos tempos em todo o mundo. O último, entretanto, refere-se à incorporação pelo Estado dos mecanismos de autogoverno comunal indígena (mas não apenas) que se mantiveram e se mantêm presentes no país e eram até então solenemente ignorados ou meramente tolerados como forma de organização nas áreas periféricas fora do interesse do governo central e que passam agora a ser um eixo central desse novo Estado.

> Essa forma de organização comunitária ignorada pelas constituições de caráter liberal, ou constitucionalismo moderno, nunca deixou de existir. Os *ayllus*, as *marcas*, os *suyos*, as comunidades, as capitanias etc., se mantiveram latentes e começaram a emergir e a filtrar-se por todos os orifícios que as nacionalidades e povos indígena originário camponeses

[386] O texto em língua estrangeira é: "Constitución Abierta, con visiones diferentes combinadas en un texto con definiciones estructurales en tensión, que dan lugar a ambigüedades, contradicciones o espacios de indefinición estratégicos, como forma de dar lugar –coexistiendo– a horizontes y formas normativas liberales, indígenas e inspiradas por proyectos políticos diversos".

[387] O texto em língua estrangeira é: "el país, mirándose a sí mismo, asume su heterogeneidad, re-conoce la pluralidad y, en consecuencia, acepta que su organización y funcionamiento ("se funda", dice) deben tomar en cuenta el "pluralismo político, económico, jurídico, cultural y lingüístico" existente en el seno de la sociedad. Este segundo componente abre la puerta para que se incorporen a la ingeniería política las grandes e innegables diferencias sociales, económicas y culturales que caracterizan a la sociedad boliviana".

[388] Para uma descrição e análise dos mecanismos de participação direta efetivamente incorporados ao texto constitucional boliviano, ver Fidel Pérez Flores et al. (2010, 2011).

> conseguiram abrir à força de mobilizações sociais até romper com o Estado monocultural[389] (VARGAS RIVAS, 2013, p. 80. Tradução nossa, itálico no original; ver também EXENI RODRÍGUEZ, 2009, p. 304; TAPIA, 2010, p. 262).

As já mencionadas reformas constitucionais e a LPP de 1994, embora limitadas e planejadas e implementadas de cima para baixo durante o primeiro governo de Sánchez de Lozada (1994-97), permitiram uma dessas primeiras e mais importantes aberturas de orifícios para a filtração de formas de institucionalidade indígena. Como relatado por Nancy Postero (2007) e por Moira Zuazo (2012), a divisão política do país em municípios com um orçamento próprio trazida pela LPP representou uma inédita chegada do Estado ao campo, com uma incorporação institucional desses municípios rurais (antes meras seções provinciais sem maior importância administrativa) ao Estado boliviano e que os abriu à disputa político-partidária antes inexistente no lugar. Em um primeiro momento, os partidos tradicionais buscaram atrair lideranças comunitárias locais aos seus quadros como forma de garantir sua presença nas novas arenas políticas. Nesse primeiro momento, um grande número de lideranças indígena-comunitárias ingressaram aos partidos tradicionais como MIR, MNR e ADN e foram eleitos prefeitos dos novos municípios, sendo no entanto absorvidos pelas máquinas partidárias e afastando-se dos interesses comunitários de onde vinham e deslegitimando-se perante os mesmos, o que teria gerado um segundo momento no qual novas lideranças de origem comunitária buscaram ressignificar os novos espaços institucionais abertos e trazê-los para mais perto de suas organizações tradicionais (HAARSTAD; ANDERSSON, 2009; POSTERO, 2007; ZUAZO, 2012; ver também MOTA, 2009).

Embora autores como Fernando Garcés (2013, p. 28–9) considerem que a LPP teria significado um avanço do Estado frente às jurisdições comunitárias tradicionais que vinham funcionando e operando normalmente, e nesse sentido parece vê-la como uma espécie de usurpação estatal[390], é preciso vê-lo em sua dupla face. Foi um processo ambíguo e contraditório através do qual esse Estado com sua institucionalidade de matriz liberal de fato

---

[389] O texto em língua estrangeira é: "Esa forma de organización comunitaria ignorada por las constituciones de carácter liberal, o constitucionalismo moderno, nunca dejó de existir. Los *ayllus*, las *marcas*, los *suyos*, las comunidades, las capitanías, etc., se mantuvieron latentes y comenzaron a emerger, a filtrarse por todos los orificios que las nacionalidades y pueblos indígenas originario campesinos lograron abrir a fuerza de movilizaciones sociales hasta romper con el Estado monocultural"

[390] Que não deixa de ter certa razão, dada a maneira centralizada e imposta de cima para baixo com a qual foi implementado o modelo. Van Cott (2008, cap. 2) já havia detectado a extrema rigidez do modelo imposto pela LPP como uma fraqueza do modelo boliviano de "municípios indígenas". Ver também Gray Molina (2003, p. 358) sobre como a LPP enfraqueceu o poder de mediação de organizações comunitárias/sindicais frente ao Estado – o que muitos dos críticos do período neoliberal sustentam ter sido precisamente a intenção (ver, por exemplo, KOHL, BENJAMIN H.; FARTHING, 2006).

penetrou as organizações comunitárias[391], mas estas também (especialmente a partir do segundo momento) penetraram a institucionalidade liberal e acabaram levando consigo elementos não-liberais que, ainda que muitas vezes de maneira informal, acabavam por modificar as lógicas de funcionamento do sistema (ver TAPIA, 2009, cap. 2) e servir como mais um ponto nodal de questionamento ao próprio Estado boliviano e suas lógicas, fortalecendo o sentimento de necessidade de transformá-lo profundamente.

> Por um lado, há uma tendência à integração ao sistema estatal de setores excluídos (camponeses, indígenas e originários). Por outro, existe uma tendência à promoção da organização e tomada de consciência da cidadania como titularidade de direitos, assim como uma tendência ao empoderamento, que vai na direção de um fortalecimento da identidade indígena e a partir dela a um questionamento geral do Estado que reproduzira a exclusão e discriminação[392] (ZUAZO, 2012, p. 247–8. Tradução nossa).

À diferença do modelo "pluri-multi" das reformas de 1994, a nova constituição busca resolver o problema através do caráter voluntário através do qual se oferece o acesso às novas institucionalidades, além de uma flexibilidade muito maior para sua construção, o que permite uma assimetria institucional bastante radical em e entre seus vários níveis.

O constitucionalista e ex-senador opositor pelo partido Podemos, Carlos Börht (2010, p. 43), chama atenção para o que, segundo ele, constitui-se na maior inovação da atual constituição frente a todas as constituições anteriores: a atenção dedicada à "Estrutura e Organização Territorial do Estado" (ESTADO PLURINACIONAL DE BOLIVIA, 2009, pt. 3), segundo ele totalmente negligenciada ou apenas mencionada de forma desconexa e pouca aprofundada em todas as demais cartas magnas anteriores. No novo texto, esta parte será central para a definição do tema que é a chave do novo modelo de Estado Plurinacional: as autonomias.

> Com o novo desenho constitucional abandonou-se a concepção monocêntrica, que antes explicava a constituição do Estado como projeto comum, pela policêntrica, na qual o Estado é um produto negociado entre as partes da sociedade, sem deixar por isso a condição e o horizonte plural, diverso da condição da sociedade[393] (GARCÍA ORELLANA; GARCÍA YAPUR, 2010, p. 32. Tradução nossa).

Etimologicamente falando, "autonomia" significa a capacidade de se autolegislar, embora no contexto político boliviano o termo tenha se carregado suficientemente de

---

[391] Razão pela qual muitos, como Felipe Quispe, rejeitaram a LPP como uma das "leis malditas" de Sánchez de Lozada por "introduzir o sistema político dentro do ayllu" (apud. GRAY MOLINA, 2003, p. 358. Tradução nossa) [O texto em língua estrangeira é: "introduced the political system into the ayllu"].

[392] O texto em língua estrangeira é: "Por un lado, hay una tendencia a la integración al sistema estatal de sectores excluidos (campesinos, indígenas y originarios). Por el otro, existe una tendencia a la promoción de la organización y toma de conciencia de la ciudadanía como titularidad de derechos, así como una tendencia al empoderamiento, que va hacia un fortalecimiento de la identidad indígena y a partir de ello a un cuestionamiento general del Estado que reprodujo exclusión y discriminación".

[393] O texto em língua estrangeira é: "Con el nuevo diseño constitucional se ha abandonado la concepción monocéntrica que en otrora explicaba a la configuración del Estado como proyecto común por la policéntrica en la que el Estado es un producto negociado entre las partes de la sociedad, sin dejar por ello la condición y el horizonte plural, diverso de la condición de la sociedade".

polissemias para significar também isso, mas não apenas. Como já visto, a demanda por "autonomias" se fixou na agenda política contemporânea a partir da demanda dos departamentos da "Meia Lua" pela autonomia departamental, inicialmente rejeitada pelo governo, e passou a ser também reivindicado pela matriz indígena-comunitária sob o nome de autonomias indígenas e referindo-se a seu horizonte de autogoverno[394]. A adoção final das autonomias no novo texto constitucional buscou atender a ambas demandas, facultando o acesso a um caráter autonômico aos departamentos[395], às regiões[396] e aos Territórios Indígena Originário Camponeses (TIOC)[397] e consolidando o nível municipal como autônomo, estabelecendo diferentes competências aos distintos níveis de governo[398] e remetendo à aprovação de uma Lei Marco de Autonomias e Descentralização (LMAD)[399] os procedimentos de coordenação e aplicação do regime autonômico. O alcance e a forma de cada uma dessas autonomias, contudo, é eminentemente assimétrico.

Segundo Barrios Suvelza (2010), o novo Estado Plurinacional representa uma quebra sem igual em relação ao modelo adotado até então ao passar de um modelo de Estado simples, onde apenas se admite legislação em um nível, para um Estado composto em que pela primeira vez se admite potestade legislativa a três níveis[400]: nacional, departamental[401] e municipal. No caso das autonomias regionais, inexiste potestade legislativa[402] (ver BARRIOS

[394] Ver nota 122 no capítulo 2.

[395] Os quatro departamentos que haviam votado pelo Sim no referendo sobre autonomia departamental foram considerados autônomos já a partir da promulgação da nova CPE, devendo, no entanto, adequar seus Estatutos Autonômicos às regras da nova constituição. Os demais departamentos onde a autonomia fora originalmente rejeitada voltaram a ser consultados em referendo realizado concomitantemente às eleições gerais de 06 de dezembro de 2009, sendo aprovada por todos eles (ver OBSERVATÓRIO POLÍTICO SUL-AMERICANO, 06/12/2009; ROCHA GUIMARÃES, 2012, p. 62).

[396] A província Gran Chaco, em Tarija, também realizou e aprovou plebiscito autonômico durante as mencionadas eleições gerais de dezembro de 2009.

[397] Que passam a substituir as Terras Comunitárias de Origem (TCO) anteriormente vigentes (ver BARRIOS SUVELZA, 2009, p. 440–42).

[398] A CPE de 2009 estabelece em seu Artigo 297 quatro níveis de competência: privativas (onde o governo central detém monopólio sobre a legislação, regulamentação e execução); exclusivas (nas quais determinado nível de governo possui o monopólio sobre a legislação, mas pode transferir ou delegar as capacidades de regulamentação e execução a outros níveis); concorrentes (nas quais o governo central possui monopólio sobre a legislação, mas os outros níveis de governo exercem simultaneamente a regulamentação e execução); e compartilhadas (onde a Assembleia Legislativa Plurinacional deverá legislar uma lei marco geral que deverá ser desenvolvida por legislações complementares dos demais níveis de governo) (ESTADO PLURINACIONAL DE BOLIVIA, 2009; ver também LÓPEZ VALVERDE, 2012).

[399] Aprovada em 17 de julho de 2010 e promulgada pelo presidente Evo Morales dois dias depois (ver MINISTÉRIO DE AUTONOMÍAS, 2013).

[400] A importância dessa mudança é também ressaltada por Diego Ayo (2010).

[401] Desde que tenha optado pelo caráter autonômico que, como visto na nota 395, acabou sendo o caso de todos os nove departamentos.

[402] Segundo definido pela CPE (2009) e pela LMAD (MINISTÉRIO DE AUTONOMÍAS, 2013), as autonomias regionais constituem apenas um espaço de planejamento e gestão descentralizado cujas competências administrativas deverão ser delegadas pelo órgão legislativo do departamento correspondente.

SUVELZA, 2009, p. 451, 2010, p. 160; MINISTÉRIO DE AUTONOMÍAS, 2013, p. 19 e 42) e para o caso indígena, a mais complexa das variadas possibilidades autonômicas, depende.

Na nova CPE, as Autonomias Indígena Originária Camponesa (AIOC)[403] podem assumir vários formatos (ver Figura 4) e como em relação às demais formas autonômicas não indígenas (exceto a municipal), é uma autonomia potencial (BARRIOS SUVELZA, 2009, p. 436) no sentido de que não é obrigatória e depende da manifestação voluntária do desejo de assumi-la e do cumprimento dos mecanismos determinados pela constituição para acedê-la. O primeiro caminho envolve os TIOC, herdeiros das antigas Terras Comunitárias de Origem (TCO) criadas com as reformas "pluri-multi" de 1994 e que implicavam uma ambiguidade ao envolver no mesmo conceito uma dimensão de propriedade coletiva das terras e uma dimensão espacial de território onde habitam as NPIOC e que lhes permitiriam conservar seus traços socioculturais distintivos através do exercício de certo grau de autonomia e autogoverno. Por essa ambiguidade proprietária/espacial[404] herdada das TCOs, as TIOCs que as substituem com a nova CPE podem compreender espaços que atravessem fronteiras territoriais administrativas republicanas, como municípios e departamentos sem, contudo, substituí-las e operando através de certa lógica de separação e resguardo, uma espécie de reservas indígenas como no Brasil e muitos outros países.

Essa forma possível de exercício das AIOC é, contudo, apenas a primeira e de certo modo a mais limitada e embora permita graus de autogoverno e aplicação do direito consuetudinário indígena, não a converte automaticamente em unidade de governo (como o são municípios e departamentos), devendo coordenar em alguns assuntos determinadas políticas e temas com os municípios e departamentos dentro dos quais se insira ou cujos limites ultrapasse, de acordo com as competências administrativas e legais respectivas a cada nível de governo. Para que se convertam em unidades territoriais plenas, é preciso seguir uma série de procedimentos determinados pela Constituição e pela LMAD. O primeiro deles, é que o TIOC se encontre "consolidado", isto é, que todos os seus trâmites burocráticos de constituição territorial frente aos órgãos governamentais respectivos estejam concluídos. O segundo é a certificação pelo Ministério de Autonomias de que o TIOC em questão está

[403] As AIOC são definidas pelo artigo 289 da nova CPE como consistindo no "autogoverno como exercício da livre determinação das nações e povos indígena originário camponeses, cuja população compartilha território, cultura, história, línguas, e organização ou instituições jurídicas, políticas, sociais e econômicas próprias" (ESTADO PLURINACIONAL DE BOLIVIA, 2009. Tradução nossa) [O texto em língua estrangeira é: "autogobierno como ejercicio de la libre determinación de las naciones y los pueblos indígena originario campesinos, cuya población comparte territorio, cultura, historia, lenguas, y organización o instituciones jurídicas, políticas, sociales y económicas propias"].

[404] Visível em sua presença na CPE tanto nos capítulos referentes ao regime agrário, quanto nos referentes à organização territorial do Estado.

conformado sobre um território ancestralmente ocupado por aquela NPIOC e de que há viabilidade governativa determinada pela existência e funcionamento de estruturas de autogoverno e a elaboração pelos habitantes de um plano de desenvolvimento territorial. O terceiro requisito prévio é que contem com uma quantidade populacional mínima definida pela LMAD[405]. Cumpridas essas condições necessárias de ordem burocrática, é preciso que os habitantes do TIOC manifestem, através de seus usos e costumes próprios, sua vontade de constituir-se em AIOC, o que então é considerado condição suficiente para sua conversão em unidade territorial autônoma indígena, para o quê fica obrigada a Assembleia Legislativa Plurinacional[406] (ALP) a ratificá-lo por lei em um prazo máximo de 90 dias. O TIOC deverá então elaborar seu Estatuto conforme usos e costumes, submetê-lo a controle de constitucionalidade pelo Tribunal Constitucional Plurinacional (TCP) e em seguida aprová-lo por referendo, passando então a equivaler para todos os fins a um município[407] (e, portanto, contando com potestade legislativa[408]) (ALBÓ, 2012; AYO SAUCEDO, 2010; BARRIOS SUVELZA, 2009; ESTADO PLURINACIONAL DE BOLIVIA, 2009; MINISTÉRIO DE AUTONOMÍAS, 2013; TOCKMAN; CAMERON, 2014; VARGAS RIVAS, 2013).

Outro caminho possível é a conversão de municípios já existentes em municípios autônomos indígenas, novamente a partir da manifestação de tal desejo por seus habitantes e seguido da aprovação por referendo. Durante as já citadas eleições gerais de 2009, doze municípios bolivianos realizaram tal referendo, tendo onze deles obtido aprovação e assim se convertendo nos primeiros (e até aqui únicos) municípios indígenas da Bolívia (ver Tabela 4), devendo em seguida elaborar seus respectivos Estatutos que, da mesma maneira, precisam passar por controle de constitucionalidade pelo Tribunal Constitucional Plurinacional (TCP) e aprovação posterior em referendo.

---

[405] 10 mil habitantes no caso de TIOCs do altiplano (podendo ser excepcionalmente reduzido a 4 mil caso demonstrem viabilidade governativa) e mil habitantes no caso das terras baixas. (Ver artigo 58 da LMAD em MINISTÉRIO DE AUTONOMÍAS, 2013, p. 54).

[406] Novo nome dado ao Órgão Legislativo, composto pela Câmara de Deputados e o Senado.

[407] Para o caso de TIOCs que se convertam em AIOC e cujos limites ultrapassem os de municípios, a CPE e a LMAD estabelecem regras e procedimentos para a demarcação dos novos limites de modo a que não se choquem. A LMAD (artigo 29-III) proíbe, no entanto, uma AIOC de exceder limites departamentais. Caso algum TIOC que ultrapasse departamentos decida converter-se em AIOC, deverá conformar não uma, mas (pelo menos) duas AIOC distintas, respeitando os limites departamentais e oferecendo a possibilidade de formarem, em conjunto, uma "mancomunidade" administrativa para que possam coordenar entre si seus autogovernos internos e interesses compartilhados (ver MINISTÉRIO DE AUTONOMÍAS, 2013).

[408] Embora, ressalte-se, pela própria natureza não escrita das normas e procedimentos de autogoverno de vários povos e comunidades indígenas bolivianas, essa potestade legislativa não significa que necessariamente deverão passar a adotar um formato de leis escritas, embora possam fazê-lo se assim o desejarem.

Tabela 4: Plebiscito para Conversão em Município AIOC, 2009

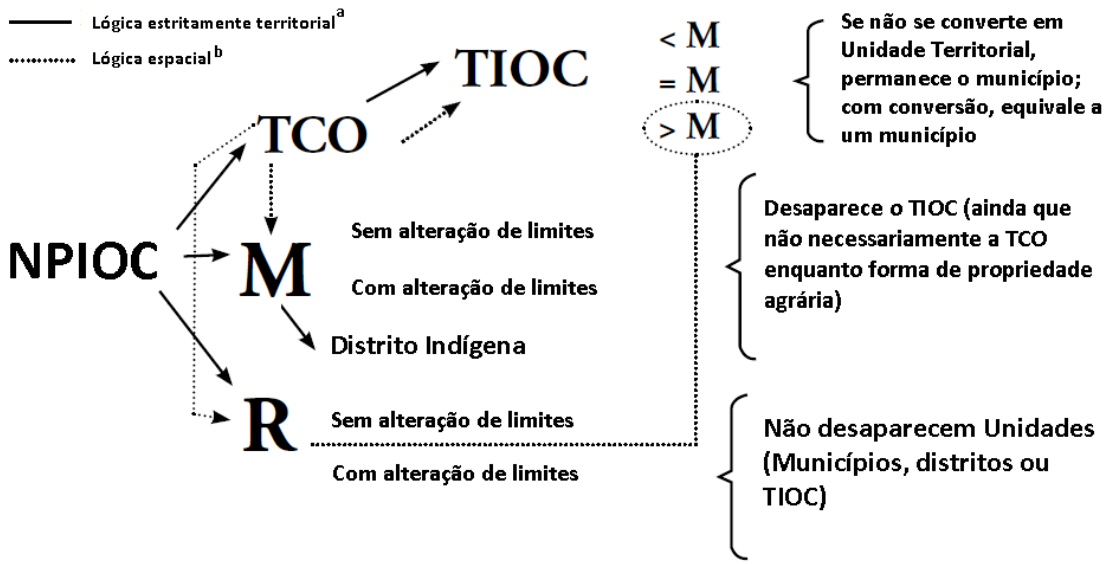
Município / Departamento	Grupo Étnico-Linguístico Predominante	Em % dos votos válidos	
		Sim	Não
Charagua/Santa Cruz	Guarani	***55,7***	*44,3*
Charazani/La Paz	Aimará	***86,6***	*13,4*
Chayanta/Potosí	Quéchua	***60***	*40*
Chipaya/Oruro	Uru-Chipaya	***91,9***	*8,1*
Curahuara de Carangas/Oruro	Aimará	*30*	***70***
Huacaya/Chuquisaca	Guarani	***53,7***	*46,3*
Jesús de Machaca/La Paz	Aimará	***56,1***	*43,9*
Pampa Aullagas/Oruro	Aimará	***83,7***	*16,3*
Salinas de Garci Mendoza/Oruro	Aimará	***75,1***	*24,9*
San Pedro de Totora/Oruro	Aimará	***74,5***	*25,5*
Tarabuco/Chuquisaca	Quéchua	***90,8***	*9,2*
Villa Mojocoya/Chuquisaca	Quéchua	***88,3***	*11,7*

Fonte: Adaptado de Rocha Guimarães (2012, p. 63) e Freitas (2012, p. 181).

Há ainda a possibilidade de que um conjunto de TIOCs ou municípios indígenas busquem a conformação de uma região Autônoma Indígena Originária Camponesa, caso em que se equivaleriam às autonomias regionais salvo em seu caráter indígena (que lhes faculta a adoção de formatos institucionais tradicionais e a vigência da jurisdição do direito consuetudinário indígena, mas da mesma maneira não lhes dá potestade legislativa)[409]. E por fim, no interior de municípios não indígenas, mas que contem com uma minoria indígena importante concentrada em determinada zona, podem conformar-se distritos indígenas autônomos, o que lhes garantiria um espaço administrativo descentralizado onde poderão exercer suas formas de autogoverno por usos e costumes, bem como indicar representantes próprios aos Conselhos Municipais[410], de acordo com regras estabelecidas nos Estatutos Municipais com os quais deverão se coordenar (ver MINISTÉRIO DE AUTONOMÍAS, 2013).

[409] E assim como no caso das autonomias regionais não indígenas, fica proibido às regiões AIOC ultrapassarem limites departamentais.
[410] Equivalentes às Câmaras de Vereadores do Brasil.

Figura 4: Vias de Acesso às AIOC



[a]: Constitui Unidade Territorial

[b]: Não constitui Unidade Territorial

Fonte: Adaptado de Barrios Suvelza (2009, p. 455), atualizado com informações da LMAD (MINISTÉRIO DE AUTONOMÍAS, 2013), ainda inexistente quando da elaboração do gráfico pelo autor.

Uma derivação importante da natureza das AIOC na nova CPE é que outra importante ruptura com o modelo anterior reside no fim do monismo jurídico com o reconhecimento de que as comunidades indígena originário camponesas são fontes geradoras legítimas de direito e a busca da incorporação plena desses direitos indígenas[411] em igualdade de hierarquia com o direito positivo estatal.

O pluralismo jurídico era um fato na Bolívia já desde a colônia com seu regime dual de República de Espanhóis/República de Índios que garantia às comunidades indígenas um alto grau de autonomia e autogoverno desde que cumprissem com as obrigações impostas. Era, contudo, um pluralismo no qual os direitos indígenas se encontravam em posição subalterna e que, como visto, se manteve com a manutenção tácita do pacto colonial durante boa parte do período republicano (ver PLATT, 1982). E mesmo quando este já fora oficialmente desmantelado, se manteve *de facto* pelos furos estatais mencionados por Gray Molina (2008): ali onde o Estado era praticamente inexistente, nas comunidades rurais

[411] Necessariamente no plural devido à enorme diversidade de formas com que foi e é praticado em cada comunidade. Para estudos de caso de algumas comunidades e suas formas de aplicação do direito indígena, ver Santos e Exeni Rodríguez (2012).

isoladas práticas variadas de justiça comunal eram aplicadas como parte do autogoverno *de facto* lá existente. A Convenção 169 da OIT trouxera pela primeira vez ao ordenamento jurídico nacional o preceito de respeito aos direitos indígenas, seus usos e costumes, o que abria alguma margem de reconhecimento às práticas de justiça comunitária indígena, que seria algo aprofundado com as já citadas reformas "pluri-multi" de 1994. No reformulado artigo 171 da constituição passou a reconhecer-se o papel das "autoridades naturais" na aplicação de normas próprias como alternativa de solução de conflitos. Reconhecia-se o direito indígena, mas ainda com uma perspectiva secundária e subordinada (uma alternativa) à justiça comum. Previu-se a elaboração de uma Lei de Justiça Comunitária, que chegou a ser elaborada, mas jamais aprovada. Em 1999, a reforma do Código de Processo Penal reconheceu em seu artigo 28 a justiça indígena consuetudinária aplicável segundo seus mecanismos próprios, mas remetia os procedimentos de sua aplicação à mencionada lei que nunca se aprovou (ver ALBÓ, 2012; RODRÍGUEZ VELTZÉ, 2009; WOLKMER; FAGUNDES, 2011).

Com a nova CPE, contudo, o país "transitou de um reconhecimento subsidiário a práticas ou mecanismos alternativos de resolução de conflitos, a um [reconhecimento] pleno e equivalente em hierarquia"[412] (RODRÍGUEZ VELTZÉ, 2009, p. 244. Tradução nossa). O Órgão Judicial[413] da nova CPE estabelece que a função judicial é única e que as jurisdições ordinária e indígena originária camponesa têm igualdade de hierarquia, não podendo as decisões da justiça indígena serem revisadas pela justiça ordinária (o que ocorria com frequência e invariavelmente em prejuízo da primeira) e cabendo apenas ao TCP arbitrar eventuais conflitos de competência.

A constituição, entretanto, remete a aplicação do direito indígena à aprovação de uma Lei de Delimitação Jurisdicional (LDJ), fruto da revisão congressual do texto constitucional aprovado em Oruro (artigo 193.III) que previa a aprovação de uma lei contendo "mecanismos de coordenação e cooperação entre a jurisdição indígena originária camponesa com a jurisdição ordinária e a jurisdição agroambiental"[414] (ver ASAMBLEA CONSTITUYENTE, 2007. Tradução nossa. Ver também ALBÓ, 2012, p. 226). A ideia de delimitação jurisdicional já parece remeter a uma separação estanque entre as duas jurisdições, o que em

[412] O texto em língua estrangeira é: "ha transitado de un reconocimiento subsidiario a prácticas o mecanismo alternativos de resolución de conflictos, a uno pleno y equivalente en jerarquia".

[413] Os antigos "Poderes" passaram a se chamar "Órgãos" na nova constituição que reconhece quatro: os tradicionais Executivo, Legislativo e Judiciário, aos quais se soma o Órgão Eleitoral, elevado à categoria de Poder de Estado.

[414] O texto em língua estrangeira é: "mecanismos de coordinación y cooperación entre la jurisdicción indígena originaria campesina con la jurisdicción ordinaria y la jurisdicción agroambiental".

certa medida contradiz o caráter "intercultural" do novo Estado Plurinacional para o qual uma lei de cooperação e coordenação pareceria mais adequada. Até mesmo porque, na prática, o direito indígena sempre funcionou melhor nas comunidades locais, onde todos os seus habitantes de fato se conhecem e interagem cotidianamente. Em níveis comunitários superiores, ao passar de um *ayllu* a uma *marka*, ou de um sindicato de base às federações regionais[415], a aplicação da justiça indígena costuma apresentar maiores problemas de coordenação interna (ALBÓ, 2012, p. 209). E visto que o direito indígena não permaneceu inalterado ao longo dos séculos, mas como parte de culturas vivas foi evoluindo e sofreu influências e sincretismos inevitáveis com o Direito Positivo oficial (ver ALBÓ, 2012, p. 212–3), uma lei de cooperação e coordenação que encarasse sem subordinações hierárquicas o problema poderia ajudar a superá-los nesses níveis comunitários superiores.

De qualquer maneira, segundo relata Xavier Albó (2012, p. 241–8) o anteprojeto da LDJ começou a ser elaborado ao longo de 2010 em um rico processo deliberativo com ampla participação de especialistas e organizações IOC até sua conclusão em um último evento no dia 06 de outubro junto ao Ministério de Justiça, após o qual foi entregue ao Legislativo o projeto da LDJ. Ocorre que, no interior do Legislativo – sobre o qual pesava um prazo máximo de 180 dias para a aprovação da LDJ, prescrito pela Lei do Órgão Judicial aprovada em junho, e que venceria em 22 de dezembro – o conteúdo do projeto foi amplamente mutilado e restringido, limitando severamente o alcance dos temas sobre os quais poderia atuar a Jurisdição IOC[416].

> Eu mesmo sigo sem entender de maneira satisfatória esse retrocesso. Terá sido uma tentativa de aproximação com a oposição que confundia - por medo ou intencionalmente - a justiça IOC com linchamentos e advertia que se se aprovava essa Lei "se abrirão as portas do inferno" (deputada Elizabeth Reyes, do partido Unidade Nacional)? Estarão os legisladores do MAS também impressionados por esses argumentos da oposição? Ou será o próprio governo e o MAS que estaria dando um giro deliberado contra o Estado Plurinacional e o pluralismo jurídico, com vistas a fortalecer um poder mais total e centralizado, uma vez que conseguiu seu controle de dois terços sobre a Assembleia Legislativa?[417] (ALBÓ, 2012, p. 248. Tradução nossa).

---

[415] Recorde-se que a forma sindicato, apesar de adotar um formato institucional "ocidental", na prática mostrou no mundo rural do país um enorme sincretismo com as formas comunais "tradicionais" e há muitas comunidades que a adotam em suas estruturas de autogoverno sem que com isso abandonem seu caráter indígena originário, mantendo no interior dos sindicatos muitas das práticas e formatos comunitários tradicionais.

[416] "Diversos deputados indígenas comentaram que, com isso, se reduzia a Jurisdição IOC a 'roubos de galinhas' e outras 'bagatelas'"(ALBÓ, 2012, p. 247) [O texto em língua estrangeira é: "Diversos asambleístas indígenas comentaron que, con eso, se reducía la Jurisdicción IOC a 'robos de gallinas' y otras 'bagatelas'"].

[417] O texto em língua estrangeira é: "Yo mismo sigo sin explicarme de manera satisfactoria este paso hacia atrás. ¿Habrá sido un intento de acercamiento a la oposición que confundía –por temor o adrede– la justicia IOC con linchamientos, y advertía que si se aprobaba esa Ley "se abrirán las puertas del infierno" (diputada Elizabeth Reyes, de Unidad Nacional)? ¿Estarán también los
legisladores del MAS impresionados por esos argumentos de la oposición? ¿O será el propio gobierno y el MAS el que estaría dando un giro deliberado contra el Estado plurinacional y el pluralismo jurídico, con miras a

O principal problema da LDJ no sentido de restrição da jurisdição IOC reside em seu artigo 10, intitulado Âmbito de Vigência Material, no qual busca, em seu inciso I, limitar sua vigência apenas aos "assuntos ou conflitos que histórica e tradicionalmente conheceram sob suas normas, procedimentos próprios vigentes e saberes, de acordo a sua livre determinação"[418] (VICEMINISTERIO DE JUSTICIA INDÍGENA ORIGINARIA CAMPESINA, 2010. Tradução nossa) e logo em seguida, em seu inciso II, delimita explicitamente os temas sobre os quais a jurisdição indígena não pode atuar, em uma lista extensa que inclui desde coisas que as próprias organizações indígenas reconhecem como fazendo sentido que estejam fora de sua jurisdição, como delitos contrários ao Direito Internacional ou narcotráfico, como temas que afetam as comunidades indígenas e que, de fato, tradicionalmente estiveram dentro do seu âmbito de vigência, como conflitos por mineração, direito florestal, agrário etc.

Entretanto, de acordo com o especialista em direito indígena e professor da Universidade Católica Boliviana, Farit Rojas[419], o artigo 10 da LDJ é simplesmente inaplicável, pois o Estado boliviano não tem como fiscalizar e efetivamente proibir que as jurisdições indígena originária camponesa tratem de tais delitos formalmente proscritos. Em comunicação pessoal com Xavier Albó[420], a hipótese levantada pelo professor Farit Rojas de que o mencionado artigo 10 da LDJ cairia em letra morta vem sendo confirmada. Segundo Albó, as comunidades continuam aplicando seu direito indígena conforme tradicionalmente sempre o fizeram, embora as Terras Indígena Originária Camponesas e municípios em trâmite de conversão em autonomias indígenas venham mencionando explicitamente sua conformidade com as normas prescritas pela LDJ como precaução frente ao controle de constitucionalidade pelo qual precisam passar[421].

Na prática, apesar da contradição entre algumas partes da LDJ e o pressuposto de igual hierarquia entre a jurisdição indígena originária camponesa e a ordinária estabelecido na constituição (além dos tratados internacionais ratificados pela Bolívia, que segundo a mesma fazem parte de seu bloco de constitucionalidade), presume-se a vigência constitucional do pluralismo jurídico como elemento central do novo modelo de Estado (limitado apenas pelo

---

fortalecer un poder más total y centralizado, una vez conseguido su control de la Asamblea Legislativa por dos tercios?".

[418] O texto em língua estrangeira é: "asuntos o conflictos que histórica y tradicionalmente conocieron bajo sus normas, procedimientos propios vigentes y saberes, de acuerdo a su libre determinación".

[419] Conversa pessoal em 06/05/2013.

[420] Correio eletrônico intercambiado em 12/08/2014.

[421] Na mesma comunicação, Albó (que em seu citado texto de 2012 aludia a plausíveis inconstitucionalidades entre a LDJ e a CPE, mas mencionava que quando de sua promulgação ainda não havia um TCP a quem recorrer) afirma que não houve ainda demandas de inconstitucionalidade contra a LDJ.

artigo constitucional 190.II que lhe preconiza o respeito à vida, à defesa e aos princípios e garantias adotados pela constituição), embora se reconheça que o mesmo possui mecanismos de coordenação e aplicação em alguma medida ainda incertos. E os problemas ou soluções que esse pluralismo jurídico aportarão somente poderão ser melhor apreciados no futuro, visto que o Estado Plurinacional é ainda muito jovem, sequer terminou de renovar toda sua legislação infraconstitucional de acordo com os novos paradigmas e que a Justiça sempre fora um dos poderes de Estado mais problemáticos por sua ineficiência e essa herança negativa tem persistido no novo modelo mesmo em sua jurisdição ordinária tradicional (ver WOLFF, 2013, p. 56).

O restante do "coração" institucional do novo modelo de Estado consiste na adoção do sobrenome "Plurinacional" à denominação oficial de todos os Órgãos do Estado (Órgão Eleitoral Plurinacional, Assembleia Legislativa Plurinacional, Tribunal Constitucional Plurinacional etc.) seguida de elementos institucionais de tipo consociativo, como a obrigatoriedade de presença mínima de indígenas na conformação de tais órgãos (ver MAYORGA, FERNANDO, 2009b, 2011; MOTA, 2009; SUÁREZ SUÁREZ, 2013). Por exemplo, na ALP se reserva uma cota de 7 representantes indígenas (um por departamento, com exceção de Potosí e Chuquisaca) eleitos em circunscrição especial reservada às etnias minoritárias do país. Embora possa parecer pouco, esse número representa mais de 5% do total de deputados (130), enquanto as etnias minoritárias do país chegam a cerca de 500 mil habitantes, equivalentes a cerca de 4,5% da população total (ver AYO SAUCEDO, 2010, p. 175). O mesmo se dá em todas as cortes superiores de justiça, no TCP, nos Órgãos Eleitorais nacional e departamentais e nas Assembleias Legislativas Departamentais (ALD), além dos Conselhos Municipais, variando contudo a cada caso pois, como anteriormente mencionado, a nova Constituição não prescreve um modelo homogêneo a ser a reproduzido do nível nacional aos subnacionais, permitindo uma grande heterogeneidade e assimetria institucional, ao contrário do modelo anteriormente vigente (AYO SAUCEDO, 2010, p. 175; GARCÍA ORELLANA; GARCÍA YAPUR, 2010, p. 21). Veja-se, como exemplo, as diferentes composições e formas de eleição das nove ALD para as eleições regionais de 2010 resumidas na Tabela 5.

Mas saindo desse âmbito institucional *stricto sensu*, o novo Estado Plurinacional busca diferenciar-se significativamente de seu antecessor também no papel central que lhe confere no planejamento e atuação econômica. A nova CPE dedica toda sua Quarta Parte, composta de mais de 100 artigos, a definir os objetivos e atores da nova economia plural a ser construída, constituída pelos setores comunitário, cooperativista, privado e estatal, com este

último ocupando um papel de especial destaque e relevância (CHÁVEZ ÁLBAREZ, 2010; ZABALAGA ESTRADA, 2010). Mas a atenção ao papel do Estado na economia começa já na Primeira Parte, onde em seu artigo 9.6 define como uma das funções do Estado a busca do aproveitamento responsável e planejado dos recursos naturais e sua industrialização, uma clara influência dos horizontes históricos da matriz nacional-popular do país (ver ZAVALETA MERCADO, 2008).

De fato, é impossível separar essa ideia plasmada na nova CPE da conjuntura política que circundou a constituinte e que, como visto, tornou-se possível graças à forte contestação social iniciada com a Guerra da Água de 2000, mas principalmente com a Guerra do Gás de 2003 que forjou a chamada Agenda de Outubro que tinha na nacionalização dos recursos naturais (mais especificamente o gás e demais hidrocarbonetos) uma de suas demandas centrais, juntamente à convocação de uma AC. Assim, a ideia de que os recursos naturais são de propriedade inalienável do povo boliviano, e tendo o Estado como seu administrador no caso dos recursos não renováveis, se repete várias vezes ao longo da nova Carta Magna (CHÁVEZ ÁLBAREZ, 2010; SORUCO SOLOGUREN, 2010; SUÁREZ SUÁREZ, 2013).

Ximena Soruco (2009, 2010, 2011) chega mesmo a apontar esse controle sobre os recursos naturais como condição de possibilidade do surgimento do Estado Plurinacional a partir do que ela aponta como uma fusão dos horizontes indianistas e nacional-populares que teria ocorrido durante a crítica conjuntura do quinquênio 2000-2005. Para ela, a partir dessa fusão é que teria sido possível imaginar o novo artefato, ainda em construção, do Estado Plurinacional sem recair nas lógicas homogeneizantes do Estado-nação (vide Revolução de 52) e nem na atomização das NPIOC em uma miríade de novos microestados. O novo Estado Plurinacional, para ela, tem como grande mérito a definição abigarrada de sua nação definida no já mencionado artigo 3 que remete a nação boliviana a sua composição por um povo eminentemente plural, composto tanto de cidadãos plenamente individualizados, como de grupos onde ainda operam lógicas comunitárias e coletivas (que como já visto, passam a ter a possibilidade – via autonomias IOC – de ter suas instituições de autogoverno plenamente incorporados à institucionalidade estatal geral).

> Por isso a definição do povo boliviano no artigo terceiro da constituição reconhece à plebs (povos e nações indígena originário camponesas que foram excluídas e que constituem o sujeito nucleador da demanda da assembleia constituinte) mas não como identidade; de tal maneira, ao longo do texto constitucional fala-se de povos e nações "indígena originário camponesas", articulando a heterogeneidade interna do próprio sujeito indígena (comunidades do Oriente que se autodefinem como indígenas, comunidades andinas que se identificam como originárias, nem indígenas, nem camponesas, e sindicatos cuja experiência histórica com o latifúndio e com a Revolução de 1952 lhes permite apelar ao termo camponeses). De igual maneira, esta plebs reconhece a outros atores excluídos como as "comunidades interculturais", que são os sindicatos e organizações de camponeses que migraram ao Oriente e comunidades afrobolivanas, que são minoritárias, mas que também são reconhecidas. Mas a

> plebs constituída também reconhece ao populus (a comunidade dominante), ainda que não definida enquanto mestiços ou regiões, mas sim como bolivianos e bolivianas, mostrando seu relacionamento individual, de sociedade civil[422] (SORUCO SOLOGUREN, 2011, p. 151. Tradução nossa).

Para Soruco, fundamental ainda seria a remissão da soberania sobre os recursos naturais ao povo boliviano em sua pluralidade, e não diretamente ao Estado, que segundo a CPE seria apenas o administrador. Para ela, somada aos novos mecanismos institucionais de democracia direta e participativa[423] – sobretudo o referendo revogatório de mandatos –, essa seria uma garantia a mais contra possíveis desvios dos eventuais mandatários do governo central na administração de tais recursos. Se esse fato terá realmente a dimensão que lhe atribui Soruco, é difícil ainda afirmar na medida em que o Estado Plurinacional da Bolívia é ainda muito jovem, não possui toda sua institucionalidade plenamente conformada e sequer passou ainda por uma mudança presidencial que implicasse mudança de agenda política com relação aos objetivos constitucionalmente inscritos de busca pela industrialização dos recursos naturais e sua administração como forma de geração de excedentes para políticas públicas redistributivas (sobre esses objetivos inscritos na CPE, ver CHÁVEZ ÁLBAREZ, 2010; WANDERLEY, 2011; ZABALAGA ESTRADA, 2010; Sobre o governo, sua atuação e aceitação popular, ver CUNHA FILHO, 2014a; MOLINA, 2013).

Gonzalo Chávez Álbarez (2010), por sua vez, critica justamente o que considera uma excessiva reiteração dos recursos naturais como base do futuro processo de industrialização do país, descuidando da política industrial de outros setores para além da agregação de valor aos recursos naturais, bem como a excessiva centralidade ao setor estatal da economia em detrimento dos demais atores econômicos cuja pluralidade constitucionalmente reconhecida ele elogia como positiva. Entretanto, ao dar centralidade excessiva ao Estado frente aos outros autores, ele julga que a nova CPE peca por voluntarismo, uma crítica que se não exatamente igual, vai na mesma direção da formulada por Fernanda Wanderley (2011) sobre as

---

[422] O texto em língua estrangeira é: "Por eso la definición del pueblo boliviano en el artículo tercero de la constitución reconoce al plebs (pueblos y naciones indígena originario campesinas que han sido excluidas y que constituyen el sujeto nucleador de la demanda de la asamblea constituyente) pero no en identidad; de tal manera, a lo largo del texto constitucional se habla de pueblos y naciones "indígena originario campesinas", articulando la heterogeneidad interna del propio sujeto indígena (comunidades del Oriente que se autodefinen como indígenas, comunidades andinas que se identifican como originarias, ni indígenas ni campesinas, y sindicatos cuya experiencia histórica con la hacienda y con la Revolución de 1952 les permite apelar al término campesinos). De igual manera, este plebs reconoce a otros actores excluidos como las "comunidades interculturales", que son los sindicatos y organizaciones de campesinos que migraron al Oriente y comunidades afrobolivianas, que son minoritarias, pero que también se reconocen. Pero el plebs constituido también reconoce al populus (la comunidad dominante), si bien no definida como mestizos o regiones, sí como bolivianos y bolivianas, mostrando su relacionamiento individual, de sociedad civil".

[423] Ver nota 388 acima.

imprecisões relativas ao papel outorgado aos demais atores econômicos, sobretudo o comunitário.

Contudo, cabe frisar o que já foi anteriormente mencionado: pela própria conturbada conjuntura política da qual foi fruto, tanto em termos de "longo" prazo (o quinquênio 2000-2005) quanto o diretamente relacionado à constituinte em si (2006-2008), a nova CPE possui imprecisões e contradições entre alguns de seus objetivos declarados, bem como lacunas a serem preenchidas posteriormente pela regulamentação infraconstitucional que definirá muitos dos contornos do novo Estado Plurinacional. E muitas dessas lacunas, segundo defende Schavelzon (2012, p. 415), seriam espaços de indefinição estratégicos propositais, única forma encontrada de viabilizar um texto constitucional capaz de dar cabida a tantos e, por vezes, tão distintos projetos forjados nas três grandes matrizes políticas do país. E mesmo que contenha tais lacunas e contradições, o resultado final parece mesmo ser que

> o país, olhando-se a si mesmo, assume sua heterogeneidade, re-conhece a pluralidade e, em consequência, aceita que sua organização e funcionamento ("se funda", diz) devem tomar em conta o "pluralismo político, econômico, jurídico, cultural e linguístico" existente no seio da sociedade. Este segundo componente abre a porta para que se incorporem à engenharia política as grandes e inegáveis diferenças sociais, econômicas e culturais que caracterizam a sociedade boliviana. E tudo isto, sentencia o artigo primeiro em sua finalização, preservando o "processo integrador do país". Quer dizer, busca-se construir um país desde as diferenças e não impulsar um processo civilizatório homogeneizador, ainda que este, no longo prazo e ao mesmo tempo, resultaria inevitável na medida em que se construa uma cultura nacional. Este parece ser o projeto de futuro que propõe a nova Constituição [424] (BÖHRT, 2010, p. 54).

[424] O texto em língua estrangeira é: "el país, mirándose a sí mismo, asume su heterogeneidad, re-conoce la pluralidad y, en consecuencia, acepta que su organización y funcionamiento ("se funda", dice) deben tomar en cuenta el "pluralismo político, económico, jurídico, cultural y lingüístico" existente en el seno de la sociedad. Este segundo componente abre la puerta para que se incorporen a la ingeniería política las grandes e innegables diferencias sociales, económicas y culturales que caracterizan a la sociedad boliviana. Y todo ello, sentencia el artículo primero al finalizar, preservando el "proceso integrador del país". Es decir, se busca construir un país desde las diferencias y no impulsar un proceso civilizatorio homogeneizador, aunque éste, en el largo plazo y al mismo tiempo, resultaría inevitable en la medida en que se construya una cultura nacional. Este parece ser el proyecto de futuro que plantea la nueva Constitución".

Tabela 5: Composição e Formas de Eleição das ALD, 2010

Departamento	Total	Eleitos por Território	Procedimento	Eleitos por População	Procedimento	Representantes IOC
Beni	28	24 (3 por cada Circunscrição Provincial)	2 por Maioria, 1 por Minoria	-	-	4 (Circunscrição Departamental)= 18 Povos
Tarija	30	12 (Circunscrição Provincial)	#Vagas>1 por Sistema Proporcional #Vagas=1 maioria simples	15 (Circunscrição Provincial)	#Vagas>1 por Sistema Proporcional #Vagas=1 Por Maioria Simples	3 (Circunscrição Departamental)= 3 povos
Pando	16	15 (Circunscrição Municipal Uninominal)	Maioria Simples	-	-	1 (Circunscrição Departamental)= 5 povos
Santa Cruz	28	15 (Circunscrição Provincial Uninominal)	Maioria Simples	8 (Circunscrição Provincial)	Sistema Proporcional	5 (Circunscrição Departamental) = 5 povos
Chuquisaca	21	10 (Circunscrição Prov.Uni.)	Maioria Simples	9 (Circunscrição Departamental)	Sistema Proporcional	2 (Circunscrição Departamental) = 1 povos
La Paz	45	20 (por Circunscrição Prov.Uni.)	Maioria Simples	20 (Circunscrição Departamental)	Sistema Proporcional	5 (Circunscrição Departamental) = 6 povos
Cochabamba	34	16 (Circunscrição Prov.Uni.)	Maioria Simples	16 (por Circunscrição Departamental)	Sistema Proporcional	2 (Circunscrição Departamental) = 2 povos
Oruro	33	16 (Circunscrição Prov.Uni.)	Maioria Simples	16 (por Circuns. Departamental)	Sistema Proporcional	1 (Circunscrição Departamental) = 2 povos
Potosí	32	16 (Circunscrição Prov.Uni.)	Maioria Simples	16 (por Circuns. Departamental)	Sistema Proporcional	-

Fonte: Reproduzido de García Orellana e García Yapur (2010, p. 22).

CONCLUSÃO: UTOPIAS, *REALPOLITIK* PLURINACIONAL E TENSÕES REMANESCENTES

> Esse termo plurinacional implica por sua vez liberar o conceito de nação de seu encapsulamento, hoje bastante comum, com o de Estado. Não se questiona que a Bolívia siga sendo uma nação-estado, mas se propõe que também os povos originários existentes em seu interior têm o direito a se considerarem nações sem que isto implique automaticamente uma pretensão de deixar de ser também parte da nação boliviana, nem de se transformarem em outros tantos Estados soberanos[425] (ALBÓ; BARRIOS SUVELZA, 2007, p. 326. Tradução nossa)

Ao fim e ao cabo, o modelo institucional adotado para "operacionalizar" o novo Estado Plurinacional da Bolívia se parece bastante com aquele apresentado como proposta por Xavier Albó e Franz Barrios Suvelza (2007) ainda durante os trabalhos da AC: um Estado com instituições heterogêneas e assimétricas; que reconheça explicitamente seu caráter plurinacional, os direitos coletivos indígenas e que busque a interculturalidade através da criação de mecanismos consociativos que tragam sua diversidade étnica para dentro das instituições estatais; e com uma maior atenção à dispersão territorial do poder estatal associado às autonomias, no plural, também eminentemente assimétricas e de acesso voluntário e não obrigatório, mas que preveja a possibilidade de construção de entidades territoriais de governo em moldes institucionais indígenas e com pluralismo jurídico. Tal proposta fora criticada por alguns constituintes oficialistas como Raúl Prada por não superar completamente os paradigmas liberais do Estado, fato reconhecido e defendido à época pelos autores da proposta, argumentando que havia no liberalismo elementos passíveis de resgate e sem os quais a ideia de interculturalidade seria inviável. Albó e Barrios Suvelza argumentavam, entretanto, que o liberalismo incorporado em sua proposta ia além do liberalismo clássico ao incorporar a figura dos direitos coletivos[426] e criticavam as posições indianistas e pós-coloniais mais intransigentes de busca pela reconstrução *tout court* de territórios e instituições indígenas ancestrais, como as de Prada, por inviáveis[427] e por não

[425] O texto em língua estrangeira é: "Este término plurinacional implica a su vez liberar el concepto de nación de su encapsulamiento, hoy demasiado común, con el de estado. No se cuestiona que Bolivia siga siendo además una nación-estado pero se propone que también los pueblos originarios existentes en su interior tienen el derecho a considerarse naciones sin que ello implique automáticamente una pretensión a dejar de ser también parte de la nación boliviana ni menos de transformarse en otros tantos estados soberanos".

[426] Sobre a incorporação de direitos coletivos de minorias étnicas ao liberalismo contemporâneo, ver Will Kymlicka (1995, 2001).

[427] Albó chegou a brincar com os futuros problemas diplomáticos com outros países andinos que viriam a ocorrer se a Bolívia buscasse reconstruir o *Tawantisuyu*, o "Império das Quatro Regiões" (*Suyos*), como era autodenominado o Império Inca e do qual grande parte da Bolívia contemporânea fazia parte como *Qollasuyu*

representar os anseios reais da maioria dos indígenas do país (ver SCHAVELZON, 2012, p. 209–210).

Na crítica e na réplica, é possível ver em versão resumida muito do que seriam as críticas ou defesas do Estado Plurinacional concreto fundado no país. Deixando de lado as críticas iniciais advindas da oposição reacionária e que se fundamentavam muito mais na identificação do novo Estado Plurinacional com o governo de Evo Morales a quem repudiavam por razões diversas, as críticas provenientes de setores que em algum momento compuseram a base de apoio do governo e/ou do bloco oficialista da constituinte se fundamentavam principalmente no caráter supostamente limitado da plurinacionalidade e da descolonização atingidos com o novo Estado. E nessa crítica, a manutenção de elementos simbólicos ou institucionais associados ao liberalismo (democracia representativa, Estado de direito ou simplesmente a mera manutenção de um Estado central) em geral adquire centralidade (ver, por exemplo, GUTIÉRREZ AGUILAR, 2008; PRADA ALCOREZA, 2012; REGALSKY, 2010; TAPIA, 2011a; TOCKMAN; CAMERON, 2014).

Algo do descontentamento de intelectuais que em algum momento apoiaram o projeto, como os acima mencionados, certamente tem a ver com as altas expectativas depositadas de que a constituinte boliviana estava construindo uma entidade completamente inédita e qualitativamente distinta (e superior) aos demais Estados-nacionais existentes no mundo, como pode ser visto no seguinte relato de Schavelzon (2012, p. 11. Tradução nossa):

> Certo dia em uma das comissões, os assessores explicavam no quadro negro frente a alguns constituintes do MAS que o Estado Plurinacional Comunitário seria um aporte desta Assembleia ao constitucionalismo em nível mundial. É uma inédita combinação do social, do liberal e do comunitário com a qual, diziam os assessores, a Nova Constituição combinaria o melhor dos constitucionalismos francês de 1789, mexicano de 1917 e soviético de 1935, agregando também o aporte comunitário por parte dos povos indígenas[428].

Entretanto, há que se considerar o quão factível poderia ser um projeto totalmente não liberal de novo Estado dada a longa socialização da população boliviana dentro de seus

---

(ver SCHAVELZON, 2012, p. 209). A ideia de reconstrução *tout court* de territórios ancestrais também seria criticada posteriormente por Gonzalo Vargas Rivas (2013, p. 117. Tradução nossa, itálicos no original), argumentando que "A realidade nos mostra que a reconstituição dos territórios originários não é viável porque criaria um conjunto de conflitos entre as NPIOC. Por exemplo, os *urus* teriam que expulsar aos *aimarás* porque são anteriores a estes, igual situação adotariam os *chipayas* e *aimarás* com relação aos *quéchuas*." [o texto em língua estrangeira é: "La realidad nos interpela que la reconstitución de territorios originarios no es viable porque crearía un conjunto de conflictos entre las NyPIOC. Por ejemplo, los *urus* tendrían que expulsar a los *aymaras* porque son anteriores a estos, igual situación adoptarían los *chipayas* y los *aymaras* con los *quechuas"*].

[428] O texto em língua estrangeira é: "Cierto día en una de las comisiones, los asesores explicaban en el pizarrón, frente a algunos constituyentes del mas, que el Estado Plurinacional Comunitario sería un aporte de esta Asamblea al constitucionalismo a nivel mundial. Es una inédita combinación de lo social, lo liberal y lo comunitario con la cual, decían los asesores, la Nueva Constitución combinaría lo mejor de los constitucionalismos francés de 1789, mexicano de 1917 y soviético de 1935, agregando también el aporte de lo comunitario por parte de los pueblos indígenas".

cânones e elementos, símbolos e processos de aquisição de legitimidade, legados da longa hegemonia da matriz liberal-constitucionalista na história boliviana conforme visto no capítulo 1 e que os próprios assessores entusiasmados da constituinte reconheciam como um dos componentes do novo Estado. Analisando a conjuntura prévia de rebelião e que abrira a janela de oportunidades que permitiu tanto a eleição do MAS à presidência como a própria convocatória da AC, Luis Tapia (2007a, p. 185. Tradução nossa) afirmava que "Às vezes o nacional-popular penetra o comunitário aimará-quéchua, [e] às vezes este último penetra e se compõe com o nacional-popular"[429], avaliação que parece bastante correta à luz do visto nos capítulos 2 e 3, mas que omite o fato de que ambos também se encontram interpenetrados pela matriz liberal-constitucionalista e sua "economia moral" (THOMPSON, 1979) de aquisição de legitimidade. Não há atores "puros" de nenhuma das três matrizes e como visto no capítulo 4, a manutenção de um mínimo de legalidade institucional nos processos da AC foi sempre buscada por medo de perder, por ser considerado antidemocrático[430], o apoio de importantes setores sociais em meio a uma conturbada conjuntura política que bem poderia ter derivado em guerra civil.

Mas é preciso matizar também que esse liberalismo remanescente, como já defendido por Albó e Barrios Suvelza durante a AC, vai além da clássica defesa das liberdades negativas (*livre de*) e do individualismo para incluir uma ampla gama de liberdades positivas (*livre para*) através de uma extensa lista de direitos não apenas individuais, como também coletivos gerais (direito à saúde, educação, meio ambiente saudável etc.) e específicos dos povos indígena originário camponeses. E embora autores como Will Kymlicka (1995, 2001) defendam que tais direitos coletivos são plenamente compatíveis com o liberalismo ou mesmo um desdobramento e evolução natural do mesmo diante dos novos tempos, para outros (ver, por exemplo, GERSON; RUBIN, 2015) mesmo essa compatibilidade do liberalismo com direitos coletivos de corte nacional/étnico seria questionável. Nancy Postero (2010b), que em trabalhos anteriores[431] já questionara, apoiada em Uday Mehta (1997), o quanto dos preceitos supostamente universais e inclusivos do liberalismo acabam na verdade por excluir a grandes contingentes populacionais por estar firmemente atrelados a pressupostos de cunho cultural

[429] O texto em língua estrangeira é: "A veces lo nacional-popular penetra lo comunitario aymara-quechua, a veces este último penetra y se compone con lo nacional-popular".

[430] E nunca é demais recordar a análise de René Zavaleta (2009c) sobre as massas em novembro de 1979, segundo a qual o momento representou uma absorção pelas massas bolivianas (COB e CSUTCB – nacional popular e indianismo) da demanda por democracia, entendida a partir dali também em seus aspectos institucionais e procedimentais. Como sustenta Postero (2010b, p. 62), a própria organização de um partido político para servir de instrumento na disputa eleitoral representativa seria um exemplo da absorção do liberalismo por atores eminentemente mais vinculados a outra tradição política.

[431] Ver Postero (2007).

bastante específico[432], sugere que o novo Estado Plurinacional poderia estar operando uma "vernacularização" do liberalismo, adaptando-o ao contexto local. Em certo sentido, essa vernacularização é até bastante literal: como apontam Wolkmer e Fagundes (2011, p. 387), ações jurídicas clássicas de proteção frequentemente difundidas em seus nomes em latim, como *habeas corpus* ou *habeas data*, são incorporadas na constituição em nomes traduzidos de mais fácil compreensão popular como *ação de liberdade* e *ação de proteção de privacidade*, por exemplo.

Mas mesmo essa noção de liberalismo vernacularizado, se bem em parte verdadeira, se mostra exatamente isso: uma verdade parcial, já que em outros e importantes sentidos o Estado Plurinacional criado pela nova constituição vai além do que mesmo esse liberalismo mais aberto e vernacularizado poderia consentir. Segundo Kymlicka (1995), que admite a compatibilidade e mesmo a desejabilidade de que o liberalismo incorpore mecanismos de reconhecimento da diversidade cultural/étnica, cotas de autorrepresentação de minorias e mecanismos de autogoverno em regiões onde as minorias nacionais sejam maioria, o limite intransponível do liberalismo multicultural seria o que ele chama de salvaguardas internas de manutenção da diferença, ou seja, a possibilidade de que comunidades étnicas/culturais imponham seus valores e crenças por sobre indivíduos desviantes. E no caso das autonomias indígenas incorporadas pela nova Constituição, existe a possibilidade de adoção de tais salvaguardas internas, podendo o direito indígena, em alguns casos, decretar legitimamente dentro das regras do Estado Plurinacional sanções extremas como a expulsão de indivíduos de seu território em nome da preservação da cultura e cosmovisões locais[433].

É pela incorporação de elementos claramente não liberais pelo novo Estado que pesquisadores como Jonas Wolff (2013) analisam a possibilidade de que se esteja construindo no país uma espécie de democracia que, à falta de melhor nome, ele classifica como pós-liberal: uma democracia que mantém em seu núcleo central elementos do liberalismo, mas que em vários sentidos incorpora elementos não-liberais sem com isso deixar de ser democracia. Wolff aponta para o fato de que as análises e mensurações dos graus de democracia nos diversos países em geral tomam como pressuposto que democracia e

[432] Principal argumento mobilizado por Kymlicka (1995, 2001) para justificar a necessidade de políticas de ação afirmativa de corte étnico/cultural específico em sociedades multiculturais e pluriétnicas.

[433] É preciso ressaltar novamente, entretanto, a extrema heterogeneidade do direito indígena que varia não apenas entre nações étnicas (guaranis, aimarás, ayoreos etc.), mas também de comunidade para comunidade local mesmo que pertencentes a uma mesma etnia e que sanções graves como a expulsão de indivíduos e/ou a expropriação de seus bens são aplicadas apenas no contexto de delitos graves reincidentes ou descumprimento sistemático de obrigações comunais. Para uma análise geral da justiça indígena reconhecida pelo Estado Plurinacional, bem como estudos de caso sobre sistemas de direito indígena específicos, consultar os diversos textos do livro organizado por Boaventura de Sousa Santos e José Luis Exeni (2012).

liberalismo são lados necessários da mesma moeda, o que faz com que tais análises tenham um forte grau de normatividade implícita (e raramente admitida) e assim normalmente classifiquem democracias que fujam de parâmetros liberais como defeituosas ou iliberais num sentido pejorativo. Construindo sua análise a partir das cinco dimensões-chave constitutivas das democracias liberais plenas segundo Wolfgang Merkel (2004), Wolff elabora um quadro referência para a análise de possíveis democracias pós-liberais, as quais segundo sua definição mantêm um núcleo central democrático representativo com as cinco dimensões, porém incorporando características não liberais que, em alguns sentidos, até mesmo aumentam a própria democracia (ver Quadro 1).

Quadro 1: Desafios Pós-Liberais à Democracia Liberal

Fonte: Reproduzido de Wolff (2013, p. 36).

A noção de que a Bolívia poderia estar se constituindo em um paradigma de democracia pós-liberal é interessante por muitos motivos. O primeiro deles, é que como reconhece Schavelzon (2012, p. 495. Tradução nossa), de fato o novo Estado Plurinacional

> combina a forma democrática representativa com a democracia participativa e a democracia comunitária. As três formas de democracia representam aqui as três vertentes principais na redação da Constituição: a liberal (representação), a da esquerda nacional (participação) e a

> do indianismo (comunitária); sendo a democracia a estrutura básica do centro [desse Estado][434].

Como descreve Bartolomé Clavero (apud. SCHAVELZON, 2012, p. 468. Tradução nossa), o Estado boliviano

> se afirma desde o século XIX combinando elementos recebidos de além-mar, peças de procedência espanhola, francesa, britânica, prussiana, enquanto resiste à adoção de componentes mais próximos na própria terra de instituições e experiências das culturas quéchua, aimará, guarani ou de outra raiz indígena[435].

O novo Estado Plurinacional, por sua vez, tenta superar essa dívida histórica através da adoção de amplos elementos simbólicos advindos de tais culturas aborígenes (HOWARD, 2010; TÓRREZ; ARCE, 2014), bem como de suas instituições próprias através das autonomias IOC que como visto, uma vez consolidadas passam a ser parte integrante e de pleno direito do arcabouço institucional estatal. O processo de consolidação das AIOC – bem como das demais autonomias (departamental, regional e municipal) –, entretanto, requer de um longo procedimento burocrático prévio a essa consolidação (TOCKMAN; CAMERON, 2014) que faz com que até o momento, nenhum dos 11 municípios que aprovaram sua conversão em Municípios AIOC tenha conseguido atingir sua consolidação plena, embora dois deles (San Pedro de Totora e Charagua) já estejam bastante próximos de atingi-lo, faltando-lhes apenas a ratificação via referendo de seus Estatutos AIOC.

Como pode ser observado no Quadro 2, o maior entrave à consolidação AIOC se dá no lento controle constitucional a ser exercido pelo Tribunal Constitucional Plurinacional. Dos cinco Municípios em Conversão Autônoma Indígena Originária Camponesa que entregaram seus Estatutos ao TCP entre agosto e novembro de 2012, até junho de 2013 nenhum havia ainda recebido o resultado do controle constitucional por parte do tribunal. Apenas em setembro de 2013 o município de San Pedro de Totora (rebatizado para Totora Marka) receberia a declaração de constitucionalidade parcial por parte do TCP (COLQUE; PLATA, 2014, n. 12) e, após correção das observações feitas pelo tribunal, em fevereiro de 2014 receberia a declaração de constitucionalidade plena. Por sua vez, apenas em junho de 2014 os outros quatro municípios cujos Estatutos Autonômicos haviam sido admitidos pelo tribunal receberiam suas sentenças, com o Estatuto de Charagua declarado plenamente constitucional

---

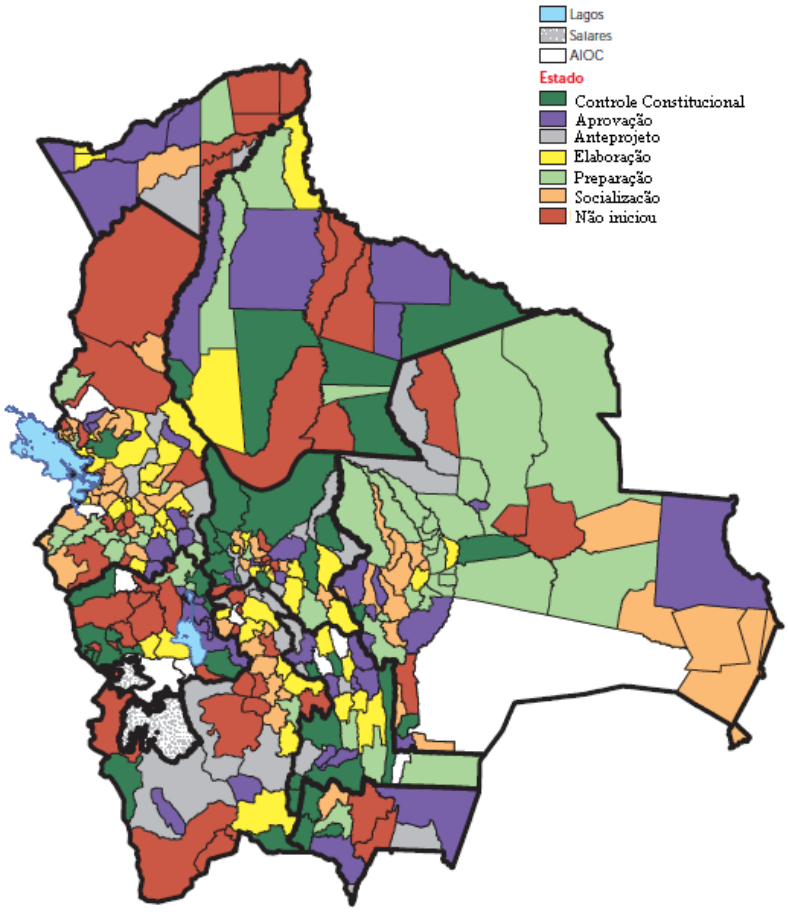
[434] O texto em língua estrangeira é: "combina la forma democrática representativa, con la democracia participativa y la democracia comunitaria. Las tres formas de democracia, aquí, expresan las tres vertientes principales en la redacción de la Constitución: la liberal (representación), la de la izquierda nacional (participación) y la del indianismo (comunitaria); siendo la democracia la estructura básica del centro [de ese Estado]".

[435] O texto em língua estrangeira é: "se afirma desde el siglo xix combinando elementos recibidos de ultramar, piezas de procedencia hispana, francesa, británica o prusiana, mientras que se resiste a la adopción de componentes más cercanos en la propia tierra, de instituciones y experiencias de cultura quechua, aymara, guaraní o de otra raíz indígena".

e os de Uru Chipaya, Mojocoya e Pampa Aullagas recebendo observações de inconstitucionalidade de alguns pontos de seus estatutos. Mas problemas internos também têm atrasado a implantação plena das autonomias indígenas como pode ser visto nos casos de Salinas de Garcí Mendoza e Chayanta que sequer conseguiram atingir um consenso interno para a conformação de seu órgão deliberativo.

O mesmo ocorre com a consolidação autonômica das entidades territoriais não indígenas, já que também os municípios "comuns", regiões autônomas e departamentos precisam elaborar seus Estatutos Autonômicos (Cartas Orgânicas Municipais no caso de municípios) e em seguida submetê-los ao mesmo controle de constitucionalidade pelo TCP e sua respectiva lentidão, mas como pode ser observado na Figura 5 há muitos municípios que sequer começaram a redação de suas Cartas.

Figura 5: Situação das Cartas Orgânicas Municipais, junho de 2013



Fonte: Reproduzido de *Servicio Estatal de Autonomías* (2013, p. 30).

Com relação às autonomias departamentais, os quatro departamentos da Meia Lua (Pando, Beni, Tarija e Santa Cruz) que haviam elaborado seus Estatutos Autonômicos em

meio ao auge do conflito político com o governo e contendo inúmeras inconstitucionalidades em relação à nova carta magna deveriam corrigi-las em suas respectivas ALD e submetê-los ao TCP[436], enquanto os demais cinco departamentos deveriam elaborar seus Estatutos e seguir o mesmo procedimento subsequente, além da necessidade de referendos aprobatórios (a qual não é necessária aos outros quatro). O departamento de Pando foi o primeiro a concluir a compatibilização de seu Estatuto e obteve sua declaração de constitucionalidade plena em abril de 2014, sendo seguido por Tarija que recebeu declaração de constitucionalidade parcial em agosto do mesmo ano, enquanto que Beni e Santa Cruz ainda não conseguiram terminar seu processo de adequação dos Estatutos à CPE. Dentre os outros departamentos, Cochabamba submeteu seu Estatuto em dezembro de 2013 e ainda aguarda por sentença do TCP, enquanto que Chuquisaca recebeu sentença com observações de conteúdo em julho de 2014 e La Paz obteve sua declaração de plena constitucionalidade em setembro, mesmo mês em que Potosí reenviou seu Estatuto ao TCP após corrigir observações de forma recebidas algumas semanas antes. Por último, Oruro recebeu em outubro de 2014 sua sentença de constitucionalidade parcial com observações de forma, mas ainda não foi capaz de corrigi-las e voltar a enviar seu Estatuto ao TCP. Por fim, a Região Autônoma do Gran Chaco enviou seu Estatuto Autonômico em setembro de 2014 e ainda aguarda pela sentença de constitucionalidade.

Voltando às AIOC, vale mencionar que após os 11 municípios pioneiros, apenas o município de San Miguel de Velasco (Santa Cruz) solicitou sua conversão em Município AIOC, a qual se encontra sob análise do Ministério de Autonomias, enquanto que os Povos Indígena Originário Camponês de Raqaypampa (Cochabamba), Indígena Chiquitano de Monte Verde (Santa Cruz), Organização Originária Indígena Marka Camata (La Paz), Conselho Indígena Yuracaré (Cochabamba) e Povo Indígena Chiquitano de Lomerio (Santa Cruz) solicitaram suas AIOC via TIOC, já tendo os três primeiros obtido o certificado de território ancestral enquanto os demais ainda se encontram sob análise ministerial (ver SERVICIO ESTATAL DE AUTONOMÍAS, 2013, p. 33).

[436] Ver nota 395.

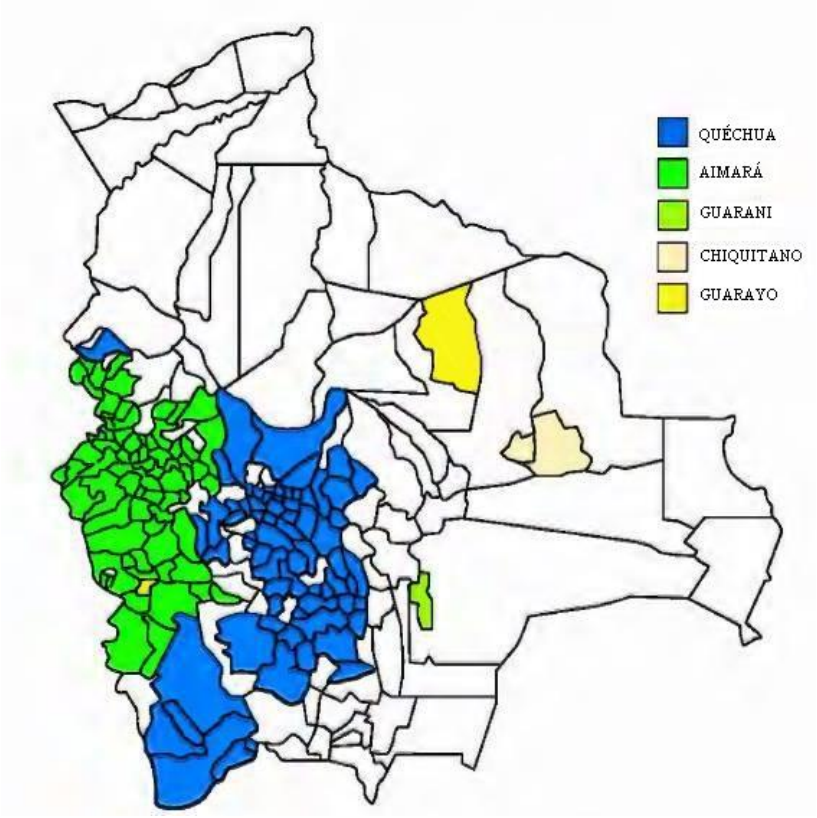
Quadro 2: Situação dos Estatutos Autonômicos de Municípios em Conversão AIOC, Junho/2013

Municípios em Conversão AIOC	1. Certificação de território ancestral	2.Plebiscito de acesso a AIOC	3. Elaboração do Estatuto AIOC												4. Supervisão e credenciamento do OEP	5. Controle de Constitucionalidade	6. Últimos ajustes do Estatuto	7. Referendo Aprobatório	8. Aprovação e vigência do Estatuto	9. Convocatória a Eleições	10. Conformação do governo AIOC
			Conformação do Órgão Deliberativo	Elaboração do regulamento de debates e plano de trabalho	Ciclo de capacitação ao Órgão Deliberativo	Trabalho em comissões por eixos temáticos	Elaboração do primeiro rascunho	Socialização do primeiro documento	Ajustes técnico-jurídicos	Ajustes e compatibilização com CPE e LMAD	Elaboração da Versão final	Socialização da segunda versão	Aprovação em grande pelo Órgão Deliberativo	Aprovação em detalhes do Estatuto							
Uru Chipaya	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	23/11/2012					
San Pedro de Totora	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	27/08/2012					
Mojocoya	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	12/10/2012					
Pampa Aullagas	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	31/10/2012					
Charagua	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	31/10/2012					
Huacaya	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	13/06/2013						
Tarabuco	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■							
Jesus de Machaca	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■							
Charazani	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■							
Salinas de Garcí Mendoza	■	■																			
Chayanta	■	■																			

Fonte: Reproduzido de Servicio Estatal de Autonomías (2013, p. 32)

Mas para além da menção desses outros seis casos de busca por conversão em entidades territoriais AIOC, que mesmo somados aos 11 municípios pioneiros constituem um número bastante baixo diante dos potenciais candidatos à adoção de autonomia indígena se considerarmos o número de municípios de ampla maioria IOC (ver Figura 6)[437] e TCOs consolidadas do país, é interessante buscar entender algumas das possíveis razões para os problemas internos à consolidação autonômica IOC. Como visto acima, tais problemas fazem com que alguns municípios indígenas não tenham sido capazes de enviar seus Estatutos AIOC ao controle constitucional do TCP, dois deles inclusive tendo sido incapazes sequer de chegar a um consenso suficiente para conformação de seus Órgãos Deliberativos.

Figura 6: Municípios onde mais de 75% da população com mais de 15 anos se autoidentifica com algum povo IOC



Fonte: Reproduzido de Albó e Barrios Suvelza (2007, p. 45).

[437] O mesmo pode ser dito com relação às autonomias regionais, em que até o momento apenas a região do Gran Chaco de Tarija optou por conformar-se em região autônoma. A até aqui única adesão a essa modalidade de autonomia parece chamativa dado o grande número de regiões do país que compartilham fortes laços culturais e históricos, como por exemplo o Norte de Potosí, o Chapare em Cochabamba ou a Chiquitania crucenha, entre muitas outras. Embora o tempo desde a promulgação da nova CPE seja certamente curto e nada impeça que outras regiões possam vir a demandar autonomia no futuro, o resultado parece não condizer com a previsão de Diego Ayo (2010, p. 176) de que o processo autonômico regional seria imparável e fatalmente derivaria em demandas por potestade legislativa regional (o que tampouco aconteceu até aqui no caso do Gran Chaco).

Embora certamente cada caso tenha suas particularidades internas como causa dos atrasos, o estudo de caso realizado por Gonzalo Colque e Wilfredo Plata (2014) sobre o município de Jesus de Machaca lança algumas interrogantes que parecem sugestivas de possíveis causalidades comuns aos demais casos e que poderiam explicar também a própria baixa adesão voluntária às AIOC. Segundo informam os autores, Jesus de Machaca (que, como mencionado, fora palco de uma importante revolta indígena brutalmente massacrada pelo governo em 1921[438]) foi um dos pioneiros da demanda de autonomia indígena desde a reconstituição de seus *ayllus* em 1990. Quando da promulgação da LPP em 1994, suas autoridades indígenas tradicionais buscaram a conformação de um município independente de Viacha, ao qual estavam vinculados, a partir do território de sua *marka*, a qual finalmente seria obtida em 2002. Um primeiro conflito interno teria surgido antes ainda da emancipação municipal quando, a partir das possibilidades abertas pela Lei INRA de 1996, os machaquenses resolveram consolidar suas terras comunitárias e precisaram escolher se buscariam a conformação de uma única TCO abarcando a toda a *marka* ou uma série de TCOs individuais para cada *ayllu*, solução finalmente adotada devido a que um dos 24 *ayllus* optou por receber titulações individuais de suas terras, cinco deles não conseguiram chegar a um consenso interno e apenas 18 optaram claramente pela titulação coletiva, dando assim origem a 18 TCOs (COLQUE; PLATA, 2014, p. 6).

Mas seria com as primeiras eleições municipais locais em 2004 que começariam a aparecer maiores fissuras. Para aquelas eleições (durante o governo nacional de Carlos Mesa), recém se havia aprovado no parlamento uma lei possibilitando a disputa de eleições por organizações cidadãs e povos indígenas, além dos partidos políticos, e enquanto as autoridades tradicionais de Jesus de Machaca aproveitaram a oportunidade para organizar a Marka de Ayllus e Comunidades Originárias de Jesus de Machaca (MACOJMA) para a disputa da prefeitura, a qual supostamente deveria ser uma mera formalidade jurídica já que o prefeito deveria ser escolhido através de usos e costumes da democracia comunitária local e apenas referendado nas urnas. Entretanto, setores dissidentes competiram sob a sigla do MAS e mesmo o MNR decidiu apresentar candidaturas. Ao final do processo, MACOJMA obteve 64% dos votos da cidade, ficando o MAS em segundo lugar com 32% e o MNR com 4% dos votos válidos. Quando Morales chega à presidência em 2006 e convoca a AC, autoridades de Jesus de Machaca foram pioneiras na apresentação à mesma de uma proposta de constitucionalização de municípios AIOC a serem governados através de usos e costumes

[438] Ver nota 181.

tradicionais e já em 2009, com a nova CPE promulgada, Jesus de Machaca seria o primeiro município em apresentar um projeto de Estatuto AIOC (COLQUE; PLATA, 2014, p. 8–9).

Entretanto, quando da realização dos plebiscitos para conversão em município AIOC, Jesus de Machaca aprovou sua conversão por uma margem relativamente apertada (56,1% x 43,9%, ver Tabela 4) e desde então vem esbarrando em conflitos internos que lhe impediram até o momento a aprovação da versão final de seu Estatuto AIOC. Em meio ao auge da hegemonia eleitoral do MAS, um número significativo de autoridades tradicionais do município decidiu competir à prefeitura através desse partido nas eleições municipais de 2010 e o resultado das mesmas foi quase uma imagem espelho da eleição anterior, com o MAS obtendo 62% dos votos válidos. Segundo Colque e Plata (2014, p. 10–11), um foco importante de dissidências quanto à manutenção e desejabilidade das formas tradicionais de mando baseadas no acesso gradual e rotativo aos cargos de autoridade a partir do cumprimento sucessivo das obrigações comunais tem surgido da parte dos setores mais jovens com acesso à educação formal.

Ainda que se trate de um único estudo de caso o qual seria desejável comparar com outros, os dados aportados pelos autores apontam para a mesma direção de achados e percepções de outros estudos inter-relacionados. Embora haja na Bolívia (e fora dela) certa romantização dos valores tradicionais indígenas[439] e sua suposta permanência mesmo entre os indígenas urbanos, Verdesoto e Zuazo (2006) já haviam detectado a transformação gradual de tais valores a partir da consolidação dos migrantes rurais em seus novos contextos urbanos, sobretudo a partir das segundas e terceiras gerações dos mesmos, já nascidas nesse contexto e que passariam a ter aspirações mais diversas e a incorporar outros valores e aspirações potencialmente contraditórios com os "tradicionais". Algo semelhante encontrara Postero (2007) entre comunidades guaranis urbanas em Santa Cruz, onde gerações mais jovens chegam por vezes à rejeição completa de sua identificação enquanto indígenas guaranis, embora esse seja um caso extremo de impacto das mudanças de valores na geração de identidades que não necessariamente ocorre em todas as novas gerações de indígenas urbanos.

[439] Na verdade, mais precisamente valores tradicionais andinos e sendo ainda mais específico, valores aimarás, frequentemente tratados de forma não questionada, por sua força e presença discursiva, como representando à imensa diversidade indígena boliviana (ver, por exemplo, ALBRO, 2010). A questão não é um debate bizantino sobre detalhes menores, já que entre as distintas etnias do país, sempre houve algumas mais estigmatizadas e subalternizadas que outras, como por exemplo os urus do lago Poopó em Oruro e a discriminação por eles sofrida frente aos aimarás majoritários da região (ver LARA BARRIENTOS, 2012). Foi também esta questão que levou ao reconhecimento explícito do povo afroboliviano e sua equiparação em direitos às demais NPIOC na nova CPE durante os trabalhos da AC. Ver também Nicole Fabricant (2010) para um estudo de caso do Movimento Sem Terra no oriente boliviano e suas tensões internas advindas da busca por uma recuperação de valores andinos idealizados e frequentemente exógenos aos grupos de assentados.

Conforme relata Robert Albro (2010) a partir de seus estudos sobre a importante cidade de Quillacollo, em Cochabamba, e da comparação com estudos semelhantes da presença indígena em ambientes urbanos como El Alto, a indianidade urbana é um fenômeno comum na Bolívia onde de fato a maioria dos indígenas já reside em cidades, embora essas identidades indígenas urbanas sejam essencialmente plurais pelas distintas hibridações por que passam em seu contato com elementos distintos da vida política e associativa a que são expostos. Mas apesar de plurais, têm em comum o fato de divergirem significativamente da imagem idealizada do que seria esse indianismo boliviano.

Além disso, segundo relata Zuazo (2012, p. 237), já em 1998 eram correntes os lamentos de autoridades tradicionais de que lideranças já não estariam se interessando o suficiente pelas obrigações e cargos de mando comunitário tradicionais por visarem as possibilidades de eleição a cargos estatais "oficiais" como vereadores e prefeitos dos municípios rurais criados com a LPP quatro anos antes. E isto, recorde-se, num contexto de uma abertura institucional à participação indígena que futuramente seria bastante criticada pelos próprios indígenas por suas limitações e rigidez excessiva (ver, por exemplo, HAARSTAD; ANDERSSON, 2009; POSTERO, 2007; VAN COTT, 2008). No contexto do novo Estado Plurinacional, onde o povo boliviano em sua diversidade "teria as portas tão abertas como até então as tinham tido os brancos"[440] (SCHAVELZON, 2012, p. 136. Tradução nossa), não seria surpreendente encontrar um aprofundamento de tal fenômeno apesar das possibilidades de recuperação de instituições e formas de organização tradicionais garantidos pela constituição. Na medida em que o MAS tem servido como eficaz mecanismo de mediação de interesses entre os setores antes subalternizados e o Estado e onde os horizontes de aspiração política que com a LPP chegavam até o nível municipal e agora passam a englobar também as governações departamentais e suas secretarias, além de ministérios e secretarias nacionais e potencialmente mesmo a presidência do Estado, não deve parecer estranho que a alguma parte dos indígenas possa parecer preferível utilizá-lo e disputar cargos e instituições políticas "modernas" ou que o formato municipal não AIOC possa lhes parecer suficiente. De fato, em entrevistas realizadas com lideranças comunais e sindicais do altiplano John Crabtree e Ann Chaplin (2013, p. 57) encontraram relatos frequentes de descolamento entre as bases comunitárias/sindicais e suas lideranças supostamente cada vez mais interessadas no acesso a cargos políticos estatais do que na manutenção de suas obrigações comunais, o que parece confirmar o que já em 1998 era

[440] O texto em língua estrangeira é: "tendría las puertas tan abiertas como hasta entonces las habían tenido los blancos".

percebido como tendência e que pode estar se aprofundando com o novo Estado Plurinacional.

Um fenômeno interessante e que foi tomado por paradoxal quando de sua publicação foi a diminuição no Censo 2012 do número de pessoas que se autoidentificam como indígenas em proporção à população boliviana total em comparação com o famigerado Censo de 2001: se naquela oportunidade quase 62% da população relatou se identificar com algum dos povos indígenas bolivianos (ver Tabela 1), no primeiro Censo realizado já dentro dos paradigmas do Estado Plurinacional tal proporção cai para 40,58% (ver Tabela 6) quando praticamente todos no país (governistas e opositores por igual) esperavam que tal número se elevaria dado o contexto de forte recuperação das identidades indígenas que vinha ocorrendo no país nas últimas décadas e que a nova CPE reforçara com um maior reconhecimento cultural e a concessão de uma série de direitos coletivos específicos às NPIOC.

Tabela 6: Autoidentificação com Nações ou Povos Indígena Originário Camponeses, Censo 2012

	Número de Habitantes	%
Pertencem	**2.806.592**	**40,58**
Quéchua	1.281.116	18,52
Aimará	1.191.352	17,22
Chiquitano	87.885	1,27
Guaraní	58.990	0,85
Moxenho	31.078	0,45
Outros	160.590	2,32
Não Pertencem	**4.032.014**	**58,29**
Estrangeiro	73.707	1,07
Total	**6.916.732**	**100,00**

Fonte: Elaboração própria a partir de *Instituto Nacional de Estadísticas* (2013, p. 31).

Ainda que mais de 40% da população se identificando como pertencente a uma NPIOC seja um número ainda bastante elevado e que mantém a Bolívia entre os países de maior população aborígene da América Latina, uma queda de mais de vinte pontos percentuais em meio a um contexto político aparentemente favorável a sua expansão merece uma análise. Embora no grau e amplitude desejáveis esta vá além do escopo e objetivos desta tese, é importante salientar alguns pontos. Salvador Schavelzon (2013) conjectura essa queda como provavelmente derivada do aumento da nova classe média boliviana graças às significativas melhorias econômicas e às políticas sociais do governo Morales[441], que teria feito com que indígenas urbanos que ascenderam a essa categoria socioeconômica abandonem sua identificação com as NPIOC de que são provenientes, mas embora possa capturar algo do

[441] Sobre os êxitos socioeconômicos do governo Morales, ver entre outros Cunha Filho (2014a), Molina (2013) e Weisbrot et al. (2009).

fenômeno, tal explicação parece insuficiente. Pablo Stefanoni (2013) questiona por sua debilidade explicativa o próprio conceito de "nova classe média"[442] que vem se difundindo na América Latina e atribui a queda a uma pequena, mas sensível, modificação na pergunta do censo relativa às identidades e derivada do modo como o próprio tema foi constitucionalizado no Estado Plurinacional da Bolívia:

> O que frequentemente perdem de vista algumas análises "estruturais" sobre as mudanças no censo é que as respostas são bastante sensíveis às perguntas, e neste caso a pergunta variou: agregar "camponês" a indígena originário implica uma forte ruralização da identidade "indígenaorigináriocamponesa" [sic] justamente quando, para ser maioria, a indianidade deve ser capaz de englobar aos setores urbanos[443] (STEFANONI, 2013, p. 13. Tradução nossa)

A variação de resultados a partir de mudanças nas perguntas de pesquisas é um fenômeno já por demais conhecido da estatística e com relação à identificação indígena da população boliviana já havia sido bastante explorado pelos críticos à visão de uma Bolívia 62% indígena a partir do questionamento à não inclusão da categoria "mestiço" dentro das possibilidades de resposta do Censo de 2001[444]. Mas como demonstra Xavier Albó (2009) a partir de comparações com dados das pesquisas bienais realizadas pelo *Latin American Public Opinion Project* (LAPOP) da *Vanderbilt University*, a inclusão do termo genérico mestiço em uma tricotomia entre brancos/indígenas/mestiços não interfere na autoidentificação indígena se esta for realizada em uma pergunta separada que indague sobre a identificação com etnias específicas. Entre 1998 e 2004, as pesquisas do LAPOP (apud. ALBÓ, 2009, p. 79) apenas indagavam sobre a tricotomia branco/indígena/mestiço e encontravam um número de indígenas variando entre 9,8% em 1998 e 15,6% em 2004, com um número de mestiços variando entre 62,8% (1998) e 60,6% (2004), o que pareceria dar razão aos defensores da mestiçagem e sua inclusão na pergunta do censo. Contudo, em 2006 a pesquisa do LAPOP passou a incluir a pergunta separada sobre a identificação com algum dos povos ou nações

[442] O que parece fazer sentido especialmente ao tomar-se em conta o fato de que já desde as primeiras décadas do século XX, mas sobretudo após a Revolução de 1952, vinha se constituindo silenciosamente nas cidades bolivianas o que Fran Espinoza (2013) chama de "elite setorial *chola*": imigrantes indígenas/mestiços estabelecidos nas periferias das cidades e que passaram a acumular vultosos capitais econômicos através de redes econômicas informais sobretudo no setor comercial (ver Notas 52 e 62). Tais redes teriam se constituído por fora dos alcances do Estado, envolvendo muitas vezes o contrabando e evadindo impostos e mantendo relações ambíguas com as elites políticas tradicionais. Embora a chegada do MAS ao poder tenha dado maior visibilidade a tal elite setorial, durante os anos 1990 e 2000 seu poder econômico já era notório e isso não impediu que pelo menos uma parte significativa dessa elite setorial tenha se declarado indígena no Censo 2001. Sobre os *cholos*, sua ascensão econômica, estigmatização política e recente ascensão e visibilidade, ver também Soruco Sologuren (2012).

[443] O texto em língua estrangeira é: "Lo que a menudo pierden de vista algunos análisis 'estructurales' sobre los cambios en el censo es que las respuestas son bastante sensibles a las preguntas, y en este caso la pregunta varió: agregarle "campesino" a indígena originario conlleva una fuerte ruralización de la identidad 'indígenaoriginariocampesino' [sic], justamente cuando, para ser mayoría, la indianidad debe ser capaz de englobar a los sectores urbanos".

[444] Ver nota 133.

indígena originários nomeados explicitamente, e se na pergunta tricotômica 19,3% se identificaram como indígenas e 64,8% se identificaram como mestiços, na pergunta pelos povos indígenas específicos 71,5% se identificou com alguma das etnias indígenas listadas (ALBÓ, 2009, p. 78). Albó atribui esse interessante dado estatístico ao fato de que a categoria "indígena" é muito ampla e tem origem na colônia como um termo genérico para designar e homogeneizar a uma multifacetada população aborígene e ainda carregaria consigo certa carga de estigma, razão pela qual muitos indígenas a rejeitariam (recorrendo à "categoria coringa" de mestiço), ao mesmo tempo em que aceitam com orgulho o termo pelo qual eles mesmos se autodenominam (quéchuas, aimarás, guaranis etc.).

A queda apresentada nos dados do novo Censo, então, não estaria na repetida ausência da categoria mestiço entre as opções de pergunta, mas sim, segundo Stefanoni (2013), nessa fusão das categorias indígena originário e camponês constitucionalizada na nova CPE e que poderia levar indígenas urbanos a rejeitar sua identificação enquanto NPIOC por uma percepção de ruralidade necessária na nova categoria. Robert Albro (2010) já havia bastante antes do novo Censo alertado para o fato de que a categoria NPIOC criada como portadora dos novos direitos coletivos especificamente indígenas do Estado Plurinacional deixaria descobertos a amplos setores indígenas urbanos e Moira Zuazo (2012, p. 271. Tradução nossa) também já alertara que

> A construção do sujeito IOC (indígena originário camponês) como o sujeito coletivo em que se fundamenta o Estado Plurinacional expressa por uma parte a realidade da difícil construção de unidade entre diversos, mas por outra parte invisibiliza as diferenças e diversidade de interesses entre as distintas identidades indígenas entre si e fundamentalmente a diversidade de interesses entre indígenas e camponeses.[445]

Assim, a explicação proposta por Stefanoni parece fazer sentido e ao fazê-lo, parece dar razão ao modelo de Estado Plurinacional proposto por Albó e Barrios Suvelza (2007) e finalmente adotada de fato de construção de um Estado aberto à diversidade da abigarrada sociedade boliviana, mas no qual a incorporação dessa diversidade em seus aspectos institucionais e do direito à diferença se dá de maneira eminentemente voluntária a partir da solicitação dos próprios grupos sociais. Um conceito de plurinacionalidade concebido como

> uma característica de identidades diferenciadas, mas não únicas, e que portanto não depende necessariamente de sua tradução em unidades territoriais e muito menos como uma derivação

[445] O texto em língua estrangeira é: "La construcción del sujeto IOC (indígena originario campesino) como el sujeto colectivo en que se fundamenta el Estado plurinacional expresa por una parte la realidad de la difícil construcción de unidad entre diversos, pero por otra parte invisibiliza las diferencias y diversidad de intereses entre las distintas identidades indígenas entre sí y fundamentalmente la diversidad de intereses entre indígenas y campesinos". Ver também Fontana (2013) para um estudo de caso dos conflitos entre a federação camponesa de Apolo (Norte de La Paz) e a Central Indígena do Povo Leco pelo acesso a terras na região.

> automática de dados estatísticos, por mais úteis que sejam para apoiar a reflexão[446] (ALBÓ; BARRIOS SUVELZA, 2007, p. 21. Tradução nossa).

A consolidação desse formato de plurinacionalidade, que como visto no capítulo 4 era um termo cujos significados estavam em disputa (SCHAVELZON, 2012, p. 14–5; ver também TOCKMAN; CAMERON, 2014, p. 49), frustrou a muitos intelectuais inicialmente apoiadores do processo e a setores indianistas autonômicos mais radicais que haviam proposto um formato plurinacional duro de reconstituição de territórios ancestrais e recuperação obrigatória das formas tradicionais indígenas de institucionalidade política-comunitária. Muitos destes em um primeiro momento aceitaram a proposta da nova CPE como uma espécie de programa de transição rumo ao que julgavam ser o modelo "correto" de Estado Plurinacional a ser buscado no futuro quando as condições de relação de força política se mostrassem mais propícias, mas no calor dos acontecimentos políticos e com a percepção cada vez mais consolidada de que não era essa, de fato, a proposta do MAS e Evo Morales (ver TOCKMAN; CAMERON, 2014), acabaram se afastando e alguns deles se converteram em críticos bastante ácidos do *"Proceso de Cambio"* (ver, por exemplo, ALMARAZ *et al.*, 2011).

O episódio em torno da construção de uma estrada através do TIPNIS em 2011 foi particularmente importante como um divisor de águas do governo (ROSSELL, 2012; YBARNEGARAY ORTIZ, 2011) e que consolidou o afastamento de muitos setores que vinham gradualmente aumentando suas críticas. Desde pelo menos meados de 2010 a CIDOB vinha demonstrando descontentamento com o projeto de construção da estrada Villa Tunari – San Ignacio de Moxos que conectaria os departamentos de Cochabamba e Beni, mas que em um de seus trechos deveria atravessar o coração do TIPNIS, área ecologicamente sensível e simbolicamente importante por ter sido a primeira área indígena demarcada nas terras baixas em 1990, fruto da histórica I MTD durante o governo de Jaime Paz Zamora (1989-93). O descontentamento da CIDOB se devia à não realização pelo governo da consulta prévia livre, informada e de boa fé entre as comunidades locais tal como preconizado tanto pela nova CPE como pelos Convênio 169 da OIT e a Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas e Tribais de 2007 das quais o país é signatário.

Diante da desatenção do governo às demandas da CIDOB de realização da consulta prévia, seus dirigentes decidiram organizar a VIII MTD que partiu de Trinidad (Beni) rumo a La Paz em 15 de agosto de 2011. Mas sindicatos rurais de Cochabamba ligados à

[446] O texto em língua estrangeira é: "un rasgo de identidades diferenciadas, pero no únicas y que, por tanto, no depende necesariamente de su traducción en unidades territoriales y mucho menos como una derivación automática de encuestas estadísticas, por útiles que ellas sean para apoyar la reflexión".

Confederação Sindical de Comunidades Interculturais Indígena Originárias da Bolívia (CSCIOB) anunciaram seu rechaço à Marcha e que bloqueariam sua passagem na localidade de Yucumo. Ao longo da Marcha, o governo tentou sem sucesso por diversas vezes negociar com seus líderes através do envio de ministros e, temendo o confronto entre os participantes da VIII MTD e os interculturais de Yucumo, tentou enviar seu chanceler e histórico intelectual indígena, David Choquehuanca, que acabou tomado como refém por algumas horas e utilizado como escudo humano pelos participantes da Marcha para atravessar o bloqueio. Após esse incidente, a polícia boliviana interveio na Marcha com a utilização de força, em um episódio até o momento ainda não esclarecido no qual o governo nega ter autorizado a repressão e alegou ter havido um rompimento da cadeia de comando sobre a instituição e possíveis sabotagens internas, o que opositores antigos e novos rejeitam acusando ao próprio presidente de tê-la ordenado. A repressão, no entanto, provocou várias demonstrações de apoio aos indígenas em diversas cidades e a mesma foi retomada desde Quiquibey em 1º de outubro de 2011, chegando a La Paz no dia 19 do mesmo mês. Os líderes da Marcha foram recebidos pelo presidente e obtiveram a aprovação de uma lei suspendendo o projeto de construção da estrada e declarando o TIPNIS território intangível.

Entretanto, indígenas habitantes da zona de amortecimento do TIPNIS e organizados no Conselho Indígena do Sul (Conisur) iniciaram em dezembro uma outra marcha partindo de Isinuta (Cochabamba) a La Paz demandando a suspensão da lei aprovada e a realização da consulta aos povos do TIPNIS sobre a construção ou não da famigerada estrada. Os indígenas do Conisur chegaram a La Paz em 30 de janeiro de 2012, sendo igualmente recebidos pelo presidente e obtendo o encaminhamento e aprovação de uma lei determinando a consulta às comunidades indígenas do TIPNIS para enfim decidir pelo destino do projeto viário. Os líderes da CIDOB, no entanto, rejeitaram a realização da consulta e organizaram a IX MTD que partiu de Trinidad em 27 de abril e chegou a La Paz no dia 27 de junho, mas dessa vez não foram recebidos pelo presidente e retornaram a suas comunidades em 10 de julho declarando-se opositores a partir de então pela suposta traição do governo ao movimento indígena[447]. A consulta seria realizada entre 29 de julho e 07 de dezembro de 2012 e mostraria como resultado oficial o rechaço de 11 das 69 comunidades habitantes do TIPNIS à própria realização da consulta e aprovação da construção da estrada por 55 das 58 comunidades consultadas, embora o projeto de sua construção siga paralisado.

[447] Entretanto, em Santa Cruz de la Sierra membros da CIDOB descontentes com a posição de suas lideranças convocaram a uma assembleia que destituiu a sua diretoria e elegeu a uma nova, sendo no entanto acusada de ilegal pela diretoria destituída e resultando na prática na conformação de duas CIDOB paralelas, uma afim ao governo e outra opositora, situação que persiste até o momento.

Todo o conflito em volta do TIPNIS representou sem dúvidas o maior desgaste do governo Morales tanto frente a setores de sua base de apoio como também em um nível internacional por arranhar a imagem projetada de governo defensor dos povos indígenas e do meio ambiente, mas há outra interpretação possível em torno de todo o conflito. Mesmo com toda a instrumentalização que a oposição conservadora buscou ativar em torno do conflito para seu fortalecimento político frente a um governo cuja hegemonia política não conseguia contestar, todo o conflito em torno do TIPNIS se processou dentro dos marcos político-legais e os novos horizontes de legitimidade estabelecidos pelo Estado Plurinacional: todo o conflito se desatara pela não realização pelo governo da consulta prévia obrigatória inscrita na CPE e nos convênios internacionais sobre o tema indígena subscritos pelo país.

A mesma oposição conservadora que até as eleições gerais de 2009 rejeitava frontalmente o Estado Plurinacional somou-se aos líderes das VIII e IX MTD no ataque ao governo por supostamente não cumprir com os preceitos desse mesmo Estado. Semelhante coisa já havia acontecido no episódio conhecido como “gasolinaço”, quando o governo decretou, em fins de 2010, um corte abrupto nos subsídios aos combustíveis cujos preços se encontravam artificialmente congelados há anos e que provocou um aumento de preços entre 57% e 82% dependendo do tipo de combustível. O aumento repentino no preço dos combustíveis provocou uma forte onda de protestos que paralisou o país e forçou o governo a voltar atrás e cancelar o aumento no início de 2011, alegando que o fazia por escutar a voz do povo boliviano e ter a humildade de reconhecer que havia sido um erro, mas lamentando a grande quantidade de recursos públicos consumidos pela subvenção (MOKRANI; URIONA CRESPO, 2011). A mesma oposição conservadora se somou aos protestos populares e acusou o governo de adotar uma política econômica neoliberal ao retirar os subsídios e nivelar os preços dos combustíveis aos preços de mercado. Assim, é possível ver nesses importantes conflitos sociais que em seu momento chegaram a ser apontados como o início do fim da hegemonia política do MAS indícios da incipiente consolidação dos paradigmas do Estado Plurinacional fundado em 2009 como novo “senso comum da época”, isto é, como horizontes ideológicos do possível dentro da luta política boliviana:

> O horizonte político plasmado durante esse processo, marcado pelo retorno do Estado e da soberania política e econômica, a descentralização e a descolonização, deixou de ser um projeto particular para passar a ser o substrato cultural e ideológico do novo sistema político boliviano: um autêntico "senso comum de época" que configura o espaço político legítimo, seus parâmetros e linguagens fora dos quais é extremamente complicado hoje aspirar a articular maiorias. Isto foi demonstrado nos últimos conflitos sociais da Bolívia, o mais importante dos quais foi o dos protestos contra a construção da estrada do TIPNIS, que pode ser qualificado como um conflito "interno" à nova hegemonia boliviana na medida em que não impugna o horizonte de sentidos descrito, mas sim expressa demandas nele inscritas em

> seus parâmetros do legítimo e do esperável[448] (ERREJÓN; CANELAS, 2012, p. 28. Tradução nossa; ver também GARCÍA ORELLANA; GARCÍA YAPUR, 2010)

Esses indícios puderam ser observados também em torno do processo que levaria às eleições gerais de 2014, nas quais Morales se reelegeria novamente em primeiro turno[449] com mais de 61% dos votos válidos (ver Tabela 7). Fernando Molina (2010) já havia detectado o fato de que o MAS ocupara o centro da política boliviana, mas o fizera puxando este mesmo centro para a esquerda e que buscava utilizar essa posição para polarizar com seus adversários eleitorais, os quais acabavam buscando competir entre si por demonstrar quem seria o mais radicalmente anti-Evo. Rumo às mencionadas eleições de 2014, entretanto, e provavelmente fruto ao mesmo tempo desse deslocamento para a esquerda do centro político nacional e da conversão dos horizontes do Estado Plurinacional em "senso comum da época", os principais opositores buscaram reciclar-se com a criação de partidos com nomes e simbologias evocativas da esquerda política, tais como o governador de Santa Cruz, Rubén Costas, e seu Movimento Democrático Social (MDS) ou o empresário do cimento e terceiro lugar nas eleições presidenciais de 2005 e 2009, Samuel Doria Medina, com sua tentativa de ampliar seu partido Unidade Nacional (UN) e convertê-lo em Frente Ampla com a atração de nomes históricos da esquerda boliviana, líderes indígenas e dissidentes do MAS (CUNHA FILHO, 2014a, p. 149).

Tabela 7: Resultados Eleitorais, Estado Plurinacional da Bolívia

	2009	**2014**
Candidato Eleito	Evo Morales	Evo Morales
(Partido)	(MAS)	(MAS)
Votação Nacional	64,22	61,36

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Órgano Electoral Plurinacional (2012, p. 366) e http://computo2014.oep.org.bo/.

[448] O texto em língua estrangeira é: "El horizonte político fraguado durante este proceso, marcado por el retorno del Estado y la soberanía política y económica, la descentralización y la descolonización, ha dejado de ser un proyecto particular para pasar a ser el sustrato cultural e ideológico del nuevo sistema político boliviano: un auténtico "sentido común de época" que configura el espacio político legítimo, sus parámetros y lenguajes, fuera del cual es hoy extremadamente complicado aspirar a articular mayorías. Esto se ha mostrado en los últimos conflictos sociales en Bolivia, el más importante de los cuales ha sido el de las protestas contra la construcción de la carretera del TIPNIS, que puede calificarse de un conflicto "interno" a la nueva hegemonía en Bolivia, en la medida en que no impugna el horizonte de sentido descrito, sino que expresa demandas inscritas en él, en sus parámetros de lo legítimo y lo esperable".

[449] Embora a nova CPE permita apenas uma reeleição consecutiva, no dia 29 de abril de 2013 o TCP decidiu, após consulta por parte do Órgão Legislativo, que o primeiro mandato de Evo Morales (2005-2010) não deveria ser contabilizado para esses efeitos por não ter sido cumprido em sua totalidade devido à convocação de novas eleições após a promulgação da CPE. Assim, as eleições de 2014 contariam como a primeira reeleição sob os marcos do novo Estado Plurinacional da Bolívia.

A formação da Frente Ampla acabaria abortada com a aliança eleitoral entre UN e MDS, que provocou a deserção de seus principais referentes de esquerda, mas de qualquer maneira, Samuel Doria Medina terminaria em segundo lugar das eleições presidenciais com sua aliança Concertação de Unidade Democrática (CUD). E ao contrário das eleições de 2005 e 2009 em que terminou em terceiro deslocado pelos candidatos mais claramente anti-Evo (Jorge Quiroga em 2005 e Manfred Reyes Villla em 2009), dessa vez seria ele que com uma posição mais centrista e enquadrada no *Zeitgeist* boliviano atual deslocaria a Jorge Quiroga, do Partido Democrata Cristão (PDC), ao terceiro lugar com um discurso e programa político abertamente conservador (ver CUNHA FILHO, 2014b).

Assim, embora possa ter frustrado expectativas mais grandiosas acerca do novo Estado Plurinacional como "um tipo de Estado que desestrutura as formas clássicas da política liberal e a 'forma Estado", não apenas do Estado nação, mas de qualquer forma de Estado"[450] (VIAÑA, 2012, p. 387. Tradução nossa), a *Realpolitik* plurinacional conduzida pelo governo Morales parece vir sendo capaz de dotar o Plurinacional de uma institucionalidade e simbologia concretos com ampla aceitação na sociedade conforme pode ser aferido em seus resultados eleitorais[451]. E ao fazê-lo, vem talvez criando um horizonte de legitimidade a partir da interpenetração abigarrada de elementos de suas três grandes matrizes políticas que faz com que hoje talvez o Estado boliviano tenha o máximo de legitimidade social e política jamais experimentado em sua história, além de uma ampliada capilaridade e capacidade de intervir na sociedade e atuar como um marco regulador que dota de sentido e estabelece os marcos cognitivos da luta política no país. Cria a tão faltante zona comum de "legitimidade vinculante" apontada por Gray Molina (2008, p. 120) como necessária para a atuação do Estado e seu marco legal.

As explicações para a ausência dessa legitimidade vinculante estatal sempre foram variadas na literatura boliviana e bolivianista:

> Para alguns, a heterogeneidade estrutural constituía o principal empecilho para atingir uma sociedade mais uniforme e viável; para outros, a dificuldade consistia precisamente em atingir uma "boa" correspondência [entre Estado e sociedade], entendendo por "boa" a invenção de um modelo que consiga flexibilizar as estruturas fixas e homogeneizadoras do Estado [...]. A proposta normativa de Estado Plurinacional fixada na CPE possibilita este último resultado que [...] tem caráter performativo, pois nada está fixado de antemão. O que façam ou decidam os sujeitos imersos no processo permitirá que as coisas fluam para atingir o equilíbrio ou o balanço instável da relação de correspondência entre Estado e sociedade e do sentido da identidade nacional, como também para seu possível desequilíbrio e reinstalação da crise.

[450] O texto em língua estrangeira é: "un tipo de Estado que desestructura las formas clásicas de la política liberal y la "forma Estado", no solo del Estado nación, sino de cualquier forma de Estado".

[451] A obtenção de 75% dos votos válidos no interior do TIPNIS é especialmente significativo (ver La Razón Digital, "El MAS gana en el TIPNIS con 75% y obtiene la diputación especial indígena de Beni", 13/10/2014).

> Essa responsabilidade em todo caso será política[452] (GARCÍA YAPUR, 2014, p. 60. Tradução nossa).

A ausência até o momento de um cenário político pós-Evo Morales, no entanto, deixa aberta a pergunta de até que ponto essa legitimidade adquirida é inerente ao novo Estado Plurinacional ou se deve ao bom momento econômico do país e à figura carismática e em si mesma (por sua trajetória e repertórios políticos reivindicados) uma encarnação da fusão de horizontes indígenas, nacional-populares e liberais do presidente. Entretanto, mesmo que porventura seja o "evismo" (GARCÍA LINERA, 2006) o motivo maior da atual legitimidade estatal não diminuiria em nada o caráter de momento constitutivo da refundação plurinacional por ele operada, na medida em que a política boliviana hoje pode ser dividida em um antes e depois da chegada ao poder de Evo Morales. E mesmo se quando de sua eventual saída da cena política boliviana o país volte a exibir maior instabilidade institucional ou contestações à forma plurinacional atualmente vigente, esta poderá vir tanto pelo lado de uma "restauração"/ aprofundamento de seu caráter liberal quanto do fortalecimento político de um indianismo autonomista radical hoje ainda minoritário no país, mas inegavelmente existente e que pode vir a se fortalecer em suas propostas programáticas precisamente a partir das contradições existentes no modelo em curso e da atual derrota relativa dos horizontes de sua agenda. Será sobretudo um resultado determinado pela Política e esta, na Bolívia, qualquer que seja a forma que vier a tomar no futuro certamente já não será como o fora antes graças à profunda democratização política e social dos últimos anos. Ao buscar em sua história mais profunda a inspiração e os elementos de legitimidade de sua refundação institucional em vez da adoção de prescrições de modelos exógenos tidos por superiores, o Estado Plurinacional da Bolívia pode mesmo vir a fazer do país um interessante caso de estudos. Não mais de eterna convulsão política como tradicionalmente o fora ou de um modelo institucional específico a ser copiado por outros, mas do próprio método de busca de seus horizontes particulares de sentido para a solução da complexa equação Estado-sociedade em um contexto social megadiverso também presente em muitos outros países do mundo.

---

[452] O texto em língua estrangeira é: "Para algunos, la heterogeneidad estructural constituía el principal escollo para saltar a una sociedad más uniforme y viable; para otros, precisamente la dificultad consistía en lograr una "buena" correspondencia [entre Estado y sociedad], entendiendo por "buena" la invención de un modelo que logre relajar las estructuras fijas y homogeneizadoras del Estado [...]. La propuesta normativa de Estado Plurinacional fijada en la CPE posibilita este último desemboque que [...] es de carácter performativo, pues nada está dicho de antemano. Lo que hagan y decidan los sujetos inmersos en el proceso permitirá que las cosas fluyan para lograr el equilibrio o el balance inestable de la relación de correspondencia entre Estado y sociedad y del sentido de la identidad nacional, como también, para su posible desbalance y reinstalación de la crisis. La responsabilidad en todo caso es política".

REFERÊNCIAS

ALBÓ, Xavier. Andean People in the Twentieth Century. In: SALOMON, FRANK; SCHWARTZ, STUART B. (Org.). . *The Cambridge History of the Native Peoples of the Americas*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. v. 3: South America, Part 2. p. 765–871.

ALBÓ, Xavier. Justicia indígena en la Bolivia plurinacional. In: SANTOS, BOAVENTURA DE SOUSA; EXENI RODRÍGUEZ, JOSÉ LUIS (Org.). . *Justicia indígena, plurinacionalidad e interculturalidad en Bolivia*. Quito: Fundación Rosa Luxemburg/Abya-Yala, 2012. p. 201–248.

ALBÓ, Xavier. Lo indígena originario campesino en la nueva Constitución. In: VICEPRESIDENCIA DEL ESTADO PLURINACIONAL DE BOLIVIA; IDEA INTERNACIONAL; UMSA (Org.). . *Miradas: Nuevo Texto Constitucional*. La Paz: Universidad Mayor de San Andrés/Vicepresidencia del Estado Plurinacional/IDEA, 2010. p. 713–724.

ALBÓ, Xavier. Muchas naciones en una. In: ROJAS ORTUSTE, GONZALO (Org.). . *¿Nación o naciones boliviana(s)?: institucionalidad para nosotros mismos*. 1. ed. La Paz: CIDES-UMSA, 2009. p. 63–98.

ALBÓ, Xavier. The "Long Memory" of Ethnicity in Bolivia and Some Temporary Oscillations. In: CRABTREE, JOHN; WHITEHEAD, LAURENCE (Org.). . *Unresolved Tensions: Bolivia Past and Present*. Pittsburgh: Pittsburgh University Press, 2008. p. 13–34.

ALBÓ, Xavier; BARRIOS SUVELZA, Franz Xavier. *Por una Bolivia plurinacional e intercultural con autonomías*. , Cuaderno de Futuro.Informe sobre Desarrollo Humano, nº 22. La Paz: PNUD/Bolivia, 2007.

ALBRO, Robert. Confounding Cultural Citizenship and Constitutional Reform in Bolivia. *Latin American Perspectives*, v. 37, n. 3, p. 71 –90, Maio 2010. Acesso em: 16 jul. 2010.

ALMARAZ, Alejandro *et al. Por la Recuperación del Proceso de Cambio para el pueblo y con el Pueblo*. . [S.l: s.n.]. Disponível em: <http://somossur.net/bolivia/politica/los-movimientos-sociales-en-tiempos-de-evo/707-documento-por-la-recuperacion-del-proceso-de-cambio.html>. Acesso em: 24 abr. 2014. , 2011

ALMEYRA, Guillermo. Para comprender la revolución boliviana: Sobre Debatir Bolivia. Perspectivas de un proceso de descolonización de Maristella Svampa, Pablo Stefanoni y Bruno Fornillo y "Qué hacer con los indios…" y otros traumas irresueltos de la colonialidad de Pablo Stefanoni. *Crítica y Emancipación - Revista latinoamericana de ciencias sociales*, v. 3, n. 5, p. 201–211, 2011.

ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. Revised ed. London: Verso, 2006.

ANDRADE, Everaldo de Oliveira. A Comuna de La Paz (1971) e o controle operário da mineração. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, v. 5, p. 1–11, 2006.

ANDRADE, Everaldo de Oliveira. *A formação da Assembléia Popular na Bolívia (1971)*. . São Paulo: [s.n.]. Disponível em: <http://anphlac.org/upload/anais/encontro3/everaldo.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2009. , 1998

ANTEZANA, Luis H. Sistema y Proceso Ideológicos en Bolivia, (1935-1979). In: ZAVALETA MERCADO, RENÉ (Org.). . *Bolivia Hoy*. Ciudad de México: Siglo XXI Editores, 1983. p. 60–84.

ARCHONDO, Rafael. ¿Qué le espera a Bolivia con Evo Morales? *Nueva Sociedad*, n. 202, p. 4–12, 2006.

ARGUEDAS, Alcides. *Historia general de Bolivia*. La Paz: Librería Editorial "Juventud", 1984.

ARGUEDAS, Alcides. *Los caudillos barbaros: historia-resurrección; la tragedia de un pueblo*. La Paz: Gisbert, 1975.

ASAMBLEA CONSTITUYENTE. *Nueva Constitución Política del Estado*. . [S.l.]: REPAC. Disponível em: <http://www.repac.org.bo/destacados/Nueva-CPE-Version-Oficial.pdf>. Acesso em: 6 maio 2008. , 2007

ASSIES, Willem. La "Media Luna" sobre Bolivia: nación, región, etnia y clase social. *América latina hoy: Revista de ciencias sociales*, n. 43, p. 87–105, 2006. Acesso em: 13 jul. 2013.

AYO SAUCEDO, Diego. Las autonomías entre "hegemonistas y consociativos". In: VICEPRESIDENCIA DEL ESTADO PLURINACIONAL DE BOLIVIA; IDEA INTERNACIONAL; UMSA (Org.). . *Miradas: Nuevo Texto Constitucional*. La Paz: Universidad Mayor de San Andrés/Vicepresidencia del Estado Plurinacional/IDEA, 2010. p. 165–178.

BARNDT, William T. Destroying the Opposition's Livelihood: Pathways to Violence in Bolivia since 2000. *Journal of Politics in Latin America*, v. 4, n. 3, p. 3–37, 2013.

BARRIOS SUVELZA, Franz Xavier. La Autonomía Indígena Originaria Campesina en la Constitución Política del Estado. In: KÄSS, SUSANNE; VELÁSQUEZ CASTELLANOS, IVÁN (Org.). . *Reflexión Crítica a la Nueva Constitución Política del Estado*. La Paz: Konrad Adenauer Stiftung, 2009. p. 431–468.

BARRIOS SUVELZA, Franz Xavier. Reflexiones sobre algunos aspectos estructurales. In: VICEPRESIDENCIA DEL ESTADO PLURINACIONAL DE BOLIVIA; IDEA INTERNACIONAL; UMSA (Org.). . *Miradas: Nuevo Texto Constitucional*. La Paz: Universidad Mayor de San Andrés/Vicepresidencia del Estado Plurinacional/IDEA, 2010. p. 151–163.

BARR, Robert R. Bolivia: Another Uncompleted Revolution. *Latin American Politics and Society*, v. 47, n. 3, p. 69–90, Autumn 2005. Acesso em: 13 mar. 2009.

BENGOA, José. *La emergencia indígena en América Latina*. 2. ed. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 2007.

BENGOA, José. ¿Una segunda etapa de la Emergencia Indígena en América Latina? *Cuadernos de antropología social*, n. 29, p. 07–22, jul. 2009. Acesso em: 14 mar. 2012.

BÖHRT, Carlos. Introducción al nuevo sistema constitucional boliviano. In: VICEPRESIDENCIA DEL ESTADO PLURINACIONAL DE BOLIVIA; IDEA INTERNACIONAL; UMSA (Org.). . *Miradas: Nuevo Texto Constitucional*. La Paz: Universidad Mayor de San Andrés/Vicepresidencia del Estado Plurinacional/IDEA, 2010. p. 37–66.

CALDERÓN, Fernando; JELIN, Elizabeth. *Clases y movimientos sociales en América Latina*. Buenos Aires: CEDES, 1987.

CAMARGO, Alfredo José Cavalcanti Jordão De. *Bolívia - A Criação de um Novo País a Ascensão do Poder Político Autóctone a Evo Morales*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2006.

CAVALLA, Antonio. *Fuerzas armadas y sociedad en Bolivia: el gobierno Ovando-Torres*. [S.d.]. Disponível em: <http://www.monografias.com/trabajos5/fuarsov/fuarsov.shtml>. Acesso em: 3 maio 2009.

CENTELLAS, Miguel. The Santa Cruz Autonomía Movement: Preliminary Considerations on a Case of Non-Indigenous Ethnic Popular Mobilization. In: XXIX INTERNATIONAL CONGRESS OF THE LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION: CRISIS, RESPONSE, RECOVERY, 2010, Toronto. *Anais*... Toronto: LASA, 2010.

CHÁVEZ ÁLBAREZ, Gonzalo. Fetichismo constitucional. In: VICEPRESIDENCIA DEL ESTADO PLURINACIONAL DE BOLIVIA; IDEA INTERNACIONAL; UMSA (Org.). . *Miradas: Nuevo Texto Constitucional*. La Paz: Universidad Mayor de San Andrés/Vicepresidencia del Estado Plurinacional/IDEA, 2010. p. 199–209.

CHÁVEZ LEÓN, Marxa. "Autonomías indígenas" y "Estado Plurinacional": Proyectos políticos de los movimientos indígenas y campesinos en Bolivia. *Observatorio Social de América Latina*, v. IX, n. 24, p. 51–71, 2008.

CHÁVEZ, Patricia; MOKRANI, Dunia. Los movimientos sociales en la Asamblea Constituyente. Hacia la reconfiguración de la política. In: SVAMPA, MARISTELLA; STEFANONI, PABLO (Org.). . *Bolivia: memoria, insurgencia y movimientos sociales*. Buenos Aires: Editorial El Colectivo, 2007. p. 55–66.

CHOQUE, María Eugenia; MAMANI, Carlos. Reconstitución del ayllu y derechos de los pueblos indígenas: el movimiento indio en los Andes de Bolivia. *Journal of Latin American Anthropology*, v. 6, n. 1, p. 202–224, 28 jun. 2008. Acesso em: 2 maio 2012.

COLQUE, Gonzalo; PLATA, Wilfredo. *El processo autonómico de Jesús de Machaca, 2004-2010*. . La Paz: Fundación Tierra, 2014.

CONDARCO MORALES, Ramiro. *Aniceto Arce*. La Paz: Amerindia, 1985.

CONDARCO MORALES, Ramiro. *Zarate, el "Temible" Willka: Historia de la Rebelion Indigena de 1899 en la Republica de Bolivia*. 4. ed. Santa Cruz de la Sierra: Editorial El País, 2011.

COSTA NETO, Canrobert. *Políticas agrárias na Bolívia (1952-1979): reforma ou revolução?*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

CRABTREE, John; CHAPLIN, Ann. *Bolivia: procesos de cambio*. La Paz: Oxfam/Cedla/Fundación PIEB, 2013.

CRABTREE, John; WHITEHEAD, Laurence. *Towards Democratic Viability: The Bolivian Experience*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2001.

CRABTREE, John; WHITEHEAD, Laurence (Org.). *Unresolved Tensions: Bolivia Past and Present*. 1st. ed. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2008.

CUNHA FILHO, Clayton M. 2008, o ano da virada de Evo Morales? *Observador On-line*, v. 3, n. 12, p. 2–17, dez. 2008.

CUNHA FILHO, Clayton M. El "proceso de cambio" en Bolivia: un balance de ocho años. *Tinkazos*, v. 17, n. 35, p. 137–153, jun. 2014a.

CUNHA FILHO, Clayton M. Evo Morales e a construção do novo bloco histórico: entre o nacional-popular e o indigenismo. *Oikos*, v. 10, n. 2, p. 150–173, 2011.

CUNHA FILHO, Clayton M. *Evo Morales e os Horizontes da Hegemonia: Nacional-popular e Indigenismo na Bolívia em perspectiva comparada*. 2009. Dissertação de Mestrado – IUPERJ, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/27740470/Evo-Morales-e-os-Horizontes-da-Hegemonia-Nacional-popular-e-Indigenismo-na-Bolivia-em-perspectiva-comparada>.

CUNHA FILHO, Clayton M. Monitor Eleitoral: Bolívia - As eleições gerais de 2014: perspectivas e prognósticos. *Boletim OPSA*, v. 10, n. 3, p. 5–9, 2014b.

CUNHA FILHO, Clayton M. O novo mapa político boliviano: uma interpretação a partir dos últimos resultados eleitorais. *Observador On-line*, v. 5, n. 6, p. 1–16, 2010a.

CUNHA FILHO, Clayton M. Reforma, reação e mobilização social na Bolívia de Evo Morales. In: PARENTE, FRANCISCO JOSÊNIO CAMELO; FROTA, FRANCISCO HORÁCIO; FERREIRA LIMA, HERMANO (Org.). . *Dos Andes aos Pampas: Integração e Cenários na América Latina*. Fortaleza: EdUECE, 2010b. p. 101–124.

DE LA FUENTE JERIA, José. El difícil parto de otra democracia: La Asamblea Constituyente de Bolivia. *Latin American Research Review*, v. 45, n. S, p. 5–26, 2010. Acesso em: 28 mar. 2011.

DEMELAS, Danièle. *Nationalisme sans nation?: la Bolivie aux 19e-20e siècles*. Paris: Centre national de la recherche scientifique, 1980.

DE MUNTER, Koen; SALMAN, Ton. Extending Political Participation and Citizenship: Pluricultural Civil Practices in Contemporary Bolivia. *The Journal of Latin American and Caribbean Anthropology*, v. 14, n. 2, p. 432–456, 2009. Acesso em: 14 jun. 2013.

DI TELLA, Torcuato. Populism and Reform in Latin America. In: VÉLIZ, CLÁUDIO (Org.). . *Obstacles to Change in Latin America*. Oxford: Oxford University Press, 1965. p. 47–74.

DO ALTO, Hervé. “Cuando el nacionalismo se pone el poncho”. Una mirada retrospectiva a la etnicidad y la clase en el movimiento popular boliviano (1952-2007). In: SVAMPA, MARISTELLA; STEFANONI, PABLO (Org.). . *Bolivia: memoria, insurgencia y movimientos sociales*. Buenos Aires: Editorial El Colectivo, 2007. p. 21–53.

DO ALTO, Hervé. Un partido campesino en el poder: Una mirada sociológica del MAS boliviano. *Nueva Sociedad*, n. 234, p. 95–111, 2011.

DOMINGO, Pilar. Party Politics, Intermediation and Representation. In: CRABTREE, JOHN; WHITEHEAD, LAURENCE (Org.). . *Towards Democratic Viability: The Bolivian Experience*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2001. p. 141–159.

DOMINGO, Pilar. Revolution and the Unfinished Business of Nation and State-building. In: GRINDLE, MERILEE S.; DOMINGO, PILAR (Org.). . *Proclaiming Revolution: Bolivia in comparative perspective*. Cambridge, USA/London: David Rockefeller Center for Latin American Studies/Institute of Latin American Studies, 2003. p. 364–379.

DUNKERLEY, James. *Bolivia: Revolution and the Power of History in the Present: Essays*. Illustrated ed. London: Institute for the Study of the Americas, 2007a.

DUNKERLEY, James. Evo Morales, the “Two Bolivias” and the Third Bolivian Revolution. *Journal of Latin American Studies*, n. 39, p. 133–166, 2007b.

DUNKERLEY, James. *Orígenes del poder militar: Bolivia 1879-1935*. 3. ed. La Paz: Plural Editores, 2006.

DUNKERLEY, James. *Political transition and economic stabilisation: Bolivia, 1982-1989*. London: Institute of Latin American Studies, 1990. (Research Papers, 22).

DUNKERLEY, James. Reassessing Caudillismo in Bolivia, 1825-79. *Bulletin of Latin American Research*, v. 1, n. 1, p. 13–25, Outubro 1981. Acesso em: 3 dez. 2013.

DUNKERLEY, James. *Rebellion in the Veins: Political Struggle in Bolivia, 1952-82*. London: Verso, 1984.

DUNKERLEY, James. The Origins of the Bolivian Revolution in the Twentieth Century: Some Reflections. In: GRINDLE, MERILEE S.; DOMINGO, PILAR (Org.). . *Proclaiming Revolution: Bolivia in Comparative Perspective*. Cambridge, USA/London: David Rockefeller Center for Latin American Studies/Institute of Latin American Studies, 2003. p. 135–163.

DURÁN GIL, Aldo. *Estado Militar e Instabilidade Política na Bolívia (1971-1978)*. 2003. Tese de Doutorado – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

DURÁN GIL, Aldo. *O caráter das crises políticas durante o governo Torres e a Assembléia Popular na Bolívia (1970-1971)*. . Campinas: [s.n.]. Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt7/sessao3/Aldo_Duran.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2013. , 2007

DUSSEL, Enrique. *20 Teses de Política*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

DUSSEL, Enrique. Cinco tesis sobre el populismo. In: RESTREPO, MARTHA LUCÍA; PASTRANA BUELVAS, EDUARDO; HOYOS VÁSQUEZ, GUILLERMO (Org.). . *El eterno retorno del populismo en América Latina y el Caribe*. Bogotá, D.C: Pontificia Universidad Javeriana : Instituto Pensar : Instituto de Bioética : Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales : Goethe-Institut, 2012. p. 159–179.

EATON, Kent. Recentralization and the Left Turn in Latin America: Diverging Outcomes in Bolivia, Ecuador, and Venezuela. *Comparative Political Studies*, v. 47, n. 8, p. 1130–1157, maio 2014. Acesso em: 10 set. 2013.

El MAS gana en el TIPNIS con 75% y obtiene la diputación especial indígena de Beni. *La Razón Digital*, 13 out. 2014. Disponível em: <http://www.la-razon.com/animal_electoral/TIPNIS-diputacion-especial-indigena-Beni_0_2142985789.html>. Acesso em: 29 out. 2014.

ERREJÓN, Iñigo. La Constitución boliviana y la refundación del Estado. Un análisis político. *Papeles de Relaciones Ecosociales y Cambio Global*, n. 107, p. 117–128, 2009.

ERREJÓN, Iñigo; CANELAS, Manuel. Las Autonomías en Bolivia y su Horizonte: un análisis político. In: MINISTERIO DE AUTONOMÍAS (Org.). . *Ensayos sobre la autonomía en Bolivia*. Serie autonomías para la gente. La Paz: Ministerio de Autonomías, 2012. p. 21–32.

ESPINOZA, Fran. Bolivia, élite sectorial chola y élite política: las ambivalencias de su relación. *Anuario de Acción Humanitaria y Derechos Humanos / Yearbook of Humanitarian Action and Human Rights*, n. 11, p. 141–160, 2013.

ESPINOZA, Fran. Pueblos Indígenas: ¿Y después de la emergencia? *CriDIS Working Papers*, v. 24, 2011.

ESTADO PLURINACIONAL DE BOLIVIA. *Constitución Política del Estado*. . [S.l: s.n.]. . Acesso em: 28 abr. 2009. , 2009

EXENI RODRÍGUEZ, José Luis. El Órgano Electoral Plurinacional. In: KÄSS, SUSANNE; VELÁSQUEZ CASTELLANOS, IVÁN (Org.). . *Reflexión Crítica a la Nueva Constitución Política del Estado*. La Paz: Konrad Adenauer Stiftung / Editora Presencia, 2009. p. 297–318.

FABRICANT, Nicole. Between the Romance of Collectivism and the Reality of Individualism: Ayllu Rhetoric in Bolivia's Landless Peasant Movement. *Latin American Perspectives*, v. 37, n. 4, p. 88 –107, 1 jul. 2010. Acesso em: 8 set. 2010.

FAVRE, Henri. *El Indigenismo*. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1998.

FERREIRA, Javo. *Comunidad, indigenismo y marxismo. Un debate sobre la cuestión agraria y nacional-indígena en los Andes*. El Alto: Ediciones Palabra Obrera, 2010.

FONTANA, Lorenza Belinda. *From Neoliberal Multiculturalism to Plurinational Developmentalism: Land Reform, Rural Movements and Intra-societal Conflicts in Contemporary Bolivia*. , QEH Working Paper Series., nº 198. Oxford: University of Oxford, out. 2013. Disponível em: <http://www.qeh.ox.ac.uk/publications/wps/wpdetail?jor_id=398>.

FORNILLO, Bruno. Intelectuales y política en la "Era Katarista". In: SVAMPA, MARISTELLA; STEFANONI, PABLO; FORNILLO, BRUNO (Org.). . *Debatir Bolivia: perspectivas de un proyecto de descolonización*. Buenos Aires: Taurus, 2010. p. 61–96.

FREITAS, Caroline Cotta de Mello. *Entre wiphalas, polleras e ponchos: Embates entre os discursos de CONAMAQ, do Estado Plurinacional da Bolívia e do Direito Internacional*. 2012. Tese de Doutorado – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

GALINDO SOZA, Mario *et al. Visiones aymaras sobre las autonomías: aportes para la construcción del Estado nacional*. La Paz: Programa de Investigación Estratégica en Bolivia, 2007.

GARCÉS V., Fernando. *Los Indigenas y su Estado (pluri)nacional? Una mirada al proceso constituyente boliviano*. Cochabamba: CLACSO / FHyCE - UMSS / JAINA, 2013.

GARCÉS V., Fernando. *Reflexiones Constituyentes (Notas de camino)*. Cochabamba: UMSS, 2012.

GARCÍA LINERA, Álvaro. El evismo: lo nacional-popular en acción. *Observatorio Social de América Latina*, v. VI, n. 19, p. 25–32, jul. 2006.

GARCÍA LINERA, Álvaro. Empate catastrófico y punto de bifurcación. *Crítica y Emancipación - Revista latinoamericana de ciencias sociales*, v. 1, p. 23–33, jun. 2008a.

GARCÍA LINERA, Álvaro. *La potencia plebeya: Acción colectiva e identidades indígenas, obreras y populares en Bolivia*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008b. (Colección Pensamiento Crítico Latinoamericano).

GARCÍA LINERA, Álvaro; CHÁVEZ LEÓN, Marxa; COSTAS MONJE, Patricia. *Sociología de los Movimientos Sociales en Bolivia: Estructuras de movilización, repertorios culturales y acción política*. La Paz: Diakonía / Oxfam, 2004.

GARCÍA ORELLANA, Luis Alberto; GARCÍA YAPUR, Fernando. Recomposición del campo político en Bolivia. In: GARCÍA ORELLANA, LUIS ALBERTO; GARCÍA YAPUR, FERNANDO (Org.). . *Mutaciones del campo político en Bolivia*. La Paz: PNUD-Bolivia, 2010. p. 11–35.

GARCÍA YAPUR, Fernando. Identidad nacional y ciudadanía en tiempos del Estado Plurinacional. *Tinkazos*, v. 17, n. 35, p. 49–62, jun. 2014. Acesso em: 17 out. 2014.

GERMANI, Gino. *Política e Sociedade numa Época de Transição*. São Paulo: Editora Mestre JOU, 1973.

GERSON, Gal; RUBIN, Aviad. Cultural nationalism and liberal values: An elusive synthesis. *International Political Science Review*, v. 36, n. 2, p. 197–213, mar. 2015.

GIULINO, Meghan E. *Taking Democracy to the Streets: Contentious Politics and the Rise of Anti-Neoliberalism in Bolivia*. 2009. PhD Thesis – Georgetown University, Washington, DC, 2009.

GLAVE, Luis Miguel. The "Republic of Indians" in Revolt (c. 1680-1790). In: SALOMON, FRANK; SCHWARTZ, STUART B. (Org.). . *The Cambridge History of the Native Peoples*

of the Americas. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. v. 3: South America, Part 2. p. 502–557.

GOODALE, Mark. *Dilemmas of Modernity: Bolivian Encounters with Law and Liberalism*. Stanford: Stanford University Press, 2008.

GOTKOWITZ, Laura. *A Revolution for Our Rights: Indigenous Struggles for Land and Justice in Bolivia, 1880–1952*. Durham/London: Duke University Press Books, 2007.

GOTKOWITZ, Laura. Revisiting the Rural Roots of the Revolution. In: GRINDLE, MERILEE S.; DOMINGO, PILAR (Org.). . *Proclaiming Revolution: Bolivia in comparative perspective*. Cambridge, USA/London: David Rockefeller Center for Latin American Studies/Institute of Latin American Studies, 2003. p. 164–182.

GRAY MOLINA, George. Exclusion, Participation and Democratic State-building. In: CRABTREE, JOHN; WHITEHEAD, LAURENCE (Org.). . *Towards Democratic Viability: The Bolivian Experience*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2001. p. 63–82.

GRAY MOLINA, George. State-Society Relations in Bolivia: The Strength of Weakness. In: CRABTREE, JOHN; WHITEHEAD, LAURENCE (Org.). . *Unresolved Tensions: Bolivia Past and Present*. Pittsburgh: Pittsburgh University Press, 2008. p. 109–124.

GRAY MOLINA, George. The Offspring of 1952: Poverty, Exclusion and the Promise of Popular Participation. In: GRINDLE, MERILEE S.; DOMINGO, PILAR (Org.). . *Proclaiming Revolution: Bolivia in comparative perspective*. Cambridge, USA/London: David Rockefeller Center for Latin American Studies/Institute of Latin American Studies, 2003. p. 345–363.

GRIESHABER, Erwin P. Survival of Indian Communities in Nineteenth-Century Bolivia: A Regional Comparison. *Journal of Latin American Studies*, v. 12, n. 02, p. 223–269, 1980.

GRINDLE, Merilee S. Shadowing the Past? Policy Reform in Bolivia, 1985-2002. In: GRINDLE, MERILEE S.; DOMINGO, PILAR (Org.). . *Proclaiming Revolution: Bolivia in comparative perspective*. Cambridge, USA/London: David Rockefeller Center for Latin American Studies/Institute of Latin American Studies, 2003. p. 318–344.

GUIMARÃES, Alice Soares. *A reemergência de identidades étnicas na modernidade: movimentos sociais e estado na Bolívia contemporânea*. 2010. Tese de Doutorado – IESP-UERJ, Rio de Janeiro, 2010.

GUTIÉRREZ AGUILAR, Raquel. *Los ritmos del Pachakuti: movilización y levantamiento indígena-popular en Bolivia*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2008. (Pensar en Movimiento, 6).

HAARSTAD, Håvard; ANDERSSON, Vibeke. Backlash Reconsidered: Neoliberalism and Popular Mobilization in Bolivia. *Latin American Politics and Society*, v. 51, n. 4, p. 1–28, nov. 2009. Acesso em: 8 dez. 2010.

HAMMOND, John L. Indigenous Community Justice in the Bolivian Constitution of 2009. *Human Rights Quarterly*, v. 33, n. 3, p. 649–681, 2011. Acesso em: 12 jul. 2013.

HARNECKER, Marta; FUENTES, Federico. *MAS-IPSP de Bolivia: instrumento político que surge de los movimientos sociales*. Caracas: Centro Internacional Miranda, 2008. Disponível em: <http://www.rebelion.org/docs/67155.pdf>.

HERNÁNDEZ, Juan Luis; SALCITO, Ariel (Org.). *La Revolución Boliviana: documentos fundamentales*. Buenos Aires: Editorial Newen Mapu, 2007. (América Latina: la Historia a contrapelo).

HIRSCH, Joachim. *Teoria Materialista do Estado: processos de transformação do sistema capitalista de Estados*. Tradução Luciano Martorano. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2010.

HOBSBAWM, Eric J. *Primitive Rebels: Studies in Archaic Forms of Social Movement in the 19th and 20th Centuries*. New York: W. W. Norton, 1965.

HOFMEISTER, Wilhelm. Bolivia: la construcción de la democracia y la evolución del proceso político. In: HOFMEISTER, WILHELM (Org.). . *Reformas Políticas en América Latina*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2004. p. 65–101.

HOWARD, Rosaleen. Language, Signs, and the Performance of Power: The Discursive Struggle over Decolonization in the Bolivia of Evo Morales. *Latin American Perspectives*, v. 37, n. 3, p. 176 –194, Maio 2010. Acesso em: 16 jul. 2010.

HROCH, Miroslav. Do movimento nacional à nação plenamente formada: o processo de construção nacional na Europa. In: BALAKRISHNAN, GOPAL (Org.). . *Um Mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 85–106.

HYLTON, Forrest; THOMSON, Sinclair. *Revolutionary Horizons: Past and Present in Bolivian Politics*. London/New York: Verso, 2007.

IAMAMOTO, Sue Angélica Serra. *O nacionalismo boliviano em tempos de plurinacionalidade: Revoltas antineoliberais e constituinte (2000-2009)*. 2011. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

IBAÑEZ ROJO, Enrique. The UDP Government and the Crisis of the Bolivian Left (1982-1985). *Journal of Latin American Studies*, v. 32, n. 1, p. 175–205, 1 fev. 2000. Acesso em: 1 jul. 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICAS. *Bolivia, características de población y vivienda: Censo Nacional de Población y Vivienda 2012*. . La Paz: Instituto Nacional de Estadísticas, 2013.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. *Bolivia: Rescuing the New Constitution and Democratic Stability*. , Latin America Briefing., nº 18. Bogotá/Brussels: International Crisis Group, 19 jun. 2008.

IRUROZQUI, Marta. *"A bala, piedra y palo": la construcción de la ciudadanía política en Bolivia, 1826-1952*. Sevilla: Diputación de Sevilla, 2000a.

IRUROZQUI, Marta. ¿Ciudadanos armados o traidores a la patria? Participación indígena en las revoluciones bolivianas de 1870 y 1899. *Íconos. Revista de Ciencias Sociales*, n. 26, p. 35–46, 2006.

IRUROZQUI, Marta. Ebrios, Vagos y Analfabetos. El sufragio restringido en Bolivia, 1826-1952. *Revista de Indias*, v. LVI, n. 208, p. 697–742, 1996.

IRUROZQUI, Marta. *La Alquimia democrática en Bolivia, 1825 - 1879: Ciudadanos y procedimientos representativos. Una reflexión conceptual sobre la Democracia*. Saarbrücken: Editorial Académica Española, 2011.

IRUROZQUI, Marta. *La armonía de las desigualdades: elites y conflictos de poder en Bolivia, 1880-1920*. Madrid/Cusco: Consejo Superior de Investigaciones Científicas ; Centro de Estudios Regionales Andinos Bartolomé de las Casas, 1994. (Archivos de historia andina, 18).

IRUROZQUI, Marta. *La Ciudadanía en Debate en América Latina: Discusiones historiográficas y una propuesta teórica sobre el valor público de la infracción electoral*. Lima: IEP, 2004. (Historia, 26).

IRUROZQUI, Marta. Las élites bolivianas y la cuestión nacional, 1899-1920. *Tebeto: Anuario del Archivo Histórico Insular de Fuerteventura*, n. 5, p. 201–216, 1992. Acesso em: 9 abr. 2013.

IRUROZQUI, Marta. Political Leadership and Popular Consent: Party Strategies in Bolivia, 1880-1899. *The Americas*, v. 53, n. 3, p. 395–423, 1 jan. 1997. Acesso em: 22 mar. 2013.

IRUROZQUI, Marta. The Sound of the Pututos. Politicisation and Indigenous Rebellions in Bolivia, 1826-1921. *Journal of Latin American Studies*, v. 32, n. 1, p. 85–114, Fevereiro 2000b. Acesso em: 2 out. 2012.

JUSTO, Liborio. *Bolivia: la revolución derrotada: del Tahuantinsuyu a la insurrección de abril de 1952 y las masacres de mayo y septiembre de 1965 : raiz, processo, y autopsia de la primera revolución proletaria de America latina*. Buenos Aires: Ediciones RyR, 2007.

KLEIN, Herbert S. *A Concise History of Bolivia*. New York: Cambridge University Press, 2003.

KLEIN, Herbert S. *Bolivia: The Evolution of a Multi-Ethnic Society*. 2. ed. New York: Oxford University Press, USA, 1992.

KLEIN, Herbert S. David Toro and the Establishment of "Military Socialism" in Bolivia. *The Hispanic American Historical Review*, v. 45, n. 1, p. 25–52, fev. 1965.

KLEIN, Herbert S. German Busch and the Era of "Military Socialism" in Bolivia. *The Hispanic American Historical Review*, v. 47, n. 2, p. 166–184, maio 1967.

KLEIN, Herbert S. *Haciendas and Ayllus: Rural Society in the Bolivian Andes in the Eighteenth and Nineteenth Centuries*. 1. ed. Stanford: Stanford University Press, 1993.

KLEIN, Herbert S. *Orígenes de la revolución nacional boliviana: la crisis de la generación del Chaco*. La Paz: Librería Editorial G.U.M., 1968a.

KLEIN, Herbert S. *Parties and Political Change in Bolivia: 1880-1952*. London: Cambridge University Press, 1969.

KLEIN, Herbert S. “Social Constitutionalism” in Latin America: The Bolivian Experience of 1938. *The Americas*, v. 22, n. 3, p. 258–276, 1 jan. 1966.

KLEIN, Herbert S. The Crisis of Legitimacy and the Origins of Social Revolution: The Bolivian Experience. *Journal of Inter-American Studies*, v. 10, n. 1, p. 102–116, jan. 1968b.

KOHL, Benjamin H.; FARTHING, Linda C. *Impasse in Bolivia: neoliberal hegemony and popular resistance*. London/New York: Zed Books, 2006.

KOHL, James V. Peasant and Revolution in Bolivia, April 9, 1952-August 2, 1953. *The Hispanic American Historical Review*, v. 58, n. 2, p. 238–259, Maio 1978. Acesso em: 5 jul. 2013.

KYMLICKA, Will. *Multicultural Citizenship: a Liberal theory of minority rights*. Oxford: Clarendon, 1995.

KYMLICKA, Will. *Politics in the Vernacular: Nationalism, Multiculturalism, and Citizenship*. New York: Oxford University Press, USA, 2001.

LACLAU, Ernesto. *La razón populista*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005.

LANGER, Erick D. Bringing the Economic Back In: Andean Indians and the Construction of the Nation-State in Nineteenth-Century Bolivia. *Journal of Latin American Studies*, v. 41, n. 03, p. 527–551, 2009.

LANGER, Erick D. El liberalismo y la abolición de la comunidad indígena en el siglo XIX. *Historia y cultura*, v. 14, p. 59–95, 1988.

LANGER, Erick D.; JACKSON, Robert H. Liberalism and the Land Question in Bolivia, 1825-1920. In: JACKSON, ROBERT H. (Org.). . *Liberals, the Church, and Indian peasants: corporate lands and the challenge of reform in nineteenth-century Spanish America*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1997. p. 171–192.

LARA BARRIENTOS, Marcelo. Discriminación hacia minorías étnicas: el caso de los urus del lago Poopó. *T’inkazos*, v. 15, n. 31, p. 57–78, 2012.

LARSON, Brooke. Capturing Indian Bodies, Hearths and Minds: “El hogar campesino” and Rural School Reform in Bolivia, 1920s-1940s. In: GRINDLE, MERILEE S.; DOMINGO, PILAR (Org.). . *Proclaiming Revolution: Bolivia in Comparative Perspective*. Cambridge, USA/London: David Rockefeller Center for Latin American Studies/Institute of Latin American Studies, 2003. p. 183–209.

LARSON, Brooke. *Trials of Nation Making: Liberalism, Race, and Ethnicity in the Andes, 1810-1910*. New York: Cambridge University Press, 2004.

LAZARTE, Jorge. El debate sobre el plurinacionalismo en la Asamblea Constituyente de Bolivia. In: KÄSS, SUSANNE; VELÁSQUEZ CASTELLANOS, IVÁN (Org.). . *Reflexión Crítica a la Nueva Constitución Política del Estado*. La Paz: Konrad Adenauer Stiftung / Editora Presencia, 2009. p. 191–234.

LOFSTROM, William. Attempted Economic Reform and Innovation in Bolivia under Antonio José de Sucre, 1825-1828. *The Hispanic American Historical Review*, v. 50, n. 2, p. 279–299, Maio 1970. Acesso em: 3 dez. 2013.

LOFSTROM, William. From Colony to Republic: A Case Study in Bureaucratic Change. *Journal of Latin American Studies*, v. 5, n. 2, p. 177–197, 1 nov. 1973. Acesso em: 3 dez. 2013.

LÓPEZ VALVERDE, Rafael. *Clasificador Competencial*. La Paz: Ministerio de Autonomías, 2012. (Autonomías para la Gente, 2).

LORINI, Irma. *El nacionalismo en Bolivia de la pre y posguerra del Chaco (1910-1945)*. La Paz: Plural Editores, 2006.

LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses "Sobre o conceito de história".* São Paulo: Boitempo, 2005.

MÁIZ, Ramón. Indianismo e etnonacionalismo na Bolívia. *Tensões Mundiais*, v. 5, n. 8, p. 12–39, 2009.

MALLOY, James M. *Bolivia: the Uncompleted Revolution*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1970.

MARIÁTEGUI, José Carlos. *7 ensayos de interpretación de la realidad peruana*. Buenos Aires: Capital Intelectual S A, 2009.

MARIÁTEGUI, José Carlos. *Por um socialismo indo-americano - Ensaios escolhidos*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005. (Coleção Pensamento Crítico, 4).

MAROF, Tristán. *La tragedia del Altiplano*. Buenos Aires: Editorial Claridad, 1935.

MARTÍ I PUIG, Salvador. Después de la «década de los pueblos indígenas», ¿qué? El impacto de los movimientos indígenas en las arenas de políticas de América Latina. *Nueva Sociedad*, n. 227, p. 68–82, 2010a.

MARTÍ I PUIG, Salvador. Las razones de presencia y éxito de los partidos étnicos en América Latina: Los casos de Bolivia, Ecuador, Guatemala, México, Nicaragua y Perú (1990-2005). *Revista mexicana de sociología*, v. 70, n. 4, p. 675–724, dez. 2008. Acesso em: 22 ago. 2012.

MARTÍ I PUIG, Salvador. The Emergence of Indigenous Movements in Latin America and Their Impact on the Latin American Political Scene. *Latin American Perspectives*, v. 37, n. 6, p. 74 –92, 1 nov. 2010b. Acesso em: 29 out. 2010.

MARX, Karl. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

MAYORGA, Fernando. *Antinomias: el azaroso camino de la reforma política*. Cochabamba: CESU-UMSS, 2009a.

MAYORGA, Fernando. Ciudadanía multicultural y Estado plurinacional en Bolivia: Los límites de la reforma constitucional. In: XXI WORLD CONGRESS OF POLITICAL SCIENCE, 2009b, Santiago. *Anais*... Santiago: IPSA/AISP, 2009.

MAYORGA, Fernando. *Dilemas: ensayos sobre democracia intercultural y estado plurinacional*. La Paz, Bolivia: CESU/Plural Editores, 2011.

MAYORGA, Fernando. *Encrucijadas: Ensayos sobre democracia y reforma estatal en Bolivia*. La Paz: Editorial Gente Común, 2007.

MAYORGA, Fernando. Neopopulismo y democracia en Bolivia. *Revista de ciencia política (Santiago)*, v. 23, n. 1, p. 99–118, 2003. Acesso em: 17 maio 2013.

MAYORGA, Rene Antonio. Bolivia's Silent Revolution. *Journal of Democracy*, v. 8, n. 1, p. 142–156, 1997.

MAYORGA, Rene Antonio. National-Popular State, State Capitalism and Military Dictatorship in Bolivia: 1952-1975. *Latin American Perspectives*, v. 5, n. 2, p. 89–119, 1978.

MAYORGA UGARTE, J. Antonio. *Gonismo: discurso y poder*. 2. ed. La Paz: Plural Editores, 2007.

MEHTA, Uday S. Liberal Strategies of Exclusion. In: COOPER, FREDERICK; STOLER, ANN LAURA (Org.). . *Tensions of empire: colonial cultures in a bourgeois world*. Berkeley: University of California Press, 1997. p. 59–86.

MENDIETA, Pilar. *Entre la alianza y la confrontación: Pablo Zárate Willka y la rebelión indígena de 1899 en Bolivia*. La Paz: Plural Editores, 2010.

MERKEL, Wolfgang. Embedded and defective democracies. *Democratization*, v. 11, n. 5, p. 33–58, 1 dez. 2004. Acesso em: 15 out. 2014.

MESA, José De; GISBERT, Teresa; MESA GISBERT, Carlos D. *Historia de Bolivia*. 7. ed. La Paz: Editorial Gisbert, 2008.

MESA GISBERT, Carlos D. Bolivia: autonomías y pluralismo político. Un modelo condicionado por el horizonte indígena. In: ZUAZO, MOIRA; FAGUET, JEAN-PAUL; BONIFAZ, GUSTAVO (Org.). . *Descentralización y democratización en Bolivia: La historia del Estado débil, la sociedad rebelde y el anhelo de democracia*. La Paz: Friedrich Ebert Stiftung, 2012. p. 43–85.

MESA GISBERT, Carlos D. *Presidentes de Bolivia: Entre Urnas y Fusiles*. 4. ed. La Paz: Editorial Gisbert, 2006.

MINISTÉRIO DE AUTONOMÍAS. *Ley N° 031, Marco de Autonomías y Descentralización "Andrés Ibañez" con jurisprudencia autonómica del Tribunal Constitucional Plurinacional*. 5. ed. La Paz: Ministerio de Autonomías, 2013. (Autonomías para la Gente).

MOKRANI, Dunia; URIONA CRESPO, Pilar. Construcción hegemónica o monopolización de la política: el Movimiento al Socialismo y las posibilidades del proceso de cambio. *Observatorio Social de América Latina*, v. XII, n. 29, p. 111–127, 2011.

MOLINA, Fernando. El MAS en el centro de la política boliviana. In: GARCÍA ORELLANA, LUIS ALBERTO; GARCÍA YAPUR, FERNANDO (Org.). . *Mutaciones del Campo Político en Bolivia*. La Paz: PNUD-Bolivia, 2010. p. 241–301.

MOLINA, Fernando. ¿Por qué Evo Morales sigue siendo popular? Las fortalezas del MAS en la construcción de un nuevo orden. *Nueva Sociedad*, n. 245, p. 4–14, 2013.

MOLINA SAUCEDO, Carlos Hugo. *Andrés Ibáñez, un caudillo para el siglo XXI: la Comuna de Santa Cruz de la Sierra de 1876*. La Paz: CIDES-UMSA : AECID / Plural, 2012. (Colección Pensamiento Político Boliviano: tradición reinventada, 2).

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *La formación de los estados en la Cuenca del Plata: Argentina, Brasil, Uruguay, Paraguay*. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2006. (Colección Tiempos de Cambio).

MONTENEGRO, Carlos. *Nacionalismo y coloniaje*. La Paz: Librería Editorial G.U.M., 1943.

MOTA, Aurea. A nova Constituição Política do Estado boliviano: antecedentes históricos, conteúdo e proposta analítica. In: DOMINGUES, JOSÉ MAURÍCIO *et al.* (Org.). . *A Bolívia no espelho do futuro*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: EDUFMG/IUPERJ, 2009. p. 133–159.

NETTL, J. P. The State as a Conceptual Variable. *World Politics*, v. 20, n. 4, p. 559–592, 1 jul. 1968. Acesso em: 11 jun. 2014.

OBSERVATÓRIO POLÍTICO SUL-AMERICANO. *Banco de Eventos OPSA*. . [S.l.]: Observatório Político Sul-Americano. Disponível em: <http://observatorio.iesp.uerj.br/banco.php>. Acesso em: 3 set. 2014. , [S.d.]

O'DONNELL, Guillermo. Apuntes para una teoría del Estado. *Revista Mexicana de Sociología*, v. 40, n. 4, p. 1157–1199, out. 1978. Acesso em: 30 abr. 2014.

ÓRGANO ELECTORAL PLURINACIONAL. *Atlas Electoral de Bolivia*. 2. ed. La Paz: Tribunal Supremo Electoral / PNUD-Bolivia / IDEA Internacional, 2012. v. 1: Eleccciones Generales 1979 - 2009, Asamblea Constituyente 2006. (Estadísticas y Participación Electoral).

ORIAS ARREDONDO, Ramiro. Bolivia: Democracy Under Pressure. In: CRANDALL, RUSSELL; PAZ, GUADALUPE; ROETT, RIORDAN (Org.). . *The Andes in Focus: Security, Democracy & Economic Reform*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2005. p. 45–65.

OSZLAK, Oscar. The Historical Formation of the State in Latin America: Some Theoretical and Methodological Guidelines for Its Study. *Latin American Research Review*, v. 16, n. 2, p. 3–32, 1 jan. 1981. Acesso em: 13 maio 2013.

OVIEDO OBARRIO, Fernando. Evo Morales and the Altiplano: Notes for an Electoral Geography of the Movimiento al Socialismo, 2002—2008. *Latin American Perspectives*, v. 37, n. 3, p. 91 –106, Maio 2010. Acesso em: 16 jul. 2010.

PACHANO, Simón. El peso de lo institucional: auge y caída del modelo boliviano. *América Latina Hoy*, v. 43, p. 15–30, ago. 2006.

PACTO DE UNIDAD. El Pacto de Unidad: Propuesta de las Organizaciones Indígenas, Originarias, Campesinas y de Colonizadores hacia la Asamblea Constituyente. *Bolivia: Memoria, Insurgencia y Movimientos Sociales*. Buenos Aires: Editorial El Colectivo, 2007. p. 189–222.

PEÑA CLAROS, Claudia. Un pueblo eminente: Autonomist Populism in Santa Cruz. *Latin American Perspectives*, v. 37, n. 4, p. 125 –139, 1 jul. 2010. Acesso em: 8 set. 2010.

PERALTA RUIZ, Víctor; IRUROZQUI, Marta. *Por la concordia, la fusión y el unitarismo: estado y caudillismo en Bolivia, 1825-1880*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2000.

PEREIRA DA SILVA, Fabricio. AS TRADIÇÕES DAS REFUNDAÇÕES: Uma análise dos discursos refundadores da Venezuela, Bolívia e Equador (e o que eles têm a ver com a democracia). *Cadernos de Trabalho NETSAL*, v. 1, n. 3, 2013.

PEREIRA DA SILVA, Fabricio. Equilibrios Precários: a trajetória do Movimento Ao Socialismo e seus dilemas. In: DOMINGUES, JOSÉ MAURÍCIO *et al.* (Org.). . *A Bolívia no espelho do futuro*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: EDUFMG/IUPERJ, 2009. p. 51–74.

PÉREZ FLORES, Fidel; CUNHA FILHO, Clayton M.; COELHO, André Luiz. Os desafios da participação: novas instituições democráticas e suas perspectivas na Bolívia, Equador e Venezuela. *Observador On-line*, v. 6, n. 10, p. 1–17, out. 2011.

PÉREZ FLORES, Fidel; CUNHA FILHO, Clayton M.; COELHO, André Luiz. Participación ampliada y reforma del Estado: Mecanismos constitucionales de democracia participativa en Bolivia, Ecuador y Venezuela. *Observatorio Social de América Latina*, v. XI, n. 27, p. 73–95, abr. 2010.

PLATA, Wilfredo. El discurso autonomista de las élites de Santa Cruz. In: SORUCO SOLOGUREN, XIMENA (Org.). . *Los barones del Oriente: El poder en Santa Cruz ayer y hoy*. Santa Cruz de la Sierra: Fundación Tierra, 2008. p. 101–171.

PLATT, Tristan. *Estado boliviano y ayllu andino: tierra y tributo en el Norte de Potosí*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 1982. (Historia Andina, 9).

POSTERO, Nancy. Morales's MAS Government: Building Indigenous Popular Hegemony in Bolivia. *Latin American Perspectives*, v. 37, n. 3, p. 18 –34, Maio 2010a. Acesso em: 16 jul. 2010.

POSTERO, Nancy. *Now We Are Citizens: Indigenous Politics in Postmulticultural Bolivia*. Stanford: Stanford University Press, 2007.

POSTERO, Nancy. The Struggle to Create a Radical Democracy in Bolivia. *Latin American Research Review*, v. 45, n. S, p. 59–78, 2010b. Acesso em: 28 mar. 2011.

PRADA ALCOREZA, Raúl. *Horizontes pluralistas de la descolonización: Ensayo histórico y político sobre la relación de la crisis y el cambio*. La Paz, 2012.

QUIJANO, Aníbal. Los movimientos campesinos contemporaneos en América Latina. In: LIPSET, SEYMOUR MARTIN; SOLARI, ALDO E. (Org.). . *Élites y Desarrollo en América Latina*. Buenos Aires: Paidós, 1967. p. 254–307.

REGALSKY, Pablo. Political Processes and the Reconfiguration of the State in Bolivia. *Latin American Perspectives*, v. 37, n. 3, p. 35 –50, Maio 2010. Acesso em: 16 jul. 2010.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. *Oppressed but not defeated: peasant struggles among the Aymara and Qhechwa in Bolivia, 1900-1980*. Geneva: UNRISD, 1987. (UNRISD Participation Programme).

ROCA, José Luis. *Ni con Lima ni con Buenos Aires: la formación de un estado nacional en Charcas*. 2. ed. La Paz: Plural Editores, 2011.

ROCA, José Luis. Regionalism Revisited. In: CRABTREE, JOHN; WHITEHEAD, LAURENCE (Org.). . *Unresolved Tensions: Bolivia Past and Present*. [S.l.]: Pittsburgh University Press, 2008. p. 65–82.

ROCHA GUIMARÃES, Gabriel Fernandes. Etnonacionalismo: o MAS e a formação do estado plurinacional boliviano. *Teoria & Pesquisa: revista de ciência política*, v. 21, n. 1, p. 61–72, 2012.

ROCHA, Maurício Santoro. *Bolívia: de 1952 ao século XXI*. Brasilia: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

RODRÍGUEZ OSTRIA, Gustavo. Las antinomias del nacionalismo revolucionario. Documento para el debate. In: ZUAZO, MOIRA; FAGUET, JEAN-PAUL; BONIFAZ, GUSTAVO (Org.). . La Paz: Friedrich Ebert Stiftung, 2012. p. 87–123.

RODRÍGUEZ VELTZÉ, Eduardo. El Órgano Judicial en la Nueva Constitución. In: KÄSS, SUSANNE; VELÁSQUEZ CASTELLANOS, IVÁN (Org.). . *Reflexión Crítica a la Nueva Constitución Política del Estado*. La Paz: Konrad Adenauer Stiftung / Editora Presencia, 2009. p. 235–265.

RODRÍGUEZ VELTZÉ, Eduardo. The Development of Constituent Power in Bolivia. In: CRABTREE, JOHN; WHITEHEAD, LAURENCE (Org.). . *Unresolved Tensions: Bolivia Past and Present*. Pittsburgh: Pittsburgh University Press, 2008. p. 145–159.

ROJAS ORTUSTE, Gonzalo (Org.). *¿Nación o naciones boliviana(s)?: institucionalidad para nosotros mismos*. 1. ed. La Paz: CIDES-UMSA, 2009. (Colección 25 aniversario).

ROSSELL, Pablo. 2011: ¿el parteaguas del evismo? Bolivia después del conflicto del Tipnis. *Nueva Sociedad*, n. 237, p. 4–16, 2012.

ROSTWOROWSKI, María; MORRIS, Craig. The Fourfold Domain: Inka Power and its Social Foundations. In: SALOMON, FRANK; SCHWARTZ, STUART B. (Org.). . *The Cambridge History of the Native Peoples of the Americas*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. v. 3: South America, Part 1. p. 769–863.

SAIGNES, Thierry. The Colonial Condition in the Quechua-Aymara Heartland (1570-1780). In: SALOMON, FRANK; SCHWARTZ, STUART B. (Org.). . *The Cambridge History of the Native Peoples of the Americas*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. v. 3: South America, Part 2. p. 59–137.

SALMAN, Ton. The Jammed Democracy: Bolivia's Troubled Political Learning Process. *Bulletin of Latin American Research*, v. 25, n. 2, p. 163–182, 1 abr. 2006. Acesso em: 14 jun. 2013.

SALMÓN, Josefa. *El Espejo Indígena: El Discurso Indigenista en Bolivia, 1900-1956*. La Paz: Plural Editores, 1997.

SANABRIA, Harry. Consolidating States, Restructuring Economies, and Confronting Workers and Peasants: The Antinomies of Bolivian Neoliberalism. *Comparative Studies in Society and History*, v. 41, n. 3, p. 535–562, jul. 1999. Acesso em: 18 mar. 2011.

SANTAELLA GONÇALVES, Rodrigo. Autodeterminação das massas em uma sociedade "abigarrada": René Zavaleta Mercado e as bases para um marxismo renovado na Bolívia. *REBELA - Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos*, v. 2, n. 1, ago. 2012. Disponível em: <http://rebela.edugraf.ufsc.br/index.php/pc/article/view/66>. Acesso em: 17 ago. 2012.

SANTAELLA GONÇALVES, Rodrigo. *Intelectuais em movimento: o Grupo Comuna na construção hegemônica antineoliberal na Bolívia*. 2013. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Refundación del estado en América Latina: perspectivas desde una epistemología del Sur*. La Paz: CESU-UMSS/Plural editores, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa; EXENI RODRÍGUEZ, José Luis (Org.). *Justicia indígena, plurinacionalidad e interculturalidad en Bolivia*. Quito: Fundación Rosa Luxemburg/Abya-Yala, 2012. Disponível em: <http://alltitles.ebrary.com/Doc?id=10832426>. Acesso em: 30 maio 2014.

SARTORI, Giovanni. *A Teoria da Democracia Revisitada*. São Paulo: Editora Ática, 1994. v. 1: O Debate Contemporâneo.

SCHAVELZON, Salvador. El Censo y la nueva clase media como desafío a las naciones y pueblos indígena originario campesinos. *El Desacuerdo*, v. 1, n. 6, p. 8–9, 18 ago. 2013.

SCHAVELZON, Salvador. *El nacimiento del Estado Plurinacional de Bolivia: Etnografía de una Asamblea Constituyente*. La Paz: CLACSO/Plural Editores/CEJIS/IWGIA, 2012.

SCHELCHKOV, Andrey. *Andrés Ibáñez y la Revolución de la Igualdad en Santa Cruz: Primer ensayo de federalismo en Bolivia, 1876-1877*. Santiago de Chile: Universidad de Santiago, 2011. (Colección Libros IDEA).

SCHELCHKOV, Andrey. El "belcismo" como forma de participación política de las masas plebeyas en Bolivia. *T'inkazos*, v. 15, n. 31, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.org.bo/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1990-74512012000100006&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 15 maio 2013.

SCHELCHKOV, Andrey. En los umbrales del socialismo boliviano: Tristán Marof y la Tercera Internacional Comunista. *Izquierdas*, v. 3, n. 5, p. 1–24, 2009.

SCHELCHKOV, Andrey. *La utopía social conservadora en Bolivia : el gobierno de Manuel Isidoro Belzu (1848-1855)*. Moscou: Instituto de Historia Universal, 2007.

SCHILLING-VACAFLOR, Almut. Indigenous identities and politico-juridical demands of CSUTCB and CONAMAQ in the constitutional change process of Bolivia. *T'inkazos*, v. 4, n. Selected Edition, 2008.

SCHWARTZ, Stuart B.; SALOMON, Frank. New Peoples and New Kinds of People: Adaptation, Readjustment, and Ethnogenesis in South American Indigenous Societies (Colonial Era). In: SALOMON, FRANK; SCHWARTZ, STUART B. (Org.). . *The Cambridge History of the Native Peoples of the Americas*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. v. 3: South America, Part 2. p. 443–501.

SERVICIO ESTATAL DE AUTONOMÍAS. *Estado de situación de las autonomías en Bolivia: Una mirada a tres años*. La Paz: Ministerio de Autonomías, 2013. (Autonomías para la Gente, 3).

SILVA, Cristhian Teófilo Da. Indigenismo como ideologia e prática de dominação: Apontamentos teóricos para uma etnografia do indigenismo latino-americano em perspectiva comparada. *Latin American Research Review*, v. 47, n. 1, p. 16–34, 2012. Acesso em: 12 set. 2012.

SIVAK, Martín. *El asesinato de Juan José Torres: Banzer y el Mercosur de la muerte*. Buenos Aires: Ediciones del Pensamiento Nacional, 1998.

SIVAK, Martín. *Jefazo - retrato íntimo de Evo Morales*. 4. ed. Buenos Aires: Debate, 2008.

SORUCO SOLOGUREN, Ximena. *Apuntes para un Estado Plurinacional*. La Paz: Vicepresidencia del Estado / Presidencia de la Asamblea Legislativa, 2011. (Investigación para el fortalecimiento del Estado boliviano dentro del proceso de cambio).

SORUCO SOLOGUREN, Ximena. De la Goma a la Soya: el proyecto histórico de la élite cruceña. In: SORUCO SOLOGUREN, XIMENA (Org.). . *Los barones del Oriente: El poder en Santa Cruz ayer y hoy*. Santa Cruz de la Sierra: Fundación Tierra, 2008a. p. 1–100.

SORUCO SOLOGUREN, Ximena. Estado plurinacional-pueblo, una construcción inédita en Bolivia. *Observatorio Social de América Latina*, v. X, n. 26, p. 19–33, 2009.

SORUCO SOLOGUREN, Ximena. *La ciudad de los cholos: mestizaje y colonialidad en Bolivia, siglos XIX y XX*. 2. ed. La Paz: IFEA/PIEB, 2012.

SORUCO SOLOGUREN, Ximena (Org.). *Los barones del Oriente: El poder en Santa Cruz ayer y hoy*. Santa Cruz de la Sierra: Fundación Tierra, 2008b.

SORUCO SOLOGUREN, Ximena. Los recursos naturales como condición de posibilidad del Estado Plurinacional. In: VICEPRESIDENCIA DEL ESTADO PLURINACIONAL DE BOLIVIA; IDEA INTERNACIONAL; UMSA (Org.). . *Miradas: Nuevo Texto Constitucional*. La Paz: Universidad Mayor de San Andrés/Vicepresidencia del Estado Plurinacional/IDEA, 2010. p. 599–608.

SOTO, Cesar. *Historia del Pacto Militar Campesino*. Cochabamba: CERES, 1994. Disponível em: <http://168.96.200.17/ar/libros/bolivia/ceres/soto.rtf>. Acesso em: 3 maio 2009.

STEFANONI, Pablo. Las tres fronteras de la "revolución" de Evo Morales. Neodesarrollismo, decisionismo, multiculturalismo. In: SVAMPA, MARISTELLA; STEFANONI, PABLO (Org.). . *Bolivia: memoria, insurgencia y movimientos sociales*. Buenos Aires: Editorial El Colectivo, 2007a. p. 67–96.

STEFANONI, Pablo. ¿Pueblo Enfermo o Raza de Bronce? Etnicidad e Imaginación Nacional en Bolivia (1900-2010). In: SVAMPA, MARISTELLA; STEFANONI, PABLO; FORNILLO, BRUNO (Org.). . *Debatir Bolivia : perspectivas de un proyecto de descolonización*. Buenos Aires: Taurus, 2010a. p. 97–133.

STEFANONI, Pablo. *"Qué hacer con los indios..." Y otros traumas irresueltos de la colonialidad*. La Paz: Plural Editores, 2010b.

STEFANONI, Pablo. ¿Qué pasó con la autoidentificación étnica? El censo como caja de Pandora. *El Desacuerdo*, v. 1, n. 6, p. 13, 18 ago. 2013.

STEFANONI, Pablo. Siete preguntas y siete respuestas sobre la Bolivia de Evo Morales. *Nueva Sociedad*, v. 209, p. 46–65, jun. 2007b.

STEFANONI, Pablo. ¿Y quién no querría "vivir bien"? Encrucijadas del proceso de cambio boliviano. *Crítica y Emancipación*, v. IV, n. 7, p. 9–25, 2012.

STEFANONI, Pablo; DO ALTO, Hervé. *La revolución de Evo Morales: de la coca al palacio*. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2006. (Claves para Todos, 47).

SUÁREZ SUÁREZ, Patricia. El proceso de cambio en Bolivia: Una mirada institucionalista desde la perspectiva de la descolonización. *Crítica y Emancipación - Revista latinoamericana de ciencias sociales*, v. V, n. 10, p. 219–252, 2013.

SVAMPA, Maristella. Introducción. In: SVAMPA, MARISTELLA; STEFANONI, PABLO (Org.). . *Bolivia: memoria, insurgencia y movimientos sociales*. Buenos Aires: Editorial El Colectivo, 2007. p. 5–18.

SVAMPA, Maristella; STEFANONI, Pablo (Org.). *Bolivia: Memoria, Insurgencia y Movimientos Sociales*. Buenos Aires: Editorial El Colectivo, 2007. (Resistencias y Alternativas).

TABOADA TERÁN, Néstor. *Tierra Mártir: Del socialismo de David Toro al socialismo de Evo Morales*. 1. ed. La Paz: s/e, 2006.

TAMAYO, Franz. *Obra escogida*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1979. (Biblioteca Ayacucho, 62).

TAPIA, Luis. Bolivia: ciclos y estructuras de la rebelión. In: SVAMPA, MARISTELLA; STEFANONI, PABLO (Org.). . *Bolivia: memoria, insurgencia y movimientos sociales*. Buenos Aires: Editorial El Colectivo, 2007a. p. 171–188.

TAPIA, Luis. Constitution and Constitutional Reform in Bolivia. In: CRABTREE, JOHN; WHITEHEAD, LAURENCE (Org.). . *Unresolved Tensions: Bolivia Past and Present*. Pittsburgh: Pittsburgh University Press, 2008. p. 160–171.

TAPIA, Luis. *El estado de derecho como tiranía*. La Paz: CIDES-UMSA/Autodeterminación, 2011a.

TAPIA, Luis. El pluralismo político-jurídico en la nueva Constitución de Bolivia. In: VICEPRESIDENCIA DEL ESTADO PLURINACIONAL; IDEA INTERNACIONAL;

UMSA (Org.). . *Miradas: Nuevo Texto Constitucional*. La Paz: Universidad Mayor de San Andrés/Vicepresidencia del Estado Plurinacional/IDEA, 2010. p. 261–272.

TAPIA, Luis. *La coyuntura de la autonomía relativa del estado*. La Paz: Muela del Diablo Editores, 2009.

TAPIA, Luis. *La producción del conocimiento local: Historia y política en la obra de René Zavaleta*. La Paz: Muela del Diablo Editores, 2002.

TAPIA, Luis. *Política Salvaje*. Buenos Aires: Waldhuter Editores, 2011b.

TAPIA, Luis. Una reflexión sobre la idea de Estado plurinacional. *Observatorio Social de América Latina*, v. VIII, n. 22, p. 47–63, set. 2007b.

TARROW, Sidney. *Power in Movement: Social Movements and Contentious Politics*. 1. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

THIESSEN-REILY, Heather. O nacionalismo caudilhista na Bolívia. In: PAMPLONA, MARCO A.; DOYLE, DON H. (Org.). . *Nacionalismo no Novo Mundo: A formação de Estados-nação no século XIX*. Rio de Janeiro: Record, 2008. p. 355–376.

THOMPSON, E. P. La economía moral de la multitud en la Inglaterra del siglo XVIII. *Tradición, revuelta y conciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad pre-industrial*. Barcelona: Editorial Crítica, 1979. p. 62–134.

THOMSON, Sinclair. Revolutionary Memory in Bolivia: Anticolonial and National Projects from 1781 to 1952. In: GRINDLE, MERILEE S.; DOMINGO, PILAR (Org.). . *Proclaiming Revolution: Bolivia in comparative perspective*. Cambridge, USA/London: David Rockefeller Center for Latin American Studies/Institute of Latin American Studies, 2003. p. 117–134.

THOMSON, Sinclair. *We Alone Will Rule: Native Andean Politics in the Age of Insurgency*. 1. ed. Madison: University of Wisconsin Press, 2002.

THORNTON, Jay David. "Without Him the Indians Would Leave and Nothing Would Get Done." The Changing Relationship Between the Caciques and the Audiencia of Charcas Following Francisco de Toledo's Reforms. *Bolivian Studies Journal/Revista de Estudios Bolivianos*, v. 18, p. 134–160, 2011.

THURNER, Mark. Peasant Politics and Andean Haciendas in the Transition to Capitalism: An Ethnographic History. *Latin American Research Review*, v. 28, n. 3, p. 41–82, 1993. Acesso em: 2 out. 2012.

TILLY, Charles. *Coercion, Capital, and European States, AD 990-1990*. Cambridge, USA: B. Blackwell, 1990. (Studies in social discontinuity).

TOCKMAN, Jason; CAMERON, John. Indigenous Autonomy and the Contradictions of Plurinationalism in Bolivia. *Latin American Politics and Society*, v. 56, n. 3, p. 46–69, 1 set. 2014. Acesso em: 27 out. 2014.

TORANZO ROCA, Carlos. Bolivia: una revolución democrática. *Nueva Sociedad*, v. Edición Especial, mar. 2006. Disponível em: <http://www.nuso.org/docesp/toranzo_final.pdf>.

TORANZO ROCA, Carlos. Let the Mestizos Stand Up and Be Counted. In: CRABTREE, JOHN; WHITEHEAD, LAURENCE (Org.). . *Unresolved Tensions: Bolivia Past and Present*. Pittsburgh: Pittsburgh University Press, 2008. p. 35–50.

TORANZO ROCA, Carlos. Repensando el mestizaje en Bolivia. In: ROJAS ORTUSTE, GONZALO (Org.). . *¿Nación o naciones boliviana(s)?: institucionalidad para nosotros mismos*. La Paz: CIDES-UMSA, 2009. p. 45–61.

TÓRREZ, Yuri F. *et al*. *La izquierda en el poder: O cuando los gobiernos progresistas lidian con lo popular en Bolivia (1943-2011)*. Cochabamba: Centro Cuarto Intermedio / Grupo Editorial Kipus, 2013.

TÓRREZ, Yuri F.; ARCE, Claudia. El Estado Plurinacional y su simbología. *Tinkazos*, v. 17, n. 35, p. 79–91, 2014. Acesso em: 17 out. 2014.

URIOSTE NARDIN, Juan Cristóbal. La Constitución Política del Estado en la Historia. In: KÄSS, SUSANNE; VELÁSQUEZ CASTELLANOS, IVÁN (Org.). . *Reflexión Crítica a la Nueva Constitución Política del Estado*. La Paz: Konrad Adenauer Stiftung, 2009. p. 67–106.

VAN COTT, Donna Lee. *From Movements to Parties in Latin America: The Evolution of Ethnic Politics*. 1. ed. New York: Cambridge University Press, 2007.

VAN COTT, Donna Lee. *Radical Democracy in the Andes*. 1. ed. New York: Cambridge University Press, 2008.

VARGAS, Humbero; KRUSE, Thomas. Las victorias de Abril: una historia que aún no concluye. *Observatorio Social de América Latina*, n. 2, p. 7–14, set. 2000.

VARGAS RIVAS, Gonzalo. *El Desarrollo de la Democracia Intercultural en el Estado Plurinacional Boliviano*. La Paz: Tribunal Supremo Electoral, 2013. (Aportes a la democracia intercultural).

VERDESOTO, Luis; ZUAZO, Moira. *Instituciones en boca de la gente: Percepciones de la ciudadanía boliviana sobre política y territorio*. La Paz: Fundación Friedrich Ebert-Instituto Latinoamericano de Investigaciones Sociales, 2006.

VIANA, João Paulo Saraiva Leão. Nuestra América: Reflexões sobre o Fenômeno do Populismo Latino-Americano. In: HOLANDA, FRANCISCO URIBAM XAVIER DE (Org.). . *Nuestra América no século XXI: As disputas de hegemonia nos circuitos da crise*. Fortaleza: Edições UFC, 2012. p. 55–78.

VIAÑA, Jorge. Estado plurinacional y nueva fase del proceso boliviano. In: THWAITES REY, MABEL (Org.). . *El Estado en América Latina: continuidades y rupturas*. Santiago de Chile: CLACSO / Editorial Arcis, 2012. p. 375–394.

VICEMINISTERIO DE JUSTICIA INDÍGENA ORIGINARIA CAMPESINA. 073. . Ley de Deslinde Jurisdiccional. , 29 dez. 2010.

WANDERLEY, Fernanda. Pluralismo Económico, Mercado y Estado. In: VICEPRESIDENCIA DEL ESTADO PLURINACIONAL DE BOLIVIA (Org.). . *Descolonización en Bolivia: Cuatro ejes para comprender el cambio*. La Paz: Fundación Boliviana para la Democracia Multipartidaria, 2011. p. 237–268.

WEISBROT, Mark; RAY, Rebecca; JOHNSTON, Jake. *Bolivia: The Economy During the Morales Administration*. . Washington, D.C.: Center for Economic and Policy Research, dez. 2009. Disponível em: <http://www.cepr.net/documents/publications/bolivia-2009-12.pdf>.

WESTON JR., Charles H. An Ideology of Modernization: The Case of the Bolivian MNR. *Journal of Inter-American Studies*, v. 10, n. 1, p. 85–101, 1 jan. 1968. Acesso em: 5 jul. 2013.

WEYLAND, Kurt. The Diffusion of Innovations: How Cognitive Heuristics Shaped Bolivia's Pension Reform. *Comparative Politics*, v. 38, n. 1, p. 21–42, Outubro 2005. Acesso em: 26 fev. 2011.

WHITEHEAD, Laurence. Bolivia's Failed Democratization, 1977-1980. In: O'DONNELL, GUILLERMO; SCHMITTER, PHILIPPE C.; WHITEHEAD, LAURENCE (Org.). . *Transitions from Authoritarian Rule: Latin America*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1986. p. 49–71.

WHITEHEAD, Laurence. Conclusion: Bolivia's latest refoundation. In: CRABTREE, JOHN; WHITEHEAD, LAURENCE (Org.). . *Unresolved Tensions: Bolivia Past and Present*. Pittsburgh: Pittsburgh University Press, 2008. p. 255–269.

WHITEHEAD, Laurence. Miners as Voters: The Electoral Process in Bolivia's Mining Camps. *Journal of Latin American Studies*, v. 13, n. 02, p. 313–346, 1981.

WHITEHEAD, Laurence. The Bolivian National Revolution: A Twenty-First Century Perspective. In: GRINDLE, MERILEE S.; DOMINGO, PILAR (Org.). . *Proclaiming Revolution: Bolivia in comparative perspective*. Cambridge, USA/London: David Rockefeller Center for Latin American Studies/Institute of Latin American Studies, 2003. p. 25–53.

WHITEHEAD, Laurence. The Emergence of Democracy in Bolivia. In: CRABTREE, JOHN; WHITEHEAD, LAURENCE (Org.). . *Towards Democratic Viability: The Bolivian Experience*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2001. p. 21–40.

WILLIAMSON, John. What Washington Means by Policy Reform. In: WILLIAMSON, JOHN (Org.). . *Latin American Adjustment: How Much Has Happened?*. Washington, D.C.: Institute for International Economics, 1990. v. 1. p. 90–120. Disponível em: <http://www.iie.com/publications/papers/paper.cfm?ResearchID=486>. Acesso em: 4 abr. 2012.

WOLFF, Jonas. Towards Post-Liberal Democracy in Latin America? A Conceptual Framework Applied to Bolivia. *Journal of Latin American Studies*, v. 45, n. 01, p. 31–59, 2013.

WOLKMER, Antônio; FAGUNDES, Lucas. Tendências contemporâneas do constitucionalismo latino-americano: Estado plurinacional e pluralismo jurídico. *Pensar - Revista de Ciências Jurídicas*, v. 16, n. 2, p. 371–408, jul. 2011. Acesso em: 1 ago. 2014.

YBARNEGARAY ORTIZ, Jenny. Bolivia: Del "proceso de cambio" a los cambios en el proceso. *Bolivian Studies Journal/Revista de Estudios Bolivianos*, v. 18, p. 70–114, 25 nov. 2011.

YOUNG, Kevin. Restoring Discipline in the Ranks: The United States and the Restructuring of the Bolivian Mining Industry, 1960–1970. *Latin American Perspectives*, v. 38, n. 6, p. 6 – 24, 1 nov. 2011. Acesso em: 13 out. 2011.

ZABALAGA ESTRADA, Marcelo. Organización económica del Estado: analisis del Título I de la Cuarta Parte de la nCPE. In: VICEPRESIDENCIA DEL ESTADO PLURINACIONAL DE BOLIVIA; IDEA INTERNACIONAL; UMSA (Org.). . *Miradas: Nuevo Texto Constitucional*. La Paz: Universidad Mayor de San Andrés/Vicepresidencia del Estado Plurinacional/IDEA, 2010. p. 577–586.

ZANELLA, Cristine Koehler; MARQUES, Pâmela Marconatto; SEITENFUS, Ricardo A. Silva. A Bolívia No Pêndulo Da História As lições de 1952 instruindo os projetos do século XXI. *Nueva Sociedad*, n. 209, p. 130–141, 2007.

ZAVALETA MERCADO, René. Bolivia – Military Nationalism and the Popular Assembly. *New Left Review*, n. 73, p. 63–82, 1972.

ZAVALETA MERCADO, René. El Che en el Churo. *La autodeterminación de las masas*. Colección Pensamiento Crítico Latinoamericano. Bogotá: Siglo del Hombre Editores/Clacso, 2009a. p. 49–64.

ZAVALETA MERCADO, René. *La autodeterminación de las masas*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores/Clacso, 2009b. (Colección Pensamiento Crítico Latinoamericano).

ZAVALETA MERCADO, René. Las masas en noviembre. *La autodeterminación de las masas*. Colección Pensamiento Crítico Latinoamericano. Bogotá: Siglo del Hombre Editores/Clacso, 2009c. p. 207–262.

ZAVALETA MERCADO, René. *Lo nacional-popular en Bolivia*. 2. ed. La Paz: Plural Editores, 2008.

ZAVALETA REYLES, Diego. Oversimplifying Identities: The Debate over What is Indigena and What is Mestizo. In: CRABTREE, JOHN; WHITEHEAD, LAURENCE (Org.). . *Unresolved Tensions: Bolivia Past and Present*. Pittsburgh: Pittsburgh University Press, 2008. p. 51–60.

ZUAZO, Moira. Bolivia: cuando el Estado llegó al campo. Municipalización, democratización y nueva Constitución. In: ZUAZO, MOIRA; FAGUET, JEAN-PAUL; BONIFAZ, GUSTAVO (Org.). . *Descentralización y democratización en Bolivia: La historia del Estado débil, la sociedad rebelde y el anhelo de democracia*. La Paz: Friedrich Ebert Stiftung, 2012. p. 187–286.

ZUAZO, Moira. *¿Cómo nació el MAS? La ruralización de la política en Bolivia - Entrevistas a 85 parlamentarios del partido*. 2. ed. La Paz: Friedrich Ebert Stiftung, 2009.

ZUNES, Stephen. The United States and Bolivia: The Taming of a Revolution, 1952-1957. *Latin American Perspectives*, v. 28, n. 5, p. 33–49, set. 2001. Acesso em: 13 mar. 2009.